



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

- 2015 -

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

ÍNDICE

1. Apresentação
2. Cooperação Sul-Sul Bilateral – Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania
 - 2.1. Coordenação-Geral de Países da África de Língua Portuguesa e Timor Leste
 - 2.2. Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania de Língua Francesa
 - 2.3. Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania de Língua Inglesa
3. Cooperação Sul-Sul Bilateral – Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento da América Latina, Caribe e Leste Europeu
4. Cooperação Trilateral – Coordenação Geral de Cooperação Trilateral com Organismos Internacionais
5. Cooperação Trilateral com Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento – Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral
6. Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral
7. Gerência de Programas e Projetos Especiais

Apresentação

Como é sabido, a missão da ABC é implementar a cooperação técnica internacional do Brasil. Nesses termos, sua função é coordenar o processo de concepção, aprovação, execução e gerenciamento de ações voltadas ao compartilhamento de conhecimentos, práticas e experiências de instituições nacionais que podem catalisar processos de desenvolvimento.

O presente relatório de atividades retrata o trabalho desenvolvido pelo corpo gerencial e técnico da Agência Brasileira de Cooperação durante o ano de 2015. São relatadas as atividades realizadas no processo de gestão e coordenação de programas, projetos, subprojetos e atividades da Agência na implementação da cooperação técnica internacional.

O documento reúne os relatos de cada uma das Coordenações da ABC, de acordo com informes por elas preparados na condução das ações de cooperação das suas respectivas unidades gerenciais. O papel desempenhado pelo Núcleo de Planejamento foi, apenas, o de reunir, revisar e organizar os textos, dando-lhes uniformidade.

São listadas ações de cooperação Sul-Sul bilateral com países em desenvolvimento na África, América Latina, Ásia, Caribe, Oceania e Leste Europeu, bem como as ações de cooperação trilateral com Organismos Internacionais, multilateral recebida, trilateral recebida de países desenvolvidos e prestada junto a países em desenvolvimento, além de projetos especiais, como aqueles desenvolvidos no âmbito do Mercosul e Segib.

Este relatório de atividades é o primeiro da Agência, na atual gestão. Tem a finalidade de registrar e documentar as ações de cooperação, do período contemplado, como relato histórico. A edição do relatório de atividades, no próximo ano, possibilitará o cotejamento e análise das ações listadas no Plano de Trabalho de 2016, com aquelas efetivamente realizadas no corrente ano. Nesse sentido, no próximo relatório de atividades será possível promover uma análise qualitativa sobre o desempenho da ABC no ano de 2016, por meio de comparação entre o programado e o efetivamente realizado.

2. Cooperação Sul-Sul Bilateral – Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania

2.1. Coordenação-Geral de Países da África de Língua Portuguesa e Timor Leste

EQUIPE DA COORDENAÇÃO PALOP E TIMOR-LESTE

Coordenador:

Paulo Roberto Barbosa Lima

Equipe Técnica:

Maria do Socorro Vieira Braga Iturra (Gerente)

Ana Elisa Larrarte Bragança (Moçambique)

Anna Cristina Bittencourt Pérez: (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe)

Armando Vieira Filho (Angola e Timor-Leste)

Marcelo André dos Santos: (Guiné-Bissau)

Simone Dantas Santos Souza (Ações Regionais)

Marcelo Guimarães (Comunicação)

Equipe de Apoio:

Simone Dantas Santos Souza

Ricardo Araujo

Tabela 01 - Resumo Geral – 2015

País / África	Nº Proj.	Nº AIs	Orçamento ABC	US\$ Total	Executado total	Executado 2015	SALDO
Angola	5	0	1.867.571,00	3.768.661,24	793.332,48	19.794,82	171.580,00
Cabo Verde	9	0	1.774.585,13	4.003.145,13	960.234,94	132.754,53	564.350,19
Guiné-Bissau	6	1	5.167.956,63	5.717.430,63	3.176.120,12	497.765,32	1.558.050,15
Moçambique	15	1	7.697.331,12	55.856.934,55	4.471.958,41	246.634,17	3.225.372,71
São Tomé e Príncipe	5	0	6.356.450,78	8.220.590,78	4.540.218,51	618.425,46	1.816.232,27
Timor Leste	8	0	1.960.594,64	4.238.634,84	910.611,42	155.620,79	629.182,77
Acções regionais	0	7	582.971,84	582.971,84	257.361,96	294.767,74	152.703,32
Total	48	9	25.407.461,14	82.388.369,01	15.109.837,84	1.965.762,83	8.117.471,41

Cooperação Bilateral com os PALOP e TIMOR-LESTE

Tabela 2 - Número de projetos com os PALOP e Timor-Leste e valores executados (em U\$S) no período de 1998 a 2015

Países	Número de Ações	Valores Executados pela ABC
Angola	67	6 milhões
Cabo Verde	80	5 milhões
Guiné Bissau	60	8 milhões
Moçambique	120	11 milhões
São Tomé e Príncipe	82	9,7 milhões
Timor-Leste	70	10 milhões
Total	479	49,7 milhões

Verificou-se durante o ano de 2015 a redução das carteiras de cooperação bilateral com os PALOP e Timor-Leste. Em virtude das restrições orçamentárias, optou-se por centrar-se esforços na execução dos projetos vigentes. Com raras exceções, os projetos foram satisfatoriamente executados e, na maioria dos casos, todos os projetos foram acompanhados e monitorados com atenção, assim como foram realizadas as missões de avaliação previstas daqueles projetos concluídos.

Cabe destacar a aplicação estrita do Manual de Gestão da Cooperação Sul-Sul nos novos projetos e nas missões de monitoramento e avaliação, as quais se valeram do arcabouço técnico oferecido pelo referido manual. Cabe menção especial à iniciativa, viabilizada pelo PNUD-Brasil, de realizar-se reunião dos pontos focais de cooperação, contratados locais dos postos do Brasil nos PALOP e Timor-Leste, responsáveis pelo acompanhamento local das ações em cada país, que, até o momento, não haviam sido capacitados a contento. A reunião teve como objetivo uniformizar os procedimentos adotados pela ABC no âmbito da cooperação Sul-Sul.

A questão da restrição orçamentária fez-se notar na redução do número de projeto. Sem o atendimento a novas demandas aqueles que estavam em execução foram sendo concluídos. Países como Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde que já tiveram uma pauta considerável poderão, como é o caso de Angola, especificamente, a partir desse ano contar apenas com uma ação de cooperação com o Brasil, na modalidade de cooperação triangular. Nesse contexto, há que se considerar a redução da presença brasileira no país e as implicações que daí possam surgir.

Destaca-se as interlocuções com doadores que estão sendo realizadas, tal qual a parceria do Brasil com o Reino Unido para instalação do Banco de Leite Humano em Moçambique. Por outro lado, na negociação de novas demandas tem-se buscado valorizar as horas técnicas brasileiras e negociar-se contrapartidas mais efetivas dos países parceiros. No entanto, para negociações mais frutíferas com os países demandantes há a necessidade de a ABC planejar de forma mais estruturada seus recursos financeiros, estabelecendo as prioridades futuras de atuação e os aportes em cada caso, de forma a subsidiar novas pautas.

O programa com Angola está resumido a um projeto trilateral com a FAO, os projetos bilaterais em execução já estão sendo concluídos e finalizar-se-ão ainda no ano de 2016. Novas demandas foram prospectadas, como as lideradas pela ESAF, na área de administração financeira, e aquelas apresentadas ao então Ministério das Pescas, atualmente, com a reforma administrativa, parte integrante do MAPA. As novas solicitações estão sendo negociadas sob bases mais equitativas em termos de investimento. No entanto, há que se considerar a desvalorização do petróleo, o que pode causar retração daquele país em termos de aporte financeiros.

No que diz respeito à pauta com Cabo Verde, ainda há projetos de caráter estruturante com o país, como é o caso do projeto de avaliação do ensino superior, do projeto de fortalecimento do Banco de Cabo Verde e aquele de apoio ao fortalecimento da agência nacional de regulação de medicamentos e alimentos, executados respectivamente pelo INEP, Banco Central e Anvisa. Dos sete projetos em execução, três devem concluir em 2016. Há uma demanda prospectada, a ser desenvolvida trilateralmente com a Eslovênia, que, no entanto, ainda não recebeu anuência do Governo de Cabo Verde.

A respeito da cooperação com a Guiné-Bissau, além da pauta trilateral com Organismos Internacionais, o projeto bilateral de maior escopo é o Centro de Formação Profissional, executado em parceria com o SENAI, que propicia a formação de cerca de 400 pessoas por ano. Ressente-se, no entanto, para a execução dos projetos com o país, da instabilidade do Governo local. No caso do projeto do SENAI, está prevista a transferência da gestão à Guiné-Bissau ao fim dessa fase. Outros projetos, como aqueles em saúde, apresentam boa execução. Quanto ao projeto com a Embrapa, na área de capacitação em processamento do caju, após negociação com as partes, deve ser iniciado em 2016 e complementar as ações do projeto com o Ministério da Educação do Brasil, concluído em 2015.

A pauta de cooperação com Moçambique é a maior, em número de projetos e em recursos alocados pela ABC, dentre aquelas firmadas com os países de língua oficial portuguesa. Atualmente 13 projetos estão em execução. Pelo menos três desses projetos deverão ser concluídos no ano de 2016. Dos 13, dois estão sendo financiados com o apoio da agência britânica de cooperação e em parceria como PNUD-Brasil, por meio de programa para erradicação da pobreza e empoderamento de mulheres pela Cooperação Sul-Sul. Destacam-se em 2015 a retomada dos projetos de apoio à previdência social de Moçambique, em parceria com o MPS, INSS e Dataprev, assim como o de implantação do BLH, em parceria com a Fiocruz, o PNUD e o Reino Unido. Destacam-se também a execução apurada dos dois projetos em saúde bucal. Por outro lado, são motivos de preocupação o andamento dos projetos do Centro de Formação Profissional, paralisado em função das restrições orçamentárias da ABC, e o projeto da UAB, em virtude da falta de recursos por parte da CAPES, principal financiadora do projeto. Ambos os projetos são estruturantes para o país e a execução deficiente pode comprometer as relações bilaterais. Pela parte moçambicana, causa preocupação a execução lenta do projeto em parceria com a CAIXA, em função de problemas na contratação pela instituição executora da obra do Centro Tecnológico de Namialo.

Com São Tomé e Príncipe, chamam atenção, dentre os sete projetos em execução, o Centro de Formação Profissional e o projeto de apoio à luta contra a tuberculose, que prevê instalação de laboratório de referência no país. Em 2016, três dos projetos em execução deverão terminar suas atividades, o que reduzirá substancialmente a pauta de cooperação. Um projeto com o Banco Central do Brasil deverá ser assinado. Deve-se destacar que o Centro de Formação Profissional também deverá encerrar as atividades, apesar de ainda carecer de maior apoio da

cooperação brasileira. No entanto, para a continuidade deverá haver mais aporte de recursos da ABC. A cooperação brasileira é bem considerada no país, e já produziu bons resultados, tais como a implantação do sistema de educação de jovens e adultos e a elaboração do último censo demográfico do país.

Já em Timor-Leste, único país asiático cuja língua oficial é o português, a cooperação brasileira está presente desde a independência em 2002. Buscou-se apoiar o país em sua construção. Implantou-se o Centro de Formação Profissional Brasil – Timor-Leste, apoiou-se a implantação do Sistema de Justiça, por meio do envio de cerca de 30 profissionais brasileiros, que in loco, apoiaram, por períodos de um ano, a formação de profissionais locais em regime de capacitação em exercício. Atualmente, o Brasil, além de continuar o apoio ao setor de justiça, na área da defensoria pública, transfere capacidades no setor de administração pública, com o apoio da ESAF, bem como apoia a disseminação da língua portuguesa, também destinada aos funcionários do Governo timorense. Com a entrega da gestão administrativa do Centro de Formação Profissional, a pauta de cooperação reduzirá em valores alocados pela ABC. Encontram-se em execução cinco projetos, dos quais pelo menos dois deverão encerrar suas atividades em 2016. Há uma demanda de apoio ao Parlamento Nacional, ainda em negociação pelas partes envolvidas: Senado, Abrascam e Câmara Legislativa de Canoinhas – RS.

ANGOLA

Situação	PE	AI	ABC (US\$)	Total (US\$)	Executado Financeiro	Executado em 2015 (US\$)	Saldo (US\$)
Execução	2	0	669.514,00	1.194.714,00	497.934,00	0,00	171.580,00
Negociação	2	0	897.975,00	1.764.330,24	0,00	0,00	0,00
Concluídos	1	0	300.082,00	809.617,00	223.974,82	19.794,82	0,00
Total	5	0	1.867.571,00	3.768.661,24	793.332,48	19.794,82	171.580,00

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola em 11 de junho de 1980 e promulgado em 05 de outubro de 1990. No âmbito desse Acordo, Brasil e Angola desenvolveram, no período de 1997 a 2015, 67 iniciativas, nas quais a ABC aportou mais de US\$ 6 milhões. Apesar da importância estratégica da cooperação Brasil-Angola, no âmbito dos países da CPLP, o programa bilateral ocupa a quinta colocação em valor total de execução financeira.

Atualmente, a cooperação entre Brasil e Angola resume-se a quatro projetos em execução nas áreas de Educação Especial, Saúde e Agropecuária. Merece destaque o projeto trilateral, desenvolvido com contrapartida efetiva do país, execução da FAO e implementação da Embrapa, o qual tem como objetivo fortalecer a instituição angolana de pesquisa agrícola.

No ano de 2015, recebeu-se três demandas de cooperação do país, a saber: (i) no setor de hotelaria, por meio do Instituto de Fomento Turístico de Angola (INFOTUR), (ii) no setor de administração pública, por meio do Instituto Nacional de Formação de Finanças Públicas (INFORFIP) e, (iii) no setor agrícola, a respeito da temática de controle de qualidade de sementes produzidas e importadas, pelo Serviço Nacional de Sementes do Ministério da Agricultura de Angola (SENSE).

Dentre os projetos de destaque, o projeto Escola de Todos – Fase II, concluído tecnicamente em 2015, contribuiu para a iniciativa do Ministério da Educação (MED) em elaborar projeto de lei que prevê a criação de política pública nacional de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas públicas angolanas.

I. PROJETOS (5)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
1 - Código: BRA/13/008-S043 (BRA/04/044-S230) Projeto-Piloto em Doença Falciforme Objetivo: Reduzir a taxa de morbimortalidade por doença falciforme no país	Brasil Ministério da Saúde do Brasil Contrapartes Hospital Pediátrico David Bernardino	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 15 Beneficiários diretos: 26 Produtos: profissionais médicos e enfermeiros do hospital capacitados no diagnóstico e no tratamento da doença falciforme.	ABC: 100,934.00 (04/044) 131.580,00 (13/008) Contrapartes: MS 4,000.00 HPDB 41,000.00 Total: 287,514.00 Exc. 2015: 0.00 Exec. Financeira: 91,218.48

<p>Vigência: 31/08/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2010</p>			<p>Saldo: 131,580.00</p> <p>Execução: 17/22 (77%)</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>A anemia falciforme é a doença hereditária mais comum em todo o mundo, com alto índice de adoecimento e morte (morbimortalidade). As hemácias das pessoas com anemia falciforme em vez de arredondadas podem sofrer distorções, fazendo-as tomar a forma de foice (falcização), ocasionando encurtamento da vida média dessas hemácias, fenômenos de obstrução de vasos sanguíneos, episódios de dor, lesão de órgãos e anemia crônica. Embora a anemia falciforme ainda seja incurável, muitas das suas manifestações e complicações são passíveis de tratamento e de prevenção, garantindo sobrevivência e melhor qualidade de vida aos seus portadores. O objetivo do projeto é apoiar a redução da taxa de morbimortalidade por doença falciforme em Angola, por meio do apoio à consolidação de políticas públicas para o enfrentamento à enfermidade no país, implantação de triagem neonatal e diagnóstico laboratorial e por imagem, bem como o fortalecimento das capacidades técnicas para a realização do tratamento básico e para a restauração de lesões ósseas decorrentes da doença falciforme.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 22 atividades, das quais 17 foram realizadas. • 77% de atividades resolvidas; • Por dificuldades na agenda entre os interlocutores, aguarda-se definição de datas para realização das atividades pendentes. • O Ministério da Saúde foi acionado diversas vezes para retomada das atividades e finalização das atividades pendentes, no entanto, não houve, até o presente momento, manifestação efetiva de interesse por parte dessa instituição. Por esta razão, o projeto não foi revisado e encontra-se, portanto, com vigência expirada em 2015. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2 - Código: BRA/13/008-S041 (BRA/04/044-S242)</p> <p>Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola – Fase 2</p> <p>Objetivo: Fortalecer a capacidade da formação em saúde pública em Angola nos campos de ensino, ciência e tecnologia, incluindo comunicação e</p>	<p>Brasil FIOCRUZ</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde de Angola</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 40</p> <p>Beneficiários diretos: 11</p> <p>Produtos: 15 profissionais do Ministério da Saúde de Angola formados Mestre em Saúde Pública; Biblioteca de saúde pública apoiada com a doação de livros e levantamento de ações de seguimento da cooperação.</p>	<p>ABC: 397.000,00 (04/044) 40.000,00 (13/008)</p> <p>Contrapartes: Fiocruz: 156.200,00 MINSa: 314.000,00 Total: 907.200,00</p> <p>Exc. 2014: 0,00 Exec. Financeira: 151.962,26 Exec. Orçamentária: 397.000,00</p> <p>Saldo: 40.000,00</p> <p>Execução: 13/17 (76%)</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O Ministério da Saúde de Angola tem trabalhado na identificação das necessidades e prioridades de investimentos em saúde pública e, dentre as áreas consideradas prioritárias foram delineadas três frentes de trabalho distintas, vistas como</p>			

<p>informação.</p> <p>Vigência: 31/08/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2010</p>	<p>complementares: a implantação da Escola Nacional de Saúde Pública de Angola, o fortalecimento das escolas técnicas de saúde e do Instituto Nacional de Saúde Pública. O projeto de cooperação com a FIOCRUZ tem o objetivo de fortalecer a capacidade da formação em saúde pública em Angola nos campos de ensino, ciência e tecnologia, incluindo comunicação e informação. Para tanto, as ações a serem desenvolvidas pelo projeto visarão apoiar o Ministério da Saúde na formação de profissionais que atuarão no ensino, investigação e cooperação técnica na escola de Saúde Pública de Angola, na estruturação de uma rede de bibliotecas em saúde em Angola reestruturação das escolas técnicas de saúde e no fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 17 atividades, das quais 13 foram realizadas • 76% de atividades resolvidas; • Devido à complexidade das agendas dos profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades do projeto, não foram executadas as atividades A2.1, A2.2, A2.3 e A2.4. • Em reunião realizada com a Fiocruz, acertaram-se os seguintes andamentos às ações pendentes do projeto, no âmbito do Resultado a ser executado – Resultado 2: <ul style="list-style-type: none"> ❖ [i] Redes de Biblioteca, acordou-se que as próximas atividades (A2.1 e A 2.2) seriam realizadas em Luanda, para um público de 20 técnicos, durante duas semanas, em data a ser acordada entre as partes, ainda no primeiro semestre de 2013. O ICICT comprometeu-se a preparar termo de referência para a capacitação, que, a princípio, será ministrada por dois bibliotecários e um analista de sistema designados pelo Instituto e tratará de temas como indexação, acesso à informação e conservação de acervos. A Angola caberá a infraestrutura do evento, a designação e seleção dos técnicos locais e as despesas referentes ao deslocamento e às diárias daqueles provenientes de outras províncias; ❖ [ii] A atividade seguinte, A2.3, seria realizada no Brasil, direcionada para formadores identificados entre os vinte presentes na atividade anterior e teria como objetivo aprofundar as noções apreendidas, também no primeiro semestre de 2013. Concomitantemente, a oficina para técnicos de informática; ❖ [iii] Atividade A2.4, deveria ter sido realizada no mesmo período da atividade A2.3, direcionada a público da área, com vistas a capacitá-los em montagem de rede. Por fim, ressalta-se que o acervo doado pela Fiocruz à Escola de Saúde Pública de Angola, segundo informações do Diretor de Recursos Humanos, encontra-se depositado no prédio que abriga aquela Escola. Não foi facultado à delegação o acesso ao material, o qual será objeto de trabalho durante a oficina de conservação a ser ministrada em julho. • O Ministério da Saúde/FIOCRUZ foi acionado diversas vezes para retomada das atividades e finalização das atividades pendentes, no entanto, não houve, até o presente momento, manifestação efetiva de interesse por parte dessa instituição. Por esta razão, o projeto não foi revisado e encontra-se, portanto, com vigência expirada em 2015.

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Apoio Técnico para a Implantação e Desenvolvimento do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia de Angola</p> <p>Objetivo: Auxiliar a</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde do Brasil / Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais</p> <p>Contrapartes Direção dos Serviços</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 36</p> <p>Beneficiários diretos: 102</p> <p>Produtos: médicos e gestores do CMHE capacitados em</p>	<p>ABC: 573.435,00</p> <p>Contrapartidas: MS/UFMG 14.200,00 DSS/FAA: 550.400,00</p> <p>Total: 1.138.035,00</p>

<p>formação técnica de profissionais com capacidades estratégicas para a gestão e operacionalização do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia e apoiar a capacitação de profissionais técnicos e a formação de multiplicadores em conhecimentos básicos de vigilância epidemiológica, sanitária, bem como diagnóstico laboratorial, e apoiar tecnicamente a implantação de um centro de telessaúde no CMHE.</p>	<p>de Saúde do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas / Ministério da Defesa Nacional de Angola</p>	<p>vigilância em saúde e gestão de informações estratégicas para o controle de endemias e epidemias, e técnicos angolanos treinados em técnicas e procedimentos básicos de vigilância epidemiológica, sanitária, bem como diagnóstico laboratorial.</p>	
	<p>Descrição (Sinopse): Depois de quarenta anos de guerra, a qual resultou a destruição de importantes infraestruturas de saúde no país, incluindo o Sistema Nacional de Saúde, a partir de 2002, após a assinatura do acordo de paz, Angola entrou em uma fase de reconstrução nacional. Além da destruição da infraestrutura sanitária, que necessita de reparação, no contexto da globalização, Angola enfrenta o drama das doenças emergentes e reemergentes como o ebola e o marburg, sem dispor de uma rede laboratorial, ferramenta essencial à vigilância epidemiológica, bem à defesa sanitária das suas fronteiras, no âmbito do Regulamento Sanitário Internacional, e à pesquisa. O objetivo do projeto é apoiar o restabelecimento de serviços básicos de vigilância epidemiológica e sanitária, bem como o diagnóstico laboratorial, principalmente de doenças tropicais.</p>		
	<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto prospectado em 2008, durante missão multidisciplinar a Luanda. Em 2010, durante a visita do Presidente angolano, a ABC apresentou o projeto para assinatura. No entanto, segundo informação da contraparte, o projeto não havia tido aprovação das instâncias técnicas superiores para assinatura. Até o momento não houve manifestação positiva para a assinatura. Já houve interlocução de ambas as partes acerca do interesse de firmar-se o projeto, porém sem consequências efetivas. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Apoio à Implantação de Bancos de Leite Humano em Angola</p> <p>Objetivo: Fortalecer as ações do Ministério da Saúde de Angola para cumprir os objetivos do milênio no que diz respeito à redução da mortalidade infantil com ênfase para o componente neonatal.</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde do Brasil</p> <p>Contrapartes Maternidade Lucrecia Paim.</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 26</p> <p>Beneficiários diretos: 60</p> <p>Produtos: Unidade piloto de banco de leite humano instalada na Maternidade Lucrecia Paim.</p>	<p>ABC: 324.540,00</p> <p>Contrapartes: MS 57.300,00 MLP 244.455,24</p> <p>Total: 626.295,24</p>
<p>Descrição (Sinopse): A implantação do Projeto de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Angola pauta-se na política orientada para o incentivo ao aleitamento materno no Brasil que tem consolidado a importância dos Bancos de Leite Humano ao longo das últimas décadas. A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e distinguida com o prêmio Sasakawa de Saúde – 2001, pelo inegável impacto positivo de suas ações na área de saúde infantil. O projeto, prospectado em 2011, prevê a instalação de Banco de Leite Humano piloto na Maternidade Lucrecia Paim (MLP). Para tanto, o IFF oferecerá capacitação aos técnicos daquela Maternidade para a coleta e tratamento do leite coletado entre as parturientes da MLP, mobilizadas quanto à importância do aleitamento materno. Paralelamente à capacitação, está prevista a</p>			

	<p>instalação e equipagem da unidade de BLH naquela maternidade. Ademais, após instalação e implementação do BLH-Luanda, prevê-se ações de capacitação técnicos da MLP para elaboração de estratégias de estímulo à doação de leite humano, bem como para desenvolvimento de ações de promoção e apoio ao aleitamento materno.</p>
	<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto prospectado em 2011. Ainda em negociação. O Governo angolano não apresenta anuência ao documento de projeto apresentado, apesar de já haver desenvolvido ações referentes ao plano de trabalho acordado, como as obras, conforme relatado pelo ponto focal do projeto.

I.3 PROJETOS CONCLUÍDOS (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>3 – Código: BRA/13/008-S216 (BRA/04/044-S325)</p> <p>Escola de Todos – Fase II</p> <p>Objetivo: Fortalecer o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino angolano.</p> <p>Vigência: 30/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 18/10/2007</p>	<p>Brasil Secretaria da Educação Especial, do Ministério da Educação SEESP/MEC</p> <p>Contrapartes Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação INIDE/MED</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 26</p> <p>Beneficiários diretos: 94 Beneficiários indiretos: 3.500 professores e alunos com deficiência das redes públicas de ensino.</p> <p>Produtos: 70 professores angolanos capacitados em técnicas de Atendimento Educacional Especializado; 20 multiplicadores angolanos capacitados em Ensino de Língua Portuguesa escrita para alunos surdos; duas salas de recursos multifuncionais equipadas; material pedagógico doado para o ensino de alunos com necessidades especiais.</p>	<p>ABC: 204,180.00 (04/044) 95,902.00 (13/008)</p> <p>Contrapartes: MEC 43,130.00 INIDE/MED 466,405.00 Total: 809,617.00</p> <p>Exc. 2015: 19,794.82 Exec. Financeira: 170,491.69 Exec. Orçamentária: 223.974,82</p> <p>Saldo: 76,107.13</p>
<p>Descrição (Sinopse): A reforma educativa em curso em Angola impõe ao sistema um desafio pedagógico na oferta educativa pública de qualidade para todos, rumo a uma sociedade democrática, justa e que reconheça e aceite a diversidade. Esse projeto foi concebido para apoiar a implantação de espaços de apoio à escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, organizados com materiais didáticos e pedagógicos específicos, bem como a formação de professores, que possibilitarão a acessibilidade ao currículo de forma igualitária. Durante a execução do projeto, foram capacitados 90 professores/multiplicadores angolanos em sistema braille integral e código matemático unificado, orientação e mobilidade, atividades de vida diária, ensino da língua portuguesa para surdos e em áreas da deficiência mental, síndrome de <i>down</i> e transtornos invasivos do desenvolvimento. Foram também distribuídos materiais didáticos e pedagógicos para as 18 províncias de Angola.</p>			

	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 100% de atividades resolvidas. Projeto finalizado em dezembro de 2015. • Dificuldades: Os equipamentos adquiridos no âmbito do projeto somente foram entregues em 2014, e a atividade "Instalação dos equipamentos das salas de recursos multifuncionais" foi realizada somente ao final do projeto. Ademais, diferente da orientação brasileira, as referidas salas multifuncionais foram instaladas em escolas de educação especial, em função da falta de comunicação entre as partes envolvidas. • Êxitos: Conforme relatório de avaliação inserido no Sistema de Acompanhamento da ABC – SAP: De acordo com a Secretária de Estado de Ensino Geral e Ação Social, Ana Paula Inês Ndala Fernando, o projeto PET-II foi essencial para a elaboração da Política Nacional de Educação Especial que deverá ser implementada em Angola, por meio de decreto presidencial em 2016; • As diretrizes de sustentabilidade do projeto foram atendidas, uma vez que os 90 professores multiplicadores capacitaram 3.500 professores da rede de ensino. A partir das duas salas pilotos de recursos multifuncionais, 28 novas salas foram implantadas durante o projeto por iniciativa do país. Dessa forma, o número de alunos matriculados com deficiência saltou de 18.439 para 28.467. • Destaca-se que este projeto teve a avaliação final realizada em dezembro de 2015, no entanto, será encerrado no sistema financeiro da ABC (SGPFin) no início de 2016.
--	--

CABO VERDE

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC TOTAL ABC	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	7	0	1.455.327,90	3.370.167,90	890.977,71	118.532,76	564.350,19
Negociação	1	0	250.000,00	500.000,00	0	0	0
Concluídos	1	0	69.257,23	132.977,23	69.257,23	14.221,77	0
Total	9	0	1.774.585,13	4.003.145,13	960.234,94	132.754,53	564.350,19

No âmbito do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, firmado em 28 de abril de 1977 e promulgado em 16 de dezembro de 1980, a ABC, em parceria com instituições nacionais, são empreendidas ações de cooperação técnica com Cabo Verde nos mais diversos setores: educação, administração pública, saúde, formação profissional, meio ambiente e cooperativismo.

Desde 1998, o Governo brasileiro desenvolveu cerca de oitenta ações, dentre essas, trinta são ações de cooperação de maior complexidade (projetos). Isso se traduz em aproximadamente cinco milhões de dólares de aporte somente da ABC nos últimos 14 anos para a cooperação com o país. Atualmente há sete projetos em execução, que somam aproximadamente um milhão e quinhentos mil dólares, um projeto foi finalizado em 2015 e um projeto está em negociação (Banco de Leite Humano), com custo estimado em duzentos e cinquenta mil dólares.

As iniciativas em execução são: (i) Apoio à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo na cidade da Praia – Cabo Verde; (ii) Fortalecimento da capacidade institucional da Agência de Aviação Civil de Cabo Verde; (iii) Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde – Fase 2; (iv) Qualidade da Educação Superior. Criação de um Sistema de Avaliação em Cabo Verde; (v) Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde de Cabo Verde – Fase 2; (vi) Consolidação da ARFA como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar de Cabo Verde visando ao fortalecimento de sua capacidade institucional – Fase 2; e (vii) Escola de Todos – Fase II.

I. PROJETOS (9)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (7)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/13/008-S053 BRA/04/044-S308</p> <p>Apoio à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo na cidade da Praia – Cabo Verde</p> <p>Objetivo: Gerar trabalho e renda e melhorar as condições ambientais e de vida da população de Cabo Verde, no marco dos princípios da economia solidária e do cooperativismo.</p> <p>Vigência: 23/02/2011 a 31/08/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/02/2011</p>	<p>Brasil UNISOL Brasil– Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde CMP – Câmara Municipal da Praia MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 35</p> <p>Produtos: Estudo de viabilidade sobre o artesanato local e a reciclagem de lixo na cidade da Praia.</p>	<p>ABC: US\$ 186.824,15 BR: US\$ 38,000.00 CV: US\$ 32,000.00 Total: US\$ 256.824,15</p> <p>Exc: US\$ 153.805,93 (82,33%) Exc. 2015: US\$ 855,25</p> <p>Saldo: US\$ 33.018,22</p>
<p>Descrição (Sinopse): O projeto objetiva a elaboração conjunta (Brasil e Cabo Verde) de estudo de viabilidade das áreas de artesanato e reciclagem de lixo na cidade da Praia para geração de renda e profissionalização de sua população. O trabalho será desenvolvido dentro das prerrogativas da economia solidária e do cooperativismo empregadas no Brasil pela UNISOL. Esse estudo poderá subsidiar decisões nacionais para desenvolver cadeias produtivas e buscar recursos para desenvolvimento nos setores.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 19 atividades das quais 13 foram executadas; Pendências e dificuldades: A Câmara Municipal da Praia tem o tema de artesanato e reciclagem como prioridades políticas. O estudo foi concluído e está em fase de edição e impressão. 			

Projeto	Instituições	Indicadores	Valores (US\$) e situação do
---------	--------------	-------------	------------------------------

	Executoras		projeto
<p>2. BRA/13/008-S183 BRA/04/044-S369</p> <p>Fortalecimento da capacidade institucional da Agência de Aviação Civil de Cabo Verde</p> <p>Objetivo: Garantir a segurança da aviação civil de Cabo Verde de forma a contribuir para o desenvolvimento do país e o bem-estar de sua população.</p>	<p>Brasil ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde AAC – Agência de Aviação Civil MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 21</p> <p>Beneficiários diretos: 42</p> <p>Produtos: a) Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional da Aviação Civil de Cabo Verde. b) 02 instrutores cabo-verdianos certificados como instrutor AVSEC c) Programa de treinamento.</p>	<p>ABC: US\$ 226.973,69 BR: US\$ 125.600,00 CV: US\$ 91.900,00 Total: US\$ 444.473,69</p> <p>Exc: US\$ 17.933,69(8%) Exc. 2015: US\$ 0,00</p> <p>Saldo: US\$ 209.040,00</p>
<p>Vigência: 22/12/2011 a 30/06/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 02/08/2012</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto objetiva fortalecer as capacidades da equipe técnica da Agência de Aviação Civil de Cabo Verde. Nesse sentido, prevê capacitação de inspetores de aviação civil nas áreas de segurança operacional e infraestruturas, capacitação de instrutores da autoridade de aviação civil cabo-verdiana e assistência técnica para apoiar a elaboração e revisão do Programa de Formação e Treinamento em Segurança da Aviação Civil contra atos de interferência ilícita. No total o projeto capacitará cerca de 40 técnicos cabo-verdianos.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 21 atividades das quais 3 foram executadas; Pendências e dificuldades: Por motivo de reestruturação dos cursos de formação na ANAC, a área técnica não conseguiu realizar os cursos no período planejado. Nessas condições, houve atraso considerável na execução do projeto. A ABC consultou formalmente a ANAC sobre a necessidade de envio de novo plano de ação que subsidie a revisão do referido projeto. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2. BRA/013/008-S052 BRA/04/044-S440</p> <p>Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde – Fase 2</p> <p>Objetivo: Aumentar a eficiência do Sistema Financeiro de Cabo Verde.</p> <p>Vigência: 20/07/2012 a 31/12/2016</p>	<p>Brasil BCB - Banco Central do Brasil ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde BCV - Banco de Cabo Verde MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 25</p> <p>Beneficiários diretos: 84</p> <p>Produtos: a) Implementação do Plano de Ação de Supervisão e do Projeto de Sistema de pagamentos. b) Migração da supervisão migrada para modelo baseado em risco.</p>	<p>ABC: US\$ 223.571,50 BR: US\$ 312.000,00 CV: US\$ 332.500,00 Total: US\$ 868.071,50</p> <p>Exc.: US\$ 184.758,56(82,64%) Exc. 2015: US\$ 22.867,06</p> <p>Saldo: US\$ 38.812,94</p>

<p>Data de assinatura do Ajuste: 23/07/2012</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê a realização de treinamentos e de capacitação para a equipe técnica do Banco de Cabo Verde nas áreas de tecnologia da informação, auditoria interna, recursos humanos, planejamento estratégico, política monetária, relações internacionais, comunicação, supervisão/Regulação do Sistema Financeiro e a prestação de assessoria técnica ao BCV para o desenvolvimento de ferramentas relativas ao Sistema de Pagamento e na elaboração de plano de ação da supervisão. Nesse sentido, a segunda fase do projeto visa contribuir para o fortalecimento institucional e operacional do BCV, por meio de capacitação e intercâmbio de experiências com os seguintes objetivos: criação de novos instrumentos de gestão; melhora dos procedimentos contábeis e da qualidade das informações financeiras; reforço da gestão de riscos; aperfeiçoamento da gestão de reservas; aperfeiçoamento do sistema de pagamentos cabo-verdiano; e migração da supervisão para o modelo baseado em riscos.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 17 atividades das quais 12 foram executadas; A execução do projeto tem ocorrido de forma satisfatória e ágil. Pendências e dificuldades: O Banco Central do Brasil (BCB), instituição executora brasileira, com vistas a viabilizar o cumprimento das atividades acordadas no documento de projeto, propôs novo cronograma de execução das atividades. A prorrogação atende à solicitação do BCV, para que 3 resultados sejam finalizados em 2016, conforme resumo: R3: A construção da Matriz de Riscos contará ainda com 2 missões ao BCV; R5: A implementação do plano de ação construída na fase 1 para construir o Sistema de Liquidação em tempo real que contará ainda com 1 missão ao BCV. As atividades sobre o produto "Plano Estratégico de Sistemas de Pagamento", que contaria com 2 missões de 1 técnico ao BCV, provavelmente, serão canceladas. O BCV sinalizou que apesar do grande interesse em realizá-la, não teriam capacidade para sua execução devido ao grande volume de trabalho pelo departamento envolvido; R6: Esse resultado sofreu atraso por uma questão de aprovação de documentos no BCV, mas alcançará as entregas previstas. Destaques: O Governador do Banco de Cabo Verde tem participado das ações desenvolvidas no âmbito do projeto e registra em todas as oportunidades sua satisfação em poder contar com o apoio brasileiro.

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>4. BRA/013/008-S030 BRA/04/044-S430</p> <p>Qualidade da Educação Superior. Criação de um Sistema de Avaliação em Cabo Verde</p> <p>Objetivo: Garantir a qualidade da educação superior em Cabo Verde</p> <p>Vigência: 25/07/2012 a 30/03/2017</p>	<p>Brasil INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde MESCI – Ministério da Ensino Superior, Ciência e Inovação MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 73</p> <p>Beneficiários diretos: 276</p> <p>Produtos: a) Indicadores de avaliação das instituições de ensino superior de Cabo Verde b) Indicadores de avaliação dos cursos de ensino superior de Cabo verde c) Sistema de avaliação do ensino</p>	<p>ABC: US\$ 221.359,24 BR: US\$ 143.200,00 CV: US\$ 223.540,00 Total: US\$ 588.099,24</p> <p>Exc.: US\$ 132.752,02(59,97%) Exc. 2015: US\$ 52.966,92</p> <p>Saldo: US\$ 88.607,22</p>

<p>Data de assinatura do Ajuste: 23/07/2012</p>		<p>superior implantado e operacionalizado.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior de Cabo Verde (SINAES) e com definição e implementação de instrumentos operacionais do SINAES (banco de avaliadores, indicadores e medidas do Ensino Superior, manuais de procedimentos da avaliação do ES), bem como capacitação da equipe do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde. Como objeto principal do projeto espera-se que com a criação dos indicadores e do sistema de avaliação, Cabo Verde seja independente para avaliar e criar metas de desenvolvimento do ensino superior. O projeto capacitará técnicos cabo-verdianos, por meio do desenvolvimento de cursos e seminários de formação profissional para a avaliação e prestar à assistência técnica para elaboração de material e de documentos legais e normativos para a implantação do sistema.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 24 atividades das quais 15 foram executadas; • Pendências e dificuldades: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, instituição executora brasileira, com vistas a viabilizar o cumprimento das atividades acordadas no documento de projeto, propôs novo cronograma de execução das atividades. A proposta apresentada pelo Instituto recebeu a anuência da contraparte cabo-verdiana. <p>Destaques:</p> <p>Aspectos positivos apontados pelos beneficiários, durante a missão de monitoramento do projeto:</p> <p>1. Recursos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Houve um ganho na capacitação de recursos humanos. A equipe do MESCI foi capaz de conduzir a avaliação de nove instituições de ensino. • Houve um ganho pessoal em conhecimentos com a participação nas capacitações e no processo. • O processo de formação com coordenadores e dirigentes acadêmicos foi um ganho. O ganho que fica é o desenvolvimento de capacidade técnica do capital humano e instrumentos. Era mais do que necessário que houvesse um sistema nacional de avaliação e regulação no país. A normatização é um resultado positivo que eleva a qualidade do ensino superior. • As formações foram úteis, trouxeram aprendizagem. O impacto que se espera é a melhoria da qualidade do ensino superior. • As formações trouxeram um resultado imediato. • Positivo a disponibilidade dos professores avaliadores mesmo com as questões de atraso no pagamento, pois o orçamento não estava à disposição. <p>2. Instrumentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importância da criação de instrumentos para assegurar a avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação que promoverá a qualidade; • Os instrumentos (documentos) construídos com e pelos cabo-verdianos também é um capital que fica; • Grande ganho na construção dos instrumentos, desenvolvimento de capacidade técnica para realizar avaliações “nós podemos por nós mesmos”. • Os mecanismos criados e práticas apreendidas ficam no país. • Os instrumentos são mecanismos para a busca da qualidade. <p>3. Panorama resultante das avaliações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prospecta-se que com a conclusão do projeto todos os resultados serão atingidos. Haverá um panorama de cada instituição. Todo o processo é um condutor da qualidade no ensino superior e de grande aprendizagem. • Resultado objetivo de se conhecer melhor a condição do ensino superior no país. As instituições serão respaldadas pelas avaliações. • O processo irá dar uma imagem global, promoverá medidas para a melhoria. 			

	<p>Expectativa de promover fusões e cooperação entre o público e privado, pois os recursos são escassos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ganho ao obter-se um panorama do ensino superior no país. <p>4. Metodologia/modelo</p> <ul style="list-style-type: none"> • A novidade é a criação de um modelo para a promoção da qualidade (não com ênfase punitivo); A visão da avaliação não para julgar, mas para a busca da melhoria; • Outra novidade é o trabalho conjunto com as instituições nacionais; Houve mobilização das instituições nacionais envolvidas na área do ensino superior; • O modelo dessa cooperação é mais favorável ao desenvolvimento do país. Hoje há capital humano no país que pensa e discute a avaliação, esse capital fica, há pessoas qualificadas. • Vê-se como positivo a metodologia de se envolver todas as instituições no processo de construção do sistema de avaliação. Há espaço para discussão. Os técnicos do Brasil exerceram a função de facilitadores promovendo o envolvimento e espírito crítico. O processo está a ser bem conduzido. Forma participativa das discussões é muito positiva. Houve aproximação entre as instituições. • O diálogo entre as instituições é relevante e positivo e não havia. As instituições estavam de costas umas as outras numa disputa acirrada. O processo também desencadeou uma comunicação entre as instituições, promoveu o diálogo, criou um fórum de debate. • Processo participativo na construção dos instrumentos. Como uma folha branca aberta a desenhar-se. Identificou-se lacunas na legislação. • O diálogo entre as instituições em pé de igualdade, público e privado. Colocou-se o ensino superior como um todo, publico e privado, criando-se condições para o desenvolvimento. • A metodologia e ponto de vista adotados foram completamente diferentes, nova forma de trabalhar por meio do diálogo. Soube-se quebrar a resistência de forma diplomática e produtiva. • Processo bem trabalhado com a sensibilização e mobilização dos parceiros. • Debate interno num ir e vir constante. • Positivo o diálogo entre as instituições. • Construção conjunta salvaguardando os interesses do país e da realidade local. • Houve acolhimento dos subsídios postos pelos participantes. <p>5. Apropriação/identidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto inova por ser a primeira vez que o Governo cabo-verdiano faz a avaliação. Houve uma desconfiança inicial por parte das instituições privadas. • Outro ganho para ressaltar é a construção da “identidade de Cabo Verde” no ensino superior. Está a construir-se um alinhamento do perfil dos cursos do ensino superior, uma unidade. • Faltava a definição de um padrão de qualidade a ser considerado para avaliação no país. O processo impulsionou a preocupação com a qualidade do ensino superior no país. A construção pelos cabo-verdianos do seu sistema de avaliação permite uma adequação das ofertas à necessidade do país. Induziu-se assim o processo de organização e alinhamento para realização da avaliação interna orientada por padrões estipulados. • O instrumento criado é de Cabo Verde e tem de funcionar sem o Brasil. Assume-se o controle do processo. <p>6. Ganhos institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • A construção dos mecanismos acelerou o processo de construção do sistema de avaliação. As instituições utilizaram esses mecanismos para suas avaliações internas. Impôs um novo ritmo, desencadeando processos internos de avaliação nas instituições do país. • Boas práticas foram compartilhadas. O grande desafio de harmonizar a busca pela qualidade no ensino superior. • Grande contribuição para a melhoria do ensino superior, um enorme ganho nesse curto período. O processo deve continuar, manter-se as exigências com prazo para adaptações.
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • As instituições aprenderam muito com a avaliação e o processo de avaliação. • A discussão dos indicadores foi excelente e houve aceitação dos indicadores. Percebeu-se o processo de avaliação como para induzir a melhoria da qualidade. • A organização ajudou as instituições nas avaliações internas. Os avaliadores estavam preparados. • Resultado já está à vista no posicionamento das instituições. Grande efeito que está a provocar um processo de revolução interna nas instituições. Clara vontade de romper-se com as práticas do passado. • Se calhar vale muito mais por haver colocado as instituições num sentido de avaliação interna constante, todos os dias. Desencadeou uma mudança de mentalidade. Um processo que não tem volta. • A divulgação dos resultados promoverá a competição salutar que impulsionará a qualidade. <p>7. Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> • A promoção da qualidade do ensino superior é o ganho que se espera, um ganho não apenas do Estado, mas das instituições que deram um passo adiante. • Esse processo não está isolado, mas faz parte de um contexto maior no país de processos de avaliação que estão em curso. Um processo vem a subsidiar o outro. • A cooperação apresenta frutos: normatização, jurídico (enquadramento legal consolidado), capacitação das IES, visita de intercâmbio ao Brasil para ter uma ideia do processo na prática; reforço das capacidades do MESCI; guião institucional construído, capacitação do CPQA; desenvolvimento de novas competências e valências; • A criação da Agência de regulação e avaliação demandará a alocação de recursos o que melhorará a questão de previsão e disponibilidade orçamentária. A Agência também contará com recursos humanos, equipamentos e um status qualificado para exercer a função de avaliação. <p>8. Cooperação com Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspecto positivo da cooperação entre Brasil e Cabo Verde: há realidades mais semelhantes entre Brasil e Cabo Verde quanto ao percurso e estrangulamentos. O modelo de avaliação que se traz é baseado num modelo internacional, mas na perspectiva de adequar-se. A proposta não estava montada foi construída conjuntamente. • O fato de a equipe brasileira ter um distanciamento da realidade local também auxilia a cruzar as realidades o que ajuda na construção das diretrizes. Outro ponto positivo da cooperação com Brasil é o fato da equipa saber adequar a linguagem ao público com o qual se está a trabalhar. • Sem a cooperação seria difícil para Cabo Verde montar esse sistema de avaliação em tão curto tempo. A melhoria do ensino superior é uma demanda da sociedade e o governo está sensível a isso. • A cooperação foi incisiva, concreta, auxiliou a orientar os parâmetros. • Uma cooperação respeitadora das capacidades locais. • A cooperação brasileira apresentou uma metodologia horizontal, não expositiva, como uma folha em branco para em conjunto ser construído com o aporte de boas experiências que vão se adequar à realidade do país. Promoveu o envolvimento, discussão, participação, numa recusa à imposição. Isso deu mais legitimidade ao processo e instrumentos construídos. • O modelo brasileiro não foi impositivo, a construção foi democrática, demonstrando muita disponibilidade e simplicidade. Houve compromisso na participação em todas as etapas. • A competência dos recursos humanos do Brasil. • Qualidade dos recursos humanos do Brasil foi uma surpresa tanto quanto à capacidade técnica, quanto à ética, metodologia de trabalho e approach . • Quanto à equipe brasileira, essa demonstrou espírito não de dar lições, mas abertura ao diálogo o que enriquece a forma de trabalhar e cria um ambiente de empatia. A equipe também é muito bem qualificada. • A cooperação auxilia a dar mais legitimidade ao processo, pois se contou com o apoio de especialistas qualificados para a construção dos instrumentos e do
--	--

	<p>processo, o que também enriquece o trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> Quanto ao trabalho com a cooperação brasileira foi positivo e prático. <p>Aspectos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> Os coordenadores não participaram da construção inicial e receberam documentos elaborados apenas nos encontros, o que pareceu que os coordenadores estavam lá apenas para ratificar o já desenhado. Essa impressão reforçou-se devido a que também não houve nenhum esclarecimento de como havia sido o processo para a construção desses documentos. Após observar-se que houve uma apropriação das sugestões dadas pelos coordenadores desfez-se essa impressão de que apenas estavam para ratificar o processo, logo a participação dos coordenadores mostra-se válida. As instituições deveriam ter mais tempo para se prepararem para as avaliações externas. O Guião das instituições foi socializado para os coordenadores, mas a construção não saberia dizer se foi participativa. Nem sempre o modelo serve na sua integralidade, as culturas institucionais e o tempo são diferentes. Questões menos fortes: o tempo de acompanhamento no terreno foi muito pouco para uma avaliação que começa no ponto zero a ser realizada, necessitava da presença da equipa de Brasil para orientação. As questões logísticas e de organização são difíceis, mas a equipa brasileira soube lidar com esses contratemplos. As agendas são longas e intensas e o tempo para resposta é curto, é um momento de partilha, a questão financeira fragiliza o processo limitando a possibilidade de alargamento dos encontros e espaços para mais partilha. Foi crítico o aspecto de ter apenas duas pessoas na comissão de avaliação externa, principalmente, em instituições grandes. Não se respeitou o critério de 3 a 5 pessoas, número ímpar, para a constituição da comissão. Isso num país de dimensão populacional pequena é mais crítico. Os instrumentos são úteis, mas terão de ser melhorados, aprimorados. As instituições a partir desse momento farão questão de participar do processo de aperfeiçoamento dos instrumentos. Condescendência com a Universidade Pública. A regra deve valer para todos. A experiência brasileira é útil, mas Cabo Verde também está perto da Europa e não deve se desconsiderar o processo já construído com o projeto de Bolonha que também tem impacto no país. O Guião institucional era pouco exigente em relação principalmente à produção científica e a investigação.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>5. BRA/13/008-S194 BRA/04/044-S441</p> <p>Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde de Cabo Verde – Fase 2</p> <p>Objetivo: Fortalecer os Cuidados Primários de Saúde (CPS) em Cabo Verde, com vistas à reorganização da rede assistencial do sistema de saúde cabo-verdiano de forma a contribuir para o desenvolvimento do país e o bem-</p>	<p>Brasil NATES/UFJF – Núcleo de Atendimento, Treinamento e Estudos em Saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde MS- Ministério da Saúde MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 34</p> <p>Beneficiários diretos: 150</p> <p>Produtos: a) Planos de reorganização do atendimento e prestação dos cuidados primários de saúde</p>	<p>ABC: US\$ 194.857,19 BR: US\$ 69.000,00 CV: US\$ 60.500,00 Total: US\$ 324.357,19</p> <p>Exc.: US\$ 77.512,42 (39,78%) Exc. 2015: US\$ 24.050,25</p> <p>Saldo: US\$ 117.344,77</p>
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê duas linhas de atuação: (i) implantação dos Planos de reorganização do atendimento e de prestação dos cuidados primários de saúde (PRECPS) e (ii) capacitação de equipes de atenção primária à saúde. Nesse</p>			

<p>estar de sua população.</p> <p>Vigência: 23/07/2012 a 30/09/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/07/2012</p>	<p>sentido, o projeto proverá a elaboração e a implantação dos PRECPS nas Ilhas de Santiago e São Vicente, realizará ações de sensibilização e preparação de equipes de saúde e da comunidade para as novas ações de cuidados primários de saúde em Cabo Verde, apoiará a implantação dos conselhos locais de saúde, bem como a inclusão dos protocolos de atenção à saúde mental e de atenção ao envelhecimento e saúde do idoso no sistema cabo-verdiano do cuidado primário à saúde.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 17 atividades das quais 6 foram executadas; • O Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde (Nates), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição executora brasileira, com vistas a viabilizar o cumprimento das atividades acordadas no documento de projeto, propôs novo cronograma de execução das atividades, com finalização previsto para agosto de 2016.

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>6. BRA/013/008-S031 BRA/04/044-S436</p> <p>Consolidação da ARFA como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar de Cabo Verde visando ao fortalecimento de sua capacidade institucional – Fase 2.</p> <p>Objetivo: Proteger e promover a saúde da população de Cabo Verde por meio do acesso a medicamentos e alimentos com maior qualidade e segurança.</p> <p>Vigência: 06/08/2012 a 30/06/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 02/08/2011</p>	<p>Brasil ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde ARFA – Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 21</p> <p>Beneficiários diretos: 42</p> <p>Produtos: a) Guia de métodos e procedimentos da ARFA para a regulação econômica de medicamentos e produtos farmacêuticos em Cabo Verde. b) Regulamentos e normas técnicas do Sistema Nacional de Farmacovigilância de Cabo Verde. c) Planos estratégicos de intervenção da ARFA. Manual de procedimentos para registro de medicamentos em Cabo Verde. d) Guia de metodologia e regulamentos para incorporação do Codex Alimentarius na forma do guia de regulamentos, e) Procedimentos e normas técnicas do SNCA e documento de análise técnica dos resultados da gestão e articulação do SNCA. f) Manual de procedimentos para investigação de surtos das DTAs. g) agenda regulatória e o</p>	<p>ABC: US\$ 53.711,06 BR: US\$ 44.000,00 CV: US\$ 51.500,00 Total: US\$ 149.211,06</p> <p>Exc.: US\$ 38.401,99(71,50%) Exc. 2015: US\$ 7.115,97</p> <p>Saldo: US\$ 15.309,07</p>

	<p>guia de "boas práticas" h) Plano de Comunicação da ARFA.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O projeto pretende dar continuidade às ações da primeira fase nas áreas de regulação de produtos farmacêuticos e alimentares. O Projeto prevê o fortalecimento da atuação da Agência cabo-verdiana, ARFA, no âmbito da regulação econômica e sanitária de medicamentos e alimentos em Cabo Verde, bem como a criação de instrumentos de gestão institucional. No setor farmacêutico, o projeto viabilizará a criação de instrumentos de regulação econômica e sanitária de medicamentos, criação de instrumentos para operacionalização do Sistema Nacional de Farmacovigilância, criação do processo de registro de medicamentos e a elaboração de planos estratégicos para intervenção no pós-mercado de medicamentos (qualidade, segurança, eficácia e utilização). No setor alimentar, pretende-se operacionalizar a regulação e a vigilância sanitária em Cabo Verde, por meio da criação de regulamento técnico e metodologia para incorporação do CODEX ALIMENTARIUM no ordenamento cabo-verdiano, criação de instrumentos para a operacionalização do Sistema Nacional de Controle de Alimentos e Licenciamento Sanitário e a elaboração de metodologia para investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos e pela água. Na área de gestão institucional, será elaborada a Agenda Regulatória para medicamentos e alimentos de Cabo Verde e o "Guia de Boas Práticas Regulatórias" e será operacionalizado o Plano de Comunicação Institucional da ARFA.</p>		
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 11 atividades das quais 8 foram executadas; A ANVISA propôs novo cronograma de atividades, o qual foi acatado pela contraparte cabo-verdiana. Estão pendentes para conclusão as atividades A1.2.1 Elaborar metodologias e regulamento técnico para incorporação do CODEX Alimentarius (FAO) em Cabo Verde, A1.2.2 Criar instrumentos de operacionalização do Sistema Nacional de Controle de Alimentos e Licenciamento Sanitário (SNCA) de Cabo Verde e A1.4.2 Realizar avaliação final das atividades do projeto. Essas atividades devem ser realizadas no início de 2016. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>7. BRA/13/008-S193 BRA/04/043-S061</p> <p>Escola de Todos – Fase II</p> <p>Objetivo: Apoiar o sistema de ensino cabo-verdiano na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado complementar à escolarização com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>	<p>Brasil UFSM – Universidade Federal de Santa Maria</p> <p>ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde MED – Ministério da Educação e Desporto MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 30</p> <p>Beneficiários diretos: 98 professores cabo-verdianos capacitados.</p> <p>Produtos: a) Documento Orientador para construção da Língua dos Sinais de Cabo Verde. b) Três salas de recursos multifuncionais instaladas em Cabo Verde, atendendo e acompanhando pelo menos 15 crianças com algum tipo de deficiência.</p>	<p>ABC: US\$ 348.031,07 BR: US\$ 272.000,00 CV: US\$ 119.100,00 Total: US\$ 739.131,07</p> <p>Exc: US\$ 285.813,10 (82,12%) Exc. 2015: US\$ 10.677,32 Saldo: US\$ 62.217,97</p>

<p>Vigência: 09/09/2009 a 30/10/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 12/03/2008</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto objetiva apoiar o sistema de ensino cabo-verdiano na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado complementar a escolarização, com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, dando ênfase nas crianças com deficiência visual e auditiva. O projeto prevê a implantação de três salas de recursos multifuncionais que serão instaladas nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo, bem como o apoio a especialistas cabo-verdianos no desenvolvimento de uma língua de sinais local (em crioulo) para a comunidade surda e muda do país.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 28 atividades das quais 20 foram executadas ; • A reforma das salas atrasou. Em agosto deste ano, ocorreu a missão de acompanhamento da reforma dos espaços físicos para adequação às regras de acessibilidade e a compra dos materiais necessários para a referida reforma. • Êxitos: Desde a primeira fase, o projeto tem apoiado o Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde na construção de políticas públicas para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

1.2 PROJETOS CONCLUÍDOS (1 projeto)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/04/044-S098</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura de Cabo Verde</p> <p>Objetivo: Consolidar a política de expansão da horticultura em Cabo Verde, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda do país.</p> <p>Vigência: 12/03/2008 a 30/11/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 13/09/2007</p>	<p>Brasil Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ABC – Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário. MIREX – Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 07</p> <p>Beneficiários diretos: 20 técnicos do INIDA</p> <p>Produtos: a) doação de 8 Kg de sementes brasileiras para pesquisa (germoplasma) b) 02 unidades de observação de hortaliças.</p>	<p>ABC: US\$ 69.257,23 BR: US\$ 25.000,00 CV: US\$ 38.720,00 Total: US\$ 132.977,23</p> <p>Exc: US\$ 69.257,23 (100%) Exc: 2015: US\$ 14.221,77</p> <p>Saldo: US\$ 0,00</p>
<p>Descrição (Sinopse): O propósito principal do projeto é apoiar a consolidação da política de expansão da horticultura em Cabo Verde, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda do país. O projeto capacitará cerca de 20 técnicos do INIDA em sistemas de produção de hortaliças e de frutas tropicais. Prevê a transferência de germoplasma de plantas olerícolas e frutícolas de domínio público, bem como a implantação de uma unidade de demonstração para cultivo de hortaliças e de frutas tropicais, a qual servirá para dar continuidade as formações aos agricultores locais, garantindo, assim, a sustentabilidade do projeto.</p>			
<p>Relatório final apresentado em setembro de 2015</p> <p>Conclusões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir dos dados sistematizados identificaram-se os principais constrangimentos e os quesitos melhor avaliados, como a capacitação e os temas transversais. • O documento de projeto estipulou cinco resultados a serem alcançados: 1) regiões produtoras visitadas por técnicos brasileiros para diagnóstico e 			

	<p>avaliação da produção e processamento de hortaliças e de frutas tropicais em Cabo Verde; 2) oito técnicos capacitados em sistemas de produção e processamento de hortaliças e frutas no Brasil, nas seguintes áreas: fitossanidade (dois), manejo de água e solo (dois), sistemas de produção (dois), melhoramento genético e produção de sementes (um) e sócio-economia (um); 3) unidades de demonstração de cultivo de hortaliças (na Estação Experimental de São Domingos) implantadas em Cabo Verde; 4) unidades de demonstração de cultivo de frutas tropicais (na Estação Experimental de São Jorge) implantadas em Cabo Verde; e 5) projeto monitorado e avaliado.</p> <ul style="list-style-type: none">• Durante a implementação do projeto, as três estações do INIDA foram visitadas por técnicos brasileiros, os quais fizeram a avaliação quanto à produção e ao processamento de hortaliças. No entanto, não foi realizado diagnóstico na área de hortaliças, nem de frutas, tampouco houve avaliação da produção e processamento de frutas tropicais.• A capacitação não ocorreu nas áreas específicas de atuação dos técnicos cabo-verdianos, conforme proposto no projeto. A contraparte cabo-verdiana designou apenas seis técnicos para a capacitação no Brasil. Os técnicos designados realizaram visitas técnicas às unidades da Embrapa (Embrapa Mandioca e Fruticultura, Embrapa Hortaliças e Embrapa Semi-Árido). A visita teve duração total de 21 dias, sendo 5 dias úteis em cada Unidade. Nessas visitas os técnicos cabo-verdianos conheceram os campos experimentais, as estufas e os laboratórios e receberam palestras técnicas, as quais abordaram as áreas de horticultura, fruticultura e sócio-economia. Apesar da capacitação não ter ocorrido como previsto no projeto (áreas específicas) esse quesito foi muito bem avaliado pelos beneficiários, apresentando alto grau de satisfação (92% de notas 6 a 10) com o conhecimento da experiência brasileira.• No âmbito do projeto, no ano de 2012, foi realizada também uma capacitação complementar com o equipamento Irrigas. Essa capacitação foi realizada nas 03 Estações Experimentais do INIDA e, em apenas uma delas (Tarrafal) a técnica está sendo aplicada. O equipamento está sendo utilizado em área experimental de produção de tomate (Figura 1). Em depoimento dado à equipe brasileira, o técnico relatou a importância da utilização da técnica em virtude da realidade local (carência de água) salientando que se dispôs a difundir a técnica para os agricultores locais, mas até o momento não foi efetivado, aguardando-se decisão da Delegação do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Tarrafal.• Em relação às unidades de demonstração, ressalta-se que entre os anos de 2006 e 2008, período de tramitação do projeto, foram enviadas sementes de diversas espécies de hortaliças (abóbora, alface, berinjela, brócolis, beterraba, cebola, cenoura, coentro, melão, pepino, quiabo, repolho, rúcula, salsa e tomate) com as quais foram instaladas unidades de validação dessas cultivares (conforme relatório parcial da missão realizada em 2011). Um dos resultados alcançados por meio desses ensaios foi em relação à berinjela Ciça, que apresentou bom desempenho agrônomico nas condições cabo-verdianas. Dado à dificuldade de obtenção de sementes F1, o INIDA vem produzindo e utilizando as sementes F2 para comparação do desempenho agrônomico frente a outras variedades.• Ainda no âmbito do projeto, foram implantadas em 2012, duas unidades de demonstração com cultivo de milho doce (Super Doce e Doce Cristal) nas estações experimentais de São Domingos e de São Jorge. Na área de frutas não foram feitas unidades demonstrativas. A Embrapa Mandioca e Fruticultura não teve disponibilidade de corpo técnico para execução das ações planejadas no projeto, quando da realização das missões.• As sementes transferidas pela Embrapa em 2010, conforme depoimento da equipe do INIDA, apresentaram baixa porcentagem de germinação, bem como quantidade insuficiente para a instalação das unidades demonstrativas. Esse fato gerou grande insatisfação por parte da equipe cabo-verdiana a qual foi refletida na baixa avaliação constatada na seção implementação do projeto.• Durante a execução do projeto, o processo de monitoramento como um todo não apresentou boa interação entre as instituições participantes, com diferentes equipes designadas para as missões, apresentando deficiência na coordenação, fato que dificultou o acompanhamento e gestão do projeto, ocasionando descontinuidade e desconexão entre as ações planejadas e
--	--

	realizadas.
--	-------------

I.3 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. Apoio Técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2</p> <p>Objetivo: Reforçar o monitoramento das águas de Cabo verde</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz Instituto Fernandes Figueira Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Cabo Verde Ministério da Saúde Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 25</p> <p>Produtos: a) Fortalecer a atuação do BLH de Praia</p>	<p>ABC: US\$ 250,000 Contrapartes: US\$ 250,000</p> <p>Total: US\$ 500,000</p>
<p>Vigência: n/a Data de assinatura do Ajuste: n/a</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto ampliará as ações da primeira fase. A primeira fase atendeu somente as mães da neonatologia do Hospital Agostinho Neto. A segunda fase pretende ampliar o benefício para a população da Praia.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> A proposta de segunda fase foi apresentada durante a missão de avaliação realizada em novembro de 2013. No entanto, em razão de restrições orçamentárias não foi dado seguimento à demanda. Há oferta do Ministério da Saúde do Brasil, por meio de Prodoc assinado pela Assessoria Internacional com o PNUD, de contrapartida brasileira para atendimento da referida demanda. 		

GUINÉ-BISSAU

Situação	PE	AI	ABC	Total	Execução Fin.	Executado 2015	Saldo US\$
Execução	4	1	1.724.576,00	1.897.675,00	166.525,85	166.525,85	1.558.050,15
Concluídos	2	0	3.443.380,63	3.819.755,63	3.009.594,22	331.239,42	0,00
Total	6	1	5.167.956,63	5.717.430,63	3.176.120,12	497.765,32	1.558.050,15

O Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18 de maio de 1978, promulgado em 01 de agosto de 1979, com vistas a fortalecer as relações bilaterais entre os governos dos dois países.

Na Guiné-Bissau, a cooperação brasileira tem apoiado diversos setores, entre eles a formação profissional, a educação, a geração de emprego e renda, a inclusão digital, a segurança pública, o apoio à estruturação do Assembléia Nacional Popular, a consolidação do Registro Civil no país, assim como o apoio ao recenseamento da população, à realização de eleições democráticas e o fortalecimento da cadeia produtiva do caju, principal produto de exportação do país africano. Cabem destaque, o projeto do Centro de Formação Profissional e a implementação da Escola de Educação Integral do Bairro São Paulo e do Centro de Formação em Segurança Pública. A Guiné-Bissau constitui um dos mais importantes parceiros da cooperação brasileira. No período de 1997 a 2016 foram executadas aproximadamente sessenta ações de cooperação que corresponderam a cerca de oito milhões de dólares aportados pela ABC.

Depois de realizadas as eleições no país, em outubro de 2014, quatro projetos foram repactuados, a saber: [i] projeto na área do processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA; [ii] Projeto apoio ao fortalecimento do combate ao HIV/Aids, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde; [iii] Projeto na área de diagnóstico laboratorial do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, também desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde; e [iv] Projeto apoio ao fortalecimento do Centro de processamento do caju, desenvolvido em parceria com o MEC/IF-Sertão-PE.

O novo documento de projeto referente ao projeto de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais, desenvolvido com a Embrapa, e ao projeto de diagnóstico laboratorial do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, desenvolvido com o Ministério da Saúde, encontram-se em fase de assinatura pelas partes brasileiras e provavelmente terão início no primeiro trimestre de 2016.

Os demais projetos repactuados tiveram atividades executadas no decorrer do ano de 2015. O projeto na área de fortalecimento do combate ao HIV/Aids executou 11 atividades das 16 previstas. O projeto de apoio ao fortalecimento do Centro de Processamento do Caju, desenvolvido em parceria com o MEC, foi executado em sua totalidade e, em novembro passado, realizou-se a missão de avaliação final do projeto. Na missão pode-se constatar que o grau de satisfação com a execução do projeto foi excelente e os benefícios do projeto já podem ser vistos mensurados (produtos do caju sendo feitos em fábricas artesanais, empreendedorismo autônomo em diversas áreas).

Além dos projetos citados, fez parte da pauta de cooperação com a Guiné-Bissau o projeto do Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau, cuja segunda fase foi encerrada este ano. O referido Centro, desde o início das suas atividades, em 2006, formou mais de 2.100 alunos nas 10 áreas oferecidas. Uma nova fase do projeto deveria ter sido iniciada em julho de 2015, mas em decorrência da morosidade terá início em 2016. No entanto, não houve solução de continuidade nas ações de formação empreendidas pelo Centro, viabilizadas por meio de transferência de recursos à Embaixada do Brasil em Bissau, e por meio de atividade pontual.

No segundo semestre de 2015, foram apresentadas pela Guiné-Bissau demandas nas áreas de: [i] Censo demográfico; [ii] cultura do caju e rizicultura; [iii] Gestão Hospitalar; [iv] Banco de Leite; [v] Tuberculose; [vi] Malária; e [vii] Construção de Hospital Comunitário de Referência. As demandas na área de saúde apresentadas durante a visita do Secretário de Estado da Gestão Hospitalar, Sr. Martilene dos Santos, ao Brasil, com exceção da construção do Hospital, serão viabilizadas em 2016 com recursos do Ministério da Saúde.

Cabe registrar que antes dos conflitos na Guiné-Bissau, em abril de 2012, haviam três iniciativas de cooperação em negociação: [i] iniciativa na área militar, que seria a instalação de um Centro de Formação Militar; [ii] segunda fase do projeto de Registro Civil de Nascimento; e [iii] possibilidade de projeto de apoio ao fortalecimento da Política Nacional de Direitos Humanos da República da Guiné-Bissau. Por falta de interesse das partes envolvidas e, em alguns casos a falta de recursos do governo brasileiro, as atividades serão canceladas.

I. PROJETOS BILATERAIS (06)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (04)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/13/008-S (ainda não registrado)</p> <p>Centro de Formação Profissional e Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e transferência de gestão</p> <p>Objetivo: Contribuir para o esforço de recuperação econômica do país e, consequentemente, alavancar seu desenvolvimento social por intermédio da educação profissional.</p> <p>Vigência: Janeiro de 2016 a dezembro de 2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 14 de novembro de 2007</p>	<p>Brasil: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Nacional Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento regional de São Paulo</p> <p>Contrapartes: Ministério da Função Pública e Trabalho</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 40 Especialistas/professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento regional de São Paulo e analista de projetos da ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 44 cidadãos guineenses multiplicadores</p> <p>Produtos: a) Continuidade na Formação profissional e Promoção Social em Bissau; e b) Programas de qualificação profissional voltados para jovens e adultos com vistas à promoção social destes segmentos.</p>	<p>ABC: US\$ 999.425,80</p> <p>Contrapartes: SENAI US\$ 0,00 BISSAU: US\$ 5.000,00 Total: US\$ 1.004.425,80</p> <p>Exc. 2015: US\$ 0,00 Exec. Financeira: US\$ 0,00 Execução física: 0/35</p> <p>Saldo ABC: US\$ 999.425,80</p>
<p>Descrição: O projeto de cooperação contribuirá para a estruturação no país de um modelo de formação profissional, de forma coordenada com as iniciativas do Governo no âmbito da educação técnica e com vistas a desenvolver meios de geração de renda para mulheres e homens. O objetivo do projeto está alinhado com os planos de desenvolvimento do país, mais especificamente, no que diz respeito aos eixos III e IV do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – II, a saber: Eixo 3 - promover o desenvolvimento econômico durável: visa o crescimento econômico e a redução da pobreza por meio do desenvolvimento de certos setores produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção; e Eixo 4 - elevar o nível de desenvolvimento do capital humano: visa desenvolver o capital humano no quadro da melhoria de vida da população e de gênero, no contexto das novas políticas setoriais e transversais. Esse eixo está particularmente centrado em acelerar o processo de realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas (ONU),</p>			

	<p>contemplando a elaboração e execução de uma política nacional para o emprego, em que se insere a formação profissional.</p> <p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devido a questões de ordem política, ocorridas na Guiné-Bissau, o processo de assinatura do documento de projeto tornou-se moroso e refletiu na postergação do início da fase III, de julho de 2015, para janeiro de 2016. • No entanto, o ciclo de formação previsto na fase III do projeto, foi ministrado, independente do projeto com repasse de recursos via escritório financeiro do Itamaraty e por meio de atividade isolada (BRA/13/008-A087). • Projeto devidamente assinado pelas partes em janeiro de 2016. Aguarda-se assinatura da Carta-Acordo para início da execução das atividades do projeto.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2. BRA13/008-S014 (BRA04/044-S404)</p> <p>Apoio na área de diagnóstico laboratorial do HIV e outras doenças infecciosas em Guiné-Bissau</p> <p>Objetivo: Apoiar o governo da Guiné-Bissau na no diagnóstico laboratorial precoce do HIV e outras doenças infecciosas em Guiné-Bissau</p> <p>Vigência: 05 de junho de 2012 a 30 de julho de 2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 25 de agosto de 2010</p>	<p>Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Ministério da Saúde</p> <p>Contrapartes: Instituto Nacional de Saúde Pública – INASA; Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 16 Especialistas brasileiros na área de diagnóstico laboratorial da UFRJ, do Ministério da Saúde e da ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 57 Técnicos e médicos guineenses</p> <p>Produtos: a) Diagnóstico infantil precoce de crianças expostas ao VIH (DIP); e b) Capacidades desenvolvidas no INASA/LNSP na área de diagnósticos e qualidade dos testes diagnósticos fortalecidas.</p>	<p>ABC: US\$ 197.313,00</p> <p>Contrapartes: UFRJ: US\$ 53.000,00 MS: US\$ 6.000,00 Total: US\$ 256.313,00</p> <p>Exc. 2015: US\$ 6.157,60 Exec. Financeira: US\$ 6.157,60 Execução física: 01/19</p> <p>Saldo ABC: US\$ 191.155,40</p>
	<p>Descrição (Sinopse): Apoiar o Ministério da Saúde de Guiné-Bissau a estabelecer um programa nacional de diagnóstico precoce infantil para reduzir a mortalidade das crianças VIH+ em Guiné-Bissau e o desenvolvimento técnico e profissional do Laboratório Nacional de Saúde Pública do Instituto Nacional de Saúde Pública (INASA).</p>		
	<p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 19 atividades das quais 01 foi executada. • Não houve atividades executadas em consequência da instabilidade política na Guiné-Bissau. • Projeto repactuação em maio de 2015. Após repactuação o documento de projeto seguiu para assinatura das partes brasileiras. • Ainda em processo de assinatura pela UFRJ. • Vislumbra-se a possibilidade de as primeiras atividades do projeto serem executadas no primeiro trimestre de 2016. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>3. BRA13/008-S012 (BRA04/044-S407)</p> <p>Implantação e implementação da unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais na Guiné-Bissau</p> <p>Objetivo: Contribuir para a geração de emprego e renda na Guiné-Bissau por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju e outras frutas tropicais</p> <p>Vigência: 12 de junho de 2012 a 03 de agosto de 2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 20 de julho de 2011</p>	<p>Brasil: Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária</p> <p>Contraparte: Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial – FUNDEI; e Ministério do Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 14 Especialistas brasileiros da Embrapa e ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 34 Técnicos produtores e associados guineenses</p> <p>Produtos: a) Unidade didática de processamento do pedúnculo do caju (UDP-Caju) no Centro de Promoção do Caju; b) Capacitação técnica em práticas agroindustriais do processamento do pedúnculo do caju; no funcionamento e operacionalização dos equipamentos da UDP e na elaboração de material didático; e c) Normas e padrões de identidade e qualidade dos produtos resultantes da industrialização do pedúnculo do caju.</p>	<p>ABC: US\$ 248.240,00</p> <p>Contraparte: EMBRAPA US\$ 44.000,00 FUNDEI US\$: 4.000,00 Total: US\$ 296.240,00</p> <p>Exc. 2015: US\$ 13.039,81 Exec. Financeira: US\$ 13.039,81 Execução física: 02/35</p> <p>Saldo ABC: US\$ 235.200,19</p>
	<p>Descrição (Sinopse): O projeto visa contribuir para a geração de emprego e de renda na Guiné-Bissau por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju e de outras frutas tropicais.</p> <p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 35 atividades das quais 02 foram executadas. Projeto repactuado em março de 2015 e, por conta de situação política enfrentada pela Guiné-Bissau a assinatura documento de projeto atrasou. O documento de projeto foi assinado pela parte guineense em outubro de 2015 e, neste momento, encontra-se com a Embrapa. As atividades deverão ser retomadas no primeiro trimestre de 2016. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>4. BRA13/008-S013 (BRA04/044-S434)</p> <p>Fortalecimento do combate ao HIV/AIDS na Guiné-Bissau</p> <p>Objetivo: Contribuir para a</p>	<p>Brasil: Ministério da Saúde</p> <p>Contrapartes: Secretaria Nacional de Luta Contra a AIDS (SNLS); e Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau.</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 28 Especialistas brasileiros do Ministério da Saúde e ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 507 profissionais do SNLS, MS/GB, ativistas e soropositivos guineenses</p>	<p>ABC: US\$ 225.600,00</p> <p>Contrapartes: MS US\$ 26.300,00 SNLS-GB US\$ 34.800,00 Total: US\$ 286.700,00</p> <p>Exc. 2015: US\$ 97.864,84 Exec. Financeira: US\$ 97.864,84</p>

<p>redução do impacto da epidemia de VHI/SIDA na Guiné-Bissau</p> <p>Vigência: 01 de agosto de 2012 a 04 de outubro de 2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 25 de agosto de 2010</p>		<p>Produtos:</p> <p>a) Plano nacional de comunicação para redução de vulnerabilidade e mudanças de comportamentos;</p> <p>b) Capacidades técnicas das instituições envolvidas na resposta a epidemia do VIH/SIDA, fortalecidas nas áreas de prevenção, serviços de despistagem e aconselhamento;</p> <p>c) Capacidades técnicas das instituições envolvidas nas respostas na área de prevenção desenvolvidas;</p> <p>d) Capacidade técnica fortalecidas nas áreas de manejo clínico de antirretrovirais, infecções oportunistas e co-infecções tuberculosa/VIH desenvolvidas.</p>	<p>Execução física: 11/16</p> <p>Saldo ABC: US\$ 127.735,16</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Apoiar a resposta nacional para a condução de uma política de prevenção e assistência em VHI/SIDA para a população em geral e para os grupos populacionais que se encontram mais vulneráveis e sob maior risco de infecção e, ainda, apoiar no desenvolvimento de capacidades de gestão e técnica do Secretariado Nacional de Luta contra a SIDA, o Ministério da Saúde da Guiné-Bissau e as instituições parceiras da sociedade civil.</p>			
<p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 16 atividades, das quais 11 foram executadas. • Destaques: Cerca de 150 técnicos já foram capacitados na Guiné-Bissau. • A comunicação entre os atores envolvidos foi um destaque na execução das ações. • O projeto tem obtido execução exemplar. <p>Andamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre abril de 2012 e outubro de 2014 não foram executadas atividades do projeto em consequência da instabilidade política naquele país. • Interlocuções entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Secretariado Nacional de Luta Contra a SIDA na Guiné-Bissau foram mantidas a fim de planejar estratégias para dar início à execução do projeto. • O projeto foi repactuado em maio de 2015 e mais de 50% das atividades previstas, 11 de 16, já foram executadas. O projeto está sendo muito bem recebido pela contraparte. 			

I.2 ATIVIDADE ISOLADA (01)

Projeto	Instituições Executoras	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/13/008-A087</p> <p>Ação Simplificada Complementar ao Projeto do Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau (CFPBGB)</p> <p>Objetivo: Realizar missão do coordenador local do Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné – Bissau, com vistas a finalizar as ações do atual ciclo de formação, bem como providenciar a finalização de processo de prestação de contas referentes a prestações de contas anteriores.</p> <p>Vigência: 01 de dezembro de 2015 a 30 de janeiro de 2016.</p>	<p>Brasil: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Nacional Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento regional de São Paulo</p> <p>Contrapartes: Ministério da Função Pública e Trabalho</p>	<p>ABC: US\$ 53.997,20</p> <p>Contrapartes: NÃO HÁ RECURSOS</p> <p>Exc. 2015: US\$ 49.463,60 Exec. Financeira: US\$ 49.463,60 Execução física: 01/01</p> <p>Saldo ABC: US\$ 4.533,60</p>
	<p>A atividade em pauta teve como objetivo viabilizar missão do coordenador brasileiro do Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné – Bissau ao país, com vistas a finalizar as ações do atual ciclo de formação (segundo semestre de 2015), bem como providenciar a finalização de processo de prestação de contas referentes a prestações de contas anteriores. Justifica-se em função do atraso na assinatura da terceira fase do projeto.</p> <p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> A atividade encerrou-se e as prestações de conta estão sendo analisadas. A atividade serviu para finalizar o ciclo de formação em andamento. <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> Tendo em conta que a assessoria do Coordenador do projeto foi desempenhada do Brasil, foi possível constatar que a parte guineense mostrou-se preparada para junto com a Embaixada do Brasil em Bissau, dar providências ao que foi necessário para a execução do ciclo de formação em andamento (XI Ciclo). Foram certificados nesse último ciclo, que ocorreu de setembro a dezembro de 2015, 262 novos profissionais guineenses nas dez áreas oferecidas pelo Centro. 	

I.3 PROJETOS FINALIZADOS (02)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1 - Código: BRA/13/008-S034 BRA04/044-S101</p> <p>Nome: Apoio ao fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau</p> <p>Objetivo: Apoiar o fortalecimento do sistema de ensino técnico em agroindústria e o desenvolvimento</p>	<p>Brasil: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC Ministério da Educação – MEC Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Petrolina – Pernambuco (CEFET/Petrolina)</p> <p>Contrapartes: Instituto de Formação Técnica Profissional – IFTP</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 06 Especialistas do Centro de Educação Profissional e Tecnológico de Petrolina – Pernambuco e especialista da ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 31 Técnicos do CPC e Cidadãos da Sociedade guineense</p> <p>Produtos: a) Infraestrutura do CPC da Guiné-Bissau adequada às</p>	<p>ABC: US\$ 86.858,92</p> <p>Contrapartes: MEC US\$ 18.500,00 GB US\$ 20.060,00 Total: US\$ 125.418,92</p> <p>Exc. 2015: US\$ 31.208,86 Exec. Financeira: US\$ 62.662,93 Execução física: 25/25</p> <p>Saldo ABC: US\$ 0,00</p>

<p>autossustentável da Guiné-Bissau.</p> <p>Vigência: 17 de março de 2008 a 30 de junho de 2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 14 de novembro de 2007</p>	<p>Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior Centro de Promoção do Caju – CPC Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial e Industrial - FUNDEI</p>	<p>necessidades do projeto e em funcionamento; b) Qualificação técnica e pedagógica de 04 docentes /diretores em tecnologias de processamento, armazenamento e condicionamento de alimentos (sólidos e líquidos e, duráveis e perecíveis); e c) Realização de cursos de processamento de caju e empreendedorismo; d) Comitês regionais, de disseminação, instituídos e em funcionamento.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): Fortalecimento do Centro de Processamento do Caju (CPC), em Bissau, por meio da capacitação técnica e pedagógica dos docentes e diretores guineenses em novas tecnologias e práticas de formação em processamento de alimentos, baseada na concepção de desenvolvimento sustentável. 50 técnicos locais receberam capacitação em processamento de caju e em empreendedorismo.</p>			
<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto prospectado em 2006 e assinado em 2008. Primeira atividade realizada em 2008 (formação de dirigentes/gestores). Atividades suspensas em decorrência do golpe sofrido em 2010. A partir de então, as aquisições de bens e equipamentos necessários à execução do projeto foram efetuadas por meio da Atividade Isolada BRA/04/044-A450, em função da dificuldade de interlocução com a contraparte. O projeto em tela ficou paralisado desde então até outubro de 2014, quando foi repactuado. Equipamentos enviados e montados no CPC, em Bissau, em junho de 2012. Projeto retomado em meados de 2015 e finalizado em novembro de 2015. <p>Destaques</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto cumpriu com todas as atividades e resultados atingiu conceito excelente na missão de avaliação final realizada em novembro de 2015. Notou-se forte impulso por parte dos envolvidos no processo de envolvimento em ações de empreendedorismo no tema. Cabe destacar depoimento de uma técnica que participou do projeto, que manifestou já ter formado cerca de 200 pessoas, a partir dos treinamentos oferecidos. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2. BRA/04/044-S113</p> <p>Centro de Formação Profissional e Brasil – Guiné-Bissau – Fase II</p> <p>Objetivo: Contribuir para o esforço de recuperação econômica do país</p>	<p>Brasil: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Nacional Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento regional de São Paulo</p> <p>Contrapartes:</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 40 Especialistas/professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento regional de São Paulo e analista de projetos da ABC</p> <p>Beneficiários diretos: 44 cidadãos guineenses multiplicadores</p>	<p>ABC: US\$ 3.356.521,71</p> <p>Contrapartes: SENAI US\$ 337.815,00 Total: US\$ 3.694.336,71</p> <p>Exc. 2015: US\$ 300.030,56 Exec. Financeira: US\$ 2.946.931,29 Execução física: 25/26</p> <p>Saldo ABC: US\$ 0,00</p>

<p>e, consequentemente, alavancar seu desenvolvimento social por intermédio da educação profissional.</p> <p>Vigência: 11 de agosto de 2008 a 30 de junho de 2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 14 de novembro de 2007</p>	<p>Ministério da Função Pública e Trabalho</p>	<p>Produtos: a) Implantação do Centro de Formação profissional e Promoção Social em Bissau; e b) Programas de qualificação profissional voltados para jovens e adultos com vistas à promoção social destes segmentos.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O subprojeto em tela pretende estruturar e fortalecer o sistema de formação profissional de Guiné-Bissau, preparando jovens e adultos para o exercício de uma atividade produtiva contribuído, assim, no esforço de recuperação econômica do país e, consequentemente, alavancar o desenvolvimento social por intermédio da educação profissional.</p>			
<p>Situação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 100% das atividades foram executadas. • O programa no ano de 2015 viabilizou a execução de dois ciclos de formação, sendo um com acompanhamento a distância do coordenador brasileiro. • A atividade de avaliação prevista no projeto não foi executada. Vislumbra-se a possibilidade de execução da referida atividade no início da próxima fase (fase III), primeiro semestre de 2016. <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto encontra-se em sua terceira fase e, até o momento, formou mais de 2.100 alunos em 10 áreas de ocupacionais, a saber: (i) Construção Civil (formação de pedreiro eclético, telhadista, pintor, canalizador, armador de ferro, azulejista); (ii) Eletricidade Predial (formação de eletricitista residencial e eletricitista predial); (iii) Costura Industrial (formação de costureiros para confecção de vestuário masculino, feminino e infantil); (iv) Reparador de aparelhos eletrodomésticos (formação para a manutenção e conserto de eletrodomésticos); (v) Refrigeração (formação de reparador de Aparelhos de Ar Condicionado residencial e comercial); (vi) Reparador de microcomputadores (formação de profissionais para manutenção/reparação de microcomputadores); (vii) Panificação e Confeitaria (formação de profissionais para atuarem na confecção de pães, doces e salgados e desenvolvimento de técnicas e processos para a melhoria da utilização de produtos alimentares locais disponíveis); (viii) Serralharia (formação de profissionais para confecção, reparo e instalação de peças de metais, ferrosos e não ferrosos, na fabricação de esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares); (ix) Carpintaria (formação de carpinteiro); e (x) Mecânica de autos (formação de mecânicos de automóveis de pequeno e grande porte). • O projeto, além de ter capacitado mais de 2.100 pessoas nas áreas oferecidas, apoia outros projetos de cooperação, como é o caso da execução de serviços de Construção Civil para o projeto trilateral com a UNESCO (Escola do Bairro São Paulo) e de mecânica de autos para o projeto de Segurança Pública, com a Polícia Federal, no Centro de Segurança Pública. • Infraestrutura implantada e em funcionamento. • Alta taxa de adesão aos cursos oferecidos (cerca de 250 alunos por semestre). 			

MOÇAMBIQUE

Situação	PE	AI	ABC	Total	Execução Financeira	Executado 2015	Saldo US\$
Execução	13	1	7.697.331,12	55.856.934,55	4.471.958,41	246.634,17	3.225.372,71
Negociação	2	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15	01	7.697.331,12	55.856.934,55	4.471.958,41	246.634,17	3.225.372,71

As ações de cooperação técnica com o Governo de Moçambique estão amparadas no Acordo Geral de Cooperação promulgado em 15 de setembro de 1981. No entanto, em função do intenso programa de cooperação técnica com o país, verificou-se que esse instrumento é insuficiente para solucionar questões operacionais decorrentes da execução das ações previstas. Nesse sentido, foi firmado em Maputo um novo Acordo, em 30 de março de 2015, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi.

O novo Acordo, ainda por ser aprovado pelo Congresso brasileiro, está em consonância com a promoção do fortalecimento econômico, social e governamental por meio da cooperação técnica bilateral e da aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial com os da África. Ademais, estabelece como objetivo principal o desenvolvimento da cooperação técnica em áreas consideradas prioritárias pelos dois Governos e, em substituição ao Acordo atualmente em vigor, reveste-se de especial importância por dotar as relações com Moçambique de dispositivos operacionais que viabilizem e facilitem a execução de ações entre os dois países, as quais poderão ser viabilizadas, de forma não exaustiva, programas, projetos e atividades pontuais aprovadas pelas Partes e implementadas por meio de Ajustes Complementares.

O programa de cooperação bilateral com Moçambique contou, de janeiro a dezembro de 2015, com **13 projetos de cooperação e 01 atividade isolada**. Destacam-se a assinatura da atividade isolada “Ação Simplificada Complementar ao Projeto para Reabilitação do CEFLOMA” e a retomada dos projetos “Implantação do Banco de Leite Humano e do Centro de Lactação de Moçambique” e “Apoio à Implantação do Centro de Tele-saúde”, os dois últimos por meio de financiamento do Governo britânico, através do DFID – Department for International Development. Foram realizadas ao longo do ano 18 missões no âmbito das iniciativas vigentes.

Destaca-se no programa de cooperação com o país dificuldades com a exportação de equipamentos adquiridos no âmbito dos projetos, que em muito prejudicam o andamento das ações. Ao ultrapassar esse obstáculo, que espera-se com o novo Acordo de Cooperação seja abreviado, a execução ganha rapidez. Nesse sentido, chama-se atenção aos dois projetos referentes à saúde bucal, os quais com o empenho da parte brasileira (MS) estão basicamente encerrados. De uma maneira geral, os projetos estão em andamento, alguns mais lentos que outros, em função da disponibilidade das partes. No entanto, dois projetos estão paralisados: (i) o do Centro de Formação Profissional e o (ii) UAB-Moçambique. Quanto ao Centro cabe menção as articulações da ABC com outros parceiros para viabilizar a construção do empreendimento, inviável com o orçamento atual da Agência. Quanto à UAB, gestões estão sendo realizadas com a CAPES para dar seguimento à iniciativa. Por fim, destaca-se também as dificuldades encontradas pela parte moçambicana em dar cumprimento às ações previstas no projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano”, principalmente àquelas referentes à construção do Centro Tecnológico de Namialo (R5.1.), principal produto do referido projeto.

Os resultados positivos alcançados pelos projetos referem-se a minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas; instituições fortalecidas e capacitação dos quadros técnicos; suporte na aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura; internalização de políticas públicas nas áreas objeto de cooperação; capacitação da população-sujeito; e melhoria direta na qualidade de vida da sociedade.

No que tange a novas iniciativas, em 2015 surgiram oportunidades de projetos com a SEPPIR, na área de formação de educadores, e com o DFID, SPM e SENAI, para inserção profissional das mulheres. Essas iniciativas estão sendo ainda avaliadas.

I. PROJETOS (16)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (13)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. Código: BRA/04/043-S115 BRA/13/008-S231</p> <p>Nome: Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique</p> <p>Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Moçambique, a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas industriais, através da implantação de um modelo baseado nas práticas de gestão do SENAI - Departamento Regional do SENAI na Bahia.</p>	<p>Brasil ABC e SENAI/BA</p> <p>Contrapartes Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional de Moçambique - INEFP</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 24</p> <p>População-Alvo: 19 moçambicanos foram capacitados, no Brasil, de 26/07 a 02/12/2011.</p> <p>Capacitações no Centro de Formação previstas: estão previstas 05 turmas piloto, resultando em 80 pessoas qualificadas. 06 turmas pelos formadores moçambicanos com acompanhamento do SENAI, resultando em 96 pessoas qualificadas.</p> <p>Produtos previstos: capacitações de técnicos moçambicanos; Instalação do Centro de Formação Profissional; Equipamentos para o Centro; Transferência de Modelo de Gestão Educacional.</p>	<p>ABC: US\$ 3.635.092,00 Contraparte: US\$ 519.810,00 SENAI/BA: US\$ 79.020,00 Total: US\$ 4.233.922,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: 0,00</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 1.712.331,96 Execução orçamentária ABC: US\$ 1.911.952,00</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 1.922.760,04 Saldo orçamentário ABC: US\$ 1.723.140,00</p> <p>Execução financeira: 47,10%</p>
<p>Vigência: 22/05/2009- 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 21/07/2009</p>	<p>Descrição (Sinopse): Na cidade e na província de Maputo, concentra-se a maioria das empresas e dos empregos do país, como também o maior número de centros de formação de mão de obra e institutos de ensino superior. O Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) tem a missão de promover a empregabilidade com o compromisso de oportunizar 500 mil empregos até 2010. Algumas indústrias de grande porte patrocinam cursos em parceria com o INEFP ou criam estruturas próprias de qualificação e aperfeiçoamento para novos funcionários. Outra opção evidenciada é o envio dos profissionais para requalificação na África do Sul, Europa e até Brasil. Nesse sentido foi pensado o presente projeto, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Moçambique, a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas industriais, através da implantação de um modelo baseado nas práticas de gestão do SENAI. Propõe-se implantar em Maputo um Centro de Formação Profissional em parceria com o INEFP.</p>		

	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 18 das 31 atividades previstas. • Desde o início da execução, todas as atividades previstas no projeto que não dependiam da construção do Centro de Formação Profissional foram realizadas e os equipamentos inicialmente previstos, adquiridos. • Nesse sentido, até dezembro de 2015 foram realizadas atividades de recrutamento, contratação e compras vinculada a construção e posta em prática do centro de formação. Cabe destacar a elaboração e desenvolvimento do programa de capacitação para profissionais moçambicanos, realizada no Brasil; o desenvolvimento de materiais didáticos para os cursos que serão ministrados no centro; e a capacitação de gestores do INEPP que também estarão vinculados ao centro profissional em Moçambique. • No que tange à obra do centro, esta se encontra paralisada devido às restrições orçamentárias que a ABC vem passando desde 2012. Tendo em conta tal dificuldade, desde 2013 a Agência tem buscado captar fundos para concluir o projeto por meio de outras fontes como aportes de empresas brasileiras instaladas em Moçambique, transferência de recursos da Direção do Itamaraty, Apex, Banco Mundial e Agências de Cooperação de países parceiros. A participação dessas instituições, principalmente o DFID, mudaria um pouco o perfil do projeto bilateral, já que passaria a ser um projeto voltado a apoiar o processo de empoderamento econômico das mulheres e, com isso, focando na formação profissional de mulheres. • A vigência do projeto foi prorrogada até 31/12/2016 com vistas a seguir tentando obter recursos para financiar a obra.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2. Código: BRA/04/043-S130 BRA/13/008-S220</p> <p>Nome: Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado – SNAE.</p> <p>Objetivo: Apoiar a implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado – SNAE, contribuindo, assim, para a produção, administração, conservação e destinação dos documentos, o acesso eficiente da informação e à conservação dos documentos de guarda permanente por seus valores probatório, científico e histórico.</p> <p>Vigência:</p>	<p>Brasil ABC Arquivo Nacional do Brasil</p> <p>Contrapartes Ministério da Função Pública</p> <p>Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique – (CEDIMO)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 6 População-alvo: 60 técnicos moçambicanos</p> <p>Produtos: (a) Capacitações de técnicos moçambicanos; materiais bibliográficos e equipamentos para instalação do laboratório de conservação, restauração, microfilmagem e digitalização de documentos adquiridos; (b) plano de classificação de documentos de arquivo e de tabela de temporalidade de documentos de arquivo elaborado e implementado com o apoio da equipe brasileira.</p>	<p>ABC: US\$ 263.991,65 Arquivo Nacional do Brasil: US\$ 166.880,00 Contrapartes: US\$ 15.600,00 Total: US\$ 446.471,65</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 22.823,70 Execução financeira ABC: US\$ 159.544,63 Execução orçamentária ABC: US\$ 165.837,31 Saldo financeiro ABC: US\$ 104.447,02 Saldo orçamentário ABC: US\$ 98.154,34</p> <p>Ex. financeira: 60,44%</p>
	<p>Descrição (Sinopse): A partir de levantamento feito pelo Centro de Documentação e Informação de Moçambique – CEDIMO junto às instituições da administração pública a nível central, provincial e distrital foi possível constatar a necessidade de melhorar, adequar, rever e normatizar questões fundamentais na área de arquivo e documentação. Nesse sentido vem sendo implementado desde janeiro de 2010 este projeto, que visa a implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado – SNAE, contribuindo assim, para a produção, administração, conservação e destinação dos documentos, acesso eficiente da informação e à conservação dos documentos de guarda permanente por seus valores probatório, científico e histórico. Moçambique poderá melhor estruturar a</p>		

<p>06/08/2009-31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 08/05/2009</p>	<p>atuação dos recursos humanos no desempenho de suas atividades e a utilização dos recursos materiais e financeiros. Serão capacitados em Moçambique, por técnicos brasileiros, 60 (sessenta) formadores que atuarão como multiplicadores da tecnologia transferida para o restante do serviço público.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 24 das 34 atividades previstas. • Desde o início da execução do projeto, foram realizadas pela equipe do Arquivo Nacional do Brasil capacitações importantes no âmbito da conservação, restauração, microfilmagem, digitalização e classificação de documentos, com o intuito de ajudar o país parceiro na elaboração de um plano para classificação de documentos dentro do ser Arquivo Nacional. No contexto de criação desse plano, que, por sua vez, está inserido dentro de uma estratégia de fortalecimento e uniformização de práticas na Administração Pública moçambicana com vistas à sua modernização e agilidade, foi realizada visita técnica de um especialista brasileiro em preservação e conservação de documentos do Arquivo Nacional do Brasil para verificar o estado de conservação, as dimensões e diversidade de suportes presentes em Moçambique. Esse trabalho, desenvolvido em 2010, visou indicar precisamente os tipos e materiais das embalagens para acondicionamento dos documentos do arquivo. • Em 2013 a ABC concluiu o processo de compra de materiais e bens para o projeto, adquiridos no mesmo ano. No entanto, somente em dezembro de 2014 esses materiais puderam ser enviados a Moçambique, já que, até então, aguardava-se liberação do Ministério das Finanças moçambicano. Ficou pendente a aquisição de caixas e envelopes para armazenagem dos arquivos que serão restaurados após as capacitações previstas no projeto. Nesse sentido, cabe mencionar que os pontos negativos da execução foram os problemas com o desembaraço alfandegário e com a inscrição no Ministério das Finanças local, atrasando muito a execução das atividades programadas. • No dia 16 de março de 2015, os equipamentos adquiridos foram entregues em Moçambique. Em julho de 2015, a parte executora brasileira indicou que retomaria o plano de trabalho e organizou uma missão para instalação dos equipamentos e realização das capacitações. • Em outubro de 2015 foi realizada missão do Arquivo Nacional do Brasil a Maputo para capacitar técnicos do Arquivo Histórico de Moçambique em restauração, conservação, microfilmagem e digitalização de documentos. Após a missão, os técnicos moçambicanos iniciaram o processo de restauração e conservação dos documentos com vistas a aplicar as técnicas adquiridas. Nesse contexto, terão três meses de treinamento antes ocorrer o monitoramento presencial da atividade, previsto na ação 1.8.2 que deverá acontecer em março de 2016. • Projeto renovado até 31/12/2016 para que as atividades pendentes sejam realizadas.

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>3. Código: BRA/04/043-S149 BRA/13/008-S019</p> <p>Nome: Fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer.</p> <p>Objetivo: Apoiar o Governo de Moçambique no Combate e Controle do Câncer, apoiar o desenvolvimento do</p>	<p>Brasil ABC, Instituto Nacional do Câncer (INCA)</p> <p>Contrapartes: Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10 médicos e professores do INCA Público-sujeito: 17 médicos e profissionais de saúde</p> <p>Produtos: (a) Intercâmbio de informações entre técnicos brasileiros e moçambicanos com o objetivo de revisar as ações de Vigilância e de</p>	<p>ABC: 174.437,00 INCA: US\$ 193.870,00 Contrapartes (MISAU): US\$ 140.000,00 Total: US\$ 508.307,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: 0,00</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 121.962,47 Execução orçamentária ABC: US\$ 122.235,00</p> <p>Saldo <i>financeiro</i> ABC: US\$</p>

<p>sistema de Informação em câncer e dos programas de prevenção ao câncer de colo de útero e de mama e capacitar recursos humanos nas áreas de anatomia patológica, radioterapia, radiologia, cirurgia oncológica, imagiologia e medicina nuclear.</p>		<p>Registros de Câncer. (b) Consultoria brasileira para implantação e expansão de Registros de Câncer. (c) Capacitar e formar técnicos do Sistema de Saúde Pública moçambicano no INCA. (d) Capacitar técnicos do Sistema de Saúde Pública moçambicano em seu país por profissionais do INCA.</p>	<p>52.474,53 Saldo orçamentário ABC: US\$ 52.202,00 Ex. financeira: 69,91%</p>
<p>Vigência: 08/08/2010-30/06/2016 Data de assinatura do Ajuste: 16/07/2010</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto visa contribuir com o Governo de Moçambique no Combate e Controle do Câncer, apoiar o desenvolvimento do sistema de informação em câncer e dos programas de prevenção ao câncer de colo de útero e de mama e capacitar recursos humanos nas áreas de anatomia patológica, radioterapia, radiologia, cirurgia oncológica, imagiologia e medicina nuclear.</p>		
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 17 das 21 atividades previstas na última revisão do projeto. • O ponto negativo da execução foi a ausência de resposta por parte de Moçambique às consultas brasileiras sobre os protocolos locais de controle e combate ao câncer (relatório sobre a situação do câncer no país, como está sendo organizado o controle do câncer de colo de útero e mama no país; quais os problemas e necessidades identificadas para a implantação dos registros de base populacional e hospitalar; em que atividades os técnicos capacitados em registros de câncer no Brasil estão atuando; quais são as propostas do Ministério da Saúde de seu país para a área de vigilância de câncer por meio de registros de câncer) que, somado a diminuição do quadro de funcionários do INCA, levou a que as duas atividades pendentes dentro do resultado de apoio ao sistema de vigilância e informação em câncer fossem canceladas, em 2015. • Nesse sentido, resta por realizar a avaliação final do projeto, com o qual o projeto foi renovado até 30 de junho de 2016 para permitir a execução da mencionada avaliação e encerramento da iniciativa. <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como destaque da iniciativa, cabe mencionar que os médicos e profissionais de saúde moçambicanos foram capacitados no INCA, conforme programado no plano de execução do projeto. Durante 2012, sete (7) profissionais moçambicanos estiveram em formação no Instituto Nacional do Câncer. Em 2013, duas (2) médicas e uma (1) enfermeira do INCA ministraram curso de cuidados paliativos em Moçambique. No ano de 2015, um (1) médico moçambicano concluiu seu terceiro ano de residência no Instituto Nacional de Câncer. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>4. Código: BRA/04/043-S150 BRA/13/008-S218 Nome: Apoio ao desenvolvimento da Política nacional de Saúde Oral de Moçambique: Pesquisa em Saúde Bucal - Maputo.</p>	<p>Brasil ABC e Ministério da Saúde (MS) Contrapartes Ministério da</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Técnicos do Ministério da Saúde Brasileiro Público-sujeito: Técnicos em saúde oral do Ministério da Saúde de Moçambique Produtos: (a) Transferência da tecnologia brasileira de gestão e planejamento de</p>	<p>ABC: US\$ 249,840.00 MS: US\$ 77,100.00 Contrapartes: US\$2,400.00 Total: US\$ 329,340.00 Execução financeira ABC 2015: US\$ 38.480,92 Execução financeira ABC: US\$ 92.826,76 Execução orçamentária ABC: US\$ 105.127,50</p>

<p>Objetivo: Diagnosticar as condições de saúde bucal da população moçambicana, com vistas a elaborar planejamento e avaliação das ações e serviços públicos estomatológicos do Ministério da Saúde Moçambicano.</p> <p>Vigência: 08/10/2010- 31/08/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 06/07/2010</p>	<p>Saúde de Moçambique (MISAU)</p>	<p>levantamentos epidemiológicos em saúde oral. (b) Capacitação de funcionários do MISAU em levantamento epidemiológico. (c) Implementação de pesquisa em saúde oral, análise e sistematização dos dados.</p>	<p>Saldo Financeiro ABC: US\$ 157.013,24 Saldo orçamentário ABC: US\$ 144.712,50 Ex. financeira: 37,15%</p>
<p>Descrição (Sinopse): O objetivo do projeto é fortalecer o conhecimento das condições de saúde bucal da população moçambicana com a finalidade de elaborar o planejamento e a avaliação das ações e serviços públicos estomatológicos junto ao Ministério da Saúde Moçambicano. Para o alcance desse objetivo serão desenvolvidas as seguintes atividades: estimar, para as faixas da população, os tipos e a prevalência dos problemas dentários e obter dados que contribuam para caracterizar o perfil socioeconômico, a utilização de serviços odontológicos, a autopercepção e os riscos à saúde bucal.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 20 das 25 atividades previstas, sendo que das 5 que faltam, 2 estão andamento. • Ao início da execução, antes da chegada a Moçambique dos materiais adquiridos pelo projeto e diretamente vinculados à aplicação da pesquisa, as atividades que mais se destacaram foram (i) as capacitações de gestores do Serviço de Saúde Oral do Ministério da Saúde de Moçambique sobre gestão e planejamento de levantamentos epidemiológicos em saúde oral, aos moldes da tecnologia aplicada no Brasil; e (ii) a missão do Ministério da Saúde brasileiro a Moçambique com vistas a definir com a contraparte qual das metodologias de levantamento epidemiológico em saúde oral adotadas no Brasil seria a mais adequada e adaptável à realidade moçambicana. • Em relação aos pontos negativos durante a execução destacam-se a lentidão do processo de aquisição dos materiais e equipamentos doados pelo Brasil no âmbito do projeto e, em seguida, o atraso no envio desses a Maputo devido à demora da inscrição do projeto no Ministério das Finanças moçambicano. Nesse contexto, os materiais comprados em 2013 tiveram autorização a entrada em Moçambique com isenção de impostos somente em Dezembro de 2014 e, chegaram por navio a Maputo e foram transportados até a contraparte, em março de 2015. • Em 2015, com os equipamentos e materiais em Maputo, foram realizados os treinamentos técnicos para aplicação da pesquisa em saúde oral. Assim sendo, entre 15 e 26 de Junho, Moçambique recebeu missão do Brasil enviada com o propósito de redefinir a mostra da pesquisa e capacitar as seis cirurgiãs-dentistas selecionadas pelo MISAU para aplicá-la. • A pesquisa foi então realizada durante 11 dias de setembro de 2015, em 11 escolas públicas de Matola, nas quais as seis médicas dentistas capacitadas, divididas em três duplas, trabalharam examinando crianças (alunos e alunas) e adultos (parentes e docentes) e registrando nos PDAs, doados pelo Brasil, o estado dentário de cada paciente. Aproximadamente 1.000 pessoas foram examinadas durante o referido período. • Em seguimento à realização do diagnóstico, realizou-se missão do Brasil a Moçambique, em dezembro de 2015, com vistas a apoiar a Coordenação de Saúde Bucal do Ministério de Moçambique na sistematização e análise dos dados coletados pelas referidas dentistas. A delegação composta pelos professores Paulo Sávio e Nilcema Figueiredo, da UFPE, e pelo Professor da UNB e coordenador do projeto no Ministério da Saúde do Brasil, Moacir Paludetto, esteve por uma semana em Maputo transferindo os dados dos PDAs para o computador, sistematizando a informação coletada e preparando relatório analítico sobre os resultados aferidos da pesquisa. • Nesse sentido, como parte do encerramento da missão de dezembro, foram apresentados, a um foro de profissionais e estudantes na área de saúde, os principais resultados dos dados coletados. Devido ao diagnóstico, constatou-se haver, em sua totalidade, uma quantidade de dentes cariados menor do que o esperado pelos técnicos brasileiros e moçambicanos envolvidos no projeto. Ademais, descobriu-se haver um índice de presença de cáries maior em crianças menores de 7 anos que entre aquelas com 10 a 			

	<p>15 anos, explicada pelas mudanças na alimentação em razão do aumento da entrada e do consumo, naquele país, de produtos industrializados, levados pela globalização do mercado e pelo marketing agressivo de multinacionais como a Nestlé, que trabalham a favor da modificação dos hábitos alimentares.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esse e outros dados da pesquisa serão publicados pelo projeto em 2016, em complemento às orientações sobre como fazer o levantamento epidemiológico em saúde oral, para que o diagnóstico possa ser replicado em outras partes do país. • A vigência da iniciativa foi estendida até 31 de agosto de 2016, data prevista para entrega do projeto.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>5. Código: BRA/04/043-S151 BRA/13/008-S219</p> <p>Nome: Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implantação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo.</p> <p>Objetivo: Contribuir para a melhoria dos níveis de saúde bucal da população de Moçambique por meio da qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique e da estruturação de um Laboratório no tema em Maputo.</p> <p>Vigência: 08/10/2010- 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 06/07/2010</p>	<p>Brasil: ABC e Ministério da Saúde (MS)</p> <p>Contrapartes: Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Técnicos do Ministério da Saúde Brasileiro</p> <p>Público-sujeito: Técnicos em saúde oral do Ministério da Saúde de Moçambique</p> <p>Produtos: (a) Qualificação em Prótese Dentária. (b) Implantação de um Laboratório de Prótese Dentária em Maputo. (c) Publicação de manual de orientações para a confecção de próteses dentárias.</p>	<p>ABC: US\$ 221.800,00 MS: US\$ 47.250,00 Total: US\$ 269.050,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 37.186,08</p> <p>Execução Financeira ABC total: US\$ 133.425,16 Execução Orçamentária ABC total: US\$ 145.212,15</p> <p>Saldo Financeiro ABC: US\$ 88.374,84 Saldo orçamentário ABC: US\$ 76.587,85</p> <p>Ex. financeira: 60,16%</p>
<p>Descrição (Sinopse): O objetivo é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde bucal da população de Moçambique por meio da qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique no Brasil e da estruturação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo. Serão realizadas as seguintes atividades: qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique no Brasil, implantação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo, qualificação de técnicos em prótese e dentária de Moçambique em Maputo e publicação de um manual de orientações para a confecção de próteses dentárias para a população de Moçambique.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11 atividades resolvidas e 01 em andamento, das 14 atividades previstas. • Entre as atividades executadas ao início do projeto, cabe destacar o processo de capacitação e qualificação dos dois (2) técnicos em prótese dentária moçambicanos, a Senhora Lina Palmira Macanhe e o senhor Neves Silva Joze, que estiveram no Brasil em outubro de 2013 por um período de 45 dias vivenciando a rotina de trabalho do Laboratório de Prótese Dentária da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. • A partir da referida qualificação, as duas pessoas capacitadas retornaram a Moçambique preparados para colocar em prática o laboratório de prótese. No entanto, a instalação do laboratório e início de suas atividades foi postergada até 2015 devido aos atrasos em adquirir os equipamentos e materiais necessários para equipar o laboratório, bem como pela longa demora na cessão de autorização para entrada da carga em Moçambique devido a dificuldades enfrentadas no processo de inscrição do projeto no Ministério das Finanças moçambicano. Por fim, quando o projeto obteve a inscrição e os equipamentos puderam sair do Brasil, em dezembro de 2014, e ser entregues ao projeto, em março de 2015, conseguiu-se retomar as atividades de capacitação. 			

	<ul style="list-style-type: none"> • Desse modo, realizou-se missão do Departamento de Saúde Bucal do MS e da Universidade Estadual de Maringá, em junho de 2015, para instalação do laboratório de prótese e início do seu funcionamento no Hospital Geral de Mavalane. Durante a missão realizou-se também uma segunda capacitação para os técnicos de prótese capacitados no Brasil, com vistas a repassar os conteúdos ensinados durante o estágio em Maringá e reforçar os conhecimentos técnicos dos protéticos. • Já entre 22 de agosto e 04 de setembro de 2015, ocorreu a última atividade de capacitação do projeto voltada para os cirurgiões dentistas que realizarão o trabalho de análise clínica e moldes para encaminhamento ao protético. A missão também teve o propósito de inaugurar oficialmente o laboratório no Hospital Geral de Mavalane e definir novo fluxo de atendimento na confecção das próteses dentárias pelo sistema público moçambicano. • O projeto foi prorrogado até 31 de agosto de 2016, com vistas a monitorar o andamento das atividades do laboratório e do fluxo de atendimento para confecção da prótese, realizar missão de avaliação final do projeto e entregar a publicação final do trabalho, que compilará informações sobre as etapas de instalação do laboratório e capacitação na confecção da prótese e atendimento para elaboração do molde para prótese.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>6. Código: BRA/04/044-S117 BRA/13/008-S160</p> <p>Nome: Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais.</p> <p>Objetivo: Capacitar e fornecer conhecimentos técnicos especializados aos profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de medicamentos antirretrovirais e de outros produtos farmacêuticos para combate às principais epidemias do país.</p> <p>Vigência: 29/09/2008- 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 04/09/2008</p>	<p>Brasil ABC Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde (MISAU) Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 20</p> <p>Público-sujeito: trabalhadores da fábrica</p> <p>Produtos: 1 – Desenvolver a capacidade de gestão e administração de indústria farmacêutica; 2 - Capacitar profissionais moçambicanos em produção de medicamentos; 3 - Desenvolver capacidade de gestão e operacionalização nas áreas de garantia e controle de qualidade; 4 – Capacitar profissionais moçambicanos em gestão de projetos de engenharia e manutenção de indústria farmacêutica.</p>	<p>ABC: US\$ 881.250,00 FIOCRUZ:US\$ 220.478,00 Contrapartes: US\$ 57,300.00 Total: US\$ 1.159.028,00</p> <p>Execução Financeira ABC 2014: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 50.890,75</p> <p>Execução Financeira ABC total: US\$ 238.243,93 Execução Orçamentária ABC total: US\$ 373.490,75</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 643.006,07 Saldo orçamentário ABC: US\$ 507.759,25</p> <p>Execução financeira: 27,03%</p>
	<p>Descrição (Sinopse): O projeto se integra com o processo de implantação de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, sob a responsabilidade da FIOCRUZ. Visa capacitar e fornecer conhecimentos aos profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de medicamentos antirretrovirais e outros produtos farmacêuticos para combate às principais epidemias do país na citada Fábrica.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 26 das 54 atividades previstas. • A fábrica de antirretrovirais, denominada oficialmente de Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM), entrou em operação em julho de 2012, com cerca de 30 pessoas participando nela. Com vistas a que todos esses trabalhadores recebessem formação de conhecimento industrial farmacêutico no Brasil, foi criado o projeto de capacitação em produção de equipamentos antirretrovirais, pensado para complementar a instalação da 		

	<p>fábrica em Moçambique e fornecer as capacitações necessárias para seu bom funcionamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante os três primeiros anos de implementação do projeto, destacou-se a realização de diversas capacitações dos funcionários da fábrica nos seguintes temas: (i) gestão e operacionalização nas áreas de garantia e Controle de Qualidade, de 05 de novembro a 07 de dezembro de 2012; (ii) gestão de projetos de Engenharia e Manutenção de Indústria Farmacêutica, em 2011; (iii) gestão informatizada de Materiais para desenvolver capacidades na área de gestão e administração da indústria farmacêutica, realizada com recursos de Farmanguinhos no período de 28 de julho a oito de agosto de 2014; e (iv) sobre Produção Farmacêutica, realizadas nas dependências da Unidade de Farmanguinhos no Rio de Janeiro no período de 1 a 27 de outubro de 2012, para o primeiro grupo, e de 18 de fevereiro a 15 de março de 2013, para o segundo grupo. • Em junho de 2015, após um período de baixa execução, as atividades do projeto foram retomadas com a ida a Maputo de seis técnicos de Farmanguinhos para retomar as formações. Naquele momento, foram realizadas 12 atividades de capacitação no âmbito da validação de processos, da produção e do controle e garantia da qualidade da indústria. Os resultados dessas capacitações foram sistematizados e, a partir deles, foi possível aferir que a realização das atividades em concomitância umas com as outras pode prejudicar o aprendizado e deve ser evitada, recomendação transmitida para as atividades futuras do projeto. • Em outubro de 2015, ocorreram missões de mais dois técnicos indicados por Farmanguinhos/Fiocruz com vistas a fortalecer as atividades vinculadas à produção na indústria farmacêutica. • Em dezembro de 2015, foi solicitada à ABC a realização de mais 16 atividades ao longo do mês de janeiro de 2016, justificada a urgência em decorrência do vencimento de insumos adquiridos e doados pelo Brasil no âmbito do projeto de implementação da Fábrica, coordenado pela Fiocruz. O pedido, no entanto, não foi atendido pela Agência devido às restrições orçamentárias e a inviabilidade de execução de tantas atividades destinadas ao mesmo público. • Nesse contexto, apesar do sucesso de algumas capacitações, cabe ressaltar que o projeto também tem-se deparado com certos entraves como a demora de Moçambique em decidir se seguiria com a fábrica ou se a privatizaria devido ao grande investimento financeiro que demanda até que se torne sustentável. As pressões políticas para que a fábrica comece a produzir medicamentos têm prejudicado a transferência de conhecimento para a contraparte, bem como a situação de restrição orçamentária vivida pelo Governo brasileiro tem afetado a transferência de técnica para Moçambique. Cabe destacar que Farmanguinhos complementava a formação de recursos humanos com recursos próprios e, a partir de 2015, somente o projeto em tela passou a executar as capacitações. • Ainda como ponto a observar, o baixo valor dos salários e as dificuldades de acesso ao local da fábrica, tem gerado também evasões de trabalhadores moçambicanos para outras indústrias ou para postos de trabalho melhor pagos, o que prejudica igualmente a apropriação do conhecimento e sustentabilidade do projeto. • Recomendou-se para 2016 a continuidade das capacitações e a realização de revisão substantiva do projeto para adequá-lo à realidade atual da SMM.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>7. Código: BRA/04/044-S209 BRA/13/008-S217</p> <p>Nome: Capacitação Técnica em Inspeção e Relações de Trabalho.</p>	<p>Brasil Agência Brasileira de Cooperação (ABC) Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 9 técnicos de inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho no Brasil</p> <p>Público-Sujeito: 65 técnicos de inspeção do trabalho</p>	<p>ABC: US\$ 221.572,00 MTE: US\$ 47.000,00 Contrapartes: US\$ 3.875,00 Total: US\$ 272.447,00</p> <p>Execução financeira ABC em 2014: US\$ 10.575,39</p>

<p>Objetivo: Colaborar para o aperfeiçoamento do sistema nacional de fiscalização do trabalho de Moçambique por intermédio da troca de informações, experiências e da capacitação de inspetores moçambicanos. As ações previstas incluem capacitar os inspetores do trabalho, repassar informações sobre modelos de fiscalização estratégica, além de equipar e informatizar o setor de fiscalização do trabalho.</p>	<p>Contrapartes Ministério do Trabalho de Moçambique (MITRAB)</p>	<p>Produtos: (a) capacitações de técnicos moçambicanos; equipamentos e desenvolvimento de sistema de informatização.</p>	<p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 111.671,33 Execução orçamentária ABC: US\$ 135.397,40</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 109.900,67 Saldo orçamentário ABC: US\$ 86.174,60</p> <p>Ex. financeira: 50,40%</p>
<p>Vigência: 04/06/2010-31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 12/04/2010</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto tem como escopo colaborar para o aperfeiçoamento do sistema nacional de fiscalização do trabalho de Moçambique por intermédio da troca de informações, experiências e capacitação de inspetores moçambicanos. Visa a capacitar os inspetores do trabalho, repassar informações sobre modelos de fiscalização estratégica, efetuar troca de experiências e capacitação sobre fiscalização trabalhista, mediação de conflitos, erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo e fiscalização rural, troca de experiências e capacitação sobre atuação da área de segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 20 das 29 atividades previstas. • De todas as atividades executadas até 2014, destacam-se as capacitações oferecidas no Brasil aos inspetores do trabalho de Moçambique a respeito da estrutura do Ministério do Trabalho brasileiro, bem como as capacitações ministradas em Moçambique por técnicos da Inspeção e Saúde do Trabalho do Brasil. A primeira dessas capacitações foi o treinamento sobre o modelo brasileiro em Inspeção do Trabalho, Relações de Trabalho e Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Ademais, foram também ministradas capacitações em mediação de conflitos, segurança e saúde no trabalho e acidentes de trabalho, e em erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, assim como fiscalização rural. Essa última teve muito boa repercussão, sendo avaliada como muito útil para a identificação de situações onde há trabalho escravo, que antes dos treinamentos com o Brasil não eram identificados pelos técnicos moçambicanos como tal. • Em 2014, durante a avaliação de meio termo do projeto, realizada entre 4 e 8 de agosto, constatou-se que para apoiar a informatização do sistema de inspeção do trabalho de Moçambique, conforme previsto no resultado 4, o país necessitaria antes compilar informações sobre as codificações do trabalho que dispõem e sistematizar essa informação, criando seu próprio código de classificação. Nesse sentido, a parte brasileira explicou a contraparte que esse resultado não seria alcançado, durante a vigência da iniciativa, nos termos propostos no documento de projeto, devido à complexidade e a demora que isso acarretaria para desenvolver e executar. • O Ministério do Trabalho de Moçambique solicitou, então, à ABC e ao Ministério do Trabalho do Brasil, prorrogação da vigência do projeto até o final de 2016 e a inclusão de novas atividades, em substituição àquelas previstas no resultado de apoio à informatização. Na ocasião, o Ministério do Trabalho moçambicano também manifestou intenção em participar financeiramente das novas ações demandadas, apoiando a ida de profissionais de inspeção do trabalho moçambicanos ao Brasil, com o objetivo de intercambiar com técnicos da Inspeção do Trabalho do Ministério brasileiro conhecimentos sobre o funcionamento da inspeção brasileira no âmbito da construção civil e da exploração de poços profundos de petróleo, além de capacitações in loco com a equipe de informatização do Ministério brasileiro. • Dando seguimento à missão, realizou-se reunião de trabalho do comitê 		

	<p>gestor brasileiro, em dezembro de 2014, com vistas a definir plano para execução dos resultados pendentes, onde foi acordado que seria feita a adequação das atividades vinculadas ao resultado de informatização do sistema de inspeção do trabalho moçambicano à realidade do país neste momento, cuja ausência de ferramentas prévias necessárias para a informatização desse sistema, impede que essa etapa seja implementada. Nesse sentido, acordou-se que o MTE proporia nova atividade vinculada à informatização, além de atividade vinculada à segurança do trabalho em construção civil (R2), com vistas a atender, na medida do possível, a solicitação feita pela contraparte durante a missão de monitoramento. Decidiu-se não ofertar capacitações vinculadas à área petrolífera porque o Ministério não possuía cursos no tema que pudessem ser adaptados à realidade de Moçambique, nem pessoal que pudesse se dedicar a elaborar e ministrar formações nessa área.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em agosto de 2015, como resultado das ações acordadas durante o encontro do comitê gestor e conversas posteriores entre as instituições envolvidas e a coordenação do projeto no Brasil, a parte brasileira enviou proposta de Termo de Referência para as novas capacitações pactuadas, sugerindo a realização da missão de informatização no Brasil, entre 21 a 25 de setembro de 2015; e a formação em Moçambique referente à inspeção técnica na área de construção civil, de 12 a 23 de outubro de 2015. Ademais, apesar de não estar previsto no projeto e não haver sido demandado por Moçambique, a parte brasileira propôs a realização de capacitação adicional sobre o uso e manutenção dos equipamentos de medição de ruídos, partículas, poluição, etc, adquiridos pelo projeto, uma vez fosse viabilizado o envio desses a Maputo. • Cabe mencionar que, entre 2012 e 2015, a parte brasileira requisitou a inscrição do projeto no Ministério das Finanças moçambicano para que fosse liberado o envio dos materiais adquiridos no Brasil e doados a Moçambique, no entanto essa petição nunca foi acatada. Por fim, ao final de 2015, a ABC decidiu enviar os equipamentos diretamente à Embaixada do Brasil em Maputo. A carga foi retirada na ABC no dia 11 de dezembro de 15 e entregue a Embaixada antes do término do ano sem prejuízos para o projeto. A demora por parte da contraparte moçambicana na inscrição das iniciativas de cooperação no Ministério das Finanças daquele país tem sido um dos principais empecilhos para a execução fluída das propostas. • Após o envio da proposta brasileira de revisão do projeto, em agosto, conforme mencionado, a Inspeção do Trabalho moçambicana não se manifestou, ignorando as tentativas de comunicação constantes da Embaixada e da ABC, inclusive por meio de participantes de capacitação realizada ao Brasil no âmbito de outro projeto vinculado ao Ministério do Trabalho. Essa situação persistiu até novembro de 2015, quando o ponto focal do projeto em Moçambique conversou com a Embaixada e confirmou haver interesse de Moçambique por, ao menos, receber os equipamentos e a capacitação no uso desses. • A partir do aceite formal de Moçambique às 3 atividades propostas, a parte brasileira solicitou que a contraparte sugerisse datas para realização das capacitações em 2016. Aguarda-se essa resposta para consultar o implementador brasileiro e acordar as próximas missões do projeto. • No que tange à aquisição dos equipamentos previstos no documento de projeto, restaria comprar o medidor de material particulado suspenso no ar, mas esse não será adquirido porque nenhuma das empresas que apresentaram proposta em processos competitivos anteriores atingiu as exigências necessárias determinadas pelo MTE. • Prorrogou-se o projeto até 31 de dezembro de 2016 visando realizar as capacitações pendentes e a avaliação final.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>8. Código: BRA/04/044-S214 BRA/13/008-S009</p> <p>Nome: Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II.</p> <p>Objetivo: contribuir para a redução do déficit habitacional de Moçambique; apoiar a elaboração de proposta de política habitacional; transferir metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares; formular metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil; elaborar o projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo; e apoiar a instalação de um laboratório, com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção.</p> <p>Vigência: 04/06/2010-31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 07/06/2010</p>	<p>Brasil: ABC, CAIXA, Unicamp, USP, UFRGS, UFRJ</p> <p>Contrapartes: Ministério de Obras Públicas e Habitação de Moçambique (MOPH)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 50</p> <p>Publico-Sujeito: 120 profissionais até o momento.</p> <p>Produtos: capacitações de técnicos moçambicanos; política habitacional (elaborada com o apoio da equipe brasileira); equipamentos; incubadora de empreendimentos populares; cinco projetos tipos para construção de habitações de baixa renda; Metodologia para Implantação do Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil; Centro Tecnológico de Namialo e Termo de Transferência para implantação de Mestrado na área de construção civil.</p>	<p>ABC: US\$ 1,236,006.00 CAIXA: US\$ 365,920.00 UNICAMP: US\$ 30,400.00 USP: US\$ 7,040.00 UFRGS: US\$ 161,520.00 UFRJ: US\$ 59,200.00 Contrapartes: US\$ 499.120,00 Total: US\$ 2.359.206,00</p> <p>Execução financeira ABC em 2014: US\$ 224.120,81</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 33.429,13</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 658.032,74 Execução orçamentária ABC: US\$ 914.749,13</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 577.973,26 Saldo orçamentário ABC: US\$ 321.256,87</p> <p>Ex. financeira: 53,24%</p>
<p>Descrição (Sinopse): Com o intuito de reduzir o déficit habitacional de Moçambique, esse projeto corresponde à segunda etapa da cooperação no âmbito da habitação popular com o país. Seus objetivos são: apoiar a elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique, transferir metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares, formular metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil, elaborar o projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e apoiar a instalação de um laboratório, com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção. Na execução do projeto, cerca de 100 técnicos brasileiros promoveram ações de capacitação e transferência de tecnologia, assim como vieram ao Brasil 22 técnicos moçambicanos.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 155 das 189 atividades previstas. • Até 2014, alguns dos principais destaques referentes ao andamento do projeto foram a formalização da parceria do MOPH com outras instituições moçambicanas, tais como INEFP, INE e CEDSIF, e o início do processo de institucionalização do Centro Tecnológico de Namialo, indicadores positivos de apropriação e sustentabilidade das ações do projeto. Outro impactos do projeto no período em questão foi a entrega da publicação referente ao processo de elaboração da Política Nacional de Habitação de Moçambique, efetuada em 24 de outubro de 2013, pela representante da Embaixada do Brasil em Maputo na época, Embaixadora Lígia Maria Scherer, ao Ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique naquele momento, Senhor Cadmiel Feliane Muthemba, concluindo com êxito o resultado 1.1. da iniciativa. • No âmbito do Resultado 2.1, foram finalizados em 2014 os modelos das máquinas de blocos de solo-cimento e telhas desenvolvidos pela Unicamp no âmbito do projeto e adaptados à realidade moçambicana. Desse modo, 			

	<p>houve a tentativa de envio desses equipamentos a Moçambique ainda ao final daquele ano, frustrada pela ausência de isenção de impostos para a entrada dos equipamentos no país devido à dificuldade de inscrição do projeto no Ministério das Finanças local. Foi necessário suspender o envio ainda em 2014, cancelar o contrato com a empresa transportadora e reiniciar em 2015 todo o processo de inscrição do projeto e de licitação para o transporte. Com a pendência de inscrição do projeto no Ministério das Finanças resolvida ao final de 2015, foi publicado edital para contratação da transportadora que levaria a Moçambique os equipamentos do projeto armazenados em Brasília e Campinas. Contratado o navio, os equipamentos puderem ser retirados dos armazéns e embarcados no navio que os transportará, na primeira quinzena de janeiro de 2016. Ademais, prevê-se que os manuais para reprodução e utilização das máquinas de solo-cimento, também concluídos em 2015, serão enviados a Moçambique ainda no primeiro semestre de 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao resultado 3.1, as propostas de cinco tipologias construtivas estão aprovadas pelas partes desde 2014, contudo, está pendente a contratação de nova empresa que ilustre e diagrama o manual ilustrativo de execução das obras que, apesar de já ter tido uma primeira versão elaborada, necessita de aprimoramento por empresa especializada. Nesse contexto, em 2015 a parte brasileira elaborou novo termo de referência para contratação de empresa que adeque o material e aguarde o ano de 2016 para contratar, devido às restrições no orçamento de 2015. • No que tange ao resultado 4.1, estão estabelecidas as bases e as parcerias para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão e Orçamentação de Preços da Construção Civil – SINAGEC, mas o sistema em si não foi desenvolvido como previsto porque Moçambique ainda precisou de apoio para confecção de termo de referência de contratação de empresa de desenvolvimento do sistema. Com isso, a parte moçambicana realizou missão ao Brasil em março e outubro de 2015, com vistas a dar seguimento às atividades. Ademais, a parte brasileira enviou missão de técnico de Tecnologia da Informação da Caixa, Wilton Rodrigues, em junho de 2015, para apoiar a contraparte no estabelecimento do negócio e do sistema do SINAGEC. Em seguimento a essa missão, o Cedsif contrataria uma empresa para desenvolver o sistema, mas até o final do ano, a contratação não havia gerado frutos porque o perfil dos trabalhadores disponibilizados pela empresa que ganhou o processo não atendia às exigências necessárias para desenvolver o sistema. • Quanto ao resultado 5.1, os equipamentos e materiais adquiridos no Brasil para o centro tecnológico de Namialo ficaram armazenados durante dois anos aguardando o término da obra da construção do CTN. No entanto, como a execução da obra superou o tempo previsto no cronograma de trabalho e o Brasil e depósito onde estavam armazenados os materiais rompeu o contrato com a ABC, foi decidido pelas partes que esses equipamentos seriam enviados ao final de 2015 junto com a carga das máquinas da Unicamp (R.2.1) e armazenados em locais dentro da Direção Provincial de Namialo enquanto a obra não se finaliza. • Em junho de 2015, realizou-se missão da Caixa, ABC e UFRGS a Moçambique para monitorar o andamento das obras do Centro de Namialo e refazer com os representantes locais novo cronograma de trabalho. Durante a missão, avaliou-se que o andamento das obras foi muito inferior ao que se havia esperado e que o que avançou, em mais de um local, foi mal feito e fora do que está previsto nas plantas arquitetônicas do Centro. Nesse caso, aferiu-se que será preciso refazer muitas coisas e dedicar um esforço tremendo e um acompanhamento constante do MOPHRH para que a obra avance. • Nesse sentido, passou a serem feitas, mensalmente, reuniões virtuais de monitoramento, entre os comitês gestores brasileiro e moçambicano, visando resolver as dificuldades de execução do projeto e impulsionar a iniciativa avançar. Em decorrência das reuniões e da análise da Caixa durante a missão de junho, o governo de Moçambique abriu processo licitatório, durante o último trimestre de 2015, para contratação de novas
--	---

	<p>empreiteiras para a obra do centro, uma vez que as que haviam sido anteriormente contratadas não estavam respeitando o projeto arquitetônico e estavam cometendo erros de construção estruturais e amadores, que minavam a proposta do centro como um local de referência da construção em Moçambique. A iniciativa, apesar de louvável, não gerou o resultado esperado e o MOPHRH não conseguiu concluir a contratação antes do encerramento do ano. Em 2016 será preciso reiniciar o processo e lançar o edital novamente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao resultado 5.2, o Termo de Referência para elaboração do mestrado foi concluído desde 2014. Durante 2015, verificou-se com instituições brasileiras de fomento à educação, a possibilidade de cobrir parte dos custos que serão necessários para colocar a oferta desse mestrado em vigor. No entanto, a CAPES, instituição dentro do governo que pode oferecer bolsas de estudo para a realização do mestrado, não deu uma resposta final sobre o tema antes do final do ano. Em 2016, tentar-se-á negociar novamente com aquela coordenação as bolsas de estudo. • Em atenção à solicitação do Vice-Ministro das Obras Públicas. Habitação e Recursos Hídricos de Moçambique, a vigência do projeto foi estendida até 31 de dezembro de 2016 com o intuito de concluir a ação com todos os produtos entregues. No entanto, tendo em vista a baixa execução durante o segundo semestre de 2015, o cenário não é dos mais otimistas e há grande probabilidade da iniciativa não ser finalizada em sua totalidade no período de vigência atual.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>9. Código: BRA/04/044-S282 BRA/13/008-S237</p> <p>Nome: Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Ministério da Educação - MINED, a Universidade Pedagógica -UP, a Universidade Eduardo Mondlane – UEM de Moçambique, para formação de professores, para atuação em escolas de nível básico e médio, e agentes do serviço público.</p> <p>Vigência: 09/11/2010- 31/12/2019</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 09/11/2010</p>	<p>Brasil ABC, Ministério da Educação (MEC) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)</p> <p>Contrapartes: Instituto Nacional de Educação a Distância (INED), Universidade Pedagógica (UP) Universidade e Eduardo Mondlane (UEM)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Técnicos do Ministério da Educação; Corpo docente Universitário brasileiro.</p> <p>Público-sujeito: 2250 estudantes; 200 professores das Universidades de Moçambique parceiras e 10 técnicos do Instituto Nacional de Educação a Distância de Moçambique</p> <p>Produtos: (a) Capacitação de pessoal para dar sequência à implantação da política de EaD; (b) Reforço à capacidade institucional do MINED-Moçambique; (c) Reforço do sistema de formação de professores para atuação no ensino fundamental e médio, utilizando a EaD como modelo de democratização de acesso.</p>	<p>ABC: US\$ 686.349,47 Obs.: Orçamento da ABC diminuído na revisão D. Passou de \$ 1.226.940,00 para \$ 478.060,81. Na revisão E foi aumentado para 686.349,47, montante que teve de executar para cobrir as lacunas deixadas pela CAPES. Nesse sentido, esgotou os recursos financeiros da Agência para o projeto que a partir de 2016 aportará com horas técnicas.</p> <p>MEC/CAPES: US\$ 36.962.121,09 Contrapartes: S\$4.484.160,00 Total: US\$ 41.924.341,90</p> <p>Execução financeira em 2014: US\$ 135.700,54</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 497,72</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 686.349,47 Execução orçamentária ABC: US\$ 686.349,47</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 0,00 Saldo orçamentário ABC: US\$0,00</p>

		Ex. financeira: 100%
<p>Descrição (Sinopse): Apoiar os esforços de formação de professores, de nível superior, para atuarem em escolas de nível básico e médio em Moçambique, bem como formar quadros, de nível superior, para atuarem em órgãos do governo, por meio do ensino a distância.</p>		
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04 atividades resolvidas e 03 parcialmente resolvidas (pendente a parte vinculada a segunda oferta de cursos) das 35 atividades previstas. • Além do que, foi criado em 10/08/2012, por meio da Portaria Interministerial MEC/MRE, nº 1009, o Comitê Gestor do Programa UAB-Moçambique, com a incumbência de coordenar e articular os processos de implementação, acompanhamento e avaliação do Programa, propor aprimoramentos, além de criar instrumentos para mensuração de resultados do Programa UAB-Moçambique. O projeto passou a contar então com 3 consultores contratados para atuar como coordenadores executivos no Brasil e em Moçambique, além de um assistente para a Coordenação do Programa na CAPES. No entanto, em 2014 foram encerradas os contratos do coordenador local, Sr. Orestes Prestes e da assistente, Senhora Patricia Teixeira. • Ademais, cerca de 110 profissionais moçambicanos, indicados pelas universidades Eduardo Mondlane e Pedagógica, foram responsáveis pela realização dos cursos e receberam bolsas do Governo brasileiro (CAPES). Nesse sentido, até então, a CAPES custeou bolsas de tutores de ensino a distância durante 6 semestres, de um total de 10 inicialmente previstos, com o apoio das Universidades brasileiras coordenadoras dos cursos de administração (UFFJ), biologia (UFG), pedagogia (UNIRIO) e matemática. (UFF). • Em maio de 2013, durante reunião conjunta dos comitês brasileiro e moçambicano de gestão do projeto, foi aprovada a expansão do programa até dezembro de 2019. Tal ampliação encontra-se contemplada no último documento de revisão substantiva do projeto, assinado por todas as partes. Contudo, depois de realizada missão a Maputo integrada pelo então Presidente da CAPES, o Chefe da Assessoria Internacional do MEC, a CAPES começou a discordar da revisão quanto ao seu compromisso em relação ao projeto. • Nesse sentido, até meados de 2015, a gestão do projeto encontrou-se paralisada em razão da Capes, que passou a alegar motivos legais para discordar da revisão assinada por eles. Diversas mensagens comunicando a situação do projeto foram enviadas aos dois Presidentes da instituição entre 2013 e 2015, à Chefe da Assessoria Internacional do MEC, ao Chefe de Gabinete do Ministro e ao Secretário Executivo do MEC. No entanto, durante muito tempo a Capes evitou o tema. Diante do impasse, a Agência solicitou a convocação do Comitê Gestor do Programa para deliberar sobre o futuro do projeto, mas não obteve manifestação a respeito. • Em maio de 2015 houve mudança na Direção da Capes e o projeto, por volta de agosto, foi retomado. Desde então, o comitê gestor brasileiro já se reuniu duas vezes e ABC e Capes têm trabalhado na revisão orçamentária do documento de projeto pactuado na Revisão D, que trata da expansão do programa. Nesse sentido, a partir do segundo semestre de 2015 o comitê gestor brasileiro passou a debater o formato e o orçamento da segunda fase para, assim que obtido um consenso, apresentar-se-á para apreciação de Moçambique e negociar-se-á contraproposta ao acordado na revisão D. • A expansão ou continuidade das próximas etapas do programa será objeto de planejamento ainda em 2016. Os dados físicos para expansão (numero de alunos e eventuais polos de atendimento) serão rediscutidos com os representantes Moçambicanos a partir de demandas de atendimento advindas das Instituições de Ensino Superior (IES) Moçambicanas (cursos) e 		

	<p>da possibilidade financeira do Brasil. Ocasão em que as IES parceiras no Brasil estarão presentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à primeira oferta de cursos, as universidades fizeram, ao longo de 2015, missões a Moçambique para definir o fechamento das primeiras turmas sendo graduadas. A Unirio esteve em Maputo ao final de outubro de 2015 e UFJF de 23 a 27 de novembro de 2015. A CAPES acompanharia a missão da Federal de Juiz de Fora, mas como o propósito de sua ida foi questionado, optou por não acompanhar a missão. As cerimônias de encerramento e entrega dos diplomas estão previstas para ocorrer no primeiro semestre de 2016, ocasião que a parte brasileira espera aproveitar para também discutir o formato da segunda oferta de cursos, que iniciaria em 2017. Realizou-se revisão simplificada para adequar o orçamento da ABC aos recursos financeiros para o projeto, valor 50% superior ao que se estabeleceu na revisão substantiva D. <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conclusão das turmas dos cursos de matemática, biologia, pedagogia e administração pública, perfazendo um total de 690 alunos moçambicanos matriculados no programa de ensino a distância em três polos de ensino: Maputo, Beira e Lichinga.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>10. Código: BRA/04/044-S289 BRA/13/008-S032</p> <p>Nome: Modernização da Previdência Social de Moçambique.</p> <p>Objetivo: apoiar a reestruturação e modernização do Sistema Previdenciário do país por meio de um conjunto de ações no campo da tecnologia e da capacitação de recursos humanos. Apoio na implantação do Sistema de Informações do Seguro Social de Moçambique – SISSMO do INSS-MZ.</p> <p>Vigência: 01/01/2011- 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 03/02/2010</p>	<p>Brasil ABC, Ministério da Previdência Social (MPS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e MPS</p> <p>Contrapartes Ministério do Trabalho (MITRAB) Instituto Nacional de Segurança Social (INSS-MZ)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 15</p> <p>Público-Sujeito: 60 servidores do INSS-MZ</p> <p>Produtos: (a) Planejamento, concepção e acompanhamento do desenvolvimento do sistema informatizado de previdência social. (b) Capacitação dos quadros do Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, de forma a garantir a efetividade do sistema de previdência social do país.</p>	<p>ABC: US\$ 615.475,00 Orçamento da ABC diminuído na revisão D. Passou de \$ 1.088.662,50 para \$ 615.475,00</p> <p>INSS/DATAPREV:US\$ 690.800,00 MPS: US\$ 69.000,00 Contrapartes: US\$1.347.800,00 Total: US\$ 2.723.075,00 Execução financeira em 2014: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 45.236,37 Execução financeira ABC: US\$ 234.396,31 Execução orçamentária ABC: US\$ 268.906,37 Saldo financeiro ABC: US\$ 381.078,69</p> <p>Saldo orçamentário ABC: US\$ 346.568,63 Ex. financeira: 38,08%</p>
	<p>Descrição (Sinopse): Contribuir, a curto prazo, para a correção dos problemas existentes no sistema de segurança social de Moçambique, implantando ações emergenciais; e a médio prazo durante o processo de implementações das ações do novo modelo de gestão do INSS-Mz; e a longo prazo a Modernização da Previdência Social de Moçambique.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolvidas 13 das 36 atividades previstas. Desde o início da execução, um dos principais êxitos do projeto foi a elaboração pelo INSS-MZ dos editais de licitação de empresa para implementar o Sistema de Informações do Seguro Social de Moçambique – SISSMO, com apoio da DATAPREV e do INSS. A empresa Top Dow, 		

	<p>brasileira, foi a ganhadora do certame, começando a executar o sistema em janeiro de 2012 com recursos próprios do INSS-MZ e de forma independente ao projeto, porém com apoio da DATAPREV para acompanhamento do contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nessa mesma etapa inicial, uma das principais dificuldades de execução do projeto começou em julho de 2012, quando foram exonerados, pela Ministra do Trabalho, o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor do INSS-Moçambique. Durante esse período, as atividades do projeto foram paralisadas aguardando a nomeação dos novos dirigentes, sendo retomadas apenas em 2013 com o início da implantação do programa de trabalho aprovado em junho de 2012. • Nesse contexto, em missão realizada em abril 2013, o MPS, a DATAPREV e o INSS decidiram retomar a continuidade do projeto, elaborando proposta de revisão do projeto onde incluíam-se atividades de capacitação em tecnologia da informação e em gestão do processo de modernização previdência a ser realizado no Brasil e em Moçambique, nas modalidades de treinamento em serviço e em sala de aula. • Dando seguimento a essa nova proposta, foram realizadas nos meses de julho e outubro de 2013, missões para execução de atividades nas áreas de comunicação e de mapeamento e redefinição do fluxo de processo de atendimento ao contribuinte, com vistas a elaborar um manual de atendimento adaptado à realidade moçambicana. • No entanto, depois da realização da segunda missão em 2013, o projeto ficou novamente parado aguardando devolução da proposta de revisão substantiva encaminhada a Moçambique, em agosto 2013, para análise e assinatura. A revisão ficou sob análise de Moçambique até julho de 2014, sendo finalmente assinada por todas as partes em novembro daquele ano. Até aquela data, todas as atividades do resultado 1 e as 3 primeiras atividades do resultado 2 haviam sido concluídas. • Com o projeto podendo ser retomado em 2015, após anuência de todos à nova proposta de atividades (revisão substantiva assinada em 2014), realizou-se missão a Moçambique da Assessoria Internacional do MPS, do INSS e da Dataprev Brasil, de 09 a 13 de junho de 2015, com vistas a renegociar o plano de trabalho e definir o novo cronograma de capacitações. • Desde então, foram realizadas no Brasil capacitações sobre a Central 135 e a auditoria de Processos, ambas dirigidas a funcionários moçambicanos indicados pelo Ministério do Trabalho e INSS de Moçambique e muito bem sucedidas. • Para 2016 prevê-se a realização de capacitações sobre comunicação social, no âmbito do INSS Brasil, e sobre tecnologia da informação, atividades desenvolvidas pela Dataprev. Nesse sentido, foi feita nova revisão para prorrogar vigência até final de 2016 visando a continuidade da implementação do projeto.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>11. Código: BRA/04/044-S291 BRA/13/008-S021</p> <p>Nome: Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados</p> <p>Objetivo: Dotar o corpo de Formadores do CFJJ, das magistraturas judicial e do</p>	<p>Brasil (ABC) Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)</p> <p>Contrapartes Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) Ministério da Justiça de Moçambique</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Público-sujeito: 60 (foram capacitados 20 técnicos moçambicanos até o momento)</p> <p>Produtos: Capacitações, equipamentos, e manuais.</p>	<p>ABC: US\$ 860.500,00 ESMPU: US\$ 217.400,00 Contrapartes: US\$147.000,00 Total: US\$ 1.224.900,00</p> <p>Execução financeira ABC 2014: US\$ 74.576,58</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 3.942,58</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 285.880,97 Execução orçamentária ABC: US\$ 400.004,96</p>

<p>Ministério Público de Moçambique de recursos humanos qualificados e motivados para o exercício de suas funções.</p>			<p>Saldo: US\$ 574.619,03 Saldo orçamentário ABC: US\$ 460.495,04</p>
<p>Vigência: 13/01/2011- 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 19/01/2011</p>	<p>Descrição (Sinopse): O projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da justiça, dotando suas instituições de recursos humanos qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para desenvolverem instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses difusos. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos.</p>		
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 7, em andamento 5 e pendentes 6 das 18 atividades previstas. • Até o momento, realizou-se com sucesso a capacitação de 40 formadores e magistrados, divididos em duas turmas, cada uma com duas etapas de capacitação – uma teórica em Moçambique e outra prática no Brasil. Essas capacitações, no entanto, levaram mais tempo para ocorrer do que estava previsto no plano de trabalho. Primeiramente, devido à dificuldade para conciliar as agendas das equipes moçambicana e brasileira para realizar as capacitações no início da execução, o que atrasou a realização das primeiras formações dirigidas à primeira turma de 20 magistrados moçambicanos. Em um segundo momento, o atraso na execução deveu-se às restrições orçamentárias da ABC, ocasionando que a segunda turma a receber formação para elaboração de doutrina de Moçambique fosse postergada de 2013 para 2014. • Em dezembro de 2014, veio ao Brasil missão composta por segunda turma de 20 Magistrados Moçambicanos, com vistas a realizar a segunda etapa da sua capacitação – a primeira foi realizada em Moçambique. Durante duas semanas, os magistrados estiveram na Escola do Ministério Público brasileiro assistindo a exposições sobre direito meio ambiental e direito do consumidor no Brasil, com o objetivo de complementar o conhecimento já adquirido nesses temas e o desenvolvimento de instrumentos escritos eficazes para subsidiar o trabalho da procuradoria moçambicana em matéria dos direitos coletivos. Essa capacitação teve como metodologia treinamento prático desenvolvido na Escola Superior do Ministério Público da União e elaboração de grupos de trabalho para consolidação do material que será publicado sobre direito difuso. • Cabe mencionar que os equipamentos adquiridos no escopo deste projeto foram enviados a Moçambique em dezembro de 2014, junto com os materiais do projeto do Arquivo Histórico e do projeto de Saúde Bucal. Os materiais enviados ao final de dezembro foram entregues à contraparte no dia 12 de março de 2015 (equipamentos informáticos). Com a demora da liberação do envio, não sabemos em qual estado estão os materiais. O estado será confirmado na próxima missão do projeto, que deve acontecer em 2016 dependendo do orçamento da ABC. • Em relação ao seguimento das ações da segunda turma, cada coordenador acadêmico (procuradores) está monitorando e cobrando a entrega dos textos que subsidiarão os próximos manuais (Improbidade Administrativa; Direito do Consumidor; Meio Ambiente; Patrimônio Cultural). No entanto, devido aos desastres naturais ocorridos em 2015 em regiões de Moçambique, os magistrados atrasaram o envio dos textos. • Para 2016 está prevista a realização da capacitação da 3ª turma de magistrados, tanto em Moçambique como no Brasil. Essa turma voltará a tratar de temas vinculados à área criminal (por exemplo, corrupção, tráfico de pessoas, etc.), como na primeira fase. • Nesse sentido, a ABC solicitou à PGR financiar novamente (como aconteceu com a segunda turma) hospedagem dos participantes do treinamento, em razão das restrições orçamentárias da Agência. No entanto, também devido as restrições atuais do país e a crise política instaurada, não foi possível para aquela instituição ou para a Escola do Ministério Público disponibilizar recursos, não se descartando, porém, a possibilidade de disponibilizá-los em 			

	<p>2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> Finalmente, o projeto foi prorrogado até 31 de dezembro de 2016, uma vez existem ainda muitas atividades pendentes. <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entre os destaques da iniciativa, cabe mencionar a publicação da primeira de uma série de publicações sobre a doutrina em temas jurídicos (direito difuso) nos quais Moçambique ainda não tem legislação prevista. O conteúdo dessa primeira publicação-manual foi discutido e elaborado pela primeira turma de magistrados moçambicanos. Atualmente essas publicações estão sendo divulgadas em Moçambique.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>12. Código: BRA/04/044-S309 BRA/13/008-S007</p> <p>Nome: Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique.</p> <p>Objetivo: Implantar a tecnologia brasileira de Banco de Leite Humano (BLH) em Moçambique de forma a instituir no país uma estratégia de segurança alimentar para recém-nascidos em situação de risco. Visa, também, contribuir para redução da mortalidade neonatal e infantil, em conformidade com o Plano Integrado para o Alcance dos Objetivos do Milênio, elaborado pelo MISAU.</p> <p>Vigência: 28/02/2011- 31/03/2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 09/11/2010</p>	<p>Brasil ABC, Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ)</p> <p>Contrapartes: Ministério da Saúde (MISAU)</p> <p>Novas instituições envolvidas a partir de 2015 devido ao projeto trilateral que agora financia este projeto: DFID e PNUD</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 04</p> <p>Público-sujeito: 20 gestantes</p> <p>Produtos: (a) Implantação do Banco de Leite Humano no Hospital Central de Maputo. (b) Capacitação técnica em operação, processamento e controle de qualidade do leite materno. (c) Desenvolvimento de sistema de gestão em BLH. (d) Implementação de plano de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.</p>	<p>ABC: US\$ 341.240,00 IFF/FIOCRUZ: US\$ 176.840,00 Total: US\$ 519.080,00</p> <p>Execução financeira em 2014: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 0,00</p> <p>Execução Financeira ABC: US\$ 19.301,81 Execução Orçamentária ABC: 45.600,00</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 321.938,19 Saldo orçamentário ABC: US\$ 295.640,00</p> <p>Ex. financeira: 5,65%</p> <p>OBS.: A Execução financeira da ABC foi suspensa devido a entrada de recursos do DFID no projeto, a partir de 2015. No entanto, o orçamento permanece o mesmo porque o DFID não assina o projeto bilateral</p>
	<p>Descrição (Sinopse): A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS. A implantação da atividade projeto contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique em conformidade com o Plano Integrado para o Alcance dos Objetivos do Milênio (ODMs) 4 e 5, elaborado pelo Ministério da Saúde. Também contribuirá para minorar a infecção e a transmissão em neonatal.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolvidas 6 atividades, além das 2 em andamento, das 22 atividades previstas. Contudo, o projeto apresentou algumas dificuldades de execução, ocasionando até 2013 seu baixo desempenho. A principal delas foi a inexistência de projeto executivo para licitação da obra de restauração de instalações da pediatria do Hospital Central de Maputo em que será instalado o BLH. No entanto, a própria entidade executora, o Instituto Fernandes 		

	<p>Figueira, conseguiu solucionar o entrave e concluir, com recursos próprios, o projeto executivo destinado à reforma.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 2014, o PNUD, após consulta à ABC, que por sua vez consultou o IFF, apresentou em junho, proposta à agência internacional de cooperação britânica, DFID (UK Department for International Development), para financiamento da obra de restauração das instalações da pediatria do Hospital Central de Maputo. Em julho desse mesmo ano, a ABC foi comunicada que o DFID teria aprovado a ação. Em novembro de 2014, foi definida a participação operacional do organismo no projeto. Ao final de 2014, o projeto bilateral foi revisto financeiramente – os resultados e objetivos permanecem os mesmos do projeto original. O projeto será implementado pelo Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU) e pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF), coordenado pela Direção Nacional de Planificação e Cooperação do MISAU, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Ministério da Saúde - Brasil, executado pelo Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil e apoiado financeiramente pelo DFID. • Entre 08 e 12 de junho de 2015 foi realizada missão brasileira a Maputo com vistas a repactuar com as autoridades competentes (Direção do Hospital Central de Maputo e a Ministra da Saúde) o referido projeto. Durante a missão, decidiu-se que as instituições envolvidas designariam membros para compor o comitê gestor do projeto, que se reuniria, a partir de sua constituição, via web, mensalmente, e quando necessário. O MISAU indicou a senhora Paula Santos como ponto focal técnico na área temática do projeto, para interlocução com o IFF, e o senhor Dionísio Zaquie como ponto focal operacional, para interlocução com a ABC. A parte brasileira também disponibilizou duas vagas para qualificação de profissional moçambicano (médico, enfermeira ou nutricionista) nos processos de trabalho em banco de leite humano. • Em agosto, o Escritório do PNUD no Brasil, em coordenação com a ABC e o MISAU, e de acordo com as normas e procedimentos do Organismo Internacional, lançou processo seletivo para contratar uma empresa de consultoria local para adequar o projeto executivo apresentado às normas, legislação e contexto local, bem como para elaborar o caderno de encargos e documentos de concurso para contratação de empresa de construção local e fiscalizar a referida obra. A empresa com maior número de pontos e menor proposta financeira foi selecionada e trabalha para entregar o termo de referência. • Uma vez o Termo de Referência esteja concluído, o PNUD publicará processo de seleção e contratação do empresa responsável pela construção do BLH. A Comissão de Avaliação das ofertas para estes concursos deverá integrar pessoal técnico do MISAU e HCM para assessorar o processo de escrutínio destas empresas de construção. • Cabe destacar que a doutora Paula Santos, ponto focal técnico do projeto em Moçambique, foi convidada a participar do II fórum do BLH realizado em Brasília em setembro de 2015. • A respeito da capacitação necessária para implantação do BLH, a parte de formação online do curso para qualificação de profissional moçambicano nos processos de trabalho em banco de leite humano começou dia 03 de novembro, com reunião virtual com Moçambique e Fiocruz. A previsão é de durar até final de janeiro de 2016, para que, na sequência, possam começar a formação prática de 3 meses no Brasil. Duas técnicas e a coordenadora participarão da capacitação no Brasil, as duas por 3 meses e a coordenadora por um mês. • Está pendente a conferência e a avaliação dos equipamentos armazenados em Moçambique. Essa ocorrerá à época da instalação, por técnicos brasileiros e moçambicanos indicados pelas partes. Será da responsabilidade do IFF a elaboração do plano de manutenção preventiva e corretiva dos referidos equipamentos, em conjunto com técnicos do BLH-MZ. Caso seja preciso substituir algum dos equipamentos, o Ministério da Saúde de Moçambique já garantiu a nova inscrição do projeto no Ministério das Finanças. • O projeto foi revisado e a sua vigência estendida até 31/03/2017 para que seja realizada licitação da obra em 2016 e implementadas todas as
--	--

	<p>atividades previstas.</p> <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2014, um dos destaques da proposta foi a aquisição dos equipamentos do Banco de Leite pela ABC e sua transferência a Moçambique, onde estão armazenados na Central de Abastecimento do Ministério da Saúde de Maputo, em Mavalane. • Duas técnicas moçambicanas, do Hospital Central de Maputo, em processo de capacitação a distância, oferecida pelo Instituto Fernandes Figueira. • Projeto executivo de implantação do BLH definido e em final de adequação por escritório de arquitetura local.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>13. Código: BRA/04/044-S310 BRA/13/008-S008</p> <p>Nome: Apoio à Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique.</p> <p>Objetivo: Difundir conhecimento, informação por meio da capacitação profissional a distância voltados à promoção da saúde materno, infantil e do adolescente. Propiciará o acesso dos profissionais moçambicanos, por meio virtual, ao Banco de Dados e a especialistas brasileiros no tema.</p> <p>Vigência: 28/12/2011 a 31/03/2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 09/11/2010</p>	<p>Brasil (ABC) Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ)</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde (MISAU)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 04</p> <p>Público-sujeito: Ministério da Saúde; e corpo médico e de saúde do Hospital Central de Maputo</p> <p>Produtos: (a) Implantação da biblioteca temática de saúde da mulher e do adolescente. (b) Capacitação dos quadros do MISAU em processamento, gestão, tratamento e circulação da informação.</p>	<p>ABC: US\$ 98,640.00 IFF/FIOCRUZ: US\$ 51,520.00 Total: US\$ 150.160,00</p> <p>Execução financeira 2014: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 0,00</p> <p>Execução financeira ABC: US\$ 3.843,95 Execução orçamentária ABC: US\$ 5.600,00</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 94.796,05 Saldo orçamentário ABC: US\$ 93.040,00</p> <p>Ex. financeira: 3,89%</p> <p>OBS.: A Execução financeira da ABC foi suspensa devido a entrada de recursos do DFID no projeto, a partir de 2015. No entanto, o orçamento permanece o mesmo porque o DFID não assina o projeto bilateral</p>
	<p>Descrição (Sinopse): O projeto se propõe a desenvolver competências locais, dentro de cada NP, qualificando recursos humanos capazes de atuar como multiplicadores das ações estratégicas definidas no Plano Integrado do MISAU para o alcance dos ODMs 4 e 5; e assim formar a massa crítica necessária para processar as demandas de saúde do setor, nas respectivas províncias moçambicanas. Nos NPs serão desenvolvidas ferramentas que permitam ampliar o acesso a informação, tanto na dimensão técnico-científica, quanto nos aspectos relacionadas à gestão e acompanhamento das informações necessárias a tomada de decisão. O compromisso do projeto é de desenvolver competência local, nas províncias para consecução das atividades de atenção a saúde.</p>		

	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 3 das 14 atividades previstas. • O Centro de Tele-Saúde será instalado no espaço destinado ao Banco de Leite Humano, o qual será reformado no âmbito do projeto do BLH. Esse projeto conta com o apoio dado pela Rede Universitária de Telemedicina – Rede RUTE, permitindo que os médicos moçambicanos utilizem a Rede para as videoconferências e comunicações previstas com o Hospital materno-infantil do Instituto Fernandes Figueira no Brasil. Os dois projetos serão executados conjuntamente e contarão com o apoio financeiro do DFID, bem como execução do PNUD e implementação brasileira. • Alguns dos equipamentos para aparelhar o Tele saúde já foram adquiridos e estão armazenados na Central de Abastecimento do Ministério da Saúde de Moçambique. No entanto, a montagem do centro ainda não pode ser iniciada, pois a obra de restauração das instalações do Departamento de Pediatria do Hospital Central de Maputo começará em março de 2016. A previsão é que essa finalize em 2016 e, em consequência, possa realizar-se a instalação do Tele Saúde naquele mesmo ano. • Durante missão de 08 a 12 de junho de 2015, os projetos foram repactuados e a execução retomada. Durante a referida atividade também se definiu o comitê gestor do projeto, tanto do lado brasileiro como do moçambicano, e as equipes técnicas que acompanharão a construção do termo de referência para contratação de empresa que realizará a obra, assim como a obra por si mesma. Ver projeto do BLH. • O projeto foi revisado e a sua vigência estendida até 31/03/2017 para que as atividades pendentes possam ser executadas.
--	--

I.2 ATIVIDADES ISOLADAS (01)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. Código: BRA/13/008-A070</p> <p>Ação Simplificada Complementar ao Projeto para Reabilitação do CEFLOMA</p> <p>Vigência: 12/05/2015- 11/08/2015</p> <p>Atividade Isolada</p>	<p>Brasil (ABC) (Universidade Federal do Paraná - UFPR)</p> <p>Contraparte (Universidade Eduardo Mondlane – UEM)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 02</p> <p>Público-sujeito: 02 docentes e 06 técnicos florestais e agrícolas</p> <p>Produtos: (a) 1.1: 03 (três) Estações Meteorológicas montadas (b) 1.2: Capacitação em montagem das estações e análise dos dados meteorológicos realizada.</p>	<p>ABC: US\$ 17.196,00 UFPR: US\$ 32.500,00 UEM: US\$ 17.250,00 Total: US\$ 66.946,00</p> <p>Execução financeira ABC 2015: US\$ 14.146,92</p> <p>Execução orçamentária ABC: US\$ 17.196,00</p> <p>Saldo financeiro ABC: US\$ 0,00 Saldo orçamentário ABC: US\$ 0</p> <p>Ex. financeira: 100%</p>
<p>Descrição (Sinopse): Ação isolada complementar ao projeto CEFLOMA a ser realizada entre 13 de junho e 1º de julho de 2015. Ida de dois pesquisadores da Universidade Federal do Paraná a Maputo, por um período de 17 dias, para montagem das estações meteorológicas portáteis para monitoramento dos dados na floresta, testar os equipamentos e realizar curso de capacitação, dirigido a técnicos moçambicanos trabalhando no CEFLOMA, no uso e manutenção das estações e coleta dos dados monitorados.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolvidas 3 das 3 atividades previstas. • A missão da UFPR ocorreu entre 13 e 30 de junho, com vistas a capacitar os técnicos moçambicanos na instalação e funcionamento de estação meteorológica adquirida no âmbito do projeto. A ação simplificada foi encerrada com todos os resultados previstos alcançados. Atualmente, 			

	<p>negocia-se um novo projeto com a JICA-Moçambique na área de manejo florestal e alternativas para o desenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os principais produtos desenvolvidos a partir desta ação isolada foram (i) a instalação e funcionamento das estações meteorológicas portáteis; e (ii) o curso de montagem e operação das estações meteorológicas WatchDog e Kestrel para 5 técnicos de laboratório, 2 docentes e 4 estudantes de Engenharia florestal da Universidade Eduardo Mondlane, cujo programa compreendeu (a) instruções para montagem de equipamentos e (b) aulas teóricas e práticas com vistas a coletar e analisar os dados para monitoramento dos aspectos climáticos das florestas e regiões (por exemplo: determinar a direção do vento; medir a altitude; medir a pressão barométrica; medir a temperatura de bulbo úmido; medir a umidade relativa em %; medir o ponto de condensação/orvalho; medir a precipitação pluviométrica; medir a temperatura do ar, água e neve (se houver); medir a velocidade corrente, média e máxima do ar; medir a radiação solar; medir a evapotranspiração e umidade do solo). • O contato dos participantes do curso com os equipamentos e o conhecimento das suas finalidades foi de extrema importância para a continuidade das pesquisas relacionadas com o crescimento das florestas e o desenvolvimento dos plantios com novas espécies, principalmente as que apresentam rápido crescimento. • Existem estudos que apontam que os estoques de madeira nativa de Moçambique estarão, até 2030, severamente comprometidos. Moçambique necessita de apoio significativo no Manejo Florestal e Planejamento da Produção Florestal para encontrar alternativas que ajudem a retroceder esse desmatamento e recuperar a floresta. • Nesse sentido, os dados gerados pelas estações meteorológicas serão fundamentais para subsidiar as análises dos experimentos que serão feitos mediante a introdução de novas espécies florestais para a produção de energia e madeira. Essas pesquisas serão feitas com o objetivo de diminuir a pressão sobre as florestas nativas e não consumir toda a madeira de Moçambique.
--	---

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (02)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. Nome: Formação de Formadores do Ensino Básico de Moçambique</p> <p>Objetivo: Apoiar e fortalecer as capacidades dos formadores de ensino médio de Moçambique.</p>	<p>Brasil ABC, SEPPIR,</p> <p>Contrapartes: Ministério da Educação</p>	<p>Produtos: (a) Fortalecimento das ações</p>	<p>Sem definição</p>
<p>Situação: Em acordos mantidos pela então Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, atual Ministra dos Direitos Humanos, com o Ministro da Educação de Moçambique, realizam-se missões ao país para formação de professores do ensino fundamental. A intenção é compor um projeto abrangente com esse objetivo. A referida missão que teve o apoio da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais capacitou cerca de 700 professores em três províncias distintas de Moçambique. A iniciativa foi bem recebida pelo Governo local e pode ter continuidade em 2016.</p>			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
---------	-------------------------	-------------	--------------------------------------

<p>2. Nome: Desenvolvimento do Turismo em Moçambique</p> <p>Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da formação profissional na atividade turística em Moçambique</p>	<p>Brasil ABC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)</p> <p>Contrapartes Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique</p>	<p>Público-sujeito: Servidores do Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique; Operadores do setor turístico em Moçambique</p>	<p>Sem definição.</p>
<p>Situação: A Embaixada do Brasil em Maputo recebeu solicitação do Ministro da Cultura e Turismo de Moçambique para que seja dada continuidade às atividades de cooperação no setor do turismo no contexto do MdE para Desenvolvimento do Turismo assinado entre Brasil e Moçambique em 2009. A demanda de cooperação com o Brasil é intercambiar experiências e usar o conhecimento e expertise brasileiros, por meio do SENAC, para apoiar o Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique a fortalecer a formação de operadores do setor turístico naquele país.</p> <p>A demanda ainda está sendo analisada. Existe possibilidade de haver seguimento à proposta em 2016.</p>			

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC TOTAL (ABC)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	5	0	6.356.450,78	8.220.590,78	4.540.218,51	618.425,46	1.816.232,27
Negociação	1	0	200.000,00	400.000,00	0	0	0
Concluídos	1	0	383.369,78	637.041,78	383.369,78	204,67	0
Total	7	0	6.939.820,56	9.257.632,56	4.923.588,29	618.630,13	1.816.232,27

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe foi assinado em 26 de junho de 1984 e promulgado em 21 de abril de 1988, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas definidos como prioritários para os governos dos dois países. A pauta de cooperação com STP incluiu, desde 1998, cerca de 82 ações de cooperação totalizando um orçamento de USD 9,7 milhões alocados pela ABC, o que situa São Tomé como o segundo país na pauta de cooperação com países de língua portuguesa, em montante de recursos e em número de projetos.

Em 2015 o programa constituiu-se por 5 projetos em execução, um projeto em negociação e um concluído, o projeto "Apoio ao Controle e à Prevenção da Malária em São Tomé e Príncipe". Alguns projetos foram revistos em termos de vigência. Em geral a demora no andamento dos processos licitatórios, mudanças de direção nas instâncias decisórias e a demora na articulação entre as instituições para definição do corpo técnico e da estrutura a ser disponibilizada para execução dos projetos são as principais razões dos atrasos na execução das ações. O tempo de resposta das instituições executoras santomenses e brasileiras (nível técnico), também, infringem atrasos na execução das atividades previstas.

O Governo santomense apresentou, em 2015, demandas na área da formação do quadro técnico do Banco Central e interesse na continuidade da cooperação nas áreas de desenvolvimento urbano (fundos e ordenamento). Está em negociação, entre os Bancos Centrais do Brasil e de São Tomé e Príncipe, um projeto de cooperação na área financeira. O Ajuste Complementar foi assinado e aguarda-se as instituições fazerem uma revisão dos termos e condições estabelecidos no documento de projeto.

Foi realizada missão de avaliação final do projeto "Malária" e "Comunicação e Cultura". No âmbito do projeto "Tuberculose" teve início a construção do Laboratório Nacional de Referência e missões de monitoramento para acompanhamento da obra. No âmbito do projeto "Polícia de Investigação Criminal" foi realizado o último curso de capacitação. No âmbito do projeto "Desenvolvimento Urbano" está em andamento a construção dos dois protótipos habitacionais previstos, o projeto deve finalizar em maio de 2016. Ressalta-se que as missões de monitoramento e avaliação de um projeto, que contam com a participação de representante da ABC, são otimizadas com a realização de acompanhamento de ações dos demais projetos. Para além das missões, foram encaminhados processos de compra de equipamentos, instrumentos, materiais, insumos e licitações de obra, bem como, realizadas reuniões técnicas no Brasil, com instituições executoras brasileiras de vários projetos.

Os resultados positivos alcançados pelos projetos, em geral, referem-se a minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas; instituições fortalecidas pela formação e capacitação do quadro técnico; suporte na aquisição de equipamentos a serem utilizados em capacitações e melhorias na infraestrutura; internalização de políticas públicas nas áreas objeto de cooperação; beneficiários diretos capacitados; melhoria direta na qualidade de vida da sociedade, no que se refere à profissionalização e à segurança alimentar da população. Os produtos gerados pelos projetos encontram-se arquivados nas pastas dos projetos na Gerência de África.

O Governo santomense ressalta como diferencial da cooperação brasileira a forma solidária, ética e participativa como o Brasil trabalha, colaborando para apropriação do conhecimento e fortalecimento das instituições locais.

PROJETOS (07)

1.2 PROJETOS EM EXECUÇÃO (5 projetos)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/13/008-S221 BRA/04/044-S197</p> <p>Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe</p> <p>Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento econômico e social de São Tomé e Príncipe, a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas por mão-de-obra qualificada local, através da implantação de um Centro de Formação Profissional com modelo de gestão baseado nas práticas do SENAI</p> <p>Departamento Regional de Pernambuco. Enviada equipe do SENAI para vistoria da construção do Centro e coordenação das ações iniciais. Carta Acordo assinada. Repasse de recursos para o SENAI feito no dia 30 de agosto de 2010.</p> <p>Vigência: 31/05/2016.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: janeiro de 2009.</p>	<p>Brasil Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)</p> <p>Contrapartes Ministério da Educação, Cultura e Formação</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 50 profissionais</p> <p>Beneficiários diretos: 24 capacitados no Brasil, 17 em STP e previsão de atendimento a mais de 1.000 alunos a partir da inauguração do CFP.</p> <p>Produtos: capacitações, equipamentos, materiais, insumos e construção de um centro profissionalizante.</p>	<p>ABC: US\$ 3.828.242,06 Contraparte: US\$ 450.000,00 Total: US\$ 4.278.242,06</p> <p>Exec ABC = US\$ 3.469.382,62 (90,63%) Exec em 2015= USD 368.867,54</p> <p>Saldo ABC: USD 358.859,44</p>
<p>Descrição (Sinopse): O projeto almeja contribuir para o desenvolvimento econômico e social de São Tomé e Príncipe a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas do país por mão-de-obra qualificada. O projeto consiste na construção e implantação de um Centro de Formação Profissional de referência, com modelo de gestão baseado nas práticas do SENAI, onde jovens e adultos poderão receber treinamento capaz de qualificá-los para o mercado de trabalho, provendo mão de obra qualificada para a indústria e o setor de serviços daquele país.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 39 atividades das quais 30 foram executadas; Pendências e dificuldades: Como aspecto negativo, registra-se a necessidade de se fazer diversas alterações no projeto arquitetônico devido ao local disponibilizado pelo Governo santomense; as alterações na cúpula do Governo santomense (Ministros e Diretores escolhidos no processo eleitoral de 2010) o que resultou em algumas mudanças no projeto como alterações nos cursos a serem ofertados e na gestão do Centro de Formação (gestão independente para uma gestão compartilhada com o Centro Politécnico); crise econômica que conduziu a dificuldades na contratação de pessoal local para servirem como instrutores, gestores e auxiliares administrativos do CFP; grande dificuldade na aquisição de equipamentos e materiais para a implantação dos cursos na ilha de São Tomé devido ao despreparo do comércio local para participação em licitações de acordo com as regras do PNUD. Êxitos: a execução do Projeto BRA/04/044-S197 foi afetada positivamente em decorrência da disponibilidade e comprometimento das instituições executora e coordenadora da parte brasileira, apesar do atraso da contraparte santomense em responder às demandas em cumprimento às atividades sob sua responsabilidade, bem como pelo empenho de interlocutores locais (técnicos santomenses) ansiosos pela operacionalização do CFP. Os produtos e resultados têm impactado, primeiramente, nas instituições públicas do país parceiro e, em segundo plano, sobre a população urbana e rural, tanto em decorrência das capacitações técnica, quanto por meio dos programas de desenvolvimento do setor. No caso de STP, o projeto foi oportuno, pois o país está estruturando sua área de ensino profissionalizante e tem aproveitado a expertise das instituições brasileiras para implantar diversas ações nessa área. 			
<p>Principais destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> empenho da coordenação local do projeto para dar agilidade e solucionar 			

	<p>problemas advindos de situações imprevistas e a excelente qualidade do projeto e da execução da obra do Centro de Formação Profissional finalizada em maio de 2013. O Centro de Formação foi inaugurado em 22 de maio de 2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> Desde sua inauguração até o momento já foram diplomados mais de 800 alunos em diversas áreas: carpinteiro de forma, armador de ferragens, bombeiro hidráulico, eletricitista instalador predial, panificação, confeitaria, processamento de alimentos, soldagem e serralharia.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2. BRA/13/008-S042 BRA/04/044-S260</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe: Componente Política Habitacional e Metodologias não-convencionais de Construção.</p> <p>Objetivo: Apoiar o desenvolvimento urbano em São Tomé e Príncipe, com ênfase em habitação.</p> <p>Vigência: 30/06/2016.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: janeiro de 2009.</p>	<p>Brasil Caixa Econômica Federal</p> <p>Contrapartes Ministério da Infra-Estrutura, Obras Públicas e do Ordenamento Territorial.</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Funcionários da CAIXA</p> <p>Beneficiários diretos: funcionários públicos de vários ministérios ligadas à política habitacional.</p> <p>Produtos: pessoas capacitadas, materiais e equipamentos das capacitações e três unidades habitacionais.</p>	<p>ABC: USD 277.471,79 Executora brasileira: USD 251,840.00 Total: USD 529.311,79</p> <p>Executado ABC = USD 134.722,59 (48,55%) Executado em 2015= USD 18.080,80 Saldo ABC: USD 142.749,20</p>
<p>Descrição (Sinopse): O projeto visa contribuir para o desenvolvimento urbano de São Tomé e Príncipe por meio da capacitação de técnicos para o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional, otimização do padrão construtivo local e a transferência de metodologias construtivas não-convencionais ajustadas à realidade local.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 70 atividades das quais 63 foram executadas; Pendências e dificuldades: alterações na estrutura da administração santomense que dificultaram a composição do grupo de trabalho; demora na comunicação entre as partes que ocasionou atrasos no repasse de informações e agendamento de atividades previstas; demora nos processos de aquisição de máquinas e equipamentos, gerada pela dificuldade de fornecedores, tramites de aquisição e atraso na entrega; inexistência de dados oficiais sobre questões habitacionais (déficit, necessidade de melhorias habitacionais, saneamento, infraestrutura, regulação fundiária, imobiliária e legislação relacionada). <p>Principais destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> Transferência de conhecimento para o estabelecimento de uma política nacional de habitação. O projeto deve finalizar em maio de 2016 após a conclusão das obras dos protótipos habitacionais e a realização da missão de avaliação final do projeto. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>3. BRA/13/008-S018 BRA/04/044-S304</p> <p>Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe</p> <p>Objetivo: Apoiar a</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde e Assuntos Sociais</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 15</p> <p>Beneficiários diretos: Mais de 100 beneficiários diretos e após o Laboratório pronto toda a população local.</p>	<p>ABC: USD 1.245.883,83 Executora brasileira: USD 144,780.00 Total: USD 1.390.663,83</p> <p>Executado ABC = USD 293.277,73 (23,54%) Executado em 2015= USD 143.623,66 Saldo ABC: USD 952.606,10</p>

<p>estruturação do Programa de Controle da Tuberculose de São Tomé e Príncipe, de forma sustentável.</p> <p>Vigência: 31/03/2017.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 04 de março de 2010.</p>		<p>Produtos: Laboratório de diagnóstico da tuberculose construído, equipado e em funcionamento; medicamentos; técnicos capacitados, materiais de capacitação e fichas técnicas.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose (PNLCT) de São Tomé e Príncipe está sob a supervisão do Centro Nacional de Endemias (CNE) e sob a gerência do Ministério da Saúde. A estrutura de saúde encontra-se dividida em sete Distritos Sanitários, cada um deles sob a supervisão de um delegado de saúde. Cada Distrito de Saúde possui um Centro de Saúde com equipe médica, internação e atividades laboratoriais. No entanto, esses centros de saúde não executam baciloscopias diagnósticas ou de controle da tuberculose, e o diagnóstico e tratamento da doença é totalmente centralizado no principal hospital do país, Hospital Ayres de Menezes (HAM). O projeto prevê ações que contribuirão para descentralização do diagnóstico e tratamento da doença, contemplando todos os eixos da estratégia DOTS (Direct Observed Treatment Short-course) com a pretensão de implementar essa estratégia em todas as unidades de saúde de São Tomé e Príncipe. O projeto prevê o deslocamento de equipe técnica santomense para o Brasil, visando ao conhecimento sobre os programas de controle da tuberculose que já avançaram em relação ao momento atual no qual se encontram as políticas de controle de São Tomé e Príncipe. Essa experiência servirá de subsídio para futuras discussões de criação de protocolos inexistentes no país e adaptações em documentos existentes, mas não validados pelos órgãos técnicos competentes. Num segundo momento, com a estruturação protocolar efetivada, haverá a implantação de ampla capacitação por meio da equipe de orientadores brasileiros, tendo por finalidade a operacionalização do plano e homogeneização do conhecimento. Essa capacitação também envolverá profissionais da área de laboratório, uma vez que se pretende, com o projeto, construir um laboratório de referência de cultura para o diagnóstico e o teste de sensibilidade. Dessa forma, o projeto apoiará a implementação e fortalecimento do Programa de Controle da Tuberculose de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 15 atividades das quais 9 foram executadas; • Pendências e dificuldades; a demora no processo de contratação do consultor em engenharia, o atraso na entrega do projeto arquitetônico para conclusão do projeto executivo e, conseqüente, atraso na contratação da empresa construtora do Laboratório. <p>Principais destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa articulação entre as áreas de execução do projeto tanto do lado brasileiro como do lado santomense permitiram a realização bem sucedida das capacitações previstas. Está em andamento a construção do Laboratório que deve ser concluída em maio de 2016. Já iniciou-se o processo de elaboração dos termos de referência para compra de equipamentos e insumos. As licitações devem ser lançadas em janeiro de 2016 com vistas a finalizar os processos de compra concomitantemente a finalização da obra do Laboratório. Com a conclusão desse processo serão realizadas capacitações para os técnicos santomenses no trabalho de diagnóstico e operacionalização do laboratório. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>4. BRA/13/008-S020 BRA/04/043-S183</p> <p>Capacitação Técnica para a Polícia de Investigação Criminal de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Objetivo: Contribuir para redução da criminalidade em São Tomé e Príncipe.</p> <p>Vigência: 29/01/2016.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 08/04/11.</p>	<p>Brasil Departamento da Polícia Federal</p> <p>Contrapartes Ministério da Justiça e Reforma do Estado</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 30 profissionais</p> <p>Beneficiários diretos: 30 policiais da Polícia de Investigação Criminal</p> <p>Produtos: pessoas capacitadas e materiais das capacitações.</p>	<p>ABC: USD 553.508,52 Executora brasileira: USD 1.017.520,00 Total: USD 1.571.028,52</p> <p>Executado ABC = 241.891,31 (43,70%) Executado em 2015= USD 44.682,70 Saldo ABC: USD 311.617,21</p>
<p>Descrição (Sinopse): O presente projeto tem por objetivo fornecer a São Tomé e Príncipe a qualificação em recursos humanos necessária à reestruturação de suas forças policiais, especificamente, de sua Polícia Judiciária. A proposta implica na seleção e capacitação de policiais santomenses em área específica do saber policial, aliadas a uma política de respeito aos direitos humanos e aos preceitos éticos. Deste modo, a Polícia Federal, por meio de sua Academia Nacional de Polícia, oferecerá e ministrará capacitação para policiais vinculada a áreas tanto gerais como específicas do conhecimento, já apontadas pela equipe de prospecção e consideradas como temas de interesse e de necessidade da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe. O presente projeto prevê a execução de capacitações nas áreas de armamento e tiro, local de crime, técnicas operacionais e técnicas de investigação. As demais necessidades apontadas ao longo da execução do projeto poderão ser objeto de novas propostas. O projeto prevê a formação de multiplicadores dentre aqueles que obtiverem as melhores notas nas áreas do conhecimento, de maneira a garantir que o conhecimento adquirido possa ser repassado em ações posteriores de iniciativa da própria Polícia de Investigação Criminal.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 9 atividades das quais 8 foram executadas; Pendências e dificuldades: a primeira capacitação foi programada para novembro e dezembro de 2012. No entanto, por motivos orçamentários a ABC cancelou o agendamento. Foram concluídos os processos licitatórios para a compra dos materiais utilizados nas capacitações, os materiais foram adquiridos e entregues a DPF. Em 2013, a DPF cancelou o agendamento das atividades por razões orçamentárias. Só em 2014 o projeto começou a ser implementado. <p>Principais destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em outubro e novembro deste ano foi ministrado o último curso previsto no projeto. A agenda de atividades implementadas pela equipe técnica inclui reuniões, aulas e treinamento prático. Na abertura do curso houve uma cerimônia da qual participaram o Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe, o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, o Procurador-geral da República e o Diretor da Polícia de Investigação Criminal - PIC daquele país. No discurso de inauguração dos trabalhos, o Ministro da Justiça, Roberto Raposo, referiu-se sobre a importância da defesa pessoal na prevenção da criminalidade e nas ações operacionais de combate aos crimes. Referiu-se igualmente a tudo mais que é necessário para que as polícias tenham o melhor do equipamento técnico operacional para atuar. Para tanto, devem ser dotadas de capacidade técnica e meios de proteção de bens individuais e da coletividade em prol de uma sociedade mais segura e mais digna para todos santomenses. Ao terminar, o Ministro agradeceu a cooperação brasileira pela contribuição na formação da Polícia de Investigação Criminal daquele país. A pedido do Ministro Raposo e do Comandante da Polícia Nacional foram incluídos mais 5 (cinco) agentes da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe nos referidos cursos. Na cerimônia 			

	do encerramento do curso os participantes receberam certificados de conclusão. À semelhança dos três módulos anteriores vale registrar que o quarto módulo foi igualmente muito bem recebido pelo governo santomense, que em diversas oportunidades tem expressado a imensa satisfação de ter acolhido em São Tomé os representantes da Polícia Federal do Brasil.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>5. BRA/13/008-S038 BRA/04/044-S445</p> <p>São Tomé e Príncipe plural: sua gente, sua história, seu futuro - ações programáticas em Comunicação e Cultura.</p> <p>Objetivo: Promover o estabelecimento de uma rotina produtiva nos meios de comunicação social de São Tomé e Príncipe por meio da qualificação técnica, do compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos e da difusão das práticas culturais nacionais.</p> <p>Vigência: 31/08/2016.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 16/08/2012</p>	<p>Brasil Universidade Federal Fluminense</p> <p>Contrapartes Secretaria Geral de Governo e Ministério da Educação, Cultura e Formação</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 20 profissionais</p> <p>Beneficiários diretos: Funcionários da Rede de Rádio e TV estatais e a população em geral</p> <p>Produtos: pessoas capacitadas, equipamentos e materiais das capacitações.</p> <p>Em relação ao objetivo Específico 1: Estabelecer um modelo de gestão e gerenciamento das emissoras de Rádio e Televisão de São Tomé e Príncipe: 10 pessoas capacitadas;</p> <p>Ao Objetivo Específico 2: Oferecer capacitação técnica e profissional relacionada aos formatos e à produção de conteúdos dos meios audiovisuais: 96 pessoas capacitadas;</p> <p>Ao Objetivo Específico 3: Instrumentalizar profissionais e setores da população para o reconhecimento e difusão das expressões e matrizes culturais santomenses: 182 pessoas capacitadas.</p>	<p>ABC: USD 451.344,58 Total: USD 451.344,58</p> <p>Executado ABC = 400.944,26 (88,83%) Executado em 2015= USD 43.170,76 Saldo ABC: USD 50.400,32</p>
<p>Descrição (Sinopse): O Projeto propõe uma interface com o Plano Estratégico Nacional do Setor de Comunicação Social do Governo de São Tomé e Príncipe, que nas suas premissas básicas defende a construção de estratégias para o aumento efetivo da Liberdade de Expressão e de Pensamento dos Cidadãos. Para isso, o plano governamental aponta uma visão que articula Profissionalismo, Pluralismo e Modernização. Esse eixo tem como fim o fortalecimento do senso de pertencimento da população e a coesão em torno da identidade nacional.</p> <p>Foi identificada no início dos trabalhos, a partir de uma prospecção realizada</p>			

	<p>em dezembro de 2011, a necessidade de efetiva interdisciplinaridade no enfoque das questões no âmbito das comunicações, em especial suas convergências com o âmbito da cultura. Procurou-se seguir um espectro de prospecção, compreendendo-se a necessidade de correlacionar o enfoque de questões técnicas relativas ao funcionamento dos órgãos de comunicação e a demanda pela formação histórico-cultural de São Tomé e Príncipe. Isto levou a atentar-se para a relevância da abordagem de aspectos linguísticos, costumes, hábitos e heranças culturais que conformam o multiculturalismo no país. Nesse sentido, a compreensão de fatores ligados à diversidade cultural do país, no que tange às questões das identidades e das diferenças, torna-se um eixo fundamental de atuação no âmbito dos meios de comunicação. Daí a importância de se lidar com os meios numa perspectiva de se fortalecer o diálogo e intensificar os processos de mediação cultural entre os distritos e a região autônoma de São Tomé e Príncipe, ação que deve também ser estendida para a diáspora santomense.</p> <p>O projeto propõe a formulação de capacitações integradas que respondam ao quadro cultural do país e atendam às demandas de comunicação esboçadas pelas autoridades políticas e mediáticas de São Tomé e Príncipe. Esperamos, com isso, poder contribuir para a melhoria da capacidade técnica e profissional dos quadros dos órgãos de imprensa oficial do país, bem como para o estreitamento dos laços afetivos dos santomenses, considerando-se suas múltiplas origens sociais e (trans)nacionais.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 13 atividades das quais 12 foram executadas; • Principais destaques: Foi realizada a missão de avaliação final deste projeto. A avaliação final foi de caráter interno, a qual contou, para além da delegação brasileira, com a participação de técnicos da Rádio Nacional, da TV Nacional, representantes da Universidade de São Tomé e Príncipe, do Ministério da Educação, Cultura e Ciência e outros beneficiários diretos do projeto. A metodologia utilizada na missão de avaliação com vistas a aferir o cumprimento das atividades e resultados traçados e o nível de satisfação com a implementação do projeto foi: aplicação de questionários aos principais beneficiários diretos do projeto e reunião para avaliação conjunta das respostas sistematizadas dos questionários respondidos. Aspectos específicos abordados no questionário e debatidos na reunião: desempenho, eficácia, eficiência e sustentabilidade; reuniões com autoridades da Universidade de São Tomé e Príncipe, Reitor Peregrino do Sacramento da Costa, e Ministério da Educação, Cultura e Ciência, Ministro Olinto Daio, com vistas a colher impressões da relevância e coadunação das ações do projeto com as políticas desenvolvidas na área; análise documental a partir da leitura do documento de projeto e relatórios das missões; realização de evento para apresentação de produtos elaborados no âmbito do projeto com a participação dos beneficiários diretos e autoridades das instituições santomenses participantes, evento "Apresentação de resultados, lançamento de filme e abertura de exposição do projeto São Tomé e Príncipe Plural: sua gente, sua história, seu futuro – ações programáticas em comunicação e cultura". • O projeto atuou em 3 feixes principais, a saber, a definição de modelos de gestão em rádio e TV, a capacitação técnica para o meio audiovisual e a instrumentalização voltada para o reconhecimento e difusão das expressões culturais. O escopo das capacitações se orientou então para "modelos de gestão em rádio e TV", "Produção radiofônica", "Gêneros e formatos em TV", "fotografia para cinema e vídeo", "planejamento publicitário", "realização de inventários culturais", "criação de portal em web", "fotografia como expressão, documentação e memória" e "agentes culturais comunitários". • O projeto previa, também, como condição logística estratégica para o desenvolvimento das capacitações, incentivo e fomento à produção cultural local, a proposição e instalação do Núcleo de Comunicação e Cultura (NCC), espaço laboratorial de tecnologia da informação e comunicação, o qual foi instalado no Instituto Superior Politécnico (ISP), posteriormente, incorporado a Universidade de São Tomé e Príncipe (UJSTP).
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Nas formações realizadas foram certificados: 15 gestores no primeiro eixo Modelos de Gestão para TV e Rádio; 146 técnicos no segundo eixo Capacitação técnica para os meios audiovisuais; e 238 agentes no terceiro eixo Instrumentalização voltada para o reconhecimento e difusão das expressões culturais. • Além das metas alcançadas nas capacitações, o projeto gerou importantes produtos entre os quais se destacam o <portalstp.com> seus conteúdos (como vlogs, blogs, podcasts, mapeamento colaborativo do patrimônio imaterial, entre outros), os vídeos vinculados as capacitações em audiovisual, os seminários de abertura e encerramento do projeto, o filme "dosu manu" (dois irmãos), a exposição "Brasil São Tomé e Príncipe - um encontro fotográfico" no espaço Cacau e a publicação final do projeto com a análise dos seus resultados, bem como artigos e relatos das experiências produzidos a partir das capacitações pelo conjunto de docentes da UFF. • Tendo em conta o escopo do projeto e o objetivo central de desenvolvimento de capacidades, baseado nos questionários e debate realizado, a parte santomense apresentou um alto grau de satisfação sobre os vários aspectos relativos à implementação do projeto. As capacitações agregaram conhecimentos e desenvolveram competências e habilidades, as quais são aproveitadas pelos beneficiários para o exercício de suas profissões e desenvolvimento pessoal, para realização de novas atividades de incremento da renda ou para a transformação de ideias em projetos culturais. • Quanto aos objetivos direcionados aos quadros técnicos da Rádio Nacional e TVS, houve manifestação positiva por parte dos técnicos quanto às capacitações realizadas no âmbito do projeto, as quais aprimoraram o desempenho dos profissionais envolvidos nessas ações. Ressaltou-se, no entanto, que para que a instituição se beneficiasse mais eficazmente das capacitações deveria ter havido, por parte dessas instituições, maior engajamento e apropriação das ações do projeto. Nesse sentido, destacou-se que a pouca interação e comunicação entre as instituições santomenses e brasileira, resultaram numa baixa incorporação das formações para estabelecimento de modelos de gestão. Avalia-se que o quadro de oscilação política no país, o qual acarretou constantes mudanças nos quadros diretivos das instituições, foi uma das causas da descontinuidade apontada na interlocução entre as instituições e na implementação das ações, notadamente, àquelas voltadas para a adoção de um modelo de gestão e gerenciamento nas emissoras de Rádio e Televisão de São Tomé e Príncipe, um dos objetivos do projeto. • O alcance do objetivo direcionado ao fomento da produção cultural no país nos mais diversos setores da população apresentou uma avaliação extremamente positiva, pois promoveu ações de valorização da cultura local por meio das capacitações direcionadas à população em geral e levantamento do patrimônio cultural (inventário), trazendo à tona valores da cultura local. • Outro fator positivo apontado no alcance deste objetivo são as produções (documentários e matérias) realizadas nas capacitações ou por meio dos serviços e equipamentos disponibilizados no Núcleo de Comunicação e Cultura (NCC). • O NCC, criado no âmbito das ações para o alcance deste objetivo, conforme definia o Termo de Parceria e Uso, negociado e assinado pelas instituições executoras (Universidade de São Tomé e Príncipe e Universidade Federal Fluminense), foi um "espaço de articulação para o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes formadoras no campo de atuação da comunicação e da cultura", que possibilitou ampla inserção e participação da comunidade santomense nas ações formativas e de fomento a cultura. Dessa forma, constatou-se a relevância da criação do NCC que trouxe vitalidade às ações de capacitação tanto dos profissionais envolvidos como de diferentes setores da população, primordialmente os jovens, constituindo-se numa ação inovadora do projeto que contemplou à capacitação e instrumentalização da comunidade local. • Uma das maiores preocupações dos beneficiários diretos é quanto à
--	---

	<p>continuidade das capacitações, do acesso, incentivo e fomento da produção cultural viabilizadas no NCC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A titularidade dos equipamentos e a gestão do Núcleo passa ser da Universidade de São Tomé e Príncipe, vinculada ao Ministério da Educação, Cultura e Ciência. • Para encerramento do projeto fica pendente a conclusão de um dos produtos do projeto, a publicação dos resultados que conterà artigos e relatos das experiências vinculados às capacitações.
--	---

1.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (1 projeto)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. Reforço Institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Objetivo: Aprimorar o Sistema Financeiro de São Tomé e Príncipe pelo fortalecimento da atuação da sua autoridade monetária.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste:</p>	<p>Brasil Banco Central do Brasil</p> <p>Contraparte Banco Central de São Tomé e Príncipe</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 2 profissionais</p> <p>Beneficiários diretos: Funcionários do Banco Central de São Tomé e Príncipe</p>	<p>Estimado ABC: USD 200.000,00 Contraparte: 200.000,00</p>
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante a missão de prospecção, foram realizadas reuniões técnicas com a equipe do Banco Central de São Tomé e Príncipe, que contaram com a participação do corpo técnico e diretivo da instituição. Houve engajamento efetivo tanto dos quadros diretivos da instituição como dos quadros técnicos, os quais repassaram com clareza as demandas, desafios e temáticas a serem abordadas. • Abordou-se uma diversidade de temas demandados pelo BCSTP, no entanto, acordou-se a priorização de um conjunto limitado de assuntos para uma primeira fase do projeto, que teria duração de 24 meses. Acordou-se, também, que, decorridos 18 meses de execução do projeto, serão iniciadas as negociações para a elaboração de novo projeto, segunda fase, que deverá prever o atendimento dos temas não concluídos na primeira fase e outras temáticas que não puderam ser priorizadas na primeira etapa. • Os pontos priorizados na primeira fase foram: adequação às normas de contabilidade internacional, tecnologias de informação, central de risco de crédito, recursos humanos e mercado interbancário. A contraparte santomense demonstrou vivo interesse pelo início efetivo da cooperação, comprometeu-se, inclusive, a custear missão inicial, em novembro, para atuação no campo das normas de contabilidade internacional. • A minuta do documento de projeto está pronta aguardando a aprovação da proposta de Ajuste Complementar para envio dos documentos a STP para apreciação. 			

1.3 PROJETOS CONCLUÍDOS (1 projeto)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1. BRA/13/008-S164 BRA/04/043-S097</p> <p>Apoio ao Controle e à Prevenção da Malária em São Tomé e Príncipe. BRASIL – EUA – STP</p> <p>Objetivo: apoiar a estruturação do Programa de Controle e Vigilância da Malária em São Tomé e Príncipe, de forma sustentável.</p> <p>Vigência: 08/12/2015.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 11/12/2008.</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância Sanitária</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe</p> <p>EUA USAID</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Cerca de 50 profissionais ao longo do projeto.</p> <p>Beneficiários diretos: Cerca de 61 técnicos capacitados ao longo do projeto.</p> <p>Produtos: um curso em epidemiologia, um sistema de vigilância epidemiológico do paludismo, 4 capacitações em utilização do sistema, ações de comunicação e educação em saúde desenvolvidas e equipamentos adquiridos.</p>	<p>ABC: USD 383.369,78 Executora brasileira: USD 44,050.00 Contraparte: USD 88,588.00</p> <p>Doação Fundo Especial CPLP, Mesa de Bruxelas: USD 40,704.00 USAID: USD 80,330.00 Total: USD 637.041,78</p> <p>Executado = USD 383.369,78 (100%) Executado em 2015= USD 204,67 Saldo ABC: USD 0,00</p>
<p>Descrição (Sinopse): Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, a exemplo dos demais países Africanos, a malária tem sido um grave problema de saúde pública. Porém, após vários anos de luta contra a doença alcançou-se êxito na redução da transmissão, caminhando-se em 2008, para fase de consolidação e vigilância da endemia o que requer cuidados especiais por parte das autoridades políticas e de saúde pública para evitar o recrudescimento da transmissão. Acredita-se que com a experiência acumulada do Brasil em vigilância e controle da malária, nos últimos 46 anos, principalmente na organização dos serviços locais de saúde e na estruturação do Programa Nacional de Controle da Malária, este projeto de cooperação técnica entre os dois países poderá contribuir de forma significativa para fortalecer as ações de vigilância e controle da malária em São Tomé e Príncipe. O projeto objetiva apoiar a estruturação do Programa de Controle e Vigilância da Malária em São Tomé e Príncipe, de forma sustentável, com profissionais capacitados para realizarem o controle integrado e seletivo de vetores, de modo a diminuir a incidência de malária na população santomense. Espera-se, ao final do projeto, que a República de São Tomé e Príncipe tenha seu Sistema de Vigilância Epidemiológica fortalecido e consolidado para um eficiente controle dos casos de malária.</p>			
<p>Conclusões: (Relatório final apresentado em dezembro de 2015)</p> <ul style="list-style-type: none"> Foram realizadas visitas aos Centros de Saúde de Caué, Cantagalo, Mé-Zóchi e Lobata, com vistas a averiguar a utilização de instrumentos e fluxo de dados de vigilância epidemiológica da malária e entrevistar pessoas que tenham participado das capacitações no âmbito do projeto. Durante as visitas, foram realizadas entrevistas com os envolvidos no processo, bem como reuniões com autoridades do Centro Nacional de Endemias. Concluiu-se que o projeto alcançou seu objetivo de contribuir com o Programa Nacional de Luta contra o Paludismo de São Tomé e Príncipe (PNLP) e para o fortalecimento da gestão das ações de vigilância do paludismo no país. A equipe brasileira de cooperação constatou que, em relação à estruturação do PNL, estaria pendente a apresentação pela parte santomense da divulgação da normatização do projeto. Outros componentes do PNL foram integralmente executados por meio de Curso de Epidemiologia Aplicada à Gestão e ao Fortalecimento dos Componentes de Comunicação e Educação em Saúde. Nesse sentido, vale destacar que o "Curso de Epidemiologia Aplicada à Gestão" capacitou 20 pessoas. Segundo relatos dos participantes entrevistados, a referida capacitação foi importante para complementar a 			

	<p>formação dos técnicos do Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe. O material fornecido ainda é utilizado para eventuais consultas. Quanto à componente de "Comunicação e Educação em Saúde", apesar da formação em comunicação não ter atendido às expectativas da contraparte santomense, quanto à duração e ao número de pessoas capacitadas, os materiais produzidos foram bem recebidos pela população e ainda são utilizados pelas equipes de saúde do país.</p> <ul style="list-style-type: none">• No que tange aos aspectos gerais de coordenação do projeto, ambas as partes concordaram que uma das grandes dificuldades foi a falta de comunicação contínua entre as equipes técnicas dos dois países, o que possibilitaria uma maior fluidez na execução do projeto e nas adaptações necessárias ao longo de sua implementação.• De acordo com declarações dos profissionais do PNL, a abrangência do sistema de informação seria prioritário para a política de vigilância do país. Tendo em vista a não entrega pela parte brasileira do sistema de comunicação específico, em prazo que se adequasse às necessidades de São Tomé, o Governo local buscou parceria com a cooperação taiwanesa, o que permitiu a elaboração e a implantação de um sistema que atendesse àquela necessidade naquele momento, 2012. Esse fato não foi relatado, entretanto, à parte brasileira. Cabe destacar, todavia, que para o desenvolvimento deste sistema de comunicação em parceria com Taiwan foi utilizada como base a ficha de notificação, elaborada em 2012 no âmbito da cooperação brasileira. Essa falha na comunicação entre as partes fez com que o Brasil utilizasse recursos financeiros e humanos para a conclusão e entrega do sistema de informação, os quais já não se faziam mais necessários.• A capacitação teórica e prática em georreferenciamento foi realizada, incluindo a disponibilização dos equipamentos para o mapeamento das localidades e dos criadouros de mosquitos. Um "software" para digitação e geoprocessamento dos dados coletados foi disponibilizado durante a capacitação, mas não é utilizado em todos os distritos atualmente.• Os participantes declararam que apesar de terem sido coletados os dados para o georreferenciamento, não foi possível transferi-los para o sistema de informação previsto. Apesar disso, a capacitação dos técnicos habilitou-os no manuseio do GPS, o que tem sido útil tendo em conta que a cooperação taiwanesa doou novos equipamentos para a continuidade das ações de mapeamento.• Por fim, avaliou-se que ambas as equipes mantêm o desejo de continuar cooperando e destacou-se a capacitação de recursos humanos como área de maior potencial para uma eventual segunda etapa da cooperação entre Brasil e São Tomé e Príncipe.
--	---

TIMOR-LESTE

Situação	PE	AI	ABC (US\$)	Total (US\$)	Executado Financeiro	Executado em 2015 (US\$)	Saldo (US\$)
Execução	5	0	1.043.362,64	2.796.612,84	414.179,87	117.656,98	629.182,77
Negociação	1	0	164.612,00	286.792,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos	2	0	752.620,00	1.155.230,00	496.431,55	37.963,81	0,00
Total	8	0	1.960.594,64	4.238.634,84	910.611,42	155.620,79	629.182,77

A cooperação técnica Brasil-Timor-Leste é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado num marco histórico timorense, em 20 de maio de 2002, dia da independência do país. Em um panorama histórico, desde 2000, 70 iniciativas bilaterais de cooperação técnica já foram executadas sob a coordenação da ABC/MRE em Timor-Leste, com valores executados na ordem de US\$ 10 milhões.

Atualmente, o Programa de Cooperação Técnica bilateral Brasil – Timor-Leste situa-se na ordem de US\$ 3 milhões, sendo cerca de US\$ 1,92 milhão da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. A carteira de projetos de cooperação técnica em 2015 foi composta por 07 iniciativas bilaterais, sendo 05 em execução, 01 em negociação, e 02 concluídas no referido ano. Os projetos estão divididos em 06 áreas temáticas, 1) Formação profissional e mercado de trabalho, 2) Justiça, 3) Segurança Nacional, 4) Cultura e patrimônio nacional, 5) Educação, 6) Governança e apoio institucional. No ano de 2015, constatou-se que ao todo a ABC atingiu uma execução orçamentária de US\$ 139,403.43 no tocante aos recursos da Agência. Nenhum novo projeto foi iniciado no ano.

Dentre os projetos de relevância em Timor-Leste, o Centro de Formação Profissional é alvo de distinção. Desde 2002, o projeto em parceria com o SENAI demonstrou importantes indicadores de sucesso, sendo o Centro Becora, produto do projeto, avaliado como possuidor do maior desempenho instalado no país, seja em número de alunos ou em número de áreas de formação oferecidas. A transferência da gestão administrativa do Centro de Becora ao Governo de Timor-Leste ocorreu em julho de 2014 e concluiu mais uma etapa da cooperação bilateral. Igualmente, no âmbito do apoio à consolidação do Estado timorense, o Brasil prestou significativa contribuição mediante os projetos de fortalecimento institucional do Serviço Nacional de Inteligência, da Comissão da Função Pública, por meio da parceria com a UNB e a ESAF e do Arquivo Nacional. Outro projeto que merece destaque refere-se à Justiça, o qual iniciou-se em 2005 e tem como objetivo o fortalecimento da Defensoria Pública de Timor-Leste. A etapa VII foi concluída em 2014 e o projeto encontra-se, atualmente, na sétima etapa, e prevê o envio de 3 defensores públicos para atuarem nas áreas de inspetoria pública, penal e civil.

I. PROJETOS (08)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (05)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
1 - Código: BRA/13/008-S156 Nome: Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de	Brasil Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) Contrapartes: Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 21 Beneficiários diretos: 10 Produtos: Capacitação de 10	ABC: 120,328.00 Contrapartes: 761,324.00 Total do projeto: 881,652.00 Execução Financeira ABC: 24,879.01 Execução Financeira 2015: 24.879,01

<p>Timor-Leste – Fase II</p> <p>Objetivo: Estruturar e capacitar o quadro técnico do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste</p> <p>Vigência do projeto: 11/11/2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 10/06/2010</p> <p>Data de assinatura do projeto: 11/11/2014</p>		<p>timorenses entre 2014 e 2017 áreas estratégicas de contra inteligência, segurança corporativa, contraterrorismo, didática pedagógica fotografia/vigilância.</p>	<p>Saldo ABC: 95,448.99</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Até 2008, o Timor-Leste não contava com uma estrutura governamental que tratasse especificamente da questão da atividade de Inteligência. Em 2009, o primeiro ministro enfatizou a importância em capacitar o então criado Serviço Nacional de Inteligência para assessorar o poder decisório nacional do país. Sendo assim, com o apoio da ABIN, o objetivo do projeto é contribuir para que o Serviço Nacional de Inteligência do Timor-Leste (SNI) desempenhe, de forma integrada, o planejamento e a execução de ações relativas à obtenção e à análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o governo nacional, bem como, para auxiliar na persecução criminal no país, especialmente com vistas à prevenção e repressão ao terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas, falsificação e lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas.</p> <p>Na primeira fase do projeto de cooperação (2010-2013), os profissionais timorenses foram capacitados para atuação nas áreas de inteligência, contra inteligência e contraterrorismo, por meio da transferência de métodos e técnicas conhecidas e empregadas pelos profissionais da instituição brasileira. Ademais, previu-se a aquisição de equipamentos e sistemas, juntamente com a adaptação de espaços, visando o uso de tecnologias da informação e de comunicação que atendessem às necessidades do país. Há que se considerar que atualmente o SNI dispõe de 65 funcionários carentes ainda de treinamento especializado. As autoridades timorenses esperam chegar a um quantitativo aproximado de 100 funcionários no período compreendido entre 2014 e 2017. Para atender a essas expectativas, a nova fase do atual projeto prevê reforçar capacitações estruturais nas seguintes áreas estratégicas: contra inteligência, segurança corporativa, contraterrorismo, didática pedagógica fotografia/vigilância.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> São 33 atividades previstas, das quais 02 foram realizadas. Em março desse ano foi realizada missão com oficiais de inteligência da ABIN para realizar o levantamento de necessidades, de demandas e do perfil dos profissionais timorenses do SNI, com vistas a subsidiar a elaboração do plano de trabalho do projeto. Como resultado da missão constatou-se a necessidade de readequação do conteúdo programático previsto no projeto à necessidade local, definição do quadro de servidores do SNI para a realização das capacitações previstas, bem como a mudança da estratégia pedagógica de ensino para sustentabilidade das informações compartilhadas entre as instituições de inteligência, uma vez que o domínio da língua portuguesa ainda é um obstáculo ao aprendizado dos timorenses. Em seguimento, a ABC e a ABIN, com a anuência do SNI, decidiram antecipar a atividade A1.3.2 do referido projeto, realizada no período de 14 a 18 de dezembro, com vistas a definir, juntamente com o SNI, a formação do quadro dos funcionários de inteligência timorense que participarão das capacitações previstas no projeto. O relatório conclusivo dessa missão está sendo elaborado pelos oficiais de inteligência brasileiros. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2 - Código: BRA/04/043-S142 BRA/13//008 – S004</p> <p>Nome: Apoio à Implementação de</p>	<p>Brasil: Arquivo Nacional</p> <p>Contrapartes: Arquivo Nacional de Timor-Leste</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 3</p> <p>Beneficiários diretos: 20</p> <p>Produtos: Missão de verificação</p>	<p>ABC: 514.463,64 Contrapartes: 185,766.20 Total do projeto: 700,229.84</p> <p>Executado ABC 2015: 40.239,18 Execução Financeira ABC: 234.730,94</p>

<p>Sistema Nacional de Arquivos Nacional de Timor-Leste</p> <p>Objetivo: Contribuir para a criação e implementação do Sistema Nacional do Arquivo de Timor-Leste</p> <p>Vigência: 30/06/2017</p>		<p>do estado de conservação de identificação dos tipos de materiais permanentes para o Arquivo Nacional;</p> <p>Capacitação de técnicos do Arquivo Nacional de Timor-Leste;</p> <p>Atos normativos referente a política nacional de arquivos do País.</p>	<p>Execução Orçamentária: 282.727,07</p> <p>Saldo ABC (13/008): 231,736.57</p>
<p>Data de assinatura do Ajuste: 28/08/2010</p>	<p>Descrição (Sinopse): O acervo documental do Arquivo Nacional do Timor-Leste reflete a sua história política, econômica, administrativa e social. O projeto em pauta tem como objetivo apoiar a preservação da memória nacional do país. Nesse sentido, o projeto prevê a integração sistêmica dos arquivos timorenses, a partir de apoio técnico no estabelecimento de política nacional e na criação e implementação do sistema de arquivos de Timor-Leste, o que resultará no uso efetivo das rotinas e procedimentos de gestão de documentos. Espera-se, também, como resultado do projeto, capacitar recursos humanos do Arquivo Nacional e da administração pública. Pretende-se estabelecer intercâmbio entre profissionais timorenses e brasileiros, de modo que as instituições públicas daquele país possam ter um quadro de profissionais mais habilitados a desempenhar suas funções de gestores da documentação produzida e acumulada, a partir das capacitações programadas. Entre as atividades previstas, já foi realizada a capacitação em língua portuguesa de 40 funcionários do Arquivo Nacional de Timor-Leste, e de 30 técnicos em arranjo e descrição arquivísticas.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 50 atividades, das quais 38 foram resolvidas. • 84% de atividades resolvidas, 2% parcialmente resolvidas e 14% atividades pendentes para 2016; • Dificuldades: durante o monitoramento das atividades do projeto, constatou-se, a partir da leitura de relatório de missão, a dificuldade no cumprimento de ações acordadas entre o especialista brasileiro e funcionários timorenses. Há divergências entre o entendimento jurídico-legislativo entre o Arquivo Nacional do Brasil e Timor-Leste. Segundo relatos, o Diretor-Geral do ANTL não tem sido participativo na resolução das atividades do projeto em questão. Ações para mitigar tais dificuldades foram tomadas, como o realinhamento dos objetivos do projeto entre as partes envolvidas, recomendações ao diretor do ANTL sobre a importância da manutenção do quadro de funcionários capacitados pelo projeto e em constante atuação além do monitoramento detalhado do projeto pelo ponto focal de cooperação técnica da ABC sediado em Díli. • A entrega dos materiais permanentes (estantes, mapotecas e bancadas) em Díli foi realizada em dezembro de 2015, por meio de transporte marítimo. • Apesar dos problemas, o projeto foi muito elogiado pela parte timorense, que insiste em uma segunda etapa, apesar de essa primeira ainda não ter finalizada. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>3 - Código: BRA/04/044-S467 BRA/13/008 – S150</p> <p>Nome: Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do uso do Português na Gestão Estatal</p> <p>Objetivo: Dotar o Governo de Timor-Leste de mecanismos com vistas a aprimorar a governança democrática, no que se refere à consolidação do uso do português na Gestão Estatal</p> <p>Vigência: 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 27/03/2013</p>	<p>Brasil: Universidade de Brasília (UNB)</p> <p>Contrapartes: Comissão da Função Pública (CFP)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 4</p> <p>Beneficiários diretos: 200</p> <p>Produtos esperados: 200 funcionários públicos capacitados em Língua Portuguesa nos níveis básico, intermediário e avançado</p> <p>10 funcionários públicos docentes capacitados como formadores-multiplicadores para o ensino do Português como segundo idioma.</p>	<p>ABC: 217,485.00 Contrapartes: 73,000.00 Total do projeto: 290,485.00</p> <p>Execução Financeira ABC: 43.551,31 Execução Financeira 2015: 27.498,45 Execução Orçamentária= 44.498,45</p> <p>Saldo ABC 172,986.55</p>
<p>Descrição (Sinopse): Com vistas a apoiar o Governo de Timor-Leste em seus esforços rumo a uma melhor gestão do Estado, este projeto faz parte de um Programa de Cooperação para o fortalecimento de competências da administração pública local. Dessa forma, ao término do projeto prevê-se que duzentos (200) funcionários públicos, selecionados pela CFP, sejam capacitados em Português nos níveis básico, intermediário e avançado; e dez (10) funcionários públicos docentes sejam capacitados como formadores no ensino de Português como segundo idioma. De igual modo, o projeto prevê a formulação de material didático-pedagógico para a formação de multiplicadores e atualização de apostilas de ensino, produzidas em outras iniciativas da cooperação brasileira, de acordo com as necessidades do Timor-Leste. O projeto é consequência dos bons resultados obtidos pela iniciativa “Capacitação em Português Instrumental para Instituições Timorenses Recipientes da Cooperação Brasileira” (BRA/04/044-A669), realizada em 2011, a qual capacitou mais de 350 funcionários públicos de nove instituições nos níveis inicial, intermediário e avançado.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuste complementar assinado em 04 de janeiro de 2013. Projeto formalmente aceito pela Comissão da Função Pública em setembro de 2012. • A atividade A1.3.1 Elaboração de Material didático-pedagógico foi concluída e os livros foram entregues em Díli, por meio de transporte marítimo, na segunda quinzena de dezembro. • Está previsto o envio de 3 professores para dar início as aulas de Ensino de Língua Portuguesa Instrumental. Professores já selecionados. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>4. Código: BRA/04/044-S470 BRA/13/008-S174</p> <p>Nome: Programa para Fortalecimento da Administração Pública de Timor-</p>	<p>Brasil: Escola de Administração Fazendária (ESAF)</p> <p>Contrapartes: Comissão da Função Pública (CFP)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 360</p> <p>Produtos esperados: Funcionários públicos</p>	<p>ABC: 100,530.00 Contrapartes: 58,370.00 Total do projeto: 158,900.00</p> <p>Execução Financeira ABC: 54.581,89 Execução Financeira 2015: 25.040,34 Execução Orçamentária:</p>

Leste: Capacitação Estratégica para Desenvolvimento Institucional e Gestão de Recursos Humanos Objetivo: Apoiar o fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste mediante a capacitação estratégica dos recursos humanos da administração pública com vistas ao desenvolvimento institucional e gestão eficaz		do governo timorense capacitados em nove áreas estratégicas para melhoria da gestão do Estado.	62.075,34 Saldo ABC: 38.454,66
	Descrição (Sinopse): O projeto tem com objetivo contribuir para o fortalecimento da gestão do Estado de Timor-Leste, mediante a consolidação de um corpo de funcionários públicos nacionais capacitados em planejamento estratégico, indicadores de desempenho, gestão de processos, avaliação e monitoramento de projetos, gestão de conhecimento, gestão de pessoas, desenvolvimento de equipes, gestão de competência e processo disciplinar. A capacitação ministrada por profissionais brasileiros, coordenados pela ESAF, será composta de 224 horas. Como parte de Programa de Cooperação para Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste, espera-se que este projeto permita: (i) fortalecer a gestão do Estado de Timor-Leste mediante a capacitação estratégica dos recursos humanos da administração pública; (ii) desenvolver as competências e habilidades necessárias ao bom desempenho gerencial e comportamental; (iii) apresentar temas e processos de trabalho relacionados às atividades gerenciais de modo a prepará-los para elaboração de políticas públicas eficazes que atendam as demandas da população timorense.		
Vigência: 31/07/2016 Data de assinatura do Ajuste: 04/01/2013	Situação: <ul style="list-style-type: none"> São 38 atividades, das quais 35 foram realizadas. 92% de atividades realizadas. Ajuste complementar assinado em 04 de janeiro de 2013. Projeto formalmente aceito pela Comissão da Função Pública em novembro de 2012. Mais de 320 servidores timorenses foram capacitados pelo projeto. O curso pendente de Gestão de Pessoas está previsto para ser ministrado em março de 2016. O projeto está previsto para ser finalizado no primeiro semestre de 2015. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
5. Código: BRA/13/008-S228 Nome: Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste - Sétima Etapa Objetivo: Apoiar a construção do Estado de Direito de Timor-Leste	Brasil: Defensoria Pública da União (DPU) Contrapartes: UNDP Justice Project Governo Timorense	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03 Beneficiários diretos: Defensores Públicos timorenses Produtos esperados: Capacitação em serviços de inspeção, processo civil e penal e; Estágio de defensores timorenses no Brasil.	ABC: 90.556,00 Contrapartes: 674,790.00 Total: 765,346.00 Execução financeira: 0,00 Execução Financeira 2015: 0,00 Saldo (13/008): 90.556,00
Vigência: 31/03/2016 Data de assinatura do Ajuste: 01/10/2014	Descrição (Sinopse): O desenvolvimento do setor da Justiça de Timor-Leste é considerado elemento essencial à construção do país, especialmente no momento em que se consolidam as bases da estrutura social e institucional do país. O sistema de defensoria pública de Timor-Leste ainda é considerado frágil pelo Governo e, por sua vez, o Brasil detém experiência de excelência no ramo. O objetivo do projeto é melhorar a atuação do defensor público timorense com vistas ao fortalecimento da assistência jurídica (questões técnico-institucional, metodológica e organizacional do sistema de defensoria pública), a fim de promover a defesa dos interesses do cidadão em condição de vulnerabilidade.		

	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São 17 atividades, das quais 4 foram realizadas. • Em 2010, foi firmado acordo de cooperação de projetos na área da justiça. • Participaram ao longo dos projetos anteriores (2005-2013) os seguintes especialistas brasileiros: 5 juizes, 7 promotores e 17 defensores públicos. • Conforme informado pela Embaixada em Díli, todas as atividades na área de cooperação internacional do setor de justiça de Timor-Leste ficaram suspensas até meados de 2015. • Com a retomada do projeto, a DPU lançou edital (entre agosto e dezembro) para realizar o processo seletivo de três defensores públicos. Até o presente momento apenas um defensor foi selecionado. • Em reunião mantida com a DPU, e com anuência da DP-TL, acordou-se que os defensores públicos iniciarão as atividades a partir de março de 2016.
--	--

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (01)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1 - Nome: Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste</p> <p>Objetivo: Aumentar a eficiência de produção legística do Parlamento Nacional</p>	<p>Brasil: Senado Federal ABRASCAM Câmara de Canoinhas - SC</p> <p>Contrapartes: Parlamento Nacional de Timor-Leste</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03</p> <p>Beneficiários diretos: 110 funcionários de carreira do PN-TL</p> <p>Produtos esperados: Capacitação e formação dos quadros de pessoal técnico nas áreas do processo legislativo; Assistência técnica nas áreas de Tecnologia da Informação e comunicação; Capacitação em português instrumental; Intercâmbio entre técnicos parlamentares; e O fortalecimento do Centro de Formação do Legislativo.</p>	<p>ABC: 164,612.00 Contrapartes: 122,180.00* Total: 286,792.00*</p> <p>*Valor parcial, a ser aprovado pelo PN-TL</p>
<p>Descrição (Sinopse): A partir de análises prospectivas sobre o funcionamento do Parlamento Nacional de Timor-Leste, constatou-se a necessidade de cooperação técnica para o fortalecimento da capacidade institucional dessa instituição, sobretudo, no apoio à organização e ao aperfeiçoamento do processo legislativo pelo quadro de funcionários, considerados elementos estruturantes e estratégicos da área-fim do Parlamento timorense. Tendo em vista que o Serviço do Parlamento Nacional atua na busca contínua de padrões de excelência profissional (art. 32º - Lei Nº15/2008) no tocante à racionalização de recursos humanos e materiais, simplificação de métodos de trabalho e desburocratização de procedimentos a fim de promover a eficiência e a produtividade dos serviços (alíneas “c” e “e”), constatou-se que o referido parlamento possui fragilidades tecnológicas que podem afetar a operacionalização dos serviços legislativos, a saber: (i) ausência de um sistema de base de dados integrado e (ii) garantia da segurança de dados. Ademais, para além das conclusões mencionadas, considera-se como elemento fundamental o domínio da língua portuguesa pelos servidores públicos do Parlamento Nacional de Timor-Leste. Muitos dos servidores da referida instituição ainda não dominam a</p>			

	<p>língua oficial de trabalho legislativo. Diante do exposto, e considerando que as funções básicas do Parlamento estão concentradas na área política, legislativa e fiscalizadora, justifica-se, portanto, a realização de cooperação interparlamentar entre Brasil e Timor-Leste no âmbito deste projeto em áreas de atuação estratégica, a saber: (i) capacitação e formação dos quadros de pessoal técnico nas áreas do processo legislativo, (ii) assistência técnica nas áreas de Tecnologia da Informação e comunicação, (iii) capacitação em português instrumental, bem como (iv) intercâmbio entre técnicos parlamentares e (v) o fortalecimento do Centro de Formação do Legislativo.</p>
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> A minuta do projeto foi finalizada em outubro de 2015, no entanto, em razão de visita da delegação do Parlamento Nacional ao Brasil, o Governo timorense solicitou o acréscimo de novos produtos ao referido documento, entre eles, o restabelecimento da atividade de constituição da Rádio do Parlamento Nacional de Timor-Leste. Nesse sentido, dado o período de recesso parlamentar em ambas as instituições legislativas, o processo de negociação e assinatura do referido projeto será retomado em janeiro de 2016.

I.3 PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2015 (02)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>1- Código: BRA/04/044-S460</p> <p>Nome: Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social – Quinta Fase</p> <p>Objetivo: Apoiar o desenvolvimento socioeconômico do país por meio do fortalecimento de ações de educação profissional voltadas à população timorense mediante capacitação profissional em diversas áreas.</p> <p>Vigência: 30/06/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 09/01/2009</p>	<p>Brasil: SENAI-SP</p> <p>Contrapartes: Secretaria de Formação Profissional de Emprego</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 8</p> <p>Beneficiários diretos: 2500 (em 10 anos)</p> <p>Produtos: Estrutura física e serviços de apoio ao funcionamento do Centro de Formação Profissional Brasil - Timor-Leste mantidos;</p> <p>Formação do quadro de profissionais do Centro de Formação Profissional Brasil – Timor-Leste consolidada;</p> <p>Cursos de formação profissional nas áreas: carpintaria, costura, eletricidade, hidráulica, informática, marcenaria, pedreiro, panificação, manutenção de micros, refrigeração e mecânica de motos, oferecidos à comunidade;</p> <p>Plano de transferência da gestão do Centro elaborado com vistas a subsidiar processo de acreditação dos cursos ; e</p>	<p>ABC: 631,314.00 Contrapartes: 339,280.00 Total do projeto: 970.594,00</p> <p>Execução Financeira ABC: 475.061,30 Execução Financeira 2015: 37.963,81</p> <p>Saldo ABC US\$ 0,00</p>

		<p>Avaliação e registro dos 10 anos de existência do Centro de Formação Profissional Brasil - Timor-Leste realizados.</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O Governo brasileiro, por meio de projeto de cooperação técnica sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores e execução técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) desenvolveu, em parceria com a Secretaria de Formação Profissional e Emprego (SEPFPOPE), ao longo da última década, importante iniciativa, da qual esse projeto representa uma das fases, de estabelecimento do Centro de Formação Profissional Brasil-Timor-Leste (CFPBTL). A ação teve como objetivo contribuir para o fortalecimento da economia e promoção do desenvolvimento social de Timor-Leste por meio da implantação de estrutura de formação de mão-de-obra qualificada e de incentivo às práticas empreendedoras. A ação representa o principal projeto de cooperação brasileira em Timor-Leste, que em 2013 iniciou sua quinta e última etapa. A referida fase visou dotar Timor-Leste de uma unidade finalizada e equipada de formação profissional, com corpo administrativo e docente próprios. Nos doze anos de trabalho, o projeto logrou implantar a infraestrutura física do Centro com instalações e equipamentos, a estruturação pedagógica de ensino profissional da Unidade, bem como a capacitação do quadro de profissionais.</p> <p>O projeto cumpriu com o seu objetivo de transferência da administração e da gestão pedagógica do Centro para as autoridades timorenses. Igualmente, cumpriu com a realização de dois ciclos de ensino, que receberam cerca de 320 alunos formados nas 11 (onze) áreas de capacitação profissional, assim como com a realização de atividades de aprimoramento do quadro de profissionais do Centro e de aperfeiçoamento realizado no Brasil dos docentes nos novos cursos introduzidos na etapa anterior. Por fim, contratou-se estudo acerca dos resultados e do impacto obtidos durante a execução das atividades ao longo dos anos de sua existência.</p>			
<p>Situação /Resultados do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Centro Profissional – Becora teve a sua titularidade transferida ao Governo do Timor-Leste com sucesso; • Foram realizadas 100% das atividades previstas no projeto; • Como destaques dos produtos finais da quinta fase, houve as seguintes entregas: (i) Guia de Procedimentos Técnicos, Administrativos e Financeiros; (ii) Biblioteca do Centro Becora equipada e (iii) Relatório final da avaliação independente contratada no âmbito do projeto. • Dentre as principais conclusões do relatório constatou-se que os resultados e metas previstos no projeto foram alcançados de forma satisfatória. Os professores gestores foram capacitados e detêm conhecimento técnico para dar continuidade às ações do Centro, as quais, a partir de julho de 2014 estão sendo apoiadas pela SEPFPOPE, responsável pela manutenção do padrão de ensino e das condições de operacionalidade da escola de formação profissional. • Até a data do término do projeto, o centro de formação profissional possuía o maior desempenho instalado no país, tanto em oferta de cursos quanto em infraestrutura dentro da cidade, ou seja, espaço físico de 6.300m², 23 instrutores gestores capacitados no Brasil, os quais formaram cerca de 3.000 timorenses nas 11 áreas de ensino oferecidas, durante os 18 ciclos de formação profissional. A avaliação independente demonstrou que o Centro Becora é reconhecidamente uma referência em formação profissional em Timor-Leste. • Para além dos impactos diretos mencionados, o projeto propiciou a difusão da língua portuguesa, a incorporação de hábitos alimentares 			

	<p>saudáveis no povo timorense, assim como o aprendizado de medidas de segurança no trabalho e a geração de novas oportunidades de emprego e de formação profissional para ambos os gêneros.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabe destacar que, a avaliação apontou às partes interessadas do projeto que 22% dos entrevistados não exerciam atividades ligadas às áreas nas quais foram formados, e que o aproveitamento dos formandos pelo mercado de trabalho não atingiu sua plenitude; parte das instituições privadas entrevistadas desconheciam as ações do Centro Becora. • A ABC, por meio do documento de finalização das ações do projeto "Centro de Formação Profissional Brasil-Timor-Leste" fez recomendações ao Governo timorense acerca das informações destacadas pelo referido relatório; • O projeto foi encerrado em maio de 2015.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>2 - Código: BRA/04/044-S402 BRA/13/008 – S005</p> <p>Nome: Apoio à agricultura familiar por meio de instrumentos de comercialização da produção local para fornecimento aos alunos da rede pública de ensino de Timor-Leste (CONAB) - FASE I</p> <p>Objetivo: Apoiar a agricultura familiar por meio de instrumentos de amparo à comercialização da produção local</p> <p>Vigência: 10/01/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 09/01/2009</p>	<p>Brasil: CONAB</p> <p>Contrapartes: Ministério da Solidariedade Social e Ministério da Economia e Finanças</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 2</p> <p>Produtos: 8 Gestores públicos capacitados nas áreas de: operacionalização dos instrumentos de apoio à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, com destaque para a "Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea";</p> <p>Arcabouço jurídico para implantação e gestão dos processos de comercialização de produtos da agricultura familiar formulado;</p> <p>Modelo operacional do Projeto Piloto estruturado</p>	<p>ABC: 121.306,00 Contrapartes: 63.330,00 Total do projeto: 184.636,00</p> <p>Execução Financeira ABC: 21.370,25 Execução 2015: 0,00</p> <p>Saldo ABC: 0.00</p>
	<p>Descrição (Sinopse): No âmbito do Programa de Segurança Alimentar, este projeto tinha por objetivo elaborar um modelo operacional, adequado às necessidades de Timor-Leste, para apoiar a agricultura familiar por meio de instrumentos de amparo à comercialização da produção local. Pretendia-se apoiar o país na estruturação de modelo de agricultura organizada com base na produção familiar, permitindo a transferência e elevação da renda das famílias do campo, maximização da produção, minimização da fome e apoio à alimentação escolar da rede pública de ensino do país.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito deste projeto foi realizada, em 2015, uma missão com a finalidade de discutir a continuidade do mesmo. • À época, estabeleceu-se que o projeto de produção local seria incorporado ao projeto de Merenda Escolar e ao projeto de construção de cisternas como parte de uma política integrada de uma cadeia produtiva e distributiva de alimentos visando a segurança alimentar em Timor-Leste, por meio da alimentação escolar; no entanto, em razão da mudança da estratégia política proposta pelo então Ministro da Educação Fernando La Sama acerca da estrutura do programa de alimentação escolar, que divergia do modelo brasileiro, optou-se pelo encerramento do projeto. 		

AÇÕES REGIONAIS

Situação	PE	AI	ABC	Total	EXC. 2015	EXC TOTAL	SALDO (\$)
Execução	0	6	447.971,84	447.971,84	216.032,04	216.032,04	152.703,32
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos	0	1	135.000,00	135.000,00	41.329,92	78.735,70	0,00
Total	0	7	582.971,84	582.971,84	257.361,96	294.767,74	152.703,32

COOPERAÇÃO TÉCNICA REGIONAL (diplomacia e defesa)

Militares

No âmbito do Acordo de Cooperação mantido com o Ministério da Defesa, foram executadas, em 2015, cinco atividades de capacitação destinadas a países africanos: São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Senegal. As capacitações atenderam a um total de 36 militares estrangeiros, distribuídos da seguinte forma: dois de Angola, seis de Cabo Verde, 11 de São Tomé e Príncipe, quatro de Moçambique e 13 do Senegal.

Diplomatas

Com relação às capacitações destinadas a diplomatas, a ABC, em parceria com o Instituto Rio Branco, desenvolveu duas iniciativas de capacitação de diplomatas de países parceiros em 2015. Uma delas iniciou-se no ano de 2014, e outra referente ao período de 2015/2016. A primeira atividade contou com a participação de diplomatas do Suriname, Timor-Leste e Guiné-Bissau. A segunda, por sua vez, contou com representantes de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Moçambique e Mali, totalizando 8 profissionais.

I. ATIVIDADES ISOLADAS (07)

I.1 ATIVIDADES ISOLADAS EM EXECUÇÃO (06)

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
1. BRA/13/008-A046 Capacitação de Militares de Angola - 2015 Objetivo: Estimular o intercâmbio do conhecimento militar entre o Governo do Brasil e o Governo de Angola, oferecendo aos cidadãos angolanos capacitação técnica de oficiais em técnicas militares. Vigência: Até 31/01/2016	Brasil Ministério da Defesa Contrapartes Ministério da Defesa	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos Beneficiários diretos: 2 vagas no Exército brasileiro Produtos: Cursos regulares nas Forças Armadas	ABC: US\$ 7.398,56 Total: US\$ 7.398,56 Exc. ABC 2015: US\$ 7.008,20 Exc. total: US\$ 7.008,20 (94%) Saldo: US\$ 390,36
Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a militares angolanos nas Forças Militares brasileiras, no âmbito do Acordo firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com os países africanos de língua portuguesa.			
Situação: 100% de atividades resolvidas. Os dois militares previstos frequentaram as capacitações.			

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
2. BRA/13/008-A047 Capacitação de Militares de Cabo Verde – 2015 Objetivo: Estimular o intercâmbio do conhecimento militar entre o Governo do Brasil e o Governo de Angola, oferecendo aos cidadãos angolanos capacitação técnica de oficiais em técnicas militares. Vigência: Até 31/01/2016	Brasil Ministério da Defesa Contrapartes Ministério da Defesa	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos Beneficiários diretos: 6 vagas no Exército brasileiro Produtos: Cursos regulares nas Forças Armadas	ABC: US\$ 34.644,18 Total: US\$ 34.644,18 Exc. ABC: US\$ 22.318,57 Exc. Total: US\$ 22.318,57 (64%) Saldo: US\$ 12.325,61
Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a militares cabo-verdianos nas Forças Militares brasileiras, no âmbito do Acordo firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com os países africanos de língua portuguesa.			
Situação: Dos seis militares previstos, 05 frequentaram a capacitação.			

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
3. BRA/13/008-A048 Capacitação de Militares de Moçambique – 2015 Objetivo: Estimular o intercâmbio do conhecimento militar entre o Governo do Brasil e o Governo de Angola, oferecendo aos cidadãos angolanos capacitação técnica de oficiais em técnicas militares. Vigência: Até 31/01/2016	Brasil Ministério da Defesa Contrapartes Ministério da Defesa	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos Beneficiários diretos: 2 militares do Exército 7 militares da Aeronáutica 2 militares da Marinha Produtos: Curso regular nas Forças Armadas	ABC: US\$ 85.507,93 Total: US\$ 85.507,93 Exc. ABC 2015: US\$ 38.808,52 Exc. Total: US\$ 38.808,52 (46%) Saldo: US\$ 46.699,41
Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a militares moçambicanos nas Forças Militares brasileiras, no âmbito do Acordo firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com os países africanos.			
Situação: Das onze vagas oferecidas, apenas quatro foram utilizadas.			

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
4. BRA/13/008-A050 Capacitação de Militares do Senegal - 2015	Brasil Ministério da Defesa Contrapartes	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos	ABC: US\$ 96.456,21 Total: US\$ 96.456,21 Exc. ABC 2015: US\$ 76.635,11

<p>Objetivo: Estimular o intercâmbio do conhecimento militar entre o Governo do Brasil e o Governo do Senegal, oferecendo a cidadão daquele país capacitação técnica para oficiais.</p> <p>Vigência: Até 31/01/2016</p>	Ministério da Defesa	<p>Beneficiários diretos: 2 militares no exército 2 militares na aeronáutica 10 militares na marinha</p> <p>Produtos: Curso regular nas Forças Armadas</p>	<p>Exc. Total: US\$ 76.635,11 (80%)</p> <p>Saldo: US\$ 19.821,10</p>
	<p>Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a militares senegaleses nas Forças Militares brasileiras, no âmbito do Acordo firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com os países africanos.</p>		
	<p>Situação: Das quatorze vagas oferecidas, 13 militares frequentaram a capacitação.</p>		

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
<p>5. BRA/13/008-A049</p> <p>Capacitação de Militares de São Tomé e Príncipe – 2015</p> <p>Objetivo: Estimular o intercâmbio do conhecimento militar entre o Governo do Brasil e o Governo de São Tomé e Príncipe, oferecendo aos cidadãos santomenses capacitação técnica de oficiais em técnicas militares.</p> <p>Vigência: Até 31/01/2016</p>	<p>Brasil Ministério da Defesa</p> <p>Contrapartes Ministério da Defesa</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos</p> <p>Beneficiários diretos: 10 militares na marinha 1 militar no exército</p> <p>Produtos: Curso regular nas Forças Armadas</p>	<p>ABC: US\$ 83.364,96 Total: US\$ 83.364,96</p> <p>Exc. ABC 2015: US\$ 71.261,64 (85%) Exc. ABC Total: US\$ 71.261,64 (85%)</p> <p>Saldo: US\$ 12.103,32</p>
<p>Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a militares santomenses nas Forças Militares brasileiras, no âmbito do Acordo firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com os países africanos.</p>			
<p>Situação: Dos 11 militares previstos, 11 frequentaram a capacitação.</p>			

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
<p>7. BRA/13/008-A088</p> <p>Capacitação para Diplomatas 2016 – CPLP e MALI</p> <p>Objetivo: Contribuir para o fortalecimento do corpo técnico das chancelarias de países recipiendários da cooperação brasileira.</p>	<p>Brasil Instituto Rio Branco</p> <p>Contrapartes Chancelarias locais dos países parceiros</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos</p> <p>Beneficiários diretos: 7 diplomatas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Mali.</p> <p>Produtos: Curso regular de um ano no IRBr.</p>	<p>ABC: US\$ 140,600.00 Total: US\$ 140,600.00</p> <p>Exc. 2015: ABC: US\$ 0,00</p> <p>Exc. Total: US\$ 0,00 (%)</p> <p>Saldo: US\$ 140,600.00</p>

Vigência: Até 18/02/2017	Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a 07 diplomatas para o próximo período letivo 2016, 6 para representantes os PALOP e Timor-Leste e 1 para o Mali.
	Situação: <ul style="list-style-type: none"> • 0% de atividades resolvidas. As aulas iniciar-se-ão em janeiro de 2016. • Dos sete participantes previstos cinco foram designados. • Não apresentaram candidatura Cabo Verde e Angola.

I.1 ATIVIDADES ISOLADAS CONCLUÍDAS (01)

Projeto	Inst. Executoras	Indicadores	Valores e situação do projeto
1. BRA/13/008-A021 Capacitação de Diplomatas 2014/2015 (Suriname, Guiné-Bissau e Timor-Leste) Objetivo: Contribuir para o fortalecimento do corpo técnico das chancelarias de países recipiendários da cooperação brasileira. Vigência: Até 21/07/2015	Brasil Instituto Rio Branco Contrapartes Chancelarias locais dos países parceiros	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: Instrutores dos cursos oferecidos Beneficiários diretos: 3 diplomatas (Suriname, Guiné-Bissau e Timor-Leste) Produtos: Curso regular de um ano no IRBr.	ABC: US\$ 135,000.00 Total: US\$ 135,000.00 Exc. 2015: ABC: US\$ 41.329,92 Exc. Total: US\$ 78.735,70 (58%) Saldo: US\$ 0,00
		Descrição (Sinopse): Capacitação oferecida a 3 diplomatas, a saber, Suriname, Guiné-Bissau e Timor-Leste.	
		Situação: <ul style="list-style-type: none"> • Dados sobre acompanhamento: 100% das atividades resolvidas. • Dos três participantes previstos, 03 concluíram a capacitação. • A diferença entre os valores previstos e executados justifica-se em virtude da variação do dólar. As diárias são pagas em R\$. 	

2.2. Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania de Língua Francesa

No tocante aos países do Continente africano, mesmo durante este período de recessão econômica, estes continuaram a ser os principais parceiros da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil. Vinte e sete (27) nações africanas francófonas têm-se beneficiado de projetos de cooperação com o Brasil, a saber: Argélia, Benin, Burquina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Costa do Marfim, Mali, Senegal, Togo e Tunísia.

As principais áreas de cooperação e demandas concentram-se em agricultura, saúde, educação e formação profissional.

Destaca-se, como principal frente da cooperação com países africanos em 2015, os avanços do programa brasileiro de apoio à iniciativa do algodão, cuja gênese remonta ao contencioso entre Brasil e EUA na OMC sobre o algodão. Com base na experiência adquirida com o “Projeto Cotton-4” e, no intuito de atender demandas de outros países tradicionalmente produtores de algodão do continente africano, o Governo brasileiro decidiu negociar a aplicação dos recursos financeiros, da ordem de US\$ 19 milhões, alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão – IBA, em projetos de capacitação e transferência de tecnologias brasileiras dessa cultura, no âmbito da cooperação técnica. Além da África, há também projetos em favor de países da América Latina e Caribe, por meio da cooperação trilateral com a FAO.

Atualmente, o Brasil conta com três iniciativas em cotonicultura, relativas a países do continente africano, denominadas, respectivamente, (Cotton-4 + Togo), (Cotton Shire-Zambeze) e (Cotton Victoria). A cooperação técnica na área do algodão iniciou-se com o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4”, conhecido como Cotton-4, em benefício de Benin, Burquina Faso, Chade e Mali, país-sede da iniciativa. O Cotton-4 tem por objetivo promover mudanças significativas nos paradigmas tecnológicos do setor algodoeiro, cultura de forte impacto econômico e social nos mercados internos dos países participantes.

Em cada um dos países, foi implantada, pela Embrapa com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.

Uma segunda fase do projeto foi lançada em 2014, com a inclusão do Togo e financiada com recursos provenientes do acordo decorrente do encerramento do contencioso do algodão entre Brasil e EUA, na OMC. Há um componente novo nessa etapa, que contempla a questão da segurança alimentar, uma vez que a grande maioria dos produtores africanos são núcleos familiares. Dessa forma, o projeto almeja não só o aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas alimentares e geração de renda.

A segunda iniciativa do Governo brasileiro em cotonicultura, intitulado “Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze”, beneficia Moçambique e Maláui. O projeto tem como meta ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes do Maláui e de Moçambique), na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. Os principais eixos de atuação são: i) a validação de sistemas de exploração da produção de algodão, associado a cultivos de produtos alimentares básicos; ii) o apoio à transferência de tecnologias adequadas às condições agrônômicas e socioeconômicas das

regiões-alvo; iii) a capacitação de pesquisadores, extensionistas, técnicos locais e produtores-líderes no uso e difusão de tecnologias de produção do algodão; iv) o aprimoramento da oferta de sementes de algodão, e v) a melhoria da infraestrutura das instalações.

Já a terceira iniciativa em cooperação para a melhoria da cultura do algodão, o Cotton Victoria, que envolve Quênia, Tanzânia e Burundi, está em fase de finalização da minuta de projeto. Foram realizadas missões, em novembro de 2014 e maio de 2015, para elaborar diagnóstico do setor cotonicultor em cada um dos países e coletar informações necessárias. A assinatura do projeto e início das atividades deverá ocorrer em 2016.

A instituição executora da iniciativa é a Universidade Federal de Lavras, referência nacional em Ciências Agrônômicas, em geral, e em melhoramento da cultura do algodão, em particular. O propósito do Cotton Victoria é o de ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos locais na utilização e difusão de tecnologias mais avançadas de produção do algodão, desde que respeitadas as particularidades locais. O projeto também pretende prestar serviço de extensão rural direta às comunidades de agricultores envolvidas com a iniciativa, bem como providenciar, em parceria com os interlocutores locais do setor, avaliação da sustentabilidade econômica da empreitada e da cadeia produtiva do algodão, em cada país beneficiário.

O objetivo é assegurar que as populações locais sejam as verdadeiras beneficiárias dos ganhos de produtividade advindos do projeto, já que, no campo da cotonicultura, a África configura-se em universo de pequenas propriedades produtoras, vinculadas por relações comerciais a unidades fabris de médio e grande porte, administradas, por sua vez, por teia de conglomerados industriais mais amplos, atuantes na cadeia produtiva mundial do algodão.

ARGÉLIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC (\$) 2015	SALDO (\$)
Execução	1	0	903.737,40	1.599.237,00	568.727,46	133.461,42	335.009,54
Negociação	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	0	903.737,40	1.599.237,00	568.727,46	133.461,42	335.009,54

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Argélia está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, assinado em Brasília, em 3 de junho de 1981 e promulgado em 2 de dezembro de 1983.

Atualmente, o Programa Brasil – Argélia corresponde a apenas um projeto de grande porte em execução, o projeto “Transferência de conhecimento para a produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral” implementado pela ABRAGEM. Os equipamentos necessários à realização das atividades foram adquiridos pela ABC, conforme previsto pelo projeto, e instalados em Tamanrasset em maio de 2013. Em 2014, a primeira atividade de capacitação foi negociada, no entanto, devido à dificuldade de contratação de dois intérpretes, por três meses, pelo lado argelino, a atividade não pode ser executada. Diante dessa dificuldade, o Governo argelino solicitou algumas alterações no documento de projeto. Alterações estas referentes à instituição argelina responsável pela execução e no âmbito do orçamento. O Governo argelino disponibilizou um adendo orçamentário de US\$ 1.467.000 para viabilizar as contratações dos intérpretes e demais gastos referentes à execução das atividades. Ressalta-se que em 2015 foram feitas duas atividades de formação em Tamanrasset, com a duração de 3 meses cada. Outras duas atividades de formação estão previstas para 2016.

Os outros seis projetos que estavam em execução não tiveram nenhuma atividade executada em 2015, e devido às restrições orçamentárias foram encerrados.

I) PROJETOS

I.1) EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/04/044-S180</p> <p>Nome: Transferência de Conhecimento para Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral</p> <p>Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da Argélia por meio da implantação de escola-piloto e cooperativa (sistema produtivo local) em Tamanrasset.</p> <p>Vigência: 31/12/2017</p>	<p>Brasil Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas, Joias e Similares: Mineradores e Garimpeiros (ABRAGEM)</p> <p>Contrapartes Ministério do Turismo e do Artesanato</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 05</p> <p>Beneficiários diretos: 54</p> <p>Produtos: Material e equipamentos adquiridos para a Escola Piloto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$903.737,40 • Contrapartes: • ABRAGEM: US\$ 636.000,00 • Gov. Argelino: US\$ 1.526.500,00 • Total: US\$ 3.066.237,40 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 435.267,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 63% • Total execução física (desde o início do projeto): 42% • Executado em 2015:

<p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2008</p>			<p>US\$ 133.461,54</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saldo: US\$ 335.009,54
<p>Descrição (Sinopse): O projeto tem como objetivo a implantação de uma escola-piloto de lapidação de gemas e de treinamento em técnicas de produção de joias artesanais em Tamanrasset, no sul da Argélia. A escolha dessa cidade para sediar essa escola justifica-se pelo fato dessa região ser economicamente deprimida, por ser uma região rica em pedras e outros recursos minerais, e por ser o artesanato uma importante atividade geradora de renda para a população local. Através do projeto foram adquiridos máquinas e equipamentos de lapidação, instalados na escola, com vistas a capacitar a artesãos argelinos de diferentes regiões do país, em lapidação facetada e lapidação artesanal no primeiro módulo, ourivesaria e fundição, no segundo módulo, artesanato mineral, no terceiro módulo e, finalmente, no último módulo o treinamento em cooperativismo.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em fevereiro de 2015, o Governo da Argélia assinou termo aditivo ao documento de projeto, com o qual alterou o orçamento do projeto, aportando US\$1,467,000.00, bem como designou o Ministério do Turismo e Artesanato como instituição coordenadora e Câmara da Artesanato de Tamanrasset, como instituição executora; • 42% das atividades resolvidas; • duas atividades de capacitação realizadas em 2015 em: lapidação de gemas em facetas e lapidação artesanal no módulo 1 (de fevereiro a maio de 2015) e ourivesaria e fundição no módulo 2 (de setembro a dezembro de 2015); • durante a missão de monitoramento do projeto, realizada em dezembro de 2015, constatou-se o êxito do projeto, por parte das instituições parceiras brasileiras e argelinas. Também registrou-se a demanda, pela parte argelina, de apoio brasileiro na execução de curso extra em lapidação facetada, a ser conduzido por professores multiplicadores treinados no módulo 1; • o número de treinandos tem aumentado. Nas 2 capacitações realizadas em 2015, 40 artesãos de várias regiões da Argélia foram formados; • estão programadas duas capacitações para 2016 (design de joias e artesanato mineral) e uma para 2017 (cooperativismo) 			

I.2) ENCERRADOS (6)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S145</p> <p>Nome: Gestão e Monitoramento de Ecossistemas Florestais</p> <p>Objetivo: Contribuir para o combate à erosão e à desertificação na</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p> <p>Contrapartes Instituto Nacional de Pesquisa Florestal (INRF)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 04</p> <p>Beneficiários diretos: 60</p> <p>Produtos: - 01 manual de produção de sementes florestais; - 01 apostila de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$141.652,00 • Contrapartes: UFV US\$ 34.500,00 Gov. Argelino: US\$ 34.000,00 • Total: US\$ 210.152,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 26.430,47 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 81,3%

<p>Argélia, por meio do fortalecimento da gestão e do monitoramento de ecossistemas florestais.</p> <p>Vigência: 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2008</p>		<p>produção de mudas de espécies arbóreas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 módulo sobre Sistemas de Informações Geográficas; - 06 documentos de exercícios práticos; - 03 relatórios de execução das atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Total execução física (desde o início do projeto): 60% • Executado em 2014: US\$ 0,00 • Saldo: US\$ 115.221,53
<p>Descrição (Sinopse): O propósito principal do projeto é contribuir para o combate à erosão e à desertificação na Argélia, por meio do fortalecimento da gestão e do monitoramento de ecossistemas florestais. A demanda argelina por cooperação na área em tela foi tema da reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocorrida em Brasília em abril de 2006. As atividades previstas pelo projeto são realizadas na Argélia e no Brasil. Na Argélia são apresentados os componentes teóricos relativos à gestão e manejo dos recursos naturais. No Brasil, o treinamento envolve o uso prático de equipamentos e sistemas de software aplicados ao sensoriamento remoto, coleta e produção de sementes, bem como o ensino de metodologias para construção de unidades experimentais que deverão ser introduzidas na Argélia. O objetivo é que esses técnicos argelinos capacitados possam tornar-se multiplicadores dos conhecimentos apreendidos nos laboratórios de geomática do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa.</p>			
<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 60 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: solicitação argelina de incorporar nas próximas capacitações questões relacionadas à participação da mulher no âmbito rural. Necessidade de aprofundar a temática referente aos Sistemas de Sensoriamento Remoto, através da realização de uma formação no Brasil. • Êxitos: satisfação da contraparte argelina com a qualidade dos cursos realizados e com o nível e profissionalismo dos professores. O projeto despertou interesse em aplicar o sistema de unidades florestais experimentais brasileiras no país. • Principais destaques: A última atividade (A4.4) foi realizada em abril de 2012. Em outubro de 2012 a ABC realizou missão de monitoramento. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S146</p> <p>Nome: Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil</p> <p>Objetivo: Reforçar as capacidades técnicas argelinas em matéria de desenvolvimento integrado e sustentável e fornecer</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p> <p>Contrapartes Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica (INRAA)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 07</p> <p>Beneficiários diretos: 60</p> <p>Produtos: Material didático: - 06 documentos sobre produção agropecuária sustentável; - 01 módulo sobre produção de leite no Brasil; - 04 relatórios de execução das atividades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$161.468,00 • Contrapartes: UFV: US\$ 54.600,00 INRAA: US\$ 63.800,00 • Total: US\$ 279.868,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 82.520,16 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 49 % • Total execução física (desde o início do projeto): 50% • Executado em 2014: US\$ 0,00 • Saldo: US\$ 78.947,84

<p>ferramentas necessárias a este fim.</p> <p>Vigência: 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2008</p>			
<p>Descrição (Sinopse): O objetivo do projeto é reforçar as capacidades argelinas em matéria de desenvolvimento integrado e sustentável. Cada formação prevê cursos de capacitação de curta duração na Argélia para 20/30 técnicos, e no Brasil para 5 técnicos argelinos, que, uma vez capacitados, aplicarão os conhecimentos adquiridos através do projeto, para elaborar e executar os programas governamentais.</p>			
<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: Adequar as próximas atividades às novas necessidades e prioridades, as quais mudaram em relação à época em que o projeto foi identificado; Inclusão de capacitações relativas à realização de diagnóstico rural participativo, com foco em gênero. • Êxitos: satisfação da contraparte argelina com a qualidade dos cursos realizados e com o nível e profissionalismo dos professores. Principais destaques: foi realizado um diagnóstico territorial sobre as características da bacia hidrográfica, com vistas a fornecer os elementos necessários para adequar as próximas atividades do projeto às problemáticas reais da região. Em outubro de 2012 a ABC realizou missão de monitoramento. 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S149</p> <p>Nome: Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental</p> <p>Objetivo: Contribuir para o fortalecimento da gestão para conservação da água e do solo na Argélia</p> <p>Vigência: 31/12/2015</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p> <p>Contrapartes Instituto Nacional de Pesquisa Florestal (INRF)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03</p> <p>Beneficiários diretos: 65</p> <p>Produtos: Material didático: - 01 manual de utilização do ArcGis; - 07 documentos de exercícios práticos; - 04 relatórios de execução das atividades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$113.512,00 • Contrapartes: UFV: US\$ 31.800,00 INRF: US\$ 8.300,00 • Total: US\$ 153.612,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 41.191,48 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 64,6 % • Total execução física (desde o início do projeto): 90% • Executado em 2014: US\$ 0,00 • Saldo: US\$ 72.320,52
<p>Descrição (Sinopse): O presente projeto de cooperação técnica prevê a capacitação em gestão para conservação da água e do solo, indo ao encontro das políticas do Governo argelino para o combate à erosão, visando à racionalização na gestão integrada das bacias hidrográficas. As capacitações são realizadas na Argélia e no Brasil. Na Argélia, foram apresentados os componentes teóricos das diferentes áreas de conhecimento, capacitando um grupo de 30 pessoas. No Brasil, o enfoque foi sobre</p>			

	<p>o uso de equipamentos de monitoramento de conservação de água e do solo. Esta capacitação envolveu 5 técnicos argelinos. O objetivo é que esses técnicos possam multiplicar, na Argélia, o conhecimento adquirido nos laboratórios da Universidade Federal de Viçosa, nas áreas de pedologia, hidráulica e geoprocessamento.</p>
	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 90 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: a parte argelina manifestou interesse em dar seguimento às atividades, com vistas a abordar de forma mais aprofundada aquelas temáticas que, segundo eles, não foram assimiladas durante os cursos realizados, devido à sua complexidade. (aprofundamento e aplicação prática dos sistemas de sensoriamento remoto e fabricação de equipamentos de baixo custo). • Êxitos: satisfação da contraparte argelina com a qualidade dos cursos realizados. Utilização de abordagem integrada que permitiu inserir as ações do projeto nas demais atividades de cooperação implementadas pelo Governo argelino. • Principais destaques: em abril de 2012 a ABC realizou missão de execução.

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S377</p> <p>Nome: Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Argélia</p> <p>Objetivo: Contribuir ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Leite, com Qualidade e Sustentabilidade, fornecendo ferramentas necessárias a este fim.</p> <p>Vigência: 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 19/07/2010</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p> <p>Contrapartes Instituto Técnico de Pecuária (ITELV)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 05</p> <p>Beneficiários diretos: 80</p> <p>Produtos: Material didático: - 03 módulos sobre melhoria de bovinos leiteiros; 01 módulo sobre alimentação de bovinos de leite; - 01 módulo sobre processamento e qualidade do leite; - 01 módulo sobre custo de produção de leite; - 04 relatórios de execução das atividades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$201.000,00 • Contrapartes: UFV: US\$ 53.100,00 ITELV: US\$: 61.800,00 • Total: US\$ 315.900,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 39.000,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 19,40% • Total execução física (desde o início do projeto): 50% • Executado em 2013: US\$ 10.470,00 • Executado em 2014: US\$0,0 • Saldo: US\$ 162.000,00
	<p>Descrição (Sinopse): O presente projeto pretende capacitar os atores e segmentos da cadeia produtiva do leite, com vistas a habilitá-los a enfrentar os principais problemas existentes na área, a saber: gestão da alimentação animal, melhoramento genético do rebanho, qualidade e processamento dos sub-produtos do leite e gestão eficiente da fazenda, extensão rural e assistência técnica aos produtores.</p>		
	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: adequação da metodologia didática às condições e necessidades da contraparte argelina. • Êxitos: satisfação da contraparte argelina com a qualidade dos cursos realizados. • Principais destaques: o projeto encontra-se em estágio inicial de execução. As primeiras capacitações foram realizadas em outubro de 2012 (capacitações em manejo e alimentação do rebanho bovino leiteiro e em melhoramento genético de bovino de leite) e novembro de 2012 (capacitações em qualidade, processamento e subprodutos do leite e em uso de software para produção e controle zootécnico e reprodutivo). 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/04/044-S148</p> <p>Nome: Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos</p> <p>Objetivo: Fortalecer o conhecimento em cirurgias cardíacas pediátricas e seus procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios na Argélia</p> <p>Vigência: 22/11/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2008</p>	<p>Brasil Instituto Nacional de Cardiologia (INC)</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde, da População e da Reforma Hospitalar</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 12</p> <p>Beneficiários diretos: 140</p> <p>Produtos: - Estruturação do centro de cirurgia cardíaca pediátrica na Argélia; - 1º Simpósio Argelo-Brasileiro em Cirurgia cardíaca pediátrica; - 04 relatórios de execução das atividades; - 01 blog sobre as atividades do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$485.051,00 • Contrapartes: INC: US\$ 600.000,00 Gov. Argelino: US\$ 516.800,00 • Total: US\$ 1.601.851,00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 392.335,31 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 65,38% • Total execução física (desde o início do projeto): 80% • Executado em 2013: US\$ 34.245,00 • Saldo: US\$ 207.665,00
	<p>Descrição (Sinopse): O projeto pretende capacitar médicos argelinos na realização de cirurgias cardíacas pediátricas. O projeto reveste-se de especial significado por ter como objeto o tratamento, pela intervenção cirúrgica, de crianças cardiopatas, algumas recém-nascidas, que não encontram tratamento na Argélia. Foram realizadas, até dezembro de 2012, no âmbito desse projeto de cooperação, várias missões médicas, que operaram mais de 140 crianças, sem nenhum óbito.</p>		
	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 80 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: número de missões menor do que previsto por causa da lentidão na comunicação com a contraparte argelina. • Êxitos: Foram operadas mais de 140 crianças sem nenhum óbito. • Principais destaques: equipe da TV Globo News acompanhou, em junho de 2012, a missão dos cirurgiões do INC e realizou série de reportagens sobre o país. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/04/044-S161</p> <p>Nome: Gestão e Normatização do Atendimento de Queimaduras</p> <p>Objetivo: Contribuir para o fortalecimento da gestão na área de queimaduras, voltada à normatização do atendimento, em todas as fases e</p>	<p>Brasil Sociedade Brasileira de Queimaduras -SBQ</p> <p>Contrapartes Ministério da Saúde, da População e da Reforma Hospitalar</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 06</p> <p>Beneficiários diretos: 20</p> <p>Produtos: - 01 relatórios de execução de atividades - documento de apoio à elaboração do programa nacional de atendimento a pacientes queimados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$97.445,00 • Contrapartes: SBQ: US\$16.200,00 Gov. Argelino: US\$ 15.000,00 • Total: US\$ 128,645.00 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 46.803,28 • Total execução financeira (desde o início do projeto): 48% • Total execução física (desde o início do projeto): 30%

<p>áreas de abrangência.</p> <p>Vigência: 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/06/2008</p>			<ul style="list-style-type: none"> • Executado em 2014: US\$ 0,00 • Saldo:50.641,72
<p>Descrição (Sinopse): O projeto tem como objetivo selecionar e preparar o hospital de queimados argelino para aplicação de modelo gerencial e para realização das atividades de cooperação. As capacitações serão focadas na definição de um modelo assistencial em queimaduras e componentes de um protocolo de atendimento, nutrição do paciente queimado, cuidados especiais na reanimação do paciente queimado, demais técnicas cirúrgicas e curativos, bem como na confecção de malhas e demais produtos voltados à compressão de áreas queimadas e cicatrizadas.</p>			
<p>Situação Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados da avaliação: as atividades previstas não foram totalmente executadas por falta de interesse da contraparte argelina. • Pendências e dificuldades: por ocasião da última missão de capacitação, em 2010, o Ministério da Saúde argelino solicitou apoio da SBQ para elaborar programa nacional de atendimento a pacientes queimados. Tal documento foi finalizado em 2011. Para conclusão do projeto, estava prevista realização de visita de treinamento no Brasil. As autoridades argelinas foram solicitadas, em maio de 2011, a respeito das datas propícias para realização da referida capacitação, bem como da apresentação do documento preparado pela SBQ. Todavia não houve manifestação da parte argelina. 			

BENIN

Situação	PJ	AI	Orçamento ABC (US\$)	Orçamento Total (US\$)	Total executado	Executado em 2015 (US\$)	SALDO (\$)
Execução	3	0	1.520.310,06	1.941.012,06	432.024,86	90.380,61	919.338,25
Encerrados	1	0	504.520,00	567.485,00	13.720,79	-	477.784,00
Total	4	0	2.024.830,06	2.508.467,06	445.745,65	90.380,61	1.397.122,25

A cooperação técnica com o Benin está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em 11 de agosto de 2005. O Programa de Cooperação Técnica é composto por 05 (cinco) projetos em execução (dentro os quais 01 (um) projeto é de âmbito regional (Cotton-4+ Togo). Há também 01 (um) projeto de âmbito trilateral descentralizado. A pauta bilateral é bem diversificada e abrange, atualmente, as áreas de saúde, agricultura, educação e portos marítimos.

A cooperação brasileira na área da doença falciforme constitui-se em uma oportunidade ímpar para ambos os países, pois além das similaridades genéticas da doença devido aos laços históricos do tráfico negreiro, a experiência brasileira é pioneira, representando uma verdadeira oportunidade de aprendizado sul-sul. O projeto é considerado referência na matéria e já se pode verificar impacto na estruturação da política pública de saúde do país como, por exemplo, a adoção, pelo Conselho de Ministros, das recomendações apresentadas por técnicos brasileiros por ocasião da oficina sobre resíduos sólidos no país.

Em 2015 foram realizadas duas atividades do projeto, A.1.6 e A 3.1, referentes à visita técnica, por profissional do NUPAD/MG para monitorar e avaliar a instalação e fluxo laboratorial da triagem neonatal do CPMI-NFED e à missão de acompanhamento do projeto. Essas atividades puderam constatar a assimilação e aplicação do conhecimento dos técnicos beninenses, bem como a vontade do Governo do Benin em dar continuidade à iniciativa.

Também é de extrema relevância para o país o projeto de educação executado pelo MEC, no sentido de incentivar a formação de grupos melhor organizados que possam otimizar a produção e todo o sistema envolvido na agricultura familiar. O projeto possui excelente ritmo de execução, tendo sido ministrado 85% do Curso de Especialização aos professores beninenses. Outro avanço do projeto foi a finalização dos croquis com as instruções para a construção do galpão em que se instalará a incubadora de cooperativas. O Governo beninense iniciou a construção em 2014, concluída em 2015. Por fim, destacam-se neste projeto as decisões compartilhadas, alto nível de participação e interação entre professores beninenses e brasileiros, bem como o monitoramento constate que permitiu encontrar estratégias em conjunto para solucionar problemas.

Em setembro de 2015, foi realizada atividade de monitoramento do projeto (A3.1.1), quando foi constatado o bom andamento do projeto. A construção da incubadora foi finalizada, à espera apenas dos equipamentos para ser posta em funcionamento. A ABC já adquiriu todos os equipamentos previstos, no início de 2016 serão transportados ao Benin por via marítima.

I. PROJETOS (04)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (03)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
Código: BRA/04/044 -S328	Brasil:	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente:	ABC: US\$ 734.746,00

<p>BRA/13/008 -S137</p> <p>Nome: Projeto Piloto em Anemia Falciforme</p> <p>Objetivos: Fortalecer as ações governamentais relativas à triagem neonatal, diagnóstico laboratorial e tratamento da doença falciforme e ações em hemoterapia, visando contribuir para a estruturação, organização e ampliação do acesso ao programa de doença falciforme do Benin.</p> <p>Vigência: 18/03/2011 a 31/07/2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 11/03/2009</p>	<p>Ministério da Saúde do Brasil por meio da Coordenação Geral do Sangue e Hemoderivados – CGSH/MS</p> <p>Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Universidade Federal de Minas Gerais – NUPAD/FM/UFMG</p> <p>Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – HEMOMINAS</p> <p>Benin:</p> <p>Centro de Atenção Médica Integrado de Lactantes e Gestantes com Drepanocitose do Benin -CPMI- NFED</p>	<p>20 especialistas</p> <p>Beneficiários diretos: 64 profissionais</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Relatório contendo plano para o desenvolvimento de sistema informatizado da triagem neonatal no CPMI-NFE - (A.1.1); . Relatório contendo descrição das atividades realizadas no estágio de formação sobre diagnóstico laboratorial para doença falciforme (triagem), exames hematológicos e tratamento básico (A.1.2); . Relatório contendo descrição das atividades realizadas da capacitação em Gestão de equipamentos. (A.2.5); . Plano de recomendações para a gestão de resíduos sólidos no Benin (A.2.7); . Relatório de recomendações para Captação de Doadores de Sangue no Benin (A.2.8). . Equipamentos para diagnóstico e triagem neonatal da doença. . Monitoramento da triagem (A1.6) . Relatório de monitoramento (A3.1) 	<p>MS (BR): US\$ 132.750,00</p> <p>NUPAD: US\$ 31.600,00</p> <p>MS (Benin): US\$ 49.000,00</p> <p>CPMI (Benin): US\$ 6.000,00</p> <p>Total: US\$ 954.096,00</p> <p>Total executado: US\$ 170.156,49 (23,15% do total)</p> <p>Executado em 2015: US\$ 23.242,11</p> <p>Execução física: 40%</p> <p>Saldo: US\$ 537.253,89</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>A doença falciforme é uma doença grave, para a qual ainda não existe um tratamento curativo aplicável em termos de saúde pública; tem múltiplas complicações que podem provocar seja a morte precoce na mais tenra infância, seja sequelas graves nos sobreviventes. Entretanto, recém nascidos diagnosticados precocemente e adequadamente tratados podem viver até a idade adulta com esperança de uma vida quase normal.</p> <p>A República do Benin está no epicentro da zona de predileção da drepanocitose, com cerca de 30% de portadores e de 2 a 3% dos recém nascidos atingidos. As crianças de menos de cinco anos e as mulheres grávidas atingidas constituem os grupos mais vulneráveis. Neste contexto, o projeto visa o fortalecimento do Programa de Doença Falciforme do Benin por meio de dois principais eixos: 1. Apoio e ampliação da capacidade técnica e operacional do laboratório de diagnóstico e tratamento da doença falciforme do Centro de Atenção Médica Integrado de Lactantes e Gestantes com Drepanocitose do Benin (CPMI- NFED); 2. Implantação de ações em hemoterapia no mesmo Centro - CPMI- NFED.</p> <p>No primeiro eixo de atuação, o projeto prevê o apoio técnico ao desenvolvimento</p>			

	<p>de um sistema informatizado unificado e integrado para facilitar a gestão do diagnóstico neonatal e o acompanhamento dos pacientes no CPMI- NFED. Também prevê a aquisição de equipamentos para adequação do laboratório do CPMI-NFED em diagnóstico neonatal e exames hematológicos, bem como o fortalecimento das capacidades técnicas e operacionais de recursos humanos do Centro neste tema.</p> <p>No segundo eixo de atuação, concernente à implantação de ações de hemoterapia, pretende-se desenvolver uma unidade de melhoramento da qualidade dos produtos derivados de sangue destinados aos pacientes com doença falciforme (hemoterapia), por meio da estruturação de um centro piloto de produção de hemocomponentes no CPMI-NFED. O projeto também prioriza a transferência de conhecimentos em atenção hemoterápica e hematológica, identificadas na missão de diagnóstico, como apoio ao desenvolvimento de práticas de gestão de equipamentos, gestão da qualidade de serviços de saúde e gerenciamento de resíduos em serviços de saúde.</p>
	<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução física: <p>Em 2014 está prevista uma visita técnica de técnicos do NUPAD-UFMG ao Benin a fim de monitorar e avaliar a instalação e fluxo laboratorial da triagem neonatal do CPMI-NFED. Com esta visita, concluir-se-á o Resultado 01 do projeto, que prevê o fortalecimento das capacidades técnico-operacionais em triagem neonatal, diagnóstico laboratorial e tratamento da doença falciforme do Centro de Atenção Médica Integrado de Lactantes e Gestantes com Depranocitose do Benin (CPMI-NFED). A continuidade das atividades pendentes do Resultado 02, referente à implementação da unidade de melhoria da qualidade dos hemocomponentes destinados aos pacientes com depranocitose dependerá da finalização e apresentação das especificações técnicas para os equipamentos de hemoterapia, por parte do Ministério da Saúde do Brasil.</p> <p>Em 2015 foram realizados o monitoramento da triagem neonatal (A.1.1.6) e a sua avaliação intermediparia (A.3.1.1). Os monitoramentos mostraram que a triagem neonatal é o resultado que mais teve avanços ao longo do projeto, no qual os técnicos envolvidos demonstram a boa adaptação e aplicação das técnicas aprendidas no Brasil à realidade beninense. De modo geral, tem havido apropriação do projeto por parte do Governo beninense e também um grande interesse dos técnicos em se capacitar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades: <p>A mudança dos pontos focais técnicos do projeto no MS ocasionou falta de articulação entre as instituições executoras brasileiras e atrasos no cronograma em 2012 e 2013. Dificuldade do MS em finalizar as especificações técnicas para dar início ao processo de licitação de equipamentos de hemoterapia.</p> <p>As dificuldades financeiras impedem, no momento, a aquisição de equipamentos previstos no projeto. Por outro lado, a contraparte beninense não tem demonstrado flexibilidade para adequar a atividades pendentes ao atual quadro de restrição orçamentário, o Brasil sugeriu que fossem incorporadas outras instituições ao projeto para se aproveitar a capacidade já instalada no país, no entanto essa proposta foi refutada.</p> <p>Na missão de monitoramento foi verificada a dificuldade em se adquirir insumos de laboratório.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Êxitos: <p>Atividades de capacitação muito bem organizadas e bem sucedidas, com impactos claros na estruturação da política pública de saúde. Forte engajamento e apropriação da contraparte beninense. Foram instalados equipamentos no laboratório de triagem neonatal, com treinamento de equipe de operação.</p>

	<p>• Principais destaques:</p> <p>O projeto é considerado referência na matéria. Todas as missões brasileiras no Benin contaram com a presença da Ministra de Saúde e representante da OMS no país, em sua abertura.</p> <p>Grande interesse dos profissionais diretamente beneficiados pelo projeto pela continuação da Cooperação Brasil-Benin.</p> <p>Laboratório do CPMI está em condições de fazer a triagem neonatal, inclusive para uma demanda superior à existente hoje.</p>
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/44 – S339 BRA/13/008 -S138</p> <p>Nome: Projeto Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benin nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo</p> <p>Objetivos: Fortalecer as instituições de educação profissional beninenses, visando o aumento do êxito da inserção dos egressos no mundo do trabalho, por meio do fomento a práticas de cooperativismo e agroecologia.</p> <p>Vigência: 30/03/2011 a 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 30/04/2011</p>	<p>Brasil:</p> <p>Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação- SETEC/MEC</p> <p>Benin:</p> <p>Colégio Agrícola Médji de Sékou (LAMS) - Ministério do Ensino Secundário, da Formação Profissional</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 12</p> <p>Beneficiários diretos: 28 professores</p> <p>Produtos: . A.1.1. - Plano de capacitação elaborado pelo MEC. . A.1.2. (i) Relatório de experiências já desenvolvidas no Benin e (ii) Diagnóstico reflexivo sobre as experiências em Agroecologia no Benin; . A.1.3 (i) Criação de uma agenda de levantamento de tecnologias sociais e estratégias para construção de projetos de adequação sociotécnicas e (ii) Memorial descritivo sobre a realidade da comunidade local e suas práticas e tecnologias sociais empregadas em Agroecologia. . A.1.4. (i) Plano de negócios e o planejamento estratégico de empreendimentos cooperativos; e (ii) Desenvolvimento de práticas pedagógicas no âmbito das disciplinas do LAMS. . A.1.5 (i) Relatório de análise de indicadores financeiros e de viabilidade econômica e (ii) Construção do projeto político pedagógico de funcionamento da incubadora. . A.1.6 (i) Planejamento e implantação de unidades didáticas em</p>	<p>ABC: US\$ 474.466,06</p> <p>MEC: US\$ 46,800.00</p> <p>LAMS: US\$ 17,850.00</p> <p>Total : US\$ 539.116,06</p> <p>Total executado: US\$ 150.391,57 (32%)</p> <p>Executado em 2015: US\$ 39.158,50</p> <p>Execução física: 47%</p> <p>Saldo: US\$ 270.607,56</p>

		<p>práticas agroecológicas; e (ii) Definição de modelos da carteira de projetos e de uma central de resultados. .A.1.8. Relatório de análise situacional e projetiva das experiências observadas. .A3.1 – Relatório intermediário Finalização da construção da incubadora</p>	
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O projeto possui dois eixos de atuação: (i) formação profissional e tecnológica de formadores e (ii) implantação de incubadora de cooperativas agrícolas.</p> <p>No que concerne ao eixo de formação profissional e tecnológica, as áreas de cooperativismo e agroecologia surgiram como as principais demandas do governo Beninense para auxiliar a formação já oferecida pelo Colégio Agrícola Médji de Sékou (LAMS). Vale ressaltar que como uma parte considerável do que é produzido no país é proveniente da agricultura de cultivos familiares, é importante incentivar o fortalecimento desse segmento com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos existentes e dos meios para aumentar a produtividade.</p> <p>O segundo eixo de atuação do projeto, referente à implantação de uma incubadora de cooperativas, surgiu da necessidade de incentivar a formação de grupos melhor organizados que possam otimizar a produção e todo o sistema envolvido na agricultura familiar. Convém salientar que o setor agrícola corresponde a cerca de 40% do PIB beninense, e responde pela metade do crescimento anual do país. Entretanto, apesar de representar boa parte da produção nacional, o próprio governo Beninense afirma que o potencial de produção agrícola não é explorado ao máximo no país e parte do que é explorado é desperdiçado pela falta de conhecimentos e de organização coletiva.</p> <p>A proposta de metodologia de formação compreende o desenvolvimento de: (i) seis módulos de disciplinas; (ii) duas visitas técnicas dos professores do LAMS ao Brasil e (iii) visitas de apoio à incubação. A totalidade dos módulos gerará uma Certificação pelo MEC de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização.</p> <p>A implantação de uma incubadora de cooperativas com associação à agroecologia contará com os professores multiplicadores formados, auxiliando os egressos na formação de novos empreendimentos de forma cooperada. Pretende-se chegar a dois produtos ao final do projeto: (i) Reelaboração do projeto político pedagógico do LAMS com a incorporação das temáticas do cooperativismo e da agroecologia e (ii) a Elaboração de um plano de implantação de um Sistema Agroecológico no LAMS.</p>			
<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 47% de atividades resolvidas; <p>Módulo V do Curso de Especialização foi realizado no período de 27 de janeiro a 07 de fevereiro de 2014. Em 2014, será realizado o último Módulo do Curso de Especialização com a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como missão para monitoramento do projeto durante o período de construção do galpão em que se implantará a incubadora de cooperativas.</p> <p>Em 2015 foi feita missão de monitoramento intermediário, onde foi verificado o bom andamento do projeto.</p>			

	<p>A contraparte finalizou a construção da incubadora.</p> <ul style="list-style-type: none"> Pendências e dificuldades: Mudanças institucionais no MEC ocasionaram o completo esvaziamento da Assessoria Internacional da instituição, o que gerou atrasos e falta de comunicação oficial entre os Institutos Federais executores brasileiros e a ABC. Há sinais do Governo do Benin em não reconhecer a certificação que será dada pelo MEC, pois isso acarretaria em aumento de salários dos professores da Escola. <p>Para a conclusão do curso de especialização, está previsto que os alunos façam seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) em grupo. No entanto, até o momento somente dois grupos começaram a elaborar o TCC. Ademais, ainda deve ser criada uma sistemática para a orientação dos grupos em uma língua diferente à dos orientadores.</p> Êxitos: Realizou-se 85% das atividades de capacitação. As atividades foram bem sucedidas, tendo como diferencial a ativa participação e interação dos professores beninenses e brasileiros. O Instituto Federal de Brasília passou a oferecer aulas de francês aos professores envolvidos nos projetos, facilitando a comunicação e interação entre professores dos dois países. Principais destaques: São realizadas teleconferências trimestrais com todos os Institutos Federais envolvidos no projeto, o que contribui para uma maior apropriação dos profissionais envolvidos, novas estratégias e monitoramento participativo. Foi criado um Colegiado de professores para acompanhar o Curso de Especialização. O Governo está construindo a incubadora, onde deverá ser instalados os equipamentos que serão adquiridos em 2015, pela parte brasileira.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044 -S438 BRA/13/008 - S127</p> <p>Nome: Projeto-Piloto: Fortalecimento Institucional do Setor Portuário do Benin</p> <p>Objetivos: Fortalecer as instituições do setor portuário beninense, visando o aumento da eficiência da gestão portuária, através da capacitação do seu corpo técnico e gerencial.</p> <p>Vigência: 30/05/2012 a</p>	<p>Brasil:</p> <p>Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR)</p> <p>Benin: Porto Autônomo de Cotonou (PAC)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03 profissionais</p> <p>Beneficiários diretos: 30 técnicos</p> <p>Produtos: . A.1.1 - Plano de capacitação em Gestão Portuária elaborado. . A.1.2 - Diagnóstico reflexivo sobre as experiências em Gestão Portuária no Benin, detalhando os principais desafios enfrentados no setor, e propostas para debates e estudo prático a ser tratado na formação prática (A.1.1.4) . A.1.1.4 - Relatório de Recomendações, elaborado em conjunto entre Partes, com sugestões para melhorar a eficiência da gestão portuária no Benin.</p>	<p>ABC: US\$ 309.100,00</p> <p>CODESP: US\$ 66.700,00</p> <p>PAC: US\$ 72.000,00</p> <p>Total: US\$ 447.800,00</p> <p>Total executado: US\$111.476,80 (36%)</p> <p>Executado em 2015: US\$ 27.980</p> <p>Execução física: 56%</p> <p>Saldo: US\$ 111.476,80</p>

<p>31/07/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 23/08/2011</p>		<p>. A.1.3.2 – Primeira fase do Módulo III</p> <p>. A.1.4.2 - Primeira fase do Modulo IV</p>	
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>A partir do diagnóstico elaborado in loco, e a partir das demandas beninenses apresentadas durante a missão de prospecção, definiu-se que a cooperação brasileira será efetivada através da elaboração de ações visando capacitar e qualificar integrantes dos quadros de profissionais indicados pelo Porto de Cotonou (autoridades e comunidade portuária), partindo-se das experiências acumuladas nos quase 120 anos de atividade do Porto de Santos, seja sob o ponto-de-vista acadêmico, seja sob viés operacional.</p> <p>Através de módulos-piloto de capacitação e qualificação pretende-se desenvolver uma abordagem indicativa de processos conducentes à modernização da atividade portuária. Os módulos-piloto integram um conjunto composto dos seguintes macro temas: (i) gestão portuária I, (ii) gestão portuária, com ênfase em logística portuária, (iii) segurança, saúde ocupacional e meio ambiente portuário (SSMA) e (iv) marketing portuário</p> <p>No curto prazo, espera-se que ao final deste projeto tenham sido capacitados aproximadamente 100 profissionais das instituições portuárias beninenses e que seja elaborado um Relatório de Recomendações para aumento da eficiência do setor portuário beninense, como produto final do projeto. O objetivo a médio prazo é de melhorar a eficiência dos serviços portuários beninenses. A longo prazo, o projeto poderá contribuir para melhor situar, no centro das políticas públicas portuárias, o lugar e o papel de formação do capital humano. Além disso, espera-se que este projeto piloto possa fortalecer as relações e fomentar as ações interinstitucionais na área de portos marítimos, ampliando a cooperação para outras áreas.</p> <p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 56%de atividades resolvidas; <p>Em maio de 2014 realizou-se a parte prática do Módulo II sobre Logística Portuária, no Brasil</p> <p>Em abril de 2015 foi realizada a primeira parte do Módulo III e em outubro a primeira parte do Módulo IV, ambas no Benin.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades: As dificuldades apontadas com a instituição beninense em termos de conflitos institucionais já foram superadas. Deve-se planejar as próximas atividades no Brasil, principalmente definir as datas e lista de participantes. • Êxitos; Estabelecimento de comunicação fluida entre os pontos focais de ambos os países. Sucesso na missões ao Benin. • Principais destaques: A atividade portuária é a maior fonte de divisas do Benin. Primeiro projeto de cooperação técnica brasileira na área de portos marítimos, que convida a tratar a cooperação em portos sob uma ótica diferente, baseada no princípio da solidariedade, compartilhamento de conhecimentos, sem alinhamento direto a interesses comercial e que tem como objetivo principal o fortalecimento das capacidades dos parceiros. O Ministro de Transportes Marítimos beninense afirmou que cooperação estabelecida com o Porto de Santos se reveste de particular importância e tornasse prioritária para a formação de novos dirigentes beninenses. O Governo Benin se comprometeu a arcar com as despesas da missão de técnicos ao Brasil, além do que estava previsto no projeto. 			

I.1 PROJETO ENCERRADO (01)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S245 BRA/13/008 -S135</p> <p>Nome: Projeto Gestão do Patrimônio Material e Imaterial no Benin: Inventário dos Bens Culturais de Origem Brasileira</p> <p>Objetivos:</p> <p>.Intensificar o intercâmbio de conhecimentos sobre o patrimônio cultural compartilhado entre os países de forma a obter um inventário conjunto de natureza material e imaterial sobre suas heranças comuns expressas em território africano.</p> <p>.Promover e valorizar a cultura afro-descendente e fortalecer o intercâmbio entre o Brasil e o Benin no campo do patrimônio cultural.</p> <p>.Preservar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de origem brasileira no Benin para benefício das atuais e futuras gerações em ambos os países.</p> <p>Vigência: 30/07/2010 a 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste:</p>	<p>Brasil:</p> <p>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN</p> <p>Benin:</p> <p>Diretoria de Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura do Benin</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 04</p> <p>Beneficiários diretos: 08</p> <p>Produtos: .Primeira versão do Inventário do Patrimônio material afro-brasileiro em Uidá, realizado pelos técnicos beninenses. . Relatório de monitoramento do trabalho realizado pelo IPHAN.</p>	<p>ABC: US\$ 504.520,00</p> <p>IPHAN: US\$ 21.100,00</p> <p>Gov.Benin: US\$41.865,00</p> <p>Total: US\$ 567.485,00</p> <p>Total executado: US\$13.720,79 (2,72% de execução financeira)</p> <p>Total executado em 2015: US\$ 0,00</p> <p>Execução física: 17,00%</p> <p>Saldo: US\$ 477.784,00</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O Brasil e o Benin têm entre si patrimônios compartilhados, marcados pela colonização portuguesa e o fluxo de imigração da diáspora africana como consequência da escravidão ocorrida durante os séculos 17 a 19. A influência se fez sentir não apenas na arquitetura, notadamente de origem portuguesa, assimilada e adaptada em terras brasileiras, assim também na assimilação da cultura africana com as demais culturas locais, no que ficou conhecido como cultura afro-brasileira.</p> <p>Neste contexto, o projeto visa fortalecer as referências e o resgate do patrimônio cultural compartilhado do Brasil e do Benin, por meio do intercâmbio de conhecimentos da metodologia desenvolvida pelo Iphan que, com mais de 70 anos de existência, possui expertise na realização de inventários do patrimônio cultural, tanto de natureza material como imaterial. O inventário é de especial interesse para ambos os países, uma vez que se trata de um dos poucos países em que uma cultura já identificada como brasileira é assimilada fora do território nacional.</p> <p>O projeto permitirá o compartilhamento das metodologias do Iphan por meio de oficinas de capacitação técnica, o diagnóstico dos bens possíveis de serem incluídos no levantamento e a realização do inventário pelos próprios técnicos e estudiosos beninenses, com o acompanhamento e avaliação do Iphan, resultando em uma publicação – em meio impresso e digital – bilíngüe (português/francês). Ao longo da execução, estão previstas 09 missões brasileiras ao Benin, as quais envolverão a participação de especialistas brasileiros na capacitação de 10 técnicos beninenses e no acompanhamento da realização do inventário do patrimônio do Benin.</p>			
<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <p>17 % de atividades resolvidas;</p> <p>Em janeiro de 2014, o lado beninense enviou inventário do patrimônio histórico material afro-brasileiro realizado, após 02 anos da atividade de formação. O referido inventário foi enviado ao IPHAN para análise e verificação do interesse da</p>			

13/03/2009	<p>instituição em retomar o projeto em tela. Em caso positivo, deverá ser realizada missão de avaliação e revisão do projeto, paralelamente à atividade A.2.2.</p> <ul style="list-style-type: none">• Pendências e dificuldades: Atraso na execução das atividades devido à dificuldade de cumprimento do cronograma pela contraparte beninense. Grande burocracia para desembolso orçamentário do Ministério da Cultura do Benin. Conflito institucional entre o Governo do Benin e a Escola de Patrimônio Africano (EPA) dificultou o estabelecimento da parceria prevista para realização do inventário afro-brasileiro em Porto-Novo. <p>Êxitos: Seleção dos profissionais bem realizadas por ambas as equipes. Grande interesse e motivação dos técnicos, não obstante o atraso na execução. A parte beninense entregou ao Brasil o documento de inventário elaborado sob a orientação do IPHAN.</p> <ul style="list-style-type: none">• Principais destaques: O projeto tem um papel primordial para a inscrição do patrimônio afro brasileiro na lista da UNESCO de patrimônio mundial da humanidade..
------------	--

BURQUINA FASO

Situação	PE	AI	Orçamento ABC (US\$)	Orçamento total (US\$)	Total executado (US\$)	Executado em 2015	SALDO (\$)
Execução	02	-	775.380,00	1.593.262,00	194.609,62	56.575,43	580.770,38
Total	02	-	775.380,00	1.593.262,00		56.575,43	580.770,38

A cooperação técnica com Burquina Faso está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Burquina Faso, assinado em 30 de agosto de 2005, com entrada em vigor em 11 de dezembro de 2011.

Atualmente, o Programa Brasil - Burquina Faso possui 02 (dois) projetos em execução, nas áreas de pecuária e vigilância sanitária, bem como o projeto Regional Cotton-4+Togo.

Desde 2009, Burquina Faso é beneficiário do Projeto Regional intitulado "Fortalecimento da cadeia produtiva do Algodão nos países do Cotton-4". Devido ao sucesso do projeto, finalizado em 2014, uma segunda fase foi negociada e está atualmente em execução, contando também com a inclusão do Togo. Informações mais detalhadas sobre o referido projeto se encontra na seção dedicada a Programas Regionais.

O projeto "Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burquina Faso" visa apoiar a consolidação da política de expansão da pecuária leiteira de Burquina Faso, visando ao desenvolvimento rural, à segurança alimentar e à geração de emprego e renda. Destaca-se a visita do Primeiro Ministro de Burquina Faso, Sr. Begnon TIAO e do próprio Ministro de Recursos Animais ao local de implementação do projeto por ocasião da missão técnica brasileira realizada naquele ano, o que demonstra o grande interesse do país nesta cooperação. O projeto encontra-se na metade de sua execução, e já se pode destacar vários resultados, a saber: 20 técnicos burquinabés foram capacitados em formação e manejo de pastagens tropicais para vacas de leite, em manejo sanitário e produtos veterinários, e em inseminação artificial e genética de gado leiteiro tropical; foram introduzidas um total de 1.500 mudas de palma forrageira no país, que servirão para alimentação do gado; foram implantadas Unidades de Observação (UOs) das espécies forrageiras, de práticas de manejo sanitário e de reprodução; foi elaborado, em conjunto com a contraparte burquinabé, o Manual Técnico para as Unidades Demonstrativas, entre outros.

O Projeto "Apoio ao Fortalecimento Institucional do Laboratório Nacional de Saúde Pública tem como objetivo apoiar a consolidação do Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burquina Faso como agente regulador do controle laboratorial e da gestão da qualidade de medicamentos. O Ministro da Saúde do país expressou o interesse em se criar uma estrutura única fortalecida de vigilância sanitária, a exemplo da ANVISA. Acredita-se que o projeto também poderá contribuir para o processo de acreditação que busca o LNSP. Há uma grande expectativa no sucesso deste projeto, pois segundo o próprio corpo técnico do laboratório, nenhuma cooperação internacional priorizou a transferência de competências, concentrando-se apenas na doação de equipamentos.

Em 2015 realizou-se, entre 13 a 17 de julho, a atividade A.4.1.1, referente à missão de membros do corpo diretivo do Laboratório Nacional de Saúde Pública (LNSO) e da Direção de Farmácia, Medicamentos e Laboratórios (DPGML), em Brasília, para conhecer o sistema brasileiro de vigilância sanitária e sua estrutura organizacional. A visita da delegação burquinabé foi realizada com sucesso, tendo tido repercussão na mídia local de Goiânia, onde foi realizada parte da missão. Realizou-se ademais, cerimônia de encerramento da missão, com a presença do Diretor da ABC, da Embaixada de Burquina Faso no Brasil e de representantes da ANVISA. Ademais, havia previsão de realização da atividade A.2.1.3 em novembro, referente à 2ª etapa de capacitação na área da gestão da qualidade laboratorial (ISO 17025), em Burquina Faso, por dois técnicos da ANVISA, incluindo módulo teórico e

prático, durante o período de uma (01) semana, em Burquina Faso, em benefício quarenta (40) técnicos burquinabês. No entanto, devido à instabilidade política no período, quando ocorreu um golpe de Estado, a atividade foi suspensa para 2016.

I. PROJETOS (02)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/13/008 -S136</p> <p>Nome: Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burquina Faso</p> <p>Objetivos: Apoiar a consolidação da política de expansão da pecuária leiteira de Burquina Faso, visando ao desenvolvimento rural, à segurança alimentar e à geração de emprego e renda.</p> <p>Vigência: 08/08/2012 a 31/12/2017</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 02/06/2010</p>	<p>Brasil: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa</p> <p>Burquina Faso: Centro de Multiplicação de Animais do Ministério dos Recursos Animais</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: profissionais: 10 técnicos da Embrapa</p> <p>Beneficiários diretos: 20 técnicos burquinabês</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1500 mudas de palma orelha de elefante da Embrapa Semiárido introduzidas em Burquina Faso. • Cartilha de Ordenha Manual adaptada para o país • Manual de Boas Práticas • Relatórios de monitoramento de atividades e relatório anual 	<p>ABC: US\$ 403.980,00</p> <p>Embrapa: US\$ 328.900,00</p> <p>Gov.Burquina : US\$259.900,00</p> <p>Total: US\$ 992.780,00</p> <p>Total executado: US\$ 120.669,65</p> <p>Executado em 2015: US\$ 31.625,45</p> <p>Execução física: 50%</p> <p>Saldo: US\$ 283.310,35</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Mais de 80% dos burquinabês estão, de alguma forma, envolvidos com a criação de animais domésticos, notadamente o gado. A criação de animais é uma importante fonte de renda para o país. Os produtos de origem animal são responsáveis por mais de 19% das exportações (média de 1.994 - 1.998), perdendo somente para o algodão.</p> <p>Apesar do conhecimento da potencialidade de crescimento da produtividade do rebanho, por muito tempo o país concentrou-se na expansão da produção através do aumento substancial do rebanho, em termos quantitativos. Devido às condições agro-ecológicas e às limitações de terras aráveis no país, acredita-se que, para dar prosseguimento à expansão da produção de leite e carne, será preciso um grande esforço para a melhoria da produtividade dos animais e da terra e, conseqüentemente, da mão-de-obra.</p> <p>Diante deste contexto, o interesse em estabelecer cooperação técnica para transferência de conhecimento em pecuária de leite com o Brasil data de 2007. Em 2009 foram iniciadas ações que resultaram neste projeto, com foco em forragens e alimentação, sanidade e reprodução na pecuária leiteira. O projeto foi finalizado conjuntamente durante missão da Embrapa e ABC em junho de 2012, e possui três eixos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de técnicos Burquinabês em gestão de pastagens para vacas leiteiras, gestão sanitária e em inseminação artificial do rebanho leiteiro tropical; 			

	<p>- Implantação de duas unidades de observação de espécies forrageiras, de gestão sanitária e de reprodução na estação de Loumbila (região do Planalto Central) em Uagadugu e na estação regional em Samandeni (região das Bacias Altas) em Bobo Dialoussou.</p> <p>- Implantação de duas unidades de demonstração de espécies forrageiras, de gestão sanitária e de reprodução na estação de Loumbila (região do Planalto Central) em Uagadugu e na estação regional em Samandeni (região das Bacias Altas) em Bobo Dialoussou.</p> <p>Em médio prazo espera-se que o projeto contribua para a reorganização da cadeia produtiva de leite e carne, bem como a consolidação da política de expansão da pecuária leiteira de Burquina Faso. Em longo prazo, o projeto poderá ter impacto no desenvolvimento rural, segurança alimentar e à geração de emprego e renda do país.</p>
	<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50% de atividades resolvidas; <p>Em 2015, avançou-se na realização do Resultado 02 do projeto, referente à implantação Unidades de Observação (UOs) das espécies forrageiras, de práticas de manejo sanitário e de reprodução. Para tanto, houve missão de monitoramento de representantes da Embrapa, entre 15 a 30 de agosto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades; Falta de auxiliar de cooperação técnica na Embaixada em Uagadugu poderá dificultar a boa implementação do projeto. Pela contraparte burquinabé, constata-se uma dificuldade liberação da contrapartida burquinabê, resultando num atraso em relação às operações de campo e agrícolas. Diante da falta de recursos financeiros, a direção do CMAP tomou a iniciativa, dentro das suas possibilidades, para realizar as diversas operações previstas e respeitar o cronograma de execução, desde a análise de solos à implantação das unidades de observação. Foram tomadas providências para lidar com as dificuldades técnicas que surgiram, como, por exemplo, a aquisição de uma série de materiais e equipamentos (câmera, triciclo, rede de arame, vigas etc) com vistas à execução do projeto. Providências também estão prestes a serem tomadas para a liberação da contrapartida burquinabê junto ao Ministério da Economia e Finanças, para facilitar a execução do projeto: ele foi inscrito no âmbito dos projetos para investimento do Burquina Faso (a título de projeto prioritário do Ministério dos Recursos Animais e Pesqueiros-MRAH), e foi instituído um comitê gestor, com um representante da cooperação brasileira. • Êxitos; Equipe brasileira e burquinabé formada e motivada. Introdução de 1500 mudas de palma forrageira no país. Comunicação fluida entre os pontos focais das instituições brasileiras e burquinabés. Relatórios de monitoramento são elaborados por ambas as equipe, com muito profissionalismo e dedicação. Doação de equipamentos pela parte brasileira. Apesar das dificuldades em liberação de recursos financeiros, a contraparte burquinabés está encontrando soluções próprias para lidar com os desafios de implementação do projeto. Início do plantio de 10 000 mudas de palma forrageira no campo, implantação de 10 há de pastejo rotacionado e 10ha de plantio de milho e sorgo para produção de silagem. • Principais destaques: Grande expectativa no sucesso deste projeto. O Ministro de Recursos Animais no país é pesquisador da área e mostrou-se fortemente engajado com o projeto, dando recomendações para o envolvimento do INRAB, instituição de pesquisa agrícola no país. Apesar de ser um país muito pobre, a contrapartida do Governo buquinabé no projeto é alta. Destaca-se a visita do Primeiro Ministro de Burquina

	Faso, Sr. Begnon TIAO e do próprio Ministro de Recursos Animais ao local de implementação do projeto por ocasião da missão brasileira, o que demonstra o grande interesse do país nesta cooperação.
--	---

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/04/044 -S454 BRA/13/008 -S054</p> <p>Nome: Apoio ao Fortalecimento Institucional do Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burquina Faso</p> <p>Objetivos:</p> <p>O projeto tem como objetivo geral apoiar a consolidação do Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burquina Faso como agente regulador do controle laboratorial e da gestão da qualidade de medicamentos.</p> <p>Vigência: 08/08/2012 a 08/08/2014</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 21/08/2012</p>	<p>Brasil Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA</p> <p>Burquina Faso: Laboratório Nacional de Saúde Pública – LNSP, Ministério da Saúde</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: profissionais: 10 profissionais da ANVISA</p> <p>Beneficiários diretos: duzentos e trinta e três (233) agentes, entre técnicos e administrativos do LNSP</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório detalhado do sistema de gestão da qualidade em prática do Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burquina Faso conforme a norma ISO 17.025. 06 profissionais capacitados em gestão da qualidade em laboratório aptos para atuarem como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos e serem responsáveis pelo processo de implementação da norma ISO 17025 no LNSP. Relatório sobre vista técnica do corpo diretivo do LNSP e da DPGML em Brasília. 	<p>ABC: US\$ 371.400,00</p> <p>ANVISA: US\$ 145.600,00</p> <p>LNSP: US\$83.483,00</p> <p>Total: US\$ 600.482,00</p> <p>Total executado: US\$ 73.939,97</p> <p>Executado em 2015: US\$ 24.949,98</p> <p>Saldo: US\$ 297.460,03</p>
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Um Laboratório Analítico é aquele que garante, entre outras, a eficiência, qualidade e rastreabilidade de suas análises. Para garantir tais dimensões, um Laboratório Analítico deve seguir padrões da qualidade, quase todos reconhecidos internacionalmente, e dentre os quais se citam ISO 17.025/2005 que trata do Sistema de Gestão da Qualidade no ambiente laboratorial, Boas Práticas de Laboratório (BPL/OMS e BPL/OCDE), entre outros. Para cumprir sua missão, um Laboratório Analítico deve contar com infra-estrutura, equipamentos, materiais, reagentes, insumos, padrões analíticos, metodologias analíticas reconhecidas e, principalmente, pessoal técnico qualificado para realizar as análises pretendidas.</p> <p>Apesar dos esforços do Governo de Burquina Faso para melhorar a estrutura de vigilância sanitária no país, o Laboratório Nacional de Saúde Pública ainda carece de subvenção do Estado para realizar aquisição de material de consumo e</p>			

	<p>reativos para as análises laboratoriais. Além disso, constatou-se que a ausência de equipe técnica qualificada para realizar consertos dos equipamentos cria dependência do serviço do fabricante para reparo, bem como depreciação dos equipamentos. Outra dificuldade do laboratório é a sobreposição de funções, responsabilidades e conflito de competências no quadro organizacional do sistema de vigilância sanitária burquinabé, colocando o LNSP numa situação de fragilidade política para cumprir sua função de realizar o controle da qualidade de alimentos e medicamentos.</p> <p>Diante deste contexto, e a partir do diagnóstico realizado in loco, o projeto foi elaborado conjuntamente com a contraparte burquinabé durante a missão de prospecção ao país em junho de 2012. O projeto possui três eixos de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Capacitação técnica em gestão da qualidade laboratorial, incluindo capacitação de formadores – multiplicadores da norma ISO 17.025, oficina de ações corretivas e gestão de análise não conforme; treinamento em conservação e manutenção preventiva de equipamentos laboratoriais. (ii) Doação de Substâncias Químicas de Referência (SQRs) da Farmacopéia Brasileira. (iii) (iii) Ações que visam o fortalecimento do sistema de vigilância sanitária do país, incluindo oficina de Boas Práticas de Distribuição e Boas Práticas de Armazenamento e missões do corpo diretivo das instituições de vigilância sanitária ao Brasil <p>Espera-se que o intercâmbio de informações, de conhecimentos e o treinamento técnico especializado, ao final do projeto, culmine na atualização das Boas Práticas Laboratoriais e sistema de gestão da qualidade no Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burquina Faso.</p>
	<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15% de atividades resolvidas; <p>Em 2015 realizou-se a, entre 13 a 17 de julho, a atividade A.4.1.1, referente a missão de membros do corpo diretivo do LNSP, em Brasília, para conhecer o sistema brasileiro de vigilância sanitária e sua estrutura organizacional. Ademais, havia previsão de realização da atividade A.2.1.3 no período de novembro de 2015, referente à 2ª etapa de capacitação na área da gestão da qualidade laboratorial (ISO 17025), em Burquina Faso, por dois técnicos da ANVISA, incluindo módulo teórico e prático, durante o período de uma (01) semana, em Burquina Faso, em benefício quarenta (40) técnicos burquinabés. No entanto, devido à instabilidade política no período, quando ocorreu um golpe de Estado, a atividade foi suspensa para 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades: Falta de auxiliar de cooperação técnica na Embaixada em Uagadugu poderá dificultar a boa implementação do projeto. A instabilidade política da região, que contou com golpes e atentados terrorista, vem dificultando a execução do projeto. Ocorreram em algumas ocasiões, adiamento de atividades por conta desta situação, gerando atrasos no cronograma planejado do projeto. • Êxitos: Ótima organização das atividades pela contraparte burquinabé. Estabelecimento de ótima comunicação entre os pontos focais de ambos os países. A visita da delegação de representantes do corpo diretivo ao Brasil foi realizada com sucesso em 2015, tendo tido repercussão na mídia local de Goiânia, onde foi realizada parte da missão. Realizou-se ademais, cerimonia de encerramento da missão, com a presença do Diretor da ABC, da Embaixada de Burquina Faso no Brasil e de representantes da ANVISA.

	<ul style="list-style-type: none"> Principais destaques: O Ministro da Saúde expressou o interesse burquinabé em se criar uma estrutura única fortalecida de vigilância sanitária, a exemplo da ANVISA. Acredita-se que o projeto também poderá contribuir para o processo de acreditação que busca o LNSP. Grande expectativa no sucesso deste projeto, pois segundo o próprio corpo técnico do laboratório, nenhuma cooperação internacional priorizou a transferência de competências, concentrando-se apenas na doação de equipamentos.
--	---

COSTA DO MARFIM

Situação	PE	AI	US\$ ABC	US\$ Total	US\$ Executado (total)	US\$ Executado (2015)	Saldo US\$
Execução	1	0	839.590,00	1.053.740,00	98.776,66	71.440,91	744.912,37
Negociação	1	0	506.485,00	590.285,00	0	0	0
Total	2	0	839.590,00	1.053.740,00	98.776,66	71.440,91	744.912,37

A cooperação técnica entre Brasil e Costa do Marfim é juridicamente amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa do Marfim, celebrado em 27 de outubro de 1972 e promulgado em 7 de dezembro de 1973.

Destaca-se que, em 2015, no âmbito do projeto "Desenvolvimento da pesca e da aquicultura na Costa do Marfim", foram realizadas duas atividades de capacitação (uma na Costa do Marfim e outra no Brasil) e uma atividade de monitoramento do projeto, e também foi contratado o coordenador do projeto, baseado em Abidjan, onde permanecerá por um ano.

É importante salientar que, devido à reorganização ministerial ocorrida do segundo semestre de 2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura voltou a integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sem ter havido, no entanto, qualquer prejuízo ao projeto.

I) PROJETOS (1)

i.i) EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Nome Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura na Costa do Marfim</p> <p>Código BRA/13/008-S024</p> <p>Objetivo Contribuir para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura na Costa do Marfim</p>	<p>Brasil: Ministério da Pesca e Aquicultura</p> <p>Costa do Marfim: Ministério dos Recursos Animais e Haliêuticos</p>	<p>Matriz Lógica Validada</p> <p>Execução física: 60%</p>	<p>ABC : 839.590,00 (por meio de TdC assinado com o MPA)</p> <p>MPA: 22.000</p> <p>Mirah: 184.150,00</p> <p>Total: 1.053.740,00</p> <p>Total executado (2015): 71.440,91</p> <p>Execução física: 60%</p> <p>Execução financeira: 10%</p> <p>Saldo ABC: 744.912,37</p>
	<p>Descrição (Sinopse)</p> <p>O projeto visa a contribuir para o desenvolvimento da pesca industrial, da pesca artesanal, da pesca amadora, bem como da aquicultura na Costa do Marfim, por meio de treinamentos a serem realizados no Brasil e naquele país, bem como por meio de revitalização de infraestruturas</p>		

Vigência De 23/04/2014 a 30/04/2016	Situação 1. contratação de coordenador local do projeto; 2. duas atividades de capacitação (i. manejo e engorda de peixes em sistema de produção aquícola, nutrição aquícola, beneficiamento da carne e do couro de peixes, construção de viveiros e tanques e ii. organização de torneio de pesca esportiva); e 3. realizada missão de monitoramento, em novembro de 2015. Após análise das atividades realizadas até o presente momento (dez/2015), constatou-se que 60% do projeto foi executado e, em contrapartida, apenas 10% do orçamento previsto foi gasto. Dessa maneira, acordou-se que poderá haver entendimento entre as partes para reforçar alguns treinamentos e incluir atividades extras, que deverão ser apresentados e discutidos em reunião do Comitê Gestor do projeto, a realizar-se em Abidjã, em março de 2016
---	---

i.ii) EM NEGOCIAÇÃO (1)

Nome: Fortalecimento da cadeia produtiva do arroz Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da produção de sementes de arroz na Costa de Marfim	Brasil Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) Contrapartes Ministério da Agricultura	Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03 Beneficiários diretos: 40	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 506.485,00 • Contrapartes: Embrapa: US\$ 57.800,00 Gov CM: US\$ 26.000,00 • Total: US\$ 590.285,00 • Executado: US\$ 0 • Saldo ABC : US\$ 506.485,00
Descrição (Sinopse): O projeto tem como objetivo implantar uma unidade demonstrativa piloto de produção e beneficiamento de sementes de arroz, fortalecer, ao nível técnico e institucional, o Ministério da Agricultura, bem como desenvolver a capacitação técnica dos atores operando na cadeia de semente de arroz.			
Situação : Minuta do projeto está em análise do lado brasileiro e deverá ser encaminhada à parte marfinense para comentários e validação possivelmente no segundo semestre de 2014.			

MALI

O Acordo de Cooperação Técnica com a República do Mali foi assinado em 1981. Não há projetos bilaterais com o país. Atualmente, o Mali participa de um único projeto de cooperação, de âmbito regional, o Cotton-4 + Togo.

MAURITÂNIA

O Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia foi celebrado em Brasília em 17 de fevereiro de 2012 e, atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Em razão das restrições orçamentárias por que passa o Governo brasileiro, a ABC preferiu dar seguimento apenas aos projetos que já estavam em execução. Dessa forma, em 2015, por decisão unilateral, o projeto com a Mauritânia foi encerrado.

I) PROJETOS (2)

I.i) ENCERRADO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código BRA/04/044-S464</p> <p>Nome Apoio ao desenvolvimento da Educação Rural na Mauritânia</p> <p>Objetivo Desenvolver capacidades profissionais na Mauritânia na área da Educação Rural.</p> <p>Vigência: 25/07/2014</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 01/07/2009 (Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana para a implementação de projetos nas áreas de agricultura e pecuária).</p>	<p>Brasil Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)</p> <p>Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)</p> <p>Contrapartes</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Rural</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 08</p> <p>Beneficiários diretos: 80</p> <p>Produtos: - 01 Plano Pedagógico - 03 relatórios de execução de atividades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$471.900,00 • Contrapartes: UFRPE: US\$ 130.100,00 Gov Mauritânia: US\$69.000,00 • Total: US\$: 671.000,00 • Executado: US\$ 0 • Saldo: US\$471.900,00
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O objetivo do projeto é capacitar professores e técnicos da Escola Nacional de Capacitação e Extensão Agrícola (ENFVA), com vistas a fazer com que a mesma seja uma alavanca do desenvolvimento agrícola e rural no país. Nesse contexto, ENFVA poderá desempenhar, a médio e longo prazo, um papel estratégico importante enquanto único instituto do país visando a capacitação de futuros técnicos e de pessoal especializado em diversas áreas do setor agrícola, inclusive a extensão agrícola.</p>			
<p>Situação</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 % de atividades resolvidas; • Pendências e dificuldades: o início das atividades está previsto para o primeiro semestre de 2014. • Principais destaques: o projeto foi assinado pelos Ministros de Estados dos dois países, por ocasião da visita do Ministro Patriota a Nouakchott em abril de 2012. <p>A base legal do projeto é o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, celebrado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007 e promulgado em 05 de fevereiro de 2009.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Após encontro com representante da UFRPE na ABC, acordou-se que a primeira atividade do projeto seria implementada no primeiro semestre de 2014, o que não ocorreu. Tampouco em 2015. 			

I.ii) EM NEGOCIAÇÃO

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código:</p> <p>Nome: Organização e desenvolvimento da cadeia produtiva da</p>	<p>Brasil Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)</p> <p>Contrapartes</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 04</p> <p>Beneficiários diretos: 10</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$99.100,00 • Contrapartes: UFRPE: US\$ 1.500,00 Gov Mauritânia: US\$1.500,00 • Total: US\$: 102.100,00 • Executado: US\$ 0

pesca e aquicultura na Mauritània	Ministério da Pesca e da Economia Marítima		• Saldo: US\$99.100,00
Objetivo: Contribuir ao desenvolvimento da aquicultura e da pesca na Mauritània.	Descrição (Sinopse): O projeto visa promover a preservação dos recursos pesqueiros da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) mauritana e de seu meio ambiente, assim como integrar esse setor à economia nacional, com vistas à integração econômica e social das populações locais vulneráveis. Para tanto, o projeto promoverá intercâmbios de conhecimentos entre os dois países, por meio de visitas de técnicos e gestores mauritanos ao Brasil nas áreas de políticas e programas de apoio à pesca (industrial e artesanal) e piscicultura, instalações portuárias tanto para a pesca artesanal quanto industrial, serviço de inspeção sanitária, Comercialização do pescado e orientação da pesquisa em aquicultura.		
Vigência: 25/04/2014	Situação Não foi finalizada a negociação do projeto.		
Data de assinatura do Ajuste: 01/07/2009 (Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana para a implementação de projetos na área de desenvolvimento social).			

SENEGAL

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC (\$) 2015	SALDO (\$)
Concluído	1	1	467.427,09	484.227,09	455.725,32	90.891,07	11.703,77

O Programa de Cooperação Brasil – Senegal possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, firmado em 21 de novembro de 1972.

A área considerada prioritária pelo Governo do Senegal é a agricultura, abordada em projetos de cooperação técnica negociados e assinados.

Em 2015, havia um projeto em execução: "Apoio ao desenvolvimento de Projeto PAIS no Senegal".

No âmbito do projeto PAIS, em 2014 foram finalizadas todas as obras de perfuração dos poços e instalação das unidades PAIS, restando para 2015 realizar o acompanhamento e a avaliação do funcionamento das mesmas. Em 2015 foi elaborada atividade isolada para realização de missão de avaliação final do projeto PAIS.

Destaca-se ainda importante projeto, concluído em 2014, denominado " Apoio ao desenvolvimento da rizicultura no Senegal. O objetivo do projeto é contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do arroz no Senegal". O projeto teve como finalidade

atenuar os efeitos negativos das importações massivas de arroz sobre a economia senegalesa, de prevenir os riscos do mercado internacional tão volátil do arroz e de incentivar o desenvolvimento socioeconômico nas áreas de vocação rizícola, o estado senegalês decidiu desenvolver a cultura do arroz sob todas as suas formas (irrigação com controle parcial ou total da água, pluvial de baixio ou de planalto). Como um dos principais êxitos, o projeto teve excelentes resultados na etapa técnica, em que variedades de arroz tiveram excelente adaptação ao clima e solo no Senegal. Em 2015, o carro e o computador adquiridos no âmbito do projeto, foram entregues ao ISRA (Instituto Senegalês de Pesquisa Agropecuária) contraparte senegalesa da iniciativa.

I.1 PROJETOS CONCLUÍDOS

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/043-S195.</p> <p>Nome: Apoio ao desenvolvimento de Projeto PAIS no Senegal Objetivo: Apoiar a instalação de unidades do Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) no Senegal</p> <p>Vigência: 25/11/2011 a 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 1/07/2009</p>	<p>Brasil Emater/DF - EMT Instituto de Estudos socioambientais projeto pais - IES</p> <p>Agência Brasileira de Cooperação</p> <p>Contrapartes</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 3</p> <p>Beneficiários diretos: 7</p> <p>Produtos: Instalação de dez unidades PAIS no Senegal e capacitação de cinco multiplicadores da tecnologia social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 418.027,09 • Contrapartes: US\$ 16.800,00 • Total: US\$ 434.827,09 • Total execução financeira (desde o início do projeto): US\$ 417.387,15 • Total execução física (desde o início do projeto): 86% • Executado em 2015: US\$ 52.552,90 • Saldo: US\$ 641,94
<p>Descrição (Sinopse): O Sistema PAIS, Produção Agroecológica Integrada Sustentável, integra técnicas simples de produção agrícola baseadas em modelos utilizados por pequenos produtores. Ele ensina famílias de baixa renda a produzir em sua propriedade rural de forma sustentável e rentável, empregando os recursos disponíveis no próprio local. A proposta consiste na produção integrada de aves, hortaliças e frutas, com aproveitamento cíclico da produção e de seus resíduos na forma de cadeia alimentar, a chamada tecnologia social PAIS. O sistema PAIS cria condições para melhorar a base alimentar das famílias, e colabora para a permanência de cidadãos em suas localidades.</p> <p>O presente projeto é resultado de missão de prospecção realizada em agosto de 2011 ao Senegal e tem por objetivo adequar a tecnologia social PAIS à realidade senegalesa, além de implantar 10 unidades piloto em todo o país.</p> <p>A principal adequação da tecnologia é, considerando a necessidade senegalesa de suprir a demanda em água, permitir um fortalecimento da alimentação da população acoplando-se ao Sistema PAIS uma tecnologia difundida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Distrito Federal, que corresponde à construção de baixo custo de reservatórios de água para irrigação, com possibilidades de realizar piscicultura.</p> <p>Dentre as atividades previstas pelo presente projeto de implantação de um sistema PAIS no Senegal, estão: a implantação das 10 unidades PAIS, o curso de capacitação em Sistemas Agroecológicos e construção de reservatórios de água de pequeno porte no Brasil, e a perfuração de 10 poços no Senegal, aos quais serão instalados bombas à energia solar para permitir a irrigação, assim como, reservatórios de água de pequeno porte, para irrigação e piscicultura.</p> <p>Esperam-se, principalmente, como resultados do PAIS: o aumento da produção a fim de suprir a demanda familiar e gerar excedentes para comercialização; melhorar a qualidade de vida das famílias de agricultores, permitir a troca de experiências e formar multiplicadores da tecnologia social PAIS.</p>			

	<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 86% de atividades resolvidas; • Êxitos: A unidade piloto PAIS foi instalada com sucesso. Houve grande repercussão na mídia local e 10 unidades PAIS instaladas com poços perfurados, placas energia solar e demais estruturas. • Principais destaques: O projeto está tendo uma grande repercussão no país. • A avaliação final do projeto foi realizada por meio de atividade isolada.
--	--

I.2 ATIVIDADE ISOLADA CONCLUÍDA

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-A1146</p> <p>Nome: Missão de Avaliação Final do Projeto Apoio ao Desenvolvimento do PAIS no Senegal</p> <p>Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015</p>	<p>Instituto de Estudos Socioambientais- Projeto PAIS (Vale das Palmeiras)</p> <p>Instituto de Estudos Socioambientais- Projeto PAIS (Vale das Palmeiras)</p>	<p>Instalação de 3 placas</p> <p>Readequação de 2 poços</p> <p>Relatório final</p>	<p>Orçamento: US\$ 49.400</p> <p>Total execução física: 66%</p> <p>Execução financeira: 38.338,17</p> <p>Saldo: 11.061,83</p>
	<p>Descrição:</p> <p>A missão de avaliação final do projeto " Apoio ao desenvolvimento de Projeto PAIS no Senegal</p> <p>Objetivo: Apoiar a instalação de unidades do Sistema PAIS ",realizada no segundo semestre de 2015. A realização da missão por atividade isolada deve-se pela expiração da vigência do projeto BRA/04/043. Deste modo, os recursos previstos no projeto original foram realocados nesta atividade, a fim de permitir a execução total da proposta de projeto.</p>		
	<p>Situação:</p> <p>Foi realizada missão de avaliação do Projeto PAIS no período de 5 a 16 de agosto de 2015, com a participação do Coordenador-Geral de África II e o Coordenador Técnico do Projeto.</p> <p>A missão possibilitou a elaboração de relatório final do projeto, ainda em fase de finalização.</p>		

TOGO

Situação	P E	A I	ABC (US\$)	Total (US\$)	Total executado (US\$)	Executado em 2015	SALDO (\$)
Execução	1	0	191.350,00	255.550,00	109.119,43	3.601,43	82.230,57
Total	1	0	191.350,00	255.550,00	109.119,43	3.601,43	82.230,57

A cooperação técnica bilateral com o Togo está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa, assinado em Lomé, em 03 de novembro de 1972.

Atualmente, a pauta de cooperação técnica com o país abrange dois projetos em matéria de agricultura. O projeto "Apoio Institucional do Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômica (ITRA)" tem como objetivo apoiar a política de modernização da agricultura no Togo, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda do país, por meio da capacitação de técnicos togoleses na produção, no manejo e no processamento agroindustrial da mandioca, bem como pela inserção de novas cultivares dessa cultura no país. Assinado em 24 de outubro de 2010, o projeto encontra-se na fase final de implementação, correspondente à introdução de cultivares brasileiras de mandioca no campo, concluindo um ciclo de três capacitações no Brasil e no Togo. Em 2016, pretende-se concluir o projeto com a realização de uma visita técnica de pesquisadores da Embrapa às unidades demonstrativas no Togo e da avaliação final do projeto.

A respeito do segundo projeto, intitulado "Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do C-4 e no Togo", que é regional, formalizou-se a inserção do Togo nesse projeto em dezembro de 2014, com a assinatura de todas as partes envolvidas no projeto (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). As informações específicas sobre o referido projeto podem ser encontradas na seção "COOPERAÇÃO TÉCNICA REGIONAL EM ALGODÃO"

I.PROJETOS (1)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/13/008 -S143</p> <p>Nome: Apoio Institucional ao ITRA</p> <p>Objetivo: Apoiar a política de modernização da agricultura no Togo, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda do país</p> <p>Vigência: 24/10/2010 a 31/06/2016</p>	<p>Brasil: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa</p> <p>Togo: Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômica (ITRA)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: profissionais: 18</p> <p>Beneficiários diretos: 06 especialistas</p> <p>Produtos: . Manivas de mandioca introduzidas no Togo . Questionários de avaliação da capacitação em produção e processamento de mandioca. . Certificados da Embrapa do curso (A.1.5) entregues aos participantes togoleses</p>	<p>ABC: US\$ 191.350,00</p> <p>Embrapa: US\$ 53.000,00</p> <p>ITRA: US\$ 11.200,00</p> <p>Total: US\$ 255.550,00</p> <p>Total executado: US\$ 109.119,43</p> <p>Executado em 2015: US\$ 3.601,43</p> <p>Execução física: 95%</p> <p>Saldo: US\$ 82.230,57</p>

<p>Data de assinatura do Ajuste: 17/03/2009</p>		<p>. Relatório da missão do ponto focal no Brasil. (A.4.2) . Relatório do treinamento em análise de manivas (A.2.6)</p>	
<p>Descrição (Sinopse): O setor agrícola é fundamental para a economia togolesa, pois garante uma parte considerável das necessidades alimentares da população. O setor emprega cerca de 70% da população ativa e contribui com mais de 35% do PIB do país. Por essa razão, constitui uma prioridade para o governo a busca incessante da segurança alimentar e da diminuição da pobreza no meio rural.</p> <p>No entanto, por não empregar técnicas modernas, essa agricultura apresenta atualmente baixa produtividade e instabilidade constante. A fim de encontrar uma solução para a modernização do setor agrícola, por ocasião da Comista Brasil-Togo, realizada em Lomé, em março de 2009, o Governo do Togo priorizou para a cooperação com o Brasil a introdução de novas variedades de culturas agrícolas e o treinamento de seus técnicos, formalizada através da assinatura deste projeto.</p> <p>Diante deste contexto, o projeto tem como foco a capacitação de técnicos togoleses na produção e no manejo da mandioca e da inclusão de novas variedades de mandioca na produção togolesa já existente. Estão previstas 6 missões brasileiras ao Togo e 3 missões togolesas ao Brasil, as quais envolverão a participação de 20 pesquisadores brasileiros na capacitação de aproximadamente 30 pesquisadores togoleses.</p>			
<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 95% de atividades resolvidas; <p>Pretende-se concluir o projeto em 2016, com a execução das duas últimas atividades pendentes, a saber: (i) A.44 (<i>Enviar missão composta por um especialista da Embrapa para acompanhar o desempenho das cultivares da Embrapa nos ensaios, por uma semana</i>) e (ii) A.5.2 (<i>Enviar especialistas ao Togo para realizar avaliação dos resultados, pelo período de uma semana</i>).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades: Em julho de 2014 foi solicitado ao senhor Assignon Komlan um relatório do estado do transplante das mandiocas para o campo. No entanto, esse relatório sobre essa atividade só foi enviado à ABC em janeiro de 2015, engendrando um atraso da conclusão do projeto. • Êxitos: O projeto encontra-se no final de sua execução. A falta de comunicação entre as partes técnicas dos dois países foi solucionada com a designação de um ponto focal técnico no ITRA. A atividade A.2.6, que havia sido cancelada por três ocasiões pela contraparte togolesa foi realizada com sucesso em 2013, assim como a atividade 3.5, realizada em julho de 2014. • Principais destaques: Ótima organização e engajamento da Unidade de Mandioca e Fruticultura da Embrapa. 			

TUNÍSIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$) 2015	SALDO (\$)
Negociação	1	0	255.190	701.990	-x-	-x-
Concluído	0	1	57.450	57.450	20.099,64	37.350,36
Total	1	1	312.640	759.440	20.099,64	37.650,36

A cooperação técnica bilateral com a Tunísia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, vigente desde março de 2002.

A pauta de cooperação técnica bilateral com o país restringe-se, atualmente, a um projeto em negociação na área de plantio de eucaliptos. O referido projeto foi apresentado em reunião bilateral em Túnis, realizada em abril de 2014. Ambas as partes, na ocasião, concordaram em assinar o documento de projeto e o ajuste complementar.

Entre abril e março de 2015 foi realizada missão da ABC ao país, com a presença de técnicos da Embrapa, com o objetivo de realizar coleta de dados para finalizar e validar documento de projeto. Durante a missão, foi construída uma matriz lógica do projeto, com a aprovação final pelos técnicos e gestores locais. Da mesma forma, foi finalizada a proposta de documento de projeto, que ainda não foi assinado. Há previsão de que o documento seja assinado no início de 2016.

Em novembro de 2015, Embaixador do Brasil no Catar teve reunião com o Diretor de Desenvolvimento

Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apresentar proposta brasileira de cooperação triangular em benefício da Tunísia, na área de eucaliptos. Recepção extremamente favorável. O Diretor assegurou que o projeto receberia prioridade, e acenou com a possibilidade de inseri-lo no fundo de desenvolvimento Catar-Tunísia (Tel 405/2015).

O projeto ainda não foi assinado. No entanto, a assinatura do Ajuste Complementar nessa temática ocorreu em fevereiro de 2015.

I) PROJETOS (1)

I.1) EM NEGOCIAÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Nome: Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia.</p> <p>Objetivo: Promover o desenvolvimento, a expansão e o manejo sustentável das plantações de Eucaliptos na Tunísia</p>	<p>Brasil Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)</p> <p>Contrapartes Departamento de Florestas do Ministério da Agricultura e Recursos Hídricos.</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 03</p> <p>Beneficiários diretos: 30</p>	<ul style="list-style-type: none"> ABC: US\$ 255.190 Embrapa: US\$ 212.800 Gov Tunísia: US\$ 234.000 Total: 701.990
		<p>Descrição (Sinopse): O projeto tem como objetivo criar uma expertise local para melhorar a produtividade das plantações de Eucaliptos, bem como o melhoramento genético das espécies locais dessa espécie e a transferência de técnicas silviculturais de ponta.</p>	

	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minuta do projeto está pronta para assinatura.
--	---

I) ATIVIDADES ISOLADAS (1)

I.2) Concluídas (1)

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)
<p>Código: BRA/13/008-A063</p> <p>Nome: Missão de Validação do Projeto Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia</p> <p>Objetivo: Permitir a realização da missão de validação do projeto de desenvolvimento e expansão do setor de cultivo de eucalipto na Tunísia.</p>	<p>Brasil Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)</p> <p>Contrapartes Departamento de Florestas do Ministério da Agricultura e Recursos Hídricos.</p>	<p>Documento de projeto</p>	<p>Orçamento: US\$ 57.450 Total execução física: 100% Execução financeira: 20.099,64 Saldo: 37.350,36</p>
	<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O projeto visa viabilizar a realização de missão de validação do projeto " Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia".</p>		
	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi construída uma matriz lógica do projeto com a aprovação final pelos técnicos e gestores locais. • Documento de projeto finalizado. <p>Dificuldades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na fase inicial da missão ocorreu uma dificuldade por parte dos técnicos da Embrapa em entender a real demanda tunisina em função das diferentes versões colocadas pelos interlocutores locais. • Uma dificuldade encontrada pela missão foi a constante mudança de interlocutores tunisinos. Esse quadro mudou a partir da participação mais efetiva do diretor do DGF Rafik Aïni. 		

COOPERAÇÃO TÉCNICA REGIONAL EM ALGODÃO



Antecedentes

O algodão é um setor que ocupa posição estratégica na política de desenvolvimento e nos programas de redução da pobreza de vários países africanos, nomeadamente na África Ocidental. As exportações da commodity chegam a representar 40% da receita total de exportação e até 60% da receita da exportação de produtos agrícolas do Benin, de Burkina Faso, do Chade e do Mali (países que formam o grupo conhecido como “Cotton-4”).

No mercado internacional, os preços do algodão são caracterizados por fortes flutuações no curto prazo e tendência de queda no longo prazo, além de sofrerem distorções causadas por subsídios concedidos por países desenvolvidos. No âmbito nacional, em muitos países em desenvolvimento o setor é ameaçado pela escassez de tecnologia disponível, falta de capacitação de mão de obra, manejo agrônômico inadequado do cultivo do algodão e indisponibilidade de sementes e variedades adequadas.

Nesse contexto, as discussões sobre o mercado do algodão no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) ganharam destaque com o início do contencioso do algodão pelo Brasil contra os Estados Unidos em 2002, no qual o Brasil alegou que os subsídios domésticos concedidos pelos EUA ao setor de algodão e os programas de garantias de crédito à exportação eram incompatíveis com os acordos da OMC, bem como com a Iniciativa do Algodão realizada em maio de 2003 pelos países do C-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali).

O Brasil, na condição de liderança mundial em tecnologia agrícola, dispôs-se a contribuir de forma positiva para reverter o quadro de estagnação das taxas de produtividade do algodão na África, promovendo o aumento de renda e de acesso das populações rurais a alimentos. Para concretizar essa intenção, em fevereiro de 2009, os Governos do Brasil e dos países do Cotton-4 iniciaram parceria para o desenvolvimento do projeto de cooperação técnica “Apoio ao desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4”.

Com base na experiência adquirida com o "Projeto Cotton-4" e no intuito de atender demandas de outros países tradicionalmente produtores de algodão do continente africano, o Governo brasileiro decidiu negociar a aplicação dos recursos financeiros, da ordem de US\$ 19 milhões, alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão - IBA em projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras dessa cultura, no âmbito da cooperação técnica. Além da África, há também projetos em favor de países da América Latina e Caribe, por meio da cooperação trilateral com a FAO, cujo orçamento é de US\$10 milhões.

Nesse contexto, atualmente o Brasil possui atualmente três iniciativas com países do continente africano, denominados: Cotton-4 + Togo, Cotton Shire Zambeze, Cotton Victoria, ademais às seis em parceria com a FAO (Paraguai, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Argentina).

Primeira Fase do Projeto Cotton-4 (2009 – 2014)

As origens do projeto remontam a 2003, quando a Iniciativa do Algodão foi instituída junto à Organização Mundial do Comércio. Desde então, a cooperação com o Brasil foi um dos temas de discussão. As tratativas foram evoluindo ao longo dos anos, até que, em março de 2006, a primeira missão técnica foi enviada aos respectivos países. Concomitantemente, diversas autoridades dos países do Cotton-4 realizaram visitas ao Brasil, as quais foram objeto de discussão e elogio nas reuniões do mecanismo de consulta do algodão em 2007. Ao longo de 2008, foram negociados, conjuntamente, o formato e os termos dos instrumentos jurídicos que confeririam base legal às atividades de cooperação. Devido ao seu caráter regional, o projeto e seus respectivos instrumentos foram firmados sob a égide do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a União Africana, de fevereiro de 2007, bem como dos ajustes complementares igualmente assinados para execução de iniciativas na área da agricultura.

Assim, o projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4" foi assinado em fevereiro de 2009 em Bamako. Suas atividades começaram no mesmo ano, com o início da revitalização da estação de Sotuba e os preparativos para o plantio da primeira safra. Ainda em 2009, o Togo, ao tomar conhecimento do projeto, manifestou seu interesse em integrá-lo. Uma vez que o desenho das atividades já havia sido concluído, a entrada do país teve que ser reservada para um segundo momento. No fim do ano, em novembro de 2009, o ex-Chanceler Celso Amorim, e os Presidente e Ministro da Agricultura malinenses à época visitaram o projeto com vistas a participar da primeira colheita e lançar a pedra fundamental das edificações previstas no projeto.

Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, designada pelo Governo malinense, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa. Para a adaptação das variedades de algodão brasileiro previstas para transferência, foi montada, na mesma estação, uma unidade demonstrativa com quatro hectares de área, onde foram feitos os testes e as análises necessárias sobre o comportamento do algodão às condições edafoclimáticas locais. Todo o processo contou com um representante permanente da Embrapa, designado para supervisão dos testes e manutenção das unidades.

Em cada um dos países, foi implantada, pela Embrapa, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, as dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo transferidas por meio das capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil, quanto no Mali, em três eixos interativos e interdependentes que marcaram os trabalhos realizados no âmbito do Projeto Cotton-4: i) construção de uma base de conhecimentos técnicos em recursos genéticos do algodoeiro; ii) busca pela validação e difusão de sistemas produtivos eficientes, com emprego de materiais adaptados às condições agrônômicas e os modos de produção prevalentes em cada país; e iii) internalização de tecnologias voltadas para o manejo e controle biológico das pragas do algodoeiro.

O projeto teve grande êxito. A primeira fase foi concluída no final de 2013, e entre os resultados atingidos pelo projeto, destacam-se:

- Revitalização da Estação Experimental de Sotuba, que funciona como polo regional de pesquisa agrícola, permitindo o incentivo à pesquisa e a prospecção da criação de políticas públicas decorrentes da disseminação das pesquisas validadas em benefício da população rural.
- Difusão da produção científica como fator estratégico para o crescimento socioeconômico de pequenas comunidades, favorecendo a inclusão social de regiões por meio da agricultura familiar;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do algodão por meio da pesquisa e do acesso de pequenos produtores aos resultados provenientes das instituições de pesquisa em prol da agricultura sustentável;
- Formulação de manual de boas práticas agrícolas e circulares técnicas para os técnicos agrícolas em benefício da produção algodoeira do C-4.

Em termos quantitativos, foram realizados no âmbito do projeto:

- 21 capacitações nos três eixos do projeto
- 425 técnicos treinados
- 5 circulares técnicas sobre manejo agrícola no âmbito da produção algodoeira;
- 1 Manual de boas práticas agrícolas de cultivo do algodoeiro nos países do C-4

Em 2014, foi realizada a avaliação externa de impacto do Projeto de acordo com as diretrizes do Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul da Agência Brasileira de Cooperação. O trabalho de avaliação envolveu, em primeiro lugar, revisão bibliográfica, leitura e sistematização de documentos. Em seguida, a equipe realizou 109 entrevistas semiestruturadas, assim como observação participativa, em todos os países envolvidos. A avaliação procurou analisar aspectos como desempenho, eficácia, eficiência e sustentabilidade. Além disso, foi analisada a aplicação dos princípios da Cooperação Sul-Sul na prática, considerando as dimensões horizontalidade, apropriação e benefícios mútuos.

No dia 17 de agosto de 2015 realizou-se, no auditório do Instituto Rio Branco, a apresentação do resultado final da avaliação independente da primeira fase do Projeto Cotton-4, pelo consórcio das empresas Plan Políticas Públicas e Articulação SUL, para vários atores envolvidos no projeto e na cooperação sul-sul brasileira, como a ABC, PNUD, Embrapa, entre outros. O Relatório completo da avaliação externa, em sua versão em português, inglês e francês, e vídeo sobre os resultados pode ser encontrado no endereço eletrônico: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/638>

Além da transferência de tecnologia, foram apresentados alguns efeitos indiretos do Projeto. Primeiramente, o Projeto Cotton-4, em razão de seu caráter regional, fomentou o adensamento de alianças e o intercâmbio de conhecimento entre os países participantes, promovendo efeitos mais duradouros dos resultados alcançados, além de contribuir para a consecução dos objetivos propostos nos projetos de cooperação técnica internacional prestada pelo Brasil.

Ademais, houve um fortalecimento da integração entre as instituições agrícolas do C-4 com os pequenos produtores de algodão, favorecendo o aumento da produção sustentável de algodão com inclusão social de pequenas comunidades nas regiões beneficiadas pelo projeto.

Da parte brasileira, o compartilhamento de importantes informações fitotécnicas sobre plantio direto, melhoramento genético e manejo integrado de pragas do algodoeiro com técnicos e pesquisadores, além de servirem como observatório do comportamento das tecnologias da Embrapa fora do território nacional, propiciou conhecimento sobre os sistemas tradicionais de cultivo do algodoeiro praticados, notadamente com eficientes e práticos usos de sistemas produtivos em regime de consórcios e em rotação de culturas. Isso demonstra uma característica central da cooperação sul-sul brasileira, de que as iniciativas de cooperação geram benefícios mútuos para os países cooperantes.

Ademais, destaca-se o estabelecimento de análise dos indicadores do projeto segundo critérios e valores adotados conjuntamente pelos países parceiros da cooperação, legitimando a análise dos resultados e a gestão participativa do projeto. Neste contexto, o funcionamento do Comitê Gestor como instância decisória técnica do projeto foi essencial para garantir sua gestão participativa, validando a característica de horizontalidade da cooperação prestada pelo Brasil. Este nível de horizontalidade foi uma das grandes conquistas do Projeto, pois gerou uma maior apropriação das ações desenvolvidas pela cooperação nos países parceiros, que por sua vez, geram maior sustentabilidade das ações.

À luz do exposto, pode-se dizer que o Projeto Cotton-4 consolidou um modelo de cooperação sul-sul prestada pelo Brasil, integrada aos centros de referência do C-4, e com base na gestão participativa entre os diversos atores que compõem o projeto. Tendo em vista a expansão dos bons resultados alcançados, os países parceiros solicitaram a continuidade dos esforços empreendidos em uma segunda fase do projeto.

Segunda Fase: Cotton-4+Togo (2014 a 2018)

Dando seguimento ao processo de conclusão do marco técnico e gerencial da nova fase do Projeto Cotton-4 + Togo, intitulado "Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do C-4 e no Togo", os Embaixadores do Benin e do Burquina Faso reuniram-se na ABC com o Diretor da Agência, no dia 23 de outubro de 2014, para cerimônia de assinatura do documento do referido projeto.

Em 2015, iniciou-se a execução das atividades dessa segunda fase, cujo objetivo geral é o de difundir para os produtores os conhecimentos consolidados na primeira fase do projeto, além de contemplar a questão da segurança alimentar, uma vez que a grande maioria dos produtores africanos são núcleos familiares. Dessa forma, o projeto almeja não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas.

Ademais, em consonância com as demandas formuladas por cada país em suas respectivas manifestações, os eixos da segunda fase do Projeto C4+ Togo são:

- (i) criação de um banco regional de conservação de recursos genéticos do algodão e fortalecimento de unidades nacionais de conservação de germoplasma;
- (ii) difusão do manual de boas práticas e ações de capacitação correlatas;
- (iii) fortalecimento de atividades de controle de pragas e doenças e capacitações correlatas;
- (iv) fortalecimento de estações experimentais vinculadas ao desenvolvimento do setor algodoeiro no Benim, no Burquina Faso, no Chade e no Togo;
- (v) desenvolvimento de sistemas de produção de algodão integrados à produção alimentar e capacitações correlatas;
- (vi) revisão de tópicos abordados no Projeto Cotton-4 para profissionais do Togo. Além desses eixos, está previsto um específico para a gestão participativa do projeto.

No decorrer de 2015, várias atividades foram realizadas no âmbito do projeto, dentre as quais se destacam: (o detalhamento das atividades encontra-se na tabela abaixo):

➤ **A.6.1.2 e A.5.3.4: Visita técnica de pesquisadores ao Brasil**

Foi realizado treinamento de vinte e cinco pesquisadores dos países parceiros no Brasil, no período de **24 de abril a 13 de maio**. O grupo é, na sua maioria, composto por pesquisadores togolezes, devido ao objetivo da missão, que consiste no compartilhamento de experiências e conhecimentos produzidos durante a primeira fase do projeto, quando a República do Togo não era parceira do projeto. Os doze representantes togolezes foram acompanhados por três representantes de cada um dos demais países parceiros, que, estando envolvidos desde a primeira fase, apoiaram os técnicos da Embrapa durante a visita técnica. A missão teve duração de três semanas e foram realizadas visitas a produtores de algodão nos Estados da Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul. Os participantes também conheceram os laboratórios e ensaios da Embrapa Arroz e Feijão em Goiânia. Os dois últimos dias da visita foram dedicados à definição dos protocolos de plantio para a safra 2015/2016, que foram implementados nas unidades demonstrativas de cada país, e à definição em conjunto do plano de ação para 2015.

➤ **Atividade 1.1.1 e 4.1.1: Missão de Diagnóstico**

Fase I: 27 de maio a 24 de junho no Benin, no Burquina Faso, no Chade e no Togo.

Fase II: 02 a 31 de outubro no Mali, no Benin, no Chade e no Togo.

Foi realizado diagnóstico sobre a infraestrutura laboratorial de entomologia e de solos, bem como da infraestrutura predial/física das Estações Experimentais do Mali, Benin, Burquina Faso, Togo e Chade por equipe técnica e gerencial da ABC e da equipe técnica da Embrapa composta por engenheiros, arquitetos, especialistas de solos, de melhoramento genético e de controle de praga. Como resultado, está sendo elaborado um relatório de diagnóstico contendo os planos de necessidades dos equipamentos, das reformas e de construção de infraestruturas

necessárias em função de um padrão operacional comum, com ênfase em fitossanidade, solos e plantas. Quatro

- A.3.2.3 e A.3.3.3: Capacitação sobre trichogramma sp e sua identificação no ambiente dos países C4+Togo

Foi realizado, no período de **21 de setembro a 07 de outubro**, em Bamako, treinamento de 12 técnicos dos cinco países em caracterização, coleta e identificação de trichograma (parasitoide) para controle biológico de pragas, ministrado por especialistas da Embrapa. Destaca-se o resultado exitoso decorrente desta atividade, em que foi coletado e identificado o "Trichogrammatoidea lutea" em áreas de cultivo do algodão em Sotuba e em outras áreas de produção cotonicultora. A partir dessa descoberta, será possível subsidiar o manejo integrado de pragas nos países participantes do projeto Coton-4 + Togo.

- A.3.3.3: Capacitação de técnicos de extensão rural sobre o Manual de Boas Práticas Agrícolas

Foi realizada, no período de **12 a 16 de outubro**, treinamento de 25 extensionistas dos cinco países sobre a tecnologia de plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético.

- A.7.1.1: Reuniões de coordenação

Dois reuniões de coordenação entre a parte brasileira foram realizadas na sede da Embrapa, nos dias **18 de agosto** (I Reunião) e **16 e 17 de dezembro** (II Reunião), quando todos os especialistas que participaram das missões de diagnóstico nos países parceiros, se reuniram com a equipe de técnicos da ABC e do PNUD. Além disso, três reuniões temáticas entre os pesquisadores da Embrapa foram realizadas nos diferentes eixos do projeto.

- A.5.3.5 - Unidades de Aprendizagem (UAs) definidas, instaladas e operativas nas Estações Experimentais

A implantação das Unidades de Aprendizagem (UAs) foi realizada no Mali, no Burkina Faso e no Togo, de acordo com os protocolos agrícolas estabelecidos durante a reunião de março no Brasil. O Togo, por ser seu primeiro ano no projeto, destacou-se por implantar 04 UAs nas Estações Experimentais de Kolokopé, de Amouchou, em Kabou e Tantigou, em todas as regiões algodoeiras do país, quando apenas uma estava prevista, o que demonstra grande iniciativa e comprometimento da instituição executora em compartilhar os conhecimentos adquiridos no âmbito do projeto. No final de 2015, iniciou-se o processo de cercamento das referidas UAs, que totalizam 80.000m², que se tornarão centros de referência permanentes em transferência de tecnologia.

- A. 2.1.3 e A.2.1.6 – Unidades Comunitárias de Aprendizagem (UACs) definidas, instaladas e operativas nos países parceiros

Três Unidades Comunitárias de Aprendizagem foram instaladas nas regiões de produtores rurais de Ouéléssébougou, de Kignan, de Koutiala, sendo cada UAC de 01 hectare, as quais também foram cercadas pelo projeto durante o ano de 2015.

- A.6.1.4¹ - Participação de 25 profissionais africanos no 10º Congresso Brasileiro do Algodão.

No âmbito do Programa Brasileiro de Apoio ao Setor Cotonicultor de Países em Desenvolvimento, a ABC coordenou a vinda e participação de técnicos africanos e latino-americanos no 10º Congresso Brasileiro de Algodão, que teve lugar em Foz do Iguaçu, de 1 a 4 de setembro de 2015. O Diretor da ABC também esteve presente no congresso. Entre 28

¹ Devido ao formato do Congresso Brasileiro do Algodão, houve a necessidade de se elaborar a Atividade Isolada BRA/12/002-A004, que substitui a atividade A.6.1.4, prevista no documento do projeto.

congressistas da África (Benin, Burquina Faso, Cameroun, Chade, Maláui, Mali, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Togo), havia representantes do setor de pesquisa em algodão, dos produtores e também das áreas governamentais, responsáveis pelas políticas públicas desses países relativas ao tema. Durante o evento, além da programação do Congresso, os participantes tiveram a oportunidade de assistir minicursos, em diferentes tópicos: i) realismo, eficácia e uso do controle biológico das pragas de algodão; ii) novas cultivares de algodão; iii) biotecnologias do algodão: eficácia, custos, problemas e perspectivas; iv) desafios e oportunidades para o desenvolvimento do setor do algodão por meio da cooperação Sul-Sul; v) gestão e custos do algodão brasileiro; vi) tendências da economia brasileira e internacional.

Além das atividades supracitadas executadas no âmbito do projeto, destaca-se a visita dos representantes do Conselho Gestor do IB ao Mali, em outubro de 2015, com o objetivo de verificar os resultados do projeto desde seu início e seus principais impactos no Mali.

Na ocasião da visita, o Diretor-Geral do Instituto de Economia Rural (IER), instituição de pesquisa parceira no Mali, frisou que, com a visibilidade trazida pelo projeto, o Governo central se encontra conscientizado sobre a relevância da introdução de novas tecnologias de produção de algodão, havendo inclusive mencionado sobre a possibilidade de realização de uma visita de campo do Presidente da República do Mali às instalações do C-4 na Estação de Sotuba, em data próxima a ser confirmada.

Em termos técnicos, segundo Coordenador Técnico da Embrapa, o ganho de produtividade na produção africana decorrente das novas técnicas apresentadas pelo Brasil, como o plantio direto e a utilização de variedades mais adequadas às condições locais, seria bastante significativo, tendo sido registrado aumento de uma tonelada para até seis toneladas por hectare na Estação experimental de Sotuba (quatro toneladas de ganhos em média na esfera nacional). Ademais, teria sido registrado igualmente expressivo aumento da produtividade das culturas rotativas acessórias ao algodão, como o milho e o feijão, o que poderá conduzir à melhoria das condições de segurança alimentar no país. Salienta-se, igualmente, a importância desse projeto para a produção no Brasil, tendo em vista que a EMBRAPA já estaria estudando diversos patógenos e vírus encontrados em território africano, com a finalidade de produzir mecanismos de manejo e controle, caso esses organismos sejam verificados também no Brasil, o que demonstra o benefício mútuo da cooperação técnica brasileira.

Os impactos do projeto puderam ser comprovados durante visita da delegação brasileira à propriedade rural do Sr. Traoré, produtor-líder de comunidade composta por 60 vilarejos, localizada a cerca de 30 km de Bamako. Na propriedade, estão sendo utilizados os conhecimentos adquiridos no C-4, como o plantio direto e a seleção das sementes mais adequadas para o terreno. Em razão da significativa melhoria da produtividade de algodão e de milho em sua propriedade, o Sr. Traoré informou estar recebendo a visita de diversos produtores à procura de informações sobre as significativas condições de maior qualidade e resistência dos cultivos, verificadas em sua propriedade.

Por fim, cumpre salientar que a delegação brasileira elaborou filmagens das visitas realizadas às autoridades e aos produtores rurais malineses, as quais serviram de subsídio para elaboração de vídeo que foi apresentado por ocasião da Reunião do Conselho Gestor do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), realizada em 15 de dezembro. O referido vídeo pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://youtu.be/QK9ZELAi69w>

Até dezembro de 2015, já foi gasto com a execução do projeto o valor de US\$ 480.773,01. Em 2016, a maior parte de gastos do projeto será concentrada na implantação das 19 unidades demonstrativas comunitárias em todos os países do projeto, além das reformas e construções dos laboratórios de solos, de entomologia, dos bancos nacionais de germoplasma e de outras infraestruturas.

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$)

<p>Código: BRA 12/002 – S005</p> <p>Nome: " Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo".</p> <p>Objetivo: Contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Benim, no Burquina Faso, no Chade, no Mali e no Togo.</p> <p>Vigência: 02/01/2015 a 07/12/2018</p>	<p>Brasil: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)</p> <p>Contrapartes: Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas do Benin (INRAB) Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas e Ambientais (INERA) Instituto Chadiano de Pesquisas Agrícolas para o Desenvolvimento (ITRAD) Instituto de Economia Rural (IER) Instituto Togolês de Pesquisa Agronômica (ITRA)</p>	<p>12 pesquisadores capacitados em coleta, caracterização, multiplicação e conservação de germoplasma</p> <p>Tres Unidades Comunitárias de Aprendizagem (UCAs) definidas e implantadas no Mali</p> <p>25 extensionistas treinados sobre o uso das técnicas contidas no Manual de Boas Práticas Agrícolas sobre o Algodoeiro</p> <p>Relatório de diagnóstico elaborado sobre as necessidades de infraestrutura e de equipamentos para o Banco Regional de Conservação de Recursos Genéticos do Algodão (BRCRG-A) e para os bancos nacionais de germoplasma (BNGs) de algodão.</p> <p>Relatório de diagnóstico elaborado sobre as necessidades de revitalização administrativa e laboratorial das estações experimentais do Benim, do Burquina Faso, do Chade e do Togo.</p> <p>07 Unidades de Aprendizagem implantadas no Mali, Burquina Faso e Togo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 4.616.750,00 • Embrapa: US\$2.575.200,00 • Países parceiros: US\$1.645.148,00 • Total: US\$ 8.836.780,00 • Total Executado: US\$480 • Execução financeira: 10% • Execução física: 20 % • Executado em 2015: US\$ 473.273,21 • Saldo: US\$ 4.143.476,79
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O Projeto Cotton-4+Togo possui como objetivos específicos (1) adaptar tecnologias competitivas para o cultivo do algodão em pequenas propriedades no Benim, no Burquina Faso, no Chade, no Mali e no Togo, e (2) reforçar as capacidades das instituições coexecutoras (INRAB, INERA, ITRAD, IER e ITRA) para o desenvolvimento de soluções tecnológicas adequadas ao setor produtivo algodoeiro dos países parceiros.</p> <p>O projeto possui seis eixos de atuação que se complementam: (i) criação de um banco regional de conservação de recursos genéticos do algodão e fortalecimento de unidades nacionais de conservação de germoplasma; (ii) difusão do manual de boas práticas e ações de capacitação correlatas; (iii) fortalecimento de atividades de controle de pragas e doenças e capacitações correlatas; (iv) fortalecimento de</p>			

	<p>estações experimentais vinculadas ao desenvolvimento do setor algodoeiro no Benim, no Burquina Faso, no Chade e no Togo; (v) desenvolvimento de sistemas de produção de algodão integrados à produção alimentar e capacitações correlatas; (vi) revisão de tópicos abordados no Projeto Cotton-4 para profissionais do Togo. Além desses eixos, está previsto um específico para a gestão participativa do projeto.</p> <p>O público alvo do projeto compreende os pesquisadores, extensionistas, técnicos de instituições locais de assistência técnica e extensão rural e produtores líderes de Benim, Burquina Faso, Chade, Mali e Togo, que receberão treinamento em unidades da Embrapa no Brasil assim como naqueles países, através de diferentes atividades de capacitação.</p> <p>Como beneficiários indiretos, se destacam os demais produtores rurais daqueles países, em particular os pequenos e médios, os quais serão beneficiados pela difusão de técnicas validadas no Projeto Cotton-4 por meio de Unidades Comunitárias de Aprendizagem e da distribuição de um Guia Tecnológico Ilustrado.</p> <p>O Projeto objetiva ampliar as capacidades dos beneficiários diretos supracitados para que possam não somente utilizar, mas, principalmente, difundir aos produtores as tecnologias de produção do algodão por ele recomendadas.</p> <p>No longo prazo, espera-se que a população como um todo seja indiretamente beneficiada pelas ações de extensão rural, as quais, ao facilitar a adoção das tecnologias transferidas, poderão propiciar maior geração de emprego e renda, assim como maior disponibilidade de alimentos produzidos em sistema de rotação com o algodão.</p>
	<p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20% de atividades resolvidas A.1.4.1; A.1.4.2; A. 1.4.3; A.2.1.1; A 2.1.3; A.2.1.3; A. 2.1.3; A. 2.1.1; 2.2.1: A 2.2.2: A. 2.2.3; A.4.1.1; A.5.1.1; A. 5.1.2: A. 5.1.3; A. 5.2.1; A.6.1.4: A. 6.1.2; A.6.1.1; A7. 1.1; A.7.1.2; A 7.1.3; A 7.1.5; A.7.1.4: A.7.2.2; A.7.2.1. <p>As discussões sobre a intervenção brasileira nos países do projeto ocorrerão por ocasião da Primeira Reunião do Comitê Gestor, prevista para o primeiro semestre de 2016, em Brasília. Após a validação conjunta das intervenções em cada eixo, em cada país, a ABC tomará as medidas necessárias para inclusão dessas alterações no documento de projeto, visando ao início das atividades de construção e revitalização das estruturas acordadas em 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pendências e dificuldades A logística das missões deve ser melhorada, para que as missões não sejam tão exaustivas. Recomendam-se missões técnicas de duração de no máximo 15 dias, em grupo de países específicos (evitando a ida aos 05 países do projeto em uma única missão). Ademais, salienta-se a dificuldade de algumas instituições parceiras em executar a contrapartida prevista no documento de projeto. Outra dificuldade encontrada refere-se à disponibilização de recursos humanos para a realização das atividades de laboratório e de campo. Estas questões deverão ser amplamente discutidas na próxima reunião do Comitê Gestor. Pode-se constatar, igualmente, a deficiência da infraestrutura laboratorial e de equipamentos nas estações experimentais. • Êxitos Em termos técnicos, o ganho de produtividade na produção africana decorrente das novas técnicas apresentadas pelo Brasil, como o plantio direto e a utilização de variedades mais adequadas às condições locais, é bastante significativo, tendo sido registrado aumento de uma tonelada para até seis toneladas por hectare na Estação experimental de Sotuba (quatro toneladas de ganhos em média na esfera nacional). Também foi registrado expressivo aumento da produtividade das culturas rotativas acessórias ao algodão, como o milho e o feijão, o que poderá conduzir à melhoria das condições de segurança alimentar no país. Em 2015, destaca-se o resultado exitoso decorrente da capacitação técnica realizada pela Embrapa âmbito do C-4, em

	<p>que foi coletado e identificado o "Trichogrammatoidea lutea" em áreas de cultivo do algodão em Sotuba e em outras áreas de produção cotonicultora. A partir dessa descoberta, será possível subsidiar o manejo integrado de pragas nos países participantes do projeto Coton-4 + Togo.</p> <ul style="list-style-type: none"> Principais destaques: Envolvimento direto do Ministro da Agricultura do Togo, que recebeu as duas delegações brasileiras por ocasião das missões de diagnósticos. Repercussão da Visita do IBA ao projeto: vídeo elaborado e apresentado por ocasião da Reunião do Conselho Gestor do IBA. (https://youtu.be/QK9ZELAi69w). Equipe técnica da Embrapa motivada e fixa, que garantirá a continuidade dos pesquisadores durante todo o projeto. Destaca-se, ademais, que devido ao êxito do trabalho desenvolvido pela equipe técnica em Sotuba, a Estação já possui variedades de algodão desenvolvidos a partir de material genético brasileiro introduzido no âmbito do projeto, e que estão prontas para serem repassadas às empresas algodoeiras (OHVN e CMDT) que irão posteriormente distribuir aos produtores rurais do país.
--	---

I – Ação Simplificada

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA 12/002 – A004</p> <p>Nome: "Participação de representantes africanos, dos projetos: C-4 + Togo, C-Shire Zambeze e C-Victória no 10 Congresso Brasileiro do Algodão"</p> <p>Objetivo: Contribuir, a partir da experiência e de conhecimentos disponíveis no Brasil, para o fortalecimento do setor algodoeiro em países africanos..</p> <p>Vigência: 15 de maio de a 15 de novembro 2015.</p>	<p>Brasil:</p> <p>Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</p> <p>Contrapartes:</p> <p>Instituições Cotton-4 + Togo</p> <p>- Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas do Benim – INRAB</p> <p>- Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas e Ambientais – INERA</p> <p>- Instituto Chadeano de Pesquisas Agrícolas para o Desenvolvimento - ITRAD</p> <p>- Instituto de Economia Rural – IER</p> <p>- Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômica – ITRA</p> <p>Instituições Cotton Victória</p> <p>-Kenya Agricultural and Livestock Research Organization (KALRO)</p> <p>-Lake Zone Agricultural Research and Development Institute (LZARDI)</p> <p>Instituições Shire e Zambeze</p> <p>-Instituição do Algodão em Moçambique</p> <p>-Departamento de Pesquisa Agropecuária e Serviços Técnicos – DARTS</p>	<p>28 congressistas da África (Benin, Burquina Faso, Cameroun, Chade, Maláui, Mali, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Togo) participaram do CBA</p> <p>Material de divulgação sobre os projetos da ABC na área de algodão produzidos e distribuído no CBA e às Embaixadas Brasileiras na África</p> <p>Stand da ABC montado e em funcionamento durante o Congresso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ABC: US\$ 289.000,00 Total: US\$ 289.000,00 Total Executado: US\$ 142.138,53 Execução física: 100% Execução financeira: 49,18% Executado 2015: US\$ 142.138,53 Saldo:US\$146.861,47

	<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>A Ação Simplificada tem por objetivo propiciar a participação africana e da ABC no Congresso Brasileiro de Algodão (IBA), onde serão discutidas e compartilhadas experiências exitosas e lições aprendidas no setor cotonícola, bem como políticas públicas de apoio ao cultivo e comercialização de algodão, mecanismos de diálogo e articulação público-privados e demais esforços orientados a fomentar a competitividade e a sustentabilidade do setor algodoeiro.</p> <p>Os Resultados esperados da referida atividade são os seguintes:</p> <p>R.1. Experiências exitosas e lições aprendidas no setor cotonícola compartilhadas. R.2. Material de divulgação produzido e publicado.</p> <p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <p>Atividades concluídas em sua totalidade.</p> <p>No âmbito do Programa Brasileiro de Apoio ao Setor Cotonicultor de Países em Desenvolvimento, a ABC coordenou a vinda e participação de técnicos africanos e latino-americanos no 10º Congresso Brasileiro de Algodão, que teve lugar em Foz do Iguaçu, de 1 a 4 de setembro de 2015. O estande da Agência, que contou com sua equipe de especialistas em cooperação, pôde divulgar as atividades de cooperação técnica implementadas na África e na América Latina aos participantes do congresso, como também prestar apoio em tempo integral aos seus convidados. O Diretor da ABC também esteve presente no congresso.</p> <p>Entre 28 congressistas da África (Benin, Burquina Faso, Cameroun, Chade, Maláui, Mali, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Togo), havia representantes do setor de pesquisa em algodão, dos produtores e também das áreas governamentais, responsáveis pelas políticas públicas desses países relativas ao tema. Durante o evento, além da programação do Congresso, os participantes tiveram a oportunidade de assistir minicursos, em diferentes tópicos: i) realismo, eficácia e uso do controle biológico das pragas de algodão; ii) novas cultivares de algodão; iii) biotecnologias do algodão: eficácia, custos, problemas e perspectivas; iv) desafios e oportunidades para o desenvolvimento do setor do algodão por meio da cooperação Sul-Sul; v) gestão e custos do algodão brasileiro; vi) tendências da economia brasileira e internacional.</p>
--	--

II - SUBPROJETOS

Projeto	Instituições Executoras	Resultados	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA 12/002 – S001</p> <p>Nome: “Apoio à Coordenação de Projetos e Atividades de Cooperação Técnica na Área de Algodão”</p> <p>Objetivo: Promover a cooperação técnica sul-sul</p>	<p>Brasil: Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</p> <p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)</p> <p>Contrapartes: Instituto Brasileiro do Algodão (IBA)</p> <p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil)</p>	<p>R.1 – Capacidade técnica e operacional instalada na Agência Brasileira de Cooperação para negociação, implementação e avaliação de projetos de cooperação técnica sul-sul no setor algodoeiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 4.259.600,00 • Total: US\$ 4.259.600,00 • Total Executado: US\$ 2.602.702,12 • Execução financeira: 61,10% • Executado 2015: US\$ 763.296,67 • Saldo: US\$ 165.897,88

<p>brasileira no setor da cotonicultura em países africanos.</p> <p>Vigência: Julho de 2012 a dezembro de 2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 28 de fevereiro de 2007</p>	<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Projeto decorrente da expansão de demandas de Projetos na área do setor cotonícola, de natureza estruturante, a fim de sistematizar os esforços e aprimorar a coordenação e execução dos novos projetos em prospecção em algodão.</p> <p>- Dar suporte administrativo e técnico no planejamento e implementação de Projetos e Programas desenvolvidos pela ABC/MRE no âmbito do algodão.</p> <hr/> <p>Situação:</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As equipes de coordenação foram selecionadas e alocadas de acordo com projetos. • Dois projetos regionais bilaterais foram assinados em 2014 <ul style="list-style-type: none"> ▪ BRA 12/002 S005 – Vide relatório do próprio projeto ▪ BRA 12/002 S003 - Vide relatório do próprio projeto. <p>Foram realizadas, ademais, duas missões, de diagnóstico e validação do projeto "Cotton Vitoria", respectivamente, em maio de 2015 e novembro de 2015.</p> <p>Êxitos:</p> <p>- Consolidação de equipe técnica para implementação dos projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento do setor algodoeiro na África.</p> <p>- Primeiro relatório final de avaliação de impacto do projeto de acordo com as diretrizes do Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul da Agência Brasileira de Cooperação. O trabalho de avaliação envolveu, em primeiro lugar, revisão bibliográfica, leitura e sistematização de documentos. Em seguida, a equipe realizou 109 entrevistas semiestruturadas, assim como observação participativa, em todos os países envolvidos. A avaliação procurou analisar aspectos como desempenho, eficácia, eficiência e sustentabilidade. Além disso, foi analisada a aplicação dos princípios da Cooperação Sul-Sul na prática, considerando as dimensões horizontalidade, apropriação e benefícios mútuos. O Relatório completo da avaliação externa, em sua versão em português, inglês e francês, e vídeo sobre os resultados pode ser encontrado no endereço eletrônico: http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/638;</p> <p>- Finalização e validação da proposta de projeto Cotton Vitoria</p>
---	--

2.3. Coordenação Geral de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento da África, Ásia e Oceania de Língua Inglesa

Os países do Continente africano, mesmo durante este período de recessão econômica, continuam a ser, ao Lado dos países do Continente americano, os principais parceiros da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil. As principais áreas de cooperação e demandas concentram-se em agricultura, saúde, educação e formação profissional.

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL

Situação	PE	AI	ABC (\$)	US\$ Total	US\$ Executado (total)	US\$ Executado (2015)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul foi celebrado em 1º de março de 2000 e entrou em vigor em 2 de setembro de 2003.

Nenhum projeto foi executado em 2015. O Governo sul-africano apenas manifestou o interesse na iniciativa de Bancos de Leite Humano, a qual deverá, idealmente, ser financiada e executada diretamente pelo Ministério da Saúde brasileiro e pelo Instituto Fernandes Figueira (Fiocruz).

A última ação de cooperação com a África do Sul ocorreu em 2014, no âmbito do projeto "Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar", o qual foi encerrado naquele ano. Cabe ressaltar que o projeto teve impacto positivo nos países parceiros, conforme relatos de representantes da África do Sul e de Moçambique:

- houve o reconhecimento por parte dos dois governos africanos dos movimentos e organizações sociais nos seus países;
- os agricultores foram empoderados, não só nos aspectos técnicos, mas também se afirmaram como líderes;
- as trocas de sementes foi o catalisador que motivou a circulação do conhecimento e das pessoas pelo país;
- há muitos agricultores que passaram a produzir e comercializar sementes; e
- um dos quesitos do projeto foi o empoderamento e renda das mulheres, sendo que as mesmas tiveram oportunidades de trocarem sementes tradicionais entre elas, assim como, frutas, compotas e conservas, além da comercialização.

I. PROJETOS (1)

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: N/A</p> <p>Nome: Suporte técnico aos Bancos de Leite Humano da África do Sul</p> <p>Objetivo: Fortalecer as ações do Departamento Nacional de Saúde da África do Sul para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no que diz respeito à redução da mortalidade infantil, com ênfase no componente neonatal.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: O ajuste não foi assinado.</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz</p> <p>Contraparte sul-africana Departamento Nacional de Saúde</p>	<p>Não se aplica – projeto em negociação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 149.720,00 • Contrapartes: US\$ 138.500,00 • Total: US\$ 288.220,00
<p>Descrição (Sinopse): O projeto tem por objetivo orientar o Departamento Nacional de Saúde da África do Sul no desenvolvimento de projeto de Banco de Leite Humano, incluindo o intercâmbio de informações de políticas públicas para o desenvolvimento de diretrizes técnicas. O projeto pretende, também, colaborar para a implementação de um Centro de Referência em Bancos de Leite Humano no país; treinamento de profissionais da saúde para trabalhar em um BLH em todos os níveis de complexidade; e o desenvolvimento de um sistema de informações de BLH no país, possibilitando a integração com sistemas de informação de outros países.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em negociação – Em razão dos cortes orçamentários, a ABC não poderá assumir o referido projeto. O Ministério da Saúde, juntamente com o IFF deverá assumir a responsabilidade financeira e de execução do projeto. A ABC poderá auxiliar na coordenação, caso assim seja requisitado pelo Ministério da Saúde brasileiro. • Destaca-se que este é um projeto de grande impacto e baixos custos, podendo ser considerado um projeto modelo para a cooperação brasileira. • Não houveram avanços em 2015. 			

BOTSUANA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC TOTAL (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	2	0	416.150,00	682.232,00	110.410,42	11.389,84	305.739,58
Negociação	0	0					0,00
Concluídos	0	0					
Total	2	0	416.150,00	682.232,00	110.410,42	11.389,84	305.739,58

A cooperação técnica com Botsuana está amparada no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em julho de 2005.

No âmbito das relações bilaterais Brasil-Botsuana, destaca-se o projeto "Fortalecimento Institucional do Sistema Associativo/Cooperativo", assinado em abril de 2014. As duas primeiras atividades foram realizadas, respectivamente, em junho e novembro/dezembro de 2014. A terceira atividade ocorreu em março de 2015 e, para 2016, deverão ser, idealmente executadas, outras duas atividades. Uma das atividades está prevista para ocorrer em abril de 2016.

No tocante ao projeto "Fortalecimento da Estrutura Estratégica Nacional para HIV/Aids", existe, ainda, uma atividade pendente, a qual refere-se à avaliação da cooperação prestada. No entanto, o Governo botsuanês propôs ao lado brasileiro algumas capacitações adicionais. Após consultar o Ministério da Saúde, a ABC informou à Embaixada de Botsuana que tais capacitações não poderão ocorrer, devido às restrições orçamentárias de ambos os

Ministérios. Com relação à atividade que falta ser executada, a mesma também não deverá ocorrer, por conta dos problemas de ordem financeira.

I. PROJETOS (2)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S228</p> <p>Nome: Fortalecimento da Estrutura Estratégica Nacional para HIV/Aids</p> <p>Objetivo: Contribuir para a redução do impacto da epidemia de STD/HIV/AIDS em Botsuana.</p> <p>Vigência: até 31/12/2015</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 05/05/2009</p>	<p>Brasil Ministério da Saúde (MS)</p> <p>Botsuana Ministério da Saúde de Botsuana (MoH)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 30</p> <p>Beneficiários diretos: 80 profissionais formadores de Recursos Humanos de Botsuana</p> <p>Produtos: 10* missões/capacitações foram previstas no Projeto. Após alterações, o número de missões se reduzirá a 6, considerando cancelamento de uma atividade e remanejamento de outras 3.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 265.410,00 • MoH: 140.582,00 • MS: 9.500,00 • Total: 415.492,00 • Executado (orçamento): 23,2% • Execução física: 85%* (Uma atividade do projeto de HIV/AIDS foi executada por Atividade Isolada à parte, em conjunto com outros países. Ademais, foi realizado seminário em conjunto com outros países, em junho de 2012, onde foram cobertas outras atividades. Portanto, a execução física do projeto é maior que a financeira). • Executado em 2015: US\$ 0 • Saldo: 203.717,36
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O projeto objetiva contribuir para a redução do impacto da epidemia de DST/HIV/AIDS. Para tanto, serão realizadas capacitações em prevenção, organização da sociedade civil, informação e comunicação, direitos humanos, resposta do setor privado, tratamento e atendimento, bem como em aquisição e logística, com o intuito de fortalecer a resposta nacional à aids em Botsuana. Espera-se capacitar cerca de 80 profissionais multiplicadores, que trabalhem diretamente com o tema, por meio de seminários e workshops.</p>			
<p>Situação:</p> <p>O status do projeto é "em execução". No entanto, tendo em vista que resta apenas uma missão para a sua conclusão e que, tanto a ABC quanto o Ministério da Saúde brasileiro passam por restrições orçamentárias, o projeto deverá ser concluído com essa atividade faltante.</p> <p>Última capacitação realizada em 2014, em conjunto com outros países (Congo, Zâmbia, Gana, Quênia e Tanzânia).</p> <p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 85%* (Vide observação acima) • Foram canceladas as atividades relacionadas a "oficina de paliativos e cuidados domésticos, cuidados no estágio final, disponibilidade de morfina e impacto em crianças". Segundo o MS, devido ao estado atual da epidemia no Brasil, o país não mais trabalha esses temas. • Após dificuldade de execução por parte do MS, foi realizado Seminário conjunto, em São Paulo, que cobriu o conteúdo de diversas atividades; • Apesar de apenas 16% do orçamento ter sido executado, mais de 85% das atividades já foram realizadas, graças à realização de atividades de forma conjunta com outros países além de alterações de calendário propostas pela 			

	<p>instituição executora.</p> <ul style="list-style-type: none"> Ao longo de 2014 foram feitas diversas tentativas de se realizar as duas atividades restantes. No entanto, não foi possível conciliar a agenda dos Ministérios da Saúde botsuanês e brasileiro, de modo que não houveram avanços concretos no projeto desde então.
--	--

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/13/008-S023</p> <p>Nome: Fortalecimento Institucional do Sistema Associativo/Cooperativo em Botsuana, a partir de um projeto piloto com horticultores</p> <p>Objetivo: transferir a experiência brasileira em cooperativas/associações e difundir os preceitos e princípios cooperativistas, a fim de apoiar o desenvolvimento agrícola em Botsuana.</p> <p>Vigência: até 31/12/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 24/03/2010</p>	<p>Brasil Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)</p> <p>Botsuana Ministério da Agricultura de Botsuana (MoA)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 6</p> <p>Beneficiários diretos: 10</p> <p>Produtos: Missões de Capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ABC: US\$ 150.740,00 MoA: US\$ 52.000,00 OCB: US\$ 64.000,00 Total: US\$ 266.740,00 <ul style="list-style-type: none"> Executado (orçamento): 33 (%) Execução física: 40% Executado em 2015: US\$ 11.389,84 Saldo: 102.022,22
	<p>Situação: O projeto pretende realizar uma série de capacitações junto às cooperativas de pequenos produtores em Botsuana com vistas ao seu fortalecimento institucional.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Duas primeiras atividades realizadas em junho e novembro de 2014. Terceira atividade realizada em março de 2015 Projeto seguirá sua implementação com a quarta atividade prevista para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2016. 		

EGITO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC TOTAL	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os projetos de cooperação técnica com o Egito têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito, celebrado em 31 de janeiro de 1973 e promulgado em 4 de janeiro de 1974.

Durante 2015, o foco das relações bilaterais em prol da cooperação entre Brasil e Egito foi a atualização do Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, minuta a qual está, atualmente, tramitando nas áreas competentes da SERE. Nenhum projeto de cooperação foi executado, visto que a pauta com o Egito está, atualmente, sem projetos vigentes.

Em 2015 chegaram, ainda, duas solicitações para cooperar, a saber:

- a) Missão de estudos de especialistas egípcios ao Brasil, para conhecer o funcionamento do zoneamento agrícola brasileiro. A ABC informou à BRASEMB CAIRO que, devido as restrições orçamentário-financeiras da Agência, a atividade só poderá acontecer caso o ônus seja do Governo egípcio. A ABC consultou, também, a Embrapa sobre a conveniência em receber delegação daquele país; e
- b) Demanda para cooperar na área de agricultura e biocombustíveis, financiada pela Fundação egípcia Aga Khan. A ABC consultou o interesse da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em participar de missão ao Egito para diagnosticar a área e elaborar projeto a ser executado em parceria com a referida fundação, desde que financiada pelo lado egípcio. Nenhuma resposta acerca do assunto foi enviada pelo lado egípcio.

ETIÓPIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	2	0	375.040,00	878.140,00	0,00		375.040,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	2	0	375.040,00	878.140,00	0,00		375.040,00

As relações na área da cooperação entre Brasil e Etiópia não possuem marco jurídico vigente. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia foi firmado em 23 de abril de 2012 e ainda está em tramitação no Congresso Nacional brasileiro.

Portanto, o marco jurídico legal para os projetos de cooperação com a Etiópia é o Acordo de Cooperação Técnica com a União Africana.

Atualmente, a ABC mantém dois projetos vigentes com a Etiópia:

- Fortalecimento da capacidade técnica etíope na exploração e manejo sustentável de florestas: a primeira missão da Embrapa, no âmbito do referido projeto, ocorreu em maio de 2015 e teve por objetivo elaborar o inventário das espécies florestais economicamente viáveis daquele país (a próxima missão está programada para ocorrer ao longo do primeiro semestre de 2016 e terá como meta dar prosseguimento ao referido trabalho de catalogação de espécies); e

- Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola: não teve nenhuma atividade executada e, devido aos cortes orçamentário-financeiros da ABC, deverá ser cancelado.

I. PROJETOS (2)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
---------	-------------------------	-------------	--------------------------------------

<p>Código: BRA/04/044-S485</p> <p>Nome: Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola.</p> <p>Objetivo: Desenvolver opções de manejo integrado de solos ácidos para produções sustentáveis na Etiópia</p> <p>Projeto firmado em: 17/12/2013</p> <p>Vigência: 17/02/2016</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 01/07/2009.</p>	<p>Brasil EMBRAPA</p> <p>Contrapartes Ethiopian Institute for Agricultural Research (EIAR)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 8</p> <p>Beneficiários diretos: 50</p> <p>Produtos: Desenvolver opções de manejo integrado de solos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 196,780.00 • EMBRAPA US\$ 224,800.00 • EIAR US\$ 17,700.00 • Total: US\$ 439,280.00 • Executado (orçamento): 0% • Execução física: 0% • Executado em 2015 : Não se aplica • Saldo: US\$ 196.780,00
	<p>Descrição (Sinopse): O Projeto de cooperação visa a capacitação do corpo técnico do EIAR, nas áreas de: a) metodologias e tecnologias de gestão integrada de solos ácidos; b) melhoramento de variedades resistentes a solos ácidos; c) técnicas de mapeamento de solos ácidos.</p> <p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tendo em vista as restrições orçamentário-financeiras por qual passa a ABC, nenhuma atividade do projeto foi executada. • O projeto foi assinado em 17 de dezembro de 2013. • É possível que o projeto seja encerrado sem ter sido executado. 		

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S486</p> <p>Nome: Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas</p> <p>Objetivo: Contribuir para a sustentabilidade da exploração florestal na Etiópia, mediante o aumento da capacidade técnica das instituições e dos agricultores na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados.</p> <p>Projeto firmado em: 17/12/2013</p>	<p>Brasil EMBRAPA</p> <p>Contrapartes Ethiopian Institute for Agricultural Research (EIAR)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 14</p> <p>Beneficiários diretos: 50</p> <p>Produtos: Edição e difusão de livreto com os resultados do inventário das espécies florestais economicamente viáveis e respectivas recomendações técnicas para a sua exploração. Estrutura física estabelecida e equipamentos do laboratório instalados e operativos. Proposta de projeto para aplicação na Etiópia das lições aprendidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC:US\$178,260.00 • EMBRAPA US\$ 244,100.00 • EIAR US\$ 16,500.00 • Total: US\$ 438,860.00 • Executado (orçamento): 3,29% • Execução física: 11,11% • Executado em 2015 : US\$ 5.858,92 • Saldo: US\$ 172.401,08
<p>Descrição (Sinopse): As ações de cooperação a serem desenvolvidas deverão focar principalmente a capacitação técnica do pessoal do EIAR e a transferência de conhecimentos, se concentrando especificamente em: a) modelo familiar/comunitário de manejo florestal sustentável; b) tecnologias de monitoramento florestal de espécies resistentes à seca; c) manejo de florestas plantadas; d) metodologia de estudo de</p>			

Vigência: 17/02/2016 Data de assinatura do Ajuste: Utilizado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para a Implementação de Projetos nas áreas de Agricultura e Pecuária 01/07/2009.	crescimento baseado em dendrocronologia.
	Situação: <ul style="list-style-type: none"> A primeira atividade do projeto foi executada em maio de 2015 e teve por objetivo elaborar o inventário das espécies florestais economicamente viáveis daquele país. Para 2016 está prevista para ocorrer, ainda no primeiro semestre, a vinda de especialista etíope ao Brasil, para aprender métodos de catalogação de espécies e, para o segundo semestre, a montagem de laboratório de análise de espécies.

GANÁ

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, foi celebrado em 7 de novembro de 1974, e promulgado em 15 de julho de 1975.

A pauta de projetos com Gana, que já teve mais de sete projetos vigentes, atualmente está parada. Em 2014 foi realizada a última atividade do projeto de HIV/Aids em São Paulo.

Em 2015 nenhuma demanda de cooperação com Gana foi registrada.

LESOTO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto foi celebrado em Brasília, no dia 8 de setembro de 2010 e encontra-se em processo de ratificação. A assinatura do Acordo aconteceu durante a visita do Chanceler lesotiano, senhor Mohlabi Kenneth Tsekoa, ao Brasil, onde, em conversa com o Diretor da ABC, solicitou missão brasileira de cooperação àquele país, nas áreas de irrigação, crédito agrícola, luz no campo, segurança alimentar e pesca.

No entanto, devido à incompatibilidade de agendas, a missão não ocorreu e a cooperação com aquele país não se concretizou. Em 2015 o Diretor da ABC recebeu o Embaixador do Lesoto, que reafirmou a vontade de cooperar com o Brasil, sem ter especificado as áreas de interesse.

Nenhum recurso financeiro foi gasto com o Lesoto em 2015.

LIBÉRIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009, encontra-se em processo de ratificação.

A única ação registrada com a Libéria foi a Atividade Isolada “Missão para o Fortalecimento da Educação Vocacional e Profissionalizante da Libéria”, que teve atividade realizada em 2013 para capacitar técnicos liberianos especialistas em solda. A segunda atividade foi realizada em Porto Alegre, em fevereiro de 2014, momento em que três profissionais de moda e beleza foram capacitados.

Não existem projetos de cooperação vigentes com a Libéria.

MALAUÍ

**O projeto na área de algodão não foi incluído no quadro, por se tratar de projeto regional.*

Acordo de Cooperação entre Brasil e Malauí foi assinado durante a visita do Presidente Mutharika ao Brasil, em julho de 2009, e entrou em vigor no dia 08/02/2013.

Durante missão realizada em 2013, a Embrapa e a ABC decidiram incluir o Malauí como beneficiário de um dos projetos na área de algodão a serem desenvolvidos com recursos do contencioso Brasil-EUA. Neste caso, o projeto é desenvolvido em conjunto com Moçambique. A missão de prospecção para o citado projeto ocorreu entre os dias 28/04 e 11/05/2013. O projeto foi assinado em dezembro de 2014. As tabelas referentes a este projeto estão sob o título de Projetos Regionais neste relatório.

Projeto	Instituições Executoras	Resultados	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA 12/002 – S003</p> <p>Nome: “Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze”</p> <p>Objetivo de Desenvolvimento: Contribuir para o</p>	<p>Brasil: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)</p> <p>Contrapartes: Instituto do Algodão de Moçambique</p> <p>Departamento de Pesquisa Agropecuária e Serviços Técnicos -</p>	<p>R1- Infraestrutura física e institucional das entidades parceiras habilitadas à capacitação, validação e difusão de tecnologias.</p> <p>R2- Infraestrutura física das instituições parceiras adaptadas e bens, máquinas e equipamentos adquiridos e instalados.</p> <p>R3- Tecnologias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 3.141.250 • Embrapa: US\$ 1.900.000 • Total Governo brasileiro: US\$ 5.041.250 • Governo de Moçambique: US\$ 2.594.550,00 • Governo do Malauí: US\$ 2.498.550,00 • Total contraparte: US\$ 5.093.100,00. • Total projeto: US\$

<p>aumento da competitividade do setor algodoeiro do Malawi e de Moçambique.</p> <p>Vigência: 21/11/2014 a 21/11/2018</p>	DARTS	<p>brasileiras para a produção de algodão adaptadas às condições locais de Moçambique e do Malawi.</p> <p>R4- Pesquisadores, extensionistas e produtores líderes habilitados a planejar e desenvolver a produção de sementes básicas e certificadas de algodão no Malawi e em Moçambique.</p> <p>R5- Pesquisadores, extensionistas e produtores líderes capacitados no uso e difusão de tecnologias de produção do algodão e de culturas alimentares associadas, inclusive sementes.</p> <p>R6- Projeto supervisionado, coordenado, monitorado e avaliado.</p>	<p>10.134.350</p> <ul style="list-style-type: none"> • Total Executado: US\$ 259.934,40 • Execução física: 6% • Executado 2015: US\$ 259.934,40 • Saldo: US\$ 3.137.815,60
		<p>Descrição (Sinopse): Ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores líderes do Malawi e de Moçambique) na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades.</p>	
		<p>Situação: Dados sobre o acompanhamento do projeto: - Elaboração da linha de base do projeto - Foram realizadas 5 atividades do projeto (A.1.1.1, A.1.1.4, A2.1.2, A.5.2.1 e A.6.1.2) - Contratação do coordenador do projeto, que ficará baseado em Tete, Moçambique</p> <p>Dificuldades: - Ainda não foram abertas as contas do projeto, o que facilitará todo o procedimento administrativo - Ainda não foi finalizado o diagnóstico da parte de infraestrutura dos países</p>	

NAMÍBIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, que foi celebrado em 7 de março de 1995.

Não existem projetos vigentes com o país.

NIGÉRIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

Os projetos de cooperação técnica com a Nigéria têm amparo legal no Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em 10 de janeiro de 1979 e promulgado em 27 de outubro de 1983.

Até 2014 haviam dois projetos com status de "execução", ambos na área de agricultura e em parceria com a Embrapa. No entanto, os projetos não haviam começado e, durante visita de delegação do *Agricultural Research Center of Nigeria* à Embrapa e à ABC, acordou-se que as atividades no quadro de ambos os projetos seriam retomadas. Mesmo tendo acordado, o Governo nigeriano não se manifestou sobre o interesse em dar início às atividades, de modo que se procedeu, por orientação da diretoria da Agência, ao cancelamento de ambos os projetos.

QUÊNIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	1	0	146.800,00	153.800,00	25.799,36	121.000,64
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	146.800,00	153.800,00	25.799,36	121.000,64

O Programa de Cooperação Brasil – Quênia possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Quênia, assinado em 2 de fevereiro de 1973.

A pauta de projetos conta, atualmente, apenas com o projeto "Apoio ao aumento da produção familiar e consumo de mandioca para a segurança alimentar e geração de renda no Quênia". Em setembro de 2015 realizou-se capacitação para compreender a cadeia produtiva da mandioca no Brasil, com vistas a definir as áreas de colaboração, com aplicação de questionário para a coleta de informações para diagnóstico (relatórios técnicos, estatísticas, imagens de satélite, dados secundários, entre outros).

Outra iniciativa que está sendo projetada em favorecimento do Quênia, juntamente com a Tanzânia, ocorre no âmbito dos projetos de algodão. Em 2014 realizou-se atividade de prospecção e negociação do projeto "Cotton Victoria", a qual visa ampliar a iniciativa de cooperação técnica na área de algodão, já em execução com os países do Cotton-4, para atender outros países subsaarianos e do oeste da África. Durante a missão foi possível conhecer as estruturas disponíveis nas instituições, o funcionamento da cadeia produtiva do algodão nos países e o atual estágio de desenvolvimento e de pesquisa em algodão.

Em novembro de 2015, além da elaboração do projeto, realizou-se missão de validação da referida minuta, em Dar Es Salam, a qual contou com a participação de representantes do Brasil (ABC e Universidade Federal de Lavras), Quênia e Tanzânia. A versão final, já com as considerações das partes, está sendo finalizada e deverá, idealmente, ser enviada para aprovação dos parceiros ainda em dezembro. Maiores informações a respeito desse projeto constam na seção aludido deste relatório.

Cabe ressaltar, por último, que em 2014 realizou-se a atividade de encerramento do projeto "Fortalecimento das ações de combate ao HIV/Aids no Quênia". No âmbito do referido projeto já haviam sido executadas atividades de intercâmbio da experiência brasileira em mobilização de organizações não governamentais e de pessoas vivendo com HIV/AIDS em ações e políticas governamentais. Nessas atividades, participaram representantes governamentais e de ONGs quenianas.

I. PROJETOS (1)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/13/008-S112</p> <p>Nome: Apoio ao aumento da produção familiar e consumo de mandioca para a segurança alimentar e geração de renda no Quênia.</p> <p>Objetivo: Apoiar o aumento da produção e do consumo doméstico de mandioca, com vistas à segurança alimentar e geração de renda no Quênia.</p> <p>Projeto firmado em 12/08/2012</p> <p>Vigência: 12/08/2014</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: Foi utilizado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a</p>	<p>Brasil Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)</p> <p>Contrapartes Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia (Kenya Agricultural Research Institute – KARI)</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 5</p> <p>Beneficiários diretos: 35</p> <p>Produtos: Diagnóstico da produção, pós-colheita e processamento em pequena escala da mandioca e definição de áreas prioritárias para a colaboração técnica entre o Brasil e o Quênia no desenvolvimento da cultura da mandioca.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$146.800,00 • Contrapartes: US\$7.000,00 • Total: US\$153.800,00 • Executado (orçamento): 17,57% • Execução física: 11,11% • Executado em 2015: US\$ 25.799,36 • Saldo: US\$ 121.000,64
<p>Descrição (Sinopse): O principal objetivo do projeto é proporcionar uma visão clara das principais limitações da produção e do processamento da mandioca, a fim de melhor orientar a cooperação futura ente o KARI e o IAPAR. Para atingi-lo, ambas as instituições aplicarão questionários, e também realizarão coleta de dados e análise de solos.</p>			
<p>Situação: Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 11,11% de atividades resolvidas. • A instituição executora brasileira, IAPAR, vem demonstrando grande interesse no projeto e se envolveu em todos os passos do processo, tendo sido bastante rápida em suas respostas. O projeto teve a sua primeira atividade implementada e com um bom retorno do lado queniano, o qual abasteceu a ABC com informações detalhadas das atividades de capacitação. • Prevê-se a execução de nova atividade para 2016. 			

Comissão da União Africana para a Implementação de Projetos na agropecuária 01/07/2009	
--	--

SUAZILÂNDIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00

As relações na área da cooperação entre Brasil e Suazilândia possuem como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, mas que ainda não está em vigor.

Registrou-se, em 2011, o interesse daquele Governo em cooperar na área de HIV/Aids. O país tem a maior prevalência de HIV no mundo (26%). No entanto, em razão dos cortes orçamentários, a Agência encontra-se impossibilitada de atender a novos compromissos.

Não foram gastos recursos em 2015.

SUDÃO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	1	18.570,00	18.570,00	11.648,69	11.648,69	6.921,31
Negociação	1	0	150.000,00	0,00	0,00	0	150.000,00
Concluído	1	0	134.000,00	174.000,00	16.754,17	0	0,00
Total	2	1	302.570,00	192.570,00	28.402,86	11.648,69	156.921,31

As atividades de Cooperação com o Sudão têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica assinado em 11 de maio de 2005, que entrou em vigor no dia 21 de setembro de 2006.

A pauta com o Sudão resume-se à cooperação para o melhoramento da cana-de-açúcar no país, resultado de missão de prospecção que ocorreu em 2010, com técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). No início de 2014, contudo, o presidente do IPA foi substituído e o projeto perdeu impulso. Os estudos previstos para serem entregues após missão que ocorreu em setembro de 2013 não foram concluídos.

Com vistas a dar continuidade à cooperação em tela, a ABC propôs que a instituição executora brasileira fosse alterada. Assim sendo, a ABC contatou a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que organizou missão de prospecção para a elaboração de novo projeto na área, o qual está em fase final de elaboração. Dessa maneira, o projeto com o IPA será cancelado, para que o projeto com a UFSCAR seja assinado.

Para que nova missão de prospecção ocorresse, foi elaborada uma ação simplificada que permitiu o envio de delegação brasileira àquele país.

O atual projeto com a UFSCAR prevê a realização de quatro cursos de capacitação, de curta duração, os quais envolverão as diversas etapas da cadeia produtiva da cana-de-açúcar ou

sucroenergética, bem como temas específicos, envolvendo atividades agrícolas e industriais, estruturação e acompanhamento de um sistema para a disseminação de mudas de cana-de-açúcar e cruzamento de sementes.

I. PROJETOS (1)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/13/008-A082</p> <p>Nome: Missão de prospecção em melhoramento da produção da cana-de-açúcar no Sudão (biofábrica)</p> <p>Objetivo: Enviar missão ao Sudão para a elaboração de novo projeto para o melhoramento da produção da cana-de-açúcar no país.</p> <p>Vigência: 28/02/2016</p>	<p>Brasil Universidade Federal de São Carlos</p> <p>Sudão Ministério da Indústria Sudanese Sugar Company</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 3</p> <p>Beneficiários diretos: difícil mensuração, por tratar-se missão de prospecção</p> <p>Produtos: 1 projeto elaborado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 18.570,00 • Contrapartes: 0,00 • Total: US\$ 18.570,00 • Executado (orçamento): 62,73% • Execução física: 100% • Executado em 2015: US\$ 11.648,69 • Saldo: US\$ 6.921,31
	<p>Descrição (Sinopse): Trata-se de uma missão de prospecção para conhecer a realidade local e suas demandas; negociar, elaborar e assinar novo projeto para a melhoria da produção da cana-de-açúcar no Sudão.</p>		
	<p>Situação: A missão ocorreu em setembro de 2015 e proporcionou a elaboração de novo projeto na área, o qual está em fase final de elaboração.</p>		

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/13/008 - XXX</p> <p>Nome: Apoio ao setor sucroalcooleiro do Sudão</p> <p>Objetivo: Contribuir para a melhoria da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro do Sudão</p> <p>Vigência: 36 meses</p>	<p>Brasil Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)</p> <p>Sudão Ministério da Indústria Sudanese Sugar Company</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: A Sudanese Sugar Company e suas unidades de produção dedicadas à produção da cana-de-açúcar no país.</p> <p>Beneficiários indiretos: Integrantes da cadeia produtiva e de comercialização da cana-de-açúcar e a sociedade sudanesa</p> <p>Produtos: 4 cursos de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 150.000,00 • Contrapartes: não foi estimado ainda • Total: US\$ 150.000,00 • Executado (orçamento): 0% • Execução física: 0% • Executado em 2015: US\$ 0 • Saldo: US\$ 150.000,00

<p>Base legal: Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em 28 de fevereiro de 2007</p>		capacitação de curta duração	
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>O eixo central do projeto será a realização de 4 cursos de capacitação, com o envolvimento da comissão binacional para o acompanhamento da coordenação, execução e monitoramento das atividades de capacitação e pós-capacitação.</p> <p>Cada um dos cursos priorizará o treinamento em uma área diferente, tendo por objetivo contemplar a melhoria da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no Sudão. Os cursos são nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de plantio, manejo da cana-de-açúcar, preparação do solo e gestão do setor sucroalcooleiro; - Prevenção e controle de pragas; - Uso pleno das variedades sudanesas; e - Estruturação de sistema para a disseminação de mudas de cana-de-açúcar e o cruzamento de sementes. <p>Além dos 4 cursos de capacitação, prevê-se a participação de especialistas sudaneses na Fenasucro & Agrocana, evento de grande referência em tecnologia e intercâmbio comercial entre usinas e profissionais do Brasil e de outros 40 países. Trata-se de um importante encontro de negócios para os principais produtores e usuários de equipamentos, tecnologias, produtos e serviços do setor de cultivo da cana-de-açúcar e produção de açúcar e álcool, oportunidade na qual os especialistas sudaneses poderão aprimorar os seus conhecimentos, bem como fazer parcerias.</p>			
<p>Situação:</p> <p>A minuta de projeto está de posse dos especialistas da UFSCAR, para revisão e tão logo seja devolvido à ABC, será submetido às autoridades sudanesas, para avaliação e posterior assinatura. Espera-se que o projeto seja assinado até o início de abril.</p>			

I.3 PROJETOS CONCLUÍDOS (3)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-S472</p> <p>Nome: Melhoramento da Produção da Cana de Açúcar no Sudão – Fase I</p> <p>Objetivo: Definir variedades de</p>	<p>Brasil Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA)</p> <p>Sudão Ministério da Agricultura do Sudão</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 4</p> <p>Beneficiários diretos: difícil mensuração</p> <p>Produtos: 1 capacitação realizada, 1 Projeto arquitetônico da biofábrica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 134.000,00 • IPA : US\$ 40.000,00 • Total: US\$ 174.000,00 • Executado: 16.754,17 • Execução física: 30% • % executado: 12,5 • Executado em 2015: 0 • Saldo: 117.245,83

cana-de-açúcar a serem pesquisadas para adaptação no Sudão; e elaborar projetos executivos da fase II (Construção da Biofábrica e introdução de variedade específica cana-de-açúcar no Sudão). Vigência: 8 meses	Descrição (Sinopse): Esta primeira fase do Projeto visa a propiciar a ida de equipe técnica ao Sudão, com vistas a coletar as informações necessárias para elaboração de projeto arquitetônico da Biofábrica. Paralelamente, será feita capacitação com técnicos sudaneses no Brasil.
	Situação: Projeto concluído devido à impossibilidade de participação da Instituição executora brasileira.

TANZÂNIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Os projetos de cooperação técnica com a Tanzânia têm amparo legal no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, firmado em 15 de maio de 2006, e promulgado dia 26 de maio de 2010.

Atualmente não existem projetos de cooperação com a Tanzânia. No entanto, até o final de 2014 haviam 3 projetos em execução, os quais foram finalizados, tendo em vista a falta de manifestação de ambas as partes em manter a execução dos mesmos.

Outra iniciativa que está sendo projetada em favorecimento da Tanzânia, juntamente com o Quênia, ocorre no âmbito dos projetos de algodão. Em 2014 realizou-se atividade de prospecção e negociação do projeto "Cotton Victoria", a qual visa ampliar a iniciativa de cooperação técnica na área de algodão, já em execução com os países do Cotton-4, para atender outros países subsaarianos e do oeste da África. Durante a missão foi possível conhecer as estruturas disponíveis nas instituições, o funcionamento da cadeia produtiva do algodão nos países e o atual estágio de desenvolvimento e de pesquisa em algodão.

Em novembro de 2015, além da elaboração do projeto, realizou-se missão de validação da referida minuta, em Dar Es Salam, a qual contou com a participação de representantes do Brasil (ABC e Universidade Federal de Lavras), Quênia e Tanzânia. A versão final, já com as considerações das partes, está sendo finalizada e deverá, idealmente, ser enviada para aprovação dos parceiros ainda em dezembro.

Maiores informações acerca da iniciativa Cotton Victoria está na seção de "Projetos Regionais" do presente relatório.

UGANDA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

As relações de cooperação técnica entre Brasil e Uganda serão embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e A República de Uganda, firmado em 29 de setembro de 2011. O Acordo encontra-se atualmente em tramitação no Congresso Federal.

A ABC não possui, no momento, projeto de cooperação em execução ou negociação com Uganda. Ressalta-se que o país foi parte da missão de diagnóstico do futuro projeto "Cotton Victoria" realizada entre novembro e dezembro de 2013. Durante a missão foi possível conhecer as estruturas disponíveis nas instituições, o funcionamento da cadeia produtiva do algodão nos países e o atual estágio de desenvolvimento e de pesquisa em algodão.

Foi possível constatar durante a visita, que a produção de algodão em Uganda, apesar de não ser muito expressiva, atende a um mercado de algodão especial, devido à boa qualidade da fibra produzida no país. No entanto, em razão de características distintas de Uganda aos outros países integrantes da Bacia do Lago Vitória (Burundi, Quênia e Tanzânia), esse país não deverá integrar o projeto regional.

ZÂMBIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Os projetos de cooperação técnica com a Zâmbia encontram-se amparados pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, assinado em 14 de março de 2006 e em vigor desde 2 de junho de 2010.

A pauta de cooperação com Zâmbia incluía 5 projetos, os quais foram cancelados ou finalizados devido aos cortes orçamentário-financeiros da ABC. Com relação ao projeto sobre prevenção e tratamento de HIV/Aids, implementado pelo Ministério da Saúde, realizaram-se, em abril de 2013 e em outubro de 2014, as duas últimas capacitações previstas no projeto. Dessa maneira, o projeto foi concluído.

Atualmente a pauta de cooperação contempla apenas o projeto "Implementação de diagnóstico clássico e molecular e capacitação técnica de medidas sanitárias para o controle de doenças de animais de produção – Fase I", o qual já teve duas atividades executadas: A.1.3, que ocorreu de 29 de setembro a 10 de outubro de 2014 e a atividade A2.3 4, que ocorreu de 4 a 14 de outubro de 2015. Para 2016 devem ser executadas mais duas atividades do referido projeto.

I. Projetos (1)

I.1. Projetos em Execução (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Nome: BRA/13/008-S144 Implementação de diagnóstico clássico e molecular e capacitação técnica de medidas sanitárias para o controle de doenças de animais de produção – Fase I</p> <p>Objetivo: Por meio de capacitações, fortalecer as instituições de pesquisa e defesa sanitária zambianas, visando aperfeiçoar os diagnósticos e controle de doenças de animais de produção.</p>	<p>Pelo lado brasileiro Universidade Federal de Viçosa</p> <p>Pelo lado zambiano Ministério de Desenvolvimento da Pecuária e Pesca</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 15 a 20 especialistas zambianos</p> <p>Produtos: 4 capacitações realizadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 158.250,00 • Contrapartes: 12.800,00 • Total: US\$ 171.050,00 • Executado (orçamento): 9% • Execução física: 15,37% • Executado em 2015: US\$ 7.253,60 • Saldo: US\$ 144.352,60
	<p>Sinopse A partir do diagnóstico elaborado <i>in loco</i> e, também a partir das demandas zambianas, definiu-se que o presente projeto será composto de um treinamento de duas semanas para doze (12) técnicos indicados pela parte zambiana. Posteriormente, após aproximadamente 8 meses, será realizada visita de monitoramento e avaliação, visando também o levantamento de informações para a fase seguinte (outro projeto). Tal visita de monitoramento deve ocorrer após término da construção do Instituto de Pesquisa e a aquisição de equipamentos por parte do governo zambiano.</p> <p>Os profissionais médicos veterinários, de cada área (doenças bacterianas, virais e parasitárias) são o público alvo dos cursos. Devem ser selecionados pelo Ministério de Desenvolvimento da Pecuária e Pesca e avaliados pela equipe de professores da UFV, com base na experiência, área de atuação dos indivíduos e a possibilidades de repassar as informações recebidas.</p>		
	<p>Situação Foram realizadas, até o momento, as atividades A.1.3 (setembro/outubro de 2014) e A2.3 (em outubro de 2015). Espera-se a execução de nova atividade para 2016.</p>		

ZIMBÁBUE

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue foi celebrado em 10 de setembro de 2006, mas ainda não foi ratificado.

Atualmente, não existem projetos em execução com o Zimbábue.

ÁSIA, ORIENTE MÉDIO E OCEANIA

CONTEXTO GERAL

Inicialmente circunscrita a alguns países do Oriente Médio, tais como Síria, Líbano, Palestina e Israel, bem como a Timor-Leste, a cooperação técnica brasileira na Ásia participou de um processo modesto de expansão, tendo havido ações recentes desenvolvidas também com o Afeganistão, Laos, Sri Lanka, Myanmar e Tailândia. Na Oceania, há projetos com Fiji e Vanuatu.

As iniciativas abarcam diversos temas. No tocante à agropecuária, há iniciativas para o fortalecimento da extensão rural, zoneamento agrícola, cultivo de hortaliças, pecuária de corte, piscicultura, cultivo de cana-de-açúcar, processamento da mandioca e controle de pragas.

Na área ambiental, há projetos de manejo eficiente do solo e lavouras, com vistas à proteção de florestas, bem como de gestão de resíduos sólidos.

Na área da saúde, a pauta atual contempla a cooperação para o combate do HIV/Aids e da dengue.

Cabe ressaltar, entretanto, que dificuldades financeiras, aliadas a diferenças culturais e idiomáticas, bem como ao fato de que há na Ásia, Oriente Médio e Oceania a presença já tradicional de agências de cooperação de outros países, ainda configuram consideráveis desafios a serem superados pela cooperação brasileira na região.

ÁSIA

AFEGANISTÃO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC TOTAL (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	2	0	415.580,00	1.006.300,00	00,00 (0,0%)	0,00	415.580,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2	0	415.580,00	1.006.300,00	0	0,00	415.580,00

As relações na área da cooperação entre Brasil e Afeganistão possuem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, firmado em 1º de agosto de 2006, em vigor a partir do dia 2 de fevereiro de 2010.

Atualmente, somente dois projetos continuam vigentes: "Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão" e "Abordagem Colaborativa para o Zoneamento Agroecológico no Afeganistão", assinados, juntamente com os seus respectivos ajustes complementares, em julho de 2012, pelo Ministro da Agricultura Afegão, que estava no Brasil para participar da Conferência Rio + 20. No entanto, devido aos cortes orçamentário-financeiros da Agência, apenas o projeto de extensão rural deverá ser executado.

Com vistas a atender a demanda de extensão rural, a ABC viu-se obrigada a alterar a instituição executora do referido projeto, visto que a instituição originalmente escolhida, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), não poderia assumir tal compromisso por agora. Dessa forma, com vistas a manter o compromisso do Governo brasileiro, a ABC contactou a Universidade Federal de Lavras (UFLA), uma das 200 melhores universidades do mundo, a qual prontamente se colocou à disposição para atender a demanda de cooperação em tela.

O projeto está orçado em US\$ 265 mil, e prevê a realização de capacitações de técnicos afegãos no Brasil. No entanto, devido às restrições orçamentário-financeiras as quais a ABC enfrenta, a ABC solicitou consulta acerca do interesse dos Emirados Árabes Unidos em custear a iniciativa, através de parceria triangular, a qual não teve retorno.

Dessa maneira, a ABC irá executar a cooperação em extensão rural por conta própria, compactando o projeto em um ou dois cursos de curta duração (no máximo 2 semanas), o que reduziria o seu custo para menos da metade do valor estimado.

I. PROJETOS (2)

I.1 PROJETOS EM EXECUÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044 - S420.</p> <p>Nome: Abordagem Colaborativa para o Zoneamento Agroecológico do</p>	<p>Brasil: Embrapa; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).</p> <p>Contrapartes: Ministério da</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 7.</p> <p>Beneficiários diretos: 10.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 149.175,00 • Embrapa: 83.520,00 • Contraparte: 84.320,00 • Total: 317.015,00 • Executado: 0,00 • Execução física: 0% • Executado em 2014: 0 • Saldo: 149.175,00

<p>Afeganistão.</p> <p>Objetivo: Contribuir para a melhoria do potencial de uso da terra com vistas à redução da probabilidade de riscos nas safras de cultivos no Afeganistão.</p> <p>Vigência: 31/12/2015.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 12/06/2012.</p>	<p>Agricultura, Irrigação e Pecuária.</p>		
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê a capacitação de técnicos e multiplicadores para a identificação da homogeneidade da terra para agricultura, riscos climáticos, impactos ambientais, agroecológicos e econômicos. Um manual e agenda para a implementação do zoneamento agroecológico no país serão elaborados visando o início de uma política agrícola nacional. Serão capacitados técnicos e multiplicadores em plataformas de transferência de tecnologia para culturas de trigo, soja e videiras. Prevê-se, ainda, a promoção do intercâmbio de experiências sobre a vinculação do zoneamento agroecológico com o crédito agrícola. Desse forma, o projeto irá orientar a ocupação, uso e manejo ambiental de forma integrada, e contribuirá também para a organização espacial das atividades agropecuárias e florestais, apoiando o subsídio de políticas de conservação, recuperação dos sistemas naturais e desenvolvimento rural integrado.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 0% <p>O Governo afegão tem interesse em executar o projeto vide (nota verbal N° EC 14, de 25 de abril de 2013). No entanto, devido aos cortes orçamentários, o projeto encontra-se suspenso, aguardando a possibilidade de financiamento pelo Governo do Emirados Árabes Unidos (Desptel 146/213 para Brasemb Abu Dhabi), através de parceria trilateral. O Governo Emiradense ainda não definiu o apoio.</p>			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/043 - S435.</p> <p>Nome: Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão.</p> <p>Objetivo: Contribuir para o fortalecimento da extensão rural no Afeganistão.</p> <p>Vigência: 31/12/2015.</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: 19/07/2012.</p>	<p>Brasil: - Universidade Federal de Lavras (UFLA)</p> <p>Contraparte: - Ministério da Agricultura, Irrigação e Pecuária.</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 8.</p> <p>Beneficiários diretos: 10.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 266.405,00. • EPAGRI: US\$ 277.600,00. • Contraparte: US\$ 145.280,00. • Total: US\$ 689.285,00. • Executado: 0,00 • Execução física: 0% • Executado em 2015: 0,00 • Saldo: 266.405,00
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê a capacitação de técnicos e multiplicadores e a transferência de tecnologias para a cultura de hortaliças e a criação de pequenos animais. O projeto ainda pretende promover o intercâmbio de experiências em extensão e desenvolvimento rural, inclusão social e econômica de produtores rurais de baixa renda, estímulo à melhoria da dinâmica das cadeias de fornecedores e o melhoramento do auto-abastecimento de alimentos das áreas rurais do Afeganistão. Serão capacitados, ainda, técnicos do Ministério da Agricultura, Irrigação e Pecuária afegão, com vistas a contribuir para a melhoria do potencial de uso da terra com vistas à redução da probabilidade de riscos nas safras de cultivos no Afeganistão.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 0% <p>O projeto será compactado para um curso de capacitação e deverá ser executado ainda no 1º semestre de 2016.</p>			

BUTÃO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Tendo em vista o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão (setembro de 2009) e o fato de não haver tratados bilaterais entre os dois países, a proposição de Acordo de Cooperação Técnica reveste-se de especial importância política para incrementar o relacionamento bilateral. A ABC submeteu minuta de acordo de cooperação técnica às áreas da SERE em maio de 2014, para a qual teve pareceres positivos. Em junho de 2014, o texto foi enviado ao Posto em Nova Délhi, sem posicionamento do Governo butanês desde então.

Como o Governo do Butão tem o interesse em cooperar mesmo antes da assinatura do Acordo de Cooperação, em novembro de 2014 a ABC, por meio dos devidos canais diplomáticos, ser recomendável explorar, em caráter alternativo, a possibilidade da implementação de atividades isoladas.

Ressalta-se que aquele Governo tem o interesse em cooperar, sobretudo, na área de futebol, com vistas aprimorar o nível técnico da seleção do Butão, podendo envolver, inclusive, atividades de capacitação em futebol de jovens estudantes, em conexão com programas de inserção social.

Nenhuma atividade ocorreu em 2015.

COREIA DO NORTE

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O Programa de Cooperação Brasil-Coréia do Norte não possui marco jurídico. O Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular da Coréia foi assinado em 28 de outubro de 2010 e, atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional para ser ratificado.

Não existem demandas para cooperar com a Coréia do Norte.

FIJI

Situação	PE	AI	US\$ ABC	US\$ Total	US\$ Executado (total)	US\$ Executado (2015)	Saldo (US\$)
Execução	0	1	105.500,00	105.500,00	34.858,00	34.858,00	70.642,00
Concluído	0	1	90.000,00	90.000,00	43.682,00	43.682,00	0
Total	0	2	195.500,00	195.500,00	78.540	78.540	70.642,00

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Fiji foi assinado em Brasília no dia 1º de novembro de 2013 e encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

No que concerne à AI sobre piscicultura e certificação de qualidade, realizou-se, em agosto de 2014, a atividade A2.3, referente a melhoramento de produção de tilápias. Faltando apenas uma atividade para concluir a cooperação em piscicultura, a ABC esclareceu ao Governo fijiano que devido ao agravamento da situação fiscal do Governo Federal, em geral, e das próprias finanças da Agência, em particular, a mesma viu-se obrigada a reavaliar a destinação dos escassos recursos de que ainda dispõe.

Portanto, a execução da última atividade programada, uma vez que já teria sido objeto de outras capacitações, foi postergação temporariamente, até que seja possível contar com recursos adequados à sua execução.

I. Atividades Isoladas (2)

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-A1127</p> <p>Nome: Treinamento em sistema de produção e processamento de mandioca e fruteiras tropicais com vistas à segurança alimentar</p> <p>Objetivo: Capacitar técnicos fijianos do Ministério da Agricultura em sistema de produção e processamento de mandioca e fruteiras tropicais com vistas à segurança alimentar.</p>	<p>Pelo lado Brasileiro Embrapa</p> <p>Pelo lado fijiano Ministry of Agriculture</p>	<p>Nenhuma atividade executada.</p>	<p>ABC : US\$ 90.000,00 Executado: US\$ 43.682,00 Saldo: 0 Execução física: 100% Atividade concluída</p>
	<p>Sinopse Durante missão de prospecção, verificou-se baixa produtividade de mandioca e fruteiras em Fiji em razão das técnicas agrícolas empregadas e de ocorrência de problemas fitossanitários. O treinamento visa sanar essas limitações por meio da transferência de conhecimentos e de tecnologias modernas nas referidas áreas.</p>		
	<p>Situação Realizaram-se duas missões em 2014, durante o mês de março e outra durante o mês de abril, de modo que todas as capacitações foram efetuadas e a Atividade concluída.</p>		

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
Código: BRA/04/044-A1128 Nome: Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias. Objetivo: Capacitar técnicos Fijianos em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias.	Pelo lado Brasileiro MPA Pelo lado fijiano Ministry of Fisheries	Nenhuma atividade executada.	ABC : 105.500,00 Executado: US\$ 43.682,00 Execução física: 100% Saldo: 0 Atividade concluída
	Sinopse Devido à crescente demanda do aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, observou-se a necessidade de capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. Ademais, verificou-se, durante missão de prospecção, necessidade de melhora do sistema do cultivo de tilápias. Visto que grande parte dos estoques pesqueiros encontram-se sobre-explotados, surge a necessidade do desenvolvimento do cultivo de peixes por meio da aquicultura. As duas atividades pretendem, nesse contexto, atender às demandas apresentadas pelo Departamento de Pesca de Fiji.		
	Situação Realizou-se, em agosto de 2014, a atividade A2.3, referente a melhoramento de produção de tilápias. Ainda falta realizar as atividades referentes ao resultado R1.		

ÍNDIA

Uma vez que não há Acordo de Cooperação Técnica vigente, Brasil e Índia não possuem registros da implementação de eventuais projetos. A minuta de acordo foi encaminhada ao Governo indiano no final de 2011 e, em 2012, informaram não concordar com a cláusula de cooperação trilateral. Após reunião entre o Diretor da ABC e o Embaixador da Índia, em novembro de 2014, o representante daquele governo comprometeu-se a realizar as gestões necessárias para que as questões pendentes sejam dirimidas com a brevidade possível. A parte brasileira deixou clara, portanto, que o Brasil mantém sua disposição negociadora e poderá, em conjunto com a parte indiana, rever eventuais partes da minuta de acordo proposta.

INDONÉSIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Desde 2012 encontra-se em negociação com o Governo da Indonésia, Acordo Básico de Cooperação Técnica. Ainda não há consenso sobre o texto do Acordo.

LAOS

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Não há Acordo Básico de Cooperação Técnica em vigor entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Laos. Em 2010, minutas dos documentos de Acordo foram encaminhadas ao Governo do Laos que, em 2011, informou seu consentimento com a proposta de documentos. No entanto, tais documentos não foram assinados até a presente data. Considerando a lei 12.527, que regula o acesso à informação, foi informada a necessidade de alterar o Artigo V do Acordo Básico de Cooperação Técnica proposto pelo desptel do dia 23 de novembro de 2012. Aguarda-se a aprovação do Governo de Laos para realizar a versão definitiva dos documentos e suas assinaturas.

Não há nenhuma solicitação de projeto de cooperação técnica, nem atividade isolada. Portanto, não estão previstas atividades para 2016.

MALÁSIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Não há Acordo Básico de Cooperação Técnica em vigor entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia. Minuta de documento de Acordo foi entregue em agosto de 2010 à parte malasiana, estando ainda pendente de reação. Em 23 de novembro de 2013 foi enviado desptel à Embaixada informando da alteração do Artigo V do Acordo Básico de Cooperação Técnica considerando a lei 12.527.

Não há nenhuma solicitação de projeto de cooperação técnica, nem atividade isolada. Portanto, não foram realizadas atividades em 2015 e não estão previstas atividades para 2016.

MYANMAR

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	280.560,00	280.560,00	40.492,44	240.067,56
Negociação	0	2	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	2	280.560,00	280.560,00	40.492,44	240.067,56

A base legal para a cooperação com o Myanmar é o Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da União do Myanmar, celebrado em 29 de julho de 2013.

Em 2014 foi realizada atividade com a Universidade Federal de Lavras, que recebeu delegação do Myanmar para capacitação na área de produção de sementes no âmbito da agricultura familiar. A atividade foi realizada com certa dificuldade, pois os técnicos que participaram não tinham domínio técnico sobre o assunto e pouco domínio da língua inglesa.

No entanto, tendo em vista os cortes orçamentários da ABC, apenas a atividade de soros antiofídicos encontra-se atualmente em execução. Em 2014, o Instituto Butantan recebeu a

primeira delegação myanmarenses para uma capacitação de três semanas e, em 2015, nova capacitação de 3 semanas ocorreu. Os resultados das missões foram muito proveitosos para ambas as equipes, que manifestaram grande satisfação e interesse na continuidade do projeto. A última atividade do projeto deverá idealmente acontecer em 2016.

Novas demandas foram encaminhadas para a ABC, a qual esclareceu que novas iniciativas, por ora, dificilmente seriam contempladas, a não ser que um terceiro país ou instituição assumisse os compromissos financeiros.

I. ATIVIDADES ISOLADAS (2)

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044 A1141</p> <p>Nome: Melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico em Myanmar</p> <p>Vigência: 24 meses a partir da data de assinatura</p>	<p>Brasil Instituto Butantan</p> <p>Myanmar Ministério da Saúde Ministério da Indústria</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 40</p>	<p>ABC: US\$ 168.210,00 Contrapartes: US\$ 0,00 Total: US\$ 168.210,00 Executado: US\$ 77.703,81 Executado (2015):US\$ 46.460,13 Execução física: 90% Saldo: US\$ 90.506,19</p>
<p>Descrição (Sinopse): A presente atividade isolada tem por objetivo melhorar a qualidade da produção de soro antiofídico, através de treinamento de técnicos de Myanmar em técnicas e pesquisa correlatas.</p>			
<p>Situação: Três atividades de capacitação já ocorreram no âmbito do projeto. A próxima e última atividade, referente à avaliação do projeto, deverá ocorrer, idealmente, no segundo semestre de 2016.</p>			

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/044/A1142</p> <p>Nome: Melhoria da tecnologia pós-colheita e da produção de sementes em Myanmar</p> <p>Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Lavras</p> <p>Myanmar Ministério da Agricultura e Irrigação – Departamento de Agricultura</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 10</p> <p>Beneficiários diretos: 40 Produtos:</p>	<p>ABC: US\$ 112.350,00 Contrapartes: US\$ 0,00 Total: US\$ 112.350,00 Executado: 17.508,17 Executado (2014):17.508,17 Execução física: 30% Saldo: 94.841,83</p>
<p>Descrição (Sinopse): A presente atividade isolada tem por objetivo aumentar a produção e distribuição de sementes de qualidade e fortalecer a tecnologia pós-colheita em Myanmar.</p>			
<p>Situação: Atividade realizada mas somente com três participantes. UFLA manifestou interesse em receber nova delegação em 2015, mas devido aos cortes orçamentários do Governo Federal, a ABC não autorizou a vinda de nova missão. Não há previsão de execução de atividades para 2016.</p>			

NEPAL

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal foi assinado em Brasília, em 03 de agosto de 2011, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo então Vice-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav. No presente momento, o referido Acordo encontra-se em processo de promulgação no Congresso Nacional, e não foram submetidas, ainda, demandas para cooperação técnica bilateral. É importante destacar que o referido Acordo é o primeiro assinado bilateralmente entre os países.

PAQUISTÃO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Durante do ano de 2015 foi negociado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão. A minuta de Acordo foi analisada pelas áreas competentes da SERE e minuta aprovada foi enviada para avaliação do Governo paquistanês, para posterior assinatura do ato internacional.

SRI LANKA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC 2015 (\$)	SALDO (\$)
Execução	2	0	256.100,00	256.100,00	0,00	0,00
Total	2	0	256.100,00	256.100,00	0,00	256.100,00

As relações na área de cooperação entre Brasil e Sri Lanka possuem como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, firmado em 16 de setembro de 2008, que entrou em vigor em agosto de 2010.

Os projetos negociados em durante missão realizada em agosto de 2013, bem como seus instrumentos jurídicos, encontram-se para aprovação junto às autoridades locais (Ministério do Meio Ambiente e Energias Renováveis, Ministério da Saúde e Ministério de Negócios Estrangeiros). Os projetos são na área de gestão de florestas, que prevê o aumento da produtividade em sistema de enriquecimento de florestas secundárias dos plantios homogêneos de Teca e Mogno no Sri Lanka; e na área de prevenção da dengue, projeto que prevê o fortalecimento das ações do Programa de Controle da Dengue do Sri Lanka.

Em 2014 o governo cingalês respondeu positivamente às propostas de projetos, solicitando alterações pontuais, as quais foram acatadas pelo lado brasileiro. No entanto, mesmo com a aprovação pelo lado brasileiro, os projetos ainda não foram assinados.

Em 2015 a ABC, juntamente com a Embrapa, solicitou esclarecimento da algumas dúvidas relativas ao projeto de florestas, não tendo nenhum retorno do lado cingalês. A Agência

considera os projetos "adormecidos" e estes não deverão ser executados. Nenhuma atividade ocorreu em 2015.

I. PROJETOS (2)

I.1 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (2)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Nome: Apoio técnico ao programa de controle de dengue do Sri Lanka</p> <p>Objetivo: Fortalecer as ações do Programa de Controle da Dengue do Sri Lanka.</p> <p>Vigência: 24 meses a partir da data de assinatura</p> <p>Data de assinatura do Ajuste: Ainda não foi assinado</p>	<p>Brasil: Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde – Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Secretaria de Estado da Saúde – Governo do Distrito Federal.</p> <p>Contraparte: Ministério da Saúde – Unidade de Epidemiologia</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 12</p> <p>Beneficiários diretos: 50.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 123.450,00 • GDF: 14.600,00. • Contraparte: 15.900,00. • Total: 153.950,00. • Executado: 0,00 • Execução física: 0% • Executado em 2013: 0,00 • Saldo: 153.950,00
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê o fortalecimento das ações do Programa de Controle da Dengue do Sri Lanka, por meio de treinamentos de médicos e enfermeiros para a detecção precoce da doença, manejo clínico, fortalecimento da capacidade laboratorial para a vigilância da doença e intercâmbio de conhecimentos e metodologias de pesquisa.</p>			
<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 0% • O projeto ainda não foi assinado 			

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Nome: Fortalecimento de plantios florestais no Sri Lanka</p> <p>Objetivo: Fortalecer as ações do Programa de Controle da Dengue do Sri Lanka.</p> <p>Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura</p> <p>Data de</p>	<p>Brasil: Embrapa Florestas</p> <p>Contraparte: Ministério do Meio Ambiente e Energias Renováveis – Departamento de Florestas</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: 12</p> <p>Beneficiários diretos: 50.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 132.650,00 • Embrapa: 30.800,00. • Contraparte: 11.100,00. • Total: 174.550,00. • Executado: 0,00 • Execução física: 0% • Executado em 2013: 0,00 • Saldo: 174.550,00
<p>Descrição (Sinopse): O projeto prevê o aumento da produtividade em sistema de enriquecimento de florestas secundárias dos plantios homogêneos de Teca e de Mogno no Sri Lanka, através do estabelecimento de áreas de produção de sementes com mudas de qualidade para plantios de Mogno e Teca, elaboração de manual técnico de recomendações silviculturais para o estabelecimento de plantios florestais e treinamento de técnicos para a condução de plantios florestais sustentáveis.</p>			

assinatura do Ajuste: Ainda não foi assinado	
	Situação: <ul style="list-style-type: none"> • % de atividades resolvidas: 0% • O projeto ainda não foi assinado

TADJIQUISTÃO

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Em novembro de 2013, o Governo do Tadjiquistão procurou a Embaixada do Brasil em Islamabad para comunicar seu interesse de celebrar alguns instrumentos com o Governo brasileiro por ocasião de pretendida visita do Pr do país em algum momento de 2014. E, 20/01/2014, foram enviadas ao Posto minutas em inglês e português do Acordo de Cooperação Técnica para análise e aprovação.

Tendo em vista o interesse do Governo do Tadjiquistão em negociar Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil desde 2008 (tel 790, de 07/11/13), o Brasil enviou minuta do acordo à Embaixada em Islamabad, em janeiro de 2014, a ser submetida às autoridades tadjiques naquela capital. Em maio de 2014, foi cobrada reação à proposição brasileira (det 114). O Governo do Tadjiquistão, até o momento, não se manifestou.

TAILÂNDIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Tailândia está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Brasília, em 12 de setembro de 1984.

Como resultado de compromissos acordados, a cooperação técnica bilateral iniciou-se com duas missões de estudos para intercâmbio de conhecimentos e experiência na área de extensão agrícola, que ocorreram por meio de atividades isoladas bilaterais, sendo elas: i) pesquisa, desenvolvimento e extensão no controle integrado da mosca-de-fruta, em 2012 e ii) mecanização da produção da cana-de-açúcar para produção de energia alternativa, no mesmo ano.

Em julho de 2014 o Embaixador da Tailândia no Brasil visitou o Diretor da ABC. Na ocasião, foi esclarecido em função do cenário de restrições orçamentárias, o Brasil foi obrigado a reduzir, ainda que temporariamente, o número de compromissos assumidos com seus parceiros. Nesse contexto, a ABC colocou em primeiro lugar projetos com países de menor desenvolvimento relativo, em detrimento, de certa forma, daqueles que envolvam nações que já contam com

economias em estágio intermediário. A ideia central é de um maior compartilhamento de responsabilidades, nesses casos. Esse tema foi visto com bons olhos pelo Embaixador tailandês. Durante a mesma reunião, foi levantada a possibilidade de cooperação trilateral entre Brasil e Tailândia em favor de terceiros países.

Recentemente, a Embaixada do Brasil em Bangkok recebeu comunicação formalizando proposta para a realização de curso de treinamento para o monitoramento da mosca-da-fruta e de outras pestes e avaliação do uso eficiente de inimigos naturais, no controle de pestes, onde o lado tailandês compromete-se a arcar integralmente com os custos dos especialistas da Moscamed.

I. PROJETOS (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Nome: Capacitação em sistema de monitoramento de mosca-da-fruta e outras pragas</p> <p>Objetivos: Disponibilizar conhecimento técnico às equipes de campo sobre sistema de monitoramento e coleta de dados básicos para planejar atividades de gestão integrada da mosca-da-fruta e demais pragas relevantes.</p>	<p>Brasil MOSCAMED Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p> <p>Tailândia Departamento de Extensão Agrícola (Department of Agricultural Extension – DOAE) do Ministério da Agricultura Materiais Tecnologia</p>	<p>Profissionais brasileiros envolvidos diretamente: a definir</p> <p>Beneficiários diretos: 06 especialistas</p>	A definir.
<p>Descrição (Sinopse):</p> <p>Brasil e Tailândia já tiveram que enfrentar problemas causados pela mosca-da-fruta, considerada a maior praga de insetos na produção de frutas. Esta praga acarreta em perda de produção e baixa qualidade dos produtos. Isto impede o comércio internacional de produtos agrícolas frescos sujeitos à rigorosa quarentena de países importadores desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e países membros da União Européia. . O Brasil é mundialmente reconhecido pelo programa de controle integrado da mosca-da-fruta utilizando a Técnica do Inseto Estéril (TIE ou SIT) e outras técnicas que respeitam o meio-ambiente. Além disso, o Brasil também desempenhou um importante papel na condução de sistemas de monitoramento internacional para gestão integrada de diversas pragas.</p> <p>Durante missão de estudo da equipe tailandesa do Departamento de Extensão Agrícola (DOAE) ao Brasil para intercâmbio de conhecimentos e experiências em pesquisa, desenvolvimento e extensão na gestão integrada da mosca-da-fruta entre os dias 04 e 16 de março de 2012, as partes tailandesa e brasileira opinaram que um programa de capacitação deveria ser priorizado e implementado enquanto cooperação continuada. Também foi discutida a questão de um sistema de monitoramento da mosca-da-fruta e outras pragas. Neste sentido, a Tailândia propôs uma atividade de capacitação em sistemas de monitoramento de mosca-da-fruta e outras pragas para acontecer em 2016.</p>			

VANUATU

Situação	PE	AI	US\$ ABC	US\$ Total	US\$ Executado (total)	US\$ Executado (2015)	Saldo (US\$)
Execução	0	1	105.500,00	105.500,00	45.200,00	0,00	60.300,00
Total	0	1	105.500,00	105.500,00	45.200,00	0,00	60.300,00

Celebrou-se, no dia 29 de agosto de 2013, nas instalações do Parlamento de Vanuatu, em Port Vila, o Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Vanuatu, que se encontra, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional.

Durante missão realizada a Vanuatu, em agosto de 2013, foram formuladas três Atividades Isoladas, a saber, "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta", "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar" e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

No ano de 2014 foram realizadas capacitações no âmbito dos projetos de pasto e florestas, produção e processamento de hortaliças e arroz.

No que concerne à AI sobre piscicultura e certificação de qualidade, realizou-se, também em 2014, a atividade A2.3, referente a melhoramento de produção de tilápias. Faltando apenas uma atividade para concluir a cooperação em piscicultura, a ABC esclareceu ao Governo vanuatense que devido ao agravamento da situação fiscal do Governo Federal, em geral, e das próprias finanças da Agência, em particular, a mesma viu-se obrigada a reavaliar a destinação dos escassos recursos de que ainda dispõe.

Portanto, a execução da última atividade programada, uma vez que já teria sido objeto de outras capacitações, foi postergada temporariamente, até que seja possível contar com recursos adequados à sua execução.

Atividade Isolada	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código BRA/04/044-A1121</p> <p>Nome Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias.</p> <p>Objetivo Capacitar técnicos Vanuatuanos em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias.</p>	<p>Pelo lado Brasileiro MPA</p> <p>Pelo lado Vanuatiano Departamento de Pesca</p>	<p>5 das 6 atividades programadas foram executadas.</p>	<p>ABC : 105.500,00</p> <p>Executado: 45.200,00</p> <p>Execução física: 50%</p> <p>Saldo: 60.300,00</p>
	<p>Sinopse Devido à crescente demanda do aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, observou-se a necessidade de capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. Ademais, verificou-se, durante missão de prospecção, necessidade de melhora do sistema do cultivo de tilápias. Visto que grande parte dos estoques pesqueiros encontram-se sobre-explotados, surge a necessidade do desenvolvimento do cultivo de peixes por meio da aquicultura. As duas atividades pretendem, nesse contexto, atender às demandas apresentadas pelo Departamento de Pesca de Vanuatu.</p>		
	<p>Situação Realizou-se capacitação em Fortaleza entre os dias 15 e 24 de setembro de 2014.</p>		

VIETNÃ

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Não há Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado entre o Brasil e Vietnã, apesar da negociação do texto ocorrer desde 2008. Em 2015 a minuta foi novamente alterada, pelo lado brasileiro, para comportar os novos artigos referentes à Lei de Acesso à Informação.

A minuta de texto foi alterada para poder ser assinada durante visita da Presidente da República ao Vietnã, a qual não aconteceu devido à razões supervenientes. Atualmente, o texto encontra-se com o lado vietnamita para avaliação e, tão logo seja aprovado, poderá ser assinado.

ORIENTE MÉDIO

CATAR

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Não existe histórico de ações de cooperação técnica entre Brasil e Catar. As ações com o país resumem-se apenas a negociação do Acordo de Cooperação Técnica. Versão atualizada do texto, aprovada pelas áreas da SERE, foi enviado ao lado Catari em 2015.

Não existe previsão de atividades para 2016 e não foram gastos recursos em 2015 com o país.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O histórico da área de cooperação técnica com os Emirados Árabe Unidos resume-se à negociação do Acordo de Cooperação Técnica. Destaca-se, contudo, que em 2012 foi realizada visita do então designado Diretor da ABC a Abu Dhabi, nos dias 2 e 3 de julho, para cumprir programa de contatos, com o objetivo de avaliar a possibilidade da cooperação conjunta em terceiros países.

Ainda sobre a missão do Diretor da ABC a Abu Dhabi, foram apresentadas, oficialmente, duas propostas de atos bilaterais na área de cooperação técnica: “Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Fundo Abu Dhabi para o Desenvolvimento para a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países”; e “Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos”.

O MoU tem por objetivo dar o arcabouço jurídico necessário para iniciar a negociação de propostas de cooperação trilateral e cria um comitê de acompanhamento das ações de cooperação em terceiros países. Foi enviado em 30 de julho de 2012. Em 2015 apenas aventou-se a possibilidade dos Emirados Árabes Unidos assumirem a parte financeira do projeto de cana-de-açúcar em favor do Sudão.

IEMEN

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Foi celebrado, em 06/08/2014, o Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen, que configura o marco legal da cooperação entre as partes. Ao final de 2014, o acordo tramitava internamente no MRE.

Não houve, contudo, outras ações concretas na área de cooperação técnica bilateral entre Brasil e Iêmen.

ISRAEL

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Israel foi assinado em 12/03/1962, e entrou em vigor no dia 08/09/1964. Em 2012, o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, a pedido do Governo de Israel, manteve encontro com representantes da Agência Israelense de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (MASHAV), à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO +20, com vistas a identificar possíveis sinergias de cooperação técnica em benefício de terceiros países.

Os governos do Brasil e de Israel acordaram em desenvolver missões conjuntas trilaterais em datas oportunamente definidas. A área de interesse manifestada pelo MASHAV foi de "empoderamento das mulheres em agricultura". Posteriormente, o Embaixador de Israel, Rafael Eldad, teve audiência com o Diretor da ABC, em novembro de 2012, para trocar opiniões sobre a possibilidade de iniciar ações de cooperação técnica conjunta. O Diretor da ABC sugeriu avançar na linha de eventual projeto piloto, de configuração modesta em termos de custos, em um primeiro país como Côte d'Ivoire. No entanto, a iniciativa não teve continuidade.

PALESTINA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Tendo em vista que o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Palestina ainda não está vigente, a ABC vem apoiando ações na Palestina por intermédio de atividades isoladas negociadas individualmente.

A cooperação com a Palestina concentrou-se nas áreas de saúde e urbanismo. Em saúde, destacou-se a realização de capacitação em transplante de fígado com o Hospital Sírio Libanês, com a participação do Egito, que realizou-se em outubro de 2012.

REGIONAL

COTTON VICTORIA

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	Executado 2015 (\$)	Saldo (\$)
Execução	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Negociação	1	0	5.245.810,00	0,00	0,00	5.245.810,00
Total	0	0	5.245.810,00	0,00	0,00	5.245.810,00

O projeto "Cotton Victoria" faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo IBA no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura.

A iniciativa Cotton Victoria foi idealizada para atender, inicialmente, a 4 países, integrantes da Bacia do Lago Victoria: Burundi, Uganda, Quênia e Tanzânia. No entanto, Uganda e Burundi devido a problemas de instabilidade política, não serão contemplados na iniciativa.

A missão de prospecção ocorreu em dezembro de 2013 e a missão de diagnóstico em novembro de 2014. Em ambas as missões a instituição que executaria o projeto seria a Embrapa. No entanto, uma vez que àquela Empresa já trabalha em outras frentes na área do algodão, sugeriu-se que a instituição executora fosse alterada, pois a Embrapa não conseguiria atender a todas as demandas dos projetos. Sendo assim, após alterar a instituição para a Universidade Federal de Lavras (UFLA), nova missão de diagnóstico ocorreu em maio de 2015.

As missões de diagnóstico tiveram como objetivo avaliar os aspectos técnicos necessários para o desenvolvimento do projeto, diagnóstico de infraestrutura, máquinas e equipamentos para os campos experimentais/unidades técnicas demonstrativas, diagnóstico de infraestrutura e maquinário para produção e comercialização de sementes de algodão.

Ao final da segunda missão de diagnóstico, a ABC já possuía elementos suficientes para elaborar proposta de documento de projeto, a qual foi encaminhada aos Governos dos países envolvidos para análise e posicionamento definitivo. Ao final deste processo, organizou-se missão para validar o projeto, de forma conjunta, utilizando os princípios da cooperação brasileira para pavimentar a referida cooperação.

As discussões que ocorreram durante a missão puderam esclarecer os diferentes pontos de vista de todas as instituições e especialistas envolvidos nos projetos, o que ajudou a construir, de forma colaborativa, um projeto que atenderá as demandas de ambos os países.

O projeto está apto a ser assinado, bastante uma última avaliação da parte brasileira para que não ocorram divergências com a avaliação final feita pelos parceiros africanos.

I. PROJETOS (1)

I.2 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (1)

Projeto	Instituições Executoras	Indicadores	Valores (US\$) e situação do projeto
---------	-------------------------	-------------	--------------------------------------

<p>Código: N/A</p> <p>Nome: Projeto regional para o fortalecimento do setor algodoeiro da bacia do Lago Victoria (Projeto Cotton Victoria)</p> <p>Objetivo: Contribuir para o aumento da competitividade do setor algodoeiro do Quênia e da Tanzânia</p> <p>Base legal: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para a Implementação de Projetos nas áreas de Agricultura e Pecuária 01/07/2009.</p>	<p>Brasil Universidade Federal de Lavras</p> <p>Contrapartes africanas: Tanzania Cotton Board Lake Zone Agricultural Research & Development Institute (LZARDI/Tanzânia)</p> <p>Kenya Agricultural and Livestock Research Organization (KALRO) Agriculture, Fisheries and Food Authority (Quênia)</p>	<p>Ainda não se aplica – projeto em negociação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 5.245.810,00 • Total: US\$ 5.245.810,00
	<p>Descrição (Sinopse): Fortalecer a capacidade institucional e de recursos humanos (pesquisadores, extensionistas e agricultores) em relação ao uso e disseminação de tecnologias de produção de algodão e sistema de produção de sementes.</p>		
	<p>Situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto será submetido para assinatura ainda no primeiro semestre de 2016. 		

3 – Cooperação Sul-Sul Bilateral – Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento da América Latina, Caribe e Leste Europeu

EQUIPE DA COORDENAÇÃO DE AMÉRICA LATINA, CARIBE E LESTE EUROPEU

Coordenadora:

Maria Augusta Montalvão Ferraz

Equipe Técnica:

Ana Elena Rizzoni de Souza Vale

Beatriz Cotrim de Proença Rosa

Denise Siqueira Tenório Leamy

Eliene de Jesus Moreira do Nascimento

Grazieli Adjafre

Isabel de Sena Sampaio

Wolney Matos de Andrade

QUADRO RESUMO

Período de abrangência: 1º de janeiro de 2015 – 31 de dezembro de 2015

Número de Subprojetos: 196 (sendo 127 em execução ou concluídos e 69 em implementação)

Número de Atividades Isoladas: 15 (executadas)

Número de Missões de prospecção, negociação e avaliação: 07

Número de Acordos Básicos de Cooperação Técnica Firmados: não houve

Número de Ajustes Complementares Firmados: 04

Número de Protocolos de Intenções Firmados: não houve

Número de Memorandos de Entendimento: não houve

Total de Recursos Gastos: US\$ 1.179.483,05

A. Cooperação Desenvolvida com os Países da América do Sul, Central, Caribe e Leste Europeu

Em 2015, a ABC coordenou 218 ações de cooperação técnica bilateral com 30 países da América Latina e do Caribe, das quais 127 foram concluídas ou estão em execução, conforme apresentado na Tabela 1. A atuação da ABC nos países da América Latina, guiada pelas demandas recebidas dos países da região e em consonância com a política externa do Governo brasileiro, busca priorizar os países do entorno geográfico com os quais o Brasil tem fronteira, bem como aqueles de menor índice de desenvolvimento relativo, com o objetivo de contribuir para a diminuição da desigualdade no continente americano.

Tabela 1. Ações Realizadas em 2015

Ações Realizadas	Total em 2015
Número de projetos concluídos ou em execução	127
Número de projetos e atividades isoladas em negociação	69
Número de atividades isoladas executadas	22
Total	218

Atualmente a cooperação prestada aos países fronteiriços abrange 50 iniciativas de cooperação, o que corresponde a 39,4% do número total de ações em execução. Juntos, os países do entorno geográfico e o grupo dos dez países de menor desenvolvimento humano foram beneficiados por 83 iniciativas de cooperação em 2015, das quais 46 (55% do número total) correspondem a ações desenvolvidas nos países de menor desenvolvimento humano: Haiti, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Guiana, Bolívia, Paraguai, El Salvador, Suriname e República Dominicana. O montante de recursos aportados pela ABC para a cooperação com esses países representa cerca de 37% do orçamento disponibilizado para a cooperação bilateral na América Latina e no Caribe, como pode ser observado na Tabela 2, apresentada adiante.

O volume total investido na cooperação bilateral na região em 2015 soma US\$ 1.179.483,05, dos quais US\$ 569.304,59 correspondem a recursos descentralizados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e US\$ 104.934,74 aos recursos aportados pelo Ministério da Defesa (MD) – ou seja, apenas US\$ 505.243,72 do orçamento da ABC foram executados na cooperação bilateral com os países da América Latina e Caribe. Em relação a 2014, esse montante representa uma redução de 19% de recursos executados – considerando ainda as contribuições da ANA e do MD (esse decréscimo alcança 65%, se forem considerados apenas os recursos oriundos da ABC). Cabe ressaltar, nesse contexto, as severas restrições orçamentárias impostas à ABC que tiveram início em 2010 e que vêm se agravando. Cumpre esclarecer também que, no intuito de mitigar o impacto negativo do quadro de contingenciamento de recursos, além de buscar fontes de recurso alternativas para financiamento das iniciativas, por instrução da Diretoria da ABC, os projetos e programas têm sido renegociados, com vistas ao compartilhamento dos custos com as demais instituições e Governos envolvidos nas ações e a retirada da pauta daquelas iniciativas cujo ritmo de implementação não é considerado satisfatório pelas instituições coordenadoras.

Cabe ressaltar que, em avaliação estratégica interna, realizada em fevereiro de 2015, estimava-se que – na ausência de fatos ou eventos supervenientes – o prognóstico da execução financeira neste ano seria de US\$ 700 mil. O que se observa é que a execução dos recursos da ABC foi ainda menor que o previsto (o que pode ser explicado, por exemplo, pela renegociação dos programas), mas o aporte de recursos de instituições parceiras permitiu uma execução financeira 68% superior ao estimado no início do ano, com a realização de 127 ações (uma redução de apenas 16%, em comparação a 2014).

Merece destaque, em 2015, a realização do II Fórum de Cooperação Internacional em Bancos de Leite Humano, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com a ABC. O evento teve por objetivo discutir estratégias para o fortalecimento da Rede Global de Bancos de Leite

Humano (BLH), o compartilhamento de boas práticas com os países receptores da cooperação, a premiação de jovens pesquisadores, além da certificação de tutores e consultores internacionais da Rede para o período de 2015-2020. O Ato Solene, ocorrido no dia 23 de setembro, contou com a participação de diversas autoridades, entre elas o então Ministro da Saúde do Brasil, Doutor Arthur Chioro, a Primeira Dama do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, e o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação. Ressalta-se ainda que, a convite da ABC, participaram do evento cerca de 50 representantes estrangeiros, entre Embaixadores acreditados no Brasil e especialistas de destaque da Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Espanha, Equador, Guatemala, Honduras, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Na ocasião, destacou-se que, desde 2005, foram beneficiados com leite humano 1.259.735 recém-nascidos, além de 12.401.681 mulheres que tiveram a oportunidade de prosseguir com a amamentação de seus filhos graças à ação assistencial direta praticada pela Rede. Atualmente, a cooperação é realizada em 22 países na América do Sul, América Central e Caribe, além de 1 da África.

Ressalta-se também, em 2015, o estreitamento da parceria entre a ABC e a Agência Nacional de Águas, no intuito de promover o fortalecimento das capacidades dos países da América do Sul em matéria de gestão dos recursos hídricos. À luz da necessidade de fortalecer a integração regional entre esses países, que compartilham importantes fronteiras hídricas, as duas Agências iniciaram esforços conjuntos para desenvolver um programa de cooperação técnica em benefício da região. Ao longo de 2015, foram realizadas missões de prospecção e negociação de projetos com Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Suriname e estão previstas para 2016 visitas técnicas a Colômbia, Guiana e Venezuela, além de Costa Rica e Haiti. Ademais da América do Sul, a parceria entre a ANA e a ABC tem apoiado o fortalecimento institucional de países da América Central e do Caribe, com ênfase para os cursos oferecidos aos países membros da CARICOM. Em 2015, foi realizado o curso "Planejamento, Implantação e Operação de Redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas", em Bridgetown (Barbados), que permitiu a capacitação de 16 participantes caribenhos.

Cabe destacar também a conclusão do Projeto "Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal", iniciado em 2012, cujo objetivo é apoiar o fortalecimento das capacidades locais no uso sustentável dos recursos renováveis. O projeto propiciou, inclusive, a participação de técnicos e produtores nicaraguenses no I Fórum Brasileiro de Bioenergia, realizado na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, o que trouxe importantes subsídios para que sejam alcançados os objetivos propostos. No período de 6 de abril a 15 de maio de 2015, foram construídos pelos produtores locais, sob a orientação de técnicos da UFV, 5 fornos queimadores e 3 fornalhas, nas localidades de Apompuá, Tamborcito e Dilpito. Esses fornos possibilitam máxima produção de carvão vegetal, com elevada qualidade e com baixa emissão de gases poluentes, sendo os mais utilizados no Brasil. Em outubro de 2015, foi realizada a capacitação final dos produtores para otimização do uso dos fornos. Considerando os excelentes resultados alcançados pelo projeto, a Nicarágua apresentou a proposta de um segundo projeto, que foi elaborado durante a II Reunião do Grupo de Trabalho, realizada em Manágua em outubro de 2015, com o objetivo de modernizar as técnicas de implantação de plantações energéticas, para a produção de material genético de lenha e carvão vegetal.

Na cooperação com o Haiti, destaca-se a destinação de US\$ 17 milhões do Fundo para Reconstrução do Haiti (FRH) para a implementação do projeto "Centro de Formação Profissional Brasil – Haiti". Cumpre recordar que o Brasil realizou doação de US\$ 55 milhões ao Fundo, após o terremoto de 2010 – tratando-se, portanto, de recursos oriundos do Governo brasileiro. O Centro de Formação Profissional, que será implementado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), será executado sob a coordenação da ABC e tem por objetivo contribuir para os esforços de reconstrução nacional, recuperação econômica e desenvolvimento social, por meio da implantação de uma escola piloto, com cursos nas áreas de engenharia civil, costura, eletricitista predial, carpintaria, mecânica de automotivos e motocicletas e operador turístico.

Ainda no âmbito da cooperação com o Haiti, pode-se sublinhar a retomada de importante iniciativa na área agrícola. O projeto "Revitalização da Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR)" foi objeto de negociações entre a ABC, a Embrapa e o Governo haitiano em missão realizada no mês de setembro. Na ocasião, acordou-se que o projeto terá sua conclusão prevista com a implantação de uma estação meteorológica na fazenda, além de capacitações técnicas em máquinas agrícolas e montagem de sistema de irrigação.

Ressalta-se igualmente a realização da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana, ocorrida em São Domingos, em junho de 2015. A abertura dos trabalhos foi realizada no contexto da Reunião dos Chanceleres da República Dominicana e do Brasil, em 22 de junho. Após o encontro ministerial, foi dado andamento aos trabalhos nos temas de cooperação técnica, que resultou na negociação de oito novas iniciativas, em diversos temas considerados prioritários pelos países, além da avaliação de sete projetos em execução ou concluídos recentemente.

Em julho de 2015, os Governos brasileiro e mexicano assinaram o projeto "Agricultura Tropical", considerado prioritário pelo Governo daquele país. A iniciativa consiste em capacitar técnicos mexicanos em culturas que possam ser desenvolvidas no trópico úmido do México, região conhecida pela concentração de população mais pobre. Em setembro de 2015, houve um encontro realizado em Brasília em que especialistas de ambos os países definiram o cronograma de execução do projeto para 2016. Além disso, ainda em 2015, já foram realizados treinamentos em matéria de cultivos florestais, bem como de produção de citros, café e palma de óleo.

Além da cooperação técnica bilateral em setores tradicionais, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) mantém parceria com a Divisão de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa (DAI-MD), para viabilizar a participação de militares de diversos países do continente americano em cursos oferecidos pelas Forças Armadas, os quais intensificam as relações bilaterais com os países por meio da transmissão de conhecimentos específicos da experiência militar brasileira. Amparada pelo Convênio de Cooperação Técnica na Área da Defesa entre a ABC e a DAI-MD, celebrado em 4 de maio de 2010, a mencionada parceria resultou na realização de 9 cursos em 2015, beneficiando militares da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Nicarágua, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai e Venezuela.

Ainda no âmbito da cooperação em matéria de defesa, destaca-se a realização em Salvador-BA, em novembro de 2015, do seminário "Operações de Paz – ZOPACAS". O evento teve por objetivo promover a troca de experiências sobre procedimentos adotados pelos países no processo de paz, serviços médicos, dilemas éticos, entre outros. O seminário contou com a participação de cerca de 40 participantes estrangeiros de Angola, Argentina, Namíbia, Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Togo, e Uruguai. Com a conclusão do evento, os representantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) reafirmaram o compromisso para a preservação da paz no Atlântico Sul levando aos respectivos Governos as boas práticas e lições aprendidas durante a realização do encontro.

Tabela 2. Recursos Gastos por País em 2015

País	Recursos Gastos (ABC) em US\$	Número de projetos concluídos ou em execução	Número de projetos e atividades isoladas em negociação	Número de atividades isoladas executadas
Argentina	3.760,85	4	0	1
Bolívia	13.418,37	2	2	2
Chile	11.409,37	1	0	0
Colômbia	0,00	4	1	0
Equador	40.375,20	8	4	1
Guiana	0,00	4	0	0
Paraguai	4.734,36	1	5	0
Peru	41.970,21	15	6	1
Suriname	43.565,90	6	7	1
Uruguai	424.611,19	7	3	0
Venezuela	0,00	7	0	0
Subtotal América do Sul	583.845,45	59	28	6
Belize	0,00	0	0	0
Costa Rica	0,00	1	3	0
El Salvador	59.439,31	8	5	1
Guatemala	36.912,57	5	0	0
Honduras	19.928,71	8	0	0
México	17.159,76	11	5	0
Nicarágua	62.715,20	5	5	1
Panamá	0,00	5	0	0
Subtotal América Central e do Norte	196.155,55	43	18	2
Antígua e Barbuda	0,00	0	2	0
Bahamas	0,00	0	3	0
Barbados	0,00	3	3	0
Caricom	51.405,90	1	0	3
Cuba	0,00	14	0	0
Dominica	0,00	0	1	0
Granada	0,00	0	1	0
Haiti	3.279,56	3	0	0
Jamaica	0,00	0	0	0
República Dominicana	106.512,77	4	6	2
Santa Lúcia	0,00	0	2	0
São Cristóvão e Névis	0,00	0	3	0
São Vicente e Granadinas	0,00	0	2	0
Trinidad e Tobago	0,00	0	0	0
Subtotal Caribe	161.198,23	25	23	5
Armênia	0,00	0	0	0
Azerbaijão	0,00	0	0	0
Geórgia	0,00	0	0	0
Ucrânia	0,00	0	0	0
Subtotal Leste Europeu	0,00	0	0	0

Área de Defesa	238.283,82	0	0	9
Total	1.179.483,05	127	69	22

B. Descrição Detalhada das Atividades de Cooperação Técnica por País

1. ANTIGUA E BARBUDA

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda encontra-se em vigor segundo informações fornecidas pela Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty. O Governo antiguano já apresentou as áreas prioritárias para o desenvolvimento da futura cooperação, a saber: agricultura, esporte e empreendedorismo.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho. Como resultado das reuniões, foram elaboradas atividades na área de recursos hídricos e agricultura para serem executadas ao longo de 2014 e 2015.

As iniciativas na área de gestão de recursos hídricos estão sendo executadas conjuntamente entre representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar com mais eficiência os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, em outubro de 2014, e a segunda capacitação em outubro de 2015, em Barbados, porém não houve participação do Governo antiguano nas atividades executadas.

Não houve execução financeira em 2015.

I) ATIVIDADES ISOLADAS (2)

i.i) EM EXECUÇÃO (1)

Meio Ambiente

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Antígua e Barbuda

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Antígua e Barbuda

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC:	US\$ 63.538,00
ANA:	US\$ 36.000,00
Total:	US\$ 99.538,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: Não houve participação do Governo antiguano na atividade realizada em outubro de 2015 em Barbados.

i.ii) CONCLUÍDAS OU ENCERRADAS (1)

2) Título: Capacitação em aproveitamento e uso das águas da chuva para as condições de Antígua e Barbuda

Objetivo

Aumentar o conhecimento de um funcionário do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca na tecnologia de aproveitamento e uso de águas da chuva para as condições de Antígua e Barbuda, com o objetivo de aumentar a água avaliável para uso em irrigação na agricultura.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Antígua e Barbuda

Custos

ABC: US\$ 5.715,00

Embrapa: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: A atividade isolada foi negociada e elaborada por ocasião da visita do Diretor da ABC ao país, realizada em novembro de 2013. A atividade não pode ser realizada em 2014 por falta de quórum, da mesma forma que em 2015, assim sendo, a atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

2. ARGENTINA

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina foi assinado em 9 de abril de 1996, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas definidos como prioritários para os governos dos dois países.

Em novembro de 2015 foi realizada missão de prospecção para elaboração de iniciativa em matéria de recursos hídricos. Na ocasião, a ABC retomou negociações com a chancelaria argentina para dar dinamismo à pauta de cooperação.

Ao todo, o custo da implementação dos projetos e atividade isolada foi de US\$ 3.760,85 em 2015.

Os projetos que compõem a pauta com o país são:

I) PROJETOS (4)

I.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (4)

1) Título: Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue

Objetivo

Fortalecer o Programa de Controle da Dengue na Argentina, por meio do intercâmbio de experiências em controle da doença.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS/BR)

Pelo lado argentino: Ministério da Saúde (MS/AR)

Custos

ABC: US\$ 108.190,00

MS/AR: US\$ 30.300,00

Total: US\$ 138.490,00

Situação em fins de 2015: projeto concluído em razão da ausência de resposta das instituições executoras sobre a realização das próximas atividades.

2) Título: Transferência de Cultivares e Técnicas para o Melhoramento das Batatas

Objetivo

Aumentar a variedade genética deste cultivo para elevar sua qualidade final e fortalecer as cadeias de produção e comercialização de batatas em ambos países

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Pelo lado argentino: Instituto Nacional de Tecnologias Agropecuárias – INTA

Custos

ABC:	US\$ 10.440,00
FO/AR:	US\$ 9.112,00
Embrapa	US\$ 57.800,00
INTA	US\$ 29.700,00
Total	US\$ 107.052,00

Situação em fins de 2015: projeto concluído em razão da ausência de resposta das instituições executoras sobre a realização das próximas atividades.

3) Título: Assistência Técnica para a Implementação da Casa de Direitos no bairro de Jacintinho, em Maceió - Alagoas

Objetivo

Fortalecer a capacidade do Governo do Estado de Alagoas na prestação de serviços judiciais e extrajudiciais de assistência e proteção dos direitos humanos, em regiões de ampla vulnerabilidade social e econômica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria de Reforma Judicial do Ministério da Justiça

Pelo lado argentino: Ministério da Justiça e Direitos Humanos da República Argentina

Custos

MJ	US\$ 9.000,00
FO-AR	US\$ 13.000,00
Total	US\$ 22.000,00

Situação em fins de 2015: Projeto concluído com sucesso.

4) Título: Fortalecimento das Farmacopéias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopéia Regional

Objetivo

Ampliar o escopo do trabalho desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina – MICBA, com vistas à criação futura de uma Farmacopéia Regional que possibilitará menor dependência da importação de Substâncias de Referência de outras Farmacopéias, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o fortalecimento econômico da região.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado argentino: Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia (ANMAT)

Custos

ABC	US\$ 98.360,00
FO-AR	US\$ 96.116,00
ANVISA	US\$ 191.820,00
ANMAT	US\$ 175.260,00
Total	US\$ 561.556,00

Situação em fins de 2015: Atividade A 6.3 realizada em Buenos Aires, no mês de novembro de 2015.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

Em novembro de 2015 foi realizada missão de prospecção para elaboração de iniciativa em matéria de recursos hídricos. Na ocasião, a ABC retomou negociações com a chancelaria argentina para dar dinamismo à pauta de cooperação.

3. BAHAMAS

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas encontra-se em negociação entre os dois países desde fevereiro de 2010. A minuta de texto está em processo de aprovação pela contraparte bahamense. Segundo nota do Ministério de Negócios Estrangeiros daquele país, o texto do Acordo deve passar pela aprovação do "Cabinet", antes da assinatura. Não obstante, o Governo bahamense já elegeu as áreas de saúde (combate ao HIV/AIDS) e agricultura como prioritárias para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação técnica entre os dois países.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho. Como resultado das reuniões, foram elaboradas atividades na área de recursos hídricos e agricultura para serem executadas ao longo de 2014 e 2015. Das duas capacitações na área de recursos hídricos apenas a de Barbados foi realizada em outubro de 2015. O país enviou um participante para atender a capacitação na área de recursos hídricos.

Não houve execução financeira em 2015.

Seguem, abaixo, os projetos que atualmente compõem a cooperação técnica com o país:

I) ATIVIDADES ISOLADAS (3)

i.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Bahamas

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Bahamas

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC: US\$ 63.538,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: Houve a participação de um representante na capacitação realizada em Barbados.

i.ii) CONCLUÍDAS OU ENCERRADAS (2)

1) Título: Treinamento em Tecnologias de Produção de Frutas Tropicais

Objetivo

Reforçar as capacidades do Governo das Bahamas para a execução do seu "20 Years Plan" para o setor agrícola, especialmente na implementação do "Instituto de Pesquisa em Agricultura e Ciência Marinha de Bahamas", na área de Produção de Frutas Tropicais.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Bahamas

Custos

ABC: US\$ 7.700,00

Embrapa: US\$ 16.000,00

Total: US\$ 23.700,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

2) Título: Treinamento em Tecnologias para Produção de Verduras em Estufas

Objetivo

Reforçar as capacidades do Governo das Bahamas para a execução do seu "20 Years Plan" para o setor agrícola, especialmente na implementação do "Instituto de Pesquisa em Agricultura e Ciência Marinha de Bahamas", na área de Produção de Verduras em Estufas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Bahamas

Custos

ABC: US\$ 7.700,00

Embrapa: US\$ 16.000,00

Total: US\$ 23.700,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

4. BARBADOS

O Programa de Cooperação Brasil – Barbados possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em 21 de novembro de 2004.

No contexto da Cúpula Brasil-CARICOM, ocorrida em abril de 2010, foram assinados 3 (três) Ajustes Complementares para a implementação de projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e saúde. As iniciativas na área de agricultura contemplam a capacitação de recursos humanos para a produção de biocombustíveis e de frutas e vegetais. Na área da saúde, o foco é o fortalecimento ao combate ao vírus HIV.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho. Como resultado das reuniões, foram elaboradas atividades na área de recursos hídricos e agricultura para serem executadas ao longo de 2014 e 2015. Não houve execução orçamentária em 2015.

Seguem, abaixo, os projetos que atualmente compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (3)

i.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (3)

1) Título: Capacitação de Recursos Humanos para a Produção de Etanol a partir de Cana de Açúcar em Barbados.

Objetivo

Melhorar a capacidade técnica para a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar em Barbados.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado barbadiano: Ministério da Agricultura de Barbados

Custos

ABC: orçamento em elaboração

Total: orçamento em elaboração

Duração Prevista: não definido

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

2) Título: Treinamento de Técnicos Barbadianos na Produção de Vegetais e Frutas em Estufas e em Campos Abertos.

Objetivo

Desenvolver a produção barbadiana de vegetais e frutas com o objetivo de incrementar o suprimento para o mercado interno, bem como especializar técnicos locais envolvidos no setor agrícola.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado barbadiano: Ministério da Agricultura de Barbados

Custos

ABC: orçamento em elaboração

Total: orçamento em elaboração

Duração Prevista: não definida

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

3) Título: Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Barbados

Objetivo

Capacitar técnicos barbadianos no monitoramento e avaliação, administração, políticas, planejamento estratégico, testagem, aconselhamento, tratamento e atenção, desenvolvimento de campanhas, promoção da saúde e políticas relativas à prevenção do HIV e aos direitos humanos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde do Brasil

Pelo lado barbadiano: Comissão Nacional de HIV/AIDS – Ministério da Saúde de Barbados

Custos

ABC: US\$ 126.640,00

MSB: US\$ 1.200,00

Total: US\$ 127.840,00

Duração Prevista: 24 meses.

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (3)

ii.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Barbados

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Barbados

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC: US\$ 63.538,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: foi realizada, em outubro de 2015, em Bridgetown-Barbados, capacitação em "Planejamento, Implementação e Operação de Redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas", que contou com a presença de 6 representantes do governo barbadiano.

ii.i) CONCLUÍDAS OU ENCERRADAS (2)

1) Título: Capacitação em tecnologias pós-colheita de legumes

Objetivo

Aumentar a competitividade e a sustentabilidade do setor de legumes na agricultura de Barbados através da diminuição das perdas após a colheita com o uso das tecnologias de pós-colheita.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Barbados

Custos

ABC: US\$ 15.620,00

Embrapa: US\$ 11.200,00

Governo de Barbados US\$ 4.000,00

Total: US\$ 27.240,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em novembro de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

2) Título: Capacitação em Tecnologia da Produção de Fruta Tropical Orgânica

Objetivo

Aumentar o conhecimento de um funcionário fazer Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca na tecnologia de aproveitamento e uso de águas da chuva para as condições de Antígua e Barbuda, com o objetivo de aumentar a água avaliável para uso em irrigação na agricultura.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Barbados

Custos

ABC: US\$ 15.620,00
Embrapa: US\$ 8.000,00
Governo de Barbados US\$ 3.400,00
Total: US\$ 26.520,00
Duração Prevista: 12 meses

Situação em novembro de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

5. BELIZE

O Programa de Cooperação Brasil – Belize possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em 7 de junho de 2005 e em vigor desde 3 de novembro de 2008.

Em julho de 2009, realizou-se missão multidisciplinar da ABC, que resultou na elaboração de 4 projetos na área agrícola. Posteriormente, em 2010, a partir de demanda do Governo de Belize foi assinado projeto de cooperação técnica em bancos de leite humano.

O programa de cooperação técnica com Belize consistia de 5 (cinco) projetos, sendo 4 (quatro) na área agrícola e 1 (um) na área de saúde. Em 2011 foram gastos US\$ 25.608,14 com a execução das primeiras atividades do projeto “Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize”. Porém, conforme informado pelo Vice-Ministro de Agricultura e Pesca de Belize, a partir de 2010, o Governo belizenho encontrou dificuldades administrativas para dar seguimento aos projetos de cooperação. Com relação ao projeto de bancos de leite humano, este dependia, para seu início, da conclusão da reforma que estava sendo realizada no hospital que abrigaria a unidade, o que não ocorreu. Portanto, não houve investimento nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Diante do exposto e como o Governo belizenho não manifestou interesse na continuação da cooperação, a vigência de todos os projetos expirou e as iniciativas não constam mais da pauta bilateral.

6. BOLÍVIA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996, em vigor desde 20 de julho de 1998.

Realizou-se, entre 10 e 13 de agosto de 2015, missão conjunta ABC/ANA a La Paz para a negociação de projeto na área de gestão dos recursos hídricos. Na ocasião, foram mantidas igualmente reuniões entre a ABC, a Chancelaria boliviana e o Vice-Ministro de Investimento Público e Financiamento Externo (VIPFE), para revisão do programa bilateral.

Ao final de 2015, o programa contava com um total de 3 (três) projetos, sendo 1 (um) em execução e 2 (dois) em negociação – entre os quais o projeto “Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integral dos Recursos Hídricos no Estado Plurinacional da Bolívia”, negociado durante a missão. O Governo boliviano apresentou, ainda, outras 12 (doze) novas demandas, em estágio preliminar, que estão sendo analisadas pela ABC e pelas instituições brasileiras, com vistas à inclusão das propostas prioritárias na pauta da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, a ocorrer em data a ser acordada entre as partes.

Destaca-se a conclusão, com êxito, do projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno”, cuja missão de avaliação, realizada em La Paz, no período de 5 a 16 de outubro de

2015, considerou os resultados positivos – tendo sido atendidas, inclusive, as recomendações sugeridas pela missão técnica de setembro de 2012.

Os recursos despendidos com o programa bilateral totalizaram US\$ 13.418,37 em 2015.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (4)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (2)

1) Título: Fortalecimento do Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia para uma Política Museológica Inclusiva e Participativa

Objetivo

Fortalecer os conhecimentos e as capacidades de funcionários do Museu Nacional de Arqueologia - MUNARQ (Museu Nacional de Arqueologia) em relação à gestão integrada de museus e de acervos arqueológicos, de forma a embasar uma política pública para o setor de museus.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Pelo lado boliviano: Ministério de Culturas e Turismo

Custos

ABC: US\$ 47.714,00

IBRAM: US\$ 7.701,65

Total: US\$ 55.415,65

Situação em fins de 2015: A minuta do projeto foi aceita por ambas as partes e o tema deverá ser incluído na pauta da próxima reunião bilateral.

2) Título: Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integral dos Recursos Hídricos no Estado Plurinacional da Bolívia

Objetivo

Fortalecer institucionalmente a governabilidade da gestão integrada dos recursos hídricos em conformidade com a normativa interna do Estado Plurinacional da Bolívia.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado boliviano: Ministério de Meio Ambiente e Água (MMAyA)

Custos

ABC: US\$ 274.646,00

ANA: US\$ 57.000,00

MMAyA: US\$ 45.550,00

Total: US\$ 377.196,00

Situação em fins de 2015: A minuta do projeto foi enviada à ANA para finalização. Uma vez elaborada a versão definitiva do documento, o texto deverá ser encaminhado ao lado boliviano para aprovação.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (2)

1) Título: Fortalecimento do Sistema de Recursos Genéticos do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento do INIAF da Bolívia, por meio da capacitação dos recursos humanos em práticas de conservação de recursos genéticos, visando ao aumento da produção de alimentos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado boliviano: Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)

Custos

ABC: US\$ 97.976,00

Embrapa: US\$ 22.800,00

Total: US\$ 120.776,00

Situação em fins de 2015: Foram realizadas concomitantemente as atividades A1.4 e A1.5 em setembro de 2015. Aguarda-se proposta de cronograma para a realização das últimas atividades em 2016.

2) Título: Apoio à implementação do Banco de Leite Materno

Objetivo

Estabelecer e implementar um banco de leite materno, na Bolívia, desenvolvendo um processo contínuo de Assistência Técnica para a organização e o funcionamento, a fim de convertê-lo num Centro de Referência da Bolívia para que este modelo seja reproduzido em outros hospitais, possibilitando a criação no futuro de uma Rede de Bancos de Leite no país.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS), FIOCRUZ e Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano

Pelo lado boliviano: Ministério da Saúde e Esportes (MSE)

Custos

ABC: US\$ 53.783,00

FIOCRUZ: US\$ 12.369,00

MSE: US\$ 100,00

Total: US\$ 66.252,00

Situação em fins de 2015: A missão de avaliação final do projeto foi realizada em La Paz, no período de 5 a 16 de outubro de 2015.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (2)

Foram realizadas 2 (duas) missões de prospecção no âmbito do programa bilateral com a Bolívia em 2015. Entre 29 e 31 de julho, realizou-se missão de prospecção para identificar possíveis áreas de cooperação entre instituições bolivianas e brasileiras, em matéria de gestão dos recursos hídricos, no âmbito do Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. A missão foi resultado da visita do Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas à Bolívia, ocorrida em maio do mesmo ano. Ainda no contexto dos resultados da missão do Diretor Presidente da ANA a La Paz, foi realizada missão conjunta ANA/ABC, entre 10 e 13 de agosto, que resultou na minuta do projeto "Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integral dos Recursos Hídricos no Estado Plurinacional da Bolívia".

7. CARICOM

Encontra-se em tramitação o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília no dia 26 de abril de 2010, que deverá ser o amparo jurídico do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Caricom.

O Brasil e a região do Caribe possuem matrizes históricas e culturais que lhes permitem conferir especial importância para o desenvolvimento de relações de cooperação Sul-Sul nos campos econômico, social e técnico-científico. Reunidos em Brasília, no mês de abril de 2010, os países-membros da Comunidade do Caribe (Caricom) e o Brasil, por meio da Declaração de Brasília, manifestaram firme disposição em avançar, em conjunto, a busca pelo desenvolvimento socioeconômico da região.

Entre os compromissos estabelecidos durante a Cúpula Brasil-Caricom (abril de 2010), além da Declaração de Brasília, foram assinados os Acordos de Cooperação Técnica Bilateral com o Secretariado da Caricom e com os Governos de Dominica, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas, que se somam aos Acordos já existentes com os Governos de Barbados, Belize, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago. Por meio desses instrumentos jurídicos e de Memorandos de Entendimento firmados, tanto no âmbito bilateral, quanto com a Secretaria da Caricom, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, tem buscado intensificar a cooperação com os países caribenhos. Cumpre ressaltar que alguns documentos encontram-se atualmente em fase de assinatura pelos respectivos Governos caribenhos ou pendentes de aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse contexto, destaca-se que projetos de cooperação técnica somente poderão ser assinados e executados após o Acordo Básico com o respectivo país entrar em vigor.

A partir das demandas por capacitação de recursos humanos apresentadas pelos países-membros da Caricom, o Brasil estabeleceu um programa de cursos na área agrícola, que foi apresentado pelo Senhor ME durante o 22º Encontro Interseccional da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, realizado em fevereiro de 2011. A iniciativa teve por objetivo aproximar os países caribenhos das soluções adotadas pelas instituições brasileiras de destaque no desenvolvimento de pesquisas no setor agrícola, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O programa possibilitou, entre 2011 e 2012, a realização de 10 (dez) ações pontuais de cooperação (treinamentos, cursos de capacitação, missões de diagnóstico e consultoria especializada) abertas a todos os países da Caricom, que contaram com a coordenação e o apoio financeiro da ABC. Ao todo, já foram beneficiados mais de 88 (oitenta e oito) profissionais, de 14 (quatorze) países-membros da Caricom.

Para execução nos anos de 2012 e 2013, o Governo brasileiro elaborou novo programa de cooperação técnica para os países caribenhos, que se caracteriza pelo incremento e pela diversificação das instituições brasileiras envolvidas e contempla 8 (oito) atividades de capacitação nas áreas de pecuária, produção de sementes, planejamento do uso do solo e preservação ambiental. Em relação ao programa anterior, a ABC incluiu cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que promoverá treinamentos no setor de pecuária, e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o qual aportará conhecimentos sobre o planejamento para o uso do solo.

A ABC realizou, ao longo de 2013, 3 (três) iniciativas de capacitação nas áreas agrícola e de segurança alimentar. Em 2014 realizaram outras três iniciativas nas áreas de recursos hídricos, agricultura e pecuária e está realizando as gestões pertinentes junto às instituições executoras para a realização de outras 2 (duas) capacitações em 2016.

Em 2011 e em 2012 foram executados, respectivamente, US\$ 36.744,12 e US\$ 110.677,25. Em 2013, foram executados US\$ 119.895,09 e em 2014 US\$ 118.694,56. Desse montante total executado em 2014, vale salientar que US\$ 60.429,08 foram utilizados por meio de recursos transferidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) para a execução das atividades isoladas na área de recursos hídricos (BRA/13/008-A025 e A027).

Além das ações de curta duração, o Brasil desenvolve, de forma bilateral, com Jamaica, Guiana, Suriname, Haiti e Belize, amplos e exitosos programas de cooperação. Esses países contam, ao todo, com 47 (quarenta e sete) projetos em execução, nas áreas de saúde, agricultura, formação profissional, desenvolvimento e inclusão social, reconstrução, meio ambiente, gestão pública, energia, geologia e gestão bancária. As relações de cooperação com os países do Caribe têm sido intensificadas de forma qualitativa por meio da realização de projetos estruturantes, como o Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica, que resultou na construção de uma escola técnica na periferia de Kingston que foi entregue em 2014. A unidade de ensino, será utilizada para a realização de cursos baseados na metodologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), voltados à capacitação de jovens e

adolescentes nas áreas de marcenaria, construção civil, manutenção de refrigeradores e mecânica de motores.

Vale destacar, ainda, que, baseada na solidariedade e livre de condicionalidades, a cooperação brasileira vem ganhando especial atenção dos países do Caribe e da América Central em razão da fácil aplicabilidade das soluções adotadas. Os conhecimentos transferidos pelo Brasil abrangem desde a produção de alimentos (melhoramento genético de espécies, aprimoramento de métodos de cultivo, irrigação e colheita, utilização de máquinas agrícolas, criação de animais e processamento de seus subprodutos) até a sua comercialização, etapa que conta com os notórios avanços obtidos pelo Brasil no que tange à formação de cooperativas de produtores voltadas à agregação de valor e ao aumento da renda dos pequenos agricultores. Criadas para atender a necessidade de garantir ao homem as condições de sua manutenção no campo, as técnicas transferidas pelo Brasil permitem obter significativo crescimento da produção agrícola sem a necessidade de vultosos investimentos tecnológicos e de infraestrutura, que, por vezes, inviabilizam a sustentabilidade econômica da agricultura familiar.

As iniciativas na área de gestão de recursos hídricos foram negociadas em âmbito bilateral desde a missão do Diretor da ABC ao Caribe em novembro de 2013. Não obstante, as fases de capacitação serão executadas conjuntamente entre representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar com mais eficiência os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, em outubro de 2014. O segundo curso da iniciativa foi realizada em outubro de 2015, em Bridgetown-Barbados, capacitação em Planejamento, Implementação e Operação de redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas. Está programada para o ano 2016 a realização da capacitação Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos e Hidrometeorológicos, com ênfase em águas superficiais, em Dominica. Vale salientar que os recursos utilizados para a execução das atividades mencionadas é oriundo da Agência Nacional de Águas (ANA).

A execução financeira de 2015 foi de US\$ 51.405,90.

I) PROJETOS (1)

i.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Iniciativa regional de fortalecimento de capacidades e competências na área agrícola (anteriormente chamado de Fazenda modelo)

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento de variedades genéticas de espécies locais mais resistentes e biofortificadas no Caribe, por meio de cursos voltados aos agricultores, técnicos e pesquisadores nos países caribenhos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado caribenho: Países-membros da CARICOM.

Custos

ABC: US\$ 2.500.000,00 (em negociação)

Caricom: (em negociação)

Total: US\$ 2.500.000,00 (em negociação)

Situação em fins de 2015: À margem da 17ª Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias (COFCOR) da CARICOM, ocorrida em Georgetown, Guiana, em 21 de maio de 2014, o Diretor da ABC manteve encontro com representantes de Trinidad e Tobago e da CARICOM, com vistas a esclarecer os questionamentos das partes interessadas e de acordar a versão definitiva do Memorando de Entendimento para implementação da iniciativa. O projeto

em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta do país e da comunidade sobre o texto do ato internacional.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (3)

ii.i) EM EXECUÇÃO (3)

1) Título: Capacitação em Tecnologias Agroflorestais

Objetivo

Capacitar técnicos para atuarem no planejamento, transferência e adoção de tecnologias agroflorestais com geração de impactos na prevenção, redução e reversão da degradação de recursos naturais (biodiversidade, solo e água), provocada pela adoção de sistemas de uso da terra inadequados, assim como na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

Instituições Executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

Pelo lado recipiendário: diversos países-membros da Caricom.

Custos

ABC: US\$ 113.490,00

Total: US\$ 113.490,00

Situação em novembro de 2015: Atividade prevista para ocorrer em 2016.

2) Título: Capacitação em colheita de sementes e produção de mudas de espécies florestais nativas

Objetivo

Promover a capacitação de comunidades rurais, indígenas, de agricultores e membros de associações diversas visando ao manejo de produtos florestais não madeireiros para valorização da floresta em pé, e oferecer suporte aos programas de reflorestamento. O treinamento oferecido pela Embrapa propicia o fomento da atividade de reposição florestal necessária para o incremento de áreas plantadas com espécies aptas ao abastecimento da indústria madeireira.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

Pelo lado recipiendário: diversos países-membros da Caricom.

Custos

ABC: US\$ 113.490,00

Total: US\$ 113.490,00

Situação em novembro de 2015: : Atividade prevista para ocorrer em 2016.

3) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos.

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministérios da agricultura e do meio ambiente de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

Custos

ABC: US\$ 197.254,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 233.254,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: Programada para o ano 2016 a realização da capacitação Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos e Hidrometeorológicos com ênfase em águas superficiais em Dominica.

8. CHILE

O Programa de Cooperação Brasil – Chile é executado ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 26 de julho de 1990, e em vigor desde 28 de setembro de 1992.

O programa é composto de 1 (um) projeto em execução, intitulado "Apoio Técnico para a Implementação da Televisão Digital no Chile". A iniciativa se insere no contexto dos esforços do Governo Federal para disseminação do modelo nipo-brasileiro de televisão digital. Ao longo de 2015, após as negociações com o Ministério das Comunicações para viabilizar a execução das atividades de capacitação pendentes, deu-se início aos treinamentos no formato de uma visita conjunta de representantes chilenos, peruanos e equatorianos a Brasília, seguida de 3 (três) módulos de capacitação. A visita foi realizada de 15 a 19 de junho de 2015 e o primeiro módulo do treinamento ocorreu em Santiago, no período de 10 a 14 de agosto.

Em 2015, foram gastos US\$ 11.409,37 com o programa. Seguem abaixo os dados do projeto que compõe a pauta com o país:

I) PROJETOS (1)

i.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Apoio Técnico para a Implementação da Televisão Digital no Chile.

Objetivo: Apoiar o Governo chileno na formação de capital humano, para a implementação da televisão digital terrestre tendo como base a experiência do Sistema Nipo-Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (ISDB-T).

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério das Comunicações - MC.

Pelo lado chileno: Ministério dos Transportes e das Telecomunicações – MTT

Custos:

ABC: US\$ 309.957,00

MTT: US\$ 132.474,00

Total: US\$ 442.428,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se agendamento dos últimos módulos de capacitação, a serem realizados em 2016.

9. COLÔMBIA

O Programa de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972 e promulgado em 31 de outubro de 1973, por meio do Decreto nº 73.067.

A cooperação técnica bilateral se caracteriza pela diversidade dos temas tratados e pelo incremento do interesse pela troca de experiências e conhecimentos entre Brasil e Colômbia. Em 2015, a Colômbia teve papel de destaque durante a realização o "II Fórum de Cooperação Internacional em Bancos de Leite (BLH)", realizado em Brasília. A Colômbia conta hoje com 8

bancos de leite humano, o que credenciaria o país como o parceiro da cooperação brasileira com o maior número de unidades em funcionamento. Trata-se também do primeiro país a ter tutores nacionais treinados pela FIOCRUZ.

Atualmente, o programa bilateral conta com três projetos em execução ademais de um em processo de assinatura e um concluído.

Está prevista a realização da Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica no primeiro semestre de 2016 para elaboração de novas iniciativas bilaterais. Em 2015, não houve execução orçamentária por parte da ABC, uma vez que as atividades executadas foram custeadas pelo Governo colombiano.

A seguir, são informados os estágios de execução dos projetos:

I) PROJETOS (5)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (1)

1) Título: Pesquisa e Desenvolvimento para a Fabricação e o Controle da Qualidade de Produtos Biológicos na Colômbia

Objetivo

Transferir para o Governo colombiano conhecimentos brasileiros relativos à pesquisa, desenvolvimento, produção e controle da qualidade de produtos biológicos empregados no tratamento de pacientes afetados por intoxicação decorrente de picadas de cobras venenosas ou de outros animais peçonhentos

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Instituto Butantan.

Pelo lado colombiano: Instituto Nacional de Saúde (INS).

Custos

INS: US\$ 14.550,00

Total: US\$ 14.550,00

Situação em fins de 2015: Material biológico (soro) encaminhados à Bogotá entregues em setembro de 2014. Minuta de projeto para negociação para demais atividades.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (4)

1) Título: Intercâmbio de Conhecimentos sobre a Implementação de Tecnologias Limpas na Produção de Gado Colombiana – Fase II

Objetivo

Implementar um sistema piloto silvopastoril, com uso de tecnologias limpas baseadas em microorganismos obtidos na Fase I do projeto, para a produção e melhoria da qualidade do leite (Fase II).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado colombiano: Corporação Colombiana de Pesquisa Agropecuária (Corpoica).

Custos

ABC: USD 24,100.00

Embrapa: USD 20,000.00

Corpoica: USD 21,800.00

APC: USD 12,000.00

Total: USD 77,900.00

Situação em fins de 2015: Publicação será encaminhada por mala diplomática em dezembro de 2015 para distribuição ao Governo colombiano no primeiro trimestre de 2016.

2) Título: Capacitação de Técnicos Colombianos nas Áreas de Monitoramento Hidrológico, de Qualidade de Água e de Automatização das Redes Hidrológicas e Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Recursos Hídricos

Objetivo

Transferir para a Colômbia conhecimentos e técnicas sobre medições de descarga líquidas e sólidas, bem como sobre qualidade de água em grandes rios amazônicos, a fim de desenvolver as bases para uma proposta binacional de trabalho sobre o tema.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA).

Pelo lado colombiano: Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM).

Custos:

ABC:	US\$ 81.837,00
ANA	US\$ 50.000,00
Total	US\$ 131.837,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Atividade A 2.2 realizada no período de 26 a 30 de janeiro de 2015 em Brasília. Prevista a realização de um seminário em março de 2016.

3) Título: Apoio técnico para a Implementação de Bancos de Leite Humano na Colômbia

Objetivo

Implementar Banco de Leite Humano de referência nacional na Colômbia, por meio da transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissionais, a fim de estabelecer bases para uma rede capaz de fortalecer as ações dos programas de atendimento à saúde materna e infantil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz

Pelo lado colombiano: Ministério da Proteção Social

Custos

ABC (financiado pela Colômbia)	US\$ 42.138,00
MS:	US\$ 13.856,50
MPS:	US\$ 15.333,50
Total:	US\$ 71.328,00

Situação em fins de 2015: Segunda fase do projeto, financiada integralmente pela parte colombiana, em execução.

4) Título: Apoio ao processo de reestruturação do Invima com vistas ao seu fortalecimento institucional

Objetivo

Fortalecer a capacidade institucional do INVIMA para cumprir de forma adequada as normas sanitárias no país, por meio da obtenção de ferramentas de planejamento, gestão e melhores práticas, tendo como referência a Agência homóloga brasileira (ANVISA).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Pelo lado colombiano: Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos (Invima)

Custos

ABC	US\$ 91,973.00
Anvisa	US\$ 29,180.00
Invima	US\$ 88,458.00
Total:	US\$ 209,611.00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução, com financiamento assumido pelas instituições executoras. Falta uma atividade para conclusão do projeto.

10. COSTA RICA

O Programa de Cooperação Brasil – Costa Rica está legalmente amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. Atualmente, o programa é composto de 3 (três) projetos, sendo um em execução, três em processo de revisão. Tais projetos abrangem as áreas de saúde, energia e desenvolvimento agrário.

A ABC propôs o compartilhamento das despesas dos projetos em execução com o Governo costarriquenho. De maneira análoga às negociações realizadas com outros países espera-se que o Governo recipiendário possa custear cerca de 70% dos custos operacionais do projeto a fim de viabilizar sua execução. Ao fim de 2015, a ABC recebeu Nota verbal da Embaixada de Costa Rica em Brasília confirmando o interesse em compartilhar os custos dos projetos. As negociações serão retomadas em 2016.

Não houve recursos investidos na cooperação com Costa Rica no ano de 2015. A seguir, um resumo dos projetos e atividades que compõem a cooperação técnica:

I) PROJETOS (4)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ ASSINATURA (3)

1) Título: Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

Objetivo

Melhorar o sistema produtivo dos pequenos agricultores do país, através da estruturação de um sistema de crédito rural para os pequenos produtores, implementação de medidas e políticas de comercialização da produção rural, com amplo processo de capacitação dos produtores nestes temas e incremento da assistência técnica e extensão rural.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Pelo lado costarriquense: Ministério de Agricultura da Costa Rica (MAG)

Custos

ABC:	US\$ 37,085.00
MDA:	US\$ 10,880.00
MAG:	US\$ 12,500.00
Total:	US\$ 60.465,00

Situação em fins de 2015: O texto aprovado pela contraparte costarriquenha foi enviado para análise no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Aguardando parecer e devolução do documento para impressão e assinatura.

2) Título: Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano na Costa Rica

Objetivo

Implementar Banco de Leite Humano de referência nacional na Costa Rica, por meio de um processo contínuo de transferência de tecnologia.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde / Centro de Referência Nacional para Bancos de Leite Humano

Pelo lado costarriquense: Ministério da Saúde de Costa Rica (MSCR)

Custos

ABC:	US\$ 54.840,00
Total:	US\$ 54.840,00

Situação em fins de 2015: Em razão das restrições orçamentárias, a ABC propôs o compartilhamento das despesas. Espera-se que o Governo da Costa Rica possa custear cerca de 70% do projeto para viabilizar sua execução. Após concordância do Governo costarriquenho enviada à ABC em fins de 2015, as tratativas para retomada do projeto serão iniciadas em 2016.

3) Título: Fortalecimento do Modelo de Promoção e Atenção de Saúde Mental Centrada na Comunidade no Marco da Reforma Psiquiátrica da Costa Rica

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento de estratégias para a operacionalização da Política Nacional de Saúde Mental da Costa Rica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado costarriquenho: Ministério da Saúde de Costa Rica - MSCR

Custos

ABC:	US\$ 38.984,00
MS-Brasil	US\$ 8.000,00
MSCR:	US\$ 21.000,00
Total:	US\$ 67.984,00

Situação em fins de 2015: Em razão das restrições orçamentárias, a ABC propôs o compartilhamento das despesas. Espera-se que o Governo da Costa Rica possa custear cerca de 70% do projeto para viabilizar sua execução. Após concordância do Governo costarriquenho enviada à ABC em fins de 2015, as tratativas para retomada do projeto serão iniciadas em 2016.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Análise da Institucionalidade do Sistema Elétrico Brasileiro e da Aplicabilidade em um Novo Modelo de Mercado para o Setor Elétrico de Costa Rica – Alcances e Implementação

Objetivo

Analisar a evolução das instituições e o modelo do setor elétrico no Brasil, a fim de determinar a sua aplicabilidade nas funções do Instituto Costarriquenho de Eletricidade na Costa Rica como operador do sistema e operador do mercado nacional de energia elétrica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Pelo lado costarriquenho: Instituto Costarriquenho de Eletricidade - ICE

Custos

ABC:	US\$ 81.351,00
Total:	US\$ 81.351,00

Situação em fins de 2015: A primeira atividade do projeto (A1.1), consistiu em seminário realizado em São José, na Costa Rica, que contou com a participação de 6 representantes da ANEEL e CCEE e mais de 50 representantes do ICE da Costa Rica. A A2.2 foi realizada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro entre os dias 06 e 10/08/2012. As demais atividades do projeto aguardam recursos orçamentários da ABC para serem executadas.

11. CUBA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba foi instituído no ano de 1997, por ocasião da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a qual

estabeleceu a formação de dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica.

As áreas de agricultura, saúde e justiça destacam-se pelo dinamismo das atividades e pelo caráter prioritário concedido pelo Governo cubano a tal cooperação. Nesse sentido, ao longo de 2014, destaca-se, sobretudo, a execução do projeto na área de justiça, intitulado “Apoio à Modernização dos Sistemas de Tribunais em Cuba”, o qual apresentou intenso intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em suas respectivas áreas.

Importante característica da cooperação entre os dois países é o caráter de “mão-dupla” de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas.

Em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação das iniciativas, foram mantidos 5 projetos dos 14 iniciais .

Ao longo de 2015, não foram executadas atividades no âmbito do programa bilateral Brasil-Cuba.

I) PROJETOS (14)

II.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (14)

1) Título: Transferência de metodologias para o controle genético de doenças emergentes, qualidade nutritiva e funcional no tomate e no pimentão - Fase 3

Objetivo

Desenvolver capacidades técnicas voltadas ao emprego de novas tecnologias e técnicas moleculares para o monitoramento da introdução de novos genes de resistência no controle de “isolados” ou espécies de *Begomovirus*, *Tospovirus* e *Crinivirus*.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado cubano: Instituto de Pesquisa Hortícola “Liliana Dimitrova”.

Custos:

ABC:	US\$ 48.060,00
Embrapa:	US\$ 60.000,00
Total:	US\$ 108.060,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

2) Título: Apoio ao processo de diversificação integral agrícola e industrial do setor açucareiro cubano – caprinovinocultura.

Objetivo

Ampliar a capacidade de geração e adaptação de tecnologias de produção de ovinos e caprinos em Cuba, por meio de transferência das experiências acumuladas pela Embrapa e pelos produtores brasileiros.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado cubano: Ministério do Açúcar – Minaz

Custos:

ABC:	US\$ 111.390,00
Minaz:	US\$ 7.500,00
Total:	US\$ 118.890,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

3) Título: Capacitação e Transferência de Metodologias e Tecnologias para o Programa Mais Alimentos em Cuba.

Objetivo

Transferir para o Governo cubano conhecimentos sobre desenvolvimento agrícola, por meio de capacitação técnica, com vistas à obtenção de rendimentos crescentes nas produções de arroz, grãos, carne e leite das cooperativas campesinas de Cuba.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Pelo lado cubano: Ministério da Agricultura (MINAG).

Custos:

ABC:	US\$ 118.630,00
MDA:	US\$ 54.000,00
MINAG:	US\$ 6.000,00
TOTAL:	US\$ 178.530,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

4) Título: Organização e Conservação de Mostras e Materiais Documentais Relacionados com as Investigações Geológicas: Litoteca de Cuba.

Objetivo

Auxiliar o Governo cubano no desenvolvimento de sistema capaz de conservar e organizar mostras e padrões resultantes da atividade geológica e mineira em Cuba, com vistas à futura disposição destas informações.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).

Pelo lado cubano: Oficina Nacional de Recursos Minerais (ONRM).

Custos

ABC:	US\$ 49.900,00
Total:	US\$ 49.900,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

5) Título: Implementação Física do Banco de Dados Geológicos de Cuba.

Objetivo

Implementar o modelo conceitual criado na primeira fase do projeto, com ênfase nas bases de dados de cronolitoestratigrafia, afloramentos geológicos e recursos minerais.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Geológico Brasileiro (CPRM)

Pelo lado cubano: Instituto de Pesquisa de Geologia e Paleontologia (IGP)

Custos

ABC: US\$ 66.648,00 (o orçamento do projeto contempla apenas os custos previstos para desembolso por parte da ABC)

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

6) Título: Fortalecimento institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sidero-mecânica (SIME) de Cuba - Fase III: capacitação em implementação assistida, ensaios de suficiência e calibração de instrumentos de metrologia industrial.

Objetivo

Assessorar e capacitar a os técnicos do CTEC nos seguintes temas: metodologia de

implantação assistida de avaliação da conformidade; fundamentos básicos relativos a ensaios de aptidão, de calibração de instrumentos de medição nas áreas de metrologia mecânica (massa, força e dimensional) e metrologia térmica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Industrial (INMETRO).

Pelo lado cubano: Empresa de Serviços Tecnológicos (CTEC).

Custos

ABC:	US\$ 85.762,00
Inmetro:	US\$ 22.875,00
CTEC:	US\$ 40.090,00
TOTAL:	US\$ 148.727,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

7) Título: Fortalecimento da Organização da Pesquisa Clínica sobre Câncer.

Objetivo

Fortalecer as capacidades do Brasil e de Cuba para realização de pesquisas clínicas sobre tratamento de câncer de acordo com boas práticas utilizadas em ambos os países.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde, por meio Instituto Nacional do Câncer (INCA).

Pelo lado cubano: Centro Nacional Coordenador de Ensaio Clínicos (CENCEC).

Custos

ABC:	US\$ 146.935,00
INCA:	US\$ 7.000,00
CENCEC:	US\$ 1.000,00
Total:	US\$ 154.935,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

8) Título: Estabelecimento de Substâncias de Referência para o Controle de Qualidade de Medicamentos.

Objetivo

Promover o intercâmbio de conhecimento entre Brasil e Cuba com vistas à realização de estudos e ao estabelecimento e monitoramento das substâncias de referência utilizadas no controle de qualidade de medicamentos em ambos os países.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Pelo lado cubano: Centro para o Controle Estatal de Medicamentos, Equipamentos e Dispositivos Médicos – CECMED.

Custos

ABC:	US\$ 55.134,00
Fiocruz:	US\$ 12.800,00
CECMED:	US\$ 5.250,00
TOTAL	US\$ 73.184,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

9) Título: Projeto de Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba – Fase 3.

Objetivo

Fortalecer e qualificar a prestação de serviços odontológicos, nos três níveis de atenção em saúde, no Brasil e em Cuba.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Saúde Bucal.

Pelo lado cubano: Departamento Nacional de Estomatologia (DNE).

Custos

ABC:	US\$ 158.774,00
MS:	US\$ 37.000,00
DNE:	US\$ 1.000,00
TOTAL:	US\$ 196.774,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

10) Título: Assistência técnica para a produção de soja e milho em Cuba – Fase III

Objetivo

Apoiar o Programa “Cubasoy”, desenvolvido pela União Agropecuária Militar de Cuba, na introdução das culturas de milho e soja, com vistas à produção em níveis suficientes, em relação à demanda de alimentos no país.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado cubano: União Agropecuária Militar (UAM).

Custos

ABC:	US\$ 101.332,00
UAM:	US\$ 9.750,00
Total:	US\$ 111.082,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado durante a XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Bilateral Brasil Cuba. Em 2014 foram executadas três atividades. Encontram-se pendentes onze atividades que devem iniciar suas execuções em 2016.

11) Título: Reforço Institucional do Banco Central de Cuba.

Objetivo

Apoiar o Governo cubano na modernização das finanças públicas, por meio da transferência de conhecimentos sobre modelos econômicos baseados na gestão de riscos.

Instituições Executoras:

Pelo lado brasileiro: Banco Central do Brasil.

Pelo lado cubano: Banco Central de Cuba.

Custos:

ABC:	US\$ 244.031,00
Banco Central do Brasil:	US\$ 140.400,00
Banco Central de Cuba:	US\$ 80.986,00
TOTAL:	US\$ 480.327,00

Situação em fins de 2015: As atividades de capacitação pendentes serão executadas ao longo de 2016.

12) Título: Apoio à Modernização Tecnológica do Sistema de Tribunais Populares da República de Cuba.

Objetivo

Oferecer aos cidadãos um serviço jurisdicional de maior celeridade, com transparência, confiabilidade e eficiência, por meio do Sistema Informatizado dos Processos Judiciais.

Instituições Executoras:

Pelo lado brasileiro: Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Pelo lado cubano: Tribunal Supremo Popular de Cuba (TSP).

Custos:

ABC:	US\$ 419.670,00
------	-----------------

Cuba TSP: US\$ 9.000,00
TOTAL: US\$ 428.670,00

Situação em fins de 2015: A última atividade de capacitação pendente será executada ao longo de 2016.

13) Título: Fortalecimento institucional do CECMED e da ANVISA na área de vigilância sanitária.

Objetivo

Fortalecer a capacidade institucional das instituições brasileira e cubana no processo de registro, inspeção e vigilância pós-comercialização de produtos médicos, kits para diagnóstico in vitro, sangue, células e tecidos, medicamentos e insumos farmacêuticos ativos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado cubano: Centro para Controle Estatal de Medicamentos (CECMED)

Custos:

ABC: US\$ 200.045,00
ANVISA: US\$ 16.167,00
CECMED: US\$ 3.823,00
Total: US\$ 220.035,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Atividades restantes previstas para execução em 2016.

14) Título: Apoio técnico para a expansão e consolidação da Rede Cubana de Bancos de Leite Humano.

Objetivo

Consolidar e expandir a Rede Cubana de Bancos de Leite Humano para atender à demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno em Cuba, a fim de integrar o país no processo de Implantação da Rede Iberoamericana.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (Ministério da Saúde).

Pelo lado cubano: Ministério da Saúde Pública.

Custos

ABC: US\$ 50.986,00
Fiocruz: US\$ 21.760,00
MINSAP: US\$ 4.000,00
TOTAL: US\$ 76.746,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Atividades restantes previstas para execução em 2016.

12. DOMINICA

Encontra-se em negociação o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica e nova minuta do ato internacional esta em tramitação no Congresso Nacional.

Em 2010, o Governo de Dominica apresentou as demandas prioritárias para o desenvolvimento da futura cooperação, a saber: a) missão de técnicos da Embrapa a Roseau para treinar funcionários do Governo dominiquense na utilização do solo e no combate a pestes agrícolas;

e b) criação de um sistema de *procurement* (licitações internacionais) para a compra de fertilizantes agrícolas, com o objetivo de baixar os custos de importação do produto.

No contexto dos cursos oferecidos aos países-membros da CARICOM, Dominica indicou representantes para os treinamentos intitulados “Capacitação em Horticultura Orgânica em Áreas Tropicais” e “Capacitação em Recursos Genéticos Vegetais”, realizados entre 2010 e 2011, porém não enviou representantes para os dois cursos realizados em 2013.

Em setembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representante da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho em atenção à demanda local na área de gestão de recursos hídricos.

Em outubro de 2014, em Brasília, curso para capacitação de técnicos caribenhos intitulado “Fortalecimento de Gestão na Área de Recursos Hídricos para Países Caribenhos”, coordenado pela ABC e executado pela Agência Nacional de Águas ANA em 2015 outra atividade em hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas atividade foi executada em Barbados e para o ano de 2016 está agendada para a realização do curso hidrometeorológico com ênfase em águas superficiais em Dominica.

Não houve execução financeira no ano de 2015

I) PROJETOS (0)

Não houve execução de projetos em Dominica, ao longo do ano de 2015.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (1)

ii.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Dominica

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas com a gestão dos recursos hídricos em Dominica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Dominica

Custos

ABC: US\$ 26.810,00

ANA: US\$ 48.000,00

Total: US\$ 74.810,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: Dominica participou da atividade realizada em Barbados em outubro de 2015.

13. EL SALVADOR

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – El Salvador tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador em 20 de maio de 1986 e promulgado pelo Decreto nº 2.833 de 29 de outubro de 1998. Desde sua entrada em vigor, foram realizadas 11 (onze) reuniões de Cooperação Técnica Brasil - El Salvador, a última delas tendo sido realizada em São Salvador, em junho de 2015.

Foram elaborados no âmbito da X Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – El Salvador, realizada em San Salvador, no período de 15 a 19 de junho de 2015, quatro novos projetos na área de agricultura, saúde e meio ambiente, sendo que três foram assinados no dia 30 de novembro.

No Programa de Cooperação, destacam-se os projetos nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, planejamento e saúde. Tais projetos apoiam a reestruturação de políticas públicas em temas prioritários para o Governo salvadorenho e contam com a parceria de instituições brasileiras de excelência, como o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A cooperação em matéria de Banco de Leite Humano, prestada pela Fundação Oswaldo Cruz, foi concluído com excelentes resultados, com a implantação de três Bancos de Leite Humano. (i) Hospital San Juan de Dios, em Santa Ana, inaugurado em outubro de 2012; (ii) Hospital Nacional Especializado de Maternidade, Dr. Raul Arguello Escolán, em São Salvador; inaugurado em outubro de 2012; e (iii) Hospital Regional San Juan de Dios, em San Miguel, propiciou a assinatura da segunda fase do programa em agosto de 2014. Ao longo de 2015, foram executados US\$ 59.439,31 no âmbito do programa bilateral.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (4)

1) Título: Programa Territórios de Progresso, Fase II.

Objetivo:

Consolidar e replicar a metodologia de planejamento, sustentabilidade e gestão do Programa Presidencial Territórios de Progresso em El Salvador.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Pelo lado salvadorenho: Secretaria Técnica da Presidência da República

Custos:

ABC: US\$ 60.103,00

MDA: US\$ 11.840,00

Total: US\$ 71.943,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em outubro de 2013. A minuta de projeto foi acordada durante a IX Comissão Mista de Avaliação de Projetos do Programa de Cooperação Bilateral Brasil – El Salvador, ocorrida no período de 27 a 29 de maio de 2013, em São Salvador. O Ajuste Complementar foi assinado em 1º de novembro de 2013. A primeira atividade do projeto ocorreu no período de 2 a 6 de dezembro de 2013. Em 2015 a ABC recebeu comunicação da Embaixada do Brasil em San Salvador informando que o Governo salvadorenho não teria mais interesse no projeto, devido a mudanças internas no Ministério. Por sua vez, a Embaixada de El Salvador no Brasil solicitou à ABC que aguardasse o recebimento oficial de mensagem solicitando o cancelamento do projeto. A ABC aguarda tal documento.

2) Título: Apoio técnico para criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador.

Objetivo:

Apoiar a criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador, como suporte científico e tecnológico para o Ministério da Saúde e Assistência Social e o Sistema de Saúde da República de El Salvador.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde.

Pelo lado salvadorenho: Ministério Saúde Pública e Assistência Social.

Custos:

ABC: US\$ 169.424,00

MS: US\$ 93.760,00

Total: US\$ 263.184,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em julho de 2010. Foram executadas três atividades no âmbito do projeto. Para sua conclusão, estão previstas outras seis atividades. Tendo em vista a impossibilidade da parte salvadorenha em fornecer a infraestrutura necessária para a realização das capacitações previstas, o projeto não executou nenhuma atividade ao longo de 2014. Como o projeto apresentou baixa implementação com execução média de uma atividade por ano e foi revisado pelas instituições executoras para possibilitar a sua conclusão em 2016.

3) Título: Apoio técnico para a consolidação da rede de bancos de leite humano de El Salvador.

Objetivo:

Consolidar a rede de BLH de El Salvador, para atender a demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio a lactância materna no país.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Pelo lado salvadorenho: Ministério da Saúde de El Salvador (MINSAL).

Custos:

ABC: US\$ 71.712,00

MDA: US\$ 28.800,00

Total: US\$ 100.512,00

Situação em fins de 2015: Projeto e ajuste complementar assinados em agosto de 2014. Foram realizadas ao longo de 2015 quatro atividades. Restam dez atividades para a conclusão do projeto.

4) Título: Apoio ao fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de El Salvador.

Objetivo:

Fortalecer o sistema nacional de sangue e hemoderivados de El Salvador por meio da transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissionais, com vistas a estabelecer as bases de um sistema capaz de atender com segurança e qualidade a necessidade do país.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde/Hemobrás/ANVISA.

Pelo lado salvadorenho: Ministério Saúde Pública e Assistência Social.

Custos:

ABC: US\$ 129.536,00

MS: US\$ 28.320,00

MSPAS: US\$ 28.000,00

Total: US\$ 185.856,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em dezembro de 2010. Foram executadas dezoito atividades no âmbito do projeto. Para sua conclusão, estão previstas duas atividades. Última atividade realizada em maio de 2015. As duas últimas atividades seriam executadas em outubro de 2015, porém, devido às mudanças internas no Ministério da Saúde, deverão ser executadas no primeiro trimestre de 2016.

I.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (5)

5) Título: Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para a Agricultura Familiar de El Salvador.

Objetivo:

Apoiar a elaboração de uma política pública de comercialização agrícola para a agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, a garantia de renda e a melhoria

das condições de vida da população salvadorenha.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Pelo lado salvadorenho: Ministério da Agricultura e Pecuária da República de El Salvador.

Custos:

ABC: US\$ 62.242,00

MDA: US\$ 13.120,00

Total: US\$ 75.362,00

Situação em fins de 2015: A minuta de projeto foi acordada durante a IX Comissão Mista de Avaliação de Projetos do Programa de Cooperação Bilateral Brasil – El Salvador, ocorrida no período de 27 a 29 de maio de 2013, em São Salvador. O Ajuste Complementar foi assinado em 1º de novembro de 2013. O projeto foi assinado pela ABC e pelo Governo salvadorenho em 27 de agosto de 2014. O MDA fez pequenas alterações no projeto que agora encontra-se sob análise do Governo salvadorenho.

6) Título: Proposta de Estratégia para a Implementação do Sistema de Abastecimento e Comercialização do Feijão Vermelho.

Objetivo: Oferecer ao Governo de El Salvador um modelo de sistema de abastecimento e comercialização do feijão vermelho.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Universidade Federal da Bahia

Pelo lado salvadorenho: Ministério da Agricultura e Pecuária da República de El Salvador.

Custos:

ABC: US\$ 36.675,00

UFBA: US\$ 51.750,00

MAG: US\$ 51.750,00

Total: US\$ 140.175,00

Situação em fins de 2015: A UFBA informou que devido às incertezas pelas quais a Universidade passa (greves, restrições orçamentárias, etc.), não poderá assinar o projeto no momento. A ABC está verificando com a Embrapa, se esta poderá executar o projeto.

7) Título: Fortalecimento para a Promoção de Doação de Sangue Voluntária ou Altruísta.

Objetivo: Promover a doação voluntária altruísta como pilar fundamental da segurança transfusional.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado salvadorenho: Ministério de Saúde Pública

Custos:

ABC: US\$ 36.675,00

MINSAL: US\$ 3.000,00

Total: US\$ 39.675,00

Situação em fins de 2015: Projeto firmado em 30 de novembro de 2015.

8) Título: Fortalecimento na Área da Vigilância e Regulação Sanitária em El Salvador.

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população salvadorenha, através da vigilância e da regulação sanitária.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

Pelo lado salvadorenho: Diretoria Nacional de Medicamentos

Custos:

ABC: US\$ 86.945,00

ANVISA: US\$ 19.418,00

DNM: US\$ 18.221,00
Total: US\$ 124.584,00

Situação em fins de 2015: Projeto firmado em 30 de novembro de 2015.

9) Título: Fortalecimento Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos em El Salvador.

Objetivo: Fortalecer as instituições para promover a gestão integrada dos recursos hídricos em El Salvador.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas - ANA

Pelo lado salvadorenho: Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (MARN)

Custos:

ABC: US\$ 76.075,00
ANA: US\$ 24.960,00
MARN: US\$ 81.600,00
Total: US\$ 182.635,00

Situação em fins de 2015: Projeto firmado em 30 de novembro de 2015.

I.ii) CONCLUÍDOS (04)

10) Título: Cooperação técnica para implementação e gestão do sistema de proteção social em El Salvador.

Objetivo:

Prestar cooperação técnica para a concepção, implementação e gestão dos componentes de um Sistema de Proteção Social e das políticas correspondentes em El Salvador.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Pelo lado salvadorenho: Secretaria de Inclusão Social (SIS).

Custos:

ABC: US\$ 162.266,00
MDS: US\$ 17.000,00
SIS: US\$ 5.000,00
Total: US\$ 184.226,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em julho de 2010 e concluído, com êxito, no primeiro semestre de 2015.

11) Título: Cambia tu Vida: Programa de integração social de crianças, adolescentes e jovens vítimas de violência sexual.

Objetivo:

Elevação da qualidade de vida dos jovens e adolescentes salvadorenhos vítimas de violência sexual por meio da formação profissional e a inclusão no mercado de trabalho.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Serviço Social da Indústria (SESI).

Pelo lado salvadorenho: Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento Integral da Infância e a Adolescência (ISNA).

Custos:

ABC: US\$ 184.520,00
SESI: US\$ 92.000,00
ISNA: US\$ 51.400,00
Total: US\$ 327.920,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em maio de 2012. As atividades de capacitação tiveram início no mês de setembro de 2012. A equipe do SESI vem ao longo da execução do

projeto transferindo à equipe salvadorenha, a estratégia de implementação da metodologia da experiência do programa "Vira Vida" implementado pelo SESI a partir de 2008 no Brasil. Houve significativo empoderamento da metodologia do programa pela equipe salvadorenha, bem como um avanço nas ações do projeto ao logo de 2014, que culminaram com a formatura da primeira turma de 25 jovens atendidos pelo programa de capacitação profissional no mês de dezembro. Destes 23 já foram inseridos ao mercado de trabalho. O projeto atende adolescentes e jovens com idade entre 16 e 21 anos, vítimas de abuso ou exploração sexual, oferecendo cursos profissionalizantes com duração média de um ano, além de atendimento psicossocial, médico, odontológico e reforço escolar. O projeto prevê em seu plano de trabalho anual a realização de videoconferências bimestrais, que ocorreram com o objetivo de implantar um sistema regular de coleta e análise de informações entre as equipes salvadorenha e brasileira, contribuindo para o alcance de maior eficácia e qualidade das atividades desenvolvidas. Os encontros visaram igualmente à eficiência na alocação de recursos, de modo a equipe salvadorenha não apenas reproduzisse uma metodologia desenvolvida pelo SESI, mas que se apropriasse dos conhecimentos necessários à implementação de uma política de atendimento de jovens vítimas de violência sexual. As atividades do projeto foram encerradas no primeiro semestre de 2015.

12) Título: Programa de educação alimentar e nutricional Cozinha Brasil – El Salvador.

Objetivo:

Melhorar a qualidade de vida da população com baixo poder aquisitivo por meio de ações de educação alimentar e nutricional.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Serviço Social da Indústria (SESI).

Pelo lado salvadorenho: Secretaria de Inclusão Social da Presidência da República.

Custos:

ABC:	US\$ 148.079,00
SESI:	US\$ 16.800,00
SIS/ELSA:	US\$ 171.200,00
Total:	US\$ 336.079,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em maio de 2012. As atividades de capacitação aos técnicos salvadorenhos iniciaram em setembro de 2012 com a execução de oito atividades. O projeto foi revisado para adequação das responsabilidades financeiras das instituições brasileiras, visando a aquisição dos equipamentos e a doação de uma unidade semi-móvel de capacitação, transportada a El Salvador em setembro de 2014. As atividades de capacitação voltadas à população foram iniciadas utilizando o espaço da cantina do complexo "Ciudad Mujer" localizado em Colón. A cozinha semi-fixa foi instalada e o projeto foi encerrado no primeiro semestre de 2015.

13) Título: Reforço à diversificação agroprodutiva de El Salvador.

Objetivo:

Transferir tecnologias e processos para produção e processamento de várias espécies alimentícias visando aumentar a segurança alimentar da população e oferecer alternativas para pequenos produtores de El Salvador.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Pelo lado salvadorenho: Ministério da Agricultura e Pecuária da República de El Salvador.

Custos:

ABC:	US\$ 121.884,00
EMBRAPA:	US\$ 104.800,00
Gov. ELSA:	US\$ 18.900,00
Total:	US\$ 245.584,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em julho de 2010. Foram executadas nove atividades no âmbito do projeto. Para sua conclusão, estão previstas outras doze atividades.

Aguarda-se calendário da EMBRAPA para novas atividades. A Embrapa propôs o cancelamento das atividades dos resultados R5, R7, R9, R10 R11 e R15, tendo em conta as barreiras fitossanitárias que impedem o transporte de material orgânico entre os dois países, e a existência de germoplasma de batata-doce em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos de pesquisa previstos no projeto. O posicionamento da Embrapa foi aceito pela instituição salvadorenha. No ano de 2014 não foram realizadas atividades de capacitação no âmbito do projeto. Para sua conclusão encontram-se pendentes três atividades. Projeto cancelado no início de 2015.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

Foi realizada a X Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – El Salvador, no período de 15 a 19 de junho 2015.

14. EQUADOR

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Equador está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em Brasília, em 9 de fevereiro de 1982.

A pauta de projetos se caracteriza pela abrangência dos temas (agricultura, saúde, meio ambiente, trabalho e emprego, desenvolvimento social e televisão digital). Além do compartilhamento dos custos operacionais das iniciativas.

Pode-se ressaltar a realização da V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, ocorrido em Quito, em maio de 2015. Na ocasião, observou-se que o programa Brasil-Equador tem como alicerce o fortalecimento das associações institucionais de ambos os países, por meio de projetos de cooperação técnica baseados na solidariedade e corresponsabilidade das ações implementadas. O número de projetos desenvolvidos até o momento demonstra o interesse dos países em compartilhar melhores práticas e políticas de desenvolvimento exitosas em áreas prioritárias.

Nesse contexto, destaca-se a conclusão, em 2015, dos projetos "Apoio a Criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos Florestais" e "Apoio técnico para a expansão e consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador" tendo a última iniciativa nova fase elaborada para execução em 2016.

Atualmente, o Programa Brasil – Equador conta com 5 (cinco) projetos em execução e 4 (quatro) em fase de assinatura.

O montante executado na cooperação técnica com o Equador em 2015 foi de US\$ 40.375,20.

Como resultados dos eventos mencionados, seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (12)

EM NEGOCIAÇÃO/ ASSINATURA (4)

1) Título Fortalecimento e consolidação das capacidades técnicas para a gestão da Rede Equatoriana de Bancos de Leite Humano

Objetivo

Fortalecer e consolidar as capacidades técnicas para a gestão da Rede Equatoriana de Bancos de Leite humano.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: IFF/FIOCRUZ/ Ministério da Saúde

Pelo lado equatoriano: Ministério da Saúde Pública (MSP)

Custos

ABC:	US\$ 26.824,00
MS:	US\$ 25.500,00
MSP:	US\$ 34.317,00
Total:	US\$ 86.641,00

Situação em fins de 2015: Projeto em fase de assinatura. Negociado durante a V Reunião do GT realizada em Quito, no mês de maio de 2015. Aguarda-se assinatura do documento para início das atividades.

2) Título: Fortalecimento do diálogo social na implementação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil

Objetivo

Apoiar o fortalecimento do diálogo social para a elaboração de políticas públicas para o combate e erradicação do trabalho infantil do Ministério de Relações de Trabalho e do MTE.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Pelo lado equatoriano: Ministério de Relações de Trabalho

Custos

ABC:	US\$ 14.132,00
MTE:	US\$ 11.200,00
MRL:	US\$ 10.251,00
Total:	US\$ 35.583,00

Situação em fins de 2015: Projeto em fase de assinatura. Negociado durante a V Reunião do GT realizada em Quito, no mês de maio de 2015. Aguarda-se assinatura do documento para início das atividades.

3) Título: Projeto de transferência de conhecimento e capacitação da Caixa Econômica Federal do Brasil para o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Equador

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável do país através da implementação da normativa urbanística nas áreas de gestão de solos e financiamento das cidades

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Pelo lado equatoriano: Caixa Econômica Federal

Custos

ABC:	US\$ 20.760,00
CAIXA:	US\$ 70.080,00
MIDUVI:	US\$ 30.490,00
Total:	US\$ 121.330,00

Situação em fins de 2015: Projeto em fase de assinatura. Negociado durante a V Reunião do GT realizada em Quito, no mês de maio de 2015. Aguarda-se assinatura do documento para início das atividades.

4) Título: Fortalecimento da Rede Hidrológica, Implementação de uma Sala de Situação e Capacitação Técnica para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Equador

Objetivo

Gerar informação hidrológica básica, de alta qualidade, que permita melhorar os serviços hidrológicos fornecidos pelo INAMHI na bacia hidrográfica do Napo

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas

Pelo lado equatoriano: INAMHI (Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia)

Custos

ABC:	US\$ 162.380,00
INAMHI:	US\$ 53.320,00
ANA :	US\$ 62.700,00
Total:	US\$ 278.400,00

Situação em fins de 2015: Projeto em fase de assinatura. Negociado durante a V Reunião do GT realizada em Quito, no mês de maio de 2015. Aguarda-se assinatura do documento para início das atividades.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (8)

1) Título: Capacitação Técnica em Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas

Objetivo

Desenvolver e adaptar tecnologias capazes de melhorar os sistemas de produção de frutas, de forma a promover a expansão da fruticultura tropical no Equador, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda do país.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado equatoriano: Instituto Nacional Autônomo de Investigações Agropecuárias (INIAP)

Custos estimados

ABC:	US\$ 126.197,00
Embrapa:	US\$ 156.000,00
INIAP:	US\$ 163.540,00
Total:	US\$ 445.737,00

Situação em fins de 2015: O projeto encontra-se em estágio avançado de execução. Para sua conclusão, está prevista a realização de visitas de treinamento e avaliação.

2) Título: Apoio técnico para o fortalecimento das funções regulatórias de pré e pós comercialização de medicamentos no Equador

Objetivo

Apoiar a implementação do sistema de farmacovigilância em políticas de saúde pública, no Equador, de maneira proativa para o monitoramento do uso de medicamentos, na fase de pós-comercialização sanitária, bem como, fortalecer o processo de registro sanitário de medicamentos e de inspeções farmacêuticas, na fase de pré-comercialização sanitária.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado equatoriano: Ministério da Saúde Pública (MSP) / Divisão de Controle e Melhoramento em Vigilância Sanitária

Custos

ABC:	US\$ 106.776,00
ANVISA:	US\$ 30.720,00
MSP:	US\$ 60.620,00
Total:	US\$ 198.116,00

Situação em fins de 2015: O projeto encontra-se em estágio avançado de execução. Para sua conclusão, serão realizadas oficinas no Equador, uma missão equatoriana ao Brasil e o envio de recomendações brasileiras sobre o tema.

3) Título: Seguridade de natureza não contributiva e semi-contributiva para a população em situação de pobreza e vulnerabilidade no Equador

Objetivo

Avaliar as condições da população em extrema pobreza, no Equador, a fim de conceber uma proposta de regime previdenciário diferenciado (poderia se considerar um regime semi-contributivo), incluindo a população em condições menos favoráveis.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Previdência Social do Brasil (MPS)

Pelo lado equatoriano: Ministério de Inclusão Econômica e Social do Equador (MIES)

Custos

MPS: 98.990,00

MIES: 92.688,00

Total: 191.678,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado entre as partes e encontra-se em execução. Primeira atividade foi realizada em 2014. Não há custos para ABC.

4) Título: Apoio Técnico à Implementação da TV Digital Terrestre no Equador

Objetivo

Apoiar o Governo equatoriano, do ponto de vista da formação de capital humano, em relação à implementação da TV digital terrestre, tendo por base a experiência do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério das Comunicações – Secretaria de Telecomunicações

Pelo lado equatoriano: Ministerio de Telecomunicaciones y de la Sociedad de la Información (MINTEL)

Custos

ABC: US\$ 307.166,00

Governo equatoriano: US\$ 65.000,00

Total: US\$ 372.166,00

Situação em fins de 2015: Foram realizados dois treinamentos no ano de 2015. Aguarda-se ajuste de datas entre as instituições parceiras para negociação da próxima atividade.

5) Título: Fortalecimento da Gestão de Empresas Públicas da Função Executiva

Objetivo

Desenvolver uma proposta de plano de fortalecimento da gestão de Empresas Públicas da Função Executiva para melhorar sua eficiência e eficácia na gestão administrativa e financeira, através da implantação dos modelos de gestão e planos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Pelo lado equatoriano: Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (SENPLADES)

Custos

ABC: US\$ 40.402,00

MPOG: US\$ 16.000,00

SENPLADES: US\$ 14.200,00

Total: US\$ 70.602,00

Situação em fins de 2015: Segunda etapa do projeto realizada em novembro de 2015.

6) Título: Apoio à Restauração e ao Monitoramento Hidrológico de Microbacias Hidrográficas sob Influência Direta de Grandes Reservatórios no Equador.

Objetivo

Melhorar as capacidades institucionais da SENAGUA em processos de monitoramento hidrológico e de restauração florestal em microbacias hidrográficas, através do planejamento e metodologias definidas pela transferência de conhecimentos por intermédio do Instituto

Florestal de São Paulo., objetivando a manutenção da vazão e a melhoria da qualidade da água.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IFSP)

Pelo lado equatoriano: Secretaria Nacional de Água (SENAGUA)

Custos

ABC: US\$ 69.364,00

IFSP: US\$ 18.060,00

SENAGUA: US\$ 29.400,00

Total: US\$ 116.824,00

Situação em fins de 2015: Concluído com êxito, última atividade realizada em agosto de 2015.

7) Título: Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis

Objetivo

Ampliar o conhecimento técnico de profissionais do Equador em tecnologias de cultivo e sistemas de produção de mamona, palma africana, e cana-de-açúcar como matérias-primas para produção de biodiesel e etanol.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado equatoriano: Instituto Nacional Autônomo de Investigações Agropecuárias (INIAP)

Custos estimados

ABC: US\$ 90.220,44

Embrapa: US\$ 136.000,00

INIAP: US\$ 65.176,38

Total: US\$ 291.396,82

Situação em fins de 2015: Concluído por ocasião da V Reunião do GT cooperação técnica.

8) Título: Apoio técnico para a expansão e consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador

Objetivo

Contribuir para a diminuição da morbi-mortalidade de recém-nascidos menores de 1 (um) ano, por meio da transferência de conhecimentos técnicos, tecnologias e capacitação de profissionais para fortalecer as ações dos programas de atenção à saúde materna e infantil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS)

Pelo lado equatoriano: Ministério da Saúde Pública (MSP)

Custos

ABC: US\$ 67.592,00

MS: US\$ 32.000,00

MSP: US\$ 3.000,00

Total: US\$ 102.592,00

Situação em fins de 2015: O projeto com êxito, última atividade realizada em julho de 2015.

II) MISSÃO DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Equador, realizada na cidade de Quito, em maio de 2015. A reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Caixa e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

15. GRANADA

O Programa de Cooperação Brasil – Granada possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em 24 de abril de 2006, em vigor desde 19 de fevereiro de 2010.

Até o momento, as ações de cooperação têm sido estruturadas por meio de Atividades Isoladas, que possibilitam uma formalização jurídica simples e atendem às demandas de capacitação, em geral bastante pontuais, apresentadas por Granada.

Em 2011, foram realizadas duas atividades nas áreas de saúde e agricultura. No que se refere a investimentos realizados pela ABC, foram executados US\$ 23.385,52 em 2010 e US\$ 26.447,85 em 2011. Em 2012 e, posteriormente, em 2013, previa-se a realização de capacitação em processamento de produtos vegetais, que foi suspensa devido às restrições orçamentárias do Governo federal.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho.

Em outubro de 2014, em Brasília, foi realizado curso para capacitação de técnicos caribenhos intitulado "Fortalecimento de Gestão na Área de Recursos Hídricos para Países Caribenhos", coordenado pela ABC e executado pela Agência Nacional de Águas ANA em 2015 outra atividade em hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas atividade foi executada em Barbados e para o ano de 2016 está agendada a execução do curso hidrometeorológico com ênfase em águas superficiais em Dominica.

Não houve execução financeira em 2015.

I) PROJETOS (0)

Não houve execução de projetos nesse país ao longo de 2015.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (1)

ii.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Granada

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Granada

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC: US\$ 63.538,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Duração Prevista: 12 meses

Situação em fins de 2015: Foi executada em 2014 e 2015, a 1ª VISITA TÉCNICA DE PAÍSES CARIBENHOS PARA CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS em Brasília e o curso em hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas em Barbados, respectivamente, e para o ano de 2016 será realizado do curso hidrometeorológico com ênfase em águas superficiais em Dominica.

ii.ii) CONCLUÍDOS OU ENCERRADOS (2)

1) Título: Capacitação em aproveitamento e uso das águas da chuva para as condições de Granada

Objetivo

Aumentar o conhecimento de um funcionário do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca na tecnologia de aproveitamento e uso de águas da chuva para as condições de Granada, com o objetivo de aumentar a água avaliável para uso em irrigação na agricultura.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Granada

Custos

ABC: US\$ 5.715,00

Embrapa: US\$ 4.000,00

Total: US\$ 9.715,00

Situação em fins de 2015: Projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

2) Título: Capacitação em boas práticas em processamento de produtos vegetais

Objetivo

Fortalecer as competências de oficial do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca, especificamente do Grenada Produce Chemist Laboratory, em boas práticas em processamento de produtos vegetais visando, após transferência e adoção, a melhoria na qualidade dos produtos elaborados nas pequenas empresas de base familiar que processam produtos de origem vegetal.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado granadino: Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca.

Custos

ABC: US\$ 5.715,00

Total: US\$ 5.715,00

Situação em fins de 2015: Projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

16. GUATEMALA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 16 de junho de 1976.

Destaca-se o projeto "Cultivando Água Boa na República da Guatemala", que resultou de missão de prospecção realizada em março de 2014. O projeto tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de capacidades sociais e ambientais das populações locais das bacias e instituições que atuam na região, a fim de melhorar a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida dos cidadãos guatemaltecos, assim como as interações dos diversos atores na área de ordenamento territorial, através da metodologia do programa Cultivando Água Boa (CAB). Em 5 de maio de 2015, teve início a execução do projeto, com a conclusão dos trâmites para assinatura dos documentos.

O programa é composto de 5 (cinco) projetos em execução. As iniciativas abrangem as áreas de agricultura, desenvolvimento social, saúde, educação e meio ambiente.

Está prevista a realização da III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – Guatemala no primeiro semestre de 2016, em data a ser acordada com a parte guatemalteca.

Em 2015, o montante executado na pauta bilateral foi US\$ 36.912,57.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (5)

i.i) EM EXECUÇÃO (5)

1) Título: Capacitação em sistemas de Produção de Frutas Temperadas na Guatemala.

Objetivo

Melhorar a competitividade da fruticultura de clima temperado, buscando o desenvolvimento rural, a geração de emprego e o crescimento do nível de vida da população da zona rural.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado guatemalteco: Projeto Desenvolvimento da Fruticultura e da Agroindústria (DEFRUTA).

Custos

ABC:	US\$ 66.760,00
Embrapa:	US\$ 16.200,00
DEFRUTA:	US\$ 22.600,00
Total:	US\$ 105.506,00

Situação em fins de 2015: Conforme entendimentos entre a Embrapa e o DEFRUTA, o envio de material vegetal previsto no projeto deverá ocorrer após os treinamentos no âmbito da atividade A2.1, os quais foram propostos para serem realizados em dois módulos. O primeiro módulo havia sido agendado para julho de 2015, no entanto, os trabalhos tiveram que ser adiados, em razão de praga nos vinhedos em Jales – SP, local onde deveria ocorrer o treinamento.

2) Título: Programa de Educação Alimentar e Nutricional: Cozinha Brasil-Guatemala.

Objetivo

Melhoria dos níveis de saúde e qualidade de vida da população da Guatemala, prioritariamente de baixa renda, por meio de orientação didático-pedagógica para a produção de alimentos de alto valor nutricional e baixo custo.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Social da Industrial (SESI).

Pelo lado guatemalteco: Secretaria de Bem-estar Social da Presidência da República (SBSPR).

Custos

ABC:	US\$ 473.622,00
SESI:	US\$ 305.600,00
SBS/PR:	US\$ 134.288,00
Total:	US\$ 913.510,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se o recebimento dos Termos de Transferência de Titularidade referentes à doação das unidades de cozinha semifixa, assinados pelas autoridades guatemaltecas. Aguarda-se, igualmente, o recebimento do material para impressão do livro de receitas, contendo modificações conforme as recomendações da ABC e do SESI.

4) Título: Apoio técnico à expansão e à consolidação da rede de bancos de leite humano na Guatemala.

Objetivo

Satisfazer a demanda guatemalteca de leite humano processado, fortalecendo as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno no país, com vistas à redução da morbidade e mortalidade de recém nascidos com menos de 1 ano, por meio de ações dos programas de atenção a saúde materna e infantil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Pelo lado guatemalteco: Ministério da Saúde Pública e Assistência Social

Custos

ABC:	US\$ 82.362,00
Fiocruz:	US\$ 29.440,00
Total:	US\$ 111.802,00

Situação em fins de 2015: Foram realizadas duas atividades (A1.1 e A4.1) no ano de 2015. Aguarda-se proposta de cronograma para continuidade dos trabalhos.

5) Título: Elaboração de materiais didáticos para alfabetizadores e participantes e formação de técnicos em alfabetização de jovens e adultos.

Objetivo

Fortalecer os esforços para diminuir significativamente as taxas de analfabetismo na Guatemala.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Pelo lado guatemalteco: Comitê Nacional de Alfabetização (CONALFA).

Custos estimados:

ABC:	US\$ 44.820,00
CONALFA:	US\$ 31.000,00
MEC:	US\$ 50.000,00
Total:	US\$ 125.820,00

Situação em fins de 2015: Foram realizadas 4 (quatro) atividades ao longo de 2015 e está prevista a capacitação de 125 profissionais guatemaltecos em março de 2016 (atividade A3.4).

2) Título: Apoio ao Desenvolvimento do Projeto Cultivando Agua Boa na República da Guatemala.

Objetivo

Apoiar o fortalecimento das capacidades socioambientais das populações locais em regiões de bacias, próximas a projetos de energia e mineração, bem como a instituições atuantes na região, por meio da aplicação da metodologia do CAB, assim contribuir para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida dos guatemaltecos.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas e Itaipu Binacional

Pelo lado guatemalteco: Vice-Ministério de Desenvolvimento Sustentável

Custos estimados:

ABC:	US\$ 306.968,00
ANA:	US\$ 260.000,00
Itaipu:	US\$ 140.000,00
VDS:	US\$ 45.690,00
Total:	US\$ 752.658,00

Situação em fins de 2015: Ao longo do ano foram realizadas diversas missões da Itaipu à Guatemala, para acompanhar a implementação do projeto no país, financiadas pela própria empresa binacional. Em setembro de 2015 foi realizado evento conjunto com a República Dominicana, para realização das atividades A1.2 e A1.3.

17. GUIANA

A Cooperação Técnica entre o Brasil e a Guiana está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre os dois países em Georgetown, em 29 de janeiro de 1982, e promulgado em 12 de agosto de 1988.

Em 1º de setembro de 2014, foi assinado nas dependências da ABC o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Grupo de Trabalho Brasil-Guiana sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento. O referido documento visa à criação de um Grupo de Trabalho bilateral em cooperação técnica com competência para organizar missões para negociar e formular projetos e atividades, avaliar os resultados da execução do programa, identificar e implementar mecanismos de avaliação e analisar novas iniciativas identificadas pelas partes ou por instituições por elas designadas.

Durante o ano de 2015, nenhuma atividade de cooperação com a Guiana foi executada, pois a ABC não recebeu resposta das instituições executoras guianenses sobre o agendamento das atividades. O Governo guianense também não enviou notas de aprovação dos projetos negociados durante a missão multidisciplinar de 2012 ou seus respectivos Ajustes Complementares; desta forma, estes projetos estão temporariamente fora da pauta de cooperação até que possam ser renegociados, em virtude do longo período decorrido desde a sua elaboração. Assim, a ABC deverá realizar uma reunião do Grupo de Trabalho no primeiro semestre de 2016 para renegociar todo o programa de cooperação com o país.

A seguir, é apresentada a situação detalhada do programa de cooperação com a Guiana, o qual não teve execução financeira em 2015.

I) PROJETOS (4)

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (4)

1) Título: Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana

Objetivo

Implementar programa para fortalecer a capacidade de adaptação de tecnologias direcionadas para o desenvolvimento do cultivo de arroz de sequeiro na Guiana, com vistas ao aumento da segurança alimentar e o atendimento das exigências nutricionais.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado guianense: Guyana Rice Development Board (GRDB).

Custos

ABC:	US\$ 41.016,00
Embrapa:	US\$ 9.600,00
NARI:	US\$ 4.500,00
Total:	US\$ 55.116,00

Situação em fins de 2014: Projeto com 50% das atividades realizadas. A Embrapa irá agendar junto ao GRDB o período mais adequado para realização das duas últimas atividades do projeto, que devido ao período para o plantio e para a colheita da próxima safra, devem acontecer no segundo trimestre de 2016.

2) Título: Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana

Objetivo

Implementar programa para fortalecer a capacidade de adaptação de tecnologias direcionadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva de milho na Guiana

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado guianense: Natural Agricultural Research Institute – NARI.

Custos

ABC: US\$ 38.016,00

Embrapa: US\$ 9.600,00

NARI: US\$ 4.500,00

Total: US\$ 52.116,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta da instituição executora guianense na implementação da iniciativa.

3) Título: Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção e Utilização da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana – Fase II

Objetivo

Implementar programa de desenvolvimento da capacidade de adaptação técnica dirigida à indústria da soja na Guiana.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado guianense: Natural Agricultural Research Institute – NARI.

Custos

ABC: US\$ 20.240,00

Embrapa: US\$ 10.000,00

NARI: US\$ 4.500,00

Total: US\$ 34.740,00

Situação em fins de 2015: O projeto em questão foi retirado da pauta em razão da ausência de resposta da instituição executora guianense na implementação da iniciativa.

4) Título: Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana

Objetivo

Promover o desenvolvimento da aquicultura na Guiana por meio da transferência de tecnologias.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Pelo lado guianense: Departamento de Pesca / Ministério da Agricultura (Fishing Department / Ministry of Agriculture).

Custos

ABC: US\$ 88.682,00

SEAP: US\$ 12.400,00

Total: US\$ 101.082,00

Situação em fins de 2015: Projeto encerrado no primeiro semestre de 2015 com 67% das atividades concluídas, em razão da ausência de resposta da instituição executora guianense na implementação da iniciativa.

18. HAITI

A cooperação entre o Brasil e o Haiti está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Haiti, promulgado em novembro de 2004. Desde essa data, cerca de 17 projetos de cooperação foram implementados em prol do desenvolvimento do povo haitiano, em diferentes áreas, tais

como agricultura, saúde, infraestrutura, esportes, nutrição e desenvolvimento social, além de inúmeras outras ações de caráter emergencial e humanitário.

Tendo por princípio a solidariedade na atuação internacional, a cooperação com o Haiti foi intensificada, após o abalo sísmico que afetou o país, em janeiro de 2010. A disposição do Governo brasileiro em apoiar o Haiti, em um dos momentos mais difíceis de sua história, foi evidenciada pelo incremento no número de projetos de cooperação, pela diversificação das áreas e pela ampliação do número de instituições cooperantes do lado brasileiro, o que resultou em novos parceiros essenciais para os impactos positivos da cooperação e no fortalecimento dos laços com parceiros tradicionais.

No âmbito da cooperação em saúde, a ABC apoia a implementação do “Instituto Brasil-Haiti de Reabilitação para Pessoas com Deficiência”. Esse projeto, assinado no final de 2010 no âmbito do “Acordo Tripartite Brasil-Haiti-Cuba”, foi a resposta do Governo brasileiro à demanda do Governo haitiano em face da carência de estruturas de saúde específicas para a reabilitação de deficiências físicas e cognitivas. Dessa forma, o Instituto, inaugurado em 05 de maio de 2014, é o primeiro centro especializado em reabilitação do país, com capacidade de atenção a cerca de 4 mil pessoas por mês. A formação e a manutenção dos profissionais locais que atuarão no instituto, além dos insumos ao seu funcionamento, seriam custeadas pela ABC pelo período de 30 meses, por meio do envio de 4 parcelas por ano, cada uma referente a três meses de salários. No entanto, após o envio da primeira parcela, em setembro de 2014, o Governo haitiano não conseguiu enviar a respectiva prestação de contas, apesar de diversas negociações e até do envio de missão da ABC especificamente para treinar o Governo haitiano na emissão da documentação necessária.

No que se refere à área agrícola, pode-se sublinhar a retomada de importante iniciativa de cooperação. O projeto "Revitalização da Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR)" tem sua conclusão prevista para março de 2016 com a implantação de uma estação meteorológica na fazenda, além de capacitações técnicas em máquinas agrícolas e montagem de sistema de irrigação.

Com relação ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), cumpre recordar que o Brasil realizou doação de US\$ 55 milhões ao Fundo, após o terremoto de 2010, dos quais 15 milhões foram alocados para apoio orçamentário ao Haiti. Para os 40 milhões restantes, foram selecionados projetos de cooperação que pudessem ser facilmente identificados com a presença brasileira no Haiti, dentre os quais será coordenado pela ABC apenas o "Centro de Formação Profissional (a ser elaborado)". Seguem, abaixo, sínteses das propostas de cooperação apresentadas ao Governo do Haiti.

a) Implantação do Centro de Formação Profissional (CFP), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O projeto será executado sob a coordenação da ABC e tem por objetivo contribuir para os esforços de reconstrução nacional, recuperação econômica e desenvolvimento social, por meio da implantação de um CFP piloto. As áreas de atuação previstas para o Centro são: engenharia civil, costura, eletricitista predial, carpintaria, mecânica de automotivos e motocicletas e operador turístico.

Cabe ressaltar que a ABC, em parceria com o SENAI, já construiu mais de 10 centros de formação com a capacitação de 458 funcionários estrangeiros (do corpo letivo e administrativo dos Centros de Formação Profissional), além da formação de mais de 35.700 profissionais em diversos países (tais como Paraguai, Guatemala, Jamaica, Timor Leste, Angola, Cabo Verde, entre outros).

b) Implantação de microleiterias (no âmbito da iniciativa "Lait a Gogo"), cuja execução está sendo coordenada pela CGFOME.

c) Projeto na área de melhoramento de sementes, também sob coordenação da CGFOME.

d) Apoio às eleições (sob execução do PNUD).

Ao longo de 2015, foram executados USD 3.279,56 no âmbito do programa bilateral Brasil-Haiti.

I) PROJETOS (3)

I.i.) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (3)

1) Título: Instituto Haitiano de Reabilitação de Pessoas com Deficiência

Objetivo

Contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência através do fortalecimento da capacidade do Estado haitiano de lhes oferecer atenção diagnóstica e terapêutica.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS).

Pelo lado haitiano: Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP).

Custos

ABC: US\$ 3.490.900,00

Total: US\$ 6.206.000,00

Situação em fins de 2015: Foi realizada missão da área de auditoria da ABC ao Haiti, no período de 7 a 11 de dezembro, para sanar as pendências de prestação de contas relativo ao envio da 1ª parcela dos salários.

2) Título: Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência

Objetivo

Contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência através do fortalecimento da capacidade do Estado haitiano de lhes oferecer atenção diagnóstica e terapêutica.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Hospital Albert Einstein

Pelo lado haitiano: Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP)

Custos

ABC: US\$ 307.156,00

Total: US\$ 423.156,00

Situação em fins de 2015: Com a inauguração do instituto de reabilitação em maio de 2014, espera-se que as atividades de formação ministradas pelo Hospital Albert Einstein sejam retomadas em 2016.

3) Título: Revitalização da Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR) em Fond-des-Nègres, Departamento de Nippes

Objetivo:

Em parceria com o IICA e a Embrapa, o projeto visa estabelecer em Fond des Nègres, Departamento de Nippes, as bases para o desenvolvimento de atividades de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural que dinamizem o desenvolvimento rural sustentável e fortaleçam iniciativas de segurança alimentar. Esta unidade será a sede física do Programa Estratégico Brasil-Haiti nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Instituições Executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Pelo lado haitiano: Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR).

Organismo Internacional: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Custos

ABC: US\$ 1.100.000,00

Total: US\$ 1.100.000,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Estão sendo negociadas as últimas capacitações que deverão ser executadas pela Embrapa até março de 2016.

19. HONDURAS

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Honduras tem como amparo jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11 de junho de 1976 e promulgado em 31 de janeiro de 1977.

Em decorrência da instabilidade político-institucional do país, desencadeada em junho de 2009, o Programa de Cooperação Bilateral Brasil-Honduras encontrava-se suspenso. O Programa foi retomado em julho de 2011 e, dadas as possíveis mudanças organizacionais das instituições executoras, as partes brasileiras e hondurenhas foram consultadas sobre o interesse em desenvolver ações de cooperação técnica.

Em conformidade com os entendimentos entre os Governos do Brasil e de Honduras, acordou-se a realização de missão multidisciplinar coordenada pela ABC, no período de 15 a 21 de fevereiro de 2012, com vistas a retomar os projetos em execução no âmbito do Programa de Cooperação Técnica bilateral, assim como negociar e elaborar novos projetos de cooperação técnica da pauta bilateral. Entre os resultados da missão, com base nas demandas apresentadas pelo Governo hondurenho, acordou-se a realização de missão complementar, no período de 23 a 27 de abril de 2012, para negociação e elaboração de novos projetos, nas áreas de saúde, desenvolvimento social, agricultura, desenvolvimento local, meio ambiente, turismo e gestão pública. Realizou-se, no período de 14 a 16 de outubro de 2013, missão multidisciplinar para avaliação do programa bilateral. Em 2015 não houve missão multidisciplinar.

Atualmente, o Programa Brasil – Honduras conta com cinco projetos em execução. Em 2014, o montante executado na cooperação técnica com Honduras foi de US\$ 28.323,95 e em 2015 de US\$ 19.928,71

Seguem abaixo os subprojetos e atividades em execução e concluídos que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (8)

i.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (8)

1) Título: Programa de educação alimentar e nutricional Cozinha Brasil–Honduras.

Objetivo

Melhorar o nível nutricional da população hondurenha que vive em condições de pobreza e pobreza extrema, através da capacitação para a produção de alimentos de alto valor nutritivo e baixo custo.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Social de Indústria (SESI).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS).

Custos

ABC:	US\$ 201.000,00
SESI:	US\$ 16.000,00
Secretaria de Desarrollo Social:	US\$ 130.400,00
Total:	US\$ 348.200,00

Situação em fins de 2015: As atividades de capacitação aos técnicos hondurenhos iniciaram em dezembro de 2012. Até o momento foram executadas cinco atividades. O projeto foi revisado para adequação das responsabilidades financeiras das instituições brasileiras, visando a aquisição dos equipamentos e a doação de uma unidade semi-móvel de capacitação, transportada a Honduras em setembro de 2014. As atividades de capacitação

voltadas à população ainda não foram iniciadas devido ao atraso na elaboração do material didático e seleção dos equipamentos e utensílios necessários a sua realização. Livro de receitas está em fase de finalização.

2) Título: Fortalecimento institucional do Programa de Asignación Familiar (PRAF) com base nas experiências operacionais do Programa Bolsa Família do Brasil

Objetivo

Promover o fortalecimento institucional do PRAF, em seus principais processos para a execução do Programa Bono 10.000, considerando a experiência do Governo brasileiro com o Programa Bolsa Família.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Pelo lado hondurenho: Programa de Concessão Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS/PRAF).

Custos

ABC:	US\$ 41.201,00
MDS:	US\$ 10.800,00
SDS:	US\$ 10.800,00
Total:	US\$ 62.801,00

Situação em fins de 2015: Realizou-se a primeira atividade em novembro de 2013, com a visita técnica de representantes hondurenhos. No ano de 2014 nenhuma atividade foi executada. Em 2015 foi realizada uma atividade no mês de outubro.

3) Título: Capacitação Técnica em Honduras no âmbito da Política de Proteção Social.

Objetivo

Melhorar a prestação de serviços de assistência e proteção social, com base em seu direito, à população hondurenha que vive em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da consolidação da instituição e desenvolvimento de suas capacidades técnicas na área de gestão e implementação da Política de Proteção Social, incorporando as lições aprendidas no Brasil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS).

Custos

ABC:	US\$ 55.278,00
MDS:	US\$ 9.600,00
SDS:	US\$ 14.400,00
Total:	US\$ 79.278,00

Situação em fins de 2015: O projeto não teve continuidade após a realização de duas atividades no ano de 2013. A próxima atividade será realizada em 2016 em conjunto com o projeto do PRAF.

4) Título: Gestão integrada de recursos hídricos em Honduras.

Objetivo

Apoiar os esforços do Governo de Honduras na área da gestão integrada de recursos hídricos, por meio da capacitação, da assistência técnica e do intercâmbio de experiências.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional das Águas (ANA).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente (SERNA), com a participação do Serviço Autônomo Nacional de Aquedutos e Sistemas de Esgoto.

Custos

ABC:	US\$ 170.928,00
ANA:	US\$ 74.600,00

SERNA: US\$ 10.126,00
Total: US\$ 255.654,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Atividades estão temporariamente suspensas; aguarda-se a negociação de agenda de atividades pelas instituições executoras, bem como finalização da revisão do projeto para adequá-lo às necessidades hondurenhas.

5) Título: Apoio ao fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de Honduras.

Objetivo

Fortalecer a estruturação e a qualificação da rede de hemoterapia em Honduras.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Saúde de Honduras (SSH).

Custos

ABC: US\$ 189.698,00
MS: US\$ 70.400,00
SSH: US\$ 12.000,00
Total: US\$ 272.098,00

Situação em fins de 2015: Projeto assinado em julho de 2012. Foram executadas sete atividades no âmbito do projeto. Para sua conclusão, estão previstas outras dezessete atividades. O projeto foi revisado pelas instituições executoras para possibilitar a sua execução. Ministério da Saúde encaminhou programação para as próximas atividades, mas que não puderam ser realizadas em 2015 devido às mudanças internas no MS.

6) Título: Capacitação para a Produção de Frutas Tropicais.

Objetivo

Fortalecer o cultivo de frutais em Honduras, com vistas ao desenvolvimento rural e à geração de empregos e renda no país para os pequenos produtores.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAG).

Custos

ABC: US\$ 78.310,00
EMBRAPA: US\$ 12.000,00
SAG: US\$ 20.000,00
Total: US\$ 110.310,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi concluído com êxito no ano de 2015.

7) Título: Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa 'Más Alimentos Centro América e República Dominicana'.

Objetivo

Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda aos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de gênero.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Pelo lado hondurenho: Consejo Agropecuario Centroamericano (CAC) e República Dominicana.

Custos

ABC: US\$ 445.915,00
MDA: US\$ 30.720,00
Total: US\$ 476.635,00

Situação em fins de 2015: Projeto negociado durante missão multidisciplinar a Tegucigalpa, realizada em abril de 2012. A viabilidade da iniciativa no componente "cooperação técnica" está sendo avaliada pelas instituições brasileiras envolvidas na cooperação, uma vez que a proposta apresentada pelo Governo hondurenho não atendia as diretrizes do programa. Projeto ainda em fase de negociação que será retirado de pauta.

8) Título: Desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades garífunas de Honduras

Objetivo

Ampliar os conhecimentos das comunidades garífunas e, assim, apoiar o desenvolvimento das capacidades técnicas na área de agricultura familiar.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Pelo lado hondurenho: Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAG).

Custos

ABC: US\$ 23.778,00

MDA: US\$ 4.800,00

SAG: US\$ 21.000,00

Total: US\$ 49.578,00

Situação em fins de 2015: Projeto será retirado de pauta. Atividades suspensas em virtude de dificuldades institucionais enfrentadas pela parte hondurenha.

20. JAMAICA

A cooperação técnica bilateral entre o Brasil e a Jamaica, executada ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, firmado em 28 de agosto de 1997, e promulgado em 25 de maio de 2000, atendeu a áreas demandadas pelo Governo jamaicano, com destaque para a agricultura e a formação profissional.

Na área de agricultura, projetos em setores como fruticultura e cultivo de mandioca têm permitido o fortalecimento das cadeias produtivas e, conseqüentemente, a geração de renda e de novos postos de trabalho, bem como a valorização do produto jamaicano nos mercados.

Em 13 de fevereiro de 2014, foi inaugurado o Centro de Formação Profissional Brasil Jamaica, que irá contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Jamaica a partir da educação profissional, com a atualização técnica e pedagógica dos gestores jamaicanos que administram o Centro, a implementação de 4 laboratórios, 6 oficinas e 11 salas de aula e o oferecimento de 14 cursos especializados, beneficiando cerca de 1.000 alunos anualmente. No entanto, o programa de cooperação com a Jamaica está praticamente encerrado desde então. As demandas apresentadas pela Jamaica na área de saúde (anemia falciforme) e agricultura não foram atendidas pela ABC, em virtude das fortes restrições orçamentárias enfrentadas desde 2012, e a Embaixada da Jamaica no Brasil firmou cooperação diretamente com os Ministérios.

Vale salientar que, devido aos recursos investidos por conta do Centro de Formação Profissional em Portmore, a Jamaica foi o país caribenho que recebeu o maior volume em recursos financeiros em 2011, 2012 e 2013. A retomada do programa depende agora de decisão político-estratégica por parte da Direção da ABC, aliada à disponibilidade orçamentária, considerando que a Jamaica não está incluída no grupo de países prioritários.

21. MÉXICO

O Programa de Cooperação Brasil-México possui como amparo jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado na cidade de Brasília em 24 de julho de 1974 e promulgado pelo Brasil em 15 de maio de 1975. Em 1º de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União o Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

A cooperação técnica entre Brasil e México é caracterizada por seu equilíbrio, sendo que ambos os países oferecem e recebem cooperação técnica, e pela diversidade dos temas tratados, que abarcam agricultura, educação, meio ambiente, pecuária e saúde.

Em 2015 pode-se destacar a conclusão do projeto "Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação a Distância" desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação. O evento contou com a participação de um especialista brasileiro, que juntamente com a instituição mexicana promoveu a capacitação e formação de multiplicadores para área de educação à distância, além de realizar treinamento quanto ao uso das ferramentas de ambiente virtual de aprendizagem.

Em julho de 2015, os Governos brasileiro e mexicano assinaram o projeto "Agricultura Tropical", considerado como prioridade ao Governo daquele país. A iniciativa consiste em capacitar técnicos mexicanos em culturas que possam ser desenvolvidas no trópico úmido do México, região conhecida pela concentração de população mais pobre. Em setembro de 2015, houve um encontro realizado em Brasília em que especialistas de ambos os países definiram o cronograma de execução do projeto para 2016.

Ao final de 2015, o Programa bilateral totalizava por 13 projetos, sendo 2 em negociação e 11 em execução, entre projetos de cooperação prestada e recebida. Alguns projetos de cooperação recebida pelo Brasil (3 projetos na área de agricultura) foram renegociados, de forma a que os seus custos fossem compartilhados entre os dois países, gerando a elaboração de Atividades Isoladas nessa área, decorrentes desses projetos. Os demais projetos da pauta bilateral foram igualmente submetidos à renegociação, a fim de que os custos fossem distribuídos mais equitativamente. O montante investido na cooperação bilateral Brasil-México ao longo do ano foi de US\$ 17.159,76.

Seguem abaixo os projetos e atividades de cooperação que compõem pauta com o país:

I) PROJETOS (13)

I.i) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (11)

Em execução

1) Título: Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético e Manejo Agrônomico de Soja

Objetivo

Contribuir para aumentar a capacidade do INIFAP nas áreas de melhoramento genético e manejo agrônomico da soja, com vistas ao aprimoramento da qualidade e produtividade do grão.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC:	US\$ 26.152,00
Embrapa:	US\$ 46.300,00
AMEXCID:	28.230,00
Total:	US\$ 100.682,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Ainda não foi dado início à realização das atividades.

2) Título: Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético, Manejo Agrônomico e Sanidade da Cana de Açúcar

Objetivo

Capacitar pesquisadores do INIFAP nas áreas de melhoramento genético, sanidade e manejo sustentável da cultura da cana-de-açúcar, com vistas ao aprimoramento da sua qualidade e aumento da sua produtividade.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC:	US\$ 27.879,00
Embrapa:	US\$. 69.450,00
AMEXCID:	US\$ 42.345,00
Total:	US\$ 139.674,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Ainda não foi dado início à realização das atividades.

3) Título: Intercâmbio de experiências de gestão de perímetros públicos de irrigação entre o Brasil e o México

Objetivo

Promover intercâmbio de conhecimento entre os países para subsidiar o estabelecimento de novas estratégias e fortalecimento dos modelos praticados na área de transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação instalados e em implantação.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Pelo lado mexicano: Comissão Nacional da Água (Conagua).

Custos

ABC:	US\$ 23.336,00
Codevasf:	US\$ 14.600,00
Conagua:	US\$ 13.060,00
SRE/México	US\$ 28.000,00
Total:	US\$ 78.996,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Ainda não foi dado início à realização das atividades.

4) Título: Intercâmbio de Experiências na Formação Profissional-Tecnológica nas Áreas de Pesca e Aquicultura

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento da formação profissional e tecnológica nas áreas de pesca e aquicultura em ambos os países.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Pelo lado mexicano: Direção Geral de Educação em Ciência e Tecnologia do Mar (DGECYTM).

Custos

ABC:	US\$ 63.690,00
Setec:	US\$ 22.600,00
SRE/México	US\$ 63.000,00

Total: US\$ 149.219,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Instituições executoras em negociação de datas para realização das próximas atividades.

5) Título: Gestão da Informação Estatística e Geográfica para o Manejo de Recursos Hídricos

Objetivo

Aprofundar o conhecimento dos especialistas mexicanos e brasileiros com respeito aos sistemas nacionais de informação estatística e geográfica e sua aplicação em processos de planejamento e avaliação da política hídrica.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA).

Pelo lado mexicano: Comissão Nacional de Águas (Conagua)

Custos

ABC:	US\$ 56.099,00
ANA:	US\$ 10.000,00
SRE/México	US\$ 57.405,00
Total:	US\$ 123.504,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução já foram realizadas visitas de especialistas brasileiros ao México e de especialistas mexicanos ao Brasil. Projeto em fase de conclusão.

6) Título: Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético, Manejo Agrônômico e Sanidade de Bovinos e Suínos

Objetivo

Contribuir para aumentar a capacidade do INIFAP nas áreas de melhoramento, manejo e sanidade da produção de carne bovina e suína no México, com vistas à redução dos custos de produção, aprimoramento da qualidade da carne e da segurança alimentar.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC:	US\$ 27.978,00
Embrapa:	US\$ 69.450,00
AMEXCID:	US\$ 42.345,00
Total:	US\$ 139.773,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução, iniciado com visita de técnicos mexicano a cidade de Campo Grande.

7) Título: Apoio Técnico para a expansão e consolidação da rede de bancos de leite humano do México

Objetivo

Contribuir para diminuir a morbi-mortalidade de recém nascidos e menores de um ano estabelecendo as bases para a consolidação e expansão das atividades dos Bancos de Leite Humano em regiões prioritárias de México, por meio da transferência de conhecimentos técnicos, tecnologias e capacitação de profissionais para fortalecer as ações dos programas de atenção à saúde materna e infantil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde.

Pelo lado mexicano: Centro Nacional de Equidade de Gênero e Saúde Reprodutiva / Secretaria de Saúde.

Custos

ABC:	US\$ 25.478,00
MS:	US\$ 23.680,00
AMEXCID:	US\$ 23.525,00
Total:	US\$ 72.683,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução, quarto resultado do projeto foi realizado em setembro de 2015.

8) Título: Aplicação das Práticas Integrativas e Complementares em Áreas Específicas de Saúde – Fase II

Objetivo

Proporcionar um intercâmbio de experiências entre o Brasil e o México sobre práticas integrativas e complementares, competência intercultural na oferta de serviços no âmbito dos Sistemas de Saúde de ambos os países.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde.

Pelo lado mexicano: Direção-Geral de Planejamento e Desenvolvimento em Saúde / Secretaria de Saúde.

Custos

ABC:	US\$ 80.944,00
MS:	US\$ 25.600,00
AMEXCID:	US\$ 66.190,00
Total:	US\$ 171.734,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Realização de atividades ainda não iniciada.

9) Título: Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental relacionada com desastres e com a população exposta – Fase II

Objetivo

Fortalecer o Sistema de Vigilância em Saúde Ambiental do Brasil mediante o intercâmbio de experiências entre os países e capacitação de técnicos brasileiros sobre a experiência mexicana em matéria de vigilância em saúde ambiental.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde.

Pelo lado mexicano: Secretaria de Saúde.

Custos

ABC:	US\$ 23.770,00
AMEXCID:	US\$ 17.560,00
Total:	US\$ 41.330,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Realização de atividades ainda não iniciada.

10) Título: Formação de técnicos especializados em agricultura, pecuária e silvicultura tropical para o desenvolvimento das zonas tropicais do México

Objetivo

Formar técnicos especializados, líderes no conhecimento de novas tecnologias que causem impacto na zona tropical do México com relação ao aumento da produtividade e competitividade dos cultivos selecionados.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) e Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (SAGARPA)

Custos

Embrapa:	US\$ 469.333,00
----------	-----------------

Governo do México: U\$ 1.838.970,60
Total: U\$ 2.308.304,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. Em julho o projeto foi assinado e em setembro de 2015 houve uma missão de especialistas mexicanos ao Brasil para definição do cronograma de execução das próximas atividades.

11) Título: Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação a Distância”

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica mexicana, por meio do aprimoramento da qualidade da oferta, das metodologias de ensino e dos recursos didáticos, em especial no que se refere à educação a distância.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC)

Pelo lado mexicano: Escola Nacional de Educação Pública Colégio Nacional de Educação Profissional e Técnica (CONALEP)

Custos

ABC: US\$ 71.849,00
SETEC/MEC: US\$ 26.400,00
Total: US\$ 98.249,00

Situação em fins de 2015: Projeto concluído em julho de 2015.

i.ii) EM NEGOCIAÇÃO/ ASSINATURA (2)

1) Título: Cooperação Triangular Sobre Lactância Materna em Benefício da Guatemala

Objetivo

Desenvolver ação estratégica para reverter a situação de morbimortalidade infantil na região fronteira entre México e Guatemala.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/MS)

Pelo lado mexicano: Secretaria de Saúde (SS)

Pelo lado guatemalteco: Ministério de Saúde Pública (MSP)

Custos

ABC: a definir
AMEXCID: a definir
Total: a definir

Situação em fins de 2015: Realizada atividade isolada, em maio de 2015, com objetivo de conhecer as propostas e necessidades os países envolvidos na futura ação de cooperação.

2) Título: Cooperação internacional entre México, Brasil e Colômbia para o fortalecimento de ações para abastecimento de água para uso doméstico e saneamento em comunidades rurais com incidência de tracoma

Objetivo

Promover a mitigação do tracoma em comunidades rurais de um terceiro país a partir das experiências de Brasil e México em saneamento básico e em abastecimento de água para uso doméstico.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/MS)

Pelo lado mexicano: Comissão nacional de Água (CONAGUA)

Custos

ABC: a definir
AMEXCID: a definir

Total: a definir

Situação em fins de 2015: Projeto em negociação entre as partes.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (3)

1) Título: Capacitação de pessoal científico em melhoramento genético de *Jatropha curcas* L.

Objetivo

Capacitação de recursos humanos no melhoramento da *Jatropha curcas* para obtenção de variedades melhoradas com ênfase na produção de biodiesel.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC: US\$ 4.663,00

Situação em fins de 2015: Há projeto mexicano correspondente, que já teve uma atividade realizada em novembro de 2013. Essa missão era pré-requisito para a execução da Atividade Isolada. Projeto aguarda negociação de datas entre os executores.

2) Título: Uso de biofertilizantes e práticas de conservação para a produção agrícola sustentável e proteção ambiental

Objetivo

Melhorar a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através de uma melhor compreensão dos princípios e práticas da agricultura de conservação.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC: US\$ 9.326,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se proposta de datas.

3) Título: Pesquisa – Avaliação e seleção da eficácia de linhagens de *Bradyrhizobium japonicum* em soja cultivada em semi-árido

Objetivo

Identificação de linhagens de *Bradyrhizobium japonicum* eficazes na fixação de nitrogênio em soja em condições semiáridas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado mexicano: Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP)

Custos

ABC: US\$ 4.663,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se proposta de datas.

22. NICARÁGUA

O Programa de Cooperação Brasil-Nicarágua possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 2 de fevereiro de 2006 e promulgado em 30 de dezembro de 2008.

A II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Nicarágua foi realizada no período de 19 a 23 de outubro de 2015, em Manágua, com o objetivo de avaliar os resultados do programa bilateral, assim como negociar cinco novos projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, energia, meio ambiente e segurança pública. A delegação brasileira foi integrada por representantes da ABC, dos Ministérios da Justiça e das Cidades, da Fundação Oswaldo Cruz, da Universidade Federal de Viçosa-MG, da Polícia Militar de São Paulo e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

Pela parte nicaraguense, a delegação foi integrada por representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, do Ministério de Energia e Minas, do Ministério de Economia Familiar, Comunitária, Cooperativa e Associativa (MEFCCA), do "Instituto Nacional de Vivienda Urbana y Rural" (INVUR), do "Instituto Nicaraguense de Tecnologia Agropecuária" (INTA), do Exército da Nicarágua e da Polícia Nacional da Nicarágua. A Embaixadora da Nicarágua no Brasil, Lorena Martinez, participou também das reuniões técnicas. Os êxitos alcançados pelos projetos reforçam a agenda positiva com o país e promovem o estreitamento dos laços entre as instituições parceiras, sendo o programa de cooperação técnica o principal instrumento de política externa no quadro das relações entre o Brasil e a Nicarágua.

Em 2015, vale destacar os excelentes resultados obtidos com o Projeto "Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal", iniciado em 2012, cujo objetivo é apoiar o fortalecimento das capacidades locais no uso sustentável dos recursos renováveis. O projeto propiciou, inclusive, a participação de técnicos e produtores nicaraguenses no I Fórum Brasileiro de Bioenergia, realizado na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, o que trouxe importantes subsídios para que sejam alcançados os objetivos propostos. A penúltima atividade do projeto foi realizada na Nicarágua, no período de 6 de abril a 15 de maio de 2015, com a construção de 03 fornos queimadores e treinamento dos produtores locais, nas localidades de Apompuá, Tamborcito e Dilpito. Esses fornos possibilitam máxima produção de carvão vegetal, com elevada qualidade e com baixa emissão de gases poluentes, sendo os mais utilizados no Brasil.

O montante executado pela ABC com esse programa durante o ano de 2015 foi de US\$ 2.379,03.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (10)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (5)

1) Título: Desenvolvimento Sustentável da Produção de Cacau na Nicarágua

Objetivo

Fortalecer as competências e habilidades do pessoal técnico do MEFCCA para a implementação de projetos de agricultura familiar, e de técnicos do INTA para o desenvolvimento e difusão de tecnologias e práticas que ajudem os agricultores e produtores no aumento da produtividade e da qualidade do cacau na Nicarágua.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

Pelo lado nicaraguense: Ministério de Economia Familiar, Comunitária, Cooperativa e Associativa (MEFCCA)

Custos

ABC:	US\$ 32.321,00
CEPLAC:	US\$ 7.500,00
MEFCCA:	US\$ 13.260,00
Total:	US\$ 53.081,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi enviado para assinatura da CEPLAC.

2) Título: Capacitação para Padronizar, Regular e Monitorar a Gestão de Lodo Proveniente de Estações de Tratamento de Água, Esgoto e Sistemas de Drenagem Pluvial.

Objetivo

Treinar pessoal em matéria de gestão, tratamento e disposição do lodo e gerar um instrumento técnico ambiental para regular e controlar a manipulação, tratamento e disposição do lodo.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério das Cidades.

Pelo lado nicaraguense: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (MARENA).

Custos

ABC: US\$ 11.385,00

Ministério das Cidades: US\$ 7.500,00

MARENA: US\$ 5.700,00

Total: US\$ 24.585,00

Situação em fins de 2015: O projeto está sob análise e revisão do Ministério das Cidades.

3) Título: Plano de Fiscalização por Monitoramento Digital para as zonas núcleos da Reserva Natural de Bosawas.

Objetivo

Implementar a conservação e preservação dos recursos naturais nas zonas núcleo da Reserva Natural de Bosawas, incluindo o Parque Nacional Cerro Saslaya, através da construção de diagnóstico das atividades antrópicas e da criação de um plano de fiscalização focado no monitoramento por imagens de satélite.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo

Pelo lado nicaraguense: Exército da Nicarágua.

Custos

ABC: US\$ 23.630,00

PM Ambiental SP: US\$ 32.800,00

Exército da Nicarágua: US\$ 4.520,00

Total: US\$ 60.950,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi enviado para assinatura da Polícia Militar Ambiental de São Paulo.

4) Título: Capacitação Técnica para o Aumento da Produtividade em Plantações Energéticas por Meio de Clonagem

Objetivo

Facilitar a modernização do setor dendroenergético e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nicaraguenses por meio do aumento da produtividade em plantações energéticas com fins de produção de lenha e carvão vegetal.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Pelo lado nicaraguense: Ministerio de Energía y Minas (MEyM)

Custos

ABC: US\$ 20.884,00

UFV: US\$ 5.200,00

MEyM: US\$ 2.923,65

Total: US\$ 29.007,65

Situação em fins de 2015: O projeto foi enviado para assinatura da Universidade Federal de Viçosa.

5) Título: Fortalecimento da Política Pública de Prevenção à Violência Juvenil

Objetivo

Prevenir a violência e a criminalidade por meio da criação e implementação da política pública de convivência e segurança cidadã, com a participação comunitária.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ

Pelo lado nicaraguense: Polícia Nacional de Nicarágua

Custos

ABC: US\$ 25.704,00

MJ: US\$ 10.710,00

Total: US\$ 36.414,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi enviado para assinatura do Ministério da Justiça.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (5)

1) Título: Apoio Institucional pela Caixa Econômica Federal ao 'Programa de Viviendas de Interés Social'.

Objetivo

Apresentar as alternativas de financiamento de moradias implementadas no Brasil para famílias de baixa renda e determinar a viabilidade de implementação nas condições da Nicarágua.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Caixa Econômica Federal.

Pelo lado nicaraguense: Instituto de la Vivienda Urbana y Rural (INVUR).

Custos

ABC: US\$ 79.457,00

CEF: US\$ 248.960,00

Total: US\$ 328.417,00

Situação em fins de 2015: O projeto teve início em maio de 2015 e 16 de suas 42 atividades já foram executadas. A próxima atividade do projeto consistirá em uma missão de técnicos brasileiros à Nicarágua, na segunda quinzena de abril de 2016.

2) Título: Apoio Técnico para Implantação de Banco de Leite Humano no Hospital "Cesar Amador Molina", em Matagalpa.

Objetivo:

Implementar um banco de leite humano de referência regional, localizado no departamento de Matagalpa, com a construção de infraestrutura, equipamentos, rede de coleta e transferência de conhecimento técnico e formação de profissionais, a fim de estabelecer as bases de uma rede capaz de fortalecer ações de atenção à programas para a saúde materna e infantil.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Pelo lado nicaraguense: Ministério da Saúde Pública e Assistência Social (MINSAs).

Custos:

ABC: US\$ 83.984,00

MS: US\$ 40.640,00

Total: US\$124.624,00

Situação em fins de 2015: A primeira atividade do projeto foi realizada em outubro de 2015. A Fiocruz e o MINSAs prepararam o cronograma de execução para 2016.

3) Título: Capacitação Técnica e Implementação de Mecanismos para o Manejo Sustentável do Sistema de Águas Pluviais das Bacias do Lago Manágua e Nicarágua.

Objetivo

Evitar a degradação dos Lagos Nicarágua e Manágua, causada pelo assoreamento de suas redes hidrográficas, através da elaboração de um sistema de controle que permita o manejo sustentável das águas pluviais nas cidades localizadas nas margens dos respectivos lagos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério das Cidades.

Pelo lado nicaraguense: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (MARENA).

Custos

ABC: US\$ 79.415,00

Ministério das Cidades: US\$ 93.320,00

Total: US\$ 171.735,00

Situação em fins de 2015: Projeto com 80% das atividades finalizadas. Este projeto já possibilitou a capacitação de 35 técnicos do MARENA, INETER, ANA, ENACAL, FISE, das Universidades UNI e UNA e dos municípios de Granada, San Carlos, San Miguelito, Morrito, Boaco, Juigalpa e Rivas no manejo de águas pluviais em centros urbanos. As duas últimas atividades, uma missão de técnicos nicaraguenses ao Brasil e a visita de técnicos brasileiros à Nicarágua para o treinamento final do projeto, foram agendadas para o primeiro trimestre de 2016.

4) Título: Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal na Nicarágua.

Objetivo

Contribuir para a sustentabilidade da produção de carvão vegetal na Nicarágua através da introdução de novas metodologias e técnicas de: produção, criação de capacidades locais, utilização de árvores não madeiráveis – madeiras de menor qualidade - e utilização carvão vegetal na Nicarágua com baixa emissão de fumaça e aumento da eficiência energética (produtividade e rendimento).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Pelo lado nicaraguense: Ministério de Minas e Energia (MME).

Custos

ABC: US\$ 61.126,00

UFV: US\$ 8.400,00

MME: US\$ 14.225,00

Total: US\$ 83.751,00

Situação em fins de 2015: Projeto concluído com sucesso. A última atividade do projeto ocorreu em outubro de 2015 e consistiu no treinamento de produtores locais para usos dos fornos construídos nas localidades de Apompuá, Tamborcito e Dilpito. Considerando os excelentes resultados alcançados pelo projeto, a Nicarágua apresentou a proposta de um segundo projeto, que foi elaborado durante a II Reunião do GT, com o objetivo de modernizar as técnicas de implantação de plantações energéticas, para a produção de material genético de lenha e carvão vegetal.

5) Título: Apoio ao Desenvolvimento de Gestão e Sistema de Informação de Recursos Hídricos na Nicarágua

Objetivo

Apoio à Autoridade Nacional de Águas da Nicarágua no fortalecimento técnico e institucional para a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA).

Pelo lado nicaraguense: Autoridade Nacional de Águas (ANA)

Custos

ABC:	US\$ 58.830,00
ANA Brasil:	US\$ 15.300,00
Total:	US\$ 74.130,00

Situação em fins de 2015: A ANA dará início às atividades no primeiro semestre de 2016.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

Foi realizada, no período de 19 a 23 de outubro, a II Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Nicarágua, com um custo total de US\$ 27.940,00.

23. PANAMÁ

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983. A última reunião do Grupo de trabalho de cooperação técnica foi realizada em dezembro de 2010.

O programa conta com 4 (quatro) projetos em execução. Ressalta-se a importância do tema de agropecuária, considerado estratégico pelo Governo panamenho.

Devido ao atual quadro de restrições orçamentárias da ABC, não houve recursos investidos na cooperação com o Panamá no ano de 2015. A seguir, um resumo dos projetos e atividades que compõem a cooperação técnica:

I) PROJETOS CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO(5)

1) Título: Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana de Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá.

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento de cadeia produtiva de soja e de cana-de-açúcar, e com a extensão da cadeia produtiva de cenoura, em áreas de clima tropical, por meio do fortalecimento institucional do MIDA e da IDIAP, no que tange a tecnologia de produção e agroindustrialização.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado panamenho: Ministério de Desenvolvimento Agropecuário (MIDA)

Custos

ABC:	US\$ 60.960,00
Embrapa:	US\$ 114.400,00
MIDA:	US\$ 22.450,00
Total:	US\$ 197.756,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi concluído em razão da ausência de resposta das instituições executoras para realização das atividades previstas no acordo de cooperação.

2) Título: Apoio técnico para implantação/implementação de Bancos de Leite Humano no Panamá

Objetivo

Estabelecer as bases para a implementação gradual de bancos de leite humano em áreas prioritárias do Panamá, por meio da transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissionais como ferramenta para fortalecer as ações dos programas de atenção à saúde

materna e infantil, bem como para diminuir a morbidade e mortalidade das crianças menores de 1 ano.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS-Brasil)

Pelo lado panamenho: Ministério da Saúde (MS-PA)

Custos

ABC:	US\$ 44.160,00
MS-PA:	US\$ 6.000,00
Total:	US\$ 50.160,00

Situação em fins de 2015: O projeto encontra-se em execução e aguarda a definição de datas por parte da Fiocruz para a realização da próxima atividade.

3) Título: Apoio ao Programa de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias –PHEFC – do Governo do Panamá.

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento do Projeto Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias (PHEFC), por meio de capacitações tecnológicas e introdução de novas tecnologias para validação no Panamá, buscando potencializar o alcance das metas do PHEFC.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Embrapa

Pelo lado panamenho: Secretaria de Coordenação de Assuntos Comunitários e Desenvolvimento Social (SCACDS) / Gabinete da Primeira Dama do Panamá

Custos

ABC:	US\$ 52.118,00
Embrapa:	US\$ 96.800,00
SCACDS:	US\$ 22.200,00
Total:	US\$ 169.678,00

Situação em fins de 2015: As primeiras atividades do projeto foram realizadas no período de 02 a 06 de dezembro de 2013. Aguarda-se negociação de datas para realização das próximas atividades.

4) Título: Reforço à Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário do Panamá - MIDA.

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário, principalmente no componente de sanidade vegetal, com foco no reforço das capacidades de diagnóstico de enfermidades quarentenárias ou de importância econômica, bem como da área de detecção de resíduos de praguicidas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Embrapa

Pelo lado panamenho: Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, MIDA

Custos

ABC:	US\$ 113.829,00
Embrapa:	US\$ 146.400,00
MIDA:	US\$ 50.000,00
Total:	US\$ 310.229,00

Situação em fins de 2015: O projeto já foi assinado e aguarda recursos orçamentários para ser iniciado.

5) Título: Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira

Objetivo

Melhorar o programa de manejo sanitário em estabelecimentos relacionados com a atividade de produção leiteira, por meio da melhora da capacidade técnica dos recursos humanos da Direção Nacional de Saúde Animal e da Direção Nacional de Ganaderia, do Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, MIDA.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado panamenho: Ministério de Desenvolvimento Agropecuário (MIDA)

Custos

ABC: US\$ 57.532,00

Embrapa: US\$ 112.000,00

MIDA: US\$ 25.200,00

Total: US\$ 194.732,00

Situação em fins de 2015: As primeiras atividades do projeto foram realizadas na Cidade do Panamá em setembro de 2014. Aguarda recursos orçamentários para continuidade do projeto.

24. PARAGUAI

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Paraguai tem como marco jurídico a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em 27 de outubro de 1987, promulgado em 1º de junho de 1991.

Em abril de 2014 a ABC liderou missão multidisciplinar a Assunção, que marcou a retomada do Programa de Cooperação Técnica Bilateral com o Paraguai. Toda a pauta de projetos de cooperação técnica foi reavaliada, de modo a atender as demandas prioritárias do Governo paraguaio. Foram negociados 6 novos projetos nas áreas de pecuária, saúde, vigilância sanitária, reflorestamento, gestão fundiária e gestão de águas. O projeto na área de vigilância sanitária foi aprovado, assinado e entrou em execução em 2014. Os demais projetos começaram a ser assinados em novembro de 2015, pois o Governo paraguaio assinou os respectivos Ajustes Complementares apenas no final de outubro de 2015.

Em 2015, o montante executado pela ABC com o programa bilateral foi de US\$ 4.734,36. A seguir são relacionados os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (6)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (5)

1) Título: Políticas de Gestão Fundiária, Georreferenciamento nas Colônias Rurais, e Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) e do Instituto Paraguaio do Índio (INDI)

Objetivo

Viabilizar ações de georreferenciamento relacionadas com a Rede Geodésica Paraguaia no meio rural e em território indígena, levando à criação de um sistema cadastral que permita gerar os dados e informações de parcelas das colônias e territórios indígenas, fortalecendo a capacidade técnica e de gestão do INDERT e do INDI para a formalização jurídica das propriedades e unificando dados cadastrais.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Pelo lado paraguaio: Institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) e do Instituto Paraguaio do Índio (INDI)

Custos

ABC: US\$ 785.444,00
INDERT: US\$ 39.750,00
Total: US\$ 824.794,00

Situação em fins de 2015: O projeto será submetido à chamada de projetos da União Européia no início de janeiro de 2016, para viabilizar sua implementação.

2) Título: Apoio à Implementação do Programa Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no Paraguai

Objetivo

Apoiar o Governo paraguaio na elaboração e na implementação do Programa para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no país.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Embrapa

Pelo lado paraguaio: Ministério de Agricultura e Pecuária do Paraguai (MAG)

Custos

ABC: US\$ 53.245,00
Embrapa: US\$ 500,00
Total: US\$ 53.745,00

Situação em fins de 2015: Projeto será enviado para assinatura das instituições executoras no início de 2016.

3) Título: Apoio Técnico para a Expansão da Rede e a Consolidação do Banco de Leite Humano do Paraguai

Objetivo

Consolidar e expandir a Rede de Bancos de Leite Humano no Paraguai para atender a demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno no país.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Centro de Referência Nacional para Bancos de Leite/Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ

Pelo lado paraguaio: Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social (MSPyBS)

Custos

ABC: US\$ 120.791,00
IFF/FIOCRUZ/MS: US\$ 36.000,00
MSPyBS: US\$ 7.000,00
Total: US\$ 163.791,00

Situação em fins de 2015: Projeto será enviado para assinatura das instituições executoras no início de 2016.

3) Título: Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão de Recursos Hídricos no Paraguai, com ênfase nas Regiões Transfronteiriças das Cuencas de Apa e Itaipú

Objetivo

Promover ações de capacitação para o desenvolvimento de capacidades para a gestão de recursos hídricos no Paraguai, com ênfase nas regiões transfronteiriças das Cuencas de Apa e Itaipú.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado paraguaio: Dirección General de Protección y Conservación de los Recursos Hídricos

Custos

ABC: US\$ 249.098,00
ANA: US\$ 124.100,00

Total: US\$ 453.198,00

Situação em fins de 2015: Projeto enviado para assinatura da ANA.

4) Título: Fortalecimento de Capacidades Técnicas para o Desenvolvimento da Silvicultura de Precisão no Paraguai

Objetivo

Estabelecer acordos de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos na área de silvicultura e plantações florestais.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Universidade Federal de Lavras

Pelo lado paraguaio: Instituto Forestal Nacional

Custos

ABC: US\$ 120.791,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 163.791,00

Situação em fins de 2015: Projeto será enviado para assinatura das instituições executoras no início de 2016.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social da República do Paraguai

Objetivo

Promover a ampliação do diálogo regulatório entre as autoridades sanitárias de Brasil e Paraguai, contribuindo para o fortalecimento do Governo paraguaio na área de saúde.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Pelo lado paraguaio: Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar

Custos

ABC: US\$ 89.816,00

ANVISA US\$ 15.960,00

MSPyBS US\$ 55.360,00

Total: US\$ 161.136,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução, com 17% das atividades realizadas. As próximas atividades serão realizadas a partir de abril de 2016.

25. PERU

A cooperação técnica entre os dois países é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em 8 de outubro 1975. O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Peru conta, atualmente, com uma carteira composta por 7 projetos em execução, 06 em fase de assinatura e 08 concluídos, sendo as principais áreas abordadas pelos projetos agrícola, saúde, trabalho e emprego e desenvolvimento social.

Cabe destacar a conclusão do projeto "Fortalecimento da Gestão de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais do MIMP". A iniciativa capacitou cerca de 40 técnicos peruanos. Além disso, com a troca de experiências realizadas por meio da cooperação brasileira, o Ministério da Mulher desenhou ferramentas de gestão da informação para o monitoramento de seus programas sociais, ademais do estabelecimento de estratégias para a avaliação dos serviços prestados.

No campo de telecomunicações digital, vale destacar a conclusão da compra dos equipamentos previstos no projeto bem como sua doação ao Governo peruano. Além disso, é importante sublinhar a realização de dois dos quatro cursos de capacitações restantes à conclusão do trabalho.

Em julho, foi realizada a VIII Reunião do Grupo de trabalho de cooperação técnica. Na ocasião, pode-se avaliar os projetos em execução e concluídos bem como elaborar novas iniciativas que são apresentadas no resumo a seguir.

Ao todo o custo de implementação dos projetos e atividades isoladas no ano de 2015 foi de US\$ 41.970,21.

Apresentam-se abaixo informações resumidas acerca dos projetos em execução, negociação e assinatura, que compõem a carteira de projetos de cooperação técnica Brasil - Peru:

I) PROJETOS (21)

i.i) EM EXECUÇÃO OU CONCLUÍDOS (15)

1) Título: Fortalecimento Institucional da Direção Geral de Medicamentos, Insumos e Drogas – DIGEMID do Peru na Área de Vigilância Sanitária.

Objetivo

Desenvolver ações para o fortalecimento das capacidades institucionais na área de vigilância sanitária de medicamentos do Peru.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde – MS por meio da ANVISA.

Pelo lado peruano: Dirección General de Insumos Medicamentos y Drogas – DIGEMID Ministerio de Salud del Perú

Custos

ABC:	US\$ 48.216,00
MINSA:	US\$ 101.990,00
Total:	US\$ 150.206,00

Situação em fins de 2015: Projeto em execução. O sexto resultado do projeto deteve a atividade A 6.3 realizada em novembro de 2015 com a capacitação de dois especialistas brasileiros aos técnicos peruanos.

2) Título: Fortalecimento das Capacidades Locais para o Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAF) em Comunidades Fronteiriças Amazônicas do Peru

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais que promovam modelos de desenvolvimento integral e sustentável, como os Sistemas de Produção Agroflorestal (SAF), adaptadas às práticas tradicionais e condições ambientais do Peru, que contribua para a mitigação dos efeitos da agricultura não sustentável, assim como contribuir para os processos de integração fronteiriça entre Peru e Brasil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado peruano: Ministério de Agricultura.

Custos

ABC:	US\$ 46.400,00
PEDICP:	US\$ 50.520,00
EMBRAPA:	US\$ 3.000,00
Total:	US\$ 99.920,00

Situação em fins de 2015: Aguarda negociação de datas entre as instituições executoras para realização das próximas atividades.

3) Título: Fortalecimento de capacidades para o melhoramento da produção aquícola em Madre de Dios

Objetivo

Melhorar as técnicas de reprodução e produção de peixes amazônicos para o desenvolvimento da região de Madre de Dios por meio da atividade aquícola.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Agricultura e Pesca e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

Pelo lado peruano: Projeto Especial Madre de Dios – PEMD (Governo Regional de Madre de Dios)

Custos

ABC: US\$ 4.840,00

PEMD: US\$ 6.600,00

Total: US\$ 11.440,00

Situação em fins de 2015: Aguarda negociação de datas entre as instituições executoras para realização das próximas atividades.

4) Título: Fortalecimento da Gestão de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais do MIMP

Objetivo

Fortalecer a gestão do monitoramento e avaliação do Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social – MIMP e seus Programas Nacionais mediante a articulação do setor, priorizando o desenvolvimento de capacidades da rede de monitoramento do Setor, o desenvolvimento de ferramentas de gestão da informação, assim como garantir canais que permitam o controle das ações do Estado com a finalidade de obter maiores níveis de eficiência.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Pelo lado peruano: Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social (MIMP)

Custos

ABC: US\$ 6.200,00

APCI: US\$ 1.800,00

MIMP: US\$ 12.400,00

Total: US\$ 20.400,00

Situação em fins de 2015: Seminário final realizado em novembro de 2015.

5) Título: Apoio ao Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social - MIDIS na articulação e coordenação das políticas e programas de desenvolvimento e inclusão social.

Objetivo

Intercambio de conhecimentos entre MIDIS e MDS no tema de articulação e coordenação de políticas e programas sociais nos diferentes níveis de governo e instituições da sociedade civil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Pelo lado peruano: Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social – MIDIS

Custos

ABC: US\$ 8.400,00

MDS: US\$ 2.800,00

MIDIS: US\$ 2.800,00

APCI: US\$ 4.800,00

Total: US\$ 18.800,00

Situação em fins de 2015: Aguarda negociação de datas para realização das atividades.

6) Título: Fortalecimento Institucional do Ministério de Trabalho e Promoção do Emprego com ênfase na Inspeção do Trabalho

Objetivo:

Desenvolver as capacidades das equipes do Ministério de Trabalho e Promoção do Emprego na inspeção do trabalho com ênfase no trabalho infantil e forçoso, assim como saúde e segurança do trabalho.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Pelo lado peruano: Ministério do Trabalho e promoção do Emprego – MTPE

Custos

ABC: US\$ 35.868,00

MTE: US\$ 25.600,00

MTPE: US\$ 26.886,00

Total: US\$ 88.354,00

Situação em fins de 2015: Falta um resultado para conclusão do projeto.

7) Título: Apoio Técnico para Implantação da TV Digital no Peru.

Objetivo

Apoiar o Governo do Peru no processo de implementação da televisão digital terrestre, tendo como base a experiência da implementação do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-Tb).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério das Comunicações – Secretaria de Telecomunicações

Pelo lado peruano: Ministério do Transporte e Comunicações

Custos

ABC: US\$ 257,254.00

MTC: US\$ 28,000.00

INCTEL: US\$ 96,180.00

Total: US\$ 381,435.00

Situação em fins de 2015: As compras de equipamentos foram finalizadas bem como duas capacitações, sendo uma no Brasil e uma em Lima.

Concluídos

8) Título: Fortalecimento das Capacidades para Melhoria da Produção Aquícola no Baixo Yavari

Objetivo

Melhorar as capacidades locais para a reprodução, cultivo, produção, transformação e comercialização piscícola, fortalecendo as práticas locais orientadas ao manejo sustentável de corpos de água e estanques, assim como, a mitigação da pressão da pesca no meio natural.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Pesca – MPA (Superintendência de Rondônia)

Pelo lado peruano: Ministério de Agricultura (PEDICP)

Custos

ABC: US\$ 68.592,00

MPA: US\$ 4.250,00

PEDICP: US\$ 24.480,00

Total: US\$ 97.322,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

9) Título: Projeto Piloto de Escola Pública Brasileiro - Peruana

Objetivo

Contribuir para uma maior integração e aproximação entre Brasil e Peru, a partir da implementação, na instituição educativa 1032 – “República do Brasil”, de experiência piloto “Escola Pública Brasileiro-Peruana”, que tenha como fundamento a garantia de uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Educação (MEC)

Pelo lado peruano: Ministério da Educação do Peru (MINEDU)

Custos

ABC: US\$ 36.265,00

MINEDU: US\$ 23.094,00

Total: US\$ 59.359,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

10) Título: Fortalecimento das Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural

Objetivo

Transferir ao Governo peruano conhecimentos brasileiros relativos às metodologias de implementação de projetos de eletrificação rural com objetivo de reduzir a pobreza e possibilitar o desenvolvimento econômico da população.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Minas e Energia (MME)

Pelo lado peruano: Ministério de Energia e Minas (MEM)

Custos

ABC: US\$ 56.379,00

MME: US\$ 22.000,00

Total: US\$ 78.379,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

11) Título: Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira

Objetivo

Contribuir principalmente para o desenvolvimento das economias regionais, particularmente identificando oportunidades para as pequenas e médias empresas mineiras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida através da geração de emprego e ao desenvolvimento sustentável.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Companhia De Pesquisa E Recursos Minerais (CPRM)

Pelo lado peruano: Ministério de Energia e Minas (MEM)

Custos

ABC: US\$ 69.784,00

CPRM: US\$ 5.000,00

MEM: US\$ 12.200,00

Total: US\$ 86.984,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

12) Título: Fortalecimento da Capacidade de Resposta dos Serviços de Saúde Frente a uma Pandemia de Influenza

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento da preparação dos serviços de saúde para o manejo e a atenção adequados de casos de influenza em uma eventual pandemia.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde (MS)

Pelo lado peruano: Ministério da Saúde do Peru (MSP)

Custos

ABC: US\$ 14.983,00

MS: US\$ 4.000,00

MS Peru: US\$ 15.584,00

APCI: US\$ 2.550,00

Total: US\$ 37.117,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

13) Título: Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis – Fase II

Objetivo

Dar continuidade ao trabalho de promoção de cultivos oleaginosos para produção de biocombustíveis, consolidando os resultados obtidos na primeira fase deste projeto, ampliando sua ação para outras regiões da Amazônia Peruana e incluindo uma outra espécie oleaginosa nos estudos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado peruano: DEVIDA

Custos

ABC: US\$ 44.525,00

DEVIDA: US\$ 7.000,00

Total: US\$ 51.525,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

14) Título: Intercâmbio de Experiências e Tecnologias para Melhorar a Qualidade no Processo de Transformação da Castanha (Bertholletia Excelsa) na Região Fronteiriça Peru – Brasil

Objetivo

Promover o intercâmbio de experiências e tecnologias entre os atores da cadeia produtiva da castanha na fronteira Brasil-Peru, quanto à adoção de boas práticas de colheita, pós-colheita, controle de qualidade e processamento para aumentar a produtividade e favorecer o acesso aos mercados internacionais.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa)

Pelo lado peruano: Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (IIAP)

Custos

ABC: US\$ 7.127,00

MTPE: US\$ 15.970,00

Total: US\$ 23.097,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

15) Título: Fortalecimento do Processo de Implementação da Vigilância Sanitária Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras do Peru.

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento da Vigilância Sanitária Internacional em portos, aeroportos fronteiras e recintos alfandegados do Peru

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado peruano: Oficina General de Epidemiologia – Ministério da Saúde do Peru

Custos

ABC:	US\$ 19.735,00
ANVISA:	US\$ 5.704,00
MS Peru:	US\$ 43.968,00
Total:	US\$ 69.407,00

Situação em fins de 2015: Projeto considerado concluído por ocasião da VIII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

ii) NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (6)

1) Título: Fortalecimento Institucional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos Peru-Brasil

Objetivo

Fortalecer a institucionalidade e a governabilidade para uma gestão integrada dos recursos hídricos em conformidade com a Lei de Recursos Hídricos e a Política e Estratégia Nacional de Recursos Hídricos do Peru.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado peruano: Autoridade Nacional de Águas (ANA)

Custos

ABC:	US\$ 252.304,00
ANA Peru:	US\$ 87.260,00
ANA Brasil:	US\$ 69.900,00
Total:	US\$ 409.484,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

2) Título: Apoio técnico para implementação da Rede de Banco de Leite Humano do Peru

Objetivo

Contribuir para a qualificação da atenção neonatal em Peru, apoiando o fortalecimento da atividade Banco de Leite Humano como uma estratégia de segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Pelo lado peruano: Ministério da Saúde (Minsa)

Custos

ABC:	US\$ 35.708,00
Fiocruz:	US\$ 23.600,00
Minsa:	US\$ 36.720,00
Total:	US\$ 96.028,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

3) Título: Fortalecimento Institucional do Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego em matéria de trabalho forçado

Objetivo

Dotar o Governo peruano de mecanismos para fortalecimento das práticas de identificação e proteção do trabalho adolescente e gerar conhecimento nos espaços regionais sobre o trabalho forçado.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Pelo lado peruano: Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego (MTPE)

Custos

ABC: US\$ 14.907,00

MTE: US\$ 10.810,00

MTPE: US\$ 42.770,00

Total: US\$ 68.487,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

4) Título: Fortalecimento da Comissão Regional Do Trabalho e Promoção do Emprego de Ucayali com ênfase no setor Florestal

Objetivo

Dotar o Governo peruano de mecanismos para fortalecimento das práticas de identificação e proteção do trabalho adolescente e gerar conhecimento nos espaços regionais sobre o trabalho forçado.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Pelo lado peruano: Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego (MTPE)

Custos

ABC: US\$ 9.797,00

MTE: US\$ 11.985,00

MTPE: US\$ 38.490,00

Total: US\$ 60.272,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

5) Título: Fortalecimento das Capacidades para o Melhoramento e Recuperação de Solos Amazônicos

Objetivo

Melhorar as capacidades dos técnicos peruanos em manejo de solos tropicais na região de Madre de Deus

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Embrapa

Pelo lado peruano: Projeto Regional de Madre Deus – GOREMAD

Custos

ABC: US\$ 8.422,00

Embrapa: US\$ 45.600,00

Governo peruano: US\$ 24.620,00

Total: US\$ 78.642,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

6) Título: Fortalecimento de capacidades locais para o manejo e aproveitamento sustentável de espécies madeireiras e não-madeireiras de florestas comunitárias nas bacias do Yavarí e do Purús

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para promover o manejo florestal integrado e sustentável, com vistas à geração de renda para a população local.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Embrapa

Pelo lado peruano: PEDICP e PEPP

Custos

ABC: US\$ 29.460,00

Embrapa:	US\$	51.200,00
Governo peruano:	US\$	87.060,00
Total:	US\$	167.720,00

Situação em fins de 2015: Projeto em processo de assinatura.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Peru, realizada na cidade de Lima, em julho de 2015. A reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Embrapa, do SENAI e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

26. REPÚBLICA DOMINICANA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana tem como marco legal o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Dominicana, celebrado em 6 de fevereiro de 2006 e promulgado pelo Congresso brasileiro por meio do Decreto Legislativo 228, de 3 de setembro de 2008. Esse instrumento substituiu o assinado por ambos os países em 8 de fevereiro de 1985.

O Programa Bilateral de Cooperação com a República Dominicana encerra o ano de 2015 com quatro projetos em execução e seis em processo de assinatura na área de pecuária, saúde, direitos humanos e educação. Vale destacar que foi realizada em junho de 2015 a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana, sendo elaborados 8 novos projetos, dentre os quais quatro ainda estão em fase de assinatura.

Importante se faz mencionar a segunda fase do projeto de implementação da Rede de Banco de Leite Humano que na primeira fase, encerrada em julho de 2014, implantou o primeiro Banco de Leite Humano da República Dominicana no Hospital de Ginecologia e Obstetrícia Maternidade Nossa Senhora da Alta Graça. O projeto possibilitou o desenvolvimento de um processo contínuo de assistência técnica para a organização e o funcionamento do BLH, transformando-o no Centro de Referência no país, este modelo será reproduzido para outros hospitais, possibilitando, no futuro, a criação de uma Rede de Bancos de Leite. Durante o período de execução foram registrados: a capacitação de 39 técnicos dominicanos, 2.042 atendimentos a recém-nascidos, 12.016 atendimentos individuais a crianças, 1.758 mães cadastradas como doadores individuais e 896 recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva neonatal e metade intensivo.

Nesta segunda fase será beneficiado o **Hospital Materno Infantil San Lorenzo de Los Mina**. No âmbito do projeto serão atendidas crianças prematuras e baixo peso ao nascer internados em unidades de cuidados neonatais. No campo dos sistemas de saúde pública, o Banco de Leite Humano é uma estratégia de segurança alimentar e nutricional no atendimento neonatal, voltada para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com ênfase na redução da mortalidade infantil.

Foram executados, ao longo de 2015, no âmbito do programa bilateral com a República Dominicana, US\$ 106.512,77.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (10)

I.i) EM EXECUÇÃO (4)

1) Título: Apoio para o Desenvolvimento do Projeto Cultivando Água Boa na República Dominicana.

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento de capacidades socioambientais das populações locais da bacia hidrográfica e das instituições da região, com vistas a melhorar a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida dos cidadãos dominicanos, bem como as relações entre os diversos atores em projetos de desenvolvimento territorial, através da metodologia do programa Cultivando Água Boa (CAB).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas e Itaipu Binacional

Pelo lado dominicano: Ministério de Minas e Energia

Custos

ABC: US\$ 320.132,00

ANA: US\$ 256.000,00

Itaipu: US\$ 224.000,00

Total: US\$ 800.132,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado em 9 de março de 2015. As atividades preparatórias iniciaram no segundo semestre de 2014. Até o momento foram feitas as seguintes atividades:

Seleção de microbacias piloto; Treinamento da equipe de coordenação nacional sobre a metodologia do CAB; Diagnóstico das três microbacias, detalhando os aspectos cultural, social e ambiental; Realização de processo de conscientização entre os agentes locais e nacionais (214 reuniões); Criação do comitê nacional de direção de programa, formado por 24 empresas estratégicas atuantes das microbacias; Capacitação dos gestores dos comitês nacionais locais dos comitês locais das três microbacias, num total de 97 pessoas; e, execução das primeiras etapas do diagnóstico intitulado "Oficinas do Futuro" nas três microbacias. Participaram do processo cerca de mil líderes comunitários, de um total de 25 comunidades nas três microbacias.

Realização das atividades A2.3 e A2.4 (Curso de formação metodológica) em Foz do Iguaçu, no período de 15 a 21 de setembro de 2015, com a participação de 13 técnicos dominicanos.

Realização das atividades A4.2, A5.1 e A5.2 em São Domingos, no período de 21 de setembro a 15 de novembro (etapas: "Caminho Adiante", "Oficinas do futuro" e reuniões preparatórias para a realização do "Pacto das Águas").

Realização da atividade A6.3 em Foz do Iguaçu, contando com a participação de 14 dominicanos.

Deverá ser realizada revisão do projeto para inclusão de novas atividades e adequação dos custos.

2) Título: Apoio à implantação de sistema de metrologia e avaliação da conformidade na República Dominicana.

Objetivo

Apoiar o Governo dominicano no fortalecimento técnico e institucional, para que esteja apto a responder com eficiência às demandas do mercado e da sociedade dominicana, contribuindo de forma sustentável com o desenvolvimento do País, em suas esferas econômica e social.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e qualidade industrial (Inmetro)

Pelo lado dominicano: Dirección General de Normas y Sistemas de Calidad (DIGENOR)

Custos

ABC: US\$ 168.352,00

Total: US\$ 168.352,00

Situação em fins de 2015: Restam duas atividades para conclusão do projeto. Como benefícios do projeto destacam-se a implementação de um sistema de metrologia e conformidade no país possibilitando a maior confiabilidade nas relações comerciais, credibilidade nas medições relacionadas à saúde e segurança, proteção ambiental; a elaboração de um Plano de Implementação da Rede Dominicana de Metrologia Legal e Qualidade foi desenvolvido e avaliado; a formação de dez técnicos dominicanos na área de em gestão técnica, que ocorreu em unidades INMETRO; elaboração da proposta inicial do termo de referência para criação de

um instituto Nacional de Metrologia; capacitação de dois técnicos dominicanos nas áreas de metrologia elétrica e termometria. A previsão estava treinando bem em áreas de medição de massa, volume e fluxo, mas após acordo mútuo entre as partes envolvidas, foi substituída pela missão Inmetro na República Dominicana, com o objetivo de sensibilizar e divulgação do Sistema Internacional de Unidades (SI).

Com o apoio do projeto, foi elaborada Lei sobre metrologia que posteriormente foi sancionada pelo Governo dominicano, fornecendo assim a base jurídica para o desenvolvimento de normas a serem aplicadas no controle metrológico legal. Quanto a implantação do laboratório de metrologia previsto no projeto, para a especificação de equipamentos e instalações necessárias torna-se imprescindível a criação das competências e consolidação de um instituto nacional de metrologia, a implementação de um sistema nacional de metrologia e um modelo para o controle metrológico legal.

O projeto deverá ser concluído no primeiro semestre de 2016.

3) Título: Autoridade Sanitária dominicana nas áreas de registro de medicamentos, farmacovigilância e inspeções sanitárias.

Objetivo

Apoiar o Governo dominicano na proteção e promoção do acesso da população a saúde por meio da regulação e controle sanitário de produtos subordinados à vigilância sanitária.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado dominicano: Secretaria de Estado de Salud Pública y Asistencia Social

Custos

ABC: US\$ 143.708,00

Total: US\$ 143.708,00

Situação em fins de 2015: Para sua conclusão, estão previstas seis atividades. Para viabilizar sua implementação, as instituições executoras propuseram em conjunto uma revisão ao projeto ajustando as atividades previstas à realidade local e as possibilidades de cooperação entre elas.

4) Título: Transferência da metodologia adotada pelo Brasil para diminuição do número de armas de fogo e munição à disposição da população civil.

Objetivo

Compartilhar com a República Dominicana a metodologia brasileira adotada nas campanhas nacionais de desarmamento dirigidas ao fortalecimento da política contra a criminalidade.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/ Ministério da Justiça.

Pelo lado dominicano: Procuradoria Geral da República Dominicana.

Custos

ABC: US\$ 58.576,00

MJ: US\$ 6.370,00

Total: US\$ 64.946,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado em agosto de 2012. O projeto iniciou suas atividades em março de 2014. Ao longo de 2014 e 2015 foram executadas cinco atividades. As atividades pendentes aguardam a implantação do marco jurídico proposto pelo Ministério da Justiça para a utilização de armas de fogo.

5) Título: Apoio à implantação do programa de redução da morbimortalidade materno-infantil na República Dominicana.

Objetivo

Implementar sistema de atenção materno-infantil de apoio social às famílias com gestantes, puérperas e crianças em situação de risco clínico e social.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Secretaria da Saúde e Ação Social / Prefeitura Municipal de Sobral-CE

Pelo lado dominicano: Ministerio de Salud Publica – Dirección Materno-Infantil y Adolescente

Custos

ABC: US\$ 26.705,00

Prefeitura de Sobral: US\$ 2.100,00

Total: US\$ 28.805,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado em fevereiro de 2012, já executou metade de suas atividades. Para o seguimento de suas ações, aguarda-se a implantação pelo do Governo dominicano, com recursos próprios, do programa “Trevo de Quatro Folhas”.

I.ii) EM NEGOCIAÇÃO / ASSINATURA (6)

1) Título: Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana.

Objetivo

Contribuir para a auto-suficiência da República Dominicana na produção de leite, por meio do melhoramento genético do rebanho leiteiro voltado para produção de leite a pasto.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Pelo lado dominicano: Instituto Dominicano de Investigaciones Agropecuarias y Forestales (IDIAF)

Custos

ABC: US\$ 52.160,00

Embrapa: US\$ 58.400,00

IDIAF: US\$ 17.520,00

Total: US\$ 128.080,00

Situação em fins de 2015: Devido à restrição orçamentária em curso o projeto até o momento não pode ser assinado pelas Partes. O Ajuste Complementar foi assinado em 15 de junho de 2012.

2) Título: Apoio técnico para a implementação do Banco de Leite Humano no Hospital Materno Infantil San Lorenzo de Los Mina.

Objetivo

Apoiar a expansão da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que assegurem a qualidade de leite materno utilizado em recém nascidos em situações especiais.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz / Instituto Fernandes Figueira

Pelo lado dominicano: Ministerio de Salud Salud Publica y Asistencia Social

Custos

ABC: US\$ 50.530,00

Fiocruz: US\$ 22.400,00

Total: US\$ 72.930,00

Situação em fins de 2015: A minuta de projeto encaminhada pelo Governo dominicano está sendo avaliada pela Fiocruz.

3) Título: Fortalecimento do Departamento de Alimentos e Bebidas do Laboratório Naional de Saúde Pública Dr. Defilló

Objetivo: Apoiar o Governo dominicano no fortalecimento da capacidade técnica do Departamento de Alimentos e Bebidas do LNSPDD por meio da implementação de

metodologias analíticas nas áreas físico-química e microbiológica.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Pelo lado dominicano: Laboratório Nacional de Saúde Pública DR. Delfilló (LNSPDD)

Custos

ABC:	US\$ 57.920,00
ANVISA:	US\$ 10.640,00
LNSPDD:	US\$ 11.970,00
Total:	US\$ 80.530,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado no dia 14 de setembro sendo então encaminhado à República Dominicana para a assinatura da instituição executora dominicana.

4) Título: Fortalecimento do Sistema Hemoterápico Dominicano

Objetivo: Apoiar o Governo dominicano no fortalecimento do marco normativo como garantia da segurança transfusional e no desenvolvimento das capacidades técnicas em promoção da doação voluntária de sangue.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado dominicano: Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde

Custos

ABC:	US\$ 43.652,00
Min. Saúde Brasil:	US\$ 4.100,00
Min. Saúde Dom.:	US\$ 4.100,00
Total:	US\$ 51.852,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado no dia 14 de setembro sendo então encaminhado à República Dominicana para a assinatura da instituição executora dominicana.

5) Título: Fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Primária e Secundária.

Objetivo: Apoiar o Governo dominicano no desenvolvimento de competências e ferramentas de medição para a qualidade da educação.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Instituto Nacional de Estudos e Investigações em Educação Anísio Teixeira – INEP

Pelo lado dominicano: Ministério de Educação - MINERD

Custos

ABC:	US\$ 51.021,00
INEP:	US\$ 31.200,00
MINERD:	US\$ 8.032,00
Total:	US\$ 90.253,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado no dia 14 de setembro sendo então encaminhado à República Dominicana para a assinatura da instituição executora dominicana.

6) Título: Plano de Acesso a Justiça e Proteção de Direitos das Pessoas com Deficiência.

Objetivo: Sensibilizar e capacitar os operadores do Sistema de Justiça na República Dominicana a respeito do trato digno e aos direitos das pessoas com deficiência como garantia ao acesso efetivo da justiça.

Instituições executoras:

Pelo lado brasileiro: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Pelo lado dominicano: Consejo Nacional de Discapacidad (CONADIS)

Custos

ABC:	US\$ 29.001,00
SDH:	US\$ 3.000,00
CONADIS:	US\$ 2.250,00
Total:	US\$ 34.251,00

Situação em fins de 2015: O projeto foi assinado no dia 14 de setembro sendo então encaminhado à República Dominicana para a assinatura da instituição executora dominicana.

II) ATIVIDADE ISOLADA (1)

1) Título: Apoio à capacitação profissional na área de costura industrial.

Objetivo

Formar mão de obra qualificada para abastecer o mercado de produção de vestuário, gerando renda a população da comunidade do município de Consuelo, Província de São Pedro de Macoris.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Pelo lado dominicano: Vice-Ministério de Cooperação Internacional (MEPYD).

Custos

ABC:	US\$ 109.320,00
MEPYD:	US\$ 6.000,00
Total:	US\$ 115.320,00

Situação em fins de 2015: Assinada em junho de 2012, sua execução não foi iniciada naquele ano devido à restrição orçamentária em curso. Em 2013, foram adquiridos pela ABC móveis e equipamentos para a instalação da oficina de costura que foram transportados aquele país em janeiro de 2014. As atividades de instalação e de capacitação não puderam ser realizadas ao longo do ano em virtude da dificuldade do Governo dominicano identificar local adequado para a instalação dos equipamentos doados pelo Governo brasileiro e por em funcionamento a oficina de costura. A inauguração da oficina de costura industrial se deu em 24/06/2015, durante a realização do II GT de Cooperação Técnica.

III) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

Foi realizada a II Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana em junho de 2015.

27. SANTA LÚCIA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Santa Lúcia tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, firmado em 26 de abril de 2010, por ocasião da visita do Primeiro Ministro do Governo de Santa Lúcia, Stephenson King, ao Brasil.

No contexto da Cúpula Brasil-CARICOM, ocorrida em abril de 2010, foram assinados 2 (dois) Memorandos de Entendimento entre os dois países para o desenvolvimento da cooperação técnica nas áreas de agricultura e segurança pública.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho.

De acordo com os registros financeiros da ABC, durante os anos de 2011 e 2012 os montantes executados na cooperação técnica bilateral com Santa Lúcia foram US\$ 6.424,95 e US\$

11.144,76, respectivamente. Em 2014 e 2015 não foram executados recursos financeiros diretamente com o país caribenho.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (2)

ii.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Santa Lúcia

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de Santa Lúcia

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC: US\$ 63.538,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Situação em fins de 2015: Foi realizada, em outubro de 2015, em Bridgetown-Barbados, capacitação em Planejamento, Implementação e Operação de redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas. Santa Lúcia enviou representante para participar da iniciativa. Está programada para o ano 2016 a realização da capacitação Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos, Hidrometeorológico, com ênfase em águas superficiais em Dominica.

ii.i) CANCELADAS OU ENCERRADAS (1)

1) Título: Capacitação na área da agricultura

Objetivo

Aumentar as capacidades do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca de Santa Lúcia em áreas específicas da agricultura (objetivo previsto).

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de Santa Lúcia

Custos

ABC: US\$ 5.715,00 (valor estimado)

Embrapa: US\$ 4.000,00 (valor estimado)

Total: US\$ 9.715,00 (valor estimado)

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

28. SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS

Está em negociação o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, cuja minuta encontra-se em tramitação na Chancelaria são-cristovense.

No âmbito da cooperação esportiva, a ABC desenvolveu, em parceria com a CGCE/MRE, iniciativa para atender à demanda proposta pelo Chanceler daquele país e viabilizar o envio de

treinador brasileiro de futebol para realizar programa de capacitação com ênfase na preparação dos atletas e quadro de assistentes técnicos para a Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Em novembro de 2013, o Diretor da ABC visitou o país, acompanhado de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas a ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o país caribenho.

As iniciativas na área de gestão de recursos hídricos estão sendo negociadas em âmbito bilateral desde a missão do Diretor da ABC ao Caribe em novembro de 2013. Não obstante, as fases de capacitação serão executadas conjuntamente entre representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar com mais eficiência os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, de 20 a 24 de outubro de 2014.

A atividade Capacitação em Tecnologias de Manejo de Solo foi realizada em julho de 2015.

Foi executada em 2014 e 2015, a 1ª VISITA TÉCNICA DE PAÍSES CARIBENHOS PARA CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS em Brasília e o curso em hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas em Barbados, respectivamente.

I) ATIVIDADES ISOLADAS (3)

i.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em São Cristóvão e Nevis

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de São Cristóvão e Nevis

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC: US\$ 63.538,00

ANA: US\$ 36.000,00

Total: US\$ 99.538,00

Situação em fins de 2015: Foi realizada, em outubro de 2015, em Bridgetown-Barbados, capacitação em Planejamento, Implementação e Operação de redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas. São Cristóvão e Névis enviou representante para participar da iniciativa. Está programada para o ano 2016 a realização da capacitação Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos, Hidrometeorológico, com ênfase em águas superficiais em Dominica.

II.II) CONCLUÍDAS OU ENCERRADAS (2)

1) Título: Capacitação em Tecnologias de Manejo de Solo

Objetivo

Aumentar o conhecimento dos funcionários dos Ministérios da Agricultura de São Cristóvão e Nevis nas tecnologias de manejo do solo para as condições do país, com o objetivo de diminuir

as perdas de solo, melhorar a produtividade agrícola e reduzir a contaminação do meio ambiente costeiro.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de São Cristóvão e Nevis

Custos

ABC:	US\$ 6.828,00
Embrapa:	US\$ 10.400,00
Total:	US\$ 17.228,00

Situação em fins de 2015: A atividade isolada foi realizada em Basseterre em julho de 2015.

2) Título: Capacitação em Pós-Colheita de Cebolas

Objetivo

Aumentar o conhecimento dos funcionários dos Ministérios da Agricultura de São Cristóvão e Nevis em tecnologias de pós-colheita de cebolas para as condições do país. O objetivo é reduzir as perdas pós-colheita de cebolas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de São Cristóvão e Nevis

Custos

ABC:	US\$ 5.292,00
Embrapa:	US\$ 5.600,00
Total:	US\$ 10.892,00

Situação em fins de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

29. SÃO VICENTE E GRANADINAS

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – São Vicente e Granadinas tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, firmado em 26 de abril de 2010, durante a Cúpula Brasil-CARICOM, que aguarda ratificação pelo Congresso Nacional.

No contexto da referida Cúpula, foi assinado Ajuste Complementar para a implementação de projeto de cooperação técnica na área de agricultura. As iniciativas em negociação, no âmbito bilateral, contemplam ações nas áreas de capacitação de recursos humanos, gestão de aeroportos, controle de emissão de poluentes (ozônio) e manejo de patologias vegetais.

Em 2010, o montante executado pela ABC com a cooperação bilateral com o país foi de US\$ 12.549,92. Não houve execução orçamentária nesse âmbito em 2011. Em 2012, a ABC executou US\$ 6.910,79 em cooperação bilateral com o país caribenho. Em 2013 e em 2014 não houve a execução de recursos financeiros diretamente com o país caribenho.

As iniciativas na área de gestão de recursos hídricos estão sendo negociadas em âmbito bilateral desde a missão do Diretor da ABC ao Caribe em novembro de 2013. Não obstante, as fases de capacitação serão executadas conjuntamente entre representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar com mais eficiência os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, de 20 a 24 de outubro de 2014, porém, não houve participação do Governo de São Vicente e Granadina na mencionada atividade. Em 2015, o curso em

hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas foi realizado em Barbados. O país enviou um representante para atender ao curso.

Não houve execução financeira em 2015.

I) ATIVIDADES ISOLADAS (2)

i.i) EM EXECUÇÃO (1)

1) Título: Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em São Vicente e Granadinas

Objetivo

Fortalecer as capacidades locais para lidar com questões relacionadas à gestão de recursos hídricos em países do Caribe.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura e do meio ambiente de São Vicente e Granadinas

Custos

Os gastos serão executados no âmbito do orçamento da atividade isolada "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em países caribenhos". Os gastos com esse país serão contabilizados com os seguintes valores:

ABC:	US\$ 63.538,00
ANA:	US\$ 36.000,00
Total:	US\$ 99.538,00

Situação em fins de 2015: Em 2015 foi executado o curso em hidrogeologia com ênfase em águas subterrâneas em Barbados e para o ano de 2016 está programado o curso hidrometeorológico com ênfase em águas superficiais em Dominica.

ii.i) CANCELADAS OU ENCERRADAS (1)

2) Título: Capacitação em tecnologias de produção e processamento do coco

Objetivo

Fortalecimento da agricultura em São Vicente e Granadinas, especificamente para reabilitar a cadeia produtiva do coco, por capacitação de funcionários do Governo local em tecnologias de produção e processamento de coco. Esses funcionários ajudarão outros funcionários e produtores do país na política de aumento à produtividade, para renovar as plantações e agregar valor à produção de coco do país, ajudando a criar postos de trabalho e aumentar os benefícios econômicos do sector agrícola.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado caribenho: Ministério da agricultura de São Vicente e Granadinas

Custos

ABC:	US\$ 13.100,00
Embrapa:	US\$ 32.000,00
Total:	US\$ 45.100,00

Situação em fins de 2015: A atividade em questão foi retirada da pauta em razão da ausência de resposta das instituições executoras na implementação da iniciativa.

No âmbito da missão do Diretor da ABC ao Caribe em novembro de 2013 e da visita de representantes da Embrapa a São Vicente e Granadinas em 2012, a empresa elaborou, por solicitação da ABC, a proposta de atividade isolada em tecnologias de produção e processamento do coco. A proposta deverá ser submetida ao Governo local, para sua oportuna assinatura e implementação.

30. SURINAME

O Programa de Cooperação Brasil-Suriname é executado ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 22 de junho de 1976, em vigor desde 23 de novembro de 1976.

O programa é composto de 4 (quatro) projetos em execução, que abrangem as áreas de agricultura, mineração e administração pública (finanças), além de 7 (sete) projetos em negociação, nas áreas de saúde, agricultura, geologia e meio ambiente, resultantes da missão multidisciplinar a Paramaribo, realizada entre 7 e 10 de julho de 2015. Destacam-se os setores da saúde, que conta com 4 (quatro) iniciativas em negociação nos temas de prevenção e tratamento a HIV-AIDS, malária, doença de chagas e leishmaniose, e da agricultura, com 2 (dois) projetos que estão sendo executados em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além da iniciativa em negociação na área de produção de cacau, que conta com o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Merece destaque ainda a proposta de cooperação na área de gestão dos recursos hídricos, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), que se insere no contexto do esforço conjunto entre a ABC e a ANA para a implementação de um programa de cooperação técnica para o fortalecimento da gestão da água nos países da América do Sul. Cumpre ressaltar também o projeto na área de geologia, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que busca contribuir para a iniciativa do Governo surinamês de elaboração de um novo mapa geológico do Suriname, tema considerado de importância estratégica para o país. Trata-se de projetos que visam a apoiar, ademais, a promoção de uma agenda positiva para as relações bilaterais com o país.

Foram despendidos com o programa bilateral, ao todo, US\$ 43.565,90 em 2015. Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a pauta com o país:

I) PROJETOS (13)

i.i) EM NEGOCIAÇÃO/ASSINATURA (7)

1) Título: Fortalecimento do Combate ao Surgimento da Doença de Chagas no Suriname.

Objetivo

Ampliar os conhecimentos nacionais sobre os vetores da Doença de Chagas e a dinâmica de transmissão desta no Suriname.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado surinamês: Ministério da Saúde

Custos

ABC: US\$ 11.440,00

MS/BR: US\$ 3.150,00

MS/SURI US\$ 3.950,00

Total: US\$ 18.540,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se aprovação da minuta pelo Ministério da Saúde do Brasil.

2) Título: Cooperação Transfronteiriça para Erradicação da Malária.

Objetivo

Contribuir para a prevenção e o controle da malária em populações migratórias de fronteira, de forma a reduzir a incidência da doença nos dois países.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado surinamês: Ministério da Saúde

Custos

ABC:	US\$ 68.126,00
MS/BR:	US\$ 20.100,00
MS/SURI	US\$ 15.750,00
Total:	US\$ 103.976,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se aprovação da minuta pelo Ministério da Saúde do Brasil.

3) Título: Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Populações-Chave no Suriname.

Objetivo

Fortalecer o combate ao HIV/AIDS no Suriname, por meio da cooperação técnica, com vistas à qualificação e treinamento de recursos humanos no Suriname.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado surinamês: Ministério da Saúde

Custos

ABC:	US\$ 36.768,00
MS/BR:	US\$ 173.300,00
Total:	US\$ 210.068,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se complementação da minuta pelo Ministério da Saúde do Brasil.

4) Título: Fortalecimento do Combate à Leishmaniose no Suriname.

Objetivo

Fortalecer a capacidade do Suriname para realizar diagnóstico e tratamento, bem como pesquisa sobre vetor, com a finalidade de controlar a leishmaniose.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde

Pelo lado surinamês: Ministério da Saúde

Custos

ABC:	US\$ 20.012,00
MS/BR:	US\$ 14.200,00
MS/SURI	US\$ 19.200,00
Total:	US\$ 53.412,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se complementação da minuta pelo Ministério da Saúde do Brasil.

5) Título: Apoio ao desenvolvimento do cultivo do cacau em bases sustentáveis no Suriname

Objetivo

Prestar assistência técnica para a formulação de um plano estratégico para facilitar a reativação e promoção da produção moderna e eficiente de grãos de cacau e processamento local, bem como contribuir para a construção de capacidade técnica e conhecimento de especialistas surinameses e de produtores de cacau em sistemas de produção e processamento de cacau.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

Pelo lado surinamês: Investment and Development Cooperation Suriname - IDC

Custos

ABC:	US\$ 35.036,00
CEPLAC:	US\$ 11.146,00
IDC:	US\$ 11.760,00

Total: US\$ 57.942,00

Situação em fins de 2015: Houve atraso no envio da versão definitiva da minuta do projeto pelas instituições executoras. O documento foi submetido para análise da ABC no final do ano e deverá ser analisado, antes de ser restituído para aprovação dos parceiros.

6) Título: Novo Mapa Geológico do Suriname – Preparações para a Contratação de Levantamento Aerogeofísico e Organização de Base de Dados Geológicos

Objetivo

Contribuir para a ampliação e a harmonização do conhecimento geológico, geofísico e de geodiversidade, além da identificação de recursos minerais do Suriname, de forma a intensificar o desenvolvimento sustentável da mineração e da gestão do uso da terra. Em escala global, também se pretende contribuir para a elaboração do Mapa Geológico da América do Sul na escala de 1:1.000.000 e, conseqüentemente, para o Mapa Geológico Mundial.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Serviço Geológico do Brasil - CPRM

Pelo lado surinamês: Serviço de Minas e Geologia - GMD

Custos

ABC: US\$ 43.540,00

CPRM: US\$ 21.000,00

Total: US\$ 64.540,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se complementação da minuta pelo GMD.

7) Título: Fortalecimento institucional para gestão estratégica dos recursos hídricos no Suriname

Objetivo

Revisar o marco legislativo, institucional e regulamentar existente e propor instrumentos destinados a alcançar a sustentabilidade do setor em longo prazo, a eficácia e eficiência na prestação de serviços, a qualidade e segurança da água potável e o acesso equitativo.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas - ANA

Pelo lado surinamês: Ministério de Recursos Naturais - MRN

Custos

ABC: US\$ 49.812,00

ANA: US\$ 9.600,00

MRN: US\$ 3.000,00

Total: US\$ 62.412,00

Situação em fins de 2015: Aguarda-se aprovação da minuta pelo lado surinamês.

i.ii) CONCLUÍDOS OU EM EXECUÇÃO (6)

1) Título: Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na fronteira Brasil-Suriname

Objetivo

Contribuir para a melhoria e harmonização de conhecimentos nas áreas de geologia, geofísica e Geodiversidade e também para a identificação de recursos minerais existentes na fronteira Brasil - Suriname.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério de Minas e Energia - MME (Serviço Geológico do Brasil - CPRM)

Pelo lado surinamês: Serviço de Minas e Geologia - GMD (em parceria com a Fundação para Gestão Florestal e Controle de Produção - SBB)

Custos

ABC:	US\$ 141.915,00
GMD:	US\$ 4.450,00
CPRM:	US\$ 36.450,00
Total:	US\$ 182.851,00

Situação em fins de 2015: Em nota à Embaixada do Brasil em Paramaribo, o GMD informou que parte da atividade A4.2 foi completada, estando pendente a análise petrográfica e geoquímica das amostras, a cargo da CPRM; a atividade A4.3 encontra-se em curso; e a atividade A5.2 depende da conclusão das atividades A4.2 e A4.3. A atividade A5.1 foi realizada no período de 19 a 30 de outubro de 2015.

2) Título: Zoneamento Agroecológico no Suriname

Objetivo

Capacitar e treinar os técnicos do Suriname no Zoneamento Agroecológico, incluindo o desenvolvimento de dados científicos e técnicos, a fim de produzir mapas de zoneamento, informação e conhecimento necessário para o desenvolvimento eficiente e sustentável no Suriname.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Pelo lado surinamês: Gabinete Nacional de Planejamento

Custos

ABC:	US\$ 135.416,00
Total:	US\$ 135.416,00

Situação em fins de 2015: Foram executadas duas atividades em 2015. Aguarda-se agendamento das próximas atividades para 2016.

3) Título: Apoio a Ações Futuras para o Controle e Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname

Objetivo

Capacitar técnicos surinameses para apoio a futuras ações de controle e erradicação da mosca da carambola em território surinamês.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Pelo lado surinamês: Ministério da Agricultura, Reprodução Animal e Pesca

Custos

ABC:	US\$ 77.666,00
IICA:	US\$ 18.240,00
Total:	US\$ 96.706,00

Situação em fins de 2015: Em maio de 2015, foram enviadas ao IICA e ao MAPA as informações elaboradas pela parte surinamesa, com vistas à preparação dos treinamentos previstos nas atividades subsequentes. Aguarda-se manifestação daquelas instituições sobre cronograma tentativo para as capacitações.

4) Título: Fortalecimento da Resposta à epidemia do HIV/AIDS no Suriname.

Objetivo

Fortalecer a resposta do Suriname ao HIV/AIDS em termos de assistência, prevenção, direitos humanos, sociedade civil e organizações das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Programa Nacional DST/AIDS – Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT)

Pelo lado surinamês: Programa Nacional de AIDS Suriname / Ministério da Saúde

Custos

ABC:	US\$ 35.930,00
------	----------------

CICT: US\$ 2.400,00
Total: US\$ 38.330,00

Situação em fins de 2015: Concluído e avaliado por ocasião da I Reunião do GT, em julho de 2015.

5) Título: Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV.

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento de estratégias para prevenção da transmissão vertical da Sífilis e do HIV.

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Programa Nacional DST/AIDS – Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT)

Pelo lado surinamês: Programa Nacional de AIDS Suriname / Ministério da Saúde

Custos

ABC: US\$ 43.240,00
CICT: US\$ 3.200,00
Total: US\$ 46.440,00

Situação em fins de 2015: Concluído e avaliado por ocasião da I Reunião do GT, em julho de 2015.

6) Título: Assistência Técnica para Apoiar o Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento institucional do Banco Central do Suriname (CBvS) através da realização de capacitação e do compartilhamento de experiências bem-sucedidas e melhores práticas do Banco Central do Brasil (BCB).

Instituições Executoras

Pelo lado brasileiro: Banco Central do Brasil (BCB)

Pelo lado surinamês: Banco Central do Suriname

Custos

ABC: US\$ 128.914,00
CICT: US\$ 141.825,00
Total: US\$ 270.739,00

Situação em fins de 2015: O plano de trabalho foi revisado pelas instituições executoras, por ocasião da I Reunião do GT, em julho de 2015. Aguarda-se aprovação do documento por todas as instituições, a fim de iniciar os trâmites para assinatura e retomada dos trabalhos.

II) MISSÕES DE PROSPECÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (1)

Realizou-se, no período de 7 a 10 de julho de 2015, missão multidisciplinar para a I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica bilateral. Na ocasião, além do monitoramento e da avaliação dos projetos, foram negociadas 7 (sete) novas iniciativas, bem como foram estabelecidas, em conjunto com a Chancelaria surinamesa, as diretrizes para a apresentação de novas demandas e para o acompanhamento do programa.

31. URUGUAI

A cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai começou a se desenhar em 1975, com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, no dia 12 de junho daquele ano. A partir dessa data, várias iniciativas no campo da cooperação técnica marcaram as relações bilaterais entre os dois países.

Os projetos em execução abarcam áreas de grande importância para ambos os países, tais como saúde e vigilância sanitária, educação, defensoria, meteorologia e segurança pública, num total de 10 (dez) projetos em execução, e 1 (uma) Atividade Isolada em execução. Em 2013 não houve execução financeira referente a esses projetos, devido à restrição orçamentária da ABC e em 2014 a execução financeira foi de US\$ 17.006,90. A execução financeira de 2015 para este país foi de US\$ 424.611,19.

Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (10)

i.ii) CONCLUÍDOS OU ENCERRADOS (7)

1) Título: Capacitação e Formação técnico/jurídicas e administrativas proporcionadas pela Defensoria Pública da União do Brasil

Objetivo: Contribuir para formação e qualificação dos profissionais da Defensoria Pública do Uruguai no incremento de metodologias e estruturas de acesso das pessoas ao atendimento das demandas judiciais e administrativas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Defensoria Pública da União

Pelo lado uruguaio: Suprema Corte de Justiça

Custos

ABC: US\$ 164.824,00

Total: US\$ 164.824,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições e devido às restrições orçamentárias da ABC.

2) Título: Capacitação em Português Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio - Polícia Penitenciária

Objetivo

Proporcionar a agentes da Polícia Penitenciária do Uruguai conhecimento instrumental de português, com vistas a dar-lhes condições de compreender melhor e interagir em português com brasileiros residentes ou de passagem pelo Uruguai em situação de privação de liberdade.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Universidade Federal de Santa Maria

Pelo lado uruguaio: Ministério do Interior

Custos

ABC: US\$ 73.948,00

UFSM: US\$ 400,00

Gov. Uruguai US\$ 2.400,00

Total: US\$ 76.748,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições e das restrições orçamentárias da ABC.

3) Título: Apoio ao Fortalecimento Institucional do Conselho de Educação Técnica – Profissional da Universidade do Trabalho do Uruguai na área de Mecânica Industrial

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento tecnológico da região de fronteira através da capacitação e atualização de professores uruguaio na área de mecânica industrial.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) e Secretaria de Educação Técnica e Profissional do Ministério da Educação (SETEC/MEC)

Pelo lado uruguaio: Conselho de Educação Técnica-Profissional (CETP-UTU).

Custos

ABC:	US\$ 71.661,00
MEC/IFSUL:	US\$ 700,00
Gov. Uruguai	US\$ 3.400,00
Total:	US\$ 75.761,00

Situação em fins de 2015: Projeto teve sua conclusão em 2015.

4) Título: Fortalecimento e Sustentabilidade de Ações da Sociedade Civil e de Organizações de Pessoas vivendo com HIV/AIDS nas Regiões de Fronteiras entre o Brasil e o Uruguai.

Objetivo

Fortalecer a resposta do Programa Prioritário de DTS/AIDS do Uruguai nos aspectos relacionados à assistência e tratamento, educação e prevenção, fortalecimento da sociedade civil e defesa dos DDHH das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde

Pelo lado uruguaio: Ministério da Saúde Pública do Uruguai (MSP)

Custos

ABC:	US\$ 88.301,00
Total:	US\$ 88.301,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições e das restrições orçamentárias da ABC.

5) Título: Consolidação da capacidade institucional do Ministério de Saúde do Uruguai e ampliação do diálogo regulatório entre as autoridades sanitárias de Brasil e Uruguai.

Objetivo

Fortalecer institucionalmente o MSP do Uruguai na área farmacêutica com foco no desenvolvimento e avaliação de centros de estudos clínicos, analíticos e estatísticos e foco na avaliação dos dossiês de Biodisponibilidade e Bioequivalência – BD/BE para fins de registro de medicamentos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Pelo lado uruguaio: Direção Geral de Saúde do Ministérios de Salud Publica – DIGESA/MSP

Custos

ABC:	US\$ 238.372,00
ANVISA:	US\$ 227.660,00
MSP:	US\$ 116.960,00
Total:	US\$ 582.992,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições e às restrições orçamentárias da ABC.

6) Título: Transferência de Metodologia do Programa PROTEJO para o Ministério do Interior do Uruguai

Objetivo

Capacitar agentes governamentais e da sociedade civil organizada vinculados ao Governo uruguaio para formar multiplicadores de boas práticas na metodologia brasileira do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)/Ministério da Justiça (MJ).

Pelo lado uruguaio: Ministério do Interior.

Custos

ABC:	US\$ 47.376,00
------	----------------

MJ: US\$ 68.000,00
Total: US\$ 115.376,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado da pauta em razão da falta de resposta das instituições e das restrições orçamentárias da ABC.

7) Título: Transferência de Práticas e Metodologias em Polícia Comunitária

Objetivo: Capacitar gestores e policiais uruguaios na temática de Polícia Comunitária, desenvolvida pelo Ministério de Justiça do Brasil.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)/Ministério da Justiça (MJ).

Pelo lado uruaio: Ministério do Interior.

Custos

ABC: US\$ 74.000,00
MJ: US\$ 6.000,00
Total: US\$ 80.000,00

Situação em fins de 2015: O Projeto será retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições e das restrições orçamentárias da ABC.

ii.ii) EM EXECUÇÃO (3)

1) Título: Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai

Objetivo

Consolidar e expandir a rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai para atender a demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno no Uruguai.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Ministério da Saúde (MS)

Pelo lado uruaio: Ministério de saúde Pública (MSP)

Custos

ABC: US\$ 54.060,00
FIOCRUZ: US\$ 5.600,00
MSP: US\$ 3.000,00
Total: US\$ 62.660,00

Situação em fins de 2015: Execução para 2016.

2) Título: Apoio Técnico para Implementação da TV Digital no Uruguai

Objetivo

Apoiar o Governo uruaio no estabelecimento de centros locais de pesquisa sobre Televisão Digital Terrestre, por meio da implementação de laboratórios técnicos, bem como do intercâmbio de experiências e da capacitação de multiplicadores uruguaios no uso do middleware GINGA, no desenvolvimento de conteúdos digitais interativos e no planejamento e gestão do espectro radioelétrico.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério das Comunicações (MC).

Pelo lado uruaio: Ministério de Indústria, Energia e Mineração (MIEM).

Custos

ABC: US\$ 724.709,00
Min. Com: US\$ 111.920,00
Total: US\$ 836.629,00

Situação em fins de 2015: Primeiro laboratório de TV Digital inaugurado. Segundo lote de equipamentos enviados ao Uruguai. Após o recebimento de carta da DINATEL informando

sobre as pendências dos equipamentos, a ABC aguarda manifestação do Ministério das Comunicações. Nenhuma atividade executada em 2015.

3) Título: Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Sistema de Observações Meteorológicas da Direção Nacional de Meteorologia (DNM)

Objetivo

Contribuir para a qualificação da Direção Nacional de Meteorologia no que diz respeito ao desenvolvimento de um sistema de monitoramento e vigilância meteorológica com reflexos na eficiência da previsão e alerta antecipado de eventos meteorológicos severos em todo Cone Sul da América do Sul.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)

Pelo lado uruguaio: Direção Nacional de Meteorologia (DNM)

ABC: US\$ 23.630,00

INMET: US\$ 181.600,00

DNM: US\$ 8.800,00

Total: US\$ 214.030,00

Situação em fins de 2015: Doadas as 4 estações meteorológicas ao Uruguai pelo INMET/MAPA. Inauguradas 2 estações meteorológicas acompanhadas pelos técnicos do INMET, de 6 a 17 de outubro. Pendentes instalações das outras 2 estações.

II) ATIVIDADES ISOLADAS (1)

1) Título: Modernização da rede hidrometeorológica Transfronteiriça.

Objetivo

Estruturar uma rede de monitoramento hidrometeorológico compartilhada e modernizada, em que a promoção do intercâmbio de conhecimentos técnicos e a capacitação de profissionais permitam fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos nas bacias Hidrográficas Transfronteiriça do Rio Quaraí e da Lagoa Mirim, visando à caracterização da disponibilidade hídrica, o monitoramento hidrológico conjunto e a prevenção de eventos críticos de enchentes e secas.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Agência Nacional de Águas (ANA).

Pelo lado uruguaio: Direção Nacional de Água e Saneamento (DINAGUA).

ANA: US\$ 462.888,00

Total: US\$ 462.888,00

Situação em fins de 2015: Repassado recursos da ANA à ABC para o financiamento do projeto. Aquisição de equipamentos em andamento. Foram realizadas duas capacitações da atividade isolada.

32. VENEZUELA

O Programa de Cooperação entre Brasil e Venezuela tem como marco legal o Convênio Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, em 20 de fevereiro de 1973, promulgado pelo Decreto n.º 74.329 de 16 de maio de 1974.

Atualmente, o Programa possui 7 (sete) projetos em execução nas áreas de agricultura, pecuária e saúde. Em 2012, foram incluídos na pauta outros 7 (sete), em negociação, nas áreas de cidades, agricultura e saúde, tendo sido concluídos, ainda, 2 (dois) projetos. Os demais projetos da pauta bilateral tiveram uma execução lenta devido tanto à falta de resposta

do Governo da Venezuela no que se refere a propostas de datas das instituições brasileiras quanto às restrições orçamentárias da ABC.

Em 23 de janeiro de 2013 foi realizada reunião entre o Diretor da ABC e representantes do Ministério de Relações Exteriores venezuelano, onde acordou-se renegociar a execução dos projetos de cooperação bilateral ainda não iniciados, passando a ser financiados pelo Governo da Venezuela.

Além disso, o Governo da Venezuela, por meio do Ministério para Energia, Petróleo e Mineração (MINPET), expressou interesse em estabelecer parceria com o Brasil para implementar projetos de cooperação técnica em benefício dos países do Caribe, por intermédio da Petrocaribe. Na perspectiva do Governo da Venezuela, seriam potenciais nichos de cooperação trilateral a assessoria técnica no setor agrícola, especialmente no desenvolvimento das cadeias de produção de comércio; o saneamento ambiental e o armazenamento de água potável (cisternas); a assessoria técnica em saúde; entre outros.

Ao longo do ano de 2012, a ABC investiu US\$ 56.769,31 no programa bilateral de cooperação técnica. Em 2013, 2014 e 2015 não houve investimento e nenhuma atividade foi realizada. Seguem abaixo os projetos e atividades que compõem a cooperação técnica com o país:

I) PROJETOS (7)

i.ii) EM EXECUÇÃO (01)

1) Título: Produção de Mandioca nos Estados Venezuelanos de Anzoátegui e Monágas

Objetivo

Contribuir para o aumento da superfície de mandioca, por meio de materiais de propagação e da mecanização do cultivo, com vistas à redução dos custos de produção e aprimoramento das condições de vida das famílias produtoras.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado venezuelano: Instituto Nacional de Investigações Agrícolas

Custos

ABC:	US\$ 74.854,00
Embrapa:	US\$ 16.800,00
Total:	US\$ 91.654,00

Situação em fins de 2015: As primeiras atividades do projeto, de diagnóstico, capacitação e visitas técnicas, foram realizadas em agosto e setembro de 2011. Seguimento do projeto depende do envio de novas variedades de mandioca à Venezuela (A4.1), o que deveria acontecer de forma paralela à realizada das atividades A2.1/A2.2 do projeto de cítricos – adiada devido à falta de resposta do Governo da Venezuela quanto às datas propostas pela Embrapa. Em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015.

i.iii) CONCLUÍDOS / CANCELADOS(6)

2) Título: Produção de Mudas e Beneficiamento Ecológico de Café

Objetivo

Contribuir para a organização de comunidades cafeicultoras por meio do uso de tecnologias agroecológicas para a produção de mudas em biofábricas e do beneficiamento em pequena escala.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado venezuelano: Instituto Nacional de Investigações Agrícolas

Custos

ABC:	US\$ 62.434,00
Embrapa:	US\$ 24.900,00
Total:	US\$ 87.081,60

Situação em fins de 2015: Seguimento do projeto depende do envio de germoplasma à Venezuela, o que não ocorreu devido a problemas na emissão da licença de importação. ABC aguardou a solução do problema por parte da Embrapa, porém, em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

3) Título: Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala

Objetivo

Contribuir para a organização de comunidades agrícolas de zonas potencialmente citrícolas da Venezuela, por meio do uso de tecnologias para a produção e o processamento em pequena escala.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Pelo lado venezuelano: Instituto Nacional de Investigações Agrícolas

Custos

ABC:	US\$ 58.582,00
Embrapa:	US\$ 16.800,00
Total:	US\$ 75.382,00

Situação em fins de 2015: Execução do projeto iniciada em agosto de 2011. Durante o ano de 2012, o Governo da Venezuela não respondeu às propostas da Embrapa para seguimento do projeto. Em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

4) Título: Fortalecimento da Sanidade Agropecuária na República Bolivariana da Venezuela

Objetivo

Fortalecer o sistema de Sanidade Agropecuária da Venezuela, por meio de formação e transferência de conhecimentos.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Pelo lado venezuelano: Ministério do Poder Popular de Agricultura e Terras

Custos

ABC:	US\$ 240.629,00
Total:	US\$ 240.629,00

Situação em fins de 2015: Início do projeto condicionado à assinatura do Ajuste Complementar, encaminhado à Venezuela em agosto de 2012 e ainda não devolvido à ABC. Em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

5) Título: Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela

Objetivo

Assessorar o Ministério da Saúde da Venezuela na implementação de uma Rede Nacional de Bancos de Leite Humano capaz de fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Pelo lado venezuelano: Oficina de Cooperación Técnica y Relaciones Internacionales; Ministério do Poder Popular para Saúde.

Custos

ABC:	US\$ 85.045,00
Fiocruz:	US\$ 19.305,00
Total:	US\$ 104.350,00

Situação em fins de 2015: Já foram executadas nove das doze atividades previstas. As últimas capacitações deveriam ocorrer no primeiro semestre de 2013, porém, em janeiro desse mesmo ano o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

6) Título: Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano.

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento do monitoramento e controle dos produtos de uso e consumo humano na Venezuela.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Pelo lado venezuelano: Ministério do Poder Popular para Saúde.

Custos

ABC:	US\$ 122.501,00
Total:	US\$ 122.501,00

Situação em fins de 2015: Projeto iniciado em abril de 2012. Devido à falta de resposta do Governo da Venezuela ao cronograma proposto pela Anvisa, não foi possível realizar as atividades em 2013. Em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

7) Título: Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos

Objetivo

Fortalecer os sistemas de vigilância, controle e análise de resíduos e contaminantes nos alimentos na Venezuela.

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Pelo lado venezuelano: Ministério do Poder Popular para Saúde; Instituto Nacional de Higiene Rafael Rangel (INHRR).

Custos

ABC:	US\$ 54.619,00
Total:	US\$ 54.619,00

Situação em fins de 2015: O projeto não teve atividades realizadas em 2012 devido à falta de resposta das instituições executoras. Em janeiro de 2013, o Diretor da ABC propôs à Chancelaria venezuelana revisar os termos de financiamento dos projetos. Venezuela

comprometeu-se a definir áreas prioritárias, o que não ocorreu até fins de 2015. Portanto, o projeto foi retirado de pauta em razão da falta de resposta das instituições.

33. LESTE EUROPEU

O Programa Brasileiro de Cooperação com o Leste Europeu foi desenvolvido com o objetivo de incentivar a dinamização das relações do Brasil com os países daquela região. Entre 2010 e 2013, as ações de cooperação concentraram-se em cinco países: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Ucrânia.

Atualmente, não existe dispositivo jurídico para reger as atividades de cooperação (Acordo Básico de Cooperação Técnica) com os países do Leste Europeu, com exceção da Rússia, cujo Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entrou em vigor em 1999. No entanto, como parte dos esforços de estreitar laços com a região, tramitam processos para formalização de acordos com todos os países mencionados.

Na ausência de dispositivo jurídico internacional, as ações de cooperação são estruturadas por meio de Atividades Isoladas, que, embora apresentem formalização jurídica mais simples, respondem de forma estruturada às problemáticas apresentadas pelos países recipiendários.

Em 2010, a ABC investiu US\$ 225.235,04 na cooperação com o Leste Europeu, abarcando a realização de cinco Atividades Isoladas com a Armênia, na área de segurança pública, e uma com a Ucrânia, em saúde. Já em 2011, com a execução de apenas uma atividade, com a Armênia, a ABC desembolsou US\$ 48.209,61.

A ABC também realizou no ano de 2012, cooperação com a República da Geórgia. Foi concluída com êxito missão na área de agropecuária, tendo a ABC desembolsado a quantia de US\$ 16.824,00.

Não houve nenhuma atividade de negociação de projetos com os países do Leste Europeu no ano de 2015.

I. ALBÂNIA

O texto da proposta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República da Albânia encontra-se em análise no (Dep. de Programas para o Desenvolvimento e Ajuda Financeira Externa), o Ministério das Finanças e o Departamento de Cerimonial do MNE albanês. Nenhuma atividade foi realizada no período de 2015.

II. ARMÊNIA

Como resultado de demanda do governo armênio, por meio de seu Ministério de Situações de Emergência, a ABC financiou, em 2011, a capacitação de cinco representantes do Corpo de Bombeiros da Armênia em "Simulação Computacional e Combate a Incêndio Utilizando Contêineres". O curso, oferecido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, foi realizado entre 11 e 15 de abril com o objetivo de capacitar os participantes tanto em técnicas de prevenção e intervenção em situações de incêndio, por meio da simulação de emergências, como em técnicas avançadas de combate a incêndio com água – sem desperdício. No total, foram investidos pela ABC US\$ 43.919,27 na execução da atividade.

Com o êxito dos cursos de capacitação técnica financiados pela ABC na área de segurança pública, o Governo da Armênia apresentou novas demandas de capacitação, tanto na mencionada área como em agricultura e saúde. Encontra-se em execução a Atividade Isolada: 1) "Capacitação em produção de aves, gado bovino, uvas e vinho" e a "Capacitação sobre o Sistema Único da Saúde (SUS) no Brasil" foi cancelada por falta de resposta desse Governo, Encontram-se em negociação duas Atividades Isoladas, como especificadas a seguir: 1) Capacitação de treinadores de cães e 2) Capacitação em procedimentos de abate e inspeção sanitária de carnes para exportação.

Não houve nenhuma atividade de negociação de projetos, com a Armênia no ano de 2015.

III. AZERBAIJÃO

No final de 2009, foi apresentada demanda à ABC, que resultou na proposta de capacitação em “Aprimoramento da Prática Desportiva da Capoeira no Azerbaijão”, com o objetivo de realizar treinamentos em arbitragem, gestão de federações e ligas desportivas, competições desportivas na preservação da língua portuguesa como meio de comunicação para a prática desse esporte. Em 2011, a Federação Internacional de Capoeira, instituição executora brasileira, informou que a Federação de Capoeira do Azerbaijão encontrava-se suspensa do sistema internacional, razão pela qual a realização da atividade foi cancelada.

No início de 2012 foram apresentadas duas demandas à ABC pelo Governo azeri. Atualmente ainda se encontram em negociação. São elas: Cooperação na área de Agropecuária e cooperação na área de Microcrédito.

O texto da minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República do Azerbaijão encontra-se em análise no Departamento Jurídico do Ministério das Relações Exteriores para posterior envio ao Governo Azeri.

Não houve nenhuma atividade de negociação de projetos com o Azerbaijão no ano de 2015.

IV. GEÓRGIA

Em 26 de agosto de 2011, foi celebrado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, instrumento que permitirá a dinamização e o estreitamento das relações de cooperação técnica entre os países. Atualmente, o documento aguarda promulgação em ambos os países para entrada em vigor.

Na ausência do dispositivo jurídico, foi realizada no ano de 2012, missão técnica com o objetivo de identificar demandas e avaliar a viabilidade da cooperação técnica bilateral em agropecuária, resultando em um investimento de U\$ 16.824,00 por parte da ABC.

Não houve nenhuma atividade de negociação de projetos com a Geórgia no ano de 2015.

V. UCRANIA

A minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica foi enviada ao Governo da Ucrânia em junho de 2010 e, ao final de 2012, ainda encontrava-se em análise pela parte ucraniana.

No que tange a atividades de cooperação, em 2010, foi realizada a ação de “Fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde em face de uma pandemia de Influenza A (H1N1)”, com investimento de US\$ 18.923,14 por parte da ABC. Em março de 2011, tendo em vista o êxito da atividade, a pedido do Ministério da Saúde, a ABC consultou o Governo da Ucrânia sobre seu interesse em dar continuidade à cooperação, agora na área de prevenção e controle de HIV-AIDS, recebendo resposta afirmativa do Governo ucraniano. Atualmente, ABC aguarda posicionamento do Ministério da Saúde quanto a viabilidade da cooperação.

Não houve nenhuma atividade de negociação de projetos com a Ucrânia no ano de 2015.

34. COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

O Ministério da Defesa, juntamente com a ABC, oferece diversos cursos no âmbito da defesa, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais, ampliar a cooperação técnica e incrementar o intercâmbio com os países vizinhos.

Estes treinamentos são destinados a oficiais e suboficiais das três forças; Exército, Marinha e Aeronáutica. A realização de cursos de treinamento com o intuito de transmitir a militares estrangeiros conhecimentos específicos da experiência militar brasileira se faz de suma importância para estreitar ainda mais os laços de união entre o Brasil e esses países, importantes aliados da política externa brasileira.

Com o objetivo de formalizar e aperfeiçoar a parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa, foi assinado em 04 de maio de 2010, o Acordo de Cooperação Técnica na Área da Defesa. O referido instrumento fortaleceu a capacidade de coordenação da ABC no que tange à análise, aprovação e execução de projetos na área de defesa militar, estabelecendo, sobretudo, as incumbências de cada parte.

Para 2015, a ABC financiou, para a América Latina, 7 cursos regulares de capacitação oferecidos pelo Ministério da Defesa. A Força que possui maior número de cursos apoiados pela ABC é o Exército Brasileiro, seguido pela Força Aérea. Não houve, em 2015, capacitação apoiada pela ABC para a Marinha. Estão sendo capacitados, até o momento, 25 militares sul-americanos e a ABC destinou US\$ 250.000,00 ao financiamento do Programa de Treinamento de Militares para América Latina.

Países apoiados pela ABC, no âmbito da defesa em 2015: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Nicarágua, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai e Venezuela.

Além dos cursos regulares a ABC apoiou o Ministério da Defesa na execução do IV Curso Avançado de Defesa Sul-Americano e no seminário "Operações de Paz - ZOPACAS", realizado em Salvador - BA.

O detalhamento dos cursos (atividades isoladas) realizados em 2015 encontra-se abaixo:

I) ATIVIDADES ISOLADAS (9)

Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa.

CONCLUÍDAS OU EM EXECUÇÃO (9)

1) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Oficiais 3º ano (AMAN) BRA/13/008-A055

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Exército Brasileiro

Pelo lado da contraparte: Exército do Paraguai.

Situação em 2015: Em execução

2) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Curso de Formação de Oficiais AMAN 4º ano BRA/13/008-A056

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Exército Brasileiro

Pelo lado da contraparte: Exército da Bolívia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e do Peru.

Situação em 2015: Em execução

3) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Curso de Formação de Oficiais AMAN 1º ano BRA/13/008-A054

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Exército Brasileiro

Pelo lado da contraparte: Exército da Bolívia, Paraguai, Suriname e Guiana.

Situação em 2015: Em execução

4) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Comando e Estado Maior (ECEME) BRA/13/008-A057

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Exército Brasileiro

Pelo lado da contraparte: Exército da Argentina, do Equador, do Paraguai e Uruguai.

Situação em 2015: Em execução

5) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos (CFS) BRA/13/008-A037

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Força Aérea Brasileira

Pelo lado da contraparte: Aeronáutica do Paraguai

Situação em 2015: Em execução

6) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP) BRA/13/008-A053

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Força Aérea Brasileira

Pelo lado da contraparte: Aeronáutica do Paraguai

Situação em 2015: Concluído

7) Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos (CFS – Turma até 2016) BRA/13/008-A051

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Força Aérea Brasileira

Pelo lado da contraparte: Aeronáutica do Paraguai

Situação em 2015: Em execução

8) IV Curso Avançado de Defesa Sul-Americano BRA/13/008-A

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Defesa brasileiro

Pelo lado da contraparte: Ministério da Defesa dos países da América Latina

Situação em 2015: Em execução

9) Seminário "Operações de Paz – ZOPACAS" – BRA/04/044-A1147

Instituições executoras

Pelo lado brasileiro: Ministério da Defesa brasileiro

Pelo lado da contraparte: Ministério da Defesa dos países pertencentes à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS (África do Sul, Angola, Argentina, Namíbia, Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai).

Situação em 2015: Em execução

4 – Cooperação Trilateral – Coordenação Geral de Cooperação com Organismos Internacionais

Equipe da Coordenação Geral de Cooperação Trilateral com Organismos Internacionais

**Coordenadora Geral:
Cecilia Malaguti do Prado**

**Equipe Técnica:
Anna Maria Graziano
Daya Almeida
Fernanda Garcês
Letícia Lopes
Melissa Popoff Scheidemantel
Mariana Falcão Dias**

INTRODUÇÃO

Com vistas a potencializar a cooperação Sul-Sul bilateral, a partir de 2008, foram estabelecidos programas de parcerias de cooperação técnica com organismos internacionais de maneira estruturada.

Em 2015, em função da constante ampliação da carteira de projetos de cooperação trilateral, foi criada a Coordenação Geral de Cooperação Trilateral com Organismos Internacionais (CTriOI), a partir de uma unidade da CGCM, com a atribuição de coordenar, identificar, negociar, executar, acompanhar e avaliar as iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul trilaterais estabelecidas entre o Governo brasileiro e organismos internacionais.

A parceria com organismos internacionais permitiu a construção e a consolidação do conceito da modalidade de cooperação Sul-Sul trilateral, qual seja: “Modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais, podendo assumir os seguintes formatos: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-O.I.-Sul; Trilateral +1”.

Vale ressaltar que os princípios da Cooperação Sul-Sul foram naturalmente considerados na cooperação trilateral, assegurando, desta forma, o compartilhamento do protagonismo de todas as partes envolvidas, a devida apropriação do(s) país(es) parceiro(s), bem como a obtenção de mútuos benefícios entre os países parceiros da iniciativa, independentemente da origem dos recursos.

A implementação da cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais é constituída pela seguinte tipologia de projetos com base no escopo geográfico de atuação:

(i) **Projetos Globais** – projetos que podem contemplar mais de uma região geográfica, com vistas a viabilizar trocas de experiências entre países em desenvolvimento, de diversas regiões e áreas temáticas. No escopo desse tipo de projeto, podem ser previstas iniciativas específicas para determinado país.

(ii) **Projetos Regionais** – projetos com atuação restrita a determinadas áreas geográficas, com o objetivo de compartilhar políticas públicas brasileiras e propiciar o intercâmbio de conhecimento, inclusive no âmbito de organismos regionais. Além de atividades de carácter regional, tais como seminários, esse tipo de projeto pode conter adicionalmente ações pontuais em países de determinada região ou, ainda, pode prever a elaboração de projetos específicos para país de determinada região geográfica, visando ao fortalecimento de capacidades de acordo com as realidades locais.

(iii) **Projetos-país** – projetos elaborados com atividades de fortalecimento de capacidades a serem realizadas tão somente no País cooperante.

Além dos projetos acima citados, ações de carácter pontual, tais como visitas de estudo, são desenvolvidas para atender demandas específicas relacionadas ao conhecimento de determinadas políticas e programas brasileiros.

A associação do Brasil com organismos internacionais tem permitido a expansão da pauta brasileira de cooperação Sul-Sul, totalizando em 2015, **32 projetos** em execução, em benefício de **24 países** da **América Latina e Caribe** e **17 países** da **África**, com destaque para Paraguai, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador, na América Latina, e Angola, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, São Tomé e Príncipe na África, conforme detalhado no **quadro 1** abaixo. Ao longo do ano, foram iniciadas negociações de 07 novos projetos que preveem o compartilhamento de boas práticas brasileiras em 17 países da América Latina, Caribe e África como destacado no **quadro 2**.

Em 2015, as ações de cooperação técnica Sul-Sul trilaterais com organismos internacionais na América Latina, Caribe e África compreendem parcerias com os seguintes organismos: **FAO, FNUAP, IICA, OIT, OMPI, ONU-HABITAT, ONU-MULHERES, OTCA, PMA, PNUD, UNESCO, UNICEF e UNODC** (atualmente sendo conduzida bilateralmente), nas áreas de segurança

pública, desenvolvimento comunitário e educação integral, alimentação escolar, erradicação do trabalho infantil, trabalho decente, agricultura familiar, recursos hídricos e segurança alimentar e nutricional. O conjunto das ações acima citadas mobilizou aproximadamente US\$ 97 milhões entre 2009 e 2016, sendo US\$ 78 milhões disponibilizados pelo Governo brasileiro e US\$ 17 milhões por outras fontes. O orçamento previsto para **2015** foi de aproximadamente **US\$ 20 milhões**, sendo **US\$ 1,3 milhão oriundo do orçamento da ABC e US\$ 13,7 milhões de outros órgãos setoriais** do Governo brasileiro, tal como descrito no **quadro 3**.

Cabe mencionar, ademais, a assinatura de Memorando de Entendimento (MdE) com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) para a promoção da Cooperação Sul-Sul. Encontra-se, igualmente, em negociação MdE com o Banco Mundial.

Ainda em 2015, a CtriOI e a CGCB coordenaram a elaboração das "Diretrizes gerais para a concepção, coordenação e supervisão de iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral", com vistas a apresentar o arcabouço teórico e operacional da Cooperação Trilateral desenvolvida pelo Governo brasileiro em parceria com Organismos Internacionais e países desenvolvidos (Japão, Alemanha, Estados Unidos, etc). O documento tem, ademais, o objetivo de sistematizar a experiência brasileira no setor, com ênfase nas vantagens, nos desafios e nos aprendizados relativos à operacionalização dessa modalidade.

O documento se destina a todos os atores envolvidos em parcerias dessa natureza, tanto no âmbito nacional (agências e ministérios setoriais, embaixadas e sociedade civil) como no âmbito internacional (organizações multilaterais, governos estrangeiros e agências bilaterais de países desenvolvidos e em desenvolvimento). Além disso, o documento pode servir como referência para a comunidade acadêmica interessada.

Espera-se que esta publicação possa fornecer orientações práticas às instituições interessadas em participar de parcerias trilaterais, bem como promover a transparência sobre a operacionalização da cooperação técnica Sul-Sul trilateral.

Cabe destacar, igualmente, a elaboração de documento norteador da Cooperação Sul-Sul Trilateral com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a saber, "Diretrizes para iniciativas de Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral". O documento, além de descrever os princípios que regem a Cooperação Sul-Sul Trilateral e os mecanismos para a operacionalização deste tipo de iniciativas, fornece um conjunto de modelos práticos para formalização de demandas de cooperação, elaboração de Termos de Referência para missões técnicas e de documentos de projeto.

Quadro 1 PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2015

REGIÃO	Nº DE PAÍSES	PAÍSES	Nº DE PROJETOS	VALOR ORÇADO EM 2015 EM US\$	VALOR TOTAL EM US\$
ALC	24	ANTÍGUA E BARBUDA - ARGENTINA - BOLÍVIA - BRASIL - COLÔMBIA - COSTA RICA - CUBA - EL SALVADOR - EQUADOR - HAITI - HONDURAS - MÉXICO - NICARÁGUA - PANAMÁ - PARAGUAI - PERU - REPÚBLICA DOMINICANA - SANTA LÚCIA - SURINAME - VENEZUELA	17	\$11.818.433	\$50.309.829

ÁFRICA	17	ANGOLA - BANGLADESH - BENIN - COSTA DO MARFIM - ETIÓPIA - GÂMBIA - GANA - GUINÉ-BISSAU - GUINÉ (CONACRI) - MALAUÍ - MALI - MOÇAMBIQUE - NÍGER - QUÊNIA - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - TOGO - SENEGAL	8	\$4.595.589	\$19.033.204
GLB AIS	1	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - GUINÉ-BISSAU	7	\$3.580.749	\$21.040.515
TOTAL	42		32	\$19.994.771	\$90.383.547

Quadro 2
PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO EM 2015

REGIÃO	Nº DE PAÍSES	PAÍSES	Nº DE PROJETOS	VALOR PREVISTO - US\$
ALC	2	CUBA - VENEZUELA	2	\$1.000.000
ÁFRICA	11	PAÍSES COMIFAC (Burundi; Cameroun; Chade; Congo; Gabão; Guiné Equatorial; Rep. Centro Africana; Rep. Democrática do Congo; Ruanda, São Tomé e Príncipe) MOÇAMBIQUE	2	\$23.200.00
GLOBAIS	4	ÁFRICA DO SUL - SENEGAL - CABO-VERDE - ETIÓPIA	2	590.000
TOTAL	17		7	\$24.790.000

Quadro 3
PROJETOS EM EXECUÇÃO
FONTE DE RECURSOS

REGIÃO	FONTE DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO	VALOR 2015 EM US\$	VALOR POR REGIÃO EM US\$
ALC	ABC	ABC	—	R\$ 11.818.433
	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	MDA - FNDE - MDS - MMA - MTE - INPI - ANA - SAE - IPHAN	\$7.802.612	
	OUTRAS FONTES	USDOL - IBA	\$4.015.821	
ÁFRICA	ABC	ABC	\$1.015.917	R\$ 4.595.589

	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	FNDE - MDA	\$1.766.948	
	OUTRAS FONTES	ANGOLA – DFID - IBA	\$1.812.724	
GLOBAIS	ABC	ABC	\$258.634	R\$ 3.580.749
	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	INPI - FNDE - MTE	\$3.322.115	
	OUTRAS FONTES	—	—	
TOTAL				R\$ 19.994.771

1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

O Programa trilateral de cooperação técnica Sul-Sul entre o Brasil e a FAO, iniciado em 2008, é atualmente composto por 11 projetos com orçamento total de US\$ 50 milhões, sendo 09 projetos financiados integralmente pelo Governo brasileiro, totalizando aproximadamente US\$ 38 milhões, 01 projeto financiado pelo Instituto Brasileiro de Algodão (IBA) no valor de US\$ 10 milhões e 01 projeto financiado pelo Governo angolano no valor total de US\$ 2,2 milhões.

A Cooperação Trilateral Brasil-FAO é principalmente executada por meio de **Projetos Regionais** (projetos na América Latina - RLA ou na África - RAF) e **Projetos Globais** (projetos INT). Encontra-se em execução, ademais, **Projeto-país** piloto em Angola, com a participação da EMBRAPA, financiado pelo próprio país. Há expectativa de se ampliar a pauta de projetos que contam com recursos financeiros do país parceiro em contrapartida ao conhecimento técnico compartilhado pelas instituições brasileiras. Com vistas a acompanhar e a analisar os resultados alcançados pelos projetos regionais, bem como discutir o conjunto da pauta de Cooperação Trilateral, é realizada reunião do Comitê Consultivo do Programa, que conta com a presença das Instituições Cooperantes Brasileiras envolvidas nas iniciativas. Atualmente, as seguintes instituições atuam nos projetos de cooperação: FNDE/MEC, MDA, MDS, MMA, MPA, IBA, EMBRAPA, SENAES/MTPS e ASBRAER. Por dificuldades de agenda, não foi possível a realização da reunião do referido Comitê em 2015. Pretende-se que a reunião seja realizada em abril de 2016.

Em 2015, dois projetos de cooperação, em benefício da América Latina e Caribe, tiveram sua execução estendida, quais sejam: (i) GCP/RLA/180/BRA "Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar da América Latina e Caribe no Marco da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome", foi prorrogado até 2017, com aporte adicional de recursos no valor de USD 3.500,000, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); (ii) GCP/RLA/173/BRA "Fortalecimento de Espaços de Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil: Novos Mecanismos de Construção de Políticas Públicas, apoio à Agricultura Familiar e à Segurança Alimentar e Nutricional" foi prorrogado até 2016, com aporte adicional de US\$ 422.451, oriundos do Ministério da Agricultura (MDA).

Quadro 4 Cooperação Técnica Brasil-FAO Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento* (em US\$)
----------	----------------	-------------------------

Em execução	10	12.127.847
Em negociação	03	--

* Orçamento previsto para 2015

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: GCP/RLA/173/BRA - Fortalecimento dos espaços de diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional.

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável da América Latina e Caribe, fortalecendo a capacidade dos países e da sociedade civil para desenvolver políticas públicas participativas de apoio à agricultura familiar campesina.

Países cooperantes: **América Latina e Caribe**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Valor total: US\$ 7.142.386

Vigência: 01 de setembro de 2008 a 30 de dezembro de 2016.

Situação Atual:

Em dezembro de 2015, a ABC, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a FAO acordaram estender o projeto até 31 de dezembro de 2016, com aporte adicional de recursos do MDA, no valor de USD112. 864.

2. Projeto: GCP/RLA/180/BRA - Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no marco da iniciativa América Latina sem Fome 2025

Objetivo: Alcançar uma nova visão da alimentação escolar, através de atividades que fortaleçam o processo de institucionalização de programas e políticas de segurança alimentar e nutrição escolar através de mecanismos a nível regional e nacional.

Países cooperantes: **Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Antígua e Barbuda, Costa Rica, República Dominicana e Santa Lúcia.**

Instituição Brasileira Cooperante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC (FNDE/MEC)

Valor total: US\$ 9.139.991

Vigência: 01 de julho de 2009 a 31 de dezembro de 2017

Situação atual:

Nos meses de fevereiro e novembro de 2015, foram realizadas reuniões do Comitê Diretivo do Projeto, com o objetivo de avaliar as atividades realizadas , bem como planejar as futuras ações do projeto.

3. Projeto: GCP/RLA/190/BRA - Ativação dos Serviços de Consolidação da Rede de Agricultura das Américas

Objetivo: Efetivação dos serviços e consolidação da RAA, promovendo a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza na região, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Países cooperantes: **Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Organizações Regionais da Rede.**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Valor total: US\$ 2.011.323

Vigência: 01 de julho de 2011 a 30 de maio de 2015

Situação atual:

o Projeto teve sua vigência encerrada em maio de 2015.

4. Projeto: GCP/RLA/211/BRA – Aumento da Contribuição da Aquicultura de Recursos Limitados (AREL) à Produção Pesqueira na América Latina e no Caribe como Mecanismo de Segurança Alimentar e Superação da Pobreza Rural.

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento do setor aquícola em países da América Latina e do Caribe.

Países cooperantes: **Argentina, Belize, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Valor total: US\$ 4.327.080

Vigência: janeiro de 2015 a dezembro de 2017

Situação atual:

O projeto, embora tenha sido firmado pelas partes, não teve suas atividades iniciadas, em razão de o MPA não ter transferido os recursos previstos no documento para a FAO.

5- GCP/RLA/193/BRA - Apoio para as Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Superação da Pobreza em países da América Latina e do Caribe.

Objetivo: Contribuir com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Superação da Pobreza da população mais vulnerável da América Latina e Caribe, fortalecendo as Estratégias Nacionais e Sub-regionais.

Países cooperantes: **Equador, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia, Santa Lúcia.**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Valor total: US\$ 4.300.000

Vigência: 01 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Situação Atual:

Em março e dezembro de 2015, foram realizadas reuniões do Comitê de Acompanhamento do Projeto, para definir os Planos Operativos de 2015 e 2016, respectivamente. Com vistas a permitir a conclusão das atividades do Projeto, os membros do Comitê Gestor estabeleceram entendimento, na reunião de dezembro, no sentido de estender o projeto até dezembro de 2016.

6. Projeto: GCP/RLA/195/BRA - Fortalecimento das Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe através de Diálogo e Intercâmbio de Experiências Nacionais.

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento de políticas públicas agroambientais como uma ferramenta para a redução da pobreza rural e a insegurança em países da Região.

Países cooperantes: **Brasil, Colômbia, México, Nicarágua, Panamá, Costa Rica, Cuba, Uruguai.**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Valor total: US\$ 720.000

Vigência: 20 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Situação atual:

Em março e dezembro de 2015, foram realizadas reuniões do Comitê Diretivo do Projeto (CAP), com o objetivo de discutir as ações realizadas e planejar as atividades futuras. No CAP de novembro, o integrantes do Comitê Diretivo aprovaram a extensão do projeto até dezembro de 2016, com aporte adicional de USD 98.800.

7. Projeto: GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul

Objetivo: Contribuir, a partir de tecnologias, recursos técnicos e humanos e experiências relevantes disponíveis no Brasil, para o desenvolvimento do setor algodoeiro de países em desenvolvimento produtores da commodity.

Países cooperantes: **Paraguai, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Argentina e Haiti**

Instituição Brasileira Cooperante: Instituto Brasileiro do Algodão (IBA)

Valor total: US\$ 10.000.000

Vigência: 01 de outubro de 2012 a 01 de outubro de 2016

Situação atual:

No escopo do Projeto Regional, foi realizada, em abril de 2015, a VI Reunião do Comitê Acompanhamento do Projeto (CAP), na qual foram acordadas as atividades regionais a serem implementadas no projeto. No decorrer do ano, a ABC e a FAO negociaram proposta de revisão do projeto regional, com alterações na matriz lógica, extensão do período de execução e aporte adicional de recursos. Em novembro de 2015, realizou em Santiago, Chile, Evento Regional "Produção Sustentável do Algodão e do Solo como Base para o Desenvolvimento", com a participação das Instituições Brasileiras Cooperantes que integram os Projetos-país.

No âmbito do Projeto-país referente ao **Paraguai** "Fortalecimento dos Sistemas de Produção do Algodão na Agricultura Familiar do Paraguai", assinado em 2014, foi realizada, em Assunção, Paraguai, em março de 2015, missão de coordenação do projeto em questão, com a participação de representantes da ABC e da FAO, a fim de estabelecer acordos institucionais que viabilizassem a implementação das atividades previstas no documento de projeto. Em abril, ocorreu a II Reunião do Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP), com o objetivo de definir as atividades a serem desenvolvidas no referido ano. Em seguida ao CAP, executou-se missão técnica para definição das sementes a serem utilizadas no Projeto. Em junho, ocorreu missão técnica ao Paraguai para o planejamento das Unidades Técnicas Demonstrativas (UTD's), na qual foram definidos insumos, tecnologias e protocolos de plantio e manejo a serem utilizadas nas UTD's. Em outubro de 2015, a pesquisadores da EMBRAPA ministraram o "Curso Internacional de Produção de Sementes" para técnicos paraguaios, em Campina Grande.

Em março de 2015, foi assinado o Projeto-país do **Peru** "Apoio ao Fortalecimento do Setor Algodoeiro Peruano mediante a Melhoria da Competitividade dos Sistemas de Produção da Agricultura Familiar". Em julho de 2015, foi realizado o I Comitê de Acompanhamento do Projeto em Lima. Em seguida, foi executada a primeira missão técnica do projeto, para permitir a planificação conjunta das UTD's em Lambayaeque, Piura e Ica.

Com relação ao projeto-país da **Colômbia**, realizou-se missão de validação em março de 2015, com o objetivo de confirmar as demandas e as prioridades do Governo colombiano. A referida missão em muito contribui para o avanço das negociações do documento de projeto-país, o qual deverá ser assinado em 2016.

No que diz respeito ao projeto-país referente ao **Equador**, realizou-se missão de prospecção, em agosto de 2015, com vistas a reunir subsídios para a elaboração do documento de projeto.

8. Projeto: GCP/RAF/483/BRA - Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na África

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar nos países africanos participantes.

Países cooperantes: **Malauí e São Tomé e Príncipe.**

Instituição Brasileira Cooperante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Valor total: USD 1.896.633

Vigência: 13 de julho de 2013 a 12 de julho de 2015

Situação atual:

Realizou-se, no período de 14 a 17 de setembro de 2015, a terceira reunião do Comitê Diretivo do Projeto que teve o objetivo de avaliar a execução das atividades durante o primeiro semestre de 2015 bem como planejar as atividades para o período de setembro de 2015 a março de 2016.

Em fevereiro de 2015 foi assinado o Projeto-país para **São Tomé e Príncipe**, que conta com um orçamento de USD 394.500 e tem duração prevista de 18 meses. Em maio de 2015 foi selecionada e contratada a coordenadora nacional do referido projeto e em junho de 2015 foi realizada a primeira reunião do Comitê Diretivo que aprovou o Plano Operacional Anual. Em novembro de 2015, a MTA (Main Technical Advisor) do projeto realizou missão técnica a São Tomé e Príncipe para elaborar, em conjunto com a contraparte local e sob a orientação do FNDE, o primeiro produto do Projeto, a saber: "Regulamentação da Lei da Política Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE".

Em março de 2015 foi assinado o Projeto-país para **Malauí**, que conta com um orçamento de USD 500.000 e tem duração prevista de 18 meses. Em junho de 2015 foi selecionada e contratada a coordenadora nacional do referido projeto e em julho de 2015 foi realizada a primeira reunião do Comitê Diretivo que aprovou o Plano Operacional Anual. Em dezembro de 2015 ocorreu visita técnica de delegação do Governo de Malauí ao Brasil que teve o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e elaborar as diretrizes para a revisão da Estratégia de Nutrição e Saúde Escolar (School Health and Nutrition Strategy).

9. Projeto: GCP/RAF/498 /BRA – Intercâmbio de Experiências e Diálogos de Políticas Públicas para Agricultura Familiar na África

Objetivo: contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento rural baseadas no fortalecimento da Agricultura Familiar em países africanos, especialmente nos países que já participam do "Programa Mais Alimentos Internacional", países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e demais iniciativas de cooperação técnica de interesse na região.

Países cooperantes: **Moçambique, Zimbábue, Quênia, Gana, Senegal e países em desenvolvimento membros da Comunidade de países de língua portuguesa**

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Valor total: USD 4.000.000

Vigência: dezembro de 2014 a dezembro de 2017

Situação atual:

A ABC recebeu confirmação de interesse de 4 países africanos na iniciativa em apreço, a saber: Moçambique, Gana, Senegal e Zimbábue. Em março de 2015 foi realizada, por meio de vídeo conferência, reunião do Comitê Diretivo do Projeto para confirmar os países africanos parceiros e a estratégia de implementação, bem como planejar as missões de prospecção aos países parceiros. Em setembro de 2015 ocorreu em a primeira reunião presencial do Comitê

Diretivo do Projeto que teve o objetivo de definir as prioridades de atuação e os mecanismos operacionais, bem como planejar as atividades para o período de setembro de 2015 a março de 2016.

Em agosto de 2015 foi realizada missão de prospecção a **Moçambique** com vistas a colher os elementos fundamentais para a elaboração do projeto-país e em dezembro de 2015 teve lugar missão técnica ao Brasil para finalizar a elaboração da matriz lógica do referido projeto.

10. Projeto: UTF/ANG/048/ANG – Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agrônômica e Veterinária de Angola.

Objetivo: Fortalecer capacidades de pesquisa e inovação dos Institutos de Investigação Agrônômica e Veterinária angolanos e, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura em Angola.

Países cooperantes: **Angola**

Instituição Brasileira Cooperante: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Valor total: USD 2.195.940,00 milhões

Vigência: Fevereiro de 2014 janeiro de 2017

Situação atual: O projeto teve sua vigência prorrogada até janeiro de 2017, tendo em vista seu término previsto para janeiro de 2016 e a pendência de diversas atividades técnicas realocadas no POA 2015-1026. Não houve aporte de recursos e apenas uma atividade capacitação foi executada no primeiro semestre de 2015. Além disso, devido à necessidade de gestões antecipadas por parte do Governo Angolano para os trâmites de liberação dos técnicos da Embrapa com fins à realização das atividades de capacitação, as atividades previstas para o segundo semestre de 2015 ficaram comprometidas.

11. Projeto: GCP/INT/010/BRA - Fortalecimento dos Setores Pesqueiro e Aquícola em Países Africanos

Objetivo: contribuir, com base em experiências, conhecimentos, recursos técnicos e humanos disponíveis no Brasil, para o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola de países africanos em desenvolvimento, visando à erradicação da pobreza, a segurança alimentar e a geração de ocupação e renda

Países cooperantes: países africanos (a serem definidos de acordo com as demandas)

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Valor total: USD 5.000.000

Vigência: julho de 2015 a julho de 2019 (4 anos)

Situação atual: O Projeto foi assinado em dezembro de 2014, no entanto até o momento não houve repasse de recursos financeiros pelo MPA, conforme previsto no acordo de cooperação, em razão dos cortes orçamentários sofridos pelo Ministério. Cabe ressaltar que o MPA foi extinto, em outubro de 2015, pela reforma ministerial que reduziu o número de ministérios de 39 para 31. Com o novo arranjo do governo, a pasta da Pesca foi incorporada ao Ministério da Agricultura.

EM NEGOCIAÇÃO:

1. Projeto: Sistemas de monitoramento florestal na região da Bacia do Congo através de dados de satélite e ferramentas geo-espaciais.

Objetivo: Contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal nos países em dez da bacia do Congo, como forma de mitigar os efeitos da mudança climática na região.

Países cooperantes: Países da bacia do Congo, membros da Comissão das Florestas da África Central (COMIFAC): Burundi, Cameroun, República Centro-africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda e São Tomé & Príncipe;

Instituições Brasileiras Cooperantes: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Ministério do Meio-Ambiente (MMA)

Valor total: USD 23.200.000 milhões

Vigência: 48 meses

Situação atual: Ao longo de 2015 deu-se continuidade à negociação entre as partes sobre a minuta de documento de projeto, que se encontra em fase adiantada de consolidação. Atualmente, estão pendentes ajustes por parte do INPE, bem como itens relacionados aos papéis que deverão ser cumpridos pelas instituições brasileiras envolvidas na iniciativa. No que tange ao contrato de financiamento, que deverá contar com recursos do Fundo Amazônia, após análise de diferentes arranjos operacionais, aventou-se a possibilidade de o Governo da Noruega, doador do Fundo Amazônia, firmar o contrato de financiamento diretamente com a FAO. Há expectativa de que as negociações, tão logo a Noruega se posicione a respeito.

2. Projeto: Proposta de projeto, em fase inicial de negociação, em benefício do Governo de **Cuba**, na área de agricultura, que visa ao fortalecimento dos seguintes setores de produção (i) grãos básicos; (ii) Leite e Carne; e (iii) Frutas, legumes e tubérculos. A iniciativa deverá contar com recursos financeiros, no valor total de US\$ 1 milhão, a serem disponibilizados pela FAO, bem como com recursos técnicos da EMBRAPA.

3. Projeto: Proposta de projeto, em fase inicial de negociação, em parceria com o Governo da **Venezuela**, nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar. As instituições brasileiras envolvidas nas tratativas, além da ABC, são: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Caixa Econômica Federal e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

2. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (FNUAP)

No que diz respeito à Cooperação Sul-Sul Trilateral, a ABC e o FNUAP assinaram, em agosto de 2002, o Sub-Programa de Cooperação Sul-Sul, que tem por objetivo contribuir para os esforços nacionais e internacionais de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe, e de Língua Portuguesa na África, Timor Leste, em especial nas áreas de população e desenvolvimento, saúde reprodutiva e AIDS. Visando à implementação do referido Sub-Programa, a ABC e o FNUAP disponibilizaram US\$ 375.000 cada um para o financiamento de projetos e demais ações de cooperação no período 2002-2006. O Country Program Brasil-FNUAP para 2007-2011 previa a aplicação de cada parte no valor de US\$ 500.000 (US\$ 100.000 anuais), para cooperação sul-sul. Contando, ainda, com saldo remanescente do orçamento do Sub-Programa de 2002-2006, foram executados em 2011 um projeto de cooperação técnica trilateral com Guiné-Bissau e a última atividade pendente do projeto trilateral com o Haiti vigente de 2008 a 2010.

Em 2014, foi reiterada parceria ABC-FNUAP em cooperação Sul-Sul por meio do Plano Anual de Trabalho 2014. O referido Plano concentra-se nos temas de juventude e de direitos sexuais e reprodutivos e sua interface com questões de gênero, bem como no tema de censo populacional. A contribuição do Fundo para o Plano de 2014 foi de USD 80.000. A contribuição financeira da ABC foi de USD 129.926,38. Em 2014, foram realizadas duas missões ao Haiti no âmbito do projeto de apoio do fortalecimento do IHSI para realização do censo populacional. Adicionalmente, foi realizada missão de prospecção à África do Sul com objetivo de avaliar a capacidade institucional dos institutos de estatística da África do Sul e do Senegal.

Quadro 5 Cooperação Técnica Brasil-FNUAP - Cooperação Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	01 Programa	154.492

*Orçamento previsto para 2015

** Recursos do FNUAP/Haiti

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: Brasil e África: Lutar contra a Pobreza e Empoderar Mulheres via Cooperação Sul-Sul

Objetivo:

Países cooperantes: Moçambique

Instituições Brasileiras Cooperantes: SPM, MDA, MDS, DPE.

Vigência: fevereiro 2015 a março de 2017.

Valor total: US\$ 4.753.865,31

Valor do Output 3 (coordenado pela CTriOI) : **US\$ 2.017.372**

Situação atual: Em 2015, foi realizada 1 missão de prospecção de representantes do Ministério do Gênero, da Criança e da Ação Social (MGCAS) de Moçambique ao Brasil, com o objetivo de validar o plano de trabalho geral do componente 3, bem como 1 missão de representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Departamento de Polícia Civil Especializada (DPE) e da ABC a Moçambique, com vistas a reunir subsídios para a elaboração do plano de trabalho específico a ser executado com o apoio das instituições brasileiras.

Observação: Iniciativa executada em parceria com ONU Mulheres e financiada pelo DFID por meio de projeto PNUD.

EM NEGOCIAÇÃO:

1. Projeto: Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados

Objetivo: Estabelecer Centros de Referência em coleta eletrônica de dados na África.

Países cooperantes: **África do Sul, Senegal e Cabo Verde**

Instituição Brasileira Cooperante: IBGE

Vigência proposta: junho de 2015 a junho de 2017

Valor previsto: US\$ 338.600

Situação Atual: Ao longo de 2015, a ABC, o IBGE e o FNUAP negociaram a proposta de projeto. A iniciativa, que contará com o IBGE como instituição brasileira cooperante, deverá beneficiar não só os escritórios de estatística da África do Sul, do Senegal e de Cabo Verde, mas também, os países do continente africano que realizarão a rodada de censos em 2020.

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O INSTITUTO INTERAMERICANO COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo de cooperação técnica especializado em agricultura do Sistema Interamericano. O IICA presta cooperação aos Estados Membros de acordo com suas prioridades e diretrizes para o setor. A cooperação, fundamentada no fortalecimento institucional, visa a dotar os países de entidades capacitadas a alcançar suas metas de desenvolvimento rural, mediante a realização de atividades de efeito multiplicador e continuado. O IICA no Brasil conta com 43 anos de experiência em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Em 2015, foi assinado Memorando de Entendimento entre a ABC e o IICA com o objetivo de promover a Cooperação Sul-Sul Trilateral nos países em desenvolvimento na América Latina e Caribe.

4. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

O modelo de parceria trilateral adotado com a OIT é o chamado “execução descentralizada”, em que o Escritório da OIT em Brasília é responsável pela execução administrativo-financeira dos projetos. O papel da ABC é o de coordenar, supervisionar, acompanhar, participar de missões de prospecção e execução, bem como da avaliação das atividades. Ademais, cabe ainda à ABC analisar propostas de novos projetos e programas e negociar documentos políticos e do marco jurídico que embasa a Parceria. Outro aspecto importante é a função central exercida pela ABC na articulação dos trabalhos de todas as instituições envolvidas: mais de uma dezena de instituições brasileiras responsáveis pela implementação técnica das iniciativas (MPS, MTE, MDS, MS, SDH, SERPRO, Receita Federal, MPT, FNPETI, CONAETI, Marinha do Brasil, centrais sindicais e organizações de representação de empregadores, etc.), as instituições cooperantes dos países parceiros, as diferentes unidades da OIT envolvidas (Sede/Genebra, Escritório em Brasília), Embaixadas e instituições de países desenvolvidos potenciais ou atuais parceiros do programa trilateral (USDOS, USDOL, Embaixada da Alemanha, etc) e as Embaixadas brasileiras nos países (estas últimas constituem pontos-focais chave na realização de missões de prospecção e execução dos projetos, bem como para o fluxos de comunicação entre a multiplicidade de atores). Adicionalmente, a CTriOI também está encarregada de produzir material informativo sobre esta cooperação trilateral (artigos de jornal, apresentações em fóruns internacionais, etc.), além de contribuir proativamente para com o aprimoramento metodológico da gestão, da coordenação e da avaliação.

No marco da Parceria trilateral, foram firmados quatro subprogramas temáticos nas áreas de combate e eliminação ao trabalho infantil e seguridade social (2009), capacitação de sindicatos e trabalhos forçados e empregos verdes (2010). Sob o amparo dos dois primeiros, foram executados **12** projetos de cooperação técnica Sul-Sul trilateral em favor dos países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e África. Os subprogramas de capacitação de sindicatos e trabalhos forçados e empregos verdes não foram executados devido às restrições orçamentárias da ABC e da OIT.

Atualmente, encontram-se em execução 05 projetos de cooperação trilateral em benefício dos países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e da África, no marco do subprograma de combate e eliminação ao trabalho infantil. Vale ressaltar a assinatura, em abril de 2015, do projeto GLO/014/45/BRA - Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão na África e na América Latina, no valor de aproximadamente USD 8 milhões, financiado pelo Instituto Brasileiro de Algodão (IBA).

Quadro 6
Cooperação Técnica Brasil-OIT – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento* (em US\$)
Em Execução	06	1.788.899

* Orçamento previsto para 2015

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: BRA/12/02P/BRA - Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil

Objetivo: Contribuir para a erradicação das piores formas de trabalho infantil e apoio à III Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil

Países cooperantes: **América Latina e Caribe**

Instituição Brasileira Cooperante: MDS e MTPS

Vigência: 28/09/2012 a 31/12/2017

Valor: US\$1.638.893,00

Situação atual: foi realizada, de 1 a 3 de julho de 2015, "Mesa de Cooperação Sul-Sul para acelerar a redução do trabalho infantil na América Latina e no Caribe". A Mesa de Cooperação Sul-Sul foi convocada no âmbito da II Reunião Presencial da Rede de Pontos Focais, realizada em Brasília (1 a 3/07/2015), e teve por objetivo estabelecer um espaço de diálogo e compromissos de apoio mútuo para acelerar a erradicação do trabalho infantil na América Latina e no Caribe, aproveitando os mecanismos de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular.

O evento contou com a participação de 33 (trinta e três) pontos focais da Iniciativa Regional "América Latina e o Caribe Livre de Trabalho Infantil", 22 (vinte e dois) representantes das Agências e/ou Direções de Cooperação Internacional dos países que integram a Iniciativa Regional, além de integrantes da secretaria Técnica da Iniciativa Regional.

2. Projeto: RLA/09/53/BRA: Projeto de Apoio ao Programa de Parceria Brasil-OIT para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas & Iniciativa Regional

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas nacionais e sub-regionais de prevenção e eliminação do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas, em conformidade com as metas definidas na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente.

Países cooperantes: **América Latina e Caribe**

Instituição Brasileira Cooperante: MDS e MTPS

Vigência: 01/06/2009 a 31/12/2017

Valor: US\$ 3.469.706,00

Situação atual: **3 a 5/11/2015:** Seminário MERCOSUL Educação e trabalho Infantil (Buenos Aires, Argentina) Evento preparatório à IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil.

3. Projeto: RLA/14/01/01M/BRA: Cooperação Sul-Sul para Proteção dos Direitos de Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na Região da América Latina e Caribe.

Objetivos: Contribuir para a construção, validação e implementação de políticas públicas voltadas à migração para o trabalho.

Países cooperantes: **América Latina e Caribe**

Instituição Brasileira Cooperante: MTPS

Vigência: 03/01/2011 a 31/12/2012

Valor: US\$ 625.730,00

Situação atual: prorrogada a vigência do projeto em razão do atraso havido na entrada em execução do projeto, em função do atraso do repasse de recursos.

4. Projeto: OIT GLO/14/09/BRA - Promoção do Desenvolvimento Sustentável por Meio do Trabalho Decente e da Proteção Social da Cooperação Sul-Sul executado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Objetivo: Boas práticas de compatibilidade da conservação ambiental com a promoção do trabalho decente e da proteção social identificadas e sistematizadas a partir da análise das experiências da Operação Arco Verde/Eixo Fomento às Atividades produtivas do PPCDAm e do Programa Bolsa Verde.

Países cooperantes: **Países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e da África**

Instituição Brasileira Cooperante: MMA

Vigência: 01/07/2014 a 01/07/2016

Valor total: US\$ 519.169,00

Situação atual: em setembro/2015 foi prorrogada a vigência do projeto em 4 meses de forma a garantir uma adequada implementação das atividades de intercâmbio internacional de experiências, as quais seriam realizadas, em sua maioria, nos três primeiros meses do ano de 2016, isto é, logo após a conclusão das atividades nacionais, as quais servirão de insumo para as atividades nacionais.

5. Projeto: GLO/014/45/BRA - Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão na África e na América Latina.

Objetivo: Contribuir para a promoção do trabalho decente com ênfase nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho e a melhoria das condições de trabalho em países em desenvolvimento produtores de algodão.

Países cooperantes: **Paraguai, Peru, Mali, Moçambique e Tanzânia**

Instituição Brasileira Cooperante: a serem identificadas

Vigência: 2015 a 2018

Valor: US\$ 6.864.706,24 milhões

Situação atual:

O referido projeto foi assinado em abril de 2015 e teve a primeira reunião do Comitê Gestor em novembro para definição dos mecanismos de gestão e implementação do projeto. Durante o segundo semestre de 2015 foram consultados os países interessados no objeto de cooperação relacionado ao trabalho decente, dentre os quais se manifestaram, na América Latina, os Governos do Peru e Paraguai, e na África, os Governos do Mali, Moçambique e Tanzânia. O início das atividades do projeto, sobretudo relacionadas aos estudos de diagnóstico nos referidos países, começam em 2016.

6. Projeto: RLA/12/09/USA - Consolidando e disseminando esforços para combater o Trabalho Forçado no Brasil e no Peru.

Objetivo: o projeto concentra-se em três áreas estratégicas: i) melhoria da informação, comunicação e sensibilização dos principais intervenientes, da sociedade civil e dos grupos vulneráveis; ii) desenvolvimento de capacidades e recursos institucionais para a implementação de ações integradas, e; iii) a melhoria do quadro regulamentar para uma ação eficaz da justiça e a proteção das vítimas.

Deverá promover intercâmbio de experiências entre o Brasil e o Peru, alinhada com o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Forçado do Peru. Nesse sentido, a estratégia de implementação se dará em quatro etapas: 1ª - execução das atividades de intercâmbio de experiências; 2ª - adaptação de experiências partilhadas à realidade peruana; 3ª - a implementação e a entrega de produtos, e; 4ª - o acompanhamento dos resultados esperados.

País cooperante: **Peru**

Instituições Brasileiras Cooperantes: Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Polícia Federal

Vigência: 2014 a 2016

Valor: US\$ 600.000

Situação atual: no período de 6 a 10/04/2015 ocorreu visita de delegação peruana ao Brasil para conhecer as experiências brasileiras.

No período de 26/10 a 1/11/2015 foi realizada visita técnica de intercâmbio de boas práticas no combate ao trabalho infantil no marco da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Peru (Tumbes, Peru). Participantes: Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal e OIT. O objetivo da visita foi, de um lado, compartilhar com o Governo peruano aspectos teóricos e práticos da experiência da inspeção móvel brasileira no combate ao trabalho forçado; do outro, fomentar a apropriação do tema pelo Governo peruano, em especial as altas autoridades de Tumbes, região com grande incidência de trabalho forçado.

5. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

A cooperação trilateral Brasil-OMPI baseia-se nos seguintes instrumentos: Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a OMPI para a Promoção da Cooperação Sul-Sul; Programa Executivo entre a OMPI e o Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul; e Programa de Parceria OMPI/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.

Em 2015 deu-se seguimento à implementação do projeto de cooperação técnica trilateral Sul-Sul Brasil-OMPI, atuando o INPI como agente cooperante brasileiro. Ressalta-se a realização de Seminário sobre Cooperação Sul-Sul, realizada na sede do INPI no Rio de Janeiro, que contou com a participação de representantes dos países da América Latina. Devido a mudanças do corpo técnico do INPI, grande parte das atividades de cooperação técnica previstas para o ano de 2015 não foram executadas.

Quadro 7

Cooperação Técnica Brasil-OMPI – Cooperação trilateral

Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	01	830.000

* Orçamento previsto para 2015

6. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O CENTRO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU-HABITAT)

Foi assinado, em 20 de junho de 2012, Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) com vistas ao estabelecimento das bases para a promoção de cooperação técnica Trilateral sul-sul, durante reunião realizada à margem da Conferência Rio +20. O MdE tem como objetivo estabelecer modalidades gerais de parceria em terceiros países por meio de cooperação técnica, com vistas ao fortalecimento de capacidades dos países selecionados para elaborar e implementar programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina e Caribe. Não foram executadas atividades trilaterais ao amparo do MdE em 2015.

7. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ENTIDADE DA ONU PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU-MULHERES)

Em decorrência da visita da Diretora da ONU Mulheres ao Brasil (2011) negociou-se um Programa Executivo para a promoção da cooperação Sul-Sul na área de igualdade de gênero. Tais documentos foram assinados em 19 de junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio +20. Após a assinatura dos referidos documentos, a ONU Mulheres, em parceria com a ABC, iniciou um trabalho de prospecção de demandas para elaboração de projetos. Devido às restrições orçamentárias sofridas por esta Agência, nenhum projeto foi negociado ao amparo desse instrumento.

Cabe ressaltar, no entanto, que em 2015 foi assinado projeto de cooperação trilateral, financiado pelo DFID em parceria com o PNUD, que conta com a participação da ONU Mulheres e de Instituições Brasileiras Cooperantes, com o objetivo de apoiar Moçambique na luta contra a pobreza e o empoderamento das mulheres.

8. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

Em 2011 iniciou-se negociação entre o Governo brasileiro e a OTCA com vistas a estabelecer Programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral em benefício dos países membros da OTCA (Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname e Venezuela). Em 2012 foram assinados 02 projetos de cooperação Sul-Sul Trilateral, financiados integralmente pelo Governo brasileiro, os quais tiveram atividades executadas em 2015.

Quadro 8 Cooperação Técnica Brasil-OTCA – Cooperação Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	02	396.612

* Orçamento previsto 2015

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: ANA/OTCA/001 - Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos

Objetivo: O Projeto promove articulação institucional com maior nivelamento nas capacidades instaladas das entidades envolvidas com os recursos hídricos amazônicos, traduzida em uma proposição e apoio à instalação de uma rede hidrometeorológica da Bacia Amazônica. No contexto mais amplo, o projeto prevê, ainda, organizar oficinas técnicas para identificar e diagnosticar o estado da arte dos países com relação à implementação dos instrumentos de gestão. Como resultados da oficina, serão identificadas ações de apoio a estruturação dos órgãos gestores (com formação de quadro técnico especializado), bem como ações de capacitação dos técnicos com vistas ao fortalecimento institucional dos países envolvidos.

Instituição Brasileira Cooperante: Agência Nacional de Águas (ANA)

Vigência: Julho de 2012 a julho de 2016 (Termo Aditivo ao Programa Executivo assinado em julho de 2014. Prorroga o projeto até julho de 2016).

Valor: US\$ 328.134

Situação atual: Realizou-se no dia 30 de abril de 2015, na sede da ANA, a 4ª Reunião do Comitê Diretor do projeto, oportunidade em que foi apresentada, apreciada e aprovada, minuta de revisão substantiva do projeto.

2. Projeto: Apoio à Agenda Social Amazônica da OTCA

Objetivo: aprofundar as informações dos serviços públicos básicos, nas áreas de educação, saúde, moradia, produção familiar, energia e comunicação e documentação acessíveis para as populações isoladas, especialmente localizadas na faixa de fronteira.

Instituição Brasileira Cooperante: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Vigência: Dezembro de 2012 a dezembro de 2014

Termo Aditivo ao Programa Executivo assinado em julho de 2014. Prorroga o projeto por 8 meses até setembro de 2015.

Valor: US\$ 68.478

Situação atual: Em 2012, os países membros da OTCA, em reunião conjunta, identificaram a necessidade de levantar as tecnologias sociais existentes para a prestação de serviços e o mapeamento da oferta de serviços públicos para as populações localizadas na faixa de fronteira dos países membros da OTCA. Nesse sentido, em dezembro de 2012 foi assinado Programa Executivo entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a ABC e a OTCA, para implementação do referido projeto. O início das atividades previstas dependia de uma convergência de interesses dos países membros da Organização e de uma efetiva colaboração entre eles. Após vencida etapa de negociações preliminares, o projeto encontra-se em fase de execução, com o devido cumprimento das etapas pelas instituições participantes. Contudo, foi necessário assinar um Termo Aditivo por 08 meses, a fim de habilitar a finalização de atividades do cronograma do projeto.

9. COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL COM O PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO (PMA)

O Governo brasileiro estabeleceu parceria com Programa Mundial de Alimentos com o objetivo de apoiar os esforços do referido organismo para expandir e reforçar os Programas de Alimentação Escolar ou desenhar e implementar Programas Nacionais de Alimentação Escolar (PNAEs) de qualidade, a partir de boas práticas desenvolvidas pelo FNDE por meio do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, atendendo demanda recebida dos países parceiros.

Em maio de 2008, foi assinada Carta sobre os Termos e Condições para o uso do Fundo Fiduciário do Governo brasileiro no apoio às atividades de desenvolvimento de capacidade do PMA no âmbito dos programas de alimentação escolar. O Governo brasileiro, por meio da Coordenadoria Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), repassou àquele Organismo, o valor de aproximadamente US\$ 1 milhão, oriundo do FNDE, para iniciar as atividades de cooperação Trilateral com países selecionados. Nessa 1ª fase, os países selecionados foram Guatemala, Colômbia, São Tomé & Príncipe, Timor Leste, Guiné Bissau, El Salvador, Nicarágua, Bolívia, Haiti. Ao final de 2008, o programa foi estendido com um valor adicional US\$ 1.240,694 e atuou nos seguintes países: Colômbia, El Salvador, Guiné-Bissau, Nicarágua, Palestina, Panamá, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Em 2010, o Governo brasileiro estabeleceu parceria com Programa Mundial de Alimentos com o objetivo de apoiar os diversos governos dos países em desenvolvimento no desenho e implementação de uma nova geração de programas sustentáveis em alimentação escolar, com vistas a, ademais, melhorar a capacidade dos governos na implementação sustentável e sólida que promova nutrição e segurança alimentar para as populações vulneráveis a partir de boas práticas desenvolvidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do estabelecimento de um centro de excelência de alimentação escolar. A partir da inauguração do Centro de Excelência contra a Fome – Desenvolvimento de Capacidades em Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2011, iniciou-se a execução do Plano de Trabalho negociado entre a ABC e o PMA com vistas a implementar as ações de cooperação Sul-Sul Trilateral em benefício dos países em desenvolvimento, em particular países da África.

Os recursos previstos para implementação da referida parceria são oriundos do Governo brasileiro (FNDE) e atualmente somam aproximadamente **US\$ 10 milhões**. No quadro do programa de cooperação Sul-Sul trilateral, foram identificados, 18 países prioritários, dos quais 14 africanos: **Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue**, além do **Timor Leste, Bangladesh, Laos e Haiti**. Entretanto, novos países foram considerados alvos após aprovação do Comitê Diretivo. Atualmente, o referido programa de execução atua em 23 países alvos, com a inclusão de **Benin, Burundi, Guiné, Etiópia e Gâmbia**. Além dos países prioritários, o Governo brasileiro apoia, tecnicamente, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, outros países interessados no compartilhamento das políticas brasileiras em alimentação escolar. Entre 2012 e 2015, 22 dos 23 países prioritários realizaram missões ao Brasil, com vistas a conhecer o programa nacional de alimentação escolar desenvolvido pelo Governo brasileiro.

Ademais, foi assinado em 2010, projeto de cooperação trilateral com o PMA e o Governo de Moçambique (BRA04/044/S244 – Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação escolar de Moçambique), com o objetivo de elaborar uma estratégia para a implementação de um programa nacional de alimentação escolar. A iniciativa prevê apoio ao desenvolvimento de capacidades na área de alimentação, com a participação técnica e financeira do Escritório do PMA em Moçambique, bem como da ABC, do FNDE e do Governo de Moçambique. A vigência do projeto foi estendida até junho de 2016.

Quadro 9

Cooperação Técnica Brasil-PMA Cooperação Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	01 (**)	1.400.000

*Orçamento previsto para 2015

**Projeto Global

PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar

Objetivo: Reforçar a capacidade e os conhecimentos a nível nacional em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

Países cooperantes: **Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia, Zimbábue, Timor Leste, Bangladesh, Laos, Haiti, Benin, Burundi, Guiné, Etiópia e Gâmbia.**

Instituição Brasileira Cooperante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Valor total: US\$ 10.213.000

Vigência: firmado em 29 de outubro de 2010 e manter-se-á em vigor por período indeterminado salvo notificação, com pelo menos seis meses de antecedência, de alguma das Partes.

Situação atual: Ao longo de 2015, o Centro de Excelência facilitou a vinda de nove visitas de estudo ao Brasil, sendo que somente a visita da Força Tarefa para Alimentação Escolar da Etiópia foi apoiada pelo plano de trabalho vigente do Programa de Execução estabelecido entre o Brasil e o PMA. Dos vinte e três países prioritários, vinte e dois já realizaram a referida visita, à exceção do Quênia, cuja visita de estudos está prevista para ocorrer em março de 2016.

O Programa de Execução prevê, ademais, a contratação de especialistas em programa de alimentação escolar com vistas a elaborar diagnóstico sobre a situação da alimentação escolar nos países e facilitar a elaboração de programas de alimentação sustentáveis. Ao final do período de consultoria, os programas são debatidos por meio de consultas nacionais, que contam com a participação de organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e outros parceiros nacionais. Em 2015, o programa de parceria apoiou a realização de consulta nacional no Benin e contratou consultores para apoiar os Governos de **Bangladesh, Benin, Quênia e Togo.**

O segundo objetivo do Programa consiste na oferta de assistência técnica direta ao desenvolvimento da capacidade nacional de concepção e execução de programas sustentáveis de alimentação escolar. Em 2015, assistência técnica direta foi prestada aos seguintes países: **Benin, Moçambique, Quênia e Togo,** com o objetivo de apoiar o estabelecimento e aprimoramento de programas nacionais de alimentação escolar.

Com respeito à assistência prestada ao **Egito**, em março de 2015, representantes da ABC, do FNDE e da EMBRAPA realizaram, mediante solicitação do Governo egípcio, missão técnica ao

Cairo com vistas a compartilhar tecnologias brasileiras nas áreas de alimentação escolar, agricultura e proteção social.

O terceiro objetivo do Programa é o de promover a investigação e a inovação e apoiar a expansão da base global de conhecimentos em matéria de alimentação escolar. Com essa finalidade, em junho de 2015, foi celebrada uma capacitação em alimentação escolar em Dakar, no Senegal, da qual participaram 23 países africanos, entre eles os seguintes países prioritários: **Benin, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné (Conakri), Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.**

Alinhado ao quarto objetivo de defender e promover a alimentação escolar enquanto solução eficaz para o problema da fome, o Programa viabilizou a ida de delegação de especialistas brasileiros ao 17º Fórum Global de Nutrição Infantil (Global Child Nutrition Forum - GCNF), realizado na Ilha de Sal, em Cabo Verde, em setembro de 2015. Durante o Fórum, a experiência brasileira em alimentação escolar foi destacada, assim como o trabalho realizado pelo Centro de Excelência. Na oportunidade, governos de outros países puderam conhecer a experiência brasileira e solicitar apoio para seus programas nacionais.

10. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O principal documento que baliza a parceria estabelecida entre o Governo brasileiro e o PNUD na promoção da cooperação Sul-Sul trilateral é o “Country Programme Document-CPD”, preparado com base nas prioridades nacionais identificadas pelo Governo brasileiro durante a preparação do UNDAF. O CPD foi aprovado pela Junta Executiva do PNUD em sua II Sessão Regular de 2011. O CPD 2012-2015 se assenta nos resultados alcançados até o momento e se concentra em fornecer apoio ao em áreas como: o alcance dos ODM; o reforço das capacidades nacionais para um maior alcance das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável; maior apoio às políticas públicas visando reduzir a vulnerabilidade à violência, e **cooperação Sul-Sul**, centrada no apoio às iniciativas brasileiras de cooperação Sul-Sul por intermédio da partilha de conhecimento e replicação de experiências bem sucedidas.

Atualmente, a pauta de cooperação Sul-Sul trilateral com o PNUD é composta por 3 projetos/atividades isoladas, nas áreas de alimentação e erradicação do trabalho infantil, os quais contam com a participação do FNDE e do MTE atualmente Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), além do PMA e da OIT. Em 2015, os projetos desenvolveram atividades de capacitação de caráter regional na América Latina e Caribe, além de atividades de fortalecimento de em benefício de Moçambique.

Ainda em 2015, a CTriOI participou, em conjunto com a CGCM, dos exercícios de avaliação do CPD do PNUD e da fase inicial de preparação do futuro ciclo de programação daquela organização no Brasil.

Quadro 10
Cooperação Técnica Brasil - PNUD – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	03	1.275.310

* Orçamento previsto 2015

PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: BRA/11/018 – Projeto de Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentável em países em desenvolvimento.

Objetivo: O Projeto tem como objetivo apoiar as ações de promoção do desenvolvimento e a implementação de programas de alimentação escolar sustentável (PAES), por meio de aprimoramento de capacidades e transferência de tecnologias sociais brasileiras aos países em desenvolvimento.

Países cooperantes: República Democrática do Congo, Timor Leste, Guiné Bissau, Ruanda, Níger, Malawi, Guiné Conacri, Gana, Senegal, Bangladesh, Tanzânia, Zâmbia, Etiópia, El

Salvador, Antígua e Barbuda, República Dominicana, Barbados, Equador, Guatemala, Paraguai, Jamaica, Costa Rica, Peru, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Gana e Egito.

Instituição Brasileira Cooperante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Valor Total: US\$ 1.944.361

Vigência: 2011 até 30 de janeiro de 2018.

2. Projeto: BRA/13/008 - A072 - Apoio à organização e realização da IIIª Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil

Objetivo: Apoio à organização e realização da III Conferência Global de Combate ao Trabalho Infantil (ABC/MTE)

País cooperante: América Latina e Caribe

Instituição Brasileira Cooperante: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Valor Total: US\$ 370.000

Vigência: 13/05/2015 a 31/12/2016.

3. Projeto: BRA04/044-S244 e BRA/13/008 – S177 – Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique.

Objetivo: Elaboração de uma estratégia para a implantação de um Programa de Alimentação Escolar de Moçambique.

País cooperante: Moçambique.

Instituição Brasileira Cooperante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Valor total: US\$ 1.799.389,00

Valor ABC: **US\$ 583.196**

Vigência: agosto de 2010 a junho 2016

11. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)

Foi assinado, em 28 de maio de 2010 no Rio de Janeiro, em ocasião da Conferência Aliança de Civilizações das Nações Unidas, Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a UNESCO com o objetivo de estabelecer uma parceria para a promoção da cooperação Sul-Sul trilateral nos países em desenvolvimento nas áreas de educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura, comunicação e informação. O Programa de parceria abrange as seguintes modalidades de cooperação nas áreas acima mencionadas:

- a. Assistência técnica para o fortalecimento das capacidades institucionais;
- b. Cursos de formação no Brasil ou no(s) país(es) beneficiário(s);
- c. Desenvolvimento de missões técnicas;
- d. Assistência para a concepção, execução, monitoramento e avaliação de projetos;
- e. Cessão de especialistas brasileiros exclusivamente para o desempenho de tarefas em campo;
- f. Qualquer outra modalidade futura a ser acordada pela ABC e pela UNESCO.

Com vistas a viabilizar a implementação de iniciativas de cooperação no marco da parceria trilateral Brasil - UNESCO, foi igualmente assinado, em 19 de dezembro de 2013, Programa Executivo para o biênio 2014-2015, com um orçamento total de US\$ 194.134.65. O Programa foi revisado em dezembro de 2014, conforme orientação do Comitê Diretivo do Programa, a fim de incluir novas atividades e garantir um aporte adicional de recursos no valor de US\$ 160.000.

Ao longo de 2015, além das atividades previstas no Programa Executivo acima, foram executadas, de acordo com seus respectivos planos de trabalho, os projetos: i) “Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativa (Guiné-Bissau)” e ii) “Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, que iniciaram em 2014. Destaca-se, igualmente, a assinatura do projeto “Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento”, em dezembro de 2015, a ser executado e financiado pelo IPHAN.

Quadro 11 Cooperação Técnica Brasil - UNESCO – Cooperação Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Número de Projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	04	1.243.669

* Orçamento previsto para 2015

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO:

1. Projeto: Fortalecimento do Programa Brasil-UNESCO de Cooperação Sul-Sul Trilateral.

Objetivo: contribuir para a implementação de iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul, por meio de mecanismo de tripulação, dentro das prioridades da UNESCO nos seus cinco grandes programas (educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura, comunicação e informação), a partir de boas práticas brasileiras, respondendo a demandas apresentadas pelos países em desenvolvimento.

País cooperante: **Guiné Bissau**

Vigência: de 2014 a 2015.

Valor total: US\$ 354.134

Situação atual: Devido às restrições orçamentárias da ABC, os recursos financeiros previstos na iniciativa foram direcionados para o projeto “Jovens Lideranças” na Guiné Bissau.

2. Projeto: Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas. Fase II

Objetivo: promover o desenvolvimento comunitário por meio da melhoria da qualidade do ensino fundamental e da oferta de atividades complementares nas áreas de cultura, de esporte e de lazer para as crianças, os jovens, suas famílias e a comunidade local;

País cooperante: **Guiné Bissau**

Instituições Brasileiras Cooperantes: Fundação Gol de Letra e Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória (ES)

Valor total: US\$ 210.000

Vigência: novembro de 2014 a dezembro de 2016

Situação atual: Em janeiro de 2015 iniciaram as atividades de ensino formal do Centro Educacional Amizade São Paulo (CEASP), que atendeu 210 crianças do Bairro São Paulo. Em abril de 2015 foi realizada a primeira reunião do Comitê Diretivo do Projeto, que contou com a participação de representantes da ABC, das instituições brasileiras cooperantes, da UNESCO, do Ministério da Educação Nacional de Guiné Bissau e da Associação Amizade. A reunião teve o objetivo de fazer um balanço das atividades realizadas no primeiro trimestre do ano e definir o plano de trabalho até dezembro de 2015. Na oportunidade, foram detalhadas as responsabilidades das partes e definido o regime jurídico do CEASP. Em maio de 2015 ocorreu a primeira missão técnica da fase II do Projeto que visou a elaborar de maneira participativa o Regimento Interno do CEASP e apoiar a criação do Comitê Gestor do mesmo. Em setembro de 2015 foi realizada a primeira oficina de corte e costura, dirigida a 30 mulheres da comunidade. Em dezembro de 2015 teve lugar missão técnica para a elaboração do Plano de Atividades da Educação Não Formal do CEASP.

3. Projeto: Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Objetivo: apoiar a formação e consolidação das capacidades técnicas, institucionais e legais para a gestão integrada e o uso sustentável dos recursos hídricos nos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de forma a capacitá-los e instrumentalizá-los para o enfrentamento dos desafios desse setor à luz do

cenário de crescimento mundial, assim como dos impactos nos recursos hídricos resultantes das mudanças climáticas e outros aspectos de relevância nacional, regional ou global.

País cooperante: América Latina e Caribe e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Instituição Brasileira Cooperante: Agência Nacional de Águas (ANA).

Vigência: de 2014 a 2016.

Valor total: US\$ 2.906.891.

Situação atual: O projeto vivenciou algumas dificuldades iniciais pontuais, seguidas de alterações na articulação regional do 7º Fórum Mundial de Água e, da crise hídrica do país, as quais geraram mudanças nas prioridades da Agência, e resultaram em uma baixa execução financeira no ano de 2014 e meados de 2015.

No entanto, foram realizadas diversas ações o ano de 2015, dentre elas:

- Evento de Encerramento do Processo Preparatório Regional das Américas para o 7º Fórum Mundial da Água, realizado em março na cidade de São Paulo, São Paulo
- Foram ainda realizados cursos no formato EAD de Base Hidrográfica Ottocodificada, Hidrologia Básica; Qualidade da água em rios e reservatórios durante o segundo semestre de 2015.
- No âmbito das iniciativas de cooperação para o fortalecimento dos sistemas nacionais de gestão dos recursos hídricos foi realizada reunião técnica de integração da RELOB por ocasião da realização da ENCOB em Goiânia, em outubro 2015.

4. Projeto: Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento

Objetivo: promover a valorização do patrimônio cultural das missões jesuíticas, especialmente relacionado aos povos Guaranis, Moxos e Chiquitos, abrangendo os países Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Países cooperantes: Países da região do Mercosul, abrangendo a **Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.**

Instituição Brasileira Cooperante: IPHAN.

Vigência: de 2015 a 2018.

Valor total: US\$ 1.539.697

Situação atual: O projeto foi assinado em dezembro de 2015 e aguarda o início de suas atividades. É prevista uma reunião no primeiro semestre de 2016 com o IPHAN para alinhar os mecanismos de gestão e execução do projeto trilateral.

12. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Em 26 de dezembro de 2013, o Governo do Brasil e o UNICEF assinaram Termo de Cooperação com o objetivo de promover a cooperação sul-sul trilateral em países em desenvolvimento através do compartilhamento de experiências brasileiras bem sucedidas na área de políticas públicas em prol de crianças e adolescentes. O referido Termo de Cooperação tem vigência de três anos (2014-2016) e conta com um orçamento de US\$ 100.000, disponibilizados pela ABC. O UNICEF/Brasil se comprometeu a mobilizar recursos adicionais na ordem de US\$ 500 mil.

No início de 2014 foi elaborado e assinado pelas partes plano de trabalho com a definição dos países parceiros e das iniciativas a serem implementadas em cada país nas áreas de nutrição e saúde materno-infantil, proteção social, governança local saneamento básico e gestão de conhecimentos.

Ao longo de 2015 foram realizadas duas reuniões de coordenação entre a ABC e o UNICEF para a revisão do Plano de trabalho, bem como dezenas de reuniões, presenciais e por meio de videoconferências, com os representantes dos países parceiros e as instituições brasileiras cooperantes para a organização de visitas de estudo e missões de prospecção ao Brasil e aos países parceiros.

Adicionalmente, foram realizadas três visitas de estudo ao Brasil de representantes dos Governos de **Guatemala, Lesoto e Paraguai** para conhecer experiências brasileiras exitosas nas áreas de proteção social e desenvolvimento local, bem como uma missão de prospecção à **Etiópia** de delegação brasileira para a negociação de projeto de cooperação trilateral na área de saneamento básico. Ademais, teve lugar missão técnica à **Tunísia**, que contou com participação de representantes do IPEA e do MDS, para apresentar o sistema de proteção social brasileiro e identificar temas de interesse prioritários para o Governo da Tunísia com vistas à elaboração de proposta de cooperação trilateral.

Atualmente encontram-se em negociação projetos de cooperação sul-sul trilateral com os seguintes países: **Etiópia, Jamaica, Guatemala, Paraguai e Tunísia**.

Em razão da exitosa experiência de parceria estabelecida entre o Governo brasileiro e o UNICEF, a Coordenadora de Cooperação Sul-Sul Trilateral foi convidada a participar de seminário internacional em Nova York, realizado de 26 a 27 de outubro de 2015, que teve o objetivo de definir os principais elementos da estratégia global do UNICEF para Cooperação Sul-Sul. Na oportunidade, a representante da ABC apresentou os princípios e o marco estratégico e operacional da Cooperação Sul-Sul do Governo brasileiro, bem como apontou os principais desafios enfrentados e novas oportunidades a serem exploradas.

Quadro 12

Cooperação Técnica Brasil - UNICEF – Cooperação Sul-Sul Trilateral Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento* (em US\$)
Em execução	01	54.500
Em negociação	01	591.198

* Orçamento total previsto

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO

1. Projeto: Termo de Cooperação entre o Governo brasileiro e o UNICEF para a promoção da Cooperação Horizontal Sul-Sul

Objetivo: Compartilhar experiências brasileiras bem sucedidas com países em desenvolvimento na área de políticas sociais dirigidas a crianças e adolescentes

País cooperante: **países em desenvolvimento**

Instituições Brasileiras Cooperantes: A serem definidas de acordo com as demandas

Vigência: De 2014 a 2016 (3 anos)

Valor: US\$ 1.000.000

Situação atual: No âmbito da iniciativa, foram realizadas três visitas de estudo ao Brasil de representantes dos Governos de **Guatemala, Lesoto e Paraguai** para conhecer experiências brasileiras exitosas nas áreas de proteção social e desenvolvimento local, bem como uma missão de prospecção à **Etiópia** de delegação brasileira para a negociação de projeto de cooperação trilateral na área de saneamento básico. Ademais, teve lugar missão técnica à **Tunísia**, que contou com participação de representantes do IPEA e do MDS, para apresentar o sistema de proteção social brasileiro e identificar temas de interesse prioritários para o Governo da Tunísia com vistas à elaboração de proposta de cooperação trilateral.

EM NEGOCIAÇÃO:

1. Projeto: Fortalecimento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário da Etiópia

Objetivo: Fortalecer os serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário da Etiópia

País cooperante: **Etiópia**

Instituições Brasileiras Cooperantes: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Ceará (ARCE), Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR)

Vigência: 22 meses

Valor: US\$ 591.198 (US\$ 581.198,00 a serem disponibilizados pelo Governo da Etiópia e US\$ 10.000 a serem disponibilizados pela ABC)

Situação atual: Com base nos resultados da missão de prospecção à Etiópia, realizada em janeiro de 2015, as partes elaboraram em conjunto a minuta de documento de projeto. Em setembro de 2015 a minuta do documento foi submetida às instituições brasileiras executoras para avaliação. Até dezembro de 2015, estava pendente a aprovação do Ministério das Cidades.

13. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)

Em dezembro de 2009, foi assinado o Programa Executivo entre a Governo brasileiro e UNODC, visando constituir o marco jurídico entre o Governo brasileiro e o UNODC para a implementação da cooperação técnica sul-sul à Guiné Bissau na área de segurança pública.

Ao amparo do mencionado Programa Executivo, foi igualmente assinado naquele ano, entre o Governo brasileiro, UNODC e Governo bissau-guineense, documento de projeto, com o objetivo de se estabelecer um centro de formação para as forças de segurança da Guiné-Bissau, atendendo dessa maneira as recomendações constantes no documento de estratégia – Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional – elaborado pelo Governo de Guiné-Bissau com o apoio da União Europeia.

Com o golpe militar ocorrido em Guiné Bissau em 12 de abril de 2012, apesar de os projetos em execução terem tido suas atividades suspensas até a normalização das relações com o Brasil, a infraestrutura do Centro de Formação das Forças de Segurança de Guiné-Bissau foi reformada.

Devido a dificuldades administrativas em dar continuidade à parceria trilateral com o UNODC, a segunda fase do projeto foi elaborada na modalidade bilateral, em março de 2015, com a participação de representantes da ABC, do Departamento de Polícia Federal (DPF) e das instituições guineenses. No entanto, o projeto continua sob a responsabilidade da coordenação de cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais.

A segunda fase do projeto (2015-2017), prevê a continuidade das ações de cooperação relacionadas aos três eixos de atuação do projeto Fase I, a saber: i) dotar o Centro de infraestrutura adequada; ii) o corpo de gestores e docentes do Centro; iii) implementar programa de capacitação das forças de segurança de Guiné-Bissau, com um orçamento total de U\$\$ 1.464,598 com vigência prevista até abril de 2017.

Quadro 13 Cooperação Técnica Brasil-UNODC – Cooperação Sul-Sul Trilateral* Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento * (em US\$)
Em execução**	01	723.441

* Orçamento previsto para 2015

** atividades executadas por instrumento bilateral

PROJETOS/ATIVIDADES ISOLADAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

EM EXECUÇÃO

1. Projeto: BRA/13/008 S230 – Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase II

Objetivo: Contribuir para a reestruturação e modernização do setor de segurança da República da Guiné-Bissau.

País cooperante: Guiné-Bissau

Instituição Brasileira Cooperante: Academia Nacional de Polícia – PF/MJ

Vigência: 27/04/2015 a 27/04/2017

Valor: US\$ 1.464.598

Situação atual: Em abril de 2015, foi realizada reunião com o Comitê Diretivo do projeto em Bissau, na qual participaram representantes da Academia Nacional de Polícia, do Departamento da Polícia Federal (ANP/DPF), e das seguintes instituições guineenses: Polícia de Ordem Pública (POP); Guarda Nacional (GN); Polícia Judiciária (PJ); Direção-Geral dos Serviços de Informação (SIS) e Secretaria de Cooperação Internacional e das Comunidades. Na ocasião foi aprovado o plano de trabalho anual no qual previu a criação de uma equipe de coordenação, composta por um representante de cada força policial Bissau-guineense e um representante da Polícia Federal brasileira, além da formulação da agenda de cursos a serem realizados no período de maio de 2015 a abril de 2016.

Na oportunidade, foram aprovados oito cursos de capacitação, dos quais, devido a restrição orçamentária da ABC, somente três foram executados no ano de 2015, a saber:

- i. Gestão arquivística de documentos
Período: 20/07/2015 a 24/07/2015
- ii. Técnicas operacionais: abordagem policial
Período: 10/08/2015 a 21/08/2015
- iii. Técnicas operacionais: segurança VIP
Período: 09/11/2015 a 20/11/2015

5 – Cooperação Trilateral com Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento – Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral

Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Bilateral (CGCB)

Apresentação

A Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Bilateral (CGCB) ampliou, no ano de 2015, sua atuação junto aos órgãos e instituições brasileiras e, com o permanente apoio da Direção da ABC, deu continuidade às ações para o estabelecimento de novos mecanismos estratégicos de coordenação política e de atualização do fluxo de negociações com países desenvolvidos parceiros, além de investir esforços no aperfeiçoamento de processos, de rotinas de trabalho e maior preparação do corpo técnico da área dedicado à coordenação e ao acompanhamento dos programas, projetos e atividades bilaterais de cooperação técnica recebida. No campo da cooperação trilateral, destacam-se, igualmente, avanços no trabalho de harmonização de diretrizes e o encaminhamento de ações para padronização dos processos afetos à ABC nos programas de cooperação executados em conjunto com países desenvolvidos.

Em 2015, a CGCB passou a consolidar a pauta de cooperação técnica descentralizada, como ponto focal na ABC de tratativas junto à Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República e organizações representativas de estados e municípios, bem como ampliou o contato e a organização de pautas de trabalho de interesse de entes subnacionais.

Realizações com base nas atribuições da CGCB

Regimento Interno do Serviço Exterior/CGCB

I – orientar instituições nacionais sobre os procedimentos relacionados à elaboração, tramitação, aprovação e execução de programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento com outros países;

II – analisar propostas de projetos do ponto de vista dos requerimentos técnicos da ABC e das

políticas setoriais de governo para os programas de cooperação para o desenvolvimento;

III – acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos sob o aspecto técnico e, para esse fim, realizar visitas técnicas às instituições executoras e **participar de missões e reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação** no âmbito dos programas e projetos de cooperação técnica coordenados pela ABC;

IV – preparar subsídios para reuniões internacionais no tema da cooperação para o desenvolvimento;

V – participar de reuniões, seminários e outros eventos, no país ou no exterior, sobre assuntos

relacionados à cooperação para o desenvolvimento com outros países;

VI – definir com os órgãos governamentais dos países parceiros os instrumentos de

operacionalização dos programas de cooperação para o desenvolvimento;

VII – coordenar a elaboração de Marcos de Programação e outros instrumentos de planejamento de programas de cooperação para o desenvolvimento implementados com outros países;

VIII – atuar em ações de articulação da ABC com os Ministérios e outros órgãos setoriais para

discussão sobre prioridades a serem refletidas nos programas de cooperação com outros países; e

IX – coordenar, em estreito contato com a Coordenação-Geral de CTPD, a implementação de ações de cooperação trilateral em benefício dos países em desenvolvimento, em que participem o Brasil e outros países.

Revisão e padronização de procedimentos para os programas de cooperação técnica bilaterais, em estágio avançado de validação.

Mais de **40** novas propostas de projetos bilaterais analisados

Participação entre **8 e 12** reuniões técnicas por mês, em média, **por técnico**, para acompanhamento de projetos

Informações prestadas para subsidiar **12** reuniões e/ou missões de alto nível
Reuniões regulares com as representações diplomáticas e Agências de Cooperação Internacional dos principais países desenvolvidos parceiros

4 Reuniões organizadas de Negociações, Mecanismos de Coordenação e Comitês de planejamento

Lançamento do Manual de Cooperação Trilateral Brasil-Alemanha

8 missões de Coordenação Conjunta em terceiros países, participação em **5** eventos internacionais sobre Cooperação Trilateral e envio de técnicos da CGCB para mais de **19** missões de monitoramento

Assinatura de **28** Atos internacionais, Memorandos e novos Projetos coordenados pela CGCB

Programas de cooperação técnica em parceria com países desenvolvidos

Quadro Geral

Projetos de Cooperação Bilateral	[50] projetos em execução [16] projetos em negociação	Aporte externo estimado US\$ 141.028.674,82 US\$ 51.564.567,87
Total em carteira (Bilateral)	[66] projetos/atividades	US\$ 141.080.239.69
Projetos de Cooperação Trilateral	[15] projetos em execução [08] projetos em negociação	Aporte externo estimado US\$ 27.540.107,50 Aporte financeiro ABC US\$ 17.262.671,65
Total em carteira (Trilateral)	[23] projetos/atividades	US\$ 44.802.779.15
Projetos de Cooperação Descentralizada Sul-Sul e Trilateral	[04] projetos em execução [01] projetos em negociação	Aporte externo estimado US\$ 234.566,50 Aporte financeiro ABC US\$ 532.323,69
Total em carteira (Descentralizada)	[05] projetos/atividades	US\$ 766.890.19

Quadro Geral Por País

Alemanha	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica (1996) Programa Ativo Cerca de 19 projetos em execução/negociação (Fonte: BMZ e BMÜB)	Setores Prioritários Meio Ambiente (Biodiversidade e Florestas Tropicais); Energia (Energias Renováveis e Eficiência Energética); Mudanças Climáticas	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Realização de Atividades de Cooperação em Terceiros Países (2010) Países com execução no ano Moçambique (1)
Austrália	Cooperação Bilateral Não há Acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália (2010) Países com execução no ano Nenhum
Áustria	Cooperação Bilateral Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D

	do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação Técnica (2005) Programa Inativo		
Bélgica	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Canadá	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica (1975) Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre a Eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (2011) Países com execução no ano N/D
Cingapura	Cooperação Bilateral Não há Acordo assinado Programa Ativo Programa de capacitação especializada com 20 cursos em diferentes temas.	Setores Prioritários Aviação Civil, Administração Pública, Comércio e Economia, Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas, Direito e Justiça, Educação, Tecnologia da Informação e Comunicações.	Cooperação Trilateral N/D
Chile	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, firmado em 22 de junho de 1976; Programa Ativo N/D	Setores Prioritários Agricultura (Defesa Agropecuária e Inocuidade Alimentar).	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, firmado em 17/04/2015. Países com execução/negociação no ano Suriname (1)
Coréia do Sul	Cooperação Bilateral Não há Acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a ABC e a Agência de Cooperação Internacional da República da Coréia (KOICA) para Cooperação Trilateral (2012)

Dinamarca	<p>Cooperação Bilateral Acordo de Cooperação Brasil-Dinamarca (2011)</p> <p>Programa Inativo</p>	<p>Setores Prioritários N/D</p>	<p>Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA) sobre desenvolvimento e cooperação (2012)</p>
Eslovênia	<p>Cooperação Bilateral Não há acordo assinado</p> <p>Programa Inativo</p>	<p>Setores Prioritários N/D</p>	<p>Cooperação Trilateral N/D</p>
Espanha	<p>Cooperação Bilateral Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha (1989)</p> <p>Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Matéria de Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento. Firmado em 14/08/2015.</p> <p>Programa Ativo 2 projetos bilaterais e 01 projeto trilateral em execução (1) projeto de CT descentralizada em negociação</p>	<p>Setores Prioritários Água e Saneamento, Desenvolvimento Sustentável, Políticas raciais, Governança, Políticas de igualdade e inclusão social com ênfase em populações afrodescendentes e questões de gênero; Meio ambiente e mudanças climáticas; Desenvolvimento rural; e Energias renováveis,</p>	<p>Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha para a Realização de Atividades de Cooperação Técnica com Terceiros Países (2009)</p> <p>Países com execução no ano Bolívia (1)</p>
Estados Unidos	<p>Cooperação Bilateral Acordo de Cooperação Técnica (1950)</p> <p>Programa Ativo 1 projeto em execução</p>	<p>Setores Prioritários Meio Ambiente (Recursos Biológicos)</p>	<p>Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)</p> <p>Países com execução no ano Moçambique (1) Honduras (4)</p>

			Haiti (1) <i>negociação</i>
Finlândia	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
França	Cooperação Bilateral Acordo de Cooperação Técnica e Científica (1967) Programa Ativo 1 projeto em execução Cooperação Descentralizada Trilateral	Setores Prioritários Agricultura, Meio Ambiente, (Florestas, Recursos Hídricos) Patrimônio (Histórico e Cultural)	Cooperação Trilateral Convenção de Parceria entre a ABC e a France Coopération Internationale – FCI para a implementação de projetos de cooperação técnica em terceiros países (2008) Declaração de Intenções para Implementar Atividades de Cooperação em Terceiros Países (2009) Programa de Parceria ABC/MRE e SAF/SRI/PR para a Promoção da Cooperação Técnica Sul-Sul Descentralizada, 11/10/2011; 1 projeto de cooperação descentralizada trilateral em execução (Porto Novo, Benin, Lyon e Fortaleza)
Países Baixos	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica (1969) Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Irlanda	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Islândia	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Israel	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica (1962)	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de

	Programa Inativo		Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países (2009) Países com execução no ano N/D
Itália	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, firmado em 30/10/1972, em vigor desde 30/05/1980, por meio do Decreto 84967 de 28/07/1980. Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, firmado em 17/10/2007, aprovado em 22/12/2010, por meio do Decreto 7.400. Programas Inativos	Setores Prioritários Urbanização; Meio Ambiente (Florestas)	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana para a Realização de Atividades de Cooperação com Terceiros Países (2007) Países com execução no ano Em execução Moçambique (1) Bolívia (1) Em negociação Equador (1) Palestina (1)
Japão	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica (1970) 4 projetos em execução e 1 em negociação	Setores Prioritários Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente (Prevenção de desastres naturais, Monitoramento de Florestas, logística reversa eletroeletrônicos) Segurança Pública (Policimento Comunitário)	Cooperação Trilateral Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP) (2000) Países com execução no ano Moçambique (3) em execução +3 em negociação Angola (1) ? El Salvador (1) Guatemala (1) +2 <i>negociação</i> 7 Projetos de treinamento para Terceiros Países (TCTP)
Lichtenstein	Cooperação Bilateral Não há acordo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D

	assinado Programa Inativo		
Luxemburgo	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Noruega	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Nova Zelândia	Cooperação Bilateral Não há Acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Projeto Países com execução no ano Suriname (1)
Portugal	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D
Reino Unido	Cooperação Bilateral Acordo de Cooperação Técnica (1968) Programa Inativo	Setores Prioritários Redução da pobreza;	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Parceria para o Desenvolvimento Mundial (2011) Países com execução no ano ... (1) Etiópia, Quênia, Moçambique, Zâmbia Gambia Angola Nigéria Malauí Senegal Camarões Burquina Faso Lesoto
República Tcheca	Cooperação Bilateral Não há acordo assinado	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral N/D

	Programa Inativo		
Suécia	Cooperação Bilateral Não há Acordo assinado Programa Inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Memorando de Entendimento para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global (2012)
Suíça	Cooperação Bilateral Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica (1968) Programa inativo	Setores Prioritários N/D	Cooperação Trilateral Países com execução no ano Nicarágua (1)

Quadro dos Projetos

Programa de Cooperação Recebida Bilateral - ativo

Alemanha

PROJETOS EM EXECUÇÃO

Projeto: Projeto para o Setor de Serviços – Protocolo de Montreal

Objetivo: Eliminar 50 toneladas de PDO de HCFC-22 no setor de serviços de refrigeração até 2015, contribuindo para o cumprimento do cronograma de eliminação de HCFCs.

Vigência: 2013 - 2015

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 4.090.909,00 de Euros

Projeto: Programa Eficiência Energética em Desenvolvimento Urbano Sustentável - BMZ

Subprojeto: Eficiência Energética em Mobilidade Urbana

Objetivo: Reduzir emissões causadas pelos veículos nas cidades brasileiras com substituição gradual da utilização de combustíveis nocivos por tecnologias de propulsão ambientalmente amigáveis

Vigência: 2015- 2018

Instituição Brasileira: Ministério das Cidades

Aporte Estrangeiro: 2.000.000,00 de Euros

Projeto: Programa Eficiência Energética em Desenvolvimento Urbano Sustentável - BMZ

Subprojeto: Eficiência Energética Abastecimento Urbano de Água

Objetivo: Aprimorar as condições quadro que possibilitam o aumento de eficiência energética no setor de abastecimento de água urbano.

Vigência: 2015 - 2018

Instituição Brasileira: Ministério das Cidades

Aporte Estrangeiro: 2.500.000,00 Euros

Projeto: Economia Verde Inclusiva com foco na Sociobiodiversidade na Amazônia - BMZ

Objetivo: Fortalecer as capacidades de coordenação do MMA a respeito das políticas públicas para a valorização e uso sustentável da sociobiodiversidade

Vigência: 2015-2017

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 1.000.000,00 Euros

Projeto: Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia - Brasil – CAR - BMZ

Objetivo: apoiar a implementação consistente dos instrumentos de regularização ambiental (Cadastro Ambiental Rural -CAR, Programas de Regularização Ambiental - PRAs e Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADs) na Amazônia Legal.

Vigência: 2015-2017

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 5.000.000,00 Euros

Projeto: Regularização Fundiária na Amazônia Legal – TERRA LEGAL - BMZ

Objetivo: Melhorar a eficiência, eficácia e efetividade na destinação e titulação de terras públicas federais na Amazônia Legal.

Vigência: 2015-2017

Instituição Brasileira: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Aporte Estrangeiro: 2.500.000,00 Euros

Projeto: Biodiversidade e Proteção do Clima no Bioma Mata Atlântica –IKI
Objetivo: Contribuir para a conservação da biodiversidade e restauração e recuperação de áreas degradadas em mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para mitigar a mudança climática e adaptar-se as suas consequências na mata atlântica.
Vigência: 2013 - 2017
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro:6.435.000,00 Euros

Projeto: Prevenção, controle e Monitoramento de Queimadas no Cerrado - IKI
Objetivo: Complementar as ações de disseminação de experiências feitas no Jalapão desenvolvidos para o bioma Cerrado, com foco no monitoramento de incêndios e desmatamento.
Vigência:2015 - 2016
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro: 3.500.000,00 Euros

Projeto: Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas - IKI
Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB
Objetivo: Integrar atores públicos e privados no serviço ecossistêmico no processo de tomada de decisões no desenvolvimento de políticas estratégicas.
Vigência: 2013 – 2018
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro:3.500.000,00 Euros

Projeto: Projeto e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira – TERRAMAR - IKI
Objetivo: Gestão ambiental territorial integrada e participativa do espaço continental e marinho, contribuindo para conservação da biodiversidade.
Vigência: 2015 - 2020
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro: 6.000.000,00

Projeto: Projeto de Fomento ao Aproveitamento Energético do BIOGÁS no Brasil – PROBIOGÁS – BMZ DKT
Objetivo: Promover e fomentar, no Brasil, o aproveitamento energético do Biogás gerado a partir do tratamento de efluentes e de resíduos sólidos do setor de saneamento e também agropecuários
Vigência: 2013 - 2018
Instituição Brasileira: Ministério das Cidades
Aporte Estrangeiro: 10.000.000,00 Euros

Projeto Energia Heliotérmica – BMZ -DKTI
Objetivo: Capacitação às instituições Brasileiras em energia Heliotérmica por meio de cooperação científica, técnica e empresarial bilateral, de modo a preparar o país para a futura inserção competitiva desse formato de energia
Vigência: 2013 – 2018
Instituição Brasileira: MCTI
Aporte Estrangeiro:9.000.000,00 Euros

Projeto: Negócios Sustentáveis na Amazônia - BMZ
Objetivo: Apoiar o MDA no fortalecimento, adaptação e criação de modelos e instrumentos de gestão orientados ao mercado e para a promoção de negócios sustentáveis das cadeias da sociobiodiversidade.
Vigência: 2015 - 2017
Instituição Brasileira: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Aporte Estrangeiro: 1.000.000,00 euros

Projeto: Centro de Avaliação de Políticas de REDD (REDD PAC) - IKI

Objetivo: Desenvolver um grupo de modelos de uso da terra totalmente integrados com foco no Brasil e na região da Bacia do Congo

Vigência: 2011-2015

Instituição Brasileira: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Aporte Estrangeiro: 4.542.089,61

Projeto: Apoio à Introdução de um programa piloto de Logística reversa de refrigeradores no Brasil

Objetivo: Contribuir para a proteção da camada de ozônio e do sistema Climático Global, por meio do gerenciamento dos bancos de SDOs existentes nos aparelhos de refrigeração antigos, evitando que essas substâncias sejam lançadas na atmosfera durante o descarte e desmonte desses aparelhos.

Vigência: 2009 - 2016

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 6.041.226,00 Euros

Projeto: Projeto de Fortalecimento e Fomento das Cooperativas de Crédito no Brasil com ênfase no Norte e Nordeste -

Objetivo: Estabelecer estratégias para aperfeiçoamento para os instrumentos de regulamentação supervisão e fiscalização das cooperativas de crédito do Banco Central do Brasil

Vigência: 2011 - 2016

Instituição Brasileira: DRGV OCB

Aporte Estrangeiro:

Projeto: Disseminação de Energias Renováveis e Eficiência Energética nas Cidades

Objetivo: Aprofundar e expandir cooperação existente com foco na promoção de Projetos e iniciativas de fomento de energias renováveis e eficiência energética no Estado do Rio de Janeiro e Disseminação de boas práticas para outros estados

Vigência: 2012- 2016

Instituição Brasileira: SEDEIS - RJ

Aporte Estrangeiro: 2.500.000,00

Projeto: Inovações para Desenvolvimento Sustentável – NOPA – Novas Parcerias – BMZ

Objetivo: implementar Projetos teuto-brasileiros de pesquisas, em colaboração com os programas existentes de cooperação técnica, em apoio ao intercâmbio científico.

Vigência: até 2014 -

Instituição Brasileira: CAPES

Aporte Estrangeiro: 2.000.000,00 Euros

Projeto: Apoio às atividades de fomento e de concessão de colaboração financeira não reembolsável no âmbito do Fundo Amazônia - BMZ

Objetivo: Desenvolver e consolidar conhecimentos que aprimorem as formas de atuação do Fundo Amazônia no que tange ao planejamento, fomento, análise e acompanhamento de suas operações e auxiliem o alcance dos seus objetivos.

Vigência: 2010 -2015

Instituição Brasileira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Aporte Estrangeiro: 4.000.000,00

PROJETOS ENCERRADOS

Projeto: Modelagem Integrada da Conexão do Uso da Terra, Água e Energia nos Programas de Biocombustíveis Brasileiros - IKI

Objetivo: Informar aos tomadores de decisão sobre potenciais cenários de expansão dos biocombustíveis no Brasil, considerando as mudanças climáticas para formulação de políticas sensíveis para mitigação de impactos adversos no uso da terra.

Vigência: 2013 - 2015
Instituição Brasileira: UFRJ – COPPETEC
Aporte Estrangeiro: 1.179.320,00

Projeto: Monitoramento da Biodiversidade, com Relevância para o Clima em Áreas de Proteção sob Consideração de Medidas de Redução e Adaptação - IKI
Objetivo: Contribuir para a conservação da biodiversidade e a restauração / recuperação de áreas degradadas em mosaicos de unidade de conservação , contribuindo para mitigar a mudança climática a adaptar-se às suas consequências na mata atlântica.
Vigência: 2009 - 2015
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro:4.000.000,00

Projeto: Programa de Fontes Renovável e Eficiência Energética (ProfREE Programa Fontes de Energias Renováveis - BMZ
Objetivo: Elaboração de métodos de análise e modelos matemáticos destinados ao planejamento do sistema elétrico com a participação das fontes renováveis eólica, solar fotovoltaica e solar térmica. Elaboração de bases de dados para suporte ao planejamento do computo da eficiência energética nos modelos de planejamento do setor energético.
Vigência: 2013 - 2015 -
Instituição Brasileira: EPE
Aporte Estrangeiro: 6.000.000,00)

PROJETOS EM PREPARAÇÃO

Projeto: Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade (IQ) para Energias Renováveis e Eficiência Energética - BMZ
Objetivo: Fortalecer a infraestrutura da qualidade (IQ) nacional para o desenvolvimento das fontes renováveis de energia e eficiência energética.
Vigência: 36 meses
Instituição Brasileira: INMETRO
Aporte Estrangeiro: 500.000 euros

Projeto: Programa Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - IKI
Objetivo: revisar ou criar pelo menos 3 novos planos setoriais de incentivos a mitigação, integração e para referência de estudos/produtos e conceitos na implementação de planos de monitoramento, baseado nas recomendações feitas pelo Projeto de cooperação.
Vigência: 2016 - 2018
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro: 9.000.000,00 Euros

Projeto: Consolidação e Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC LifeWeb - IKI
Objetivo: Melhorar a coordenação do SNUC.
Vigência: 2013-2018
Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente
Aporte Estrangeiro: 5.000.000,00 Euros

Projeto: Programa Eficiência Energética e Desenvolvimento Urbano Sustentável - BMZ
Subprojeto: Eficiência Energética em Habitação Social
Objetivo: a definir
Vigência: 36 meses
Instituição Brasileira: Ministério das Cidades
Aporte Estrangeiro: 4.000.000,00 Euros

Projeto: Propulsão Eficiente em Áreas Urbanas – DKTI/BMZ
Objetivo: a definir
Vigência: 2016-2018

Instituição Brasileira: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Aporte Estrangeiro: 5.000.000,00 Euros

Projeto: Sistema de Energia do Futuro - BMZ

Objetivo:

Vigência:

Instituição Brasileira: MME

Aporte Estrangeiro:

Projeto: Proteção e Gestão Sustentável de Terras Indígenas (Funai II) - BMZ

Objetivo: Contribuir na implementação da política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas PNGATI, por meio do fortalecimento de instâncias e instrumentos de governança dessa política.

Vigência: 2016 - 2018

Instituição Brasileira: FUNAI

Aporte Estrangeiro: 2.000.000,00 Euros

Projeto: Beneficiamento de Biogás gerado em ETE para utilização como Gás Natural Veicular - IKI

Objetivo: Captação de gás gerado por digestores anaeróbicos da Estação de Tratamento de Esgotos da cidade de Franca, São Paulo, beneficia-los para qualidade de gás natural e disponibilizar biometano como combustíveis para automóveis.

Vigência: 36 meses

Instituição Brasileira: SABESP

Aporte Estrangeiro: 2.106.943,00

INICIATIVAS REGIONAIS / GLOBAIS com o envolvimento do Brasil

Projeto: Promoção e Restauração de Florestas e Paisagens – Projeto Regional – WRI - IKI

Objetivo: Implementar capacitação, em apoio ao FUNCATE, no aperfeiçoamento e adaptação de software de geoprocessamento. Projeto em parceria com a FAO Roma.

Vigência: 2013 - 2016

Instituição Brasileira: IMAZON

Aporte Estrangeiro: 4.000.000,00

Projeto Áreas Protegidas e Outras Medidas de Conservação Baseadas em Área no Nível de Governos Locais – IKI (PERU)

Objetivo: criação e gestão de reservas naturais locais na América Sul.

Vigência: 2014

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 4.700.000,00

Projeto: Desbloqueando as Finanças da Floresta – Mobilização de capital do setor privado para reduzir o desmatamento através de PPPs para florestas e Comunidades rurais

Objetivo: Desenvolver um modelo de financiamento que poderá aliviar a pressão do desmatamento, recompor florestas e realizar uma transição para um sistema de produção sustentável, ao mesmo tempo em que conserva florestas e promove o desenvolvimento rural em base sustentável em cada uma das regiões do estudo de caso.

Vigência: 2012 - 2016

Instituição Brasileira: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Mato Grosso)/ Instituto de Mudanças Climáticas (Acre)

Aporte Estrangeiro: 3.723.493,97 Euros

PROPOSTAS SOB ANÁLISE

Projeto: Desenvolvimento de Capacidades para o apoio à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil - IKI

Objetivo: a definir

Vigência: 2016 -2018

Instituição Brasileira: Ministério das Cidades

Aporte Estrangeiro: 5.000.000,00 Euros

Projeto: Combustíveis Alternativos - IKI

Objetivo: a definir

Vigência:2016 -2018

Instituição Brasileira: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Aporte Estrangeiro: 5.000.000,00 Euros

Projeto: Desenvolvimento Urbano e Clima nas Cidades Brasileiras - IKI

Objetivo: a definir

Vigência: a definir

Instituição Brasileira: Ministério das Cidades

Aporte Estrangeiro:

Projeto: Plano Nacional de Adaptação - IKI

Objetivo: Aumentar a resiliência do clima brasileiro por meio de implementação efetiva de uma política nacional de adaptação.

Vigência: 2016 - 2021

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 9.700.000,00 Euros

Por ocasião da organização da Reunião de Negociações Intergovernamentais Brasil Alemanha, realizada em Agosto de 2015, a ABC recebeu 11 demandas de cooperação que, possivelmente, serão reapresentadas como propostas oficiais em 2016:

1. Projeto de Energia Fotovoltaica na Indústria e Comércio – MDIC
2. Projeto para previsão de eventos extremos – SEMA AC
3. Projeto para Gestão do CAR – SEMA AC
4. Compartilhamento de benefícios dos recursos genéticos – IBAMA MMA
5. Detecção e controle do desmatamento – IBAM MMA
6. Projeto SINAFLORE – IBAMA MMA
7. Centro de Excelência no Cerrado – SEMA GDF
8. Certificação Orgânica - MAPA
9. Sistemas de Produção Sustentáveis – MAPA
10. Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa – INPE
11. Melhoria do Programa Operacional Brasileiro de monitoramento de Incêndios Florestais - INPE

Espanha

Em Execução

Projeto: Políticas de Promoção da Igualdade Racial no âmbito da Década Internacional dos Afrodescendentes

Objetivo: Difundir os avanços, nos últimos 12 anos, das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil.

Vigência: 2015 - 2016

Instituição Brasileira: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Aporte Estrangeiro: 70.000,00 euros

Projeto: Apoio as políticas públicas do Brasil no combate a desertificação e meio ambiente, com ênfase em recursos hídricos e energias renováveis.

Objetivo: Apoiar as políticas públicas de combate à desertificação por meio da capacitação e inovação social para o desenvolvimento e convivência com o semiárido.

Vigência: 2015 - 2016

Instituição Brasileira: Ministério do Meio Ambiente

Aporte Estrangeiro: 110.000,00 euros

Encerrados em 2015

Projeto: “Apoio a formulação e implementação do Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas - SECTI”

Objetivo: Criar um clima propício para a implementação de uma política de desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação, com base nas vocações e demandas locais para a geração de riqueza e redução das desigualdades sociais no Estado de Alagoas.

Vigência: 2011 - 2015

Instituições Brasileiras: - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Estadual de Alagoas; Confederação Nacional da Indústria e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Aporte Estrangeiro: US\$ 595,520.95

Projeto: “Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Lácteos e Ovino-caprino - SEAGRI”

Objetivo: Melhor a qualidade de vida das populações mais carentes dedicadas ao setor agropecuário no Estado de Alagoas

Vigência: 2011 - 2015

Instituição Brasileira: - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Alagoas

Aporte Estrangeiro: US\$ 810,220.70

Projeto: “Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Aqüicultura e Pesca - SEPAQ”

Objetivo: Criar um clima propício para a implementação de uma política de desenvolvimento, por meio do aumento do valor agregado dos produtos agropecuários, pesqueiros e agrícolas no Estado de Alagoas, gerando riqueza e reduzindo as desigualdades sociais no Estado.

Vigência: 2012 - 2015

Instituição Brasileira: - Secretaria de Agricultura e Pesca de Alagoas

Aporte Estrangeiro: US\$ 197,684.60

Projeto: “Fortalecimento das Capacidades do Estado de Alagoas em Formação de Gestores Públicos - SEPLANDE”

Objetivo: Fortalecer a gestão pública no Estado de Alagoas.

Vigência: 2011 - 2015

Instituição Brasileira: - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Alagoas.

Aporte Estrangeiro: US\$ 2,865,663.35

Estados Unidos

Em Execução

Projeto: Conservação de Recursos Biológicos da Amazônia

Objetivo: Promoção do Desenvolvimento sustentável da Região Amazônica Brasileira pelo apoio aos esforços à conservação dos recursos biológicos no sistema de áreas protegidas da Amazônia, em alinhamento com os esforços do Programa ARPA

Vigência: Em negociação

Instituição Brasileira: MMA

Aporte Estrangeiro: 50.000.000,00 USD

França

Em execução:

Projeto: Novas Metodologias e Práticas Silviculturais para uma Produção Sustentável das Plantações de Eucaliptos no Brasil.

Objetivo: aproveitamento das informações sobre o funcionamento das plantações de eucaliptos em povoamentos mono-específicos e consorciados com espécies leguminosas obtidas neste projeto para promover uma silvicultura com o melhor dos recursos naturais e menos impactante sobre o meio ambiente. Uma redução dos insumos nas plantações de eucaliptos beneficiará em primeiro lugar aos pequenos produtores com baixa renda.

Vigência: 2010 a 7/5/2019

Instituição brasileira: USP-ESALQ, IPEF (São Paulo e Piracicaba)

Instituição francesa: Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento - CIRAD

Encerrados em 2015

Projeto: Monitoramento Espacial Hidrológico na Bacia Amazônica

Objetivo: Desenvolver metodologias para a integração dos dados de altimetria espacial e de sensoriamento remoto óptico para as tarefas operacionais da ANA relacionadas ao monitoramento hidrometeorológico, tendo em conta a calibração e a validação de dados satelitários por radares altimétricos e radiômetros com vistas à geração de dados hidrológicos complementares de uma rede de estações virtuais na Bacia Amazônica e da qualidade da água de açudes e reservatórios em outras regiões do país

Vigência: 12/2015

Instituição brasileira: Agência Nacional de Águas-ANA

Instituição Francesa: Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento-IRD

Projeto: Desenvolvimento Tecnológico da Produção de Carvão Vegetal e Caracterização da Matéria-Prima Sustentável Utilizada pelo Setor Siderúrgico

Objetivo: Promoção, avaliação e difusão da aptidão silvicultural dos materiais genéticos superiores selecionados para aperfeiçoar as práticas atuais dos pequenos e grandes produtores de carvão vegetal no Brasil.

Vigência: 22/12/2010 a 22/12/2015

Instituição brasileira: Universidade de Lavras-MG

Instituição francesa: Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento - CIRAD

Japão

Em Execução

Projeto: Promoção e Desenvolvimento de Capacidades de Profissionais para a Indústria Naval e Desenvolvimento do Offshore no Brasil.

Objetivo: Indústria naval e desenvolvimento do *offshore* fortalecidos por meio do desenvolvimento de capacidades responsáveis pela política industrial e pelo sistema industrial brasileiro de serviços tecnológicos e industriais e: Política industrial de *Shipbuilding* e sistema industrial de serviços tecnológicos e educacionais são melhorados, com base nas demandas para desenvolvimento da indústria naval e de offshore.

Vigência: 2014 - 2018

Instituição Brasileira: Ministério do Desenvolvimento, Indústria de Comércio Exterior (MDIC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Aporte Estrangeiro: N/A

Projeto: Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres Naturais.

Objetivo: Estratégia nacional para gestão do risco de desastres naturais é fortalecida; e ciclos de gestão de desastres, que consistem em planos de expansão urbana, protocolos de alerta antecipado previsão, monitoramento e predição, são estabelecidos com base em mapeamento e análise de riscos.

Vigência: 2013 - 2017

Instituição Brasileira: Ministério das Cidades (MCid); Ministério da Integração (M. Int); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT&I) e Ministério das Minas e Energias (MME) / CPRM

Aporte Estrangeiro: U\$8,418,424

Projeto: Melhoria da Logística Reversa de Resíduos Elétricos e Eletrônicos (E-waste)

Objetivo: Estimular a execução da Logística Reversa de E-waste

Vigência: 2015 - 2018

Instituição Brasileira: MCTI, MMA

Aporte Estrangeiro: Não informado pela parte japonesa

Projeto: Projeto Difusão Nacional da filosofia de de Polícia Comunitária – SENASP

Objetivo: Fortalecer e multiplicar a polícia comunitária no Brasil por meio da realização de cursos de capacitação, treinamentos e palestras refreadadas no sistema Koban de policiamento

Vigência: 2015 - 2018

Instituição Brasileira: SENASP

Aporte Estrangeiro: Não informado pela parte japonesa

Em Negociação

Projeto: Projeto ALOS 2 e desenvolvimento do “Projeto Desenvolvimento de Capacidades para a Promoção do Monitoramento da Cobertura do Solo, do Desmatamento e da Degradação Florestal”

Objetivo: Em negociação

Vigência: a definir

Instituição Brasileira: MMA

Aporte Estrangeiro: Não informado pela parte japonesa

Encerrados em 2015

Projeto: Projeto de Capacitação para o Reajuste de Terrenos em Curitiba

Objetivo: O método de reajuste de terrenos é utilizado no Município de Curitiba como uma ferramenta de desenvolvimento urbano para o controle e prevenção do crescimento urbano desordenado, maior produção de habitação social, melhoria da mobilidade e revitalização do centro da cidade.

Vigência: 2011/2012 – 2015

Instituição brasileira: Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba-IPPUC

Projeto: Treinamento no Japão / Projeto de Capacitação para a Indústria Automotiva Brasileira

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade e produtividade do setor de produção de autopeças brasileiro; e Desenvolver capacidades e estruturar instituições brasileiras de formação técnica e profissional e de educação corporativa com atuação no setor automotivo para apropriação de conhecimentos do Japão em gestão do mercado, gestão de negócios, gestão de pessoas, inovação e sustentabilidade e manufatura e "supply chain".

Vigência: 2016-2018

Instituição Brasileira: - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotivos (SINDIPEÇAS); e Serviço de Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)*

Aporte Estrangeiro: N/A

Projeto: Treinamento no Japão / Capacitação para Estruturação de Programas de Formação Metroferroviária da Universidade Corporativa da Companhia do Metropolitano de São Paulo

Objetivo: Promover captação, transferência, absorção e desenvolvimento de conhecimento sobre tecnologias e experiências de aprendizagem para instrumentalizar a Companhia do Metropolitano de São Paulo a atuar de forma eficiente e eficaz ao promover a formação e qualificação das equipes de implantação, operação e manutenção

Vigência: 2016-2019

Instituição Brasileira: Universidade Corporativa da Companhia do Metropolitano de São Paulo

Aporte Estrangeiro: N/A

Projeto: Projeto para o Fortalecimento de Capacidade em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Objetivo: Fortalecimento da capacidade do IPPUC e de relevantes organizações para a promoção do Desenvolvimento de Comunidade Sustentável.

Vigência: 2016-2020 (em fase final de negociação)

Instituição brasileira: Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba-IPPUC

Quadro resumido dos programas de CT bilateral

Alemanha	[19] projetos em execução [00] atividades em execução [08] projetos em negociação [04] sob análise 3 Iniciativas globais incluindo o Brasil 2 Programas: a) peritos, b) trilateral	[US\$] aportes externos	(principais resultados das negociações intergovernamentais 2015) [06] Ajustes Complementares assinados
Cingapura	20 treinamentos oferecidos para brasileiros/2015		[xx] cursos divulgados pela CGCB
Espanha	[02] projetos em execução [04] projetos finalizados [00] atividades em execução [00] projetos em negociação	[US\$] aportes externos 16,429,029.63	(alinhamento programático previsto) [01] Memorando de Entendimento assinado Estabelecimento de Mecanismo Conjunto de Coordenação
Estados Unidos	[01] projetos em execução [00] atividades em execução [00] projetos em negociação	[US\$] aportes externos	(situação de assinatura/DOAG)
França	[01] projetos em execução [00] atividades em execução [2] projetos finalizados [00] projetos em negociação	[US\$] aportes externos 18,306,000.00	Estabelecimento de Mecanismo Conjunto de Coordenação (alinhamento programático previsto)
Japão	[04] projetos em execução [00] atividades em execução [04] projetos finalizados [01] projetos em negociação	[US\$] aportes externos	Ajustes Complementares em negociação (modelo) enviado ao Japão

Quadro Detalhado dos Projetos de CT Trilateral

Alemanha

Em Execução

Projeto: Fortalecimento Técnico e Institucional do Instituto Nacional de Normalização de Qualidade de Moçambique (FORTINNOQ - FASE II). BRA/13/008/S232	Objetivo(s): Contribuir ao melhoramento da qualidade dos produtos feitos em Moçambique, bem como aumentar sua competitividade no mercado internacional, contribuindo assim ao desenvolvimento sustentável do País em suas esferas econômica, social e ambiental.	Resultados/Situação: O Projeto <u>deu início à Fase II</u> com a elaboração do PCT em abril de 2015 para o período de 2015-2016. A Fase II pretende consolidar os sucessos alcançados nas fases anteriores e garantir sustentabilidade e resposta à demanda do mercado moçambicano. A Fase II do FONTINNOQ pretende fortalecer e consolidar a capacidade dos serviços do INNOQ com ferramentas técnicas e de gestão com vistas a atender a procura dos setores econômicos no âmbito da normalização, metrologia e avaliação da conformidade. Em 2015, foram realizadas no âmbito da ABC/INMETRO/GIZ sete atividades na área de comunicação e normas da ABNT.	ABC: US\$ 300.000,00 Alemanha: US\$ 400.000,00 Moçambique: US\$ 318.000,00 Total: US\$ 1.018.000,00
Instituições Executoras: ALEMANHA GIZ, PTB Brasil - INMETRO Moçambique			

INNOQ		Em fevereiro de 2016 foram realizadas reuniões do Comitê de Coordenação Conjunta (CCC) e da Unidade de Gestão (UG) para revisão do projeto.	
Vigência: 2015-2017			

JAPÃO

Em Execução

<p>Projeto: Plano Diretor de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala - Moçambique - ProSAVANA PD - BRA/04/044-S361</p>	<p>Objetivo(s): <u>Objetivo de Desenvolvimento:</u> Formular um plano diretor para o desenvolvimento da agricultura, que contribua para o desenvolvimento econômico e social através da promoção de investimentos em sistemas produtivos sustentáveis e da redução da pobreza no Corredor de Nacala / Moçambique.</p>	<p>Resultados/Situação: O projeto já cumpriu 100% de execução técnica, tendo a consultoria FGV entregue todos os produtos previstos. No momento, negocia-se a formatação de uma versão final do Plano Diretor, harmonizada entre os três países. Acordou-se, ainda em 2014, uma versão do "Draft Zero" do Plano Diretor, a ser submetida a consulta pública junto à sociedade civil moçambicana, com vistas a incorporar suas contribuições ao documento. Ao longo de 2015, realizaram-se as referidas consultas, no entanto, conclusão a respeito de uma versão final.</p>	<p>ABC: US\$ 1,322,858,08 Japão: US\$ 0,00 Moçambique: US\$ 0,00 Total: US\$ 1.322,858,08</p>
<p>Instituições Executores: Brasil Fundação Getúlio Vargas (FGV) Moçambique MINAG</p>	<p><u>Indicadores:</u> a) conclusão do documento do plano diretor b) discussões realizadas com a sociedade civil, para definir os aportes a serem incorporados no documento promoção de investimentos na região do Corredor de Nacala.</p>		
<p>Projeto: Projeto de Fortalecimento do Sistema Nacional de da Extensão Rural de Moçambique. BRA/13/008-S033</p> <p>Instituições Executores: Brasil Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Moçambique DNEA</p>	<p>Objetivo(s): <u>Objetivo de Desenvolvimento:</u> Fortalecer a capacidade institucional dos serviços e do sistema de extensão agrária de Moçambique.</p> <p><u>Objetivos Específicos:</u> 1. Aprimorar capacidades de agentes de extensão agrária para o uso e aplicação do Sistema de Informações Georreferenciado (SIG), no planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços de extensão;</p>	<p>Resultados/Situação: O projeto, iniciado efetivamente em 2013, já viabilizou missões de identificação de cenários e capacitação em Moçambique, bem como missão ao Brasil, para treinamento de técnicos moçambicanos dos DPAs e da DNEA.</p> <p>No momento está em validação a proposta brasileira para viabilizar ações até 2019, o que corresponde a um ciclo de capacitação em extensão rural, com vistas a fortalecer os serviços de extensão rural em Moçambique.</p> <p>A atuação do Lado Brasileiro dar-se-á com base nos quatro eixos prioritários, que expressam a demanda manifesta pelo Governo Moçambicano:</p>	

	<p>2. Introduzir e adaptar técnicas e processos produtivos da agricultura de conservação como forma de preservação dos recursos naturais.</p> <p>3. Introduzir e adaptar técnicas e processos para aprimorar a produção sustentável de alimentos;</p> <p>4. Aprimorar capacidades de agentes de extensão agrária para o acompanhamento e avaliação contínua dos Serviços de Extensão Rural de Moçambique</p>	<p>a) Organização, Sistemas e Métodos de Extensão Rural</p> <p>b) Agricultura de Conservação / Agroecologia</p> <p>c) Georreferenciamento</p> <p>d) Pós-colheita (agroprocessamento, comercialização etc.)</p> <p>No momento, realizam-se as gestões finais, por parte da ABC e da DNEA, para viabilizar a assinatura do projeto.</p> <p>Ademais, realizou-se, há pouco, a primeira missão para treinamento, pelo SENAR, em metodologia de treinamento da entidade.</p>	
--	--	---	--

Projeto: Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia do Corredor de Nacala, em Moçambique – ProSAVANA PI. BRA/13/008 S033	Objetivo / Indicadores	Situação /	Composição de Valores (US\$)
Instituições Executoras Embrapa (Brasil) IIAM (Moçambique) JICA (Japão).	Tecnologia agrícola apropriada é adotada no Corredor de Nacala.	<p>Os contingenciamentos orçamentários do governo brasileiro afetaram sobremaneira a execução das atividades sob a responsabilidade do Brasil, atrasando o cronograma de missões e treinamentos, impedindo a compra de equipamentos agrícolas e a construção do laboratório multifuncional em Lichinga. Não obstante, também houve atrasos na implementação das atividades sob a responsabilidade do Japão, a exemplo da construção do laboratório de solos em Nampula, e aportes financeiros e humanos insuficientes por parte do lado moçambicano.</p> <p>No final de 2015, as partes acordaram sobre a necessidade de prorrogar a vigência do projeto trilateral até final de 2017 para consolidar os resultados alcançados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 6.422.680,00 • Embrapa: 6.182.200,00 (horas técnicas) • MINAG (Moçambique): 2.025.230,00 • JICA: 10.000.000,00 • Total: 18.447.910,00 (financeiro) 6.182.200,00 (não)

Documento de formalização / Vigência 2009 - 2016			financeiro). <ul style="list-style-type: none"> Executado pela ABC: 1.561.834,63
--	--	--	--

JAPÃO (Encerrados em 2015) – TCTP

Projeto: TCTP / CURSO INTERNACIONAL EM PRÁTICAS DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE URBANA BRA/13/008-S212	Objetivo(s): Contribuir para a prática de gestão urbana sustentável nos países beneficiários; e Melhorar a capacidade técnica de gestores públicos na área de planejamento e gestão urbana, bem como de práticas sustentáveis nos países beneficiários.	Resultados/Situação: Ao longo das 5 edições – a se completarem em março/2016, terão sido capacitados 60 técnicos estrangeiros, da América Latina e Caribe, e África. No momento, realizam-se os preparativos finais para a última edição do curso, oportunidade na qual se fará, também avaliação quantitativa e qualitativa da capacitação.	ABC - Japão 333.885.00 USD IPPUC 143.095.00 USD
Instituições Executoras: Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).			
Vigência: 2011-2015 (a última edição do curso aconteceu no ano fiscal japonês de 2015, que se encerrará em abril de 2016). Assim, as atividades correspondentes ainda estão em curso.			

Projeto: TCTP / Curso Internacional de Fortalecimento do Monitoramento Ambiental de Mercúrio na Rede Pública de Saúde. BRA/13/008-S185	Objetivo(s): Fortalecer a Vigilância do Hg nos países pan-amazônicos a partir de estruturação de Redes de Centros Colaboradores, transferência de conhecimentos tendo como centro irradiador o Instituto Evandro Chagas (IEC) com organização treinamentos técnico-científicos em epidemiologia ambiental, avaliação	Resultados/Situação: Ao longo das 4 edições – O projeto teve em 2015 sua quinta e última edição, tendo a coordenação técnica do curso optado por fazer uma reunião internacional com alunos do curso avançado para alunos egressos do curso básico. Em 2015, participaram do treinamento 14 técnicos de 4 países: Colômbia, Peru, Suriname e Venezuela. O curso realizou a capacitação anual de 20 técnicos de países pan-amazônicos, divididos em dois módulos: a) Epidemiologia em Saúde Ambiental, b) Análises Laboratoriais de Hg e MeHg	ABC 88.000.00 USD Japão 675.600.00 IEC 256.000,000
Instituições Executoras: Instituto Evandro Chagas (IEC)			
Vigência: 2011-2015			

	clínica e análises laboratoriais de Hg e MeHg em amostras biológicas e ambientais e estimular a implementação de pesquisas no âmbito da Vigilância Ambiental do Mercúrio.	Em 4 edições, foram capacitados 10 estrangeiros em 2012, 10 em 2013, 20 estrangeiros em 2014, e 14 em 2015.	
--	---	---	--

Projeto: Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças BRA/13/008-S214 Instituições Executoras: Embrapa Hortaliças (Brasília - DF) Vigência: 2011 - 2015	Objetivo(s): Contribuir com a melhoria das práticas de produção e hortaliças, por meio da capacitação de 20 profissionais, anualmente, da área produção de hortaliças dos países selecionados com a finalidade de formar mão de obra qualificada para a melhoria dos sistemas de hortaliças. Países atendidos: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe.	Resultados/Situação: Os Cursos na modalidade de TCTP(Third Country Training Course) são importantes ferramentas de capacitação que têm com objetivo capacitar técnicos de países em desenvolvimento. Foram oferecidos quatro treinamentos nessa modalidade na área de hortaliças, no período de 2011 a 2015, realizados pela Embrapa Hortaliças. Os cursos foram promovidos pela Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA e pela Agência Brasileira de Cooperação-ABC/MRE, com apoio de empresas e entidades públicas e privadas que atuam na com Hortaliças. Com a realização deste quarto e último curso, encerram-se os treinamentos que, no ano de 2015 capacitaram 39 técnicos de cinco países da África. O 4º Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças, a exemplo das três edições anteriores, foi planejado para atender profissionais com experiência em produção de hortaliças com atuação nas áreas do sistema de cultivo, assistência técnica e pesquisa agropecuária, com preferência para os países africanos de língua portuguesa.	Projeto concluído: Execução orçamentária (US\$ ABC (US\$ 495.000,00) Japão 422.425.00
---	---	---	---

Projeto: TCTP / Curso Internacional de Capacitação Em Sistemas de Tecnologia Agroflorestal BRA/13/008-S189 Instituições Executoras: EMBRAPA / Amazônia Oriental Vigência:	Objetivo(s): Promover a capacitação em técnicas e conhecimentos sobre tecnologias agroflorestais, para a incorporação de sistemas de uso da terra, que minimizem alterações biofísicas resultantes da prática agrícola tradicional em uso pelos países beneficiários.	Resultados/Situação: Ao longo das 4 edições, Em 4 edições, foram capacitados 10 estrangeiros em 2012, 10 em 2013, 20 estrangeiros em 2014, e 14 em 2015.	ABC: 47.625,00 USD Japão 97.310,00 USD
---	---	--	---

<p>Projeto: Curso Internacional de Produção, Pós-colheita e Processamento Industrial do Caju - BRA/13/008-S187</p>	<p>Objetivo(s): Contribuir com a melhoria das práticas de produção e processamento industrial do caju, por meio da capacitação de 22 profissionais, anualmente, da área agrícola dos países selecionados com a finalidade de formar mão de obra qualificada para a melhoria dos sistemas de produção de caju. Países atendidos: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Bolívia, Colômbia, Haiti, Honduras e Venezuela</p>	<p>Resultados/Situação: Os Cursos na modalidade de TCTP(Third Country Training Course) são importantes ferramentas de capacitação que têm com objetivo capacitar técnicos de países em desenvolvimento. Cinco treinamentos nessa modalidade foram oferecidos na área da cajucultura no período de 2011 a 2015, realizados pela Embrapa Agroindústria Tropical. Os cursos foram promovidos pela Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA e pela Agência Brasileira de Cooperação-ABC/MRE, com apoio de empresas e entidades públicas e privadas que atuam na cajucultura. Com a realização deste quinto e último curso, encerram-se os treinamentos que capacitaram 95 técnicos de nove países da África, América Latina e Ásia.</p>	<p>Projeto concluído: Execução orçamentária (US\$ 149.512,57) dos recursos previstos (US\$ 357.500,00)</p>
<p>Instituições Executoras: Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza-CE)</p>			
<p>Vigência: 2011 a 2015</p>		<p>O 5º Curso Internacional de Produção, Pós-colheita e Processamento Industrial do Caju, a exemplo das quatro edições anteriores, foi planejado para atender profissionais com experiência em cajucultura com atuação nas áreas do sistema de cultivo, assistência técnica e pesquisa agropecuária, com preferência para os países africanos de língua portuguesa.</p>	

<p>Projeto: Programa Internacional para Capacitação Intensiva para a Gestão Ambiental de Substâncias Químicas e seus Resíduos, em especial Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Mercúrio Hg); Curso I (2012-2016) BRA/13/008 -S213</p> <p>Módulo II Gestão Ambientalmente adequada das Substâncias Químicas, em especial os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Mercúrio (Hg) e Técnicas de coleta de Amostras em Matrizes Ambientais; Curso II (2012-2016) –</p> <p>Módulo III Determinação de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Mercúrio (Hg) em Matrizes de Amostras Ambientais; Curso III (</p> <p>Instituição Executora: CETESB</p> <p>Vigência: 2012-2016</p>	<p>Objetivo:</p> <p>Capacitar anualmente cerca de 30 especialistas, sendo até 10 vagas para cada um dos três Cursos com participações de países da América Latina e de regiões do Caribe e da África de língua portuguesa (PALOP's).</p>	<p>Status: Projeto concluído</p> <p>Nível de Execução Técnica: 80%</p> <p>O projeto atingiu até dezembro de 2014 com cerca de 60% dos seus objetivos técnicos propostos executados . O curso para capacitar especialistas de países da América Latina e de regiões do Caribe e da África de língua portuguesa (PALOP's). A edição do ano fiscal de 2015 foi executado em janeiro e fevereiro de 2016, com a realização de dois cursos, I e II. Os cursos foram modelados para atenderem ao Caribe de língua inglesa, além de alguns outros já participantes de rodadas anteriores de língua espanhola.</p> <p>A última edição do treinamento foi realizada em janeiro a fevereiro de 2016, concluindo a rodada de treinamentos prevista e contou com participantes caribenhos, em especial do caribe de língua inglesa. Assim, o treinamento foi excepcionalmente oferecido em inglês para que atendesse àquele grupo bastante específico.</p> <p>O projeto foi concluído com êxito, cumprindo com quase que a totalidade dos treinamentos previstos no RD.</p>	<p>ABC: US\$ 14.624,49</p> <p>CETESB US\$ 26,464.00</p> <p>Contrapartes: Japão US\$ 312,230.00</p> <ul style="list-style-type: none"> • Total: US\$ 353,318.49 • Executado: US\$ 4.081,44
--	---	---	---

JAPÃO (Em Negociação)

<p>Título: Proposta de projeto em Administração Hospitalar e Sistema de Saúde de Guatemala</p> <p>Instituições Executoras: Hospital das Clínicas de São Paulo</p>	<p>Objetivo(s):</p> <p>Formação de profissionais de saúde na área de controle de qualidade e administração hospitalar</p>	<p>Resultados/Situação:</p> <p>Proposta de iniciativa trilateral ainda em negociação com o governo do Japão e Guatemala</p>	
<p>Vigência: 2016 – 2018</p>			

--	--	--	--

<p>Título: Proposta de Projeto para formação de profissionais de saúde em Moçambique</p> <p>Instituições Executoras: Faculdade de Educação da USP - FIUSP</p> <p>Vigência: 2016 - 2018</p>	<p>Objetivo(s): Estabelecer um modelo nacional de formação para profissionais de saúde em Moçambique</p>	<p>Resultados/Situação: Proposta de iniciativa trilateral ainda em negociação com o Governo do Japão e Moçambique.</p>	
---	---	---	--

<p>Título: Proposta de Projeto para formação de profissionais de saúde na área de HIC/AIDS em Moçambique</p> <p>Instituições Executoras: CRT - Centro de Referência e Treinamento de São Paulo – Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo</p> <p>Vigência: 2016 - 2018</p>	<p>Objetivo(s): Projeto visa estender a formação de profissionais de Saúde em HIV/AIDS às cidades do corredor de Nacala</p>	<p>Resultados/Situação: Proposta de Iniciativa trilateral ainda em negociação com o Governo do Japão e Moçambique</p>	
--	--	--	--

<p>Título: Proposta de Projeto para fortalecer as instituições de formação de técnicos do Setor Industrial em Países Africanos de Língua portuguesa</p> <p>Instituições Executoras: SENAI / CNI</p> <p>Vigência: 2016 - 2019</p>	<p>Objetivo(s): Contribuir para elevar a performance das instituições de formação dos PALOP e Timor Leste, por meio da modernização e estruturação do Centro de Internacional de Excelência em Formação Profissional do SENAI – Curitiba, servindo como referência de excelência em favor de PALOP e Timor Leste.</p>	<p>Resultados/Situação: Proposta de Iniciativa trilateral ainda em negociação com o Governo do Japão e PALOPS</p>	
---	--	--	--

Título: Apoio ao Estabelecimento da filosofia de Polícia Comunitária na Guatemala	Objetivo(s): fomento do enfoque de polícia comunitária na instituição policial da Guatemala para criação de um modelo próprio de Polícia Comunitária com fortalecimento	Resultados/Situação: Proposta recebida do lado Guatemalteco foi analisado pela ABC e se encontra em fase de esclarecimentos com a PMESP	Em negociação
Instituições Executoras: PMESP PNC GUATEMALA	institucional da academia de polícia e PNC por meio de planos pilotos em 06 departamentos da Guatemala com foco no desenvolvimento de subdelegacias modelo,		
Vigência: em negociação	criação da equipe gestora, formação de pessoal policial.		

Código: Em negociação Título: Apoio ao Estabelecimento da filosofia de Polícia Comunitária de El Salvador – FASE II.	Objetivo(s): Fomento do enfoque de polícia comunitária na instituição policial de El Salvador (PNC e ANSP) pelo fortalecimento institucional dessas instituições, tendo como foco o desenvolvimento de subdelegacias modelo, criação da	Resultados/Situação: Foi feita análise técnica pela ABC e encaminhada para análise pelo lado salvadorenho A proposta trilateral se encontra em fase fina de análise por parte do lado Salvadorenho.	Em negociação
Instituições Executoras: PMESP PNC El Salvador	criação da equipe gestora, formação de pessoal policial com elaboração de currículo.		
Vigência: Em negociação			

Estados Unidos

<p>Projeto: Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique BRA/13/008 S186</p>	<p>Objetivo / Indicadores</p> <p>Fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique, em apoio aos programas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos no âmbito da GHFSI – Iniciativa global de combate à fome e Segurança Alimentar.</p>	<p>Situação /</p> <p>O projeto foi concluído em novembro de 2015 com evento de encerramento na Estação Agrária de Umbelúzi (IIAM) e publicação do livro "Horticultura em Moçambique: características, tecnologias de produção e de pós-colheita", com artigos de pesquisadores do IIAM, da Embrapa, da Universidade da Flórida e da Universidade Estadual de Michigan, que trazem os resultados de pesquisa alcançados com o projeto.</p> <p>O projeto foi bem avaliado pelas partes e espera-se que as negociações para uma possível segunda fase comecem ainda em 2016.</p>	<p>Composição de Valores (US\$)</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: 577.295,00 • Embrapa: 519.200,00 (horas técnicas) • MINAG (Moçambique): 207.360,00 • USAID: 1.102.887,00 • Total: 1.887.542,00 (financeiro) 519.200,00 (não financeiro). • Executado pela ABC: 274.496,31
<p>Instituições Executoras</p> <p>Embrapa (Brasil) - IIAM (Moçambique) Universidade da Flórida (EUA) - Universidade Estadual de Michigan (EUA).</p>			
<p>Documento de formalização / Vigência</p> <p>Ajuste complementar ao Acordo Básico entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a implementação do projeto "Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique".</p> <p>Vigência: 2011 - 2015.</p>			

<p>Projeto: Apoio Técnico Suplementar ao desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique: BRA/13/008 -S177</p>	<p>Objetivo / Indicadores</p> <p>- Expansão de formação de gestores para acelerar o processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PNAEM); - Elaboração de diagnóstico da infraestrutura das escolas e o estado nutricional dos alunos de uma área geográfica seleccionada, e situação agrícola, agroprocessamento e outras variáveis condicionantes relativas ao PNAEM; - Desenho e implementação de uma avaliação de impacto abrangente que permita a ampliação das lições da experiência do piloto do projecto tripartido</p>	<p>Situação /</p> <p>Nível de Execução do Projeto: 60%</p> <p>Em abril de 2015, houve um levantamento das condições alimentares nas escolas eleitas pelo projeto e no dia 4 de junho de 2015 foi realizado um seminário conjunto para apresentar os resultados da pesquisa e capacitar 12 atores moçambicanos (merendeiros, trabalhadores de escola, dentre outros) em boas práticas alimentares.</p> <p>Ainda no ano de 2015, algumas atividades conjuntas foram realizadas, no entanto, muito menos do que foi previsto no cronograma inicial. Foram realizadas atividades em maio e novembro de 2015 de capacitação com envolvimento de especialistas brasileiros, em Maputo.</p> <p>Com o intuito de adequação do</p>	<p>Composição de Valores (US\$)</p> <p>ABC: US\$ 473.828,60</p> <p>MINED: US\$ 45,240.00 FNDE: US\$ 99,840.00 USAID: US\$ 818,000.00 Total: US\$1,350,888.00 Executado: US\$ 273.116,20 Saldo em 31/12/2014: US\$138.000,00</p> <p>Observações: O subprojeto foi encerrado no BRA/04/044-S244 e o seu saldo foi zerado, após 31/12/2014. A iniciativa foi migrada para o BRA 13/008-S177 e o seu saldo atual é de US\$ 116.200,00.</p>
<p>Instituições Executoras</p> <p>Brasil: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE/MEC</p> <p>Contrapartes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moçambique: Ministério da Educação de Moçambique (MINED) • Estados Unidos: USAID <p>Universidade da Flórida (UF) e Universidade Estadual de Michigan (MSU)</p>			
<p>Vigência: 2011 - 2016</p>			

	para auxiliar na implementação do PNAEM.	projeto para que haja a conclusão do projeto em meados de 2016, houve uma reunião de coordenação, em fevereiro de 2016. Cabe registro que a iniciativa teve vários impactos relativos as mudanças do quadro de coordenação pelo lado do FNDE e do MINEDH. Em especial, o parceiro moçambicano recebeu uma nova equipe, com duas coordenadores nesse interim, assim, alguns ajustes e adaptações serão necessários para a referida adequação.	

Projeto	Objetivo / Indicadores	Situação /	Composição de Valores (US\$)
Reforço à Segurança Alimentar e Nutricional na Região Sul de Honduras, fase 1 - BRA/13/008 S175	Diversificação da agricultura de pequenos produtores da região Sul de Honduras (Departamentos de Choluteca, Valle e La Paz), com foco em segurança alimentar e sustentabilidade dos sistemas produtivos.	<p>O projeto, previsto para encerrar suas atividades em dezembro de 2015, postergou sua última atividade de execução para fevereiro de 2016.</p> <p>A avaliação dos quatro projetos trilaterais em agropecuária em Honduras (Segurança Alimentar, Caju, Gergelim e Apicultura) ocorrerá conjuntamente em missão prevista para abril de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 73.354,00 • Embrapa: 229.400,00 (horas técnicas) • SAG: 203.610,00 (horas técnicas) • USAID: 120.470,00 • Total: 73.354,00 (financeiro – sem contar o aporte americano) e 410.810,00 (não financeiro). • Executado pela ABC: 23.524,90

<p>Projeto: Reforço à Cadeia Produtiva do Caju, fase 1 na Região Sul de Honduras, fase 1" à Segurança Alimentar e Nutricional - BRA/13/008 S178</p>	<p>Contribuição para redução da pobreza e garantia de sustentabilidade da cadeia produtiva de caju dos pequenos produtores da região Sul de Honduras.</p>	<p>O projeto encerrou suas atividades em dezembro de 2015.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 37.430,00 • Embrapa: 142.400,00 (horas técnicas)
<p>Instituições Executoras</p> <p>Embrapa (Brasil) SAG (Honduras) Universidade da Flórida (EUA).</p>		<p>A avaliação dos quatro projetos trilaterais em agropecuária em Honduras (Segurança Alimentar, Caju, Gergelim e Apicultura) ocorrerá conjuntamente em missão prevista para abril de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SAG: 63.800,00 (horas técnicas) • USAID: 32.985,00 • Total: 70.415,00 (financeiro) e 206.200,00 (não financeiro). • Executado pela ABC:

<p>Documento de formalização / Vigência</p> <p>Ajuste complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a implementação do projeto "Reforço à Cadeia Produtiva do Caju, fase 1" 2013 - 2016</p>			8.015,13
---	--	--	----------

Projeto	Objetivo / Indicadores	Situação /	Composição de Valores (US\$)
<p>Reforço à Cadeia Produtiva do Gergelim, fase 1 BRA/13/008 S176</p>	<p>Fortalecer a cadeia produtiva de gergelim em Honduras, com a introdução de novas tecnologias de cultivo e cultivares, procurando maior renda, o aumento de empregos, auxiliar na redução da pobreza rural e aumentar a sustentabilidade para os pequenos produtores da região Sul (Departamento de Choluteca e Valle).</p>	<p>O projeto encerrou suas atividades em dezembro de 2015.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 23.243,00 • Embrapa: 56.000,00 (horas técnicas)
<p>Instituições Executoras Embrapa (Brasil) SAG (Honduras) Universidade da Flórida (EUA).</p>		<p>A avaliação dos quatro projetos trilaterais em agropecuária em Honduras (Segurança Alimentar, Caju, Gergelim e Apicultura) ocorrerá conjuntamente em missão prevista para abril de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SAG: 29.050,00 (horas técnicas) • USAID: 9.450,00
<p>Documento de formalização / Vigência Ajuste complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a implementação do projeto "Reforço à Cadeia Produtiva do Gergelim, fase 1". 2013 - 2015</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Total: 32.693,00 (financeiro) e 85.050,00 (não financeiro). • Executado pela ABC: 15.213,16 	

Projeto	Objetivo / Indicadores	Situação /	Composição de Valores (US\$)
<p>Reforço à Cadeia Produtiva Apícola, fase 1 BRA/13/008 S179</p>	<p>Fortalecimento da cadeia produtiva de Apicultura em Honduras, com foco na sustentabilidade do sistema produtivo da região Sul (Departamentos de Choluteca, Valle e La Paz).</p>	<p>O projeto encerrou suas atividades em dezembro de 2015.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 17.237,00 • Embrapa: 46.400,00 (horas técnicas)
<p>Instituições Executoras Embrapa (Brasil) SAG (Honduras) Universidade da Flórida (EUA).</p>		<p>A avaliação dos quatro projetos trilaterais em agropecuária em Honduras (Segurança Alimentar, Caju, Gergelim e Apicultura) ocorrerá conjuntamente em</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SAG: 33.300,00 (horas técnicas) • USAID: 9.450,00

<p>Documento de formalização / Vigência Ajuste complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a implementação do projeto "Reforço à Cadeia Produtiva Apícola, fase 1". 2013 - 2015</p>		<p>missão prevista para abril de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Total: 26.687,00 (financeiro) e 79.700,00 (não financeiro). • Executado pela ABC: 9.815,79
---	--	--	---

Projeto	Objetivo / Indicadores	Situação /	Composição de Valores (US\$)
<p>Energias Renováveis e Segurança Alimentar na Região do Corredor Árido de Honduras – Fase 1</p>	<p>Contribuir para o aumento da segurança alimentar e inclusão socioeconômica de populações tradicionais/isoladas de baixa renda na região do Corredor Árido de Honduras.</p> <p>Fortalecer os recursos humanos das instituições do Governo de Honduras e Sociedade Civil por meio da transferência de conhecimento técnico para a replicação de modelos de acesso e uso produtivo de energias renováveis para a ampliação da segurança alimentar e renda de populações tradicionais em áreas rurais/isoladas do corredor árido hondurenho.</p> <p>Transferir tecnologias, modelos e processo de acesso e uso sustentável de energias renováveis adequadas às necessidades e capacidades locais das populações alvo e sua capacidade comunitária.</p>	<p>Situação / O projeto está em execução desde fevereiro de 2015. A primeira atividade foi realizada em 4 a 18 de maio de 2015, em Honduras. As atividades foram para indicar as melhores técnicas para cada comunidade em quatro tecnologias aplicadas: solar, térmica/biomassa; microhidroelétrico e produção agrícola para a base de Energias renováveis.</p> <p>Foram eleitas duas comunidades para a aplicação das técnicas, sendo uma com o trabalho da RENOVE observador pelos interessados e outra com a supervisão da RENOVE.</p> <p>A próxima atividade está prevista para ser realizada no período de 20 a 31 de julho de 2015, em Honduras.</p> <p>O projeto necessita do envolvimento de três ministérios correlacionados com o tema, como energia, educação e agricultura. Tal articulação interinstitucional é fundamental para o sucesso do projeto para ter a institucionalização da capacitação e a consequente sustentabilidade do projeto.</p> <p>No final de 2015 foi realizada uma reunião conjunta para reavaliar as atividades realizadas e como podemos seguir com o cronograma original.</p> <p>Na oportunidade foram discutidas as compras dos equipamentos e as dificuldades possíveis que poderiam impedir as ações vindouras e adotou-se um modelo de ações com múltiplas capacitações em datas diversas, conforme o preparo das equipes hondurenhas.</p> <p>Para o ano corrente de 2016 há previsão de uma missão de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: 17.377,00 • SAG: 40.000 • USAID: 446.340,00 • Total: 503.717,00 • Executado: não se aplica • Saldo em 31/12/2014: não se aplica

		<p>coordenação técnica para alinhamento e visita às duas áreas pilotos do projeto.</p> <p>Cabe esclarecimento que uma comunidade receberá a capacitação com a assistência de especialistas e a outra os interessados farão as atividades com a assistência daqueles.</p> <p>Alguns desafios foram contornados com bastante facilidade e o projeto está com o cronograma bem alinhado com o previsto. Contudo, somente as visitas de especialistas hondurenhos ao Brasil que ainda não foram pactuadas e são de responsabilidade da ABC.</p>	
--	--	---	--

Projeto de Segurança Pública em El Salvador	<p>Objetivo(s): Em negociação.</p> <p>Espera-se que o projeto privilegie o aspecto social com apoio do governo do RJ</p>	<p>Resultados/Situação: Após realização de Missão a El Salvador, aguarda-se que o lado Salvadorenho apresente proposta de demandas e interesse ao lado Brasileiro.</p>	
Instituições Executoras:			
<p>USAID Governo do Rio de Janeiro. PNC El Salvador</p>			
Vigência:			

Espanha

<p>Projeto: Programa de Apoio ao Fortalecimento Institucional para a Melhoria da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável, Resíduos Sólidos e Esgotamento Sanitário. BRA/13/008 S-223</p>	<p>Objetivo: Apoiar o fortalecimento institucional para a melhoria da prestação dos serviços de água potável, resíduos sólidos e esgotamento sanitário na Bolívia</p>	<p>Situação: Projeto em execução, tendo realizado 2 atividades. Missão do MMA e MCidades programada para 05-11/03/2016.</p>	<p>Valores (US\$)</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 82,648 • Contrapartes: US\$298,227 • Total: US\$380,875 • Executado: 0,00 • Saldo: 82,648
<p>Instituições Executoras</p> <p>Brasil Agência Brasileira de Cooperação; Ministério das Cidades; e Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>Contraparte Espanhola: - Agência Espanhola de</p>			

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID Contraparte Boliviana: -Ministério del Médio Ambiente y Águas de Bolívia			
Vigência: 01/04/2015 a 01/04/2017			

Itália

<p>Projeto Código: BRA 13/008/S-149</p> <p>Nome: Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo "C" no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo</p>	<p>Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do assentamento informal denominado "Chamanculo C", no Município de Maputo, através da elaboração e aplicação de metodologia integrada e participativa e da execução de ações urbano-habitacionais, ambientais e sócio-econômicas.</p>	<p>Situação : Projeto em fase de finalização. Reunião do Comitê Diretivo Quadripartite programado para abril/maio 2016.</p> <p>Estratégias a adotar: 1) sustentabilidade das ações por parte do Governo e 2) Identificar novos parceiros de cooperação</p>	<p>Valores (US\$)</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 723.805,00 ABC (valor revisto) US\$ 149,964.92 • Contraparte Italiana: US\$ 1,698,995.00 US\$450,000.00 (valor complementar) • Aliança de Cidades: US\$ 500,000.00 US\$150,000.00 (valor complementar) • Total: US\$ 3,012,759.92
<p>Instituições Executoras Brasil - Agência Brasileira de Cooperação; - Ministério das Cidades; - Caixa Econômica Federal</p> <p>Contraparte Itália: - Departamento Geral de Cooperação para o Desenvolvimento - Governo Italiano</p> <p>Contraparte Moçambicana: Conselho Municipal de Maputo Outras: Aliança de Cidades</p> <p>Vigência: 01/11/2012 a 31/11/2016</p>			

<p>Projeto BRA/13/008 S-162</p> <p>Nome: "Programa de Cooperação Trilateral Amazônia sem Fogo" PASF I e PASF II</p>	<p>Objetivo: Reduzir a incidência dos incêndios na região amazônica do Brasil, com a implementação de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para proteger o meio ambiente e melhorar as condições de vida das comunidades.</p>	<p>A Fase II do Programa Amazônia sem Fogo integra ações de emergência e de desenvolvimento por meio de atividades formadoras de capacitação, divulgação e negociação nas comunidades rurais, permitindo, com o passar dos anos, o fortalecimento dos mecanismos locais de prevenção e resposta aos incêndios florestais, e promovendo, também, a difusão e a adoção de práticas agropecuárias alternativas ao uso do fogo.</p>	<p>Valores (US\$)</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 827.568,00 ABC (valor revisto) US\$ 119,353.41 • US\$500,000 Fundo CGFome (valor complementar) • Contraparte Italiana: US\$ 2.033.481,00 US\$400,000.00 (valor complementar) • CAF: US\$ 500.000,00 • Total: US\$ 3,552,834.41
<p>Instituições Executoras Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agência Brasileira de Cooperação; - Ministério do Meio Ambiente; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiental e Recursos Naturais Sustentáveis (IBAMA) <p>Contraparte Itália:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Departamento Geral de Cooperação para o Desenvolvimento - Governo Italiano <p>Contraparte Boliviana:</p> <p>Ministério del Medio Ambiente y Águas de Bolívia</p> <p>Outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF - Banco Mundial 			
<p>Vigência: 2012 - 2016</p>			

ITÁLIA

EM NEGOCIAÇÃO

<p>Projeto: "Programa de Redução de Incêndios Florestais e Alternativas ao Uso do Fogo "Amazônia sem Fogo" nas Regiões da Serra e Costeira do Equador. BRA/13/008 S</p>	<p>Objetivo: Reduzir a incidência de incêndios nas regiões da serra e costeira do Equador através da implementação de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para a proteção do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades.</p>	<p>Em fase avançada de elaboração/negociação. Processo bilateral Itália e Equador em fase de formalização. Documento de projeto já elaborado. Previsão de início para o primeiro semestre de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 326,578 • Contrapartes: Itália US\$ 1,529,430, Equador US\$ 122,400, MMA US\$ 105,750 e IBAMA US\$ 175,000 Total: US\$ 2,259,158
<p>Instituições Executoras: Brasil - Agência Brasileira de Cooperação; - Ministério do Meio Ambiente; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiental e Recursos Naturais Sustentáveis (IBAMA) Contraparte Itália: - Departamento Geral de Cooperação para o Desenvolvimento - Governo Italiano Contraparte Equatoriana: - Ministério del Ambiente de Equador Outras: - Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF</p>	<p>-</p>		
<p>Vigência: 3 anos (a partir)</p>			

<p>Projeto: "Apoio a criação de um mecanismo de arbitragem internacional eletrônica na Palestina, BRA/13/008 S-</p>	<p>Objetivo: Reduzir a incidência de incêndios nas regiões da serra e costeira do Equador através da implementação de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para a proteção do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades.</p>	<p>Em fase inicial de negociação.</p>	<p>A definir</p> <p>Apoio do Brasil seria por prover tecnologia e conhecimento técnico para o gerenciamento de procedimentos eletrônicos e para o treinamento de peritos.</p>
<p>Instituições Executoras Brasil - Agência Brasileira de Cooperação; - Conselho Nacional de Justiça Contraparte Itália: - Agência Italiana de Cooperação Contraparte Palestina: - Câmara de Arbitragem da Palestina Vigência: 3 anos (a definir)</p>	<p>-</p>		<p>(Não haverá aporte financeiro da ABC para atividades técnicas. Somente de M&A)</p>

Suíça

Em Execução

<p>Projeto : Implantação De Sistema Condominial De Esgoto Em La Dalia E Rancho Grande, Na Nicarágua. BRA/13/008 – S184</p>	<p>Objetivo(s): Contribuir para a implantação e normatização da metodologia do sistema condominial de esgotos no setor de saneamento da Nicaraguense (cidades de Lá Dalia e Rancho Grande na Nicarágua</p>	<p>Resultados/Situação: <i>Projeto se encontra na fase 03, que consiste na execução das obras de instalação dos esgotos em La Dália e El Cuá. Previsão de término Abril.</i> <i>As capacitações para representantes do INAA e ENACAL da Nicarágua se encontram em execução.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 309.709,77 • Suíça US\$ 2.921.613,00 • Executado: US\$ 8.113,92 • Saldo: U\$ 301,595,85
<p>Instituições Executoras: CAESB (BRASIL) INAA (NICARAGUA) ENACAL (NICARAGUA)</p>	<p>Obs. Rancho Grande substituída por El Cuá por não ter atendido os requisitos básicos do projeto)..</p>		
<p>Vigência: Vigência: 2012 – 2016</p>			

Quadro detalhado dos programas de CT Descentralizada

Argentina (Morón)

Uruguai (Cerro Largo, Melo) Benin (Porto Novo)

Moçambique (Xai-Xai)

<p>Projeto: Apoio Técnico para a Estruturação do Observatório de Segurança Cidadã e Violências do Município de Moron, BRA/13/008/S – 022 (Canoas e Morón)</p>	<p>Objetivo(s): desenvolver um sistema local de monitoramento e avaliação da Política Pública Municipal de Segurança Pública de Morón, por meio da produção de diagnóstico e pesquisas sociais aplicadas na área,</p>	<p>Resultados/Situação: Projeto encerrado em outubro de 2015. Os resultados esperados foram todos cumpridos com êxito, tendo equipes capacitadas e processos e rotinas de pesquisa consolidadas com vistas a garantir a permanência e a continuidade da avaliação processual das políticas públicas de segurança de Morón junto ao</p>	<p>Orçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 112,885 • Contraparte brasileira: - Prefeitura de Canoas: US\$ 82,040 • Contraparte
--	--	---	---

Instituições Executoras: ABC; Prefeitura de Canoas; e Prefeitura de Moron	gerando capacidades técnicas para a avaliação processual das políticas públicas de segurança de Morón, produzindo um diagnóstico local das violências, da criminalidade e de pesquisas sociais aplicadas	Gabinete Municipal de Segurança e demais instâncias de gestão e participação da cidade; Houve diagnóstico local das Violências e da criminalidade, bem como divulgação dos resultados em publicação no seminário final de avaliação.	Argentina US\$ 80,760 • Total: US\$ 275,685
Vigência: Projeto encerrado em 31 de outubro de 2015.			

Projeto: Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço BRA/13/008/S – 027(Bagé e Cerro Largo)	Objetivo(s): contribuir para a recuperação e preservação do patrimônio material e imaterial da fronteira Brasil-Uruguai e intensificar a identidade cultural da região, permitindo gerar uma capacidade instalada nas instituições e nos atores locais da região de fronteira de Cerro Largo / Bagé para sensibilizar, realizar levantamento e planejar a recuperação e preservação do patrimônio material e imaterial do Departamento de Cerro Largo.	Resultados/Situação: O projeto teve atraso de execução em função do lento processo de contratação de consultoria. A consultoria finda em março de 2016. Necessidade de realizar reunião do Comitê Diretivo em abril para apresentação dos resultados da consultoria que implica as atividades 1.1. e 1.2. e revisão do plano de trabalho e prorrogação de prazo.	Orçamento: • ABC: US\$ 99,047 • Contraparte brasileira: - Prefeitura de Bagé: US\$ 13,636.50 • Contraparte Uruguia: - Prefeitura de Cerro Largo US\$ 13,636.50 • Total: US\$ 126,320
Instituições Executoras: Brasil - Agência Brasileira de Cooperação; e - Prefeitura de Bagé Contraparte Argentina: - Prefeitura de Cerro Largo			
Vigência: 31/06/2016			

Projeto: Colaborando com a Construção de uma Cidade de Sonho BRA 13/008 S-182 (Vitória e Xai-Xai)	Objetivo(s): Contribuir com o desenvolvimento sustentável da cidade de Xai-Xai, com planejamento participativo e gestão integrada das áreas urbanas e periurbanas, aumentando as competências das capacidades da governança local, dos produtores, das organizações e das instituições de apoio.	Resultados/Situação: O projeto teve seu início célere e realizou mais de 80% das atividades previstas. Atualmente está em processo de renovação de interesse. A SAF/PR envio em 15/02 ofício ao Prefeito sobre o assunto. Aguarda-se retorno. Aguarda-se resposta para convocar Reunião do Comitê Diretivo e reassunção das atividades finais do projeto com atualização do cronograma de execução. Carece de revisão de prorrogação de prazo e novo cronograma de execução.	Orçamento: • ABC: US\$ 152,719,00 • Contrapartes brasileiras: - Prefeitura Municipal de Vitória ES: US\$ 30,528,66 - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER: US\$ 32,941.15 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI: US\$ 12,237.30 - Universidade Federal
Instituições Executoras: Brasil - Agência Brasileira de Cooperação; - Prefeitura de Vitória Contraparte Moçambicana: - Conselho Municipal de Xai-			

<p>Xai</p> <p>Vigência: Encerrado em 31/07/2015.</p>			<p>do Espírito Santo, Centro de Artes: US\$ 7,335,88</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contraparte Moçambicana US\$ 26.800,00 • Total: US\$ 280,458.76
<p>Projeto Centro de Formação em Artes e Ofícios do Patrimônio (Apoio à Qualificação e Requalificação Técnica e Profissional no Benin nas Áreas de Restauração e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultura de Porto Novo) - Trilateral Descentralizada Brasil-França-Benin BRA 13/008-S163 (Fortaleza-Lyon-Porto Novo)</p>	<p>Objetivo(s):</p> <p>Promover a valorização e divulgação e reconstrução do conjunto histórico e cultural afro-brasileiro, no Benin, por meio do incentivo a restauração e conservação de bens móveis e imóveis de Porto Novo, gerando emprego, renda e oportunidades econômicas.</p>	<p>Resultados/Situação:</p> <p>As atividades finais do projeto foram condicionadas a apresentação de estratégias de sustentabilidade do Centro de Formação em Artes e Ofícios, como a manutenção do centro e edifício próprio.</p> <p>A contraparte apresentou projeto e estratégia, com acréscimo de recursos financeiros.</p> <p>O projeto conta com mais de 70% das atividades realizadas.</p> <p>Aguarda-se definição de condução para a retomada ou não das ações do projeto.</p> <p>Dificuldade na implementação da estratégia. Lyon não faz mais parte do processo trilateral. Idioma e distância contribuíram para esfriamento do projeto. A Casa do Patrimônio de Porto Novo se mostra sem muita experiência de gestão e resposta célere as demandas da ABC.</p>	<p>Orçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 96,870,00 • Contrapartes: Ministério Francês US\$ 28,705; Lyon US\$ 40.630,00 e Porto Novo US\$ 17,500 Total: US\$ 183,705,00
<p>Instituições Executoras: Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agência Brasileira de Cooperação; - Prefeitura de Fortaleza - Instituto Federal de Minas Gerais <p>Contrapartes Francesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério dos Negócios Estrangeiros – DAECT e Comunidade Urbana de Lyon. <p>Contraparte Beninense: Prefeitura de Porto Novo</p>			
<p>Vigência: Encerrado em 30/04/2015.</p>			

6 – Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral

Equipe da Coordenação Geral de Cooperação Multilateral

Coordenador Geral:

Márcio Lopes Corrêa

Equipe Técnica:

Adriana Ferreira de Carvalho

Alessandra Cristiane Ambrosio

Carmen Roseli Caldas Menezes

Mariana Horta Vieira de Miranda

Pedro Henrique H. Meireles

Tânia Maria Caldeira Jardim

Valéria Cristina Rigueira

Welton Luiz Costa Rocha Filho

INTRODUÇÃO

O trabalho da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral da ABC em 2015 pode ser dividido nas seguintes linhas de ação: gestão de carteiras de projetos, atividades de apoio ao fortalecimento institucional da ABC e ações no campo conceitual e de modernização de processos de trabalho.

Sobre o primeiro aspecto, gestão de carteiras de projetos, verificou-se, em 2015, nova retração no volume de atividades de cooperação técnica da modalidade “recebida do exterior” mantidos junto a organismos internacionais. Esse quadro deveu-se fundamentalmente às alterações na estrutura organizacional do Governo Federal. O ajuste fiscal de 2015 também teve efeitos restritivos sobre a execução de projetos. Em 2015 ocorreu caso de suspensão de execução de projeto em função de irregularidade apontada em auditoria. Em outras situações, a tramitação de revisões/aditivos ficou suspensa enquanto perdurou inadimplência em relação ao sistema SIGAP. Algumas propostas de projetos foram negadas por não se enquadrarem ao Manual de Diretrizes da ABC para a cooperação técnica multilateral.

Após um salto de atividades em 2012 em função das ações de apoio à Conferência RIO+20, o triênio 2013-2014-2015 voltou a registrar um decréscimo no volume de aprovação de novos projetos. No último trimestre de 2015 foi notado um aumento no número de novas propostas submetidas à análise da ABC. Parte dessas novas propostas contou, entretanto, com pareceres negativos da área técnica da CGCM.

Conforme indicado em relatórios anteriores da CGCM, embora as estatísticas apontem para uma redução do volume total de desembolsos nos projetos multilaterais, a ABC tem recebido demonstrações frequentes do interesse de órgãos públicos federais, estaduais e municipais de seguir contando com a parceria de organismos internacionais para ações de cooperação técnica. Ademais, a evolução das relações de cooperação entre o setor público brasileiro, a sociedade civil organizada e o setor privado em temas como o desenvolvimento sustentável, as políticas sociais inclusivas e a promoção dos direitos humanos, tem contado com a colaboração substantiva de organismos internacionais em termos de projetos voltados ao desenvolvimento de novas capacidades nacionais nos referidos espaços.

O papel da ABC, nesse contexto, tem sido o de orientar instituições brasileiras sobre o melhor uso possível do instrumento da cooperação técnica com organismos internacionais, à luz das diretrizes da Agência e da legislação em vigor. Dentre as ações conduzidas pela CGCM em busca de um exercício mais eficaz dessa responsabilidade, manteve-se contato periódico com a Controladoria-Geral da União.

Os programas de cooperação técnica com organismos internacionais têm sido instrumentais para apoiar programas inovadores do Governo brasileiro. A área multilateral da ABC/MRE atua como contraparte governamental de pelo menos 20 organismos internacionais (média que pode variar conforme o ano) e com entes regionais, a exemplo da União Européia e CPLP. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, caberia ressaltar: fortalecimento da gestão pública, desenvolvimento social, geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais, meio ambiente, direitos humanos, educação e saúde. Em 2015, 252 projetos encontravam-se em execução na área multilateral (Quadro 2) atendendo a instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Em 2015, os desembolsos realizados no âmbito da cooperação recebida multilateral foram de aproximadamente US\$ 131.5 milhões, conforme dados dos organismos internacionais.

A CGCM igualmente participou, em 2015, de reuniões de foros deliberativos de organismos internacionais, bem como preparou análises e subsídios para a participação de delegações brasileiras em reuniões internacionais que discutiram o tema da cooperação para o desenvolvimento, incluindo a ONU (Assembleia Geral – II Comissão; III Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento), PNUD, OIMT, OCDE, CELAC, UNASUL e SEGIB. A CGCM preparou documento de posição do Governo brasileiro que foi circulado quando da realização do evento de lançamento do processo de elaboração do III UNDAF Brasil. A CGCM representou a ABC nas reuniões e nas negociações coordenadas pelo Itamaraty que culminaram na aprovação do Plano de Trabalho 2016-2017 vinculado ao acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE, firmado em junho de 2015.

No tocante ao apoio a atividades de fortalecimento institucional da ABC, a CGCM apoiou a Direção da Agência na elaboração de duas minutas de Projetos de Lei, sendo uma para prover ampla regulamentação da cooperação internacional no âmbito do Governo Federal brasileiro e outra com o objetivo de criar uma carreira de especialista de cooperação internacional. A CGCM também foi responsável pela tramitação de projeto de Decreto destinado a regulamentar a elaboração anual do Relatório da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI).

Também por demanda da Direção da ABC, a CGCM preparou a estrutura inicial de futuro Decreto para a regulamentação de aspectos procedimentais de todas as modalidades de cooperação técnica sob a responsabilidade da ABC (cooperação bilateral Sul-Sul; cooperação trilateral Sul-Sul; cooperação recebida multilateral e cooperação recebida bilateral). A CGCM articulou-se com a CGCB para a elaboração de minuta alternativa de Decreto para tratar da cooperação descentralizada (entes subnacionais), cujo texto encontra-se sob a apreciação da Consultoria Jurídica ao final de 2015. A CGCM preparou duas Portarias do Ministério das Relações Exteriores, destinadas a publicar a 4ª Edição do Manual de Diretrizes da Cooperação Técnica Recebida do Exterior Multilateral e Bilateral e o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Bilateral Sul-Sul.

No tema dos métodos de trabalho, a CGCM trabalhou junto com a CGAO da ABC na consolidação da versão "2.0" do sistema SIGAP. Essa nova versão estará disponível para uso a partir de 1º de janeiro de 2016. A reformulação do módulo técnico (RPE) foi indicada pela CGCM, que também redigiu a atualização das partes pertinentes do manual do referido sistema. A CGCM apresentou à CGAO o desenho de um mecanismo de levantamento de dados sobre o seu desempenho operacional. Parte do trabalho foi concluída em 2015, adiando-se para 2016 sua implantação efetiva. A CGCM colaborou com a Direção da ABC na elaboração e submissão às unidades da Agência de proposta de plano de trabalho para o novo Núcleo de Planejamento, Marcos Conceituais e Métodos de Trabalho.

A CGCM apoiou a Direção da ABC nos contatos com o IPEA relacionados à consolidação do texto do Relatório COBRADI 2011-2013, cuja publicação está prevista para janeiro de 2016.

No que diz respeito ao tema da mensuração de fluxos de cooperação Sul-Sul, tema incluído na pauta de trabalho do "Core Group of Southern Partners" (Conferência de Nova Delhi sobre Parceiros do Sul, 2013), a CGCM preparou proposta de plataforma contendo elementos comuns de quantificação de insumos e de indicadores de fluxos de cooperação e de intercâmbio entre países em desenvolvimento. Essa proposta foi submetida, pela Direção da ABC, ao "Core Group of Southern Partners" por intermédio do UNDESA em Nova York, para análise e futuro debate. Essa temática também está sendo discutido pela CEPAL (comissionada pelo UNDESA), UNCTAD (por solicitação do G77-Genebra) e, no âmbito regional, pela SEGIB e CELAC. A CGCM participou de reuniões organizadas pela CEPAL (abril/2015) e UNCTAD (dezembro/2015) sobre a matéria, bem como de uma "conference call" do UNDESA/Core Group (março/2015), a partir da qual a CGCM iniciou a elaboração da proposta de plataforma mencionada no início do parágrafo.

Em 2015 providenciou-se a separação da cooperação trilateral com organismos internacionais da CGCM. Não obstante, a CGCM acompanhou diretamente o lançamento e a disseminação interna no âmbito do Governo brasileiro de mecanismo de suporte financeiro da União Europeia para ações de cooperação Sul-Sul na América Latina, além de outras ações envolvendo a referida entidade (Comitê Diretor do projeto Diálogos Setoriais e Programa Regional de Cooperação da União Europeia para a América Latina).

Quadro 1
Volume de Projetos, Atividades e Revisões aprovados em 2015

	Projetos e Atividades	Revisões	Total 2015
Documentos aprovados:	28	92	120

Quadro 2
Cooperação Técnica Multilateral
Carteira de Projetos por Setor de Atuação

Projetos executados no decorrer de 2015		
Setor de Atuação	Nº de Projetos	(%)
Meio Ambiente	58	23,02%
Desenvolvimento Social	34	13,49%
Administração Pública	29	11,51%
Educação	28	11,11%
Saúde	13	5,16%
Justiça/Direitos Humanos	13	5,16%
Agricultura	11	4,37%
Planejamento	10	3,97%
Cultura	10	3,97%
Ciência e Tecnologia	8	3,17%
Cidades	6	2,38%
Comunicações	5	1,98%
Esporte	5	1,98%
Indústria e Comércio	5	1,98%
Minas e Energia	5	1,98%
Trabalho e Emprego	5	1,98%
Segurança Pública	3	1,19%
Pesca	2	0,80%
Pecuária	1	0,40%
Transportes	1	0,40%
TOTAL	252	100%

Quadro 3 - Cooperação Multilateral
Distribuição de projetos por Fonte Externa em 2015
(Projetos em execução em 31/12/2015 e projetos concluídos durante 2015)

Organismo Internacional	Nº	(%)
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	82	32,54%
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	65	25,79%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	29	11,50%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	20	7,94%
OEI - Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e Cultura	15	5,95%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	5	1,98%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	5	1,98%
UNODC – Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime	4	1,59%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	3	1,19%
ITTO – Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT)	3	1,19%
UE – União Europeia	3	1,19%
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	3	1,19%
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	3	1,19%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	2	0,79%
FLACSO – Faculdade Latino-americana de Estudos Sociais	2	0,79%
OIT – Organização Internacional do Trabalho	1	0,40%
OMM – Organização Meteorológica Mundial	1	0,40%
OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual	1	0,40%
ONU-HABITAT – Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos	1	0,40%
ONU-Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres	1	0,40%
OPAS – Organização Panamericana da Saúde	1	0,40%
UIT – União Internacional de Telecomunicações	1	0,40%
UNOPS – Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos	1	0,40%
OACI – Organização de Aviação Civil Internacional	0	0,00%
OEA – Organização dos Estados Americanos	0	0,00%
Total:	252	100%

(*) Dados do UNICEF não integram o banco de dados da ABC (ver capítulo específico)

Quadro 4
Ações Relacionadas à Cooperação Técnica Multilateral Recebida: 2015

Natureza do Evento	2015
Propostas, Revisões e Emendas tramitadas	120
Missões de acompanhamento	140
Reuniões com instituições nacionais	193
Conferências e Seminários no Brasil	58
Reuniões com organismos internacionais	134
Reuniões Multilaterais e Intergovernamentais	12
Comissões Mistas	1
Reuniões com missões estrangeiras	16
Total:	674

Quadro 5
Estimativa de recursos mobilizados em 2015

Origem dos recursos	Valor em US\$:
Recursos dos organismos internacionais:	51.861.500 (1)
Recursos de contrapartida nacional:	79.691.350 (2)
Total estimado de execução em 2015:	131.552.850

(1) Dados provisórios. A cifra final provavelmente será 25% maior.

(2) Dados provisórios. A cifra final provavelmente será 15% maior.

Situação dos programas de cooperação técnica multilateral em 2015

1. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

A ABC interage com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exclusivamente para as linhas de financiamento não-reembolsável classificado como de cooperação técnica, por meio de projetos financiados através de fundos fiduciários administrados pelo Banco (Fundos Especiais viabilizados por países doadores).

Em 2015 foram aprovados 14 novas propostas de cooperação técnica não-reembolsável com o BID tramitadas pela ABC, totalizando uma carteira de execução composta de 26 projetos.

Quadro 6
Cooperação Técnica Brasil–BID
Situação em 2015

Situação em 2015	Nº Projetos	Orçamento em 2015 (U\$)
Em Execução	29	10.717.600

2. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)

Em 2015, as atividades do Escritório da CEPAL no Brasil deram seguimento aos Programas Executivos firmados com o IPEA (Estudos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e da América Latina) e com o Ministério do Meio Ambiente (Estudos sobre mudanças climáticas, recursos hídricos e padrões de consumo e produção sustentáveis).

O Programa Executivo com o MMA tem viabilizado pesquisas nos temas de propostas para o desenho de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, especificamente sobre a governança mundial, regional e nacional de políticas afetas ao tema. Dentre as ações desenvolvidas, ressaltam-se os seguintes estudos: i) Contas Econômicas Ambientais da Água como Subsídio para Políticas Públicas e no Monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; ii) Experiências internacionais e do Brasil de práticas de compras públicas sustentáveis; iii) "Geração e integração de banco de dados históricos sobre o clima e de projeções de mudanças climáticas para a gestão de riscos costeiros no estado de Santa Catarina (Brasil); e iv) Avaliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Em complementação às ações de cooperação desenvolvidas, a CEPAL tem mantido a vocação da elaboração de análises e pesquisas econômicas que tem resultado na publicação de várias obras. Em 2015 podem-se destacar as seguintes: "Pactos para a igualdade: Rumo a um futuro sustentável" e "Por um desenvolvimento inclusivo: O caso do Brasil".

Em abril de 2015 a ABC participou de reunião em Bogotá, Colômbia, sob a organização da CEPAL, para discutir o tema da quantificação da cooperação Sul-Sul. O IPEA também esteve presente. Após o evento, a ABC manteve articulação com o IBGE e com o IPEA para articular posições sobre o tema da coleta de dados sobre fluxos de cooperação e intercâmbio entre países em desenvolvimento. Em dezembro de 2015 a CEPAL organizou seminário no Chile sobre essa matéria, que não pode contar com representantes do IPEA (ABC e IBGE não foram convidados).

A ABC recebeu informação de que o governo da Argentina pretende apresentar proposta de quantificação de ações de cooperação técnica para a CEPAL. Já a ABC fez circular proposta de plataforma para mensuração de fluxos de cooperação Sul-Sul, incluindo oito categorias, uma delas incluindo a cooperação técnica como parte do conceito de "desenvolvimento de capacidades".

Quadro 7
Cooperação Técnica Brasil-CEPAL
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução em 2015	2	(dado ainda a receber)

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

No âmbito da modalidade “cooperação técnica recebida multilateral” envolvendo instituições brasileiras e a FAO em 2015, encontravam-se em execução 08 (oito) projetos de cooperação, tendo sido realizadas reuniões do Comitê Diretivo de todos os projetos no período.

Fato importante a ser destacado com relação à cooperação técnica com a FAO, cabe mencionar as tratativas do Governo brasileiro com aquele organismo internacional no sentido de suspender a cobrança da despesa denominada "Improved Cost Recovery Uplift (ICRU) referentes a cobertura de custos operacionais para tecnologias da informação e segurança relativos aos projetos de cooperação técnica "desenvolvidos no Brasil". Recentemente, a sede da FAO, concordou, "excepcionalmente", em estabelecer o ICRU relativo aos serviços de tecnologia da informação em 0% (zero por cento) retroativamente a janeiro de 2014. No entanto, a parte relativa à cobertura de custos com segurança do pessoal da FAO envolvidos nos projetos foram realizados pela organização em conformidade com as regras vigentes nas Nações Unidas. Por não concordar com a posição da FAO, e no entendimento que a cobrança em pauta extrapola o percentual de ressarcimento de custos operacionais praticado de acordo com a legislação nacional, o Governo brasileiro deverá dar andamento às negociações no sentido de suspender tal taxaço referente também à segurança de pessoal debitados aos projetos de cooperação técnica executados em parceria com aquele organismo internacional.

Quadro 8
Cooperação Técnica Brasil-FAO
(Cooperação recebida)
Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	5	(dado ainda a receber)

4. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO)

A pauta de cooperação técnica aprovada em 2015 em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) engloba dois projetos (ENAP e Secretaria-Geral da Presidência da República). A FLACSO foi fundada em 1957, a partir de recomendação aprovada na XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Em 2015 a ABC acompanhou a tramitação, aprovação e execução de dois projetos da FLACSO coordenados pela Secretaria de Direitos Humanos e pela ENAP. Um terceiro projeto, com a Secretaria-Geral da Presidência da República, tramitou pela ABC, mas sua aprovação foi suspensa temporariamente pela instituição nacional pertinente.

Quadro 9
Cooperação Técnica Brasil-FLACSO
Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	2	57.200

5. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (FNUAP)

A cooperação com o FNUAP no Brasil começou em 1973. Em 2012 foi aprovado um novo Country Programme Action Plan (CPAP) para o período de 2012 a 2015, formulado por meio de uma abordagem participativa com o governo brasileiro, organizações da sociedade civil, doadores tradicionais e agências das Nações Unidas. O Programa tem como objetivo contribuir com as prioridades nacionais indicadas nos Planos plurianuais (PPA) do Governo brasileiro. O CPAP do FNUAP para o Brasil contribui, em particular, para a primeira meta do PPA, no caso, a promoção da inclusão social e redução das desigualdades. O CPAP 2012-2015 está alinhado com a nova orientação estratégica do FNUAP e pretende contribuir para o objetivo de promover o acesso universal da saúde sexual e reprodutiva, promover os direitos reprodutivos, reduzir a mortalidade materna e acelerar o progresso da agenda da CIPD e ODM 5.

Em 2015 a CGCM participou das atividades de avaliação do CPAP do FNUAP, bem como das etapas iniciais de preparação do futuro ciclo de programação das atividades daquele Fundo multilateral no Brasil.

Quadro 10

Cooperação Técnica Brasil-FNUAP (Cooperação recebida)

Situação em 2015

<i>Situação</i>	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	3	1.648.200

6. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O INSTITUTO INTERAMERICANO COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo de cooperação técnica especializado em agricultura do Sistema Interamericano. O IICA presta cooperação aos Estados Membros de acordo com suas prioridades e diretrizes para o setor. A cooperação, fundamentada no fortalecimento institucional, visa a dotar os países de entidades capacitadas a alcançar suas metas de desenvolvimento rural, mediante a realização de atividades de efeito multiplicador e continuado. O IICA no Brasil conta com 50 anos de experiência em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

O IICA mantém um extenso programa de cooperação no Brasil, tanto no âmbito do Governo Federal bem como nos Estados da Federação. Suas atividades no Brasil estão pautadas num documento de planejamento intitulado "Agenda Nacional". A ABC tem mantido reuniões freqüentes com o IICA no sentido de implantar mecanismos de acompanhamento do programa, tendo como base a "Agenda Nacional".

Em 2015 a ABC participou do evento de comemoração dos 50 anos de atividades do IICA no Brasil. Também em 2015 foram realizados 7 eventos denominados "Momento de Intercâmbio", reunindo órgãos brasileiros que executam projetos com o IICA, e proporcionam a discussão de temas voltados à cooperação técnica e o compartilhamento de produtos, ações e experiências entre as instituições participantes, a saber:

Momentos de Intercâmbio:

- “Indicadores de água e esgoto no processo de estruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA/MCid) ”.
 - *Data: 31/03/2015 e 1/04/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MCidades)*

- “Indicadores de resíduos sólidos no processo de estruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA/MCid) ”.
 - *Data: 20/05/2015 e 21/05/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MCidades)*

- “Planejamento e expansão da agricultura irrigada no Brasil: resultados da análise territorial para o desenvolvimento da agricultura irrigada”.
 - *Data: 27/05/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MI)*

- “Manejo de águas pluviais no processo de estruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA/MCid) ”.
 - *Data: 23/06/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MCidades)*

- “Indicadores de Gestão de serviços de saneamento e regulação no processo de estruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA/MCid) ”.
 - *Data: 04/08/2015 e 05/08/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MCidades)*

- “Avaliação da implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – PLANO ABC”.
 - *Data: 26/10/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/MAPA)*

- “IV Workshop Técnico Interno Eletrobrás – Força e Luz para a Comunidade, Desenvolvimento para o País”.
 - *Data: 04/11/2015 e 05/11/2015 (Parceria: IICA/ABC-MRE/ELETOBRÁS)*

Os momentos de intercâmbio promovidos pelo IICA em 2015 contaram com a presença de 80 participantes por evento, envolvendo 25 instituições entre ministérios, organismos internacionais, embaixadas, consultorias, confederações, órgãos de controle e representantes estaduais interessados nos diversos debates propiciados pelos eventos.

Foi realizada, ainda em 2015, no período de 02/07/2015 e 03/07/2015, a *Reunião Interamericana de Serviços Nacionais de Sanidade Animal, Vegetal e Inocuidade dos Alimentos frente aos desafios do comércio internacional – RISAVIA 2015*. O evento contou com a presença de representantes de 34 países convidados para enriquecer a discussão e compartilhamento de experiências a fim de contribuir com a harmonização de medidas sanitárias e fitossanitárias dos países, além de organismos internacionais, confederações, órgãos federais, fóruns e instituições internacionais e outras de âmbito regional. Estima-se uma presença média de 150 pessoas nos dois dias de realização do evento.

Quadro 11

Cooperação Técnica Brasil-IICA **Situação em 2015**

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução em 2015	20	14.300.000

7. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI)

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é um organismo internacional com mandato para atuar nas áreas de educação, ciência, tecnologia e cultura no âmbito geográfico iberoamericano. Em 2015 implementou-se o monitoramento dos projetos de cooperação técnica entre o Brasil e a OEI aprovados em anos anteriores e a CGCM analisou novas propostas de projetos, algumas das quais aprovadas para fins de negociação.

Em março de 2015, foi realizado o "Encontro Técnico da OEI com Coordenadores de Projetos das Instituições Executoras Parceiras, para discutir a importância da integração entre a Cooperação OEI-Brasil com as instituições executoras, bem como do cumprimento das diretrizes e normas de execução de projetos. Na oportunidade, entre tantos pontos discutidos, foram esclarecidos os aspectos mais relevantes da 4ª Edição das "Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional, Multilateral e Bilateral". Participaram do referido Encontro, entre outros, representantes de diversas áreas do MEC, do IBRAM, da SDH-PR, do MJ, do FNDE, e do Ministério da Pesca e da Aquicultura, ou seja, um total de 31 participantes.

Quadro 12
Cooperação Técnica Brasil–OEI
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	15	4.400.000

8. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MADEIRAS TROPICAIS (OIMT)

A Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT) é uma organização intergovernamental que promove a conservação, o manejo sustentável, o uso e o comércio dos recursos da floresta tropical. Seus membros representam cerca de 80% das florestas tropicais mundiais e 90% do comércio global de madeira tropical.

A origem da OIMT remonta a 1976 quando uma longa série de negociações, que culminou no primeiro Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA), teve início durante a 4ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como parte do Programa de Produtos de Base daquela organização. O resultado dessas negociações foi o ITTA 1983, que governou a OIMT até 31/12/1996, quando foi substituído pelo ITTA 1994. Negociações para o acordo sucessor a esse último foram concluídas em 2006, uma vez mais sob os auspícios da UNCTAD, tendo o ITTA 2006 entrado em vigor em 7/12/2011, quando foi atingido o número mínimo de países-membros a terem ratificado o referido documento. O Congresso brasileiro ratificou o ITTA 2006 em 2012. Desde o 2º semestre de 2012 o ponto focal político no MRE passou a ser a Divisão de Meio Ambiente (DEMA/MRE) em substituição à Divisão de Produtos de Base (DPB/MRE).

Na área de cooperação técnica, a OIMT apoia projetos relacionados à produção e utilização de madeiras tropicais assim como dos produtos não madeireiros. Nesse sentido, para efeito de avaliação, aprovação e financiamento das propostas de projeto recebidas, seus três Comitês Permanentes - Informação Econômica e “Marketing”, Reflorestamento e Manejo Florestal e Indústria Florestal – reúnem-se com o Conselho da OIMT (ITTC) uma vez ao ano. A Organização financia, ainda, os chamados Pré-Projetos, que consistem em ações de assistência preparatória para elaboração e detalhamento de futura proposta de projeto. No caso do Brasil, tendo em vista que a ABC é o ponto focal de cooperação técnica da organização, todas as propostas de projetos brasileiros somente são acatadas pela OIMT caso sejam encaminhadas por essa Agência.

Atualmente, a Organização conta com duas (2) modalidades de ciclo de projetos: (i), o tradicional, onde as propostas, uma vez analisadas e aprovadas por um Painel de Peritos, são financiadas segundo a discricionariedade dos doadores e (ii) os Grupos Temáticos, que seguem o mesmo rito, porém são elencados por ordem de classificação e financiados segundo a disponibilidade de recursos. A segunda modalidade, apesar de mais transparente e democrática, não é a preferida dos países doadores.

No Brasil, as propostas de projeto de cooperação técnica a serem submetidas à OIMT são examinadas pela ABC e, conforme o caso, pelo Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA) e também pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), antes de serem enviadas à OIMT. A ABC, em parceria com o MMA já lançou por 2 vezes Chamadas de Projetos, sendo a última em 2005, quando foram recebidas 87 propostas, das quais 17 foram selecionadas pelos especialistas do MMA, do IBAMA e também da Sociedade Civil. A ABC e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA) têm discutido a viabilidade de que seja lançada nova Chamada de Projetos em um futuro próximo.

Ademais, todos os anos, no mês de novembro, é realizada uma Reunião do Conselho da OIMT (ITTC), com duração de 6 dias, durante a qual são discutidos assuntos de caráter político e também os afetos à cooperação técnica – sendo comentados e, caso necessário, discutidos, todos os projetos em execução; apresentados resultados de avaliações *ex-post* de projetos concluídos; além de eventuais problemas pontuais que requeiram uma decisão em nível de Comitê Permanente. Nessa ocasião, os representantes dos países-membros são convidados a elucidar eventuais pendências sobre os projetos dos respectivos países e/ou fazerem apresentações que ilustrem a execução dos projetos mais relevantes.

Em 2015 a ABC preparou subsídios e também compôs a delegação brasileira à 51ª Reunião do Conselho da OIMT, realizada em Kuala Lumpur, Malásia. Adicionalmente, a Agência também esteve representada nas 2 Reuniões de Peritos para análise de projetos da OIMT ocorridas em 2015, em Yokohama, Japão.

Também em 2015 foram financiados 2 novos projetos de cooperação técnica com a OIMT, devendo sua execução iniciar-se em 2016.

Quadro 13
Cooperação Técnica Brasil–OIMT
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	03	500.000

9. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A partir de 1992, quando se iniciou o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – (IPEC), a OIT tem colaborado com instituições nacionais na promoção do uso de diferentes mecanismos de proteção para crianças e adolescentes. O objetivo do IPEC é trabalhar para a eliminação progressiva do trabalho infantil, mundialmente.

O papel do IPEC é oferecer apoio técnico e financeiro para reforçar a capacidade de instituições nacionais no bloqueio ao uso da mão-de-obra infantil, bem como promover a retirada de crianças do trabalho. O Programa também contribui para a busca de alternativas sócio-econômicas para as famílias das crianças trabalhadoras, como medida para alcançar a eliminação do trabalho infantil. No Brasil, o Programa contribui para a prevenção e erradicação do trabalho infantil por meio do fortalecimento da capacidade nacional para a implementação de políticas e programas de prevenção, bem como a divulgação das mesmas, inclusive por meio da constante mobilização da sociedade. Para atender aos objetivos do IPEC, foram desenvolvidas atividades de apoio à negociação e implementação de um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com metas e prioridades estabelecidas em consenso com as instituições nacionais.

Além do Programa IPEC, a OIT desenvolve projeto junto ao Ministério do Trabalho e Emprego na área de certificação profissional, bem como desenvolve uma série de iniciativas de promoção de direitos ("advocacy") realizadas por meio de conferências, debates, fóruns e seminários. A OIT também atuou na assessoria técnica a programas públicos nacionais, a exemplo do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (apoiado a partir do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil-IPEC), Programa Primeiro Emprego e no combate ao trabalho escravo.

Quadro 14 Cooperação Técnica Brasil-OIT (Cooperação recebida) Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	1	(dado ainda a receber)

10. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA (OMM)

A OMM constitui-se em uma das Agências Especializadas das Nações Unidas, com mandato para atuar no campo da meteorologia e hidrologia. No Brasil, a OMM tem atuado em parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) no desenvolvimento do projeto denominado “Consolidação da Modelagem e Previsão Numérica do Tempo no Instituto Nacional de Meteorologia”, com atividades implementadas em 2015.

O projeto INMET/OMM tem como principal objetivo elaborar processos e rotinas que contribuam para a melhoria dos dados da rede de observação meteorológica do referido Instituto, dos dados de Satélites em áreas de difícil acesso, bem como para as previsões numéricas de tempo e de clima e suas aplicações voltadas a atender as atividades do setor produtivo, com ênfase na gestão de riscos meteorológicos e climáticos que impactam os setores básico e estratégico, e na elaboração de diagnósticos, de planos e políticas governamentais.

Quadro 15
Cooperação Técnica Brasil-OMM
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	1	893.300

11. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

Em 2015 teve seguimento a implementação do projeto “Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e Internalização das Melhores Práticas”, envolvendo parceria entre o INPI e a OMPI. Trata-se de projeto destinado à capacitação dos servidores do INPI e disseminação da cultura da propriedade intelectual. O projeto tem duração de 48 meses e é financiado com recursos do próprio Instituto.

Quadro 16 Cooperação Técnica Brasil-OMPI (Cooperação recebida)

Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	1	200.050

12. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

Com sede em Nairóbi, Quênia, o ONU-HABITAT é encarregado de coordenar atividades em assentamentos humanos, facilitando o intercâmbio global de informação sobre moradia e desenvolvimento sustentável nesse âmbito, além de colaborar em países com políticas e assessoria técnica. O Escritório Regional da ONU-HABITAT para América Latina e o Caribe funciona no Rio de Janeiro desde 1996, com base em acordo de sede.

Em 2015, a pauta de cooperação técnica do ONU-HABITAT no Brasil, no âmbito do Governo Federal, se restringiu a parceria com o Ministério das Cidades, para implementação do projeto "Planejamento urbano e gestão territorial em regiões metropolitana - subsídios para a elaboração da política brasileira de governança metropolitana". O projeto prevê a realização de estudos, metodologias, workshops e publicações com a finalidade de gerar subsídios à elaboração de uma Política Nacional de Planejamento e Gestão Metropolitana. O projeto tem gerado subsídios para a elaboração do Marco Legal da Governança Metropolitana e elaborar proposta metodológica de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Quadro 17 Cooperação Técnica Brasil-ONU-HABITAT (Cooperação recebida) Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	1	(dato ainda a receber)

13. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU-MULHERES)

A ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres foi criada em julho de 2010 e tem como funções principais (1) apoiar os organismos intergovernamentais como a Comissão sobre o Status da Mulher na formulação de políticas, padrões e normas globais, e vai ajudar os Estados-membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem, bem como estabelecendo parcerias eficazes com a sociedade civil e (2) apoiar o sistema das Nações Unidas a cumprir os compromissos internacionais sobre a igualdade de gênero.

Em 2015 a ONU-Mulheres deu seguimento - no âmbito de ações que envolvem o desenvolvimento de capacidades locais no Brasil - às seguintes iniciativas:

- Programa de Incorporação das Dimensões de Equidade de Gênero, Racial e Étnica nos Programas de Combate à Pobreza em Quatro Países da América Latina: Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai. O Programa atua na formação política de líderes mulheres indígenas e afrodescendentes e no fortalecimento das suas redes de incidência política. O programa apresenta, como metas: (i) a sistematização de conceitos e metodologias de análise e geração de novos conhecimentos; (ii) o apoio a estudos específicos em cada um dos países onde o Programa intervém, para levantar dados estatísticos desagregados por sexo, raça e etnia; (iii) o fortalecimento e a articulação de organizações governamentais e não governamentais que trabalham com os direitos das mulheres indígenas e afrodescendentes, para potencializar seus interesses, demandas e propostas; e (iv) incidir politicamente nas distintas agências das Nações Unidas e nos instrumentos internacionais vinculados à luta pela igualdade e pela equidade de gênero, e contra todo tipo de discriminação étnica e racial.
- Programa Regional Cidades Seguras, cujo objetivo é o de fortalecer o exercício dos direitos cidadãos das mulheres na América Latina, a fim de reduzir a violência pública e privada que se exerce contra elas nas cidades. O Programa conta com quatro linhas de ação: Sistematização e Produção de Conhecimentos; Sensibilização e Capacitação de Atores; Desenvolvimento de Estratégias em Cidades: Modelos participativos de intervenção socioterritorial e Fortalecimento de redes, difusão e intercâmbio em espaços de debate nacional e internacional.
- Projeto Fortalecimento das Políticas Públicas para as Mulheres, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento e avaliação de políticas e ações de promoção da igualdade, bem como para o aperfeiçoamento e ampliação das iniciativas já existentes com as quais a Secretaria colabora, coordena ou executa. Implementado em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, espera-se que ao final do projeto as políticas públicas para as mulheres no âmbito federal, nos estados, municípios e no distrito federal estejam mais consolidadas e aprimoradas, de modo a alcançar um número cada vez maior de mulheres e que essas políticas sejam capazes de provocar mudanças efetivas em suas vidas, trazendo melhorias à sociedade como um todo.

Quadro 18
Cooperação Técnica Brasil-ONU-MULHERES
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	1	2.056.400

14. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

A importância da Cooperação Internacional para o funcionamento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é reconhecida pelos Países Membros que decidiram em reunião do Conselho de Cooperação Amazônica (CCA), realizada no Rio de Janeiro, Brasil, no dia 14 de maio de 2010, aperfeiçoar e fortalecer institucionalmente esse processo. Para tanto, destacaram a necessidade de estabelecer procedimentos, mecanismos e termos para consideração, negociação e assinatura de propostas de acordo entre a Secretaria Permanente e terceiros países, organismos internacionais e/ou outras entidades.

O Compromisso de Manaus (2011), aprovado pelos Ministros das Relações Exteriores da OTCA também direciona as ações da Organização. Citado documento aprovou a implementação da Agenda Social para a Região Amazônica. Em outubro de 2012, em Brasília, iniciou-se o estabelecimento de uma Agenda de Inclusão Social Amazônica, apoiada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Os projetos apoiados pela OTCA são de escopo regional. No âmbito do Governo brasileiro, as propostas são examinadas pela ABC e pelo Departamento de América do Sul II – DASII/MRE, após aprovadas internamente pelas instituições nacionais responsáveis pela execução da atividade ou do projeto. As propostas regionais são submetidas à apreciação e chancela dos Países Membros da Organização.

Em dezembro de 2015 foi aprovado o Projeto "Apoio à Elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico", submetido pelo Governo do Estado de Roraima. O objetivo do projeto é o de promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Roraima em bases sustentáveis, utilizando como instrumento de gestão territorial o Zoneamento Ecológico e Econômico e contribuir para a modernização da estrutura de planejamento do estadual.

Quadro 19
Cooperação Técnica Brasil-OTCA
(Cooperação Regional)
Situação em 2015

Situação	Nº de projetos	Orçamento (em US\$)
Em execução	1	0.00 (aprovação em Dezembro)

15. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – PNUD desenvolve-se no âmbito do Terceiro Documento de Programação para o Brasil (*Country Programme Document - CPD*), documento de planejamento do Programa de Cooperação Brasil/PNUD válido para o período 2012–2016. Os objetivos principais do CPD são: 1) A. Promover a igualdade de acesso aos serviços públicos; 2) Garantir a equidade de gênero e raça; 3) Reduzir a vulnerabilidade à violência; 4) Promover políticas transparentes e Direitos Humanos; e 4) Apoiar o desenvolvimento econômico sustentável.

O programa tem por base os resultados do UNDAF (*United Nations Development Assistance Framework*), aprovado em 2012, adaptados às especificidades do mandato do PNUD. Em termos de desenvolvimento de capacidade, a cooperação técnica do PNUD no Brasil baseia-se em: (a) uma ação com abrangência nacional, em zonas com menos capacidade de alcance das ODM e reforçar a governança em todos os níveis, e (b) uma vertente externa, centrada no apoio às iniciativas brasileiras de cooperação Sul-Sul por intermédio da partilha de conhecimento e replicação de experiências bem sucedidas.

Os principais documentos que balizam a atuação do PNUD no Brasil incluem:

- i) O “Country Common Assessment-CCA”, instrumento destinado a analisar o estado de desenvolvimento de cada país onde a ONU atua e identificar os problemas-chave de desenvolvimento, com ênfase nos ODM (até 2015) e demais compromissos, conferências, cúpulas, convenções e instrumentos de direitos humanos do sistema das Nações Unidas;
- ii) O UNDAF, marco estratégico para as atividades operacionais do sistema das Nações Unidas. O UNDAF é elaborado a partir da análise do CCA e constitui a etapa subsequente na preparação dos programas de cooperação do sistema das Nações Unidas com o país. Ele define as áreas em que diferentes agências, fundos e programas da ONU vão priorizar suas ações no país (em elaboração).
- iii) O “Country Programme Document-CPD”, em sua quarta edição para o Brasil, cobrindo o período 2012–2015. O CPD foi preparado com base nas prioridades nacionais identificadas pelo Governo brasileiro durante a preparação do UNDAF. O CPD foi aprovado pela Junta Executiva do PNUD em sua II Sessão Regular de 2011. O CPD 2012-2015 se assenta nos resultados alcançados até o momento e se concentra em fornecer apoio ao em áreas como: o alcance dos ODM; o reforço das capacidades nacionais para um maior alcance das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável; maior apoio às políticas públicas visando reduzir a vulnerabilidade à violência, e cooperação Sul-Sul.
- iv) O “Country Programme Action Plan-CPAP”, assinado somente em 2014 em função da necessidade de negociação de pontos específicos do documento.

Em 2015 a ABC acompanhou as três Sessões Regulares da Junta Executiva do PNUD. Também em 2015 a CGCM colaborou com a Direção da ABC e com a CGAO na atualização da pauta de cooperação Sul-Sul financiada pelo Governo brasileiro e apoiada pelo PNUD, contexto que incluiu a aprovação de Revisões em todos os projetos (BRA/04/043, BRA/04/044, BRA/09/008, BRA/11/018, BRA12/002 e BRA/13/008). Ainda em 2015, a CGCM participou dos exercícios de avaliação do CPD do PNUD e da fase inicial de preparação do futuro ciclo de programação daquela organização no Brasil.

Ainda no âmbito da Cooperação Sul-Sul apoiada pelo PNUD, a CGCM colaborou com o Ministério da Saúde na elaboração do projeto BRA/15/011 - "Fortalecimento das Ações Internacionais do Ministério da Saúde", que tem como objetivos ampliar e aprimorar a capacidade de desenvolvimento de ações e/ou subprojetos de Cooperação Técnica Sul-Sul do Ministério da Saúde, estabelecidas em âmbitos bilateral, trilateral ou multilateral, com países parceiros do Brasil na área da Saúde. Ao final de 2015, apesar de aprovado pela ABC e negociado com o PNUD, o projeto ainda não havia sido assinado.

Quadro 20

**Cooperação Técnica Brasil-PNUD
(Cooperação recebida)
Situação em 2015**

Situação	Nº de projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	82	56.084.800

16. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)

No Brasil, o PNUMA trabalha para disseminar, entre seus parceiros e à sociedade em geral, informações sobre acordos ambientais, programas, metodologias e conhecimentos em temas ambientais relevantes da agenda global e regional e, por outro lado, para promover uma mais intensa participação e contribuição de especialistas e instituições brasileiros em foros, iniciativas e ações internacionais. O PNUMA opera ainda em estreita coordenação com organismos regionais e subregionais e cooperantes bilaterais bem como com outras agências do Sistema ONU instaladas no país.

O PNUMA atua junto a órgãos públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico abordando temas como:

- A compilação e análise integrada de informações sobre o estado do meio ambiente e os impactos de processos de desenvolvimento sobre os recursos naturais, com objetivo de produzir subsídios para tomadores de decisão e apoiar a elaboração de políticas ambientais.
- A identificação e desenvolvimento de alternativas para minimizar impactos negativos ao meio ambiente causados por padrões insustentáveis de produção e consumo, enfocando, principalmente, a eficiência de recursos.
- O desenvolvimento de capacidades, de conhecimento científico e transferência de tecnologias para fortalecer a implementação de acordos ambientais multilaterais.
- A implementação de ações integradas e de cooperação sul-sul entre países em desenvolvimento no âmbito de blocos de regionais e subregionais.
- A promoção de parcerias integrando o setor privado em uma nova cultura de responsabilidade ambiental e criação de espaços para a preparação e participação da sociedade civil e setores acadêmicos para atuar solidariamente na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Projeto do PNUMA em implementação no Brasil:

- **PNUMA/09/POPs - Desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação no Brasil como primeira etapa da implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs):** vigência de Set/2009 a Mar/2015. Objetivo: desenvolver o Plano Nacional de Implementação (PIN) do Brasil (compromisso da Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes), bem como capacitar as instituições nacionais para implementar o PNI brasileiro.
- **PNUMA/10/PCS (nº 61-P7) - Projeto de Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil:** vigência de Jan/2010 a Dez/2015. É executado pelo Ministério do Meio Ambiente. Objetivo: fomentar processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de Produção e Consumo Sustentável (Processo de "Marrakech"), promovendo a integração desses esforços para o enfrentamento das mudanças climáticas, combate à pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.
- **PNUMA/10/Biodiversidade (4C17) – Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a capacidade brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade:** vigência: Jan/2011 a Jun/2015. É executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Objetivo: garantir o uso de dados na elaboração e implementação de políticas, facilitando e integrando a informação sobre a biodiversidade na tomada de decisões e nos processos de desenvolvimento de políticas. Dentre os

resultados já alcançados pelo projeto destaca-se a primeira versão do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR), lançado em 2014.

- **PNUMA/10/MITIGAÇÃO -"Opções de Mitigação de emissões de GEE de Efeito Estufa (GEE) em Setores Essenciais no Brasil", executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA:** vigência: Dez/2012 a Nov/2015. É executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Objetivo: fortalecer capacidade técnica do Governo para apoiar a adoção de medidas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa em setores essenciais da economia (energia, silvicultura, indústria, agricultura e pecuária, transporte, construção civil e resíduos) no Brasil (inclusive custos), conforme identificado na Política Nacional Brasileira e no Plano de Mudança do Clima.
- **PNUMA/15/Minamata - Desenvolvimento da Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil:** vigência: 28/08/2015 a 31/03/2017. É executado pelo Ministério do Meio Ambiente. Objetivo: facilitar a ratificação e pronta implementação da Convenção de Minamata, provendo aos principais stakeholders nacionais o conhecimento técnico e científico bem como os instrumentos necessários para essa função. O Brasil se beneficiará de informações novas e atualizadas sobre o ciclo do mercúrio no País e da capacitação para gerenciar os riscos advindos do mercúrio. Também se espera que o compartilhamento de experiências e lições aprendidas ao longo do projeto resulte em uma contribuição importante para outros países semelhantes.

Quadro 21

Cooperação Técnica Brasil-PNUMA

Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	5	(dado ainda a receber)

17. COOPERAÇÃO BILATERAL COM A UNIÃO EUROPEIA (UE)

As relações de cooperação entre o Brasil e a União Europeia baseiam-se no Acordo-Quadro assinado em junho de 1992. O programa de cooperação bilateral Brasil-União Europeia “Country Strategic Paper-CSP 2007-2013” foi o último de sua espécie. A partir de 2014, o Brasil foi graduado como país não mais elegível para receber recursos programáticos de cooperação da União Europeia. As ações de cooperação, doravante, se darão em bases pontuais, no marco da iniciativa intitulada “*Partnership Instrument – PI*”, criada pela U.E para fomentar relações de parceria com países industrializados fora da Europa e países em desenvolvimento mais avançados. No primeiro ciclo 2014-2020, a “PI” aborda, como eixos temáticos, energia, segurança, mudança climática, meio-ambiente, políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, comércio e investimento e, ainda, educação. A região das Américas, que, neste caso específico, tem como países focalizados o Brasil e o México, foi contemplada com Euros 328 milhões.

Não obstante o fim do programa bilateral, a União Europeia segue provendo recursos não-reembolsáveis (“*grants*”) para projetos no Brasil via programas temáticos (*áreas: meio ambiente, mudança climática, energia sustentável, desenvolvimento humano, trabalho decente, justiça social, cultura, segurança alimentar e nutricional, agricultura sustentável e migrações*) gerenciados diretamente de sua sede em Bruxelas voltados para organizações não-governamentais e entidades acadêmicas, bem como por meio de programas regionais (*áreas: segurança, governança e equidade social, desenvolvimento sustentável e inclusivo, sustentabilidade ambiental e mudança climática*) para a América Latina em que instituições brasileiras participam por adesão.

Em março de 2015 a CGCM participou, em Quito, Equador, da reunião de lançamento do Programa Regional de Cooperação da União Europeia para a América Latina. No decorrer de 2015 foram realizadas duas reuniões do Comitê Diretor do projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais”, única ação bilateral em curso entre o Brasil e a União Europeia no campo específico da cooperação técnica.

Ações de cooperação conduzidas em 2015:

- Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia – Fase III (Euros 5.5 milhões), destinado a co-financiar ações de suporte ao intercâmbio bilateral no marco da pauta de “diálogos setoriais” que integra a Parceria Estratégica Brasil-UE.
- Programa Erasmus Mundus de Bolsas de Estudos (acompanhado pelo MEC e DCE/MRE), já no âmbito da “PI – 2014-2020”. Beneficiários deste Projeto são as instituições de ensino superior, pessoal acadêmico, professores, estudantes e pesquisadores, além das associações de universidades e outras entidades que participam como associadas.

Cooperação Trilateral:

Não ocorreu, em 2015, nenhuma ação de cooperação trilateral entre o Governo brasileiro e a União Europeia. O maior entrave para a identificação de projetos práticos reside na questão do financiamento, pois na maioria dos países que se beneficiam da cooperação comunitária, a UE faz uso da modalidade “budget support”, modelo que não favorece a negociação de ações trilaterais, dado que os recursos comunitários são transferidos diretamente para os governos dos países beneficiários. Não há indicação de que a iniciativa “PI” contemple co-financiamento de projetos na modalidade trilateral. Uma alternativa para viabilizar ações de natureza trilateral foi o lançamento de edital, pela União Europeia, de mecanismo de financiamento (“financial facility” de Euros 10 milhões) para apoiar projetos de cooperação técnica Sul-Sul envolvendo países da América Latina e Caribe. No entanto, tendo em vista que o edital do “facility” restringe bastante a figura do proponente da proposta (responsável por internalizar e administrar diretamente os recursos europeus), não foi possível determinar até o momento se instituições governamentais brasileiras poderão apresentar propostas de projetos no âmbito do referido edital.

Quadro 22

Cooperação Técnica Brasil-UE
Situação em 2015

Situação 2015	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (US\$)
Em execução	3	4.275.000

18. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS)

A CGCM representa a ABC/MRE no Grupo de Trabalho do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (GT/UNAIDS). O GT é composto por representantes das Agências ONU no Brasil, do Governo Brasileiro (MRE, MS, MEC e SENAD), da sociedade civil organizada, do setor privado e de agências de cooperação estrangeiras (como a GTZ). As reuniões ordinárias acontecem aproximadamente a cada dois meses, porém há sessões extraordinárias para discussão de temas relevantes e urgentes, como os Fundos Suplementares do PAF (*Programme Acceleration Funds*) cedidos ao GT e aplicados nas mais diversas áreas, sob a análise e aval dos membros do grupo.

Desde 2005, após a assinatura do acordo formal do Ministério da Saúde com o UNAIDS, segue em operação o Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV e AIDS, que se articula com o Programa Nacional de DST/AIDS daquele Ministério. Um dos pontos de destaque do Plano de Trabalho do Centro refere-se à implementação de iniciativas de cooperação técnica sul-sul Trilateral. A CGCM representou a ABC nas reuniões do UNAIDS ocorridas em 2015.

19. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)

A UNESCO é uma Agência Especializada das Nações Unidas com o mandato institucional para Educação, a Ciência e a Cultura. Em complemento às atividades da UNESCO no Brasil afetas ao conjunto dos monumentos e sítios tombados pelo Comitê do Patrimônio Mundial, o Organismo tem atuado em ações de cooperação técnica.

As ações de cooperação técnica são regulamentadas pelo Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e as Agências Especializadas das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1964 e, especificamente para educação, pelo Acordo de Cooperação Técnica em matéria Educacional, Científica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a UNESCO de 29 de Janeiro de 1981, cujos objetivos são:

1. Prestar ao MEC cooperação para o desenvolvimento de atividades consideradas prioritárias pelo Governo, nas áreas de sua competência;
2. Contribuir para o aperfeiçoamento de pessoal técnico nas áreas da educação e da cultura;
3. Desenvolver o intercâmbio de experiências e informação com os países em desenvolvimento nas áreas educacional, científica e cultural.

Quadro 23

UNESCO – Programação 2013-2015

Área Temática	Objetivos de médio prazo
Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governança educacional aprimorada por meio de ações para promover a eficácia, a transparência e a participação dos processos educacionais. 2. Equidade ampliada nas condições de acesso e nos resultados do sistema educacional brasileiro. 3. Qualidade fortalecida dos processos educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem.
Ciências Naturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incrementar a construção de capacidades técnicas de planejamento e avaliação de políticas e programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento sustentável. 2. Promover o processo de articulação institucional para consolidar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. 3. Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. 4. Fomentar a formulação e gestão de políticas públicas voltadas para a inovação e a competitividade industrial do país. 5. Apoiar políticas que contemplem o uso racional e sustentável dos recursos da biodiversidade em consonância com as práticas de proteção preconizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em especial as relativas às reservas da biosfera e aos sítios do Patrimônio Mundial Natural. 6. Apoiar os princípios da educação para o desenvolvimento sustentável, com foco nos estudantes dos ensinos fundamental e médio. 7. Desenvolver e apoiar a implementação de instrumentos e processos

		<p>institucionais que possibilitem a consolidação de diferentes mecanismos de execução dos recursos das Compensações Ambientais.</p> <p>8. Apoiar a elaboração e implantação das políticas de conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, assim como o processo de desenvolvimento do Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Costeiro e Marinho do país.</p> <p>9. Apoiar a implementação das políticas e a construção de capacidade técnica e institucional de gestão dos recursos hídricos nos três níveis de governo federal, estadual e municipal.</p> <p>10. Desenvolver a expertise de elaborar e apoiar a implementação dos Planos de Gestão Socioambiental Portuária.</p>
Ciências Sociais	Humanas e	<p>1. Difundir conhecimentos e boas práticas de transformações sociais como base para a elaboração e a implementação de políticas públicas em prol da erradicação da miséria, da Redução da pobreza e da inclusão social.</p> <p>2. Ampliar o respeito aos direitos humanos no país, com políticas consolidadas de combate ao racismo e à discriminação, assim como fortalecer as políticas de inclusão da pessoa com deficiência na vida social e no mercado de trabalho.</p> <p>3. Promover políticas de prevenção à violência urbana e de promoção da segurança humana, especialmente nas grandes áreas urbanas e metropolitanas do país.</p> <p>4. Fomentar o debate sobre desafios éticos e sociais emergentes, em especial bioética, e promoção dos valores de cultura de paz, respeito à diversidade e tolerância.</p>
Cultura		<p>1. Integrar políticas de preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>2. Fortalecer práticas de apoio e salvaguarda do patrimônio cultural intangível.</p> <p>3. Promover e difundir a diversidade cultural o diálogo intercultural, com todas suas interfaces religiosa, étnica e cultural.</p>
Comunicação e Informação	e	<p>1. Capacitar professores universitários e jornalistas com base em modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo.</p> <p>2. Desenvolver estratégias de comunicação para o empoderamento de jovens, por meio das TICs.</p> <p>3. Estimular políticas de integração de TICs em escolas da rede pública.</p> <p>4. Capacitar jovens do ensino técnico e vocacional (profissionalizante), incorporando as TICs e demais tecnologias inovadoras com vistas ao mercado de trabalho.</p> <p>5. Fortalecer políticas de disseminação das TICs como forma de promoção do desenvolvimento econômico.</p> <p>6. Fomentar políticas públicas que garantam o acesso universal à informação pública, transparência e exercício da cidadania.</p> <p>7. Estimular mecanismos de gestão da informação para as políticas públicas de educação e cultura.</p> <p>8. Desenvolver infraestrutura de governo eletrônico, assegurando boas práticas de governança.</p>

Em 2015, encontravam-se em execução 55 projetos de cooperação na modalidade Execução Nacional. O Ministério da Educação é o principal parceiro, no entanto, cabe destacar os Ministérios da Cultura, do Meio Ambiente, da Justiça, da Ciência Tecnologia e Inovação, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, bem como governos estaduais e prefeituras municipais.

Quadro 24

Cooperação Técnica Brasil-UNESCO

(Cooperação recebida)

Situação em 2015

<i>Situação em 2015</i>	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	65	22.446.300

20. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

O UNICEF contribui para a formulação e implementação de políticas nacionais. Ao mesmo tempo, exercem também papel decisivo no monitoramento e fortalecimento da implementação de políticas em nível federal, estadual e municipal, por meio de programas bem sucedidos em três plataformas programáticas: semi-árido, Amazônia e centros urbanos. Em 2015 deu-se seguimento ao “Country Programme Action Plan” para o período 2012-2016. A CGCM participou, em 2015, do lançamento das atividades de preparação do futuro ciclo de programação do UNICEF no Brasil a partir de 2017.

Quadro 25 Cooperação Técnica Brasil-UNICEF

Situação em 2015

<i>Situação em 2015</i>	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	(*)	13.974.000

(*) *Termos de Cooperação/Atividades*

21. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)

A cooperação entre o Brasil e o UNODC está regulamentada pelo Acordo Básico de Cooperação assinado em 1987. O mandato do UNODC envolve ações voltadas ao controle internacional de drogas, à redução da demanda e do tráfico, à melhoria nos serviços de tratamento, à reabilitação e à reintegração de usuários, com particular ênfase no controle da infecção pelo HIV e demais problemas de saúde relacionados ao abuso de drogas. As atividades do UNODC no país vinculam-se ao Marco Estratégico para o Programa do UNODC no Brasil para o período 2012-2015, contemplando as seguintes áreas:

- Combate ao crime organizado transnacional, tráfico ilícito e tráfico de drogas;
- Combate à corrupção;
- Prevenção ao terrorismo;
- Justiça;
- Prevenção, tratamento e reintegração, bem como desenvolvimento alternativo;
- Pesquisa, análise de tendências e perícia forense;
- Apoio à formulação de políticas públicas.

Em meados de 2015 encerrou-se a execução dos quatro projetos remanescentes da carteira do UNODC no Brasil, em função da impossibilidade de o Governo brasileiro aplicar o percentual de 13% de ressarcimento de custos demandado pela sede do referido organismo internacional. Os quatro projetos em questão foram os seguintes:

- 1) **BRA/K47** - "Atenção Integral a Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade e Risco para a Violência e Uso de Álcool e Outras Drogas"
- 2) **BRA/K57** – "Melhoria da Gestão, Vigilância e Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais entre usuários de drogas, profissionais do sexo, população penitenciária e pessoas com HIV/AIDS"
- 3) **BRA/X66** – "Fortalecimento da Secretaria Nacional de Justiça em cooperação jurídica internacional, extradição e combate à lavagem de dinheiro"
- 4) **BRA/Y01** – "Cuidado em saúde e a epidemia em HIV/AIDS"

Quadro 26
Cooperação Técnica Brasil-UNODC
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em execução	4	(dado ainda a receber)

22. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SERVIÇOS A PROJETOS (UNOPS)

O UNOPS abriu seu escritório no Brasil em 2012, vindo a atuar, desde então, no apoio a agências do sistema das Nações Unidas. O UNOPS gerenciou a construção dos primeiros módulos do “Complexo Casa da ONU” em Brasília, edifício que abriga algumas das agências presentes no Brasil. Em setembro de 2015 foi inaugurado o módulo que homenageia a ativista Lélia Gonzalez e abriga o FNUAP, a ONU Mulheres, o PNUMA e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

Em função da experiência acumulada pelo UNOPS na execução da infraestrutura temporária de três áreas em que foram realizados eventos paralelos na Conferência Rio+20 e no auxílio ao PNUD na execução do projeto de apoio à Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, o UNOPS apoiou a implementação do projeto "Organização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas", realizado na cidade de Palmas/Tocantins. O UNOPS também apoia o projeto de "Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti".

Em 2015, a CGCM fez o monitoramento do projeto UNOPS/14/001 - Elaboração de Projetos Básicos e Executivos para a construção de Hospitais Universitários Federais, assinado em 10/11/2014, tem como objetivo o apoio técnico consultivo para a coordenação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia para a construção de Hospitais Universitários Federais, contemplando capacitação no campo do aprimoramento, transparência, eficiência, qualidade e economicidade de obras públicas, bem como negociou revisões de prazo e ajustes no plano de trabalho.

Ademais, durante o exercício de 2015 foram realizadas várias reuniões de coordenação, inclusive com representantes do escritório regional do UNOPS para definição de procedimentos e diretrizes do Programa Brasil-UNOPS.

Quadro 27 Cooperação Técnica Brasil-UNOPS Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	1	(dato ainda a receber)

23. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT)

A União Internacional de Telecomunicações é uma Agência Especializada das Nações Unidas, com mandato para atuar no setor de telecomunicações. A UIT elabora recomendações de normas e padrões de telecomunicações ao nível mundial, bem como oferece suporte técnico no campo da reestruturação do referido setor no âmbito dos seus países-membros. A cooperação da UIT dá-se por meio de assessoria técnica para a identificação de fornecedores de serviços, tecnologia e equipamentos, do estabelecimento de parâmetros comparativos em relação aos preços praticados internacionalmente e, ainda, pela disponibilização de especialistas em missões pontuais.

Ao longo do ano de 2015 teve continuidade a execução do projeto UIT/BRA/98/006 "Apoio à Implementação da Agência Nacional de Telecomunicações". O objetivo do projeto é a obtenção de apoio metodológico e administrativo da UIT à ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações - com vistas ao desenvolvimento de estudos indispensáveis à atuação da mesma como órgão regulador do setor de telecomunicações no Brasil.

Quadro 28 Cooperação Técnica Brasil-UIT Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	1	(dado ainda a receber)

24. COOPERAÇÃO COM A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Os Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, conscientes de que a Língua Portuguesa constitui um patrimônio histórico comum, consideraram imperativo (...) o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico social dos seus povos (...). Nesse contexto, foi criada, por ocasião da Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Lisboa, 1996), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP, que veio conferir uma moldura institucional à lusofonia, engloba os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Em 2014, teve lugar a adesão da Guiné-Equatorial à Comunidade. Em agosto de 2002, foi criada, por decisão do Conselho de Ministros, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação como órgão integrante da estrutura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Desde seu início, foram realizadas dezenove Reuniões que viabilizaram a implementação de vários Projetos e Ações Pontuais.

A ABC atual como ponto focal de cooperação do Itamaraty nas Reuniões de Pontos Focais de Cooperação. As principais ações de cooperação em curso no decorrer de 2015 foram as seguintes:

- **"Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)"** executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca instrumentalizar e dar concretude às ações de promoção do intercâmbio de conhecimento, da mobilidade acadêmica com qualidade e da formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros da Comunidade. Trata-se de projeto de vulto, com um orçamento previsto de 2.280.000,00 Euros (117.000 Euros do MRE e o restante da UNILAB). Até o momento foram transferidos à CPLP, o montante de 1.376.299,81 Euros.
- **"Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP"** pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O projeto, que iniciou suas ações no segundo semestre de 2014 é custeado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo sido orçado em 213.839,00 Euros. Até o momento foram realizadas missões de prospecção em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, e contaram com a autoridade máxima nacional, responsável pelo tema, o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência que manteve encontros com Ministros das pastas afetas ao tema nos países referidos. Ação de capacitação a agentes da sociedade civil e governamentais responsáveis pelas implementação das políticas voltadas a pessoas com deficiência já foi realizada em Moçambique, beneficiando 40 multiplicadores moçambicanos. No segundo semestre de 2015, foram realizadas oficinas de capacitação em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.
- Ações na área de Recursos Hídricos também tem sido objeto de cooperação comunitária, por meio de parceria com a Agência Nacional de Águas. Prestes a ser iniciado, o projeto **"Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP"** terá como atribuição apoiar os Governos dos Estados membros da CPLP na gestão e monitoramento dos recursos hídricos locais, através da transferência de tecnologia sobre redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; capacitação de quadros de funcionários locais em gestão de recursos hídricos; e promoção de intercâmbio de experiências para o desenvolvimento de marcos legais. Para sua implementação foi transferido ao SECPLP o valor de 424.254,92 Euros.
- Em fase de conclusão, duas ações desenvolvidas em benefício de São Tomé e Príncipe foram consideradas exitosas, **"Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe"**, (775.555 Euros) e **Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania** (486.667,83 Euros).

25. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI)

As prioridades da OACI são prover assessoria e assistência aos países parceiros no desenvolvimento e implementação de projetos, por meio do amplo espectro oferecido pelo transporte aéreo, com o objetivo de ampliar a segurança, eficiência, regularidade e segurança operacional e internacional da aviação civil internacional, a fim de atingir uma padronização, através do cumprimento dos requisitos mínimos, tal qual especificado nas práticas e padrões recomendados pela OACI.

Atualmente, não existem projetos em execução com a parceria da OACI. No entanto, cabe ressaltar que em 2015 foi assinado um Programa Executivo entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) e a OACI para respaldar a execução de futuros projeto de cooperação técnica internacional entre o Governo brasileiro e a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), destinado à capacitação de recursos técnicos e humanos do setor da Aviação Civil no Brasil.

Quadro 29
Cooperação Técnica Brasil–OACI
Situação em 2015

Situação	Nº de Projetos	Orçamento 2015 (em US\$)
Em Execução	0	0

26. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

Em 2015 a ABC não recebeu, para fins de análise e pronunciamento, novos Termos de Cooperação Técnica (TCs) e respectivos Termos de Ajuste (TAs). Segundo os registros da Agência, em 2015 deu-se seguimento à execução de Termo de Cooperação entre a ANVISA e a OPAS (Projeto: "Fortalecimento das ações de Vigilância sanitária no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Único de Saúde". Objetivo: Contribuir para o aperfeiçoamento das capacidades institucionais das autoridades sanitárias da região das Américas e CPLP no cumprimento de suas funções de apoio à proteção e promoção da saúde da população por meio da aplicação do RSI em pontos de entrada, acesso a medicamentos, alimentos e produtos para saúde com maior qualidade, segurança e eficácia).

Quadro 30 Cooperação Técnica Brasil–OPAS Situação em 2015

Situação	Número de Projetos*	Orçamento em 2015 (em US\$)
Em Execução	1	(dado ainda a receber)

(*) Segundo documentação disponível na ABC

27. DIALOGO COM A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

Em 2015 a CGCM apoiou a Direção da ABC na preparação de subsídios para três assuntos envolvendo a OCDE. Inicialmente, a CGCM elaborou elementos de informação para a atuação das delegações brasileiras que participaram das reuniões organizadas pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) contemplando temas afetos à cooperação para o desenvolvimento, bem como subsídios e comentários para as delegações brasileiras que acompanharam, como observadoras, as reuniões do Comitê Diretor da chamada "Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento" (ou GPEDC, no acrônimo em inglês). A CGCM representou a ABC nas reuniões e nas negociações coordenadas pelo Itamaraty que culminaram na aprovação do Plano de Trabalho 2016-2017 vinculado ao acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE, firmado em junho de 2015.

Os subsídios elaborados pela CGCM tiveram aproximadamente o mesmo foco quando considerados os dois grupos de reuniões indicados acima: i) reiteração dos princípios e diretrizes observados pelo Governo brasileiro em suas iniciativas de cooperação Sul-Sul; ii) indicação das diferenças conceituais e procedimentais entre a cooperação Sul-Sul e a "AOD"; iii) indicação da incompatibilidade entre o sistema de cálculo da "AOD" e a cooperação Sul-Sul; iv) indicação da posição do Brasil de priorizar foros multilaterais para a discussão sobre o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento e seus respectivos mecanismos; v) indicação dos princípios que o Brasil observa quando da negociação e implementação de ações de cooperação trilateral com governos de países desenvolvidos e organismos internacionais.

28. DIALOGO COM O DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS (UNDESA)

Em março de 2015 a CGCM participou de teleconferência envolvendo representantes do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) e de cinco países do "Core Group of Southern Partners". O tema do debate foi o da mensuração de fluxos de cooperação Sul-Sul, item que integra a lista inicial de assuntos que o referido grupo de nações definiu como um dos meios de se promover o fortalecimento da cooperação Sul-Sul no âmbito da chamada cooperação internacional para o desenvolvimento. Ao final da teleconferência, a ABC foi convidada a coordenar o trabalho de proposição de um possível modelo de quantificação, em função de o Brasil já ter experiência específica no tema (Relatórios COBRADI).

A partir dessa teleconferência, a CGCM trabalhou na preparação de uma proposta de plataforma de mensuração de fluxos de cooperação Sul-Sul, mais tarde ampliada para "cooperação e intercâmbio", dada a diversidade de meios de implementação e, acima de tudo, de conceitos, aplicados pelos países em desenvolvimento quando do seu engajamento em ações entre parceiros. Já em abril de 2015, em reunião organizada em Bogotá, Colômbia, pela CEPAL, a CGCM teve oportunidade de adiantar a um grupo de cinco outros países latino-americanos as premissas do que viria a ser a futura proposta de plataforma.

Em dezembro de 2015 a CGCM apresentou à Direção da ABC a proposta consolidada de plataforma de mensuração de fluxos de cooperação e intercâmbios Sul-Sul, a qual foi encaminhada ao UNDESA para fins de sua circulação junto aos dezesseis países do "Core Group of Southern Partners". A proposta foi circulada pelo UNDESA e há expectativa de realização de reunião entre os membros do "Core Group" para retomar a discussão sobre o assunto, possivelmente no Brasil. A proposta de plataforma foi também apresentada durante reunião ocorrida em meados de dezembro em Genebra, sob a organização da UNCTAD, igualmente com o

objetivo de discutir o tema da mensuração da cooperação Sul-Sul. Atualmente, o tema em apreço encontra-se em discussão, portanto, no UNDESA, na CEPAL, na UNCTAD e, indiretamente, na CELAC e SEGIB.

7 – Gerência de Programas e Projetos Especiais

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA POR ORGANISMO (MERCOSUL E SEGIB) 2014

1. MERCOSUL

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	SALDO (\$)
Execução 008/A073	-	01	122,928,00	122,928,00	16,208.84	106,720.00
Concluídos	-	0	0	0	0	0
Negociação	01	-	447,964,00 *	447,964,00*	0,0	0,0
TOTAL					16,208.84	106,720.00

* Valor estimado

1.1. RESUMO DO PROGRAMA NO ANO

A ABC é a responsável pela coordenação da Seção Nacional do Grupo de Cooperação Internacional do MERCOSUL (GCI), atuando de forma articulada com a Divisão de Assuntos Políticos, Institucionais, Jurídicos e Sociais do MERCOSUL (DMS), do MRE.

O GCI é o órgão assessor do Grupo Mercado Comum (GMC) e executa ações de análise, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de cooperação técnica implementados no âmbito do MERCOSUL, atuando como intermediador entre os países-membros e as organizações ou países que prestam cooperação ao Bloco.

A condição de Coordenadora da Seção Nacional do GCI requer a participação da ABC em todas as reuniões do Comitê, além de reuniões de outros foros do MERCOSUL envolvidos em ações de cooperação técnica. Dessa forma, a ABC esteve presente em uma das duas reuniões do GCI, realizadas em Asunción, durante a presidência pro tempore paraguaia em 2015. As próximas reuniões serão sediadas em Montevideo, durante a presidência pró tempore uruguaia, durante o 1º semestre de 2016. Além disso, a ABC participou das reuniões anuais dos projetos sob coordenação brasileira, bem como das ações de planejamento, articulação e acompanhamento do projeto “Governança Fronteiriça”, conforme solicitado pela Presidência da República, instituição que coordena o referido projeto.

Os dois principais programas de cooperação do MERCOSUL, com União Européia e AECID, atingem a cifra de cento e cinquenta milhões de reais e foram renovados durante o ano de 2015. São projetos nas áreas de agricultura, saúde, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, energia, cultura, integração produtiva, gênero e outras. Desde o último ano e ao longo de 2016 será negociado novo programa de cooperação com os dois parceiros supracitados, com montante equivalente ao do programa anterior.

O Governo brasileiro manteve, em 2015, o compromisso de potencializar esforços técnicos e financeiros para maximizar a cooperação técnica intra-bloco, reforçando a contribuição do Brasil ao processo de integração do MERCOSUL. Nesse sentido, acompanhamos durante esse ano, a implementação de projetos voltados para as áreas de saúde, direito, trabalho infantil, agricultura familiar, cultura e integração produtiva.

Pontos de destaque:

- Criação e uso de mecanismos de consulta pública com todas as partes interessadas, a fim de chamar a atenção para as questões dos principais atores alcançados pelas políticas, o que é exemplar e sem precedentes para a região.

- Processo de integração do MERCOSUL, na forma do envolvimento do Bloco em projetos favorecidos por oportunidades de formação, fornecimento de equipamentos e, principalmente, intercâmbios interinstitucionais. Essas iniciativas conformam novos arranjos de colaboração que, além de produzir conhecimentos, potencializar recursos para projetos e estruturar novas políticas públicas, catalisam o desenvolvimento na região.
- Outro aspecto importante do programa é a coordenação entre os países da região, uma vez que as assimetrias foram tomadas como um desafio e não uma impossibilidade. No entanto, reconhece-se que a heterogeneidade no grau de desenvolvimento dos Estados Partes, bem como as dificuldades para alcançá-lo, estão refletidas nos tomadores de decisão em nível técnico, o que dificulta a realização de algumas atividades e resultados.

1.2. PROJETOS (3)

1.2.1. PROJETOS EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Parceiras	Situação	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/008-A073</p> <p>Nome: Acompanhamento da Cooperação Técnica Regional e de Cursos Plurirregionais</p> <p>Objetivo: Promover intercâmbios de experiências e práticas para cooperação técnica internacional MERCOSUL, na perspectiva de construir relações colaborativas para a integração regional.</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data de Assinatura última revisão: 27/04/2015</p> <p>Encerramento: 27/01/2015</p>	<p>Brasil ABC e seus diversos parceiros nacionais e internacionais</p>	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados das missões. • Cumprimento do objetivo proposto. • Encaminhamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 122,928,00 • Total: US\$ 122,928,00 • Executado em 2014: US\$ 16,208.84 • Saldo: US\$ 106,720.00

1.2.2. PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO (2)

Projeto	Instituições Parceiras	Situação	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044 - _____</p> <p>Nome: Governança Fronteiriça: Fortalecimento das capacidades dos governos municipais e locais do MERCOSUR</p> <p>Objetivo: Promover o intercâmbio de experiências para construir marcos regulatórios e modelos de gestão de Programas gestão territorial adequados à realidade de cada um dos Estados Partes do MERCOSUL, apoiando o fortalecimento institucional desses países para a criação de estratégias nacionais de desenvolvimento rural, social, visando à promoção da soberania local.</p> <p>Vigência:</p> <p>Data de assinatura:</p>	<p>Brasil - Ministério da Educação (MEC) - Secretaria da Presidência da República (PR) - Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)</p> <p>Mercosul Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur – FCCR</p> <p>AECID - Espanha Agência Espanhola para cooperação internacional para o desenvolvimento -</p>	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto encontra-se sob análise junto à AECID. 	<ul style="list-style-type: none"> ABC: US\$ 0,0 MEC: US\$ 412,764.00 MERCOSUL : US\$ 261,283.00 Total: US\$ 674,047.00 Executado: US\$ 0,0 Saldo: US\$ 0,0

Projeto	Instituições Parceiras	Situação	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044-_____</p> <p>Nome: Implementação de Curso de Formação – O Serviço Penitenciário como Agente de Mudança e Inclusão Social no Âmbito do Mercosul</p> <p>Objetivo: Desenvolvimento curso de formação de formadores, em plataforma virtual, que promova a criação de redes de facilitadores e educadores em ações de capacitação para envolvidos com os serviços penais dos Estados Parte e Associados do Mercosul</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data de Assinatura:</p> <p>Encerramento:</p>	<p>Brasil Ministério da Justiça (MJ)</p> <p>Mercosul Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)</p> <p>Técnico Responsável: João Vitor Rodrigues Loureiro Divisão de Cooperação Técnica Internacional Ministério da Justiça Telefone: 61 2025-8006</p>	<p>Dados sobre acompanhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto deve ser aprovado na primeira reunião do GCI em 2016, a ser realizada em março, em Montevideo. 	<ul style="list-style-type: none"> ABC: US\$ 0.0 Total: US\$ 35.200,00 Executado: US\$ 5,700.00 Saldo: US\$ 0,0

2. SEGIB

Situação	PE	AI	ABC (\$)	Total (\$)	EXC (\$)	SALDO (\$)
Execução	0	0	0	0	0	0
Negociação	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Concluídos 1029	0	1	120.622,58	120.622,58	12,831.40	107,791,78
TOTAL					12,831.40	

*Valor estimado

2.1. RESUMO DO PROGRAMA NO ANO

A ABC é responsável pelo acompanhamento da cooperação ibero-americana, atuando de forma articulada com a Divisão da Europa III (DE-III), do MRE. A cooperação vem adquirindo um papel central na Conferência Ibero-Americana, já que representa a concretização dos acordos e compromissos assumidos pelos Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos nas reuniões de Cúpula realizadas anualmente.

Atualmente, o Brasil participa de 25 dos 29 projetos de cooperação ibero-americanos, que se dividem em programas, projetos e iniciativas. Os programas são desenvolvidos em múltiplos setores da vida cultural, econômica e social da Ibero-América, assim como os projetos, que são impulsionados pelas organizações sociais da região. O Brasil é coordenador de dois deles, quais sejam o Programa de Apoio aos Bancos de Leite Humano (IBERBLH), executado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e o Programa Ibermuseus, executado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A Secretaria para a Cooperação da SEGIB é responsável por impulsionar e dar seguimento às ações de cooperação, contribuindo para a sua qualidade e para a promoção da sua articulação e visibilidade.

O papel da ABC como Responsável de Cooperação (RC) pelo Brasil no âmbito da SEGIB requer sua participação dos encontros dos RCs, além de outras reuniões relacionadas às ações de cooperação técnica. Essa atuação, tem se dado com o escritório de representação da SEGIB em Brasília e com os Ministérios brasileiros envolvidos nos projetos.

Para bem cumprir o papel de Responsável de Cooperação da ABC no âmbito da SEGIB, a ABC vem ampliando a sua participação nos diversos eventos realizados pela Secretaria-Geral, bem como pelos países membros, a fim de assegurar a posição brasileira e de fortalecer os laços com os demais países e potencializar os resultados dos projetos de cooperação.

Em 04 de agosto do corrente foram enviados a todos os pontos focais nacionais responsáveis por projetos no âmbito da SEGIB, formulários de avaliação de projetos padronizado pela ABC, por meio de Mensagens Oficiais. Tal medida foi ordenada pelo Diretor da ABC e visa à sistematização de dados de tais projetos por esta agência, bem como realizar o acompanhamento da cooperação na região que servirá para confecção de subsídios às reuniões as quais a ABC é solicitada a participar.

Entre os dias 21 a 24 de maio de 2015 foi realizado pela SEGIB, em Madrid, uma capacitação para o aperfeiçoamento do Questionário para o Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. O técnico José Claudio Klein participou do evento. O questionário para o Informe já foi preparado e aguarda apenas informações sobre a publicação do COBRADI (Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional) para ser oficialmente encaminhado à SEGIB.

Entre os dias 08 a 11 de dezembro ocorreu a III Reunião de Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação Ibero-americanos, da qual participou o Diretor Adjunto da ABC, Ministro Paulo Amora. Entre os mesmos dias realizou-se a II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, precedendo a realização da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na cidade mexicana de Cartagena, Colômbia. Na ocasião houve a atualização nos procedimentos de acompanhamento de projetos, bem como avaliou-se a execução de projetos e aprovou-se o orçamento da Secretaria para o ano de 2016.

2.2. ATIVIDADES ISOLADAS (1)

2.2.1. ATIVIDADES ISOLADAS CONCLUÍDAS (1)

Projeto	Instituições Parceiras	Situação	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>SEGIB Código: BRA/04/044-A1029</p> <p>Nome: Programa Ibero-americano sobre a Situação dos Idosos na Região</p> <p>Objetivo: Conhecer as diferentes situações dos idosos na região, trocar experiências e boas práticas com os demais países no que se refere aos aspectos de demografia; proteção social em reformas e pensões; proteção social; condições de vida, serviços sociais e outros direitos.</p> <p>Vigência: 8 anos</p> <p>Data de Assinatura: Julho de 2012</p>	<p>Brasil - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS</p> <p>Técnicos Responsáveis: MDS – Mariana de Souza Machado ABC – José Cláudio Klein SDH/PR – Neuza Pivato MPS – Albamaria Campos MS – Mauro Teixeira de Figueiredo INSS – Benedito Brunca</p> <p>Beneficiários Diretos: - Secretaria-Geral Ibero-Americana – SEGIB - Organização Ibero-Americana de Seguridade Social – OISS.</p>	<p>Projeto em execução com a expectativa de manutenção das visitas institucionais durante o ano de 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 120.622,58 • MDS: US\$ 0,0 • SDH-PR: US\$ 0,0 • MPS: US\$ 0,0 • Total: US\$ 120.622,58 • Executado: US\$ 12.831,40 • Saldo: US\$ 107.791,78

3. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Das funções

A ABC é responsável pelo acompanhamento dos projetos no âmbito do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI), que apoia ações de cooperação prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento. Para isso mantém estreita articulação com a Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (DELBRASUPA) e os Ministérios envolvidos

Das atividades até o momento:

Desde 2014, por meio do Tel. n. 274 da DELBRASUPA, foi comunicado a existência de um saldo em um fundo para projetos de cooperação no valor de USD 341.471,00. Gestões foram realizadas junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) para detalhamento de projetos que se encaixem no perfil do Fundo

Próximas ações necessárias:

Executar Programa de cooperação técnica envolvendo seis países que receberão capacitação na área de defesa civil e ajuda humanitária. República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras e Colômbia são os países que receberão capacitações.

3.1. – PROJETO EM EXECUÇÃO (1)

Projeto	Instituições Parceiras	Situação	Valores (US\$) e situação do projeto
<p>Código: BRA/04/044/ _____</p> <p>Nome: Fundo Brasileiro de Cooperação – OEA - CBMDF</p> <p>Objetivo: Capacitar, representantes de países americanos (OEA) no uso das principais técnicas de prevenção e defesa em desastres.</p>	<p>Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBM/DF) 	<p>Em execução, com fundos do FBC/OEA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ABC: US\$ 341,471.00 • CBM/DF: US\$ 160,000.00 • Total: US\$ 501,471.00 • Executado: US\$ 0,0 • Saldo: US\$ 0,0

4. UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS - UNASUL

Atividades até o momento:

O Ministro Paulo Amora participou de Reunião do Grupo de Altas Autoridades de Cooperação, realizado em Abril de 2015 na cidade de Montevideo. Na reunião ficou estabelecida a criação do Fundo de Iniciativas Comuns da UNASUL, o qual contará com recursos de todos os países do Bloco e servirá para financiar projetos de cooperação técnica na região.

5. DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS - CELAC

Atividades até o momento:

Foi realizada em Quito, Equador, a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional, entre os dias 29 e 30 de julho, que contou com a participação do técnico José Claudio Klein. Durante a Reunião foi apresentado a proposta de Marco Conceitual da cooperação internacional da CELAC, entre outros assuntos

Próximas ações necessárias:

Acompanhamento e preparação para a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional.